



FRANCISCA PEREIRA SIQUEIRA  
Tese de doutoramento

DIGNIDADE E HONRA  
NACIONAL: debates sobre  
o fim do tráfico de escravos  
na opinião pública  
brasileira e portuguesa  
(1810-1850)

Departamento de Historia  
Facultade de Historia

Fdo. Francisca Pereira Siqueira

Vº Bº Dra. Pilar Cagiao Vila  
Directora

SANTIAGO DE COMPOSTELA, 2017





Dna. Pilar Cagiao Vila, Profesora Titular de Historia de América do  
Departamento de Historia da Universidade de Santiago de Compostela

Como Directora da Tese de Doutoramento titulada

DIGNIDADE E HONRA NACIONAL: debates sobre o fim do tráfico de  
escravos na opinión pública brasileira e portuguesa (1810-1850)

Presentada por

Dna. Francisca Pereira Siqueira

Alumno do Programa de Doutoramento

[D5171V01] Programa de Doutoramento en Historia Contemporanea

Autorizan a presentación da tese indicada, considerando que reúne os requi-  
sitos esixidos no artigo 34 do regulamento de Estudos de Doutoramento, e  
que como Director da mesma non incurre nas causas de abstención estable-  
cidas na lei 40/2015.

Directora

Pilar Cagiao Vila

Asdo.....



Quiero aprovechar la ocasión para agradecer a mi directora de tesis, Dra. Pilar Cagiao Vila, por la atención, comprensión y ayuda durante todos estos años.

También a los profesores: Maciel M. Santos de la Universidad de Porto, investigador del Centro de Estudios Africanos de la UP y Michel Lesourd de la Universidad de Rouen, investigador del UMR IDEES, por las largas discusiones sobre mi tesis y por mostrarme una África más allá de un granero de esclavos, pero que sirvió de apoyo y desarrollo a diversas naciones del mundo.

Gracias a los funcionarios de la Biblioteca Municipal de Oporto y de la Biblioteca Nacional de Río de Janeiro, por la paciencia y eficiencia en los servicios prestados.

Agradecimientos a mi familia y todas las personas que me animaron a trabajar en mi tesis y a seguir adelante, en los varios momentos que pensé en desistir. Especialmente a mi hija Rejane y mi yerno Claudinei, por el incentivo y ayuda.



## RESUMO

Esta tese consiste en recuperar os debates que se trabaron na Prensa (periódicos, xornais e revistas) e nos parlamentos de Portugal e do Brasil sobre o fin do tráfico de escravos. A partir de aí, identificar as correntes de opinión pública que se formaron a respecto do tema, o xeito no que evolucionaron e as súas posibles relacións co curso das políticas interna e externa portuguesa e brasileira, entre os anos de 1810 e 1850. En concreto, o foco incide sobre o protagonismo da opinión pública ea súa configuración como actor emerxente das Relacións Internacionais. Analizar os debates e os argumentos utilizados para formar a opinión pública, nos permite non só avaliar os pensamentos acerca do tráfico e da escravitude nas sociedades portuguesa e brasileira, durante a primeira metade do século XIX, como a intensidade das disputas políticas internas, nun contexto de liberalismo e nacionalismos exacerbados.

### PALABRAS CHAVE

Opinión pública, prensa, tráfico de escravos, inmigración, Brasil, Portugal, Inglaterra.

## RESUMEN

Esta tesis consiste en recuperar los debates que se libraron en la prensa (revistas, periódicos y revistas) y los Parlamentos de Portugal y Brasil en la final de la trata de esclavos. A partir de ahí, identificar las corrientes de opinión pública que se han formado sobre el tema, cómo evolucionó y su posible relación con el curso de la política interna y externa portuguesa y brasileña, entre los años 1810 y 1850. Más específicamente, la atención se centra en el papel de la opinión pública y su configuración como un actor emergente de Relaciones Internacionales. Analizar los debates y los argumentos que se utilizan para dar forma a la opinión pública, nos permite no sólo para evaluar los pensamientos acerca de la trata y la esclavitud en las empresas portuguesas y brasileñas durante la primera mitad del siglo XIX, como la intensidad de los conflictos políticos internos en un contexto liberalismo y nacionalismo exagerado.

### PALABRAS CLAVE

La opinión pública, prensa, trata de esclavos, inmigración, Brasil, Portugal, Inglaterra.

## SUMMARY

This thesis consists of recovering the debates that were fought in the Press (periodicals, newspapers and magazines) and in the Parliaments of Portugal and Brazil on the end of the slave trade. From then on, identify the currents of public opinion that formed about the theme, how they evolved and their possible relations with the internal and external Portuguese and Brazilian policies between the years of 1810 and 1850. More specifically, the focus is on the leading role of public opinion and its configuration as an emerging actor in International Relations. Analyzing the debates and arguments used to form public opinion allows us not only to evaluate the thoughts about trafficking and slavery in Portuguese and Brazilian societies during the first half of the nineteenth century, but also the intensity of internal political disputes in a context of liberalism and exacerbated nationalisms.

### KEYWORDS

Public opinion, press, slave trade, immigration, Brazil, Portugal, England

**Imagem da capa:** Engraving. Captured Africans liberated from a slaving vessel, East Africa. National Maritime Museum, Londres.



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
Problema: pressupostos, objetivos, hipóteses e justificativas.....	21
Estado da questão.....	23
Opinião Pública: conceitos e contextos.....	29
As fontes .....	34
Enquadramento teórico e metodológico.....	42
Técnica da Análise de Conteúdo .....	44
Estrutura da Tese .....	49

### **PRIMEIRA PARTE:**

#### **TRATADOS SOB PRESSÃO: O DESPERTAR DA OPINIÃO PÚBLICA**

Introdução.....	53
-----------------	----

#### **Capítulo I: Rompendo o silêncio**

1.1. Um tratado sob pressão.....	55
1.2. As Primeiras manifestações da imprensa.....	61
1.3. Os apresamentos ilegais e a opinião pública na Bahia.....	64
1.4. Alvará de 1813.....	69
1.5. A falsa filantropia dos ingleses.....	73
1.6. O Tratado de 1815 e a repercussão no Brasil e em Portugal.....	77
1.7. As Convenções adicionais de 1817 e 1822: aumenta a pressão dos ingleses.....	88
1.8. Liberdade para imprimir.....	93
Conclusão.....	104

#### **Capítulo II: Do tratado anglo-brasileiro de 1826 ao ocaso de D. Pedro I**

2.1. O reconhecimento da independência em troca da extinção do tráfico.....	107
2.1.1. Preparando a opinião pública.....	115
2.1.2. Mudança de atitude.....	120
2.2. O reconhecimento da Independência e o tratado anglo-brasileiro.....	124
2.3. As primeiras impressões do tratado na imprensa brasileira.....	129
2.4. Escravidão, liberalismo e soberania nacional no Parlamento brasileiro.....	137

2.4.1. Cidadania e liberalismo: a escravatura na Constituinte de 1823.....	138
2.4.2. Discussão do tratado anglo-brasileiro na Câmara dos Deputados (1826-1830).....	156
2.4.3. Discussão no Senado.....	175
2.5. Diante da apatia do governo, toda imprensa se mobiliza.....	176
2.5.1. Abolição do comércio da escravatura e imigração: duas questões inseparáveis.....	184
2.5.2. Na Bahia, o silêncio nada constrangedor.....	197
2.5.3. Colono X Imigrante: o Parlamento dividido.....	200
2.6. O ocaso de D. Pedro I.....	206
2.6.1. D. Pedro sob o domínio da “Rainha do Mundo”.....	211
Conclusão.....	215

## SEGUNDA PARTE

### DECISÕES NACIONAIS PARA O FIM DO TRÁFICO: SEUS IMPACTOS NA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA E PORTUGUESA

Introdução .....	219
<b>Capítulo I: Primeira Legislações sobre o tráfico de africanos</b>	
1.1. Lei Feijó Barbacena.....	221
1.1.1. A lei não foi para “inglês ver”!.....	227
1.1.2. O impacto da lei de 1831 na imprensa brasileira.....	229
1.1.3. A imprensa unida na crítica ao contrabando negreiro.....	233
1.2. Decreto de Sá da Bandeira.....	242
1.2.1. Impacto do Decreto de Sá da Bandeira na imprensa portuguesa.....	244
1.2.2. Decreto de 1836: uma “manobra legal” ou desejo sincero?.....	248
Conclusão.....	255

### **Capítulo II: O fracasso dos tratados, leis e decretos**

2.1. Desobediências ao Decreto nas colônias africanas.....	257
2.2. Resistência na Metrópole.....	261
2.3. Persistência no Brasil e as tentativas de revogar a lei de 1831.....	265
2.4. Ascensão e queda de Diogo Feijó.....	271
2.5. As tentativas do governo português para conter o tráfico.....	281
2.6. O fracasso do projeto de Sá da Bandeira.....	287
Conclusão.....	291



**TERCEIRA PARTE**  
**CONTRABANDO DE AFRICANOS NO BRASIL E EM PORTUGAL:**  
**A OPINIÃO PÚBLICA DIVIDIDA**

Introdução.....	295
<b>Capítulo I: Reabertura do tráfico negreiro sob forma de contrabando</b>	
1.1. A reestruturação econômica do tráfico.....	297
1.2. O problema do tráfico clandestino nas colônias portuguesas.....	300
1.3. Correntes de opinião pública na imprensa portuguesa.....	303
1.3.1. Os moderados e a abolição gradual.....	305
1.3.3. Os radicais anti-abolicionistas.....	307
1.3.4. Os abolicionistas: “O tráfico da escravatura não interessa aos portugueses”.....	314
Conclusão.....	317
<b>Capítulo II: Reabertura do tráfico de africanos no Brasil</b>	
2.1. Reabertura do tráfico: a imprensa dividida.....	319
2.2. Pró-abolicionistas: os males do tráfico.....	326
2.2.1. Insurreição escrava e segurança pública.....	328
2.2.2. Imoralidade a escravatura.....	337
2.3. “A extinção da escravatura não se realizará em nossos dias”.....	343
2.3.1. “A lei de 7 de Novembro de 1831 é a origem dos males presentes e futuros”.....	346
2.4. Os Conservadores na defesa do tráfico.....	354
Conclusão.....	363

**QUARTA PARTE**  
**DIGNIDADE E HONRA NACIONAL: A INGLATERRA RADICALIZA**

Introdução.....	363
<b>Capítulo I: O <i>Bill</i> Palmerston e as hostilidades contra Portugal</b>	
1.1. O impasse entre Portugal e Inglaterra.....	369
1.2. A opinião pública em defesa dos acusações injustas.....	378
1.3. As verdadeiras intenções da Inglaterra .....	384

1.3.1. “Inveja e interesse”.....	389
1.4. Discussão sobre abolição do tráfico no Parlamento português.....	392
1.5. Guerra a Inglaterra.....	396
1.6. Guerra entre os jornais.....	404
1.7. Aprovação do <i>bill</i> e a repercussão na imprensa portuguesa.....	407
1.7.1. Independência, decoro e honra nacional.....	410
1.7.2. Todo Portugal e toda imprensa unidos.....	414
1.8. O <i>bill</i> e a reação dos parlamentares portugueses.....	417
1.9. Repercussão do <i>bill</i> Palmerston no Brasil.....	421
1.10. A violação do “Direito das Gentes” e a repercussão na Europa.....	424
1.10.1. Unidos ao Brasil.....	427
1.11. O ocaso do setembrismo: não resolve o problema, muda o governo.....	431
1.12. A imprensa setembrista e o governo cartista.....	433
1.13. As últimas resistências para abolir o contrabando de africanos.....	442
1.14 A conclusão do Tratado anglo-português de 1842.....	446
Conclusão.....	453
 <b>Capítulo II: <i>Bill</i> Aberdeen e as hostilidades contra o Brasil</b>	
2.1. Dignidade e honra nacional ofendidas.....	455
2.2. “Guerra às manufaturas inglesas!”.....	457
2.3. O <i>bill</i> Aberdeen.....	464
2.4. Repercussão do <i>bill</i> Aberdeen na imprensa brasileira.....	474
2.5. Reação contra o tráfico.....	479
2.6. Mudanças de opinião .....	480
2.7. A “Revolução pacífica nos costumes”: primeiros periódicos abolicionistas.....	484
2.7.1. Os males do tráfico.....	488
2.7.2. “O tráfico de africanos é um mal, porém um mal necessário” .....	496
2.8. Nova legislação: o fim do tráfico no Imperio Brasileiro .....	500
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>511</b>

## **FONTES**

<b>1. IMPRESSAS</b> .....	519
<b>2. BIBLIOGRAFIA</b> .....	528

## **ANEXO**

<b>RESUMEN ESPAÑOL</b> .....	543
------------------------------	-----

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

Gráfico 1. Quantidade de escravos que deram entrada na alfândega do Rio de Janeiro com suas respectivas nacionalidades, entre 17 de outubro de 1821 a 21 de março de 1823.....	151
--	-----

Gráfico 2. Periódicos publicados no Rio de Janeiro (1820-1850).....	234
---	-----

## **ÍNDICE DE FIGURAS**

Figura 1. Os componentes da opinião pública em relação à política externa.....	367
--	-----

## **ÍNDICE DE QUADROS**

Quadro 1. Torias e Modelos utilizados na investigação.....	43
--	----

Quadro 2. Proventos obtidos pela Real Fazenda, relacionados à taxa que recaía direta ou indiretamente sobre o comércio de escravos.....	58
---	----

Quadro 3. Jornais publicados antes da liberalização da imprensa no Brasil, e que abordaram o tema da escravatura.....	105
---	-----

Quadro 4. dos principais jornais partidários do Rio de Janeiro (1826-1831).....	178
---	-----

Quadro 5. Tendências políticas dos principais jornais publicados no Porto e em Lisboa .....	244
---	-----

Quadro 6. embarcações apreendidas e julgadas pela Comissão Mista Brasileira e Inglesa no Rio de Janeiro, entre 1834 e 1840.....	279
---	-----

Quadro 7. Colonos inscritos na Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro, entre julho de 1836 a 31 de março de 1838.....	281
---	-----

Quadro 8. Principais produtos de exportação brasileiro (em %)......	322
---	-----

Quadro 9. Estimativas de importação de escravos no Brasil (primeira metade do século XIX).....	504
--	-----

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Número de assinantes e preço das assinaturas.....	39
Tabela 2. Entrada de escravos na Bahia (1786-1850).....	87
Tabela 3. Proporção de Deputados eleitos por Província.....	139
Tabela 4. Escravos importados no Rio de Janeiro de janeiro de 1820 a 26 de março de 1829.....	179
Tabela 5. Rendimentos das possessões portuguesas.....	300
Tabela 6. Exportação de café do Rio de Janeiro.....	321
Tabela 7. Exportação de escravos da África 1840 a 1847.....	489

## SIGLAS E ABREVEATURAS

**ACS.** Anais da Câmara dos Senadores  
**DCD.** Diário da Câmara dos Deputados  
**ACD.** Anais da Câmara dos Deputados



*"...Começaram a tirar aqueles cativos, para os levarem segundo lhes fora mandado; os quaes, postos juntamente naquele campo, era uma maravilhosa coisa de se ver, que entre eles havia alguns de razoada brancura, fremosos e apostos; outros menos brancos, que queriam semelhar pardos; outros tão negros como etíopes (...). Mas qual o coração, por duro que ser pudesse, que não fosse pungido de piedoso sentimento, vendo assim aquella campanha? Que uns tinham as caras baizas e os rostos lavados com lágrimas, olhando uns contra os outros; outros estavam gemendo mui dolorosamente, esguardando a altura dos céus, firmando os olhos em eles, bradando altamente, como se pedissem acorro ao Padre da natureza; outros fériam seu rosto com as palmas, lançando-se tendidos no meio do chão; outros faziam lamentações em maneira de canto, segundo o costume da terra, nas quaes, posto que as palavras da linguagem aos nossos não podesse ser entendida, bem correspondia ao grau de tristeza.*

*Mas para seu dó ser mais acrescentado, sobrevieram aqueles que tinham o cargo da partilha e começaram de os apartarem uns dos outros, afim de poerem seus quinhões em igualdeza; onde convinha de necessidade de se apartarem os filhos dos padres, e as mulheres dos maridos e os uns irmãos dos outros. A amigos nem a parentes não se guardara nenhuma lei, somente cada um cedia onde o a sorte levava! (...). E os outros, que trabalhães desta partilha, esguarde com piedade sobre tanta miséria, e vede como se apertam uns com os outros, que a penas os podeis desligar!*

*Quem poderia acabar aquella partição sem mui grande trabalho? Que tanto que os tinham postos em uma parte, os filhos, que viam os padres na outra, alevantavam-se rijamente e iam-se para eles; as mães apertavam os outros filhos nos braços e lançavam-se com eles de braços, recebendo feridas, com pouca piedade de suas carnes, por lhe não serem tirados! (...) e com estas cousas que viam, uns chorando, outros departindo, faziam tamanho alvoroço, que poinhiam em turvação os governadores daquela partilha.*

*○ Infante era ali em cima do poderoso caralo, acompanhado de suas gentes, repartindo suas mercês, como homem que de sua parte queria fazer pequeno tesouro..."*

Crônicas de Guiné de Gomes Eanes de Zurara (1453)



## INTRODUÇÃO

Gomes Eanes de Zurara se emociona ao descrever a primeira venda pública de escravos realizada em Lagos no Algarve, em agosto de 1444. Um comércio, que apesar de desumano e cruel, seria extremamente difícil de suprimir. Pelo contrário, longe de cessar, tomou um vigoroso estímulo apoiado pela Igreja Católica, que decidiu em favor da escravidão dos negros africanos, apoiada pelo direito canônico de “guerra justa”. Ou seja, era necessário converter esses povos pagãos ao cristianismo, mesmo que pela força, se necessário fosse. O próprio cronista, passada a comoção e piedade que sentiu ao testemunhar o destino dos cativos, admitiu mais adiante, que a salvação das almas legitimava todo o ato do escravizador: “Ora vede que galardão deve ser o do Infante [D. Henrique] ante a presença do senhor Deus, por trazer assim à verdadeira salvação não somente aqueles, mas outros mui muitos que em esta história ao diante podeis achar” (Zurara, 1973 /1453: XXVI). Assim, através da *bula* de 1454, o Papa Nicolau V concedeu ao Infante D. Henrique o monopólio das expedições marítimas. Posteriormente, pela *bula* de 1455 concedeu ao rei de Portugal e seus sucessores, o direito internacional de posse das conquistas na África, bem como de incorporarem tudo quanto pudessem extrair daquelas terras e daqueles povos.

Todavia, a justificativa da conversão das almas que legitimava o tráfico da escravatura foi logo suplantada pelo pragmatismo econômico. Apercebendo-se disso, em 1462, o papado tentou opor-se a este “vergonhoso comércio”, mas seus esforços foram impotentes. A descoberta do novo mundo e o desenvolvimento de plantações de cana de açúcar na Ilha da Madeira, Cabo Verde, São Tomé e Ilhas Canárias, em meados do século XV, haviam aberto um enorme mercado. Seguindo modelo português, a Espanha também entrou para o comércio de escravos. A partir de 1502, várias expedições partiram de Sevilha para a Guiné com o único propósito de levar escravos para as Índias Ocidentais, com objetivo de substituir a população nativa quase dizimada.<sup>1</sup> Gradualmente, outras nações adotaram o mesmo sistema em suas colônias no Novo Mundo. No final do século XVI, a despeito desta atividade ter gerado grandes rivalidades entre as nações, o tráfico já estava organizado em grande escala envolvendo outros países europeus, incluindo a Inglaterra, a França, Holanda e Dinamarca. É certo que todo esse

---

<sup>1</sup> Os primórdios da indústria do açúcar nas ilhas espanholas de Cuba, Hispaniola e Porto Rico, bem como muitas expedições de mineração realizados dentro dessas terras, estimularam a expansão do comércio transatlântico de escravos. Enquanto isso, os portugueses estabeleciam os fundamentos de uma economia agrícola em grande escala no nordeste brasileiro, usando a mão-de-obra escrava para a produção de açúcar. Em 1620, o Brasil tornou-se o primeiro produtor mundial de cana-de-açúcar, valendo-se da força de trabalho de mais de 100.000 africanos escravizados.

processo só foi possível com a cooperação das elites africanas.<sup>2</sup> Os líderes africanos, que inicialmente se opuseram aos portugueses, começaram a ver os benefícios no comércio dos escravos, uma vez que podiam usá-lo para livrarem-se dos prisioneiros de guerra, criminosos e pessoas consideradas indesejáveis, em troca de produtos europeus.

Em meados do século XVIII, muitos países europeus com colônias nas Américas, estavam totalmente dependentes da escravização de africanos. Com a criação de negócios lucrativos, seja no setor agrícola ou de mineração, o trabalho escravo foi fundamental levando ao aumento da demanda por escravos africanos em quase toda parte. Assim, através de uma rede comercial bem estruturada, o continente africano foi sangrado de uma parte de seus recursos humanos a partir da rota do Atlântico, para o estabelecimento da escravidão no Novo Mundo, fazendo surgir “*um modo de produção historicamente novo*”.<sup>3</sup> O tráfico e o comércio de africanos tornaram importantes fontes de acumulação de capital e um dos principais motores do capitalismo mercantil, fornecendo mão-de-obra necessária às plantações da América.<sup>4</sup> Parafraseando Karl Marx (1988): “a aurora da produção capitalista, foi a transformação da África num campo de caça comercial de negros”.

Apesar da grande competição entre as nações no tráfico Atlântico de africanos, entre 1740 e 1807, os britânicos dominaram o comércio mundial de escravos para o Caribe e Sul dos Estados Unidos, enquanto os portugueses dominaram o comércio de escravos para o Brasil, do século XV até meados do século XIX. O Rio de Janeiro foi o primeiro porto de escravos da colônia, seguido pelo de Salvador, na Bahia. Calcula-se que durante todo século XVIII, somente o Rio de Janeiro tenha importado 850 mil escravos africanos, quase todos de Angola (Caldeira, 1999:261). Portugal administrava o maior importador (Brasil) e os maiores exportadores (colônias africanas). Nas palavras de Oliveira Martins (1955:52): “tínhamos a produção e o consumo, a mercadoria e o mercado, dentro dos vastos limites das nossas colônias”.

No final do século XVIII, o comércio transatlântico de africanos havia atingido seu auge, tornado a maior empresa comercial do mundo. Mestres e mercadores de escravos, bem como

---

<sup>2</sup> O ressurgimento da escravidão na África no século XV e XVI está associado desmembramento dos grandes estados africanos e da proliferação de pequenos estados fragmentados. Neste contexto, os líderes locais viram a posse de escravos como o principal meio para consolidar seu poder e prestígio. Não foi a chegada dos portugueses em 1440, que introduziu tráfico na África Ocidental, no entanto serviu para dar uma dimensão transatlântica para uma cultura já bem estabelecida.

<sup>3</sup> Sobre o trabalho escravo, assim se manifestou Marx: “*Quando se rouba o escravo, rouba-se diretamente o instrumento de produção. Mas é preciso que a produção do país, para o qual se roubou, esteja organizada de tal maneira que admita o trabalho dos escravos ou não (como na América do Sul, etc.) é preciso que se crie um modo de produção que corresponda à escravidão*” (Marx apud Gorender, 1980:85)

<sup>4</sup> Sobre a relação do tráfico com o capitalismo, ver: Williams (1944), Thomas (1999), Boule (1976).



os comerciantes, produtores e a banca, aderiram ao sistema apoiados pelos governos dos países europeus participantes e elementos influentes da sociedade europeia. Contudo foi neste século que surgiram as primeiras manifestações ideológicas e humanitárias, que apoiada pelos pensamentos iluministas<sup>5</sup> começaram a contestar ao sistema escravista. Apesar de serem os quakers dos Estados Unidos a darem o primeiro sinal em 1700,<sup>6</sup> a iniciativa política e jurídica coube à Inglaterra, que depois de 20 anos de intensa pressão da opinião pública e de debates Parlamentares, tendo William Wilberforce como principal apologista e orador, em 1807 o tráfico de escravos foi abolido e tornou-se ilegal em todos os territórios da monarquia inglesa.

Aparentemente, com pretensões humanitárias e apoiada no princípio natural de liberdade, de que todos os homens nasciam livres e iguais, imediatamente após a proibição do comércio inglês de escravos, a Grã-Bretanha deu início a uma campanha internacional de combate ao tráfico de africanos, com objetivo de abolir gradualmente este comércio e por conseguinte a escravidão. Portugal foi a primeira nação a ser pressionada pelo governo britânico, a fazer o mesmo. Não só por ser política e economicamente dependente da Inglaterra, mas por dominar os territórios africanos,<sup>7</sup> onde era realizado o maior e mais movimentado comércio de escravos e possuir a maior colônia importadora desses escravos na América, o Brasil. Portanto, estabelecer um acordo com Portugal seria romper simultaneamente as duas pontas de um mesmo negócio: a exportação e a importação de escravos africanos.

O recorte temporal (1810-1850) justifica-se por compreender o período que marca o longo processo para por fim ao tráfico negreiro por imposição britânica iniciado em 1810, passando pelos sucessivos acordos: com o Império português (1815 e 1817) e com o Império brasileiro (1826); pelas leis brasileira (Feijó-Barbacena de 1831) e portuguesa (Sá da Bandeira de 1835); pelo tratado anglo-português de 1842, para o fim definitivo do tráfico em todo território pertencente à Monarquia portuguesa, até a Lei Eusébio de Queirós de 1850, quando

---

<sup>5</sup> Os filósofos morais do Iluminismo britânico, como Shaftesbury (1671-1713), Francis Hutcheson (1694-1746) e David Hume (1711-1776), colocaram o valor da “benevolência” no centro do debate. Para esses pensadores, a benevolência universal era o melhor motivo moral e a ação moral aumentava o bem-estar humano, produzindo “maior felicidade”. A noção filosófica de “benevolência”, foi promovida pelos teólogos e logo os evangélicos adotaram essa nova ideologia. Sobre a perspectiva intelectual e moral do abolicionismo britânico, ver: Davis (1966).

<sup>6</sup> Apesar de inexpressiva, uma das primeiras manifestações contrárias ao sistema escravista, de que se tem conhecimento, surgiu na América, quando ela ainda era uma colônia britânica, através dos escritos do puritano Samuel Sewall (1700), juiz e chefe de justiça do Superior Tribunal de Massachusetts, mais conhecido pelo seu envolvimento no julgamento das bruxas de Salém. Sobre este tema ver: Conn (1998:356), Sewall (1700).

<sup>7</sup> Territórios africanos sob o domínio de Portugal: ilhas de Cabo Verde, ilhas de São Tomé e Príncipe, Guiné, Ajudá (Whydah), Loango, Cabinda, Angola (Ambriz, Luanda e Benguela), Moçambique (Sofala, Beira, Quilimane e Cabo Delgado).

finalmente o Brasil assina o tratado anglo-brasileiro para por um fim definitivo ao “deshumado comércio”.

Percebe-se que todo o processo não foi tão simples assim. O fim do comércio atlântico de africanos assumiu grandes proporções no plano das relações diplomáticas internacionais e se tornou um ponto particularmente sensível tanto no Império português como no Império brasileiro. Em Portugal conduziu a uma grave crise política entre 1839 e 1842, levando a várias mudanças de ministérios e queda de governos, além de chegar a beira de um conflito armado com a Inglaterra. As negociações bilaterais anglo-portuguesa, provocaram em Portugal, uma enorme onda de nacionalismo, que uniu toda a imprensa política – até mesmo as adversárias – “numa só voz”, no sentido de aglutinar a opinião pública nacional para defender a “*dignidade e a honra nacional*”.

No Brasil, uma vez independente de Portugal, a situação não foi diferente. O período analisado foi marcado pela forte pressão britânica para abolir o tráfico, uma exigência imensamente contrária ao sentimento nacional numa sociedade em que escravidão estava profundamente enraizada. Assim, o problema provocou uma onda de revolta contra a ingerência da Inglaterra na administração do Império, contribuiu para a queda de ministérios, para perda de popularidade do Imperador D. Pedro I e consequentemente na sua abdicação em 1831; levou à renúncia de Diogo Antônio Feijó como Regente Uno e intensificou as disputas políticas durante o Segundo Reinado. O Brasil também chegou a beira de um conflito armado com a Inglaterra e o problema, amplamente divulgado na imprensa, foi considerado pela opinião pública e pelo governo brasileiro, um ataque à “*dignidade e honra nacional*”.

A história do tráfico de escravos luso-brasileiro, é inseparável da história da pressão britânica para suprimi-lo. Entretanto, Brasil e Portugal resistiram tenazmente a esta pressão, empenhados numa disputa diplomática com os ingleses por não executarem os acordos, os tratados e as suas próprias leis antitráfico. A pergunta norteadora da pesquisa é: que razões teriam levado Brasil e Portugal resistir por quase quarenta anos o *Abolition of the Slave Trade Act* britânico? Entendemos que a questão da abolição do tráfico está condicionada a causas muito mais complexas do que a trama puramente diplomática. Assim, o objetivo geral desta tese é: *analisar os debates que se travaram na opinião pública (Imprensa periódica e nos Parlamentos de Portugal e do Brasil) sobre o fim do tráfico transatlântico de escravos e suas*

*possíveis relações com o curso das políticas interna e externa portuguesa e brasileira, entre os anos de 1810 e 1850.*

Mais especificamente, o foco incide sobre o protagonismo da opinião pública e sua configuração como ator emergente das Relações Internacionais. Esta tentativa de relacionar a política interior com a exterior engloba três eixos de relações internacionais bilaterais: Portugal-Inglaterra, Brasil-Inglaterra, Brasil-Portugal, nos níveis de influência elaborados por Renouvin & Duroselle (1967): governo, grupos de pressão e opinião pública. Procuramos focar nossas análises não nas determinações externas, mas na dinâmica interna de Portugal e do Brasil, cada um com suas manobras, conflitos e soluções, resultado de um longo e conturbado processo que durou quatro décadas.

### **Problema: pressupostos, objetivos, hipóteses e justificativas**

Partimos do pressuposto de que pela semelhança, proximidade e dependência, o processo abolicionista brasileiro e português só pode ser compreendido a partir de uma análise conjunta dos dois países. Isto é, a partir da vinculação entre o importador e o exportador. Assim, o processo de pressão britânica e a relação bilateral Brasil-Portugal nos leva a formular outras perguntas: por que não houve uma aliança efetiva entre os governos de Portugal e do Brasil, para melhor resistir às pressões britânicas ou coibir o contrabando de africanos, uma vez que os dois países estavam ligados por laços fraternos? Como os dois países lidaram com a diplomacia beligerante dos britânicos? Em que medida os governos se deixaram influenciar pela opinião pública? Para atender o objetivo geral e responder estas perguntas, propomos os seguintes objetivos específicos:

- 1º) recuperar os debates e os argumentos utilizados pela imprensa (jornais, periódicos e revistas) e Parlamentos do Brasil e Portugal, com intenção de formar opinião pública e influenciar os governos;
- 2º) identificar as correntes de opinião pública a respeito do fim do tráfico na imprensa brasileira e portuguesa;
- 3º) descrever as soluções apresentadas pela imprensa para resolução dos problemas advindos do eminente fim do comércio de escravos;

4º) analisar os impactos e a repercussão da agressiva política externa da Inglaterra contra Portugal e o Brasil;

5º) avaliar a influência da opinião pública nas decisões de política interna e externa.

Outro pressuposto essencial é de que na imprensa (compreendendo periódicos, jornais e revistas) e nos parlamentos brasileiro e português ocorreram significativos debates relacionados ao fim do tráfico da escravidão africana, durante a primeira metade do século XIX. Este foi um período privilegiado no qual ocorreram profundas mudanças nos referenciais mentais, nas relações de poder e na convivência social, que acabaram forçando as personagens políticas e sociais a reverem suas atitudes, romperem o longo silêncio sobre o tema da escravidão e manifestarem seus verdadeiros sentimentos, debatendo abertamente a questão abolicionista, mesmo nos momentos de forte censura.

Durante a primeira metade do século XIX, a imprensa periódica portuguesa e brasileira, salvo as diferenças e especificidades evidenciadas na configuração do espaço público, evoluíram de forma muito parecida, refletindo os conflitos políticos e sociais nos dois países, exercendo um forte impacto na formação de correntes de opinião pública em cada momento histórico. Tanto em Portugal como no Brasil, havia uma grande quantidade de impressos de diversas facções políticas, com seus posicionamentos ideológicos veiculados pelos jornais, o que colaborou para a formação de uma opinião pública pluralizada. Segundo Fraser Bond (1962), uma das funções do jornal é orientar a opinião pública e interpretar os fatos ocorridos no meio social. No caso do jornalismo opinativo, como o praticado na primeira metade do século XIX, essa função é muito evidente. Sendo assim, recuperar os debates e os argumentos utilizados pela imprensa com intenção de influenciar a opinião pública e os governos, nos permite não só avaliar os pensamentos acerca do tráfico e da escravidão nas sociedades portuguesa e brasileira, como também a intensidade das disputas políticas e sociais internas e as suas influências nas relações internacionais. Ajudam, portanto, a entender como e porque Portugal e Brasil, postergaram os acordos para o fim definitivo do tráfico de africanos. A partir desses pressupostos propomos como hipóteses:

- A imprensa desempenhou uma importante função, não apenas pela divulgação e informação dos fatos, mas também de formar “opinião pública” capaz de exercer forte influência na política externa nos dois países, tanto no âmbito bilateral como multilateral, no que diz respeito ao fim do tráfico transatlântico de africanos.

- Durante o período estudado ocorreram intensos debates nas imprensas periódicas de Portugal e do Brasil, dividindo as opiniões entre os favoráveis e contrários ao tráfico negreiro, demonstrando assim: (i) que não houve uma completa ausência de sentimento abolicionista; (ii) que os relativos “silêncios” sobre o tema estavam relacionados à censura, às limitações das próprias imprensas periódicas e às divergências políticas; (iii) os “silêncios” não significavam ausência de opiniões.

É em torno dos problemas e hipóteses colocados nesta introdução, que os periódicos aqui examinados pautaram as suas análises e que esta tese vai tentar responder. A reconstrução histórica expressa através das notícias, dos discursos, dos debates e opiniões que se formaram sobre o fim do tráfico de africanos, tanto nos jornais como nos parlamentos brasileiro e português, apresentados nesta investigação, são relevantes e se justificam por três motivos:

1º) Os jornais e os discursos parlamentares são as únicas fontes capazes de demonstrar a participação pública e seus argumentos em relação ao fim do tráfico de escravos africanos, com objetivo claro de influenciar a opinião pública;

2º) São documentos capazes de contribuir para o conhecimento da dinâmica do tráfico ilícito na rota do Atlântico e a sua difícil e conturbada supressão imposta pela Inglaterra;

3º) No marco das relações internacionais, é possível identificar a formação das correntes de opinião pública nacionais, na questão da abolição do tráfico de africanos.

Não obstante, a opinião pública em ambos os lados do Atlântico, foi marcada por avanços e retrocessos. Percebemos que os esforços dos governos em gerenciar a opinião pública se tornaram problemáticos, pois a tomada de decisão podia provocar reações negativas. Portanto, se entendemos que a opinião pública reflete os anseios, os valores e aspirações de uma comunidade, então ela pode sim se tornar-se um instrumento de grande eficácia. É neste terreno fértil que lançamos as sementes desta nossa investigação.

## **Estado da questão**

É inegável que a pressão da Inglaterra foi fundamental no processo que levou ao fim o tráfico de africanos no Atlântico. No entanto alguns autores têm chamado a atenção para a importância de outros fatores, ligados aos acontecimentos internos/domésticos, que criaram as condições favoráveis para o fim definitivo do tráfico. Para o caso brasileiro, o historiador

francês Pierre Verger (1968), numa extensa pesquisa sobre o tráfico intercontinental entre o golfo do Benin e a Bahia de Todos os Santos, admite que a pressão naval dos ingleses em águas territoriais brasileiras, foi primordial para a “mudança de opinião” de uma parcela da população brasileira. Contudo, associa o fim do tráfico a fatores de ordem interna tais como: os temores da “haitianização” e da Revolta dos Malês, os problemas financeiros da lavoura cafeeira, o risco da perda de alianças com a França e a Áustria (importantes para preservação do status da família imperial), e a possível desmoralização da autoridade do governo.

Já o historiador britânico Leslie Bethell (2002), no seu clássico estudo sobre *“A Abolição do Comércio Brasileiro de Escravos”*, depois de relatar a discussão que se travou no Brasil, em relação aos créditos da responsabilidade da supressão do tráfico entre brasileiros e ingleses, destaca a importância das esquadras britânicas na África Ocidental e na América do Sul. Todavia reconhece a que a decisão do Brasil em agir efetivamente contra o tráfico foi fundamental. O governo brasileiro não só teve autoridade, como também recursos para por em prática essa decisão. No âmbito doméstico, um dos principais fatores que motivou a firme decisão do governo, foi a preocupação com as proporções que o tráfico negreiro havia atingido nos primeiros anos da década de 1830 e nos anos finais de 1840. Segundo o autor, as importações maciças constituíam uma ameaça para os interesses econômicos do país, o “seu equilíbrio racial e sua estabilidade interna, além de encorajar o desprezo geral pelas leis”. Bethell, também dedica um capítulo do seu livro à abolição do tráfico em Portugal, já que até 1822 o Brasil ainda era uma das colônias portuguesas.

O brasilianista Robert Edgar Conrad (1978), numa extensa pesquisa sobre o comércio transatlântico de escravos no Brasil, também não descarta a importância da pressão dos ingleses sobre o governo imperial e apresenta dois fatores internos que teriam sido responsáveis pelo fim do tráfico: os políticos brasileiros e a pressão dos escravos. Segundo Conrad, por mais que não tenha sido unânime, os debates parlamentares e a aprovação da Lei Eusébio de Queirós pelos políticos foram determinantes. Por outro lado, o espírito rebelde dos escravos, nas duas décadas que antecederam a abolição do tráfico, também foram fundamentais para o fim do processo. Conrad demonstra que através das fugas, dos suicídios, dos assassinatos de senhores

de terras, seus capatazes e até mesmo de suas famílias, dos atos de vandalismo, dos assaltos e pequenos furtos, os escravos foram constituindo paulatinamente várias formas de resistência.<sup>8</sup>

Para o historiador norteamericano Dale Graden (2006) o medo provocado pelas sublevações dos escravos, sobretudo pela revolta dos Malês na Bahia em 1835, além das fortes epidemias trazidas e propagadas pelos escravos, que assolaram as principais cidades brasileiras, sobretudo o Rio de Janeiro e Salvador entre 1848 e 1855, foram importantes para a extinção do tráfico.

Assim como Pierre Verger, Robert Conrad e Dale Graden, o historiador brasileiro Jaime Rodrigues (2005) também afirma que o crescente medo das ações coletivas dos escravos contra o cativo e o acirramento das pressões inglesas a partir do *bill* Aberdeen, serviram para que a proibição do tráfico surtisse efeito. Sidney Chalhoub (1990), em *Visões da Liberdade*, originalmente apresentado como tese de doutorado em história no ano de 1989, ao se debruçar sobre uma vasta documentação composta por processos criminais, ações cíveis de liberdade, jornais, leis provinciais, testamentos e inventários, também afirma que a pressão dos ingleses foi decisiva para que o governo brasileiro tivesse vontade política de acabar com o tráfico, mas destaca como importante fator interno, o temor das autoridades policiais e políticas da Corte, diante da alta concentração de africanos no seio da população escrava fluminense.<sup>9</sup>

Outros historiadores brasileiros que abordam a questão do tráfico Atlântico, também relativizam a pressão dos ingleses e apontam um conjunto de fatores internos e externos relacionados ao sistema capitalista, como determinantes para o fim do tráfico. Para a historiadora Emília Viotti da Costa (1998), em *Da senzala à colônia*, o fim do tráfico e da abolição insere-se num contexto de acumulação capitalista, na revolução nos meios de transportes e no sistema de produção, bem como no crescimento da população europeia e na crescente divisão do trabalho. Todos estes fatores tornaram impossíveis a manutenção do rígido sistema colonial, tornando o trabalho escravo cada vez mais inoperante, passando a ser alvo dos

---

<sup>8</sup> Sobre este aspecto escreveu Conrad (1978:21): “Mais comum que as revoltas, que eram perigosas, difíceis de organizar e de sucesso improvável, era a simples alternativa de fugir da presença do senhor. Enquanto a escravatura durou o problema dos fugitivos impôs um desgaste permanente das energias e bens da classe proprietária de escravos. [...] Os anúncios e as recompensas pela sua captura, a devolução, os salários dos policiais, dos caçadores de escravos e dos juizes pagos pelos fundos públicos, os honorários pelo castigo e a cura ou alojamento na prisão local, os gastos com armas, a perda de animais e de outros bens nos assaltos por bandos de fugitivos e um intenso tributo em insegurança e vidas humanas eram um constante sorvedouro de bens, paciência e conforto da classe proprietária de escravos”.

<sup>9</sup> Entre 1800 e 1850, a cidade do Rio de Janeiro possuía a maior população escrava urbana das Américas. Essa condição causava apreensão nos administradores da Corte, que temiam insurreições escrava, como as que ocorreram no Haiti e na Bahia (1835). Sobre este tema ver: Chalhoub (1990:186-284).

novos grupos sociais a ele desvinculados. Nesta mesma linha de pensamento, Luís Henrique Dias Tavares (1988), em *Comércio proibido de escravos*, concluiu que o tráfico negreiro se manteve no Brasil depois de proibido somente porque ofereceu repostas ao capitalismo e só foi desativado quando o desenvolvimento do mesmo capitalismo o superou nos dois lados do Atlântico. Ou seja, também na África, as novas circunstâncias acentuaram um quadro econômico e político que levou à anulação do comércio negreiro, e o capitalismo começou a explorar a mão-de-obra africana no dentro do próprio continente africano. Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno (2011), na *História da política exterior do Brasil*, defende que as pressões da Inglaterra não teriam sido essenciais para a abolição do tráfico negreiro, e que o Brasil somente acabou com o tráfico, quando a moral e a conjuntura política, econômica e social possibilitaram.

Segundo Riva Gorenstein (1993:178-179), durante três séculos de escravidão a ideologia escravista ficou de tal forma “cimentada” na sociedade brasileira, que nem o movimento a favor da extinção da escravidão na Europa e nem a pressão do governo inglês junto a D. João VI, encontraram apoio dos brasileiros e portugueses radicados no Brasil. Marco Morel e Mariana Monteiro de Barros (2003:98-99), afirmam que “entre 1808 e fins de década de 1870”, prevalecia o silêncio diante do tráfico e da escravidão. As poucas vozes que se levantaram contra o escravismo no Brasil, não tiveram consequências práticas ou a amplitude de uma campanha sistemática. Para José Murilo de Carvalho (1998:51-52), essa “cortina de silêncio”, só teve fim, por interferência do Imperador em 1867, motivados por dois acontecimentos: a resposta do governo brasileiro à mensagem da *Junta Francesa de Emancipação* e a mensão do problema da escravidão na *Fala do Trono*. Ou seja, até a década de 1860, não teriam sido publicados textos importantes sobre a escravidão, com exceção de José Bonifácio, um ou outro autor redigiu uma memória sobre o tema. “A imprensa debatia o tema por ocasião de acontecimentos relevantes, como a abolição do tráfico em 1850, passando o impacto voltava ao silêncio”. O mesmo ocorria no Congresso, conclui o autor. Discordamos do autor neste aspecto, e nossa pesquisa vem demonstrar que durante toda primeira metade do século XIX, a questão do fim do tráfico foi amplamente discutida e debatida, tanto na imprensa como no Parlamento brasileiro. Concordamos contudo, com as reflexões de Carvalho, em “*Escravidão e a Razão Nacional*”, ao afirmar que na tradição luso-brasileira, predominavam as razões políticas antes que religiosas e filosóficas. Segundo o autor, antes da independência do Brasil, os argumentos para manter o tráfico e a escravidão eram baseados na “razão colonial”,



motivados pelos interesses econômicos do Estado Português. Depois da independência foram as “razões nacionais”, motivados pela necessidade de formar uma nação.

Luiz Felipe de Alencastro, em um artigo escrito para a *Folha de São Paulo* em 1988, ano da comemoração dos “Cem anos da abolição da escravidão no Brasil”, afirma que a continuação do tráfico negreiro ilegal, foi essencial para manter a “unidade nacional brasileira”. Ou seja, o Brasil se manteve unido territorialmente, sem se fragmentar como a América espanhola, “às custas da deportação, até 1850, de mais de um milhão de africanos”. Segundo o autor, o fato de não reprimir o tráfico negreiro “o governo concedia aos proprietários muito mais que o reconhecimento legal da escravidão: concedia o reconhecimento da legitimidade da pirataria atlântica”, e conclui: “apenas nascido, o Estado brasileiro despontava para a catástrofe”.<sup>10</sup>

Em Portugal os principais trabalhos sobre o tema, focam mais nos fatores internos que dificultaram a supressão do tráfico, do que propriamente nos que favoreceram concertação com a Inglaterra. Segundo o historiador português José Capela (1979), “as condições objectivas da sociedade portuguesa, quer no tocante às classes dominantes metropolitanas, quer relativamente às classes escravagistas coloniais, não só em nada favoreciam medidas para a extinção do tráfico e da escravatura, como a impediam.” Valentim Alexandre (2000) aponta a resistência em África, a falta de meios financeiros e militares, bem como a ausência de um verdadeiro sentimento antiescravista em Portugal, como principais fatores explicativos.

João Pedro Marques (1999), numa extensa pesquisa para sua tese de doutorado, que se tornou um livro, concluiu que as questões exteriores à “vontade” portuguesa, especialmente nas colônias, não foram os factores decisivos como afirmaram Capela e Valentim Alexandre, e que o grande obstáculo à supressão definitiva residia na própria Metrópole. Ou seja, teria sido o acumular de resistências internas à supressão imediata do tráfico, nomeadamente em torno do fantasma da perda das colônias. Assim, Sá da Bandeira enveredou por uma política dúplice que, por um lado, procurava promover a abolição do tráfico, e por outro, resistia a concertação com a Inglaterra sem a qual o tráfico dificilmente seria suprimido. Sá teria promovido a abolição do tráfico português de escravos, a um ritmo compatível com os interesses e sentimentos portugueses, ao mesmo tempo que procurava um “guarda-chuva legal” contra a pressão abolicionista britânica. Nesse estudo, o autor procurou também identificar as ideias e atos, no

---

<sup>10</sup> No Brasil, a economia agrícola de exportação estava ligada às oligarquias regionais, envolvidas tanto comércio de africanos, como na atividade escravista. Ver também Alencastro (2000).

intuito de compreender a posição e o pensamento português face ao problema da abolição da escravatura para justificar o que ele chama de “silêncio” e “toleracionismo”.

Para os historiadores João Medina e Isabel Castro Henriques (1996), as relações íntimas entre as frações da burguesia de língua portuguesa, permitiram que o tráfico prosseguisse, só tendo sido seriamente abalado pela legislação brasileira, de Euzébio de Queiroz em 1850. Maria do Rosário Pimentel (1995), depois de discorrer num capítulo de sua tese de doutorado, sobre as dimensões da polémica em Portugal em torno da abolição da escravatura e os pensamentos escravista e antiescravista dos séculos XVI a XIX, concluiu que as atitudes abolicionistas evoluíram com características específicas, surgidas de um núcleo de opiniões sem a organização do movimento inglês e francês. Não houve recurso à sensibilidade religiosa, como em Inglaterra, nem discussões intelectuais como em França. Em concordância com os outros autores, o que pesou em Portugal foi a problemática económica e colonial.

Não obstante, as análises dos autores apontados, têm o mérito de chamar a atenção para importantes aspectos que tendem relativizar o peso das pressões inglesas para o fim do tráfico transatlântico de escravos, evidenciando outros fatores internos e externos, considerados preponderantes para o fim do tráfico, tais como os políticos, económicos e sociais, sobretudo o papel dos escravos nesse processo.<sup>11</sup> Por outro lado, estudos relacionando concomitantemente o papel desempenhado pela imprensa e parlamento, português e brasileiro sobre o fim da migração forçada de africanos, especialmente a influência da opinião pública na tomada de decisões no campo da política interna e externa nos dois lados do Atlântico, ainda são escassos e fragmentados. Depreende-se que compreender a política interna e externa de um país, é um exercício de reconhecimento dos interesses, da “*dignidade e honra nacional*” de cada povo.

Assim, é nosso intento explorar e relacionar os diversos conteúdos discursivos plasmados nos periódicos e parlamentos, para melhor conhecer como se deu o encaminhado do problema abolicionista, nos governos e nas sociedades portuguesa e brasileira. Ao indagar sobre as

---

<sup>11</sup> Desde a clássica teoria de Marx, que relaciona o tráfico de escravos com a acumulação primitiva de capital necessária para a industrialização, cuja ideia foi desenvolvida por Eric Williams (1944), a maioria dos historiadores sobre o tráfico focaram suas análises nas questões económicas. Contudo, a historiografia do comércio de escravos no Atlântico experimentou uma mudança e as pesquisas recentes segundo Herbert Klein (1989), têm realizado importantes re-avaliações acerca do papel do tráfico atlântico de africanos no crescimento económico dos países europeus, nos dados quantitativos do tráfico, nas questões relacionadas à taxa de mortalidade e transmissão de doenças, no seu impacto na sobre a sociedade africana, bem como nas causas e consequências da abolição do tráfico Atlântico.

diversas opiniões sobre o tema que circularam na época, podemos perceber e demonstrar as suas influências, ou não, nas decisões de política externa.

### **Opinião Pública: conceitos e contextos**

Quando se trata de opinião pública é conveniente clarificar seu conceito e elaborar uma definição que enquadre no contexto histórico analítico desta tese. Por ser considerado um termo polissêmico é utilizado em várias áreas do saber e, desde o século XVIII vem despertado a atenção de diversos estudiosos.<sup>12</sup> Jürgen Habermas, em seu livro *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (*Strukturwandel der Öffentlichkeit*), publicado inicialmente em 1962, mostrou que a “opinião pública”, nasceu na esfera pública burguesa por volta do século XVII,<sup>13</sup> resultado da dilatação da sociedade civil inglesa com o crescimento da vida urbana, o aumento do número de leitores, e a proliferação dos cafés, livrarias, clubes de leituras e lojas maçônicas, depois expandiu por toda a Europa, especialmente França<sup>14</sup> e Alemanha. A burguesia, uma emergente força econômica e letrada, privada do poder político inicialmente discutia e emitia opiniões sobre tudo o que era lido: cartas, romances, enciclopédias e jornais, passou a criticar e opinar também sobre o sistema político vigente. Estas opiniões e críticas por serem consideradas expressões da opinião pública, obtiveram reconhecimento do Estado e passaram a influenciar nas suas decisões políticas. Contudo, segundo Habermas, a primeira definição de “opinião pública” surgiu com o liberalismo, uma vez que a comunicação gravitava em torno dos representantes políticos, transformando-os em formadores de opinião.<sup>15</sup>

Por conseguinte, a disseminação da imprensa, a partir de meados do século XVIII, foi fundamental para a formação de um debate público crítico e para o consequente desenvolvimento da esfera pública.<sup>16</sup> Nessa esfera pública, segundo Habermas, os sujeitos

---

<sup>12</sup> Sobre a trajetória histórica do termo opinião pública, ver: Bobbio *et alli* (1992:842-845), Habermas (2003).

<sup>13</sup> O desenvolvimento e fortalecimento do Estado-nação dirigido pela nobreza, enquanto a burguesia, uma força emergente, economicamente poderosa, letrada, consumidora das informações, capaz de discutir suas preocupações culturais e materiais, nos variados fóruns formais (clubes de leitura) e informais (cafés, salões, clubes), era privada do poder político, são contradições que explicam o surgimento da esfera pública burguesa.

<sup>14</sup> Keith Michel Baker, discorda da tese de Habermesiana de 1962, e afirma que na França, a opinião pública não surgiu com a burguesia, mas durante o reinado de Luis VX, com o próprio monarca junto com os seus críticos, que invocou a opinião pública para assegurar a legitimidade das reivindicações que não podia fazer nos termos de uma ordem política absolutista. Sobre os críticos da teoria hobbesiana, ver: Silva (2002).

<sup>15</sup> Sobre a evolução do conceito de opinião pública através do pensamento de John Locke, Jean-Jacques Rousseau, Immanuel Kant, Hegel, Karl Marx, Stuart Mill e Alexis de Tocqueville, e as definições modernas de “opinião pública”, ver: Habermas (1993).

<sup>16</sup> Sobre “esfera pública”, ver também: Bavaresco (2003).

podem construir e manifestar opiniões de interesse geral, estabelecidas por meio de informações, argumentos pessoais e debates, que podem ganhar publicidade e gerar correntes de opinião pública. Os meios de comunicação, no caso a imprensa periódica, dotam os sujeitos de informações fornecendo subsídios para elaborar os julgamentos.

No espaço luso-brasileiro, Lúcia Neves (2009:183) afirma que o conceito moderno de opinião pública, enquanto “invenção política”, se deu no momento em que as discussões políticas começaram a ultrapassar o domínio restrito do círculo privado da Corte para alcançar os novos espaços públicos de sociabilidade, surgidos paralelamente às Luzes, como os cafés, as academias, as livrarias e, até mesmo as sociedades secretas que, sob a proteção do segredo, converteram a palavra em coisa pública. Para o historiador franco-espanhol François-Xavier Guerra, em *Modernidad e independências. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas* (1993), os novos modos de sociabilidade, estão relacionados com movimentos de independência latino-americana, e as transformações sociais, políticas e culturais que ocorrem simultaneamente na Península Ibérica. Ou seja, o autor associa os novos espaços de sociabilidade ao fenômeno revolucionário, num processo único que atravessou em conjunto o mundo ibérico. Este ponto de vista, revela a profunda ruptura que ocorre no âmbito político e nos modos de articulação entre governantes e governados, redefinindo as categorias políticas fundamentais de “representação”, “soberania”, “legitimidade”, “opinião pública” e “povo”. Tanto em Neves como em Guerra, os jornais constituíram um importante instrumento de construção e de consolidação da esfera pública, bem como da emergência da opinião pública nos dois lados do Atlântico.

Evidentemente com inícios e trajetórias diferentes, no espaço luso-brasileiro a opinião pública está vinculada ao progresso da Ilustração europeia, ao liberalismo, à liberdade de imprensa, à soberania popular e à representação política. A imprensa é, portanto, vista como mediadora entre o Estado e o cidadão nos assuntos de interesse público. Daí resulta as permanentes tensões relacionadas à liberdade de imprimir, à sua forma de apropriação, de disputa de interesses e de mobilização popular. Em Portugal e no Brasil, a implementação da imprensa e a consolidação do espaço público se efetivou de fato, a partir da Revolução Liberal, ocorrida na cidade do Porto em 1820, que impôs a monarquia constitucional, instaurou a Constituição, regulamentou a liberdade de imprensa e lançou as bases para a emancipação política do Brasil.

Conforme adverte Habermas (2003), para que a opinião pública possa exercer de fato a influência política, ela tem que ser formada não só por pessoas que estão inseridas nos grupos de interesses e por especialistas nos assuntos debatidos, mas por outras, inclusive as leigas, que participam da esfera pública produzindo opiniões. Neste sentido, levamos em consideração não só o espaço público formado pela burguesia que participa no mundo elegante na sociedade aristocrata da corte, na esfera literária dos *coffes-houses* e *salons*, expresso por Habermas, mas também outros espaços de sociabilidade pública<sup>17</sup> e popular como as tabernas, botequins,<sup>18</sup> praças e esquinas; também dos pequenos grupos que se reuniam nas residências, nas paróquias, na maçonaria e nas associações. No caso brasileiro, estes espaços, mesmo que rigidamente estratificados, eram formados por uma gama social muito variada: escravos<sup>19</sup> e libertos, negros e mestiços livres, imigrantes europeus (principalmente portugueses) e brasileiros pobres, também pelos proprietários rurais, profissionais liberais, funcionários públicos, comerciantes, caixeiros, militares, soldados rasos e padres, inclusive mulheres. Ou seja, eram frequentados tanto pelo público leitor como não leitor, mas ouvinte das leituras coletivas e que também participava nas discussões e tinha opinião. A prática da leitura em voz alta, quer no âmbito privado ou público era muito difundida, valorizada e vista como manifestação de sociabilidade brasileira na época. Portanto a relação com a palavra impressa era frequentemente mediada pela oralidade. Como enfatiza Morel (2005:23), os “gritos e vozes nas ruas” constituíam uma forma de ocupação dos espaços públicos, “ainda que simbolicamente e efêmera, mas muitas vezes eficaz e impressionante”.

Tendo em conta a explicação contemporânea de opinião pública, Jean-Jacques Becker (1996), utilizando a formulação de Wilhelm Bauer, acredita que ela é formada por dois planos

---

<sup>17</sup> François-Xavier Guerra e Annick Lempérière, ao discutirem os preceitos de esfera pública e sociedade burguesa, propostos por Jürgen Habermas, propõem uma pluralidade de espaços e de esferas públicas. Os autores também fazem advertir sobre o uso inadequado do conceito de “sociedade burguesa”, para a América Ibérica. Pelo menos até finais do século XIX, as formas burguesas de sociabilidade não se enquadram na realidade latino-americana. Sobre as críticas ao trabalho de Habermas e a formação do espaço público na América Latina, ver: Guerra, Lempérière, *et. alli.* (1998).

<sup>18</sup> Estabelecimento onde havia consumo de bebidas e comidas.

<sup>19</sup> O cenário urbano neste período era formado por homens livres pobres e escravos libertos, que buscavam serviço ou ficavam perambulando ou mendigando. Daí a necessidade de D. João VI, logo em 1808, criar a Intendência de Polícia e estabelecer leis regulamentado. A presença da Corte, estimulou ainda mais a escravidão urbana, inúmeros escravos desempenhando as mais variadas atividades de ganho, tais como carregadores, vendedores ambulantes, quitandeiras, domésticas, lavadeiras, artesãos, trabalhadores nos portos e oficinas, pedreiros, carpinteiros, marinheiros, entre outros ofícios. Também se reuniam para os batuques e em irmandades como a do Rosário. Os escravos africanos, já de tradição oral, apropriavam da palavra escrita mediada pela voz daqueles que liam. Segundo as estimativas do viajante inglês John Luccock, chegado ao Brasil logo depois da abertura dos portos ao comércio internacional, em 1808 a cidade do Rio de Janeiro possuía uma população aproximada de 60.000 habitantes, sendo 48.000 livres e 12.000 escravos urbanos. Em 1821, segundo as estimativas de Luis Carlos Soares (2007:27), havia 86.323 habitantes na cidade do Rio, sendo 45.947 livres (53,23%) e 40.376 escravos (46,77%). Ou seja, os escravos formavam a quase metade da população urbana. O Rio de Janeiro chegou a ser a maior cidade escravista da América.

temporais que interagem entre si: um relacionado ao tempo curto e outro ao tempo longo. O tempo curto seria a opinião imediata a um determinado acontecimento e o longo, relacionado aos costumes, hábitos, tradições e ideologia de um determinado grupo. Para este autor, a opinião pública, em determinados momentos, pode conduzir a eclosão de uma manifestação social. Mesmo quando ela não é aparente e se mantém silenciosa, não deixa de ser por isto, uma forma de opinião. Do ponto de vista de Elisabeth Noelle-Neuman, o silêncio não é significativo quando se trata de opinião pública. A socióloga alemã, em *Espiral do Silêncio* (1973), ao analisar os efeitos dos meios de comunicação em massa, afirma que aqueles cujas opiniões discordantes são minoritárias, tendem a se calar frente às opiniões da maioria. Sentem-se marginalizadas e optam pelo silêncio para evitar a solidão social. Os que silênciam terminam sendo influenciados pelo senso da “maioria” e conseqüentemente a tendência ao silêncio aumenta. Isso acontece porque algumas pessoas, como os jornalistas por exemplo, têm o poder e o canal para expressar suas ideias, fazendo com que a opinião que recebe apoio explícito pareça mais forte do que realmente é. Estes indivíduos acabam influenciando maciçamente a sociedade, desencadeando a homogeneização da opinião pública.

Ao contrário do que formalizou Noelle-Neuman, a “minoría” mesmo silenciosa, tem outro valor para Ortega y Gasset. O filósofo espanhol, em *A Rebelião das Massas*, ao refletir sobre as transformações na Europa no século XX, a partir da realidade espanhola, procura compreender o processo de crescimento das massas urbanas, e percebe a “minoría” ou “homem-especial”, como um grupo de pessoas que adquiriram clarividência por meio da cultura e da virtude, um dos fatores necessários para a formação de toda a sociedade. Um contraponto com a “maioría” ou “homem-massa”, que é um homem horizontal, coletivo, grupal, prosaico, vulgar, sem estilo, sem aprofundamento, sem esforço e seguidor da opinião pública. É a “massa” constituída de pessoas limitadas e com noções obscuras sobre a própria circunstância.

Monique Augras (1970) em seu livro intitulado *Opinião Pública*, entende a opinião pública como o sentimento do povo, podendo representar tanto a expressão genuína da vontade do povo, como também um meio de manipulação desse povo. Segundo Norbert Elias (2006) a opinião pública é um grupo de pressão não organizado, mas possui uma potencial influência. Bernard Fay (1965) a vê a opinião pública, como um “monstro” que corrompe a civilização moderna com vigor inusitado e avassalador, que aparece algumas vezes com fundamento da democracia e outras como aglutinador de forças sociais que originam as ditaduras.

Alguns autores como Philip Davison (1968) e Victor O. Key (1969), admitem ser difícil uma definição para o termo “opinião pública”. H. L Childs, em seu livro *Public Opinion: Nature, Formation and Role*, publicado em 1965, depois de citar 48 diferentes significados de opinião pública, concluiu não haver uma definição geralmente aceita do termo (Childs *apud* PRINCE, 1992). Outros como José de Ortega y Gasset (1930/2001), Theodor Adorno (1947/2008), Pierre Bourdieu (1983) e Patrik Champagne (1996), acreditam que ela “não exista”.<sup>20</sup>

Segundo Nicola Matteucci (1998:844), uma opinião pública só desempenha bem as suas funções, se houver “publicidade das discussões parlamentares e dos atos do governo, e a plena liberdade de imprensa”. Neste sentido, só com a publicitação das ações do poder político, é que a opinião pública pode exercer as suas funções de julgar, questionar, supervisionar e criticar. Assim, a imprensa, mais precisamente os jornais, emerge como importante instrumento de formação da opinião pública, no que diz respeito à expressão de ideias, difusão das informações e das discussões parlamentares e dos atos dos governos. As opiniões por ela emitidas e o fluxo das informações, tendem a despertar o interesse dos leitores, dando início ao debate público.

Não obstante é necessário assinalar que durante o século XIX não existia os mecanismos modernos para medir a opinião pública, como a comunicação em massa através da mídia ou uso de pesquisas quantitativas, como nos dias atuais. No entanto acreditamos ser possível extrair opiniões coletivas a respeito dos principais temas de domínio público debatidos em comunidade ou no espaço público durante o período analisado, aproximando da opinião pública “genuína”, formulada por Habermas. Assim, no âmbito deste trabalho, “*opinião pública*” é definida *um conjunto das ideias que respondem a problemas circunstanciais, colocados por pessoas do mesmo país e na mesma época, visando influenciar a população e a administração pública*. Isso compreende a uma diversidade de indivíduos que representam suas posições defendidas em torno do tema. Para isso, requer uma troca discursiva, que ao ser publicada e

---

<sup>20</sup> O espanhol José de Ortega y Gasset e o alemão Theodor Adorno, pensadores que viveram num momento em que a opinião pública genuína foi trocada pela opinião de massa, como ocorreu durante o fascismo, nazismo e bolchevismo, se esforçaram para compreender a opinião pública moderna. Ortega y Gasset, chegou a conclusão de que “às vezes a opinião pública não existe”. Justifica: “uma sociedade dividida em grupos discrepantes, cuja força da opinião fica reciprocamente anulada, não possibilita a constituição do mando. E, como a Natureza tem horror ao vazio, esse espaço vazio que é formado pela ausência de opinião pública é preenchido pela força bruta”. Já Theodor Wiesengrund Adorno (2008) e Pierre Bourdieu (1983), criticam a criação da opinião pública pela via das pesquisas quantitativas. Bourdieu duvida que os temas pesquisados sejam de real interesse de todos os respondentes. Ou seja os pesquisadores impõem assuntos que lhes parecem importantes, sem basear num real consenso a esse respeito. Considera falso pressuposto de que todas as opiniões têm o mesmo valor. Patrick Champagne (1996) também considera que a opinião pública é fabricada por técnicas modernas de sondagem, portanto ela não existe.



exposta ao debate, seja capaz de desencadear opiniões, não necessariamente unânimes ou da maioria. O tema que gera a opinião, deve atingir diretamente a sociedade e ser relevante o suficiente para gerar discussão pública. Enfim, cabe ressaltar que apesar da expressão “opinião pública” ter sofrido uma série de mutações adaptadas à cada época e à cada poder vigente, historicamente desde a sua origem, ela está ligada ao consenso geral e representa um exercício de reflexão, que não deve ser ignorado pelos governantes

### As fontes

A bibliografia utilizada é bastante diversificada e varia de acordo com a temática de cada um dos capítulos. No entanto privilegiamos as fontes documentais primárias: os discursos parlamentares (*Anais da Câmara dos Srs Deputados* e *Anais do Senado*), os *Relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil*, cobertos no período entre 1830<sup>21</sup> e 1850, o *Conjunto de Leis do Império do Brasil*, as *Memórias*, relatos de viajantes, e os periódicos oficiais e não oficiais publicados no Porto, Lisboa, Bahia e Rio de Janeiro, entre os anos de 1810 e 1850.

A escolha destas cidades deve-se ao fato de não serem apenas as principais cidades de Portugal e do Brasil, mas os principais centros irradiadores de ideias, onde estavam sediados os mais importantes jornais e também os principais portos do comércio negreiro.<sup>22</sup> Já os Parlamentos, atuavam nos âmbitos nacionais. Constituíam lugares de encontro entre os cidadãos, na medida em que a vontade “popular” das províncias era expressa através de seus representantes. O parlamento converteu-se, portanto, num importante fórum de debate, onde as opiniões tornavam-se públicas, não só porque os temas das discussões orientam os interesses de uma importante parcela da sociedade que representam, mas também pelo direito que os cidadãos tinham de conhecer o que ali se expunham e debatiam. Em 11 de janeiro de 1823,

---

<sup>21</sup> A data de 1830, marca a abertura do primeiro relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, assinado pelo ministro Francisco Carneiro de Campos e publicado no ano seguinte. O relatório cobre o período de 1830 a 1960, sendo que a partir da Programação da República em 1888, passou a ser chamado de Ministério das Relações Exteriores. Os relatórios foram digitalizados dos microfilmes de documentos do governo brasileiro depositados na Biblioteca Nacional, no âmbito do projeto *Latim-American Microfilm Project*, desenvolvido pelo *Center for Research Libraries* (CRL), sob o patrocínio da Andrew W. Mellon Foundation.

<sup>22</sup> O porto do Rio de Janeiro concentrava a maior parte dos escravos africanos introduzidos no Brasil. O segundo maior era o de Salvador. Os portos do Rio de Janeiro e da Bahia eram também importantes na reexportação dos escravos tanto interno como para outros países. O porto do Rio reexportava para países da América do Sul, enquanto o da Bahia, exportava para Cuba. Sobre os números referentes ao tráfico, ver: Conrad (1985) e Curtin (1972), Goulart (1975), Karasch (2000) e Taunay (1978),



escreveu o *Censor Português*, periódico liberal português: “O sistema representativo não é outra coisa senão o governo da opinião pública”.

No Império do Brasil (1822-1889), as províncias eram representadas por deputados e senadores, escolhidos em Assembléias Paroquiais pelos volantes ou “massa dos cidadãos ativos”. A Câmara dos Deputados era temporária, enquanto o Senado era composto por membros vitalícios.<sup>23</sup> Em Portugal, durante a Monarquia Constitucional (1822-1910), no período em que vigorou a Constituição de 1822, existiu somente a Câmara dos Deputados.<sup>24</sup> Com a Carta Constitucional de 1826, outorgada por D. Pedro IV (D. Pedro I, do Brasil), passou a haver duas Câmaras: a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Pares do Reino (1826-1838 / 1842-1910). A Câmara dos Senadores só foi instituída pela Constituição de 1838, por Passos Manuel, e vigorou até 1842. Ou seja, apenas durante o intervalo de paralização da Câmara dos Pares. Os deputados eram eleitos por sufrágio indireto e censitário. Nas eleições primárias, os “Eleitores de Província” deveriam possuir uma renda mínima de duzentos mil réis.<sup>25</sup> Os menores de 25 anos e as mulheres continuaram excluídos de votar. Para ser eleito deputado exigia-se uma renda mínima de quatrocentos mil réis e a legislatura passou a ser de quatro anos. Já a Câmara dos Pares do Reino era composta por membros vitalícios e hereditários, nomeados pelo Rei, sem número fixo. Com a Constituição de 1838, manteve-se o sistema bicameral, com a Câmara dos Senadores. Ambas as câmaras eram eleitas indiretamente e por sufrágio censitário. A Câmara dos Deputados eleita por um período de três anos, enquanto a Câmara de Senadores, deveria ser renovada, em metade dos seus membros, sempre que houvesse eleições para Câmara dos Deputados. Em 1842, Costa Cabral “ressuscita” a Câmara dos Pares (Bonifácio, 1994:124).

No Brasil, o Parlamento, instaurado imediatamente após a independência de Portugal e em um momento em que a opinião pública nacional era em grande parte, favorável à limitação da monarquia absoluta, contribuiu para o amadurecimento da consciência pública em favor dos

---

<sup>23</sup> O Decreto de 24 de março de 1824, traz instruções para as eleições de Deputados e Senadores. São excluídos da votação, os que não tiverem renda líquida anual de duzentos mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos, os libertos, mulheres e os criminosos pronunciados em querela. Para eleger-se Deputado era preciso comprovar renda anual de quatrocentos mil réis, e para Senador, oitocentos mil réis. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25 de março de 1824. No ano de 1826, a Câmara dos Deputados foi reaberta depois do fechamento da Constituinte.

<sup>24</sup> Os representantes da nação eram eleitos por um período de dois anos, por sufrágio direto, secreto, não universal, já que estavam excluídos de votar, menores de 25 anos, mulheres, vadios, regulares e criados. Para ser eleito deputado era necessário ter renda suficiente, procedida de bens de raiz, comércio, indústria ou emprego.

<sup>25</sup> A semelhança do Brasil, o “povo” escolhia os eleitores e estes escolhiam os deputados.

interesses nacionais, além de esclarecer a opinião pública, na qualidade de seu representante, sobre temas relevantes da política externa brasileira. Seu papel era definido como “expressão suprema da opinião pública” (Cervo, 1981:13). Conforme escreveu Hipólito da Costa, na edição de fevereiro de 1819, do *Correio Braziliense*:

O carater dos homens públicos é objeto de pública observação, isso mesmo lhes serve de freio, e ainda que se pudesse reprimir a publicação das opiniões, pela imprensa, nunca se poderiam sufocar as vozes. [...] um povo que se conduz como rebanho de carneiros [...] é sempre incapaz de cousas grandes.

Tanto a imprensa portuguesa como a imprensa brasileira do século XIX, representavam uma importante função de ligação entre o parlamento e a rua, numa relação de influência mútua. Era um espaço em que se travavam polêmicas e se garantiam a projeção pública. De acordo com o depoimento de Fernando de Azevedo, “era pelo jornal que se iniciava ou se fortalecia a carreira política e raros foram os homens públicos que conseguiram subtrair-se à sedução do jornalismo”. Portanto, as bancadas parlamentares e os jornais foram os principais espaços de crítica e de defesa do comércio transatlântico de escravos e da escravidão.

Como o jornalismo e o parlamento desenvolveram em função da atuação simultânea dos integrantes da esfera política nesses dois espaços, esse procedimento tornou uma das características mais marcantes das práticas políticas e jornalísticas do período estudado. Muitas das discussões e opiniões referentes ao fim do tráfico, publicadas nos periódicos, estavam articuladas aos debates parlamentares e aos grupos políticos. Através dos jornais os políticos, limitados pelo decoro parlamentar, podiam manifestar com mais liberdade as suas opiniões. Nesta perspectiva, os articulistas dos jornais analisados, inferem-se como porta-vozes das posições políticas, idéias, valores e projetos para o país, empenhando-se para influenciar a opinião dos leitores e ouvintes da leitura. Essa imprensa, denominada por Habermas (1984) por “segunda fase da imprensa” europeia, é marcada pela imprensa política. Bem diferente da “imprensa informativa da primeira fase” e da “imprensa comercial da terceira fase”. Para o historiador da imprensa portuguesa, José Manuel Tengarrinha, é a segunda fase da produção periódica em Portugal, a “imprensa romântica” ou “imprensa de opinião”.

Se entendemos que a imprensa, direta ou indiretamente influenciou na formação da opinião pública, recuperar a trajetória, as notícias e o teor dos debates, permite conhecer melhor como se deu o encaminhado do problema abolicionista, tanto nos governos e parlamentos, como

nas sociedades, portuguesa e brasileira. Enfim, os argumentos utilizados para construir e difundir as idéias, capazes formar correntes de opinião pública e dos grupos de pressão, revelam e explicam o demorado e conturbado processo abolicionista nos dois países, sobretudo a forma como opinião pública interna afetou as relações internacionais e a política externa dos países.

A imprensa – jornais periódicos, diários e revistas – foi portanto considerada desde logo, um *objeto* e uma *fonte* privilegiada de pesquisa histórica, pois além de difundir as notícias, os jornais aliam a opinião à informação, moldando, formando e refletindo a opinião pública. Para Gramsci (2006), um periódico dificilmente é uma obra solitária. Via de regra é um projeto coletivo e agrega pessoas ao redor de ideias, crenças, valores, interesses políticos, proveitos financeiros e propósitos de diferentes ordens. Segundo Habermas (1986), as opiniões que deles emanam desempenham um papel mediador entre as necessidades da sociedade e do Estado. Na opinião de Hipólito da Costa, a imprensa “não é outra coisa mais do que a liberdade de falar, ou comunicar os pensamentos dos homens”.<sup>26</sup> Para este importante redator do início do século XIX, ela compartilha com escolas e universidades a competência e finalidade de “instruir os homens” sobre os novos parâmetros de julgamento, dos fatos e de sua racionalização, tarefa até então exclusiva da alçada de gerenciamento pelo Estado monárquico.

Outro aspecto é o caráter revolucionário representado pelos periódicos da época. Foram importantes instrumentos de fortalecimento e solidificação do Regime Constitucional e de consolidação do Liberalismo. Essa imprensa, além servir às várias tendências do Liberalismo e também dos grupos conservadores, foi de grande valor no processo de esclarecimento e mentalização. Embora a maioria dos jornais que circularam na primeira metade do século XIX, fosse vinculado a facções políticas<sup>27</sup> e ideológicas específicas, sua articulação tinha como princípio, a narrativa dos fatos e acontecimentos, a prática da liberdade e a livre discussão de temas. Era comum um jornal comentar, questionar, responder e até publicar na íntegra textos de outros jornais, seja nacionais ou internacionais. Os trechos, copiados ou citados dos jornais adversários ou dos que estabeleciam afinidades, tinham por objetivo refutar, reforçar ou dar maior legitimidade aos argumentos perante a opinião pública. O público podia assim, confrontar as opiniões de vários redatores. O que explica a necessidade de não deixar sem respostas, a crítica efetuada por outro periódico. Através da seção “carta ao redator”, o leitor estabelecia

---

<sup>26</sup> *Correio Braziliense*, v. XIII, p. 106, julho de 1814.

<sup>27</sup> Nesta época não havia partido político no sentido moderno do termo (Morel, 2008).

uma comunicação pessoal e direta com o jornal. Alguns leitores faziam uso destas cartas, muitas vezes assinadas com pseudônios, para fazerem denúncias, difamações, acusações, elogios, etc.

As emergentes guerras de opinião, segundo Hipólito da Costa, eram consequências do não reconhecimento por parte do Estado das “queixas dos povos” e das “representações” que faziam os indivíduos “contra o arbítrio das más administrações”, que resultavam da negligência ao atendimento “à voz e aos escritos que proclamam a opinião pública”.<sup>28</sup> Nessa relação mútua entre a prática da liberdade política e da opinião pública, é que encontramos explicação para os veementes debates, sobre os direitos de formar e informar os leitores. O *Código de Processo Criminal* brasileiro de 1830, que incluía os crimes praticados no exercício da liberdade de imprensa, e a lei portuguesa de 19 de outubro de 1840, que reprimia os abusos de liberdade na imprensa, comprovam a importância paradigmática dos periódicos políticos e a preocupação do governo e das Cortes em controlar a opinião pública.

Portanto, os *Diários* parlamentares, a imprensa diária e periódica, de índole política e noticiosa, mas também as de caráter mais específico (literário, comercial e recreativo) publicados em Portugal (Porto e Lisboa) e no Brasil (Bahia e Rio de Janeiro), revelaram um *corpus* documental de grande valor. Não só como documento em si, pelas informações e textos publicados, mas pelas opiniões que exprimiram.

Como a imprensa define papéis sociais, entendemos que o destinatário está sempre presente, ora fornecendo os parâmetros do discurso através da idealização que o emissor faz dele, ora como tipo que o emissor quer formar. Assim, desempenhado a imprensa do século XIX um mecanismo em que se discutiam de forma acesa os negócios públicos, como a questão da abolição do tráfico atlântico de escravos, foi tratada nos jornais? Tendo em conta que as informações contidas na imprensa foram pensadas para criar opiniões, como é que as suas opiniões próprias ou reflexo dos interesses de várias ordens se podem interpretar hoje? Quais as propostas, as críticas, e os caminhos apresentados pelos jornais, para a resolução dos problemas emergentes? Posto que o grau de impacto no leitor é diferenciado, como é que a sua atitude perante as informações contribuíram para formar as de opiniões daqueles que leram?

Em relação a estes enunciados, como já foi dito tentaremos ao longo da pesquisa oferecer um contributo de respostas, pelo menos no que diz respeito às três primeiras perguntas. Dada a

---

<sup>28</sup> *Correio Braziliense*, v. XXVI, p. 680, junho de 1821.

especificidade da fonte periódica, cujo objetivo ultimo é “manipular” (não no sentido simplista e pejorativo), é fundamental ao discurso, os efeitos que este é capaz de desencadear no meio social ao qual tem por objetivo conformar. Neste intento os jornais publicavam qualquer notícia favorável, selecionando os acontecimentos que podem sensibilizar e motivar a opinião pública. No que concerne à repercussão e ao alcance, que as informações produziram nos seus leitores, poderá conjecturar-se alguma ideia, uma vez que não há dados fidedignos, que nos permitam juízo de rigor.

Para o período analisado, é difícil avaliar a dimensão social da imprensa e mais concretamente, mensurar a capacidade quantitativa de fazer a opinião pública, pois tanto em Portugal como no Brasil, ao longo da primeira metade do século XIX não existia a obrigação legal de mencionar o número de exemplares lançados em cada edição. O *Aurora Fluminense* (1827-1835) publicado no Rio de Janeiro, sob a responsabilidade de Evaristo Ferreira da Veiga, foi um dos poucos periódicos brasileiros a informar que no ano de 1831, que possuía cerca de mil e cem subscritores.<sup>29</sup> A *Gazeta do Brasil*, publicada também no Rio de Janeiro, na edição de 24 de outubro de 1827, ao divulgar a lista de assinantes de alguns periódicos, também oferece algumas pistas sobre o número de exemplares lançados neste período:

**Tabela 1. Número de assinantes e preço das assinaturas**

<b>Jornais</b>	<b>Subscritores</b>	<b>Preço</b>
<i>Diário Fluminense</i>	407	5:000 réis por trimestre.
<i>Jornal do Commercio</i>	583	640 réis por mês
<i>Eco da America do Sul</i>	350	800 réis por mês
<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	2000	640 réis por mês
<i>Espelho Diamantino</i>	285	1:600 réis por trimestre
<i>Astréa</i>	189	2:400 réis por trimestre
<i>Gazeta do Brasil</i>	845	640 réis por mês

Fonte: *Gazeta do Brasil*, nº 43, 24 de outubro, 1827.

Mesmo que nos fosse possível mensurar o número de assinantes, seria difícil quantificar a capacidade do periódico formar uma opinião pública, pois além da venda dos números avulsos, havia o público ouvinte. Portanto só podemos quantificar e analisar o que foi oferecido ao leitor, assumindo que aquilo que o leitor lê no jornal da sua escolha, reflete suas atitudes e

<sup>29</sup> Segundo Morel (2008), trata-se de um número bastante expressivo para época, por se tratar de um jornal eminentemente político.

valores em relação ao fato ou opinião noticiado. Por isso, levamos em conta o tipo de periodicidade dos fatos relatados e comentados, acreditando que quanto maior a frequência, maior é a capacidade de criar as correntes de opinião. Ou seja, tanto a qualidade, como a quantidade de textos produzidos sobre a abolição do tráfico negreiro, nos permitem perceber o ponto máximo que os interesses e opiniões em torno do tema alcançaram nos dois países. Por outro lado, podemos supor que um jornal ao selecionar, titular e apresentar as ditas informações, bem como a forma de divulgar ou mesmo ocultar uma notícia ou opinião, já manifestava sua posição diante do tema.

Quanto ao perfil dos leitores portugueses, sabemos que eles eram na sua maioria, formados pela média burguesia em ascensão; conscientes e ativos nos processos políticos, e interessados na corrente das notícias. No que diz respeito à difusão das ideias em Portugal, sabe-se que os periódicos circulavam num leque vasto de pessoas. Segundo José Augusto França (1999:166), depois da vitória liberal em Portugal, toda a gente se pôs a ler os jornais. Embora a maioria da população portuguesa do século XIX, fosse analfabeta, este não é um indicador digno de se levar em conta, pois havia os ouvintes das notícias e opiniões.<sup>30</sup>

Por sua vez, os principais periódicos não cobriam somente o âmbito espacial de difusão, mas também populações de outras cidades próximas. Todavia é através dos escritos de António Feliciano de Castilho, que podemos perceber a dimensão popular dos jornais portugueses da época: “tão destruidor como criador, matou a livraria, e pôs no seu lugar o Jornalismo. Assim devia ser, porque este século é popular. Os livros eram a muita ciência para poucos homens; os jornais são um pouco de ciência para todos”.<sup>31</sup>

Com o surgimento e crescimento da “imprensa de opinião” ou “imprensa política” em Portugal e no Brasil, principalmente depois da Revolução Liberal de 1820,<sup>32</sup> e no contexto da pressão britânica, é que a problemática abolicionista começou a ser discutida publicamente, incluindo também a imprensa internacional. Entre os portugueses o debate sobre a extinção do

---

<sup>30</sup> De acordo com Maria de Lourdes Lima dos Santos (1985:147), o imprensa “era um veículo privilegiado para assegurar uma audiência tão larga quanto o permitia a baixa alfabetização do País. De qualquer modo, seria mais fácil para um analfabeto encontrar alguém que lhe lesse um jornal do que alguém que lhe lesse um livro; mais fácil seria também comprar um jornal à volta de 50 réis do que um livro à volta de 300 réis.”

<sup>31</sup> *O Recreio*, 8 de agosto de 1841.

<sup>32</sup> A Revolução Liberal de 1820, segundo Tengarrinha, fez disparar o ritmo da publicação de periódicos em Portugal, sobretudo no Porto, Lisboa e Coimbra e permitiu a circulação legal dos jornais publicados no estrangeiro, como o *Correio Braziliense* de Hipólito José da Costa. Para Sodré, depois do triunfo da Revolução Liberal em Portugal, em 1820, a partir de 1821, começaram a fundar novos jornais no Brasil, sobretudo os independentistas. Apesar da Independência do Brasil (1822), não ter propiciado de imediato a liberdade de imprensa, foi um período rico, quando proliferaram os periódicos de “combate”, de “linguagem virulenta” e de “esclarecimento da opinião”. (Sodré, 1999:82).

comércio de escravos, até se tornar uma questão de “*dignidade e honra nacional*”, despertou o interesse sobretudo dos grupos que a ele estavam direta ou indiretamente a ele ligados.

Já o perfil dos leitores brasileiros, durante a primeira metade do século XIX, pode ser traçado, de modo geral, segundo às evidências existentes nos próprios jornais analisados. Os anúncios de compra, venda e fuga dos escravos; chegadas e partidas das embarcações; anúncio e divulgação da venda de imóveis, de animais e de livros estrangeiros; avisos oficiais; artigos internacionais e os preços correntes de produtos estrangeiros e nacionais, nos permitem supor que eram os grandes e pequenos comerciantes, os elementos oriundos da aristocracia rural, profissionais liberais, funcionários públicos, clérigos e alguns letrados. Eram lidos nos cafés, academias, livrarias e muitos outros espaços de sociabilidades. O viajante inglês John Armitage em sua “História do Brasil”, publicada no Rio de Janeiro em 1837, registra a importância dos jornais naquela época: “Se na Europa, onde há tantos e tão variados meios de adquirir instrução, a ascendência da imprensa periódica é em toda parte sentida e reconhecida, com maior razão sua influência no Brasil é mais preponderante, visto que nele os periódicos são os únicos veículos de instrução que existem”.

Como afirma Lavinia Ribeiro (2004), a imprensa ocupou um importante papel no debate público de opiniões, sendo fundamental na criação do espaço público brasileiro. Na opinião de Marco Morel (2008:25) “a circulação de palavras - faladas, manuscritas ou impressas - não se fechava em fronteiras sociais e perpassava amplos setores da sociedade”. Ou seja, através da oralidade (leitura pública), os escritos dos jornais puderam chegar a vários seguimentos sociais, alcançando receptores analfabetos e até mesmo os escravos.<sup>33</sup> Nas Províncias da Bahia e do Rio de Janeiro, locais onde o tráfico de escravos era uma das principais atividades comerciais, os debates em torno de sua extinção, mesmo nos tempos de forte censura, foram atentamente acompanhados através da imprensa, pelos diversos setores da sociedade que sabiam ler ou que tivessem contato com leitores de jornal. Ainda segundo Morel (2005:39), o número avulso de um periódico era vendido entre 40 e 80 réis, um preço bastante acessível, se comparado a um dia de serviço de um escravo de ganho, na cidade do Rio de Janeiro. Este é um importante fator

---

<sup>33</sup> Marialva Barbosa (2014), em História da Comunicação, mostra a partir de vários vestígios como pinturas, ilustrações e anúncio de fugas de escravos, que os escravos do século XIX, não tinham apenas as inúmeras competências da oralidade, mas também foram desenvolvendo letramentos múltiplos. Alguns eram capazes de ler, escrever, desenhar e decifrar códigos numéricos.

que dá a dimensão da acessibilidade dos jornais a diversos setores da sociedade, aumentando ainda mais o alcance dos periódicos.

Outro dado importante considerado nesta pesquisa, é circulação inter-atlântica da informação em que, seja pela via da circulação aberta ou pela citação, conteúdos dos periódicos portugueses e de outros países estrangeiros (especialmente Inglaterra e França) eram publicados em periódicos brasileiros, e conteúdos de periódicos brasileiros eram veiculados nos periódicos portugueses, ampliando assim, a dimensão social da imprensa, em âmbito internacional. Quanto as cartas dos leitores, publicadas nos jornais, por representarem apenas as opiniões individuais de seus autores e em alguns casos do próprio jornal ou de seu redator, só foram incluídas nas análises as que tinham consistência, possibilidade de interpretação e forte teor opinativo.

### **Enquadramento teórico e metodológico**

Para responder as perguntas colocadas nesta tese, conduzir o trabalho e alcançar o amplo objetivo geral, seu eixo metodológico está estruturado em pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo. No contexto das relações internacionais luso-brasileira, indagar sobre a formação da opinião pública e sua capacidade influenciar, ou não, os governos na sua política interna e externa a partir da imprensa periódica, constitui uma área de investigação em que é necessário utilizar métodos e técnicas interdisciplinar. No campo da história, uma vez que tenta desvendar os aspectos da história do tráfico clandestino de escravos, conexa à História das Mentalidades e suas interações nas relações internacionais, optamos por um enfoque teórico e historiográfico que utiliza categorias de análises próprias da teoria das Relações Internacionais, no que diz respeito à subárea Análise de Política Externa, nas três dimensões:

1ª) dinâmica interna da opinião pública, uma das “*forças profundas*” e dos princípios da “*multicausalidade*”, expressas por Renouvin e Duroselle (1967);

2ª) as habilidades dos governantes para lidar com as pressões políticas vindas nos “dois níveis”, propostos por Putnam (2010);



3ª) a harmonia que deve haver nos assuntos de política externa, de acordo com os cinco “caminhos de ligação”, propostos por Powlick.<sup>34</sup>

Nesse propósito interdisciplinar a Análise de Política Externa,<sup>35</sup> é uma importante ferramenta de análise, por considerar nos estudos de política externa de governos específicos, os processos sociopolíticos, as características pessoais e tipo de liderança dos decisores individuais, bem como as determinantes e condicionantes domésticos, que influenciam as decisões, as ações e as suas consequências para as entidades estrangeiras. Portanto, ela se afasta do âmbito diplomático e leva em consideração múltiplas variáveis em diferentes níveis de análise para a formulação de política externa. Uma das variáveis que recebem maior atenção são os grupos de interesse, as comunidades epistêmicas e a opinião pública. Ou seja, os fatores externos, junto com os fatores internos e os elementos do contexto social, compõem uma situação que deve ser percebida pelos formuladores de decisão (White, 1978:141-146, *apud* Jesus: 2014:83).

**Quadro 1. Torias e Modelos utilizados na investigação**

Teorias	Autores	Características
“Forças Profundas”	Renouvin e Duroselle (1967) <sup>36</sup>	As “Forças Profundas” estão relacionadas com as condições geográficas, características demográficas, interesses econômicos, política interna, questão psicológica coletiva, nacionalismo, opinião pública, influência da mídia e seu controle, influência das religiões e dos líderes religiosos, o papel e a ação do estadista, entre outras que formam o quadro de relações entre os grupos humanos e em grande parte, determinam o caráter de um povo. São levados em

<sup>34</sup> 1º) diz respeito à opinião das elites, considerado como grupo articulado e conhecedor, que age tanto como influenciadores quanto receptores da opinião de massa. São pessoas íntimas dos funcionários do governo e que exercem forte influência na tomada de decisão da política externa; 2º) são os grupos ou facções de interesse, ou seja, o lobby desses grupos pode definir a agenda da política externa; 3º) os políticos eleitos, que representam os interesses e opiniões dos seus eleitores; 4º) a opinião do público em geral, ou seja, da “massa”, através enquetes e pesquisas de opinião pública; 5º) a mídia, que através das suas escolhas é capaz de ativar a opinião pública e acelerar os processos de tomada de decisão.

<sup>35</sup> A definição de “política externa”, apesar de não ser consensual, é bem menos complexa do que a de “opinião pública”. Para simplificar, tomamos aqui a definição formulada por Reynolds (1977: 46) em que “Política Externa” é “o conjunto de ações de um Estado em suas relações com outras entidades, que também atuam no cenário internacional. Tem como objetivo, a princípio, promover o interesse nacional.” Já a teoria ou modelo de Análise da Política Externa, que relaciona objetivos domésticos/internos, sobretudo a influência da opinião pública na formulação e implementação da política externa, é mais complexa. Richard Snyder, Henry W. Bruck e Burtin Sapin, “*Decision Making as an Approach to the Study of International Politics*”, publicado em 1954, foram os primeiros a relacionar os fatores internos e os elementos do contexto social, na tomada de decisão em política externa. Ver: Jesus (2014), Rosenau (1967).

<sup>36</sup> Renouvin e Duroselle (1967:378) advertem que o historiador, ao realizar este tipo de pesquisa, deve estar atento às pressões sofridas consciente ou inconscientemente, direta ou indiretamente, sobre o homem de Estado. As pressões diretas, segundo ele, são aquelas construídas historicamente por grupos de interesses, partidos políticos, etc. Enquanto as indiretas se dão quando diversos grupos ou mesmo a opinião pública, em seu conjunto, agem para influenciar certas decisões. Por outro lado, o homem de Estado pode no âmbito interno, “dobrar” a opinião pública e demonstrar certas ideologias; e no âmbito externo, exercer influência sobre as atitudes coletivas no estrangeiro.

		consideração nas análises, fatores que intervêm nos processos políticos, econômicos e culturais tanto internos como externos, chamado de “multicausalidade”.
“Jogos de Dois Níveis”	Robert Putnam (1988)	O “Modelo dos Jogos de Dois Níveis” é uma metáfora para as interações doméstico-internacional, cujo objetivo é analisar como os grupos de interesses domésticos afetavam as decisões da política externa. A premissa básica é de que os governantes buscam manipular as políticas domésticas e internacionais simultaneamente. O modelo considera a atuação internacional em dois níveis: o doméstico e o internacional. No nível nacional, os grupos domésticos pressionam o governo a adotar políticas que lhes são favoráveis, enquanto no nível internacional, o governo, na tentativa de satisfazer os grupos domésticos, tende a limitar os impactos externos prejudiciais.
“Modelo de Powlick”	Philip Powlick (1995)	Acredita que a opinião pública não afeta diretamente a política externa, a não ser que seja ativada. Entretanto, se ela não existir os governantes se “sentem livres para agir”. A opinião do público pode ser ativada por meio de um estímulo externo, um evento, debate ou artigo provocativo publicado nos jornais. Portanto, para se gerar um debate público é necessário que as ideias sejam disseminadas através dos meios de comunicação. Se as discussões em torno de um determinado tema, acontecer apenas em recintos fechados como salas de conferências, seminários ou publicações acadêmicas, não alcançarão o público geral. Desta forma haverá “menos chances do público ficar sabendo sobre os problemas ou assuntos” e assim, exercerá pouco impacto no governo.

Fonte: Renouvin e Duroselle (1967), Robert Putnam (1988), Philip Powlick (1995). Elaboração Própria.

A opinião pública brasileira e portuguesa é compreendida como importante variável de análise das decisões de política interna e externa, na medida em que discute e procura influenciar seus governos, no contexto da pressão da Inglaterra de acabar com o tráfico de africanos. Portanto não deve ser negligenciada pela historiografia. Neste sentido ela insere na categoria de fonte doméstica/interna do Estado, levando em consideração outros dois aspectos interligados: (i) como as características individuais dos tomadores de decisão; (ii) a conjuntura e o ambiente, social, político e econômico, nos quais as decisões são tomadas. Percebemos que os esforços dos governos em gerenciar a opinião pública se tornaram problemáticos, pois a tomada de decisão podia provocar reações negativas. Portanto se entendemos que a opinião pública reflete os anseios, os valores e aspirações de uma comunidade, então ela pode sim, se tornar-se um instrumento de grande eficácia.

### Técnica da Análise de Conteúdo

Por a imprensa e os discursos parlamentares, serem as nossas principais fontes documentais, recorreremos à técnica de Análise de Conteúdo dos textos nas duas dimensões: (i) qualitativa, para tentar identificar o tema, os atores e as ações; (ii) quantitativa, para verificar a

frequência com que o tema foi abordado. Como os periódicos são, simultaneamente, *fonte* e *objeto* de nossa investigação, tivemos que levar em conta sua especificidade de análise, observando alguns fatores próprios do jornalismo tais como as características discursivas, a compreensão de seus mecanismos ideológicos, identificação dos seus sistemas operacionais e a sua influência sobre a opinião pública.

A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Ao conduzir às decisões sistemáticas quantitativas ou qualitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir a compreensão de seus significados em um nível que vai além de uma leitura comum. Segundo Laurence Bardin (1977) a análise de conteúdo abarca as iniciativas de explicação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens, com objetivo de realizar deduções lógicas e justificativas a respeito da origem das mensagens. De acordo com Olabuenaga e Isoizúa (1989), a análise de conteúdo, em sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais no exame de um texto o seu sentido e significado poderá ser focado em função de diferentes perspectivas. Ou seja, o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor; o mesmo autor poderá emitir uma mensagem e diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes; um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente dele. Na mesma linha de pensamento, Krippendorff (1990:30), salienta que um texto pode ser investigado através de múltiplas perspectivas:

Em qualquer mensagem escrita, simultaneamente, podem ser computadas letras, palavras e orações; podem categorizar-se as frases, descrever a estrutura lógica das expressões, verificar as associações, denotações, conotações e também podem formular-se interpretações psiquiátricas, sociológicas ou políticas.

Sendo assim a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal por parte do historiador, em relação à sua percepção dos dados. Estas múltiplas possibilidades de análise esta relacionada ao contexto em que a comunicação se verifica. Portanto para entender o significado do texto é preciso compreender e explicar o seu contexto e considerar, além do conteúdo explícito, o autor, o destinatário e as formas de codificação e transmissão da mensagem. Neste sentido, o seminal modelo de análise fornecido pelo cientista político, Harold Dwight Lasswell (1971) um dos fundadores da análise de conteúdo, parte de dois temas centrais e de maior duração: análise

dos efeitos e análise dos conteúdos, são orientados no sentido de responder às cinco interrogações:

1. Quem fala? (Análise de controle: fatores que iniciam e guiam o ato de comunicar/comunicador ou emisor);
2. O que fala? (Análise de conteúdo da mensagem: o que diz ou expressa o emisor);
3. Por qual canal? (Análise dos medias: rádio, imprensa, entre outros);
4. A quem fala? (Análise de audiência: aquele que recebe a mensagem do emisor);
5. Com que efeito? (Análise dos efeitos: o impacto sobre as audiências).

O primeiro aspecto fundamental da análise de conteúdo é compreender o significado da comunicação explícita. A segunda é inauguração de um significado implícito da mensagem. Este segundo aspecto é a revelação de que uma “vislumbrou outra mensagem através ou subjacente ao primeiro” (Bardin, 1989:46). Isto é: a análise de conteúdo opera a partir de um primeiro nível e leitura ao pé da letra, e estende-se para o segundo nível, que é a leitura subjacente ou implícita.

As nossas análises recaíram sobre os textos opinativos, informativos e noticiosos, com ou sem comentários, pois acreditamos que ao divulgar uma notícia, o periódico compartilha a visão ideológica de que o feito e a opinião muitas vezes aparecem de forma indireta. A ausência de opinião ou notícia também foram analisados porque, ao deixar de divulgar ou comentar uma notícia importante e de interesse da opinião pública, o jornal também demonstra a sua posição diante do tema. Na pesquisa foram classificados textos de 190 edições (títulos) diárias, semanais e mensais, também as falas dos políticos, publicadas nos diários parlamentares de Portugal e do Brasil, produzidos no intervalo entre 1810 e 1850. Os critérios utilizados para análise dos jornais portugueses e brasileiros, foram idênticos inclusive no tocante ao período. Devido à dificuldade de acesso a muitos jornais, tanto em Portugal como no Brasil, a análise quantitativa dos dados não invalida nem diminui a importância do nosso trabalho, pois a lacuna foi preenchida a partir dos dados qualitativos dos jornais. A estratégia utilizada para realização do nosso trabalho sobre a análise de conteúdo, empregou os seguintes processos: 1º) Seleção; 2º) Definição das palavras chaves; 3º) Análise e interpretação

Depois de um período de leitura qualitativa, dos jornais, deu-se início à definição da amostra para obtenção dos dados quantitativos. A seguir de avaliadas as amostras, decidimos

pelo seguinte sistema metodológico: (i) fazer recorte do período; (ii) classificar separadamente, os textos do corpo dos jornais; (iii) dimensionar o espaço ocupado pelo tema no jornal.

Na fase da pré-análise, no que diz respeito à materialidade, constatamos que os jornais portugueses e brasileiros, apresentavam uma estrutura editorial comum, formato tablóide, a maioria de periodicidade mensal, semanal (ou dois dias na semana), alguns diários. A grande maioria dos jornais eram produzidos por tipografias próprias, alugadas ou prestadora dos serviços. Algumas tipografias portuguesas e brasileiras imprimiam vários jornais, incluindo os adversários. Muitos periódicos tiveram vida efêmera. Publicavam apenas um ou dois números e depois desapareciam, enquanto outros saíam de circulação por algum tempo e depois voltavam a circular com outro nome. Esta irregularidade muitas vezes estava ligada à função política, social, ideológica e financeira dos periódicos. Ou seja, surgiam ou sumiam conforme a conjuntura conflitual da época. Para alguns periódicos, os assinantes e vendas avulsas eram as únicas fontes para cobrir as despesas, isso também justifica a pouca duração de muitos periódicos.

As epígrafes no cabeçalho, situadas abaixo do nome dos jornais, são predominantes nos jornais analisados. De modo geral são escritas em latim e tinham por objetivo anunciar a linha editorial. Alguns jornais mantinham a mesma epígrafe do primeiro ao último exemplar, enquanto outros mudavam sua epígrafe, de acordo com os acontecimentos e contextos políticos. A grande maioria dos periódicos apresentam no primeiro número, textos de apresentação dos conteúdos e seus objetivos e motivações. Muitos redatores ao fazerem a auto-apresentação e expor a linha editorial do jornal, fazem sem perder a essência opinativa que podia estar explícita ou implícita no texto. Foi o que aconteceu com o *Correio Braziliense*, que desde o seu primeiro número, já demonstrou a sua intenção de informar e formar uma opinião pública. Assim como alguns textos que compõem o *corpus*, o editorial de apresentação representa a linha política do periódico e o conteúdo segue esse direcionamento. Muitos jornais, para além do conteúdo político que se propunham, apresentavam também questões econômicas e sociais, nacionais e internacionais.

Outra constatação feita a partir do levantamento dos editoriais, foi a falta de identificação do proprietário do jornal, do redator e da autoria de muitos textos opinativos. Era uma prática recorrente nos jornais da época, não informar o nome do redator e a circulação de artigos anônimos ou com pseudônimo. Portanto, em muitos casos o reconhecimento foi feito com base

na inscrição do nome do ou dos redatores no final de alguns textos, por meio de estilos literários, pistas linguísticas ou facção política. Os artigos não assinados, foram atribuídos aos redatores ou proprietários dos jornais.

No conjunto de textos, a mensagem opinativa também podia ser passada por diversas vias como por exemplo: notícias, críticas, correspondências dos leitores, ou até mesmo pelo silêncio. Enquanto os cometários menores são veiculados em notas e tópicos. Alguns são de autoria do proprietário do jornal (artigo de fundo), outros de autoria do redator ou redatores. Muitos, porém estão sem identificação, mas portam a voz opinativa. As correspondências de modo geral corroboram os posicionamentos dos jornais sobre os eventos ocorridos, alguns correspondentes assumem a autoria, mas a maior parte assina sob pseudônimos ou apenas com iniciais. Tanto nos jornais portugueses como nos brasileiros, havia grande preocupação com a veracidade e origem das notícias e das cartas publicadas. Portanto é comum encontrar: “por uma pessoa de todo o crédito” ou “informações seguras”, entre outras.

No que diz respeito à extensão dos textos, em alguns jornais encontramos longos textos, semelhantes a ensaios. Um só texto chega a ocupar várias colunas corridas no mesmo jornal e podiam continuar por vários números, muitas vezes sem sequência de data ou edição. Observamos que os artigos publicados na seção “Várias”, intercalando as notícias, dá indícios de uma tênue fronteira entre os textos noticiosos e os textos opinativos.

De modo geral os periódicos eram vendidos em diversas lojas (Lisboa, Porto, Bahia, Rio de Janeiro), ligadas às tipografias ou em livrarias especializados. Para as outras cidades, eram enviados através de serviço postal, por assinatura ou avulso. Em Portugal, os preços dos números avulsos, variam entre 30 a 60 réis. A maioria dos jornais portugueses não trazem o preço na primeira página, diferente dos jornais brasileiros que trazem os valores na primeira página. No Brasil os números avulsos eram vendidos entre 80 a 120 réis, enquanto o preço da assinatura (mensal ou trimestral), é bastante variada. Enfim, estes são os traços gerais de materialidade dos jornais portugueses e brasileiros. Os traços mais específicos serão abordados durante o todo o percurso da tese.

A pesquisa foi realizada a partir do acervo da hemeroteca brasileira (Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro) e portuguesa (Biblioteca Municipal do Porto e da Biblioteca Nacional de Lisboa). Durante a realização da pesquisa encontramos vários obstáculos, sendo o principal deles, a condição de preservação dos jornais tanto em Portugal como no Brasil. Alguns

exemplares estavam em condições ilegíveis, mutilados, parcialmente apagados ou danificados. Nem todas as coleções ou séries estavam completas, digitalizadas ou microfilmadas. Apesar de todas as dificuldades, não houve comprometimento no trabalho.

Já os *Diários* parlametares, tanto no Brasil como em Portugal, são de fácil acesso. Os *Anais da Câmara dos Deputados* e os *Anais do Senado* brasileiro, apesar de incompletos,<sup>37</sup> encontram-se catalogados e organizados em livros, disponíveis para consulta em ambas as casas do Congresso Nacional, bem como digitalizados podendo ser consultados nos sites da Câmara e do Senado. Os *Diários* parlamentares de Portugal também estão digitalizados e disponíveis no site.

## Estrutura da Tese

Com objetivo de averiguar se as hipóteses se confirmam, responder a perguntas e atingir a sistematização do tema proposto ao mesmo tempo preservar a coerência, esta tese, além da introdução e da conclusão, está estruturada em quatro partes, integradas por capítulos organizados em função da evolução sequencial e cronológica dos fatos noticiados, de acordo com o método histórico e de análise de conteúdo. Nessa abordagem dos fatos procurou-se integrar o tempo sincrônico, que permite estabelecer as relações históricas: tempo/espço - conjuntura/contexto, de Portugal e do Brasil.

Assim, a primeira parte, “Tratados sob pressão: o despertar da opinião pública”, analisa os primeiros impactos e reações da opinião pública luso-brasileira diante dos acordos diplomáticos com a Inglaterra para a supressão do tráfico de africanos nos governos de D. João VI e D. Pedro I. Na segunda parte: “Decisões Nacionais para o fim do tráfico”, em que são rompidos definitivamente os últimos elos de ligação entre as Coroas luso-brasileira, avalia as decisões nacionais para o fim do tráfico e seus impactos na opinião pública dos dois países, e revela as dificuldades, os entraves e as resistências para se levar a cabo supressão do tráfico atlântico, tanto nas colônias africanas, como em Portugal e no Brasil. A terceira parte, “Contrabando de africanos no Brasil e Portugal: a opinião pública dividida”, trata da reabertura do tráfico ilícito na forma de contrabando e analisa como este problema foi tratado na imprensa

---

<sup>37</sup> Os *Diários* da Câmara dos Deputados do Brasil, começaram a ser redigidos a partir de 1830. Para o período anterior, contamos com o que foi publicado nos jornais.

dos dois países. O ponto fulcral das análises é a falta de consenso em relação ao tráfico na imprensa portuguesa e brasileira, capaz de gerar correntes de opinião pública favoráveis e contrárias ao tráfico em Portugal e no Brasil.

A quarta e última parte, “Dignidade e Honra Nacional: a Inglaterra radicaliza”, caracteriza-se pela repercussão e problematização em torno das medidas perpetradas pela Inglaterra em função do não cumprimento dos acordos internacionais e das próprias leis nacionais. Os debates suscitados pelos periódicos e nos Parlamentos, evidenciam a conturbada relação diplomática bilaterais Portugal-Inglaterra e Brasil-Inglaterra. A política externa agressiva da Inglaterra, que ameaça os interesses econômicos e políticos, produz um forte impacto na opinião pública portuguesa e brasileira, tornando a “questão do fim do tráfico”, uma “questão de dignidade e honra nacional”.

Cabe ressaltar que procuramos conservar a grafia da época na transcrição das fontes, condição que justifica o fato desta tese não ter sido escrita em galego ou espanhol. Cumpre ainda informar que as muitas citações que poderiam ser substituídas por frases resumidas, são intencionais e têm dois objetivos: (i) qualitativo, por preservar a autenticidade e expressividade das fontes; (ii) e quantitativo para mensurar o estado da opinião pública.



PRIMEIRA  
PARTE

**TRATADOS SOB PRESSÃO:**  
o despertar da opinião pública

*Nos Governos Constitucionaes serve de Thermometro aos Governantes a opinião Publica, e esta não se pode dar a conhecer senão por meio da Impresa. (Correio do Rio de Janeiro, nº 25, 8 de maio de 1822*



## Introdução

O jornalismo português e brasileiro, durante a primeira metade do século XIX, salvo as diferenças e especificidades evidenciadas na configuração do espaço público, evoluíram de forma muito parecida, refletindo os conflitos políticos e sociais nos dois países e exercendo um forte impacto na formação de correntes de opinião pública em cada momento histórico. Antes de 1824, tanto em Portugal como no Brasil, a imprensa surgiu da necessidade da comunicação pública dos atos dos governos e dar legitimidade às monarquias. Portanto, a noção de opinião pública nasceu forjada como instrumento para legitimação política, resultando num estado de tensão entre o governo representativo e o público. Após 1824 e nos períodos revolucionários, os periódicos doutrinários, opinativos e partidários, com suas linguagens exacerbadas e virulentas, foram muitas vezes silenciados pela violência e pelas leis constrangedoras da liberdade de imprensa. A afirmação da imprensa no espaço público levou os governos a não efetivarem a liberdade de imprensa e manterem a censura e a perseguição aos redatores. Estas fortes restrições à liberdade de imprensa, explicam a dificuldade de se desenvolver e mater o jornalismo político em Portugal e no Brasil, durante o período estudado. Isso também explica porque a discussão relacionada à questão da abolição do tráfico de escravos, oscilou entre momentos de grande efervecência e momentos de silêncio provocado pela censura.

Contudo, em todos os tempos a imprensa portuguesa e brasileira foram importantes termômetros das forças sociais e políticas. Tanto em Portugal como no Brasil, a formação e afirmação da imprensa, mesmo marcada pela censura e perseguição aos redatores, por avanços e retrocessos, acompanhou as mudanças estruturais, a ampliação e a consolidação da esfera pública. Neste processo o periodismo foi de fundamental importância na formação da opinião pública e na afirmação do liberalismo nos dois países.

Entretanto, medir o estado da opinião pública brasileira e portuguesa sobre as questões da abolição do comércio de escravos é um exercício historiográfico que envolve debates divididos em vários momentos políticos e em contextos extremamente divididos, entre os favoráveis (maioria) e os contrários ao tráfico de escravos e à escravidão. Assim, esta primeira parte tem dois objetivos principais: analisar a reação da opinião pública brasileira expressas através da imprensa e do Parlamento, diante dos acordos diplomáticos com a Inglaterra para a supressão do tráfico de africanos durante os governos de D. João VI e D. Pedro I; avaliar a

influência da opinião pública e como estes governos lidaram com as pressões internas e externas de acordo com o “Modelo dos Jogos de Dois Níveis” (doméstico-intenacional), formulado por Putnam (2009).

Esta parte está dividida em dois capítulos: o primeiro capítulo consiste em analisar o comportamento da imprensa durante o período joanino no Brasil (1808-1821), em relação aos tratados firmados entre Portugal e Inglaterra para o fim do tráfico, segundo as vertentes quantitativas e qualitativas. Nesta abordagem tentaremos responder as seguintes perguntas: de que forma foi tratada esta questão pela imprensa deste período? Até que ponto a opinião pública expressa nos periódicos influenciou o governo de D. João?

No segundo capítulo, o Brasil independente de Portugal e numa conjuntura de implantação do liberalismo, tem por objetivos: (i) analisar como D. Pedro I lidou com estas forças internas tão divergentes; (ii) avaliar a forma como D. Pedro “harmonizou-se” ou “desharmonizou-se” com a opinião pública brasileira, bem como a política externa adotada pelo seu governo, de acordo com os cinco “caminhos de ligação”, proposto por Powlick (1995); (iii) apresentar como o problema do fim do tráfico foi tratado na opinião pública brasileira, representada pela imprensa periódica e Parlamento, durante o governo de D. Pedro I (entre 7 de setembro de 1822 e 7 de abril de 1831); (iv) analisar as soluções apresentadas pela imprensa para resolução dos problemas advindos do eminente fim do comércio de escravos; (v) mensurar a influência da opinião pública nas decisões de política externa.

## CAPÍTULO I

### ROMPENDO O SILÊNCIO

*Se na Europa, onde há tantos e tão variados meios de se adquirir instrução, a ascendência da imprensa periódica he em toda parte sentida e reconhecida, com maior razão sua influência no Brasil he mais preponderante, visto que nelle os periódicos são os unicos vehiculos de instrução que existem. John Armitage*

#### 1.1. Um tratado sob pressão

Depois da transferência da Corte Portuguesa para cidade do Rio de Janeiro, com objetivos manter a monarquia e a independência do reino ameaçados pelo Tratado de Fontainebleau,<sup>38</sup> a 19 de fevereiro de 1810, D. João, Príncipe Regente de Portugal, viu-se coagido a assinar com a Inglaterra dois tratados em simultâneo: um de Aliança e Amizade e outro de Comércio e Navegação.<sup>39</sup> Esta foi a forma que os ingleses encontraram de forçar Portugal a retribuir “o mais generoso e desinteressado socorro e ajuda” que “tem constantemente recebido de Sua Magestade Britannica”, conforme o preâmbulo do Tratado de Aliança e Amizade.<sup>40</sup> Convém lembrar a situação vulnerável de Portugal, que naquele momento estava com o exercito inglês, sob o comando do Lord Beresford, combatendo o exército de Napoleão em solo português. Por outro lado, na opinião do diplomata e historiador brasileiro Manoel de Oliveira Lima (1908:123), os tratados foram o resultado da “condescendência anglófila” do Ministro dos Negócios Estrangeiros português, D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares, sempre obediente e defensor do partido inglês.

---

<sup>38</sup> O Tratado firmado entre a França e a Espanha em novembro de 1807, previa a invasão e a divisão de Portugal entre os dois países.

<sup>39</sup> Sobre a forma como D. João VI foi coagido a assinar os dois tratados com a Inglaterra, ver: Oliveira Lima (1996) e Manchester (1972).

<sup>40</sup> Condição que seria revista no Tratado realizado em Viena a 22 de janeiro de 1815, No artigo 3º da Carta de Lei, de 8 de Junho de 1815, que ratifica o tratado realizado em Viena, para a abolição do tráfico de escravos em todos os lugares da costa da África ao Norte do Equador, realizado entre o Príncipe Regente de Portugal e o Rei da Grã-Bretanha, o Tratado de Aliança, por ter sido “fundado em circunstâncias temporais que felizmente deixaram de existir”, seria declarado nulo e sem “nenhum efeito em todas as partes; sem que por isso comtudo se invalidem os artigos Tratados de Alliança e Amisade, e Garantia, que por tanto tempo e tão felizmente tem subsistido entre as duas Coroas, e que se renovam aqui pelas Alta Partes Contratantes, e se reconecem ficar em plena força e vigor.” *Coleção Leis do Brasil*, Cartas de Lei Alvarás Decretos e Cartas Régias, 1815.

O Tratado de Comércio e Navegação, entre outras estipulações, baixava os direitos alfandegários da Inglaterra, que era de 24% na época da abertura dos portos do Brasil (1808),<sup>41</sup> para 15%, tarifa mais favorável para a Inglaterra do que para o próprio Portugal que era de 16%, e de 24% para as outras nações, além de manter diversos interesses e privilégios ingleses, tais como a garantia e liberdade de comércio com as possessões portuguesas situadas na costa oriental da África; estabelecimento de um porto franco em Santa Catarina (Brasil) e outro em Goa (Índia); além do direito de cortarem madeiras no Brasil, para a construção de navios. No Tratado de Aliança e Amizade, pelos artigos 1º e 2º, Portugal recebia a garantia de proteção da Inglaterra contra qualquer ataque hostil por qualquer potência, e também a renovação e a reafirmação do acordo de 1807, em que mesmo estabelecida a sede da Monarquia Portuguesa no Brasil, “Sua Magestade Britânica promete em seu próprio nome e de seus herdeiros e sucessores, de jamais reconhecer como Rei de Portugal outro Príncipe, que não seja o Herdeiro e Legítimo Representante da Real Casa de Bragança”.<sup>42</sup> Enquanto pelo artigo 10º, D. João, concordava em cooperar com a Grã-Bretanha, na sua “causa de humanidade e justiça”,<sup>43</sup> prometendo efetuar a abolição gradual do tráfico de escravos em todos os domínios portugueses, não permitindo aos seus vassallos comercializar com escravos em nenhuma outra parte da costa África, que não fosse possessão da Coroa Portuguesa.

Com base nas evidências é possível afirmar que não fazia parte dos planos de D. João cooperar com a “causa da humanidade e justiça”. Primeiro, porque Portugal já havia resistido à investida abolicionista dos britânicos em 1807, quando logo a seguir o tráfico ter se tornado ilegal em todos os territórios da monarquia inglesa, a Grã-Bretanha passou a visar a proibição do comércio de africanos a todas as nações. Naquela ocasião, a situação de neutralidade colocava Portugal numa condição favorável permitindo-lhe recusar a proposta britânica.<sup>44</sup> Segundo, porque em solo brasileiro a primeira providência de D. João em relação ao tráfico negreiro, foi a expedição da Carta Regia de 13 de Abril de 1808, enviada ao Conde da Ponte, Governador e Capitão Geral da Bahia, insentando os navios daquela Capitania, empregados no

---

<sup>41</sup> Os portos brasileiros pelos quais se permitia a entrada de mercadorias estrangeiras, eram: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Luís e Belém. As mercadorias estrangeiras que entrassem por outros portos que não fossem estes, eram consideradas contrabando.

<sup>42</sup> *Coleção das Leis do Brasil (1808-1810)*.

<sup>43</sup> *Coleção das Leis do Brasil (1808-1810)*, Carta de Lei de 26 de fevereiro de 1810.

<sup>44</sup> Segundo Bethell (2002:27), menos de três semanas após a Grã-Bretanha ter sancionado a lei de abolição do tráfico em 1807, o ministro inglês George Canning, secretário de Assuntos Estrangeiros britânico, instou os portugueses a seguirem o exemplo da Grã-Bretanha ou no mínimo que assecurassem que o comércio português se mantivesse dentro dos limites existente, ao que “Antônio de Araújo Azevedo, ministro dos Negócios Estrangeiros português, respondeu que era ‘totalmente impraticável’ Portugal adotar quaisquer medidas para desencorajar, ainda mais abolir o comércio de escravos”.

comercio da escravatura da Costa da Mina, da obrigação de fazerem escala de torna viagem pelas Ilhas de Príncipe e S. Thomé. O objetivo, segundo o preâmbulo da Carta, era reduzir o tempo de viagem (demorada pelas calmarias e correntes contrárias naquela região) e evitar a considerável perda de escravos que ali eram atacados por doenças.<sup>45</sup> Tal ato, provavelmente para atender às reivindicações dos negociantes em escravatura daquela capitania, pois foi realizado logo depois de sua passagem por Salvador antes de fixar residência no Rio de Janeiro e dois anos antes da assinatura do Tratado de 1810, demonstra preocupação do Príncipe Regente não só em otimizar e rentabilizar o tráfico baiano, como garantir o rendimento da Coroa, pois D. João não extinguiu o pagamento dos direitos que eram pagos nas ilhas, passando a ser pagos em Salvador, onde seriam arrecadados pela Junta da Real Fazenda num cofre para isso destinado. No mesmo sentido, o Decreto de 20 de agosto de 1808 manda receber pelo Real Erário os direitos dos escravos que se depacham para Minas. Enquanto o Alvará de 3 de junho de 1809 cria o imposto da meia siza dos escravos ladinos e dá siza inteira da compra e venda dos bens de raiz (dente eles estavam os escravos).<sup>46</sup> Depreende-se que a escravatura não era apenas fundamental no processo produtivo no Brasil, era também uma importante e necessária fonte de renda para a Coroa Portuguesa. Segundo o cônsul Jean-Baptiste Maler, representante Ministério dos Negócios de Estado da França no Brasil,<sup>47</sup> o fim do tráfico era um “assumpto que o Príncipe discutia sempre com calor (*avec feu*), ‘desenvolvendo com força e abundancia todas as razões e motivos que o prendiam a tal commercio, o qual representava e considerava sempre como indispensavel á prosperidade das suas colônias e mórmente á d’este vasto continente” (Oliveira Lima, 1908:416).

---

<sup>45</sup> *Coleção de Leis do Império do Brasil*.

<sup>46</sup> Sobre os bens de raiz, dizia o Alvará: “De todas as compras e vendas e arrematações de bens de raiz, que se fizerem em todo este Estado e Domínios Ultramarinos, se pagara a Siza para a minha Real Fazenda, que será de 10% do preço da compra”. Em relação aos escravos ladinos, dizia o Art. 2º: “Pagar-se-á também em todo o Estado do Brasil para a minha real Fazenda, meia Siza, ou 5% do preço das compras e vendas dos escravos ladinos, que se entenderão todos aqueles que não são havidos por compra feita aos negociantes de negros novos, e que entram pela primeira vez no país, transportados da Costa a África”. *Coleção de Leis do Império do Brasil*.

<sup>47</sup> O cônsul-geral francês, Jean-Baptiste Maler, chegou ao Rio de Janeiro em abril de 1815. A partir desta data, estabeleceu-se uma política mais favorável aos franceses com trocas culturais, científicas e comerciais franco-brasileira. Sobre os franceses no Brasil durante o período Joanino no Brasil, ver: Schwarcz (2008:54-69).

**Quadro 2. Proventos obtidos pela Real Fazenda, relacionados à taxa que recaía direta ou indiretamente sobre o comércio de escravos**

Alvará de 03 de junho de 1809	Imposto de siza de 10% do preço de compra e venda de bens de raiz (incluindo os escravos) e meia siza (5%) do preço das compras e vendas dos escravos ladinos.
Alvará de 20 de outubro de 1812	Determina o pagamento de impostos anuais sobre todo e qualquer tipo de embarcação (incluindo os negreiros): Navio de três mastros: 12\$800 réis Navio de dois mastros: 9\$600 réis Navio de um mastro: 6\$400 réis Saveiro, lancha, bote e canoa: 4\$800 réis
Decreto de 5 de novembro de 1817	Pagamento de imposto por baldeação ou reexportação às fazendas de comércio de escravatura despachados para a Costa da África. Pipa de aguardente deverá pagar 1\$000 mil réis, cada; Arroba de carne-seca de charque, 600 réis cada (sendo que os navios de construção portuguesa e com e com equipagem portuguesa, deverá pagar 200 réis por arroba). Manufaturas estrangeiras reexportadas para África devem pagar 2% do seu valor.
Alvará de 25 de abril de 1818	Aumento dos proventos da Real Fazenda com o aumento dos direitos que pagam aos escravos: “cada escravo novo que vier aos portos do Brasil, de três anos para cima de idade, se cobre 9\$600 réis além dos direitos que pagam nas diversas Alfândegas. Desta imposição serão aplicados 600 réis para as despesas da Polícia (...) e os restantes 9\$000 réis entregues com os mais rendimentos ao Erário Real”.

Fonte: *Coleção de Leis do Brasil*. Elaboração própria.

Por outro lado, desde a independência de São Domingos (atual Haiti), que provocou bruscas mudanças nos mercados internacionais do açúcar, havia uma grande demanda por escravos na América Portuguesa. Além das tradicionais lavouras de açúcar do nordeste, principal produto agrícola brasileiro desta época, ganharam impulso as lavouras de açúcar nas províncias de São Paulo e Minas Gerais e da região fluminense de Campos de Goytacazes. Para se ter uma idéia, entre 1796 e 1811, as exportações de açúcar a partir do porto do Rio de Janeiro chegou a superar as cifras contabilizadas na Bahia e Pernambuco (Cardoso, 1990:115). Portanto era grande a necessidade de escravos também para as lavouras açucareiras do Sudeste.

Entretanto, a despeito das circunstâncias em que foram realizados os acordos, as condições estipuladas pelo artigo 10º do tratado de Aliança e Amizade, pareciam até vantajosas a Portugal, pois os ingleses além de protegerem o tráfico, por não restringir nem limitar aos súditos portugueses o comércio em Ajudá, na Costa da Mina<sup>48</sup> e outros portos africanos reivindicados pela Coroa portuguesa, reconheciam e legitimavam as terras pertencentes à Portugal na África, incluindo os territórios de Cabinda e Molembo que não pertenciam formalmente a Portugal, mas que eram reivindicados por Lisboa. Na perspectiva dos interesses

<sup>48</sup> Nome derivado do antigo forte de São Jorge da Mina, erigido pelos portugueses no final do século XV, no litoral de Gana. Segundo as definições de Verger, a Costa da Mina era um trecho da Baía de Bênin do Rio Volta até Cotonu, no Daomé (hoje República do Benin).



portugueses, estas vantagens além de promover a arrecadação de direitos, inibia as tentativas de contrabando em outros portos. Por outro lado, na parte final do tratado, D. João, dizia estar resolvido a “não deixar perder suas justas e legítimas pretensões aos mesmos, nem direito de seus vassallos de negociar naqueles lugares, exatamente da mesma maneira como tem feito até então”.<sup>49</sup> Ou seja, as regiões delimitadas eram as mesmas do comércio lícito antes da execussão do Tratado de Amizade. Mesmo que o comércio de africanos caminhasse para um suposto fim, o ritmo do processo iria de encontro aos interesses tanto da Coroa Portuguesa, como dos negreiros e dos proprietários de escravos. Apesar de restringir o tráfico apenas aos domínios portugueses, tudo parecia continuar como sempre foi.

Contudo, não obstante a imprecisão do tratado, os objetivos da Inglaterra eram muito mais radicais. O *Memorial da Casa dos Pares no Parlamento, ao Príncipe Regente do Reyno Unido, sobre o Commercio da Escravatura*, propunha a imediata e total abolição do comércio da escravatura a todos os soberanos da Europa. Portanto, Lord Grenville não ficou satisfeito com Lord Strangford, plenipotenciário inglês no Rio de Janeiro, por ter estipulado apenas a abolição gradual da escravatura no Tratado de Aliança e Amizade, enquanto a exigência era de que impusesse uma lei para a imediata e total abolição, nem que fosse necessário usar a força das armas para obrigar o governo português, uma vez que Portugal devia a sua existência à Inglaterra. Lord Castleragh, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, num discurso proferido na Camara dos Comuns, a 27 de junho de 1814, justifica a atitude de Lord Strangford, informando que nas negociações com a Corte Portuguesa no Brasil, ainda que dando todo o socorro possível a Portugal, não havia como requerer a imediata abolição do comércio de africanos e que o governo inglês contentava naquela altura, em alcançar daquela Corte alguma aproximação a ela.<sup>50</sup> Ou seja, mal sabiam os portugueses, que aquele era o início de um processo que se prolongaria por várias décadas, envolveria a opinião pública nos dois lados do Atlântico e se converteria em um árduo problema, com grande peso nas relações diplomáticas com a Inglaterra e nas políticas internas, tanto em Portugal como no Brasil, depois de independente.

Segundo o historiador Valentim Alexandre (1993), os portugueses ao se comprometerem, não tinham percepção da importância que a abolição do tráfico de escravos ganhava na política

---

<sup>49</sup> *Coleção das Leis do Brasil (1808-1810)*, Carta de Lei de 19 de fevereiro de 1810. Artigo X do Tratado de Aliança e Amizade, p. 48.

<sup>50</sup> Discurso transcrito pelo *O Português ou Mercúrio Político*, Vol. 1, nº1, pp. 146-152, em 1814, e pela *Gazeta do Rio de Janeiro*, 4 de outubro de 1814.

e opinião pública inglesa, pois o Império português mantinha-se afastado dos debates anti-escravistas que se travavam na Inglaterra. Neste período, para além desta ausência de informações, não havia no Império português uma ideologia anti-escravista, muito em função da forte censura que barrava a publicação e entrada de textos sobre o tema em seus territórios. Por outro lado, segundo Marques (1999:61), os letrados e políticos portugueses, adotavam uma postura defensiva e preferiam tratar nesses assuntos somente por meio de correspondências particulares. O representante diplomático de Portugal na Inglaterra, D. Domingos de Sousa Coutinho (Conde de Funchal), que seguia de perto os assuntos parlamentares em Londres desde 1803, nos ofícios que enviava para Lisboa, raramente fazia menção à movimentação abolicionista e quando o fazia não lhe dava o devido valor, observou Marques.

Além do mais, na Metrópole acreditavam que devido ao fato de Portugal e suas colônias terem uma população exclusivamente católica os negros eram tratados com humanidade, enquanto nos Estados Unidos eles estavam sujeitos a regimes opressivos e imorais que manchavam a história de escravidão.<sup>51</sup> Longe do tráfico e da escravidão,<sup>52</sup> os portugueses metropolitanos admitiam que nas suas colônias, o cristianismo católico podia acomodar naturalmente a escravidão. No plano moral, este pensamento encontrava respaldo nos escritos do padre jesuíta João Antônio Andreoni (Antonil), em *Cultura e Opulência do Brasil* (1711),<sup>53</sup> e nos estudos do bispo de Elvas, José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, em sua *Analyse sobre a justiça do comércio do resgate dos escravos da Costa da África* (1798 e 1808).<sup>54</sup> No plano econômico, consideravam a escravatura como algo essencial e natural no sistema

---

<sup>51</sup> Essa versão foi confirmada pelo testemunho de muitos viajantes estrangeiros que visitaram o Brasil, no qual asseguravam que o tratamento e as condições sociais dos escravos no Brasil, não eram tão tristes como se pensava na Europa. Um destes viajantes foi Saint-Hilaire, naturalista francês que durante seis anos, de 1816 a 1822, visitou as regiões do centro sul do Brasil, recolhendo um acervo botânico e registrando suas viagens num diário que foi publicado mais tarde na França. Em um dos seus livros escreveu: “devemos, para ser justos, fazer concessões aos partidários da escravidão. O negro que cai nas mãos de um senhor bom e sinceramente cristão é, devemos confessá-lo, mais feliz do que a maioria dos camponeses de certas províncias da França; trabalha muito menos; não tem as mesmas inquietações; a fome e a miséria não o ameaçam constantemente; vivendo num clima quente, tem poucas necessidades, e aquilo de que carece o senhor lhe dá” (Saint-Hilaire, 1975 [1839]:54).

<sup>52</sup> A escravidão em Portugal foi abolida em 1761.

<sup>53</sup> O padre jesuíta João Antônio Andreoni (:47-50), constata o papel fundamental dos escravos: “mãos e pés dos senhores”, sem manifestar preocupações com a legalidade ou legitimidade da situação.

<sup>54</sup> José Joaquim da Cunha Azeredo Coutinho, Bispo da Diocese de Olinda (1794), último Inquisitor Geral do Reino (1818) e deputado eleito pelo Rio de Janeiro para as Cortes de Lisboa (mas morreu antes de assumir em 1821), foi ferrenho defensor do tráfico, da escravidão e do absolutismo. Escreveu várias obras econômicas, dentre elas destacamos a obra escrita em francês, na Inglaterra, *Analyse sur la justice du commerce du rachat des esclaves de la Cote D’Afrique*, escrita com objetivo combater a campanha inglesa contra o tráfico negro e as ideias políticas de igualdade dos filósofos franceses. Em 1808, editou a versão em português. Em sua defesa da escravidão, utilizou vários argumentos econômicos, sociais e religiosos para provar o quanto era importante tanto para a Metrópole como para as Colônias. Afirmou que um escravo desfrutava de melhores condições do que um trabalhador livre: “[...] o chamado escravo, quando está doente, tem seu senhor que trata dele, de sua mulher e de seus pequenos filhos, e que o sustenta, quando não por cridade, ao menos pelo seu mesmo interesse; o chamado livre, quando está doente ou impossibilitado de trabalhar, se não for a caridade dos homens, ele, sua mulher e seus filhos morrerão de fome e de miséria”.

colonial. Oliveira Martins (1955:51-52), um dos precursores da história contemporânea em Portugal, sempre afirmou que a escravidão moderna na África e na América, nasceu da necessidade de explorar os jazigos mineiros e o produto de culturas exóticas: *“O europeu sentia-se mal entre os trópicos: enfraquecia, adoecia, morria. Por outro lado a vastidão de dos tesouros mineiros ou agrícolas que a natureza oferecia era demasiada para exíguo número de colonos”*. Questionado sobre a acusação, por parte da *“filantropia moderna”*, de serem os portugueses inventores deste comércio de nova espécie (como ele mesmo referia) responde: *“tem fundamento, por isso a nós coube a sorte de possuímos o litoral da África e boa parte da América tropical ...”*. Era, porém, um crime como se pretende, o escravizar o negro e levá-lo a América? *“Eis aí uma questão mais grave, a que nós respondemos negativamente, apesar da crueldade e da fereza dessa espécie de comercio.”* Enfim, o pensamento de Oliveira Martins representa todo o sentimento português, na época em que os interesses econômicos, giravam em torno da escravatura.<sup>55</sup> A prática escravista, a despeito da caridade cristã britânica e da ilustração francesa, era vista como uma operação habitual e tolerada.<sup>56</sup>

## 1.2. As primeiras manifestações da imprensa

Foi na sequência e no contexto da pressão britânica que a problemática abolicionista começou a aflorar e tomar expressão pública no Império português. As questões diplomáticas discutidas entre os gabinetes particulares, começaram a despertar o interesse da população e ganhou o espaço público, sobretudo através dos jornais redigidos e publicados em português, por alguns emigrados portugueses sediados em Inglaterra e França para fugir da censura,<sup>57</sup> também dos primeiros jornais impressos no Brasil, mesmo debaixo de forte censura. O tema provocou os primeiros debates, divergências e concordâncias formadoras de *“opinião pública”*. Estes jornais, para além de informar, visavam influenciar a opinião pública, através de discussões sobre a política interna e externa adotada pelo Príncipe Regente D. João e seus Ministros em relação ao fim do tráfico da escravatura.

---

<sup>55</sup> O termo “escravatura” utilizado na época, abrangia tudo que se relacionava ao tráfico e às práticas escravistas, como o comércio e o trabalho escravo. Será muito utilizado no decorrer da tese.

<sup>56</sup> Nas colônias portuguesas em África, o trabalho escravo ou trabalho forçado (como prefere chamar muitos historiadores) perdurou até o século XX.

<sup>57</sup> Estes jornais, por serem publicados no estrangeiro, tiveram mais liberdade de emitir opiniões, sem o constrangimento da censura. Entretanto os jornais *O Investigador Português em Inglaterra* e *Observador Lusitano em Paris*, por serem subsidiados pelo governo português podiam ser considerados áulicos.

Depois de ratificado por Portugal em 26 de fevereiro e pela Grã-Bretanha em 18 de junho de 1810, o Tratado Aliança e Amizade foi publicado pela *Gazeta de Lisboa*, impressa na Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, “com privilegio de S. Alteza Real”, no dia 1 de novembro de 1810, sem interpor qualquer comentário. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, apesar de ter sido criada para atender a demanda do governo real no Brasil, ao lado de atos e decretos também publicava muitos outros textos não oficiais, nacionais e internacionais, com alguns comentários e reflexões, não publicou o Tratado. Apenas anunciou a venda da cópia do Tratado de Comercio, a 1\$920 réis, e do Tratado de Amizade e Aliança, a 960 réis, na loja da Gazeta, sem qualquer referência sobre a problemática abolicionista. Sendo semi-oficial, a *Gazeta do Rio de Janeiro*, não estava isenta de forte censura. Entretanto, em janeiro de 1811, ao anunciar a libertação de 244 portugueses que estavam cativos em Argel, deixou escapar o seguinte comentário:

He de lamentar que, no mesmo tempo, em que os Gabinetes ilustrados da Europa, trabalham para abolir o Commercio da Escravatura (o que em algumas partes só pode executar-se muito lentamente, e substituindo-lhe alguma medida equivalente), tentanto conciliar a prosperidade e a agricultura do Novo Mundo, com os deveres da Religião, da Moral e da Humanidade, haja ainda Potências na Costa Setentrional da África, que continuem no seu antigo habito da escravatura dos Christãos.<sup>58</sup>

Através de uma crítica à escravização dos cristãos portugueses em Argel, o redator da *Gazeta* procurou demonstrar que a abolição do tráfico da escravatura no Novo Mundo (Brasil), só seria possível lentamente e com uma medida substitutiva, para não prejudicar a prosperidade e a agricultura. A primeira opinião direta sobre o artigo 10º, veio do *Correio Braziliense*, periódico editado em Londres, por Hipólito da Costa, para fugir da censura em Portugal. Na coluna: “Commercio e Artes” com o título “Observações sobre o estado da agricultura e população do Brazil” estava escrito:

As determinações da Legislatura Inglesa, sobre a abolição da escravatura, tem ja começado a influir o governo do Brazil; e portanto qualquer golpe que se dê a importação destes trabalhadores da Africa, he necessário supprillos com gente de outra parte. A escravidão de negros se continuada por toda a vida, e passada a todas a descendencia, he tão contraria aos princípios do direito natural e da constituição moral do homem; que he impossivel que prospere, como deve, um paiz em que a escravidão se admite na extenção em que existe no Brazil; a sua repentina extinção seria

---

<sup>58</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 18 de janeiro de 1811.

perniciosa: logo não poderia dar-se lhe melhor remédio do que a sua gradual abolição, simultanea com a imigração de habitantes do norte da Europa.<sup>59</sup>

A rigor, ainda não podemos afirmar que o *Correio Braziliense*, o mais importante periódico doutrinário e de opinião desta época, fosse favorável ou contrário à abolição do tráfico da escravatura. Hipólito da Costa, jornalista prestigiado e frequentador na esfera política e social, inclusive da Corte londrina,<sup>60</sup> apesar consciente das necessidades do Brasil, demonstra neste primeiro momento, uma forte influência do pensamento liberal e da opinião pública inglesa. Em Inglaterra, a despeito do forte apelo e pressão das associações abolicionistas, havia também os favoráveis ao tráfico e à escravidão.<sup>61</sup> Num país onde a liberdade de imprensa era um privilégio muitas vezes elogiado por Hipólito, esta questão era tratada abertamente entre os prós e os contras. Portanto, com cautela manifesta-se a favor do fim gradual do tráfico, em simultâneo à introdução imigrantes do norte da Europa, a exemplo da imigração de britânicos e irlandeses que se dirigiam continuamente para os Estados Unidos.

Aliás, durante quase toda a sua existência, o jornal adotará uma postura ambivalente no que diz respeito às questões relacionadas à escravatura. As opiniões de Hipólito serão sempre tratadas com cautela e prudência, como ele próprio referia, mas tendendo sempre para o fim gradual paralelo à imigração. Em muitos momentos absteve-se intencionalmente de entrar em discussão a respeito da “legalidade ou ilegalidade do comércio de escravatura”, de sua “política ou impolítica” e de “examinar os meios adotados para o extinguir”, pois segundo suas justificativas, este assunto levaria a uma extensão incompatível com os seus limites. Supostamente a ambivalência em torno desta questão, foi uma forma de se manter fiel aos seus propósitos iniciais de “acertar na opinião geral de todos”, levado pelos “sentimentos de

---

<sup>59</sup> *Correio Braziliense*, março de 1811.

<sup>60</sup> Hipólito estava em Londres, sob a proteção do Duque de Sussex, grão-mestre da Maçonaria Inglesa e membro da Família Real Inglesa. Pelo seu prestígio adquirido em Londres e pelo relevante serviço prestado à causa da Independência do Brasil, Hipólito da Costa foi nomeado por D. Pedro I, Cônsul Geral do Brasil na Inglaterra em 16 de setembro de 1823. Mas não chegou a tomar posse, pois falecera no dia 11 do mesmo mês.

<sup>61</sup> Apesar do início promissor, se contados a partir da primeira petição em 1783, incluindo as duas grandes ondas de protesto público (1789-1792 e 1806-1807), levaram-se mais de vinte anos para convencer o Parlamento a abolir o comércio de escravos. Wilberforce, apesar de ter como poderoso aliado e amigo, o primeiro-ministro William Pitt e o apoio de outros importantes oradores como Edmund Burke e Charles James Fox, apresentou vários projetos similares, que foram sucessivamente derrotados. A motivação financeira por trás do comércio de escravos não era segredo. O Império Britânico havia florescido nele e pessoas politicamente influentes, incluindo muitos cristãos, que haviam feito suas fortunas com o tráfico e não iam desistir tão facilmente. Assim, os defensores do comércio de escravos responderam na mesma moeda, e durante as décadas de 1780 e 1790, cada lado emitiu uma enxurrada de panfletos e diversos discursos no parlamento, na tentativa de influenciar a opinião pública. O lobby pró-escravista (dos planters das Índias Ocidentais) e dos indivíduos que direta ou indiretamente lucravam com o comércio de escravos, apresentaram uma série de argumentos para defender o comércio e demonstrar a importância dele para a Grã-Bretanha.

Patriotismo, e desejando aclarar os meus compatriotas”, num projeto, o qual esperava merecer a “geral aceitação daquelles a quem o dedico”. Ou seja, Hipólito tinha plena consciência de que a escravatura era fundamental tanto para a Metrópole como para as Colônias portuguesas, sobretudo para o Brasil, onde a abolição do tráfico era contrário ao sentimento patriótico, por isso afirmou: “quando pois falamos a favor da abolição, contamos de ter contra nós toda a massa da população do Brasil.”

### 1.3. Os apresamentos ilegais e a opinião pública na Bahia

Alguns meses depois da ratificação do tratado, os cruzadores da Marinha de Guerra britânica começaram a capturar negreiros portugueses e levá-los a julgamento em Serra Leoa. Tratava-se da violação do tratado por parte da Inglaterra, com uma prática totalmente ilegal, pois somente depois da Convenção adicional de 1817, é que foi permitido à armada inglesa apressar em alto mar, os navios portugueses suspeitos de traficar africanos. Na edição de março de 1811, o *Correio Brazilense* fez o alerta:

O plano do governo ingles de acabar com o comércio da escravatura já está em atividade, e se tem tomado precauções necessárias para impedir na costa da África a infração das leis a este respeito, que cometem algumas individuos em que o amor do lucro pesa mais do que todas as considerações morais tomadas juntamente. O número de vasos condenados por terem entrado no comércio da escravatura, na costa da África, foi até Outubro de 1810, de dois navios, dois briques e oito escunas (espanholas e portuguesas) além de dois navios e três briques e duas escunas que estão detidos por serem suspeitos.<sup>62</sup>

Entre 1811 e 1812, numa campanha, denominada “polícia moralizadora dos mares”, os ingleses apresaram dezessete navios portugueses, em lugares autorizados pelo artigo 10º do tratado de 1810. Situação que provocou grande descontentamento e hostilidade contra os ingleses na Bahia, pois doze das embarcações apressadas, pertenciam aos negociantes desta província (Verger, 2002:326). Os apresamentos foram noticiados pelo periódico *Idade D'Ouro do Brazil*,<sup>63</sup> primeiro jornal privado do Brasil, por concessão régia impresso em Salvador, de

---

<sup>62</sup> *Correio Brazilense*, março de 1811.

<sup>63</sup> Primeiro periódico privado do Brasil, editado na Bahia, autorizado a funcionar através da Carta Régia, na Typografia Silva Serva de propriedade do comerciante português Manoel da Silva Serva, perdurou de 1811 a 1823. Durante os seus doze anos de existência, este importante jornal baiano, divulgou atos do governo e notícias internacionais, nacionais, locais, anúncios, relatórios, sempre com estreita relação com os comerciantes, publicando assunto de seus interesses. Foi um dos primeiros periódicos no Brasil na cobertura dos acontecimentos relacionados ao fim do tráfico de escravos. Todavia de acordo com determinações legais estava condicionado a censura semelhante à que regulava o funcionamento da Imprensa Régia no Rio

propriedade do comerciante português Manoel da Silva Serva. Era o único periódico da Bahia naquela época e foi um dos primeiros na cobertura dos acontecimentos relacionados ao fim do tráfico de escravos no território brasileiro. De acordo com a edição de 28 de agosto de 1811, o primeiro apresamento envolvendo embarcações da praça da Bahia, foi do bergantim *Vênus*, tomado na Costa da Mina, pelos cruzadores ingleses. Por se tratar de um acontecimento que envolvia diretamente os negociantes da Bahia, que dominavam o tráfico na Costa da Mina, região que de acordo com o tratado de 1810 o comércio de escravos ainda era permitido, no dia 29 de agosto de 1811, a Typografia Silva Serva imprimiu e colocou à venda na “Loja da Typografia”, a cópia do Tratado de 1810, no valor de 1\$000 réis.<sup>64</sup>

A crescente pressão dos ingleses e os prejuízos causados pelos apresamentos, provocaram grande apreensão entre os negociantes da Bahia, que logo protestaram junto às autoridades. O Conde de Arcos, governador da Bahia, encaminhou ao Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 1812, uma petição dos principais negociantes da cidade, em que as capturas feitas pelos navios de guerra ingleses estavam provocando perdas consideráveis na praça da Bahia, estimada em 800.000 cruzados. O caso mais emblemático divulgado pelo *Idade D'Ouro do Brazil*, foi o do Bergantim *Lindeza* do mestre e dono Jacob Leandro da Silva, que desembarcou no porto de Salvador, vindo de Serra Leoa “(38 dias de viagem), trazendo a bordo 44 passageiros, pertencente a vários navios tomados pelos ingleses na Costa da Mina”:

Jacob Leandro da Silva, que sahira deste Porto para a Costa da Mina, de Piloto no Bergantim *Lindeza* de José Cardoso Marques, foi tomado no Porto de Onim, e juntamente o Brigue Prazeres e a Sumaca Flor do Porto. A tomada foi feita por huma Fragata Inglesa, cujo Commandante se denominava Frederico Paulo Irbi, que conduziu as ditas Embarcações para Serra Leôa, aonde forão julgadas boas prezas, em virtude do Tratado, que mostrarão ao tal Jacob, perguntando-lhe se tinha alguma cousa a dizer? Depois disto elle Jacob comprou a mesma Embarcação por 400 pezos duros; e chegando aqui apresentou-se na Sala do Palacio, dando entrada como Mestre e Dono; e apresentou o Artigo do Tratado a respeito da negociação de escravos.<sup>65</sup>

O relato revela dois dados importantes: (i) ao informar sobre o apresamento deste navio, o periódico coloca em evidência o procedimento dos cruzadores ingleses, e os recursos

---

de Janeiro, que só permitia o envio dos originais para a impressão após o exame dos censores. Sobre o primeiro jornal da Bahia ver: Carvalho (1908), Rizzini (1988).

<sup>64</sup> *Idade D'Ouro do Brazil*, 29 de agosto de 1811.

<sup>65</sup> *Idade D'Ouro do Brazil*, 26 de Maio de 1812.



utilizados por Jacob para recuperar o berganim,<sup>66</sup> que ao retornar à Bahia, apresenta ao governo uma reclamação formal dando a entender que outros poderiam fazer o mesmo. (ii) O acontecimento demonstra que o Jacob,<sup>67</sup> estava bem informado e conhecia o artigo 10º do tratado. Apesar de ainda não emitir nenhuma opinião sobre o assunto, nem se posicionar a favor ou contra o Tratado, ao acompanhar e noticiar os diversos apresamentos efetuados pelos navios de guerra ingleses, o *Idade D'Ouro* contribuiu não só para informar e criar um ambiente de descontentamento em relação aos ingleses, como ajudou a formar indiretamente uma opinião pública sobre o assunto, conforme demonstra o depoimento do cônsul inglês Frederic Lindeman em 1810, citado por Verger (2002:303):

A Bahia tem um jornal editado por um padre sob a imediata inspeção e censura do governo, chamado Idade d'Ouro. Esse jornal não tem nada de particular, salvo que não é amigável com a Inglaterra. Este sentimento, de que partilham todos os funcionários e negociantes na Bahia é fundamentado sobretudo em que nossos negociantes açambarcam uma grande parte do comércio; é devido também à captura de navios negreiros da Bahia na Costa da África pelos navios de sua Majestade.

O *Correio Braziliense* abordou o problema dos apresamentos, publicando em maio de 1812, a relação das embarcações apreendidas pelos cruzadores ingleses na Costa da Mina. No final do ano de 1812, já contabilizavam 24 navios com bandeira portuguesa empregados no tráfico, apressados pelos ingleses. Em agosto de 1812, o periódico português, *O Investigador Português em Inglaterra*, também impresso em Londres sob o patrocínio e subsídio da embaixada portuguesa em Londres, mesmo tendo uma linha editorial mais voltada para os problemas europeus do que para o Império português, publicou uma nota sobre a “consternação dos commerciantes da [Bahia] cauzada pelas tomadias [...] dos navios Britânicos”.

Na edição do dia 5 de junho de 1812, o *Idade D'Ouro*, talvez com intuito de apaziguar os ânimos exaltados por conta da ação dos ingleses, publicou na coluna intitulada “Bahia”, a justificativa apresentada por Lord Satrangford, Embaixador britânico no Rio de Janeiro,

---

<sup>66</sup> O Bergantin *Lindeza*, capturado pelo navio de guerra britânico, noticiado pelo *Idade D'Ouro do Brazil*, consta na lista fornecida pelo consulado britânico em 21 de maio de 1813, com a relação dos vasos portugueses capturados pelos navios de guerra britânicos e condenados pelas autoridades britânicas após o tratado de 1810. Lista completa em: Pierre Verger (2002:351-352)

<sup>67</sup> Com a proibição do tráfico ao norte do Equador, o mestre de embarcação Jacob Leandro da Silva, continuou no comércio negreiro direcionando seu comércio para a rota Rio de Janeiro - Angola. *O Espelho* registrou a entrada de sua galera *S. Antonio Destemido* no porto do Rio de Janeiro, no dia 20 de abril de 1822, chegando de Angola, com carregamento de 291 escravos (faleceram 228 escravos durante a travessia). Um número muito alto, a ser coberto pelo seguro. Também 75 gamelas de cera e 22 barris de azeite. *O Espelho*, nº 45, 22 de abril de 1822.



referente à petição de 30 de março de 1812, “estranhando sobre maneira as prezas, que os Inglezes fizerão na Costa da Mina sobre os nossos navios, que comerciavão em troca de escravos”. Segundo as notas de Strangford, a Grã-Bretanha “não está de acordo com semelhante procedimento, nem dá ao Artigo decimo do Tratado intelligencia, que se lhe dá na Serra Leoa; e para aclarar, e decidir este negocio de tanta consideração, promete representar quanto antes ao Ministerio Britanico.”<sup>68</sup>

Entretanto os apressamentos ilegais continuaram e com eles cresciam a indignação e descontentamento, mobilizando a opinião pública na Bahia. O *Idade D'Ouro do Brazil*, com objetivo de esclarecer a população sobre os problemas relacionados ao artigo 10º do tratado de 1810 e evitar uma “diversidade de interpretação”, publicou na coluna intitulada “Bahia”, uma criteriosa análise do artigo. Pretendia também mostrar o que ia pela “mente de S. A. R. a respeito do commercio dos escravos” ao realizar o tratado com a Grã-Bretanha. Nesta análise, o redator começa por considerar a escravidão injusta e antipolítica. No entanto adverte sobre o “perigo de se fazer bem aos homens de repente”, e sugere que esta estrutura tão antiga, deve-se ir “abalando aos poucos e tolerar alguns males para evitar outros maiores”. A seguir, discorre sobre como ele deveria ser destruído, dando exemplos da abolição da escravatura em Portugal na época de D. José, na América Inglesa e do Norte, cuja libertação de escravos nestes países, só foi possível quando havia população suficiente para não precisar de “braços forçados”. O Brasil, como ainda não está nesta condição, seria “antipolítica, e arruinadora, a abolição da escravidão”. Esclarece que o Príncipe Regente ao realizar o contrato com a Grã-Bretanha, prometeu a gradual abolição do comércio de escravos, porém sem precisar a época em que os escravos não seriam mais necessários. Ou seja, não assinou o ano da abolição do tráfico. Em relação ao que ia à “mente” do Príncipe Regente ao assinar o tratado explica:

Para evitar alguma interpretação perigosa a seus Vassalos, fechou o Artigo dizendo, que por hora se conserve no mesmo pé o Commercio nos Portos da Cabinda, e Molembo, e igualmente naquelles Pórtos chamado entre nós Costa da Mina, que pertencem à Coroa, ou a qua a sua Coroa tem prerenças em razão do descobrimento, e da antiga posse de negociar alli. Isto he o mesmo, que dizer (entendemos-nos) á Gram-Bretanha, eu concordo com tigo em abolir a escravidão como tu aboliste, e como os meus Antecessores já abolirão em Portugal; mas como ainda não estou nas mesmas circunstancias apressarão, ou retardarão a conclusão deste negócio.

---

<sup>68</sup> *Idade D'Ouro do Brazil*, 5 de junho de 1812. No Rio de Janeiro, a *Gazeta* também publicou, em julho de 1812, a mesma carta de Lord Strangford destinada ao cônsul britânico da cidade da Bahia, Frederic Lindeman, “estranhando” as apreensões de navios portugueses por embarcações britânicas na Costa da Mina.

Esta he pois (salvo melhor parecer) a intelligencia clara do tal Artigo, e outra qualquer he forçada. Logo deve continuar aquelle Commercio em virtude do tratado sem que haja, a nossa opinião, algum pretexto a prezas nos sobreditos Portos.<sup>69</sup>

Segundo as explicações, se por um lado D. João estava obrigado pelo artigo 10º, a não permitir o comércio de escravos por seus suditos em outra parte da África que não pertencia ao domínio da Coroa portuguesa, por outro lado, reservava-lhes o direito de negociar escravos nos domínios português na costa da África. Apesar de entender, em conformidade com as “nações illuminadas”, que a escravidão deveria acabar por motivos humanitários, o *Idade D'Ouro*, defendia a continuidade do tráfico, vendo a escravidão como um “mal necessário”. Vale lembrar que naquele momento, a Bahia importava anualmente cerca de 8 mil africanos, a maioria da Costa da Mina. Os vários comunicados informando o número de chegadas e partidas de embarcações envolvidas no tráfico publicados no *Idade D'Ouro*, são indicadores de como era intenso este comercio entre o porto de Salvador e a Costa da Mina, desde o século XVII.

O fato do periódico esclarecer sobre os problemas relacionados ao artigo 10º do tratado e justificar as decisões do Príncipe Regente, é um forte indício do interesse da população baiana pelo assunto, que com certeza acompanhava atentamente os acontecimentos, sobretudo por aqueles que estavam envolvidos direta ou indiretamente no tráfico. Tentando retomar o clima da normalidade, publica na mesma edição e na costumeira coluna: “Entrarão neste Porto as Embarcações seguintes”, três Bergantins: o *Triumpho Africano* (carga 234 cativos), o *Conde de Amarante* (carga de 300 cativos) e o *Bom Caminho* (carga 317 cativos), todos vindos da Costa da Mina. Com a seguinte finalização: “com excessão da morte de alguns cativos durante a viagem, não houve outro incidente”.

Entretanto, a despeito da tentativa de esclarecer os negociantes e a população sobre a legalidade de se continuar o tráfico nas regiões demarcadas, os aparesamentos continuaram. É com esperança de ver esta questão resolvida de uma vez por todas, que publica na edição de 14 de julho:

Huma embarcação, que aqui chegou de Cabo Verde conta: que encontrara huma Fragata Ingleza, e que o seu Commandante dissera, que hia para a Serra Leoa destinado a syndicar sobre as prezas, que a Sociedade phinatropica tem feito sobre os nossos navios, que comerciavão em escravos. Temos toda a razão de esperar, que o Governo Inglez deslinde este importante negocio para que

---

<sup>69</sup> *Idade D'Ouro do Brazil*, 16 de junho de 1812.

se desvanecer completamente de confianças, e ressentimentos, que nunca devem ter lugar entre Nações amigas.<sup>70</sup>

A postura tolerante e esperançosa, evidenciada pelo periódico, certamente está relacionada com a situação delicada do governo brasileiro e a rigorosa censura prévia pela qual o estava submetido, desde o seu funcionamento.<sup>71</sup> Assim, através de uma série de chamadas públicas procurou dar provas de que outra reclamação seria enviada ao Príncipe Regente, para resolução dos problemas:

Os proprietários das diversas Embarcações, que tem sido apresadas pelos vasos Inglezes sobre a Costa da Mina, são advertidos que convem aos seus interesses, que até 31 do corrente mez apresentem os Documentos justificativos do valor das presas respectivamente tomadas a cada hum, por quanto se deseja que todos vão comprehendidos no Mappa geral, que a este respeito se está formalizando, para subir a real Presença de S.A.R. E sobre este particular se podem os ditos Proprietários dirigir, e entender com José Tavares França, Negociante nesta Praça.<sup>72</sup>

Todas as pessoas que carregaram quaesquer generos ou effeitos sobre o Bergantim S. João, que foi apresado dobre a Costa da Mina, entre as demais Embarcações Portuguezas, são advertidas de que quanto antes devem apresentar as suas competentes facturas a José da Silva Marques, como procurador bastante de Raimundo José de Menezes, o qual mora na Quitandinha de S. Miguel, nº 88.<sup>73</sup>

Entretanto ao divulgar a captura e apreensão injusta do brique *Triumpho*, que “abicara” ao Norte do Cabo das Três Pontas, localizado fora da demarcação da Costa da Mina “unicamente para fazer aguada, e para dahi se fazer na volta das Ilhas de S. Thomé e Principe, para onde carregara, e despachara”, considerado inicialmente “boa presa por abicar a hum sitio que está fora da demarcação da Costa da Mina, o que he formalmente contra o Tratado ferido com a Grã-Bretanha e o Brazil,” o *Idade D’Ouro* reacendeu o debate.<sup>74</sup>

#### 1.4. Alvará de 1813

Enquanto o poder local tentava minimizar o impacto causado pelo primeiro acordo assinado com a Grã-Bretanha na praça da Bahia, com o próprio Conde de Arcos encaminhando

---

<sup>70</sup> *Idade D’Ouro do Brazil*, 14 de julho de 1812.

<sup>71</sup> Participavam na comissão de censura três homens ocupantes da administração da capitania, um militar reformado e dois religiosos. Todos os cargos eram nomeados diretamente pelo governo metropolitano, que tinha por objetivo assegurar que a imprensa não causaria transtornos à ordem política estabelecida.

<sup>72</sup> *Idade D’Ouro do Brazil*, 14 de Agosto de 1812.

<sup>73</sup> *Idade D’Ouro do Brazil*, 9 de Outubro de 1812.

<sup>74</sup> *Idade D’Ouro do Brazil*, 7 e 11 de maio de 1813.

mais petições, documentos e cartas solicitando a proteção aos comerciantes da capitania, D. João, para dar aos ingleses provas dos sentimentos humanitários, tomou duas medidas para uma “abolição gradual e prudente” sem “comprometer a prosperidade do Brasil”, segundo ele próprio afirmou: 1º) impôs diferentes tributos sobre os escravos chegados aos portos do Brasil, considerando como um meio eficaz, mesmo que indireto para se chegar à abolição da escravatura; 2º) expediu a 24 de novembro de 1813, um Alvará, impondo regras e providências visando dar um “tratamento mais humano” e diminuir os “males do tráfico”, tais como: a regulamentação da capacidade dos navios negreiros em relação à quantidade de carga humana (5 escravos por tonelada, até 201 e 1 escravo por tonelada adicional, daí por diante); proibição de marcação dos escravos à ferro quente, sendo substituído por manilhas ou coleiras; regras sobre a alimentação e fornecimento de água durante a travessia; a obrigatoriedade de haver um “Cirurgião Perito” e uma enfermaria, nas embarcações do tráfico; obrigatoriedade de conduzir os escravos ao tombadilho duas vezes ao dia e banho em água salgada, pelo meio-dia, cuidados com aceio, limpeza e renovação do ar nas embarcações. Além de fixar prêmios a serem pagos ao Mestre e ao Cirurgião da embarcação, caso a mortalidade fosse inferior a 2%.<sup>75</sup> Para D. João, estas medidas equivaliam à uma “meia abolição”, pois a redução da carga dos navios empregados no comércio da escravatura à quase metade do número de escravos, consequentemente diminuiria a mais da metade, o provável ganho do comerciante negreiro. No preâmbulo do Alvará, o Príncipe Regente qualifica de abominável o comércio de escravos, que diz ser feito “com transgressão manifesta dos direitos divino e natural”. Contudo, ao verificar as estatísticas populacionais da colônia, ficou convencido de que “o número de seus habitantes não é ainda proporcionado à vasta extensão do território”, sendo portanto necessário continuar a “exportar dos portos da África braços que houvessem de auxiliar e promover o aumento da agricultura e da industria brasileira.”

Lord Grenville, entendeu o Alvará de 30 de Novembro de 1813, como “uma clara e aberta determinação de continuar o trafico da escravatura em uma extensão, que se pode considerar illimitada”.<sup>76</sup> De fato, o preâmbulo do Alvará dá entender que o comércio continuaria

---

<sup>75</sup> *Coleção de Leis do Brasil* (1811-1815). Alvará de 24 de novembro de 1813.

<sup>76</sup> Segundo as explicações de Rocha Loureiro, redator de *O Português*, este entendimento de Lord Grenville esta relacionado ao preambulo do Alvará, em que S. M. R., “tendo em vista por rasoens politicas coactar o commercio da escravatura, que ainda era impossivel de todo abolir; e querendo por humanidade aliviar a condiçã dos escravos, era servido, &c. Vai que faz o minutador; estende um longo aranzel, ou autem-genuit, disendo que S. A. R. permitia a escravatura para bem da agricultura, das mina, das pontes, dos cannais, das estradas, das manufactura, e das artes, tudo em o maior grau, e perfeição: Lord Grenville, que leo toda esta pacotada impolitica, e mal conforme, attendeo menos ás consequencias, e disposiçoens da ley, do que ao

indefinidamente, porém em condições “mais humanas”. Pelo lado econômico, com a mercadoria (escravo) mais bem tratada durante a travessia marítima, produziria poucas baixas, reduzindo assim os prejuízos. Pois, os negreiros da Bahia e do Rio de Janeiro, na tentativa de rentabilizar suas viagens traziam dentro dos navios uma grande quantidade de carga muito superior à sua capacidade.<sup>77</sup> Ou seja, estas condições resultavam sempre em muitas perdas, conforme os relatórios das embarcações que davam entradas nas alfândegas, publicada em vários jornais com objetivo reclamar o seguro e avisar sobre a chegada da mercadoria. No caso dos seguros, as apólices das companhias davam garantias de ressarcimento não só pelas perdas do navio (casco e apetrechos), como também pelas cargas, incluindo os escravos (Tavares, 1988:39).

Entretanto, mesmo sendo de grande importância, não encontramos nenhuma publicação do Alvará de 1813 nos jornais impressos no Brasil, somente nos periódicos redigidos e impressos em Londres: o *Correio Braziliense*, *Investigador Português* e *O Portuguez, ou Mercúrio Político, Commercial e Literário*. A *Gazeta do Rio de Janeiro* apenas anunciou a venda do Alvará de 24 de Novembro, “regulando a arqueação do navios empregados na condução dos negros, que dos portos de África se exportão para os do Brasil, dando saudáveis e benignas providencias em benefício daquelles indivíduos”, na loja da *Gazeta* a 120 réis. *O Patriota*,<sup>78</sup> primeiro periódico enciclopédico brasileiro, editado na Imprensa Régia pelo militar baiano Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, sempre preocupado com as questões sanitárias e de saúde pública na cidade do Rio, apenas considerou a determinação de estabelecer Lazareto para receber os escravos enfermos nos portos do Brasil, uma importante medida filantrópica de D. João VI.<sup>79</sup>

O *Investigador Português* teceu largos elogios ao Príncipe D. João, pela assinatura do Alvará que tinha força de lei, enquanto na opinião de Hipólito da Costa, a legislação tendia apenas “a modificar a crueldade do tratamento dos escravos, na sua exportação da África para

---

contexto material da introdução á ley; e por isso pós as maons na cabeça com tanto talhar de obra.” *O Portuguez*, Vol.1, nº1, pp. 241-242.

<sup>77</sup> Numa viagem entre os portos da Costa da Mina e Salvador, que durava em média 41 dias, um Bergantim carregava uma média de 365 escravos. *Idade D'Ouro do Brazil*, nº 62, 13 de dezembro de 1811.

<sup>78</sup> *O Patriota*, apesar de ter uma linha editorial diferente dos demais periódicos, tratou a questão do tráfico e da escravidão no Brasil, como necessária para a cultura de vários gêneros, criação de gados e mineração. Expôs o mapa da distribuição dos escravos no território brasileiro, bem como os preços dos escravos em diferentes capitanias. Levantou a questão da saúde pública no Rio de Janeiro, ressaltando a “imundice doméstica originada da escravatura”, bem como a transmissão de doenças, sobretudo as “bexigas” (varíola), trazidas pelos escravos recém chegados da África.

<sup>79</sup> *O Patriota*, 1813, p. 82.

o Brasil”, sem determinar o fim da sua existência.<sup>80</sup> Hipólito também viu o Alvará, como uma medida para protelar o fim do tráfico. Mas não reprovou a “cautela do Governo do Brasil, em não decidir por ora coisa alguma quanto à existência do Commercio da escravatura”. Pelo contrário, mesmo sendo um crítico ferrenho do governo e entendendo a escravatura como um mal tanto para o africano como para o Estado, apoiou as medidas do Príncipe D. João, em não abolir diretamente o comércio da escravatura e esclareceu: “este mal não foi introduzido pelo Governo actual, e a tentativa de o cortar pelas raizes immediatamente, produziria sem duvida outros males talvez de maiores consequencias.” Portanto, concordou com a “prudência do Governo, em não atacar directamente o trafico da escravatura”. Hipólito admitiu o problema como “sumamente delicado e de grande dificuldade”. Por isso mesmo na condução do seu jornal, procurou não “tocar na questão da escravatura” e ainda repreendeu o redator do *Investigador Portuguez*, a quem chamava de “Pseudo Científico”, por ter publicado a tradução em português, da Constituição da República dos Negros de S. Domingos.<sup>81</sup>

Já *O Portuguez, ou Mercúrio Político, Commercial e Literário*, novo periódico mensal que começou a circular no mês abril de 1814, por iniciativa de João Bernardo da Rocha Loureiro, demonstrou claramente desde o início, a sua orientação contrária às determinações do governo português e às praticas do governo inglês, em relação ao fim do tráfico da escravatura. Apesar de reconhecer o Alvará, como uma demonstração do desejo de D. João para o “bem da humanidade” e a preocupação com os “seus vassalos”, considerava a legislação “inútil, incompleta, e muito mal minutada”. Segundo suas justificativas, pela quantidade de embarcações portuguesas apresadas pelos navios britânicos, a pretexto do artigo 10º do tratado, em breve o comércio de escravatura para o Brasil estaria acabado. Portanto não havia necessidade desta e quaisquer “outras leys sobre semelhante objecto”. Na opinião de Rocha Loureiro, melhor seria se o governo português, acabasse com este negócio das apreensões feitas aos navios portugueses no comércio da escravatura e reparasse as perdas e danos de seus vassalos, do que legislar sem efeito por um comércio que em breve acabará, por força dos ingleses. Para o redator, era uma questão fácil de se resolver, pois bastava o governo português, indenizar por si, os comerciantes lesados e depois pedir reparação ao governo britânico pela

---

<sup>80</sup> *Correio Braziliense*, 1814, Vol. XII, pp. 607-608.

<sup>81</sup> Para Hipólito é grande imprudência do *Investigador Portugues*, “a tradução na lingua vulgar, em um Periodico, que se destina a ser lido no Brasil, feita em um Jornal, que abertamente se acha debaixo da proteção do Embaixador Português em Londres, aonde aquele Jornal se imprime; é um absurdo, que só se pode conciliar com as cabeças, que tal obra dirigem”. *Correio Braziliense*, 1814, Vol. XII, p.608.

falta equidade na execussão do tratado e pelo incumprimento do mesmo pelos ingleses. Rocha Loureiro, segue seu texto, que ocupou 16 páginas do jornal, expondo, analisando e criticando todos os itens do Alvará, sobretudo a determinação relacionada à tonelagem das embarcações, considerado um capricho e fantasia extravagante a determinação de 201 toneladas, ao invés de um número redondo de 200. Pois segundo as suas explicações e exemplos, 201 toneladas, daria dois negros e meio por tonelada!<sup>82</sup>

No entanto, as previsões de Rocha Loureiro quanto a fim do tráfico, não se confirmaram. Contudo, através da publicação de um extrato da *Real Gazeta de Serra Leoa* pela *Gazeta de Lisboa*, noticiando a apreensão três embarcações brasileiras: *Diana*, *Dois Amigos Brasileiros* e *Aviso* pela Esquadra Inglesa, por excederem na quantidade de africanos, iludindo assim as disposições do Alvará de 24 de Novembro de 1813 quanto a medição de sua capacidade e tonelagem para o transporte dos escravos,<sup>83</sup> podemos conjecturar que a lei foi propositadamente elaborada com vaguezas e ambiguidades, para que pudesse ser facilmente ludibriada pelos negociantes da escravatura. O cálculo da capacidade de carga dos navios só seria descoberto pelos ingleses em 1823, com o Brasil já independente de Portugal. Segundo Riva Gorenstein (1992:184), nesta ocasião, Chamberlain, encarregado dos negócios britânicos no Rio, enviou a Carvalho e Melo, o então Ministro do Exterior do Brasil, uma carta lamentando esta prática. A resposta só seria dada depois de sete meses de silêncio, com a justificativa de que a confusão derivava dos métodos diferentes de aferição. A seguir foram emitidas instruções para que fossem adotadas no Brasil, somente o método do sistema inglês de carga/tonelagem. No entanto, as instruções nunca foram obedecidas.

### 1.5. A falsa filantropia dos ingleses

Não obstante, o número de embarcações apressadas não parava de aumentar. No início de 1815, de acordo com a lista do Consulado Geral de Portugal em Londres, publicada em *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, subia para 34 o número de negreiros portugueses apressados ou lesados pela *Royal Navy*.<sup>84</sup>

---

<sup>82</sup> *Observador Lusitano em Pariz ou Collecção Literaria, Política e Commercial*. Tomo 1º, 1814, pp.70-86.

<sup>83</sup> *Gazeta de Lisboa*, 8 de fevereiro de 1825. nº 33 p. 131.

<sup>84</sup> *O Investigador Português em Inglaterra*, março de 1815, p. 141.



Indignados, muitos periódicos começaram a mudar o tom dos discursos colocando em evidência a “falsa filantropia dos ingleses”, sobretudo os periódicos liberais editados em Londres. Para o *Microscópio de Verdades ou Oculo Singular*,<sup>85</sup> que começou a circular em 1814, sob a direção e redação de Francisco Alpoim e Menezes, grande zelo dos ingleses para o bem da humanidade e o desejo de ver abolido o comércio da escravidão, “nao he senão á inveja que os roe interiormente por ver que podemos com ella cultivar as nossas produções coloniaes mais modica, e commodamente do que eles as suas”. *O Portuguez*, no seu artigo publicado sob o título “Tráfico da Escravidão”, afirma que Lord Grenville parece ter jurado a perda e destruição de Portugal, exigindo de um só golpe que se acabe com a escravidão no Brasil, o que é politicamente impossível. Se o governo inglês seguir o voto do Lord, “fica airoso à Inglaterra ser advogada da humanidade, e medianeira das nações; mas não lhe cabe, abusando de suas victorias e poderio, exceder a moderação, e transpor as barreiras da justiça”. A grande preocupação do redator de *O Portuguez* era repetir no Brasil a terrível cena ocorrida no Haiti, pelo fato dos escravos excederem o número de brancos e por não estarem preparados para a repentina liberdade. Conlui:

[...] ainda que o governo do Brasil (por sua autoridade, e não por influencia estrangeira, que hé vergonhoso) abolir de um golpe a escravidão, e dar repentina liberdade aos escravos em o Brazil, nunca o podia fazer sem risco de revoluções sanguinarias; os pretos escravos ali excedem em numero poucas de vezes os brancos, não estão, por seus costume, acostumados á liberdade; e se tornariam mais de pressa insolentes, do que livres: se a liberdade, para a qual não estão preparados, lhes fosse dada de repente, então lá se veriam de certo renovadas as scenas atrosas dos certos de S. Domingos. O governo Inglez deve pesar estas considerações com madureza; e o governo Portuguez deve adquirir dignidade, e firmeza de caracter.<sup>86</sup>

*O Portuguez*, também esforçou-se para demonstrar a falsa filantropia inglesa, publicando inicialmente na sua coluna intitulada “Comércio de Escravidão”, um artigo extraído do *Morning Chronicle*, em que o Dr. Thorpe, Regedor das Justiças em Serra Leoa, informa W. Wilbforce, Vice Presidente da Instituição África, sobre a como o Ato contra a escravidão tem sido “escandalosamente iludido”. Além de denunciar envolvimento de ingleses no tráfico, afirma que os negros conduzidos a Serra Leoa ao invés de serem libertados, são distribuídos

---

<sup>85</sup> *Microscópio de Verdades ou Oculo Singular, para o Povo Portuguez ver puras, e singelas verdades despidas dos caprichos, e paixões particulares, e outras expostas a brilhante luz do patriotismo, depois de terem sido descobertas por elle, entre as sombras do erro, da ignorancia, ou malicia dos Godoyanos.* Ao Geral da Nação Portuguesa, para Saber o que foi, e pode tornar a vir a ser em Agricultura, Industria, Commercio, Armas, e Letras. 1814, Cap. IV, p. 32.

<sup>86</sup> *O Portuguez*, Vol.II, nº 12, p. 553.



entre os seus agentes e poderosos proprietários de plantações. Na opinião do redactor, que nas edições seguintes terminou por transcrever a carta na íntegra, o documento é uma prova da hipocrisia dos ingleses.<sup>87</sup>

Já o *Correio Braziliense* (1814) procurou, mais uma vez, alertar sobre a “tormenta” que se vai “juntado contra os interesses do Brasil”, na qual o governo deveria precaver-se em tempo, pois o Parlamento Britânico tem tratado a questão do fim o tráfico com “todo ardor”. Além dos mais, grandes potências como a Rússia, Austria e Prussia, estavam bastante inclinadas a apoiarem esta medida. Por fim, Hipólito da Costa, mesmo de forma ambígua, assume sua postura anti-abolicionista ao afirmar que agricultura do Brasil não podia continuar sem a escravatura. Alerta mais uma vez sobre a necessidade de se tomarem a providência de substituir a população de escravos, caso contrário o Brasil se tornará um “inútil deserto”. Completa: “a época em que o Brasil não poderá mais importar escravos da África se aproxima e esta falta de preocupação vai se fazer sentir”. O redator revela também o seu ponto de vista preconceituoso, ao afirmar que os escravos formam uma “população factícia”, “perigosa e de pouco valor”, mas mesmo assim, “é melhor que nada”. Ainda na edição de 1814, o *Correio Braziliense*, apesar reconhecer a filantropia inglesa como louvável, por impor às nações amigas o seu valimento para extinguir o tráfico da escravatura, desaprova veementemente os argumentos utilizados por Lord Grenville à respeito da Corte do Brasil, para este fim. Para Hipólito, a Inglaterra, ao forçar a Corte do Brasil a adotar esta medida, ataca os direitos e independência da nação à favor do direito dos africanos. Afirma ainda, que nenhuma nação tinha o direito de obrigar a outra a mudar suas leis, mesmo que fossem úteis. As obrigações que Portugal devia à Inglaterra, não lhe dava o direito de intrometer na administração interna do país, em causas que não dizem respeito o governo inglês, “porque nesse caso não ha serviço ou auxilio que valha o sacrificio da independência nacional”.<sup>88</sup>

No Rio de Janeiro, a *Gazeta*, sem emitir qualquer comentário a este respeito, dedicou 3 páginas e meia do jornal à publicação dos extratos das falas de Lord de Liverpool, proferida na Câmara dos Pares, e de Lord Castleragh, na Camara dos Comuns, ambas a 27 de junho de 1814, a cerca do comércio de escravos. Na parte final do discurso, transcrito pela *Gazeta*, Castleragh adverte à Câmara de que a Rússia, a Prussia e a Austria estavam dispostas a abolir o trafico, mas

---

<sup>87</sup> *O Portuguez*, Vol.II, nº10, p. 379-381. Vol.II, nº 12, p. 553.

<sup>88</sup> *Correio Braziliense*, 1814, Vol. XII, p. 763.

“Hespanha e Portugal não davão esperanças de estarem inclinadas” a este fim. Para Castleragh, estas duas Metrópoles são tão dependentes das Colonias que não são “senhoras da questão.”<sup>89</sup> Ou seja, para Espanha e Portugal, esta questão era bem mais complexa, do que para as outras nações.

Como já foi dito, a *Gazeta do Rio de Janeiro* mesmo não sendo um jornal opinativo ou doutrinário e pouco voltado às questões brasileiras, a despeito de estar a serviço da Coroa, da parcialidade, da forte censura e do redator ser um alto funcionário do governo, a função de escolher, traduzir, copiar e imprimir as notícias, não significa propriamente ausência de opinião. Os jornais não organizam as informações e acontecimentos de forma aleatória, organizam segundo o seu próprio “filtro”. Portanto as notícias selecionadas, a forma de titular e divulgar as informações ou mesmo ocultar uma notícia e opinião, denotam alguma intenção formadora de opinião pública. O mesmo ocorreu com o *Idade D’Ouro*, onde percebemos claramente as intenções indiretas de influenciar a opinião pública, num contexto de forte censura. Exemplo disso, foi na secção “Bahia”, onde informou aos leitores que pelas gazetas e jornais vindos de Londres, os “espíritos estão actualmente ocupados” com o artigo do Tratado de Paris, em que a França requereu continuar por mais cinco anos o comércio de escravos. Termina o texto com os seguintes comentários:

É moda escrever sobre este assumpto, e fallar nelle nos circulos, cafés, &c. (...) Nós estamos bem persuadidos, que o amor da moda, e não o amor da humanidade he que tem dado tanto calor à questão. Assim como nos parece, que a Europa illuminada faria maior serviço ao mundo commercial, e à liberdade dos homens se em vez de se occupar nesta questão, se occupasse no exterminio dos Moiros, e se deixasse para tempos mais felices o total exterminio dos escravos.<sup>90</sup>

Na edição de 6 de dezembro de 1814, em que o redator do *Idade D’Ouro* reforça indiretamente seu ponto de vista ao transcrever um longo artigo retirado do jornal de Paris, o *Courier*, de 15 de setembro, com objetivo defender o comércio da escravatura e denunciar a falsa filantropia dos ingleses. Este artigo, escrito na forma de uma carta, por um Crioulo de Guadalupe, colocava em dúvida “causa da humanidade”, levada a cabo pelo governo britânico. Segundo o autor, este comércio não é tão desumano como se persuadem algumas pessoas, pois é bem sabido que os africanos andam sempre em guerras atrozes uns com os outros, e todos os

---

<sup>89</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 4 de outubro de 1814.

<sup>90</sup> *Idade D’Ouro do Brazil*, nº 88, 1 de novembro de 1814.

capitães de navios de escravatura, afirmam terem vistos “os desgraçados prisioneiros lançarem-se aos seus pés, em ar de desespero, e pedirem beijando a terra que os comprem”. Além do mais, se a França renunciar a este comércio, “ficarão perdidas as nossas colônias” e a sua “força marítima”. O autor da carta conclui que:

Debaixo da capa de filantropia, pretenda a Inglaterra sujeitar-nos a sacrificios, cujos resultados redundarão exclusivamente em lucro dos seus negociantes, e augmento do seu poder. [...] que teria dito a Inglaterra, se, ha vinte annos, durante o furo das nossas ideias liberaes, a França exigisse della a abolição deste commercio teria respondido, com muita razão, ‘que era humilhação para qualquer nação ceder a influencia de qualquer Potência estrangeira, que se arrogasse o direito de lhe prescrever os seus deveres, quando, de mais a mais, as suas colônias não tinham chegado àquele grao de prosperidade, que authorisasse a cessação deste comércio’. [...] a Inglaterra, nós o asseveramos, encobre debaixo de pomposos sentimentos de filantropia, os seus vastos e profundos projectos: caminha com passo oblíquo, mas firme e constantemente, para o fim que se propõe chegar.<sup>91</sup>

## 1.6. O Tratado de 1815 e a repercussão no Brasil e em Portugal

Para os políticos ingleses, não havia somente a forte pressão da opinião pública britânica para a abolição geral do comércio da escravatura,<sup>92</sup> havia também as questões econômicas. Pessoas importantes e influentes no Reino Unido, tinham interesses ligados às Índias Ocidentais e também não podiam ser ignoradas pelo governo. Com o fim do tráfico em todos os seus domínios, os plantadores das Antilhas britânicas privados da importação de mão-de-obra, temiam a concorrência dos produtos coloniais do Brasil e de Cuba. Portanto, Espanha e Portugal passaram a ser o centro das pressões abolicionistas.

No caso espanhol, durante a Regência, antes mesmo da investida dos ingleses, o deputado mexicano José Guridi Alcocer, em março de 1811, apresentou nas Cortes de Cádiz o primeiro projeto para a abolição imediata do comércio de africanos, junto com outra menção apresentada pelo deputado espanhol Agustín Argüelles, sobre o mesmo tema, cujos debates se deram em 26 de março e 2 de abril de 1811. O deputado Mejía, apesar de concordar com a proibição imediata

---

<sup>91</sup> *Idade D'Ouro no Brasil*, 6 de dezembro de 1814. Ver também: *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, julho de 1814, p. 147, *Microscópio d'Verdades* e, nº 7, 1815, p. 105; *Observador Luzitano em Paris*, fevereiro de 1815, p. 176-177.

<sup>92</sup> O redator de *O Portuguez*, João Bernardo Rocha Loureiro, que vivia refugiado em Londres desde 1812, registra o estado de “exaltação” e “furor”, em Londres a favor do fim do comércio dos escravos para todas as nações. Segundo o redator, por todas as classes e indivíduos, as esquinas e lugares públicos, “estão todos occupados com proclamações violentas e patheticas pinturas sobre a miserável escravidão dos negros; quasi todos os caffes, e loges publicas são taboletas de petições para a abolição geral do commercio dos escravos; horados Quakers estão quasi prendendo os passantes, para que vão ali assignar os seus nomes; não se ouve senão um grito ogeral - *abaixo a escravatura* - tudo se agita; tudo ferve por este unico motivo de humanidade.” *O Portuguez*, Vol. 1, nº 1. p. 239.

do tráfico de africanos, recomendava cautela, pois uma medida desta magnitude adotada repentinamente poderia ocasionar grande confusão. Argüelles, que havia testemunhado em Londres, o “glorioso” dia 5 de fevereiro de 1807, em que foi abolido o tráfico de escravos nos domínios britânicos, procurou mostrar as vantagens desta resolução, até mesmo para os donos de escravos, e sugeriu que o governo espanhol antecipasse ao pedido dos ingleses, dando eles próprios esta “consolação à humanidade ultrajada”, para que a glória desta medida fosse da Espanha.<sup>93</sup>

O deputado cubano Andrés Jáuregui, apesar de não se opor à discussão desta matéria, temia que publicação das discussões no *Diário das Cortes*, pudesse causar grande repercussão na opinião pública, podendo perturbar a tranquilidade da ilha de Cuba,<sup>94</sup> pois uma semelhante abolição, feita pela Assembléia Nacional de França, ocasionou a revolução em São Domingos. Por fim, ficou determinado que não se omitisse esta matéria no *Diário das Cortes*, e que as proposições se referissem à criação de uma Comissão Especial. Mesmo obtendo apoio de vários deputados, entre eles, Mejía, García Herreros e Pérez Castro, a proposta da criação de uma Comissão Especial para tratar do caso não seguiu adiante. De fato, a preocupação de Jáuregui terminou por se confirmar. Os rumores sobre a abolição logo começaram a circular na ilha e impulsionaram a chamada “Rebelião Aponte” em 1812.<sup>95</sup> Nas sessão das Cortes de 13 de agosto de 1813, Isidoro Antillón tentou reabrir os debates abolicionistas, mas não prosperaram. Preocupados com a situação e interessados na continuidade do tráfico, os cubanos apoiaram a restauração absolutista com a coroação do rei Fernando VII, em 1814.

Entretanto, logo após assumir o trono, Fernando VII, viu-se pressionado pelos britânicos a proibir o comércio de africanos a todos os seus súditos. As pressões que iniciaram antes do Congresso de Viena na Áustria (1815) se estenderam até o dia 23 de setembro de 1817, quando depois de várias discussões, Espanha e Inglaterra firmariam o tratado para a abolição total do tráfico de escravos em todos os domínios espanhóis, a partir de 20 de maio de 1820.<sup>96</sup> Neste tratado anglo-espanhol, além de estipular o direito de visita recíproco e a criação de comissões

---

<sup>93</sup> Intervenção de Argüelles nas Cortes de 2 de abril de 1811. *Diário das Cortes*, tomo II, p.809.

<sup>94</sup> De 1763 a 1779 a ilha de Cuba havia experimentado um grande crescimento graças às plantações de cana e se viu submetida a uma contínua e massiva introdução de escravos africanos, fomentado pelo governo espanhol.

<sup>95</sup> José de Antonio Aponte, mulato livre e ex-capitão de milícias, inspirado na revolução haitiana liderou a rebelião, que pretendia acabar com a escravidão em Cuba e provavelmente com o domínio espanhol na ilha. Sobre a Rebelião de Aponte, considerada uma das maiores e mais importantes insurreições de escravos na história do Caribe, ver: Chids (2006).

<sup>96</sup> *Tratado entre Su Magestad el Rey de España y de las Indias y Su Magestad el Rey del Reino Unido de la Gran Bretaña e Irlanda, para la abolición del tráfico de negros (1817)*. Edición facsimilar. México: Rolston – Bain, 1983.

mista, a Inglaterra, se comprometeu a pagar uma indenização de 400 mil libras, como compensação das perdas deste comércio. Durante todo o período de negociações a Espanha enfrentou o dilema de conseguir recursos para reconquistar as colônias na América que haviam se rebelado e de tentar manter a fidelidade dos cubanos, interessados na continuidade do tráfico de escravos. Todavia, conforme veremos mais adiante, a Espanha, assim como Portugal, não conseguiu cumprir o acordo anti-tráfico com os britânicos.

No caso português, em janeiro de 1815, durante o Congresso de Viena, elaboraram-se dois documentos: a convenção do dia 21 e o tratado do dia 22. Pela convenção, o governo britânico comprometia-se a pagar 300 mil libras, como indenização ao governo português, para satisfazer as reclamações feitas dos navios portugueses, tomados injustamente pelos cruzadores britânicos antes do dia primeiro de junho de 1814. Quanto ao tratado do dia 22 seguinte, ficou estipulado no Art. 1º: que os súditos portugueses estavam proibidos de praticar, debaixo de qualquer pretexto ou por maneira alguma, o tráfico de escravos em qualquer parte da costa africana ao norte da linha do Equador. Entretanto, os plenipotenciários portugueses no Congresso de Viena: Conde de Palmela, Saldanha da Gama e Lobo da Silveira, fizeram as seguintes proposições:

- Art. 3º, ficaria anulado o Tratado de Aliança e Amizade de 19 de fevereiro de 1810;<sup>97</sup>
- Art. 4º reservaram-se e obrigaram-se as partes contratantes a fixar, por um tratado separado, o período em que o comercio de escravos havia de cessar totalmente em todos os domínios portugueses;
- Art. 5º a título compensação, S. M. Britânica desistiria da cobrança de todos os pagamentos que ainda restavam, para fazer o completo reembolso do empréstimo de 600 mil libras, contraído por Portugal em Londres, em 21 de abril de 1809, pouco depois do desembarque no Brasil.

O principal objetivo dos plenipotenciários portugueses era conseguir a anulação do Tratado de Comércio 1810, que, no dizer de Palmela, era o “tratado mais lesivo e mais desigual de quantos até então haviam contrahido nações independentes”. A proposta dos portugueses, era de que se a Inglaterra desistisse do Tratado do Comercio de 1810, Portugal iria fixar um prazo para abolir totalmente o tráfico da escravatura, provavelmente de oito anos. Palmela sabia

---

<sup>97</sup> Mais que aliança e amizade, o Tratado de 1810 concedia uma abertura ainda maior do que o Tratado de 1808. Além altas vantagens aos exportadores ingleses de venderem seus produtos no mercado brasileiro.

que a abolição do tráfico era uma questão de tempo, portanto melhor seria garantir a anulação do Tratado de Comércio, defendendo assim os interesses dos portugueses em Portugal uma vez que a maior parte dos traficantes em escravos residiam no Brasil e não em Portugal. Entretanto, a esta proposição lorde Castlereagh, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, rebateu à proposta dos portugueses, argumentando que não estava autorizado a decidir sobre a anulação do Tratado de 1810, ficando sem efeito os artigos 3º e 4º. Os tratados realizados durante o Congresso foram portanto ratificados no Rio de Janeiro, pelo Príncipe Regente, em 8 de junho de 1815.

Por ser consenso na historiografia brasileira e internacional, de que o período joanino privilegiou mais os interesses dos comerciantes portugueses em detrimento dos comerciantes bahianos, fica fácil compreender porque o governo português cedeu à proposição dos ingleses em suprimir o tráfico ao norte da linha do Equador, sacrificando o intenso e importante comércio de escravos nesta região, para preservar a exclusividade do tráfico ao sul da linha. Segundo Verger (2002:30), o tráfico realizado na Bahia, não seguia o clássico sistema de viagens triangulares, mas sob a forma de trocas recíprocas de escravos pelo tabaco produzido na Bahia, especialmente o de má qualidade, muito apreciado na Costa da Mina. Situação que favorecia especialmente os comerciantes locais que conduziam e financiavam o próprio tráfico, tornando-o praticamente impossível aos portugueses.<sup>98</sup> Na opinião de Maurício Goulart (1975), em *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*, a metrópole nunca viu com bons olhos o fato dos baianos financiarem o próprio tráfico. Das 7.174 viagens realizadas entre os séculos XVI e XIX, 4.148 tiveram origem nesta região, enquanto apenas 127 viagens tiveram origem em Portugal, ou seja, o equivalente a 1,8%. Estas estimativas comprovam que o tráfico nesta região estava concentrado nas mãos dos baianos e não dos portugueses. Por outro lado, segundo o historiador norte americano Joseph Calder Miller (1988), o tráfico ao sul da linha, centrado no Rio de Janeiro, era dominado pelos comerciantes portugueses economicamente poderosos de Lisboa, radicados no Rio de Janeiro, e pautado no comércio triangular com revenda de produtos importados dos ingleses. De acordo com Manchester (1972)

---

<sup>98</sup> Segundo Verger (2002), esta prática comercial de trocar o tabaco (apenas o refugo de má qualidade) produzido na Bahia por escravos da Costa da Mina, era uma prática regulamentada desde o século XVII. O Decreto Real de 12 de novembro de 1644, por D. João VI, autorizava os “navegadores portugueses a viajar diretamente da Bahia, carregados de tabaco, resgatar escravos na Costa da Mina e trazê-los aos portos do Brasil”. Era uma saída para aproveitar 100% a produção, sendo que só ia para Portugal, o tabaco de boa qualidade. O despacho de 8 de janeiro de 1699 e a carta patente de 1º de abril de 1712, renovaram as instruções e procuraram deixar claro que a livre exportação era apenas para os tabacos de baixa e última categoria e apenas à Costa da Mina, sendo vetado para outras regiões da África. Por outro lado, este tipo de tabaco era apreciado apenas na Costa da Mina. Verger, op. cit. p. 44-45.

e Oliveira Lima (1962), havia na Corte no Rio de Janeiro, um verdadeiro “desprezo pelos nacionais”. Entre os ministros, os membros do Conselho de Estado e nos órgãos burocráticos, não havia nenhum brasileiro. O *Correio Braziliense*, por diversas vezes criticou a mesma estrutura administrativa de Portugal implantada no Brasil pelo Príncipe D. João, por não levar em conta a especificidade da colônia.

Os tratados realizados no Congresso de Viena foram ratificados em 8 de junho de 1815, e no dia 30 de junho do mesmo ano, foram enviadas cópias dos tratados ao Conde de Arcos, na Bahia. O tráfico na Costa da Mina, tornara-se dali por diante, proibido.<sup>99</sup> No dia 1 de agosto, o *Idade D'Ouro do Brazil* transcreveu na íntegra, o tratado da abolição do tráfico, com a seguinte chamada:

A Convenção feita no congresso de Vienna entre a nossa Corte e da Grande Bretanha para terminar as questões, e indemnizar as perdas dos Portuguezes no tráfico dos escravos d'África, foi ratificada no Rio de Janeiro por S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor; e bem assim o Tratado da abolição dos escravos em todos os lugares da Costa d'Africa ao Norte do Equador.<sup>100</sup>

Na edição de 29 de agosto de 1815, na seção “Avisos”, o *Idade D'Ouro* divulgou a venda de cópias da Convenção e do Tratado d'Abolição do trafico de escravos ao Norte do Equador, assinados em Vienna a 21 e 22 de janeiro de 1815, na loja de José Felipe dos Santos. Por ser a praça que mais sofreu com as ações iniciais dos ingleses, a Convenção em que estipulava o pagamento de uma indenização no valor 300 mil libras, pelas capturas feitas pela marinha inglesa, teve boa repercussão na Bahia, pois os negreiros que haviam reclamado prejuízo, foram logo convocados a apresentarem novamente os documentos justificativos do valor das presas tomadas,<sup>101</sup> conforme divulgado no *Idade D'Ouro*:

Os Negociantes encarregados da reclama dos prejuízos da Costa da Mina, avisão a todos os Senhores Proprietários de Embarcações tomadas até antes de 1º de Junho de 1814, hajam de apromptar novamente os tratados das suas justificações para serem remitidas para o Rio de Janeiro, ao Representante desta Praça José Tavares França, até o fim deste mez, para por ele se

---

<sup>99</sup> Verger, op. cit. p. 329.

<sup>100</sup> *Idade D'Ouro do Brazil*, 1 de agosto de 1815.

<sup>101</sup> Foi uma esperança vã os comerciantes não chegaram a receber o dinheiro! Em 17 de julho do mesmo ano, o Píncipe Regente baixou as instruções relativas ao recebimento da indenização, determinando que a Real Junta do Comércio aplicasse a referida soma a ser recebida a fim de gerar lucros. Entretanto nenhuma das partes cumpriram o acordo. Do lado britânico, o valor foi pago em duas parcelas somente em 1818, enquanto o governo brasileiro não chegou a pagar os comerciantes. Os jornais da época estão repletos de reclamações e críticas às atitudes dos dois governos.



fazer com mais brevidade o devidendo, visto que as que se tem remetido, se acham em Inglaterra; e toda a demora no he prejudicial & C.<sup>102</sup>

Entretanto, o Tratado da Abolição do Tráfico de Escravos provocou grande revolta e inconformismo, pois a Costa da Mina e da Guiné que ficam ao norte do Equador, eram as principais fontes de escravos da Bahia. Os comerciantes preocupados com os prejuízos que poderiam advir, apresentaram suas queixas ao Príncipe Regente, através do governo da Bahia. Em 20 de setembro de 1815, o Marquês de Aguiar responde do Rio de Janeiro:

[...] não tinha certamente escapado à Consideração de S. A. R., quando Ratificou o sobredito Tratado e Convenção, os inconvenientes apontados por V. Ex<sup>a</sup> e o Mesmo Senhor. [...] apesar dos inevitáveis transtornos e embaraços que huma semelhante alteração repentina se deve sem dúvida causar àquelle mui considerável ramo de commercio e Agricultura d'essa Capitania, [...] não julga S.A.R. que taes embaraços e inconvenientes sejam duráveis, nem os males tão grandes como V. Ex<sup>a</sup> à primeira vista parece reear, pois que dando-se natural seguidamente outra direção aos Capiteas e Industria até agora applicadas exclusivamente para o Commercio de Escravatura da Costa da Mina, elles irão prosperar ramos talvez tão prósperos ou ainda mais que aquelle que provavelmente agora hé mais sensível. [...] Os Portos da África ao Sul do Equador podem fornecer a Escravatura, que deixa de vir da Costa da Mina e assim suprirá a Lavoura de braços, ao mesmo tempo que as Rendas Reais não soffrerão o considerável abatimento que V. Ex<sup>a</sup> supõe...(Verger, 2002:332-333).

Mesmo com a possibilidade de obter escravos nos portos ao sul do Equador, foi grande a revolta contra os ingleses. O consul britânico na Bahia, A. Cunningham, em relatório enviado ao *Foreign Office* no dia 5 de junho de 1816, descreve a violência contra os ingleses residentes na Bahia:

Eis um triste exemplo: a noite de 22 de março último, por volta de sete horas, um grande número de portugueses reuniu-se na margem da água na cidade baixa e atacaram os navios britânicos em terra, com grandes facas e grandes bastões, declarando que iriam matar alguns antes que a noite passasse; e isto teve lugar sem a mínima provocação, pois conheço bem o caráter de nossos marujos quando estão em terra. Tomei um cuidado particular em verificar os fatos antes de me aventurar a formular uma queixa junto à Sua Excelência o Governador Conde de Arcos, o que fiz quando foi descoberto o cadáver de um jovem inglês, morto vítima da raiva e da violência daquela multidão vingativa. Muitos outros se salvaram saltando para a água, e muitos entre os que puderam refugiar-se a bordo de seus vasos ficaram indisponíveis durante muito tempo em razão das contusões e das feridas que lhes infligiram...(Verger, 2002:330-331).

---

<sup>102</sup> *Idade D'Ouro do Brazil*, 14 de novembro de 1815.



A *Gazeta do Rio de Janeiro*, sem interpor qualquer comentário, publicou nas edições de 5 e 6 de junho de 1815, o Tratado de Viena e os debates em torno dele, informando que sua elaboração ocupou muitas sessões do Congresso, e colocou em evidência a rigorosa oposição da Espanha e de Portugal contra as propostas de Lord Castlereagh em terminar logo este “negócio”. Até inícios do ano de 1816, a *Gazeta* não divulgou nenhuma notícia relacionada ao fim do tráfico, apenas anunciou na secção “Avisos”, da edição de maio de 1816, a venda, na loja da *Gazeta*, a “Demonstração dos Negociantes do Brazil contra os attentados cometidos à bandeira Portuguesa, e sobre a detenção violenta de algumas Embarcações Portuguezas, praticadas pelos Officiaes da marinha Ingleza”, escrita em francês, por Francisco Solano Constâncio, redator do *Observador Lusitano em Paris*, no valor de 1\$289 réis. Também as “Considerações importantes sobre a abolição geral do tráfico dos Negros, por hum Portuguez”, a 960 réis.<sup>103</sup>

Os periódicos editados em Londres: *Correio Brasiliense* e *O Investigador Portuguez em Inglaterra* mantiveram as suas posições de favoráveis à abolição do tráfico de escravos, desde que fosse gradual, pois a sua repentina extinção seria perniciosa. O *Correio Brasiliense* não via nenhuma dificuldade em “transportar da Europa para o Brasil, colónias inteiras de gente útil, grande parte já civilizada,”<sup>104</sup> enquanto *O Investigador Portuguez* publicava uma “*Memória sobre a Necessidade de Abolir a Importação de Escravos no Brazil*”.

As maiores críticas e posicionamentos contrários ao acordo, vieram dos periódicos *O Portuguez* e do *Observador Lusitano em Paris*. *O Portuguez* assim que recebeu os papeis relativos às negociações em Viena, para não “demorar a curiosidade do publico”, imediatamente publicou um *postscriptum*, da Convenção de 21 de janeiro e o Tratado de 22 do dia seguinte, assinados por Portugal. Na opinião do redator, os interesses dos ingleses são maiores do que a filantropia por eles pregada, pois “oferecendo os deputados portugueses, Portugal acabar com toda a escravatura no prazo de 8 anos, se a Inglaterra cedesse por sua parte, o último tratado de comércio com Portugal, o ministro Inglez não aceitou”. Apesar de achar acertada a negociação quanto à indenização aos portugueses pelas perdas, criticou a forma como foi elaborado o tratado de 22 de janeiro.<sup>105</sup> Acreditava que os representantes portugueses poderiam ter tirado melhor partido, caso não conseguissem, escusassem de realizar o Tratado. “Em vez de

---

<sup>103</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 4 de maio de 1816.

<sup>104</sup> *Correio Brasiliense*, dezembro de 1815, p. 737-738.

<sup>105</sup> *O Portuguez*, Vol.II, nº 12, p. 588.

estipularem uma subta extinção do commercio de escravatura ao norte do equador, deviam estipular só uma abolição gradual, ou, pelo menos, deviam, a favor dos Negociantes Portugueses, estabelecer algumas declaraçoens, alem das que fizeram”. Segundo as explicações de Rocha Loureiro, os portugueses envolvidos nesse tráfico, iam perder muito mais do que as 300,000£ que os ingleses prometeram na Convenção.

Para o *Observador Lusitano em Pariz*, que começava a sua publicação em janeiro de 1815 na capital francesa enquanto decorria o Congresso em Viena,<sup>106</sup> a abolição do comércio da escravatura equivalia à ruína do Brasil e seus efeitos seriam fatais para Portugal, caso não adotasse remedios eficazes. Apesar de reconhecer os males morais da escravatura, em sua opinião o governo português deveria, ha muito tempo ter civilizado os índios e emancipado gradualmente os negros promovendo casamento entre eles, afim de não carecer de novas importações de escravos. Segundo Constâncio, o que era prudente, “agora se torna absolutamente necessário se quisermos salvar o Brazil do efeitos que infallivelmente resultarão da abolição do commercio da escravatura proclamada pela Inglaterra”.

O *Idade D'Ouro*, que sempre defendeu os interesses dos negociantes baianos, não emitiu nenhuma opinião ou comentário sobre o fim repentino do tráfico ao norte do Equador, nem sobre a revolta dos negociantes contra os ingleses. Até meados de 1817, limitou-se a noticiar e comentar os acontecimentos internacionais relacionados ao fim do tráfico, tentando demonstrar um certo repúdio em relação à continuidade do comércio de escravos, como demonstra numa nota retirada de um jornal francês, em que Luiz XVIII se comprometia em acabar imediatamente com todo o tráfico de escravos nas colônias francesas, renunciando qualquer prazo para o qual outras nações alegam pretexto, seguido do seguinte comentário: “a Grã-Bretanha não esfria hum só momento até acabar de todo este negocio, sobre o qual tanto se tem disputado, e que ultimamente he reconhecido por injusto em solemnes tratados e pelas mais sabias Nações”.<sup>107</sup>

Nas edições do mês de outubro de 1816, relatou os esforços da ordem dos “Cavalleiros Libertadores” em levantar fundos para libertar os escravos brancos e negros no Norte da África que, segundo seus administradores, “he uma desgraça que este commercio ainda continue em hum Seculo de luzes contra a Religião, Humanidade, e honra da Christandade”. Conclui o texto

---

<sup>106</sup> O Congresso de Viena decorreu na Áustria entre 11 de Novembro de 1814 e 9 de Junho de 1815.

<sup>107</sup> *Idade D'Ouro do Brazil*, 26 de março de 1816.

afirmando que o comércio de escravos tem contra si uma barreira insuperável e que este objeto está tomando a mesma importância das Cruzadas, quando os “Príncipes e Grandes da Europa se alistaram para resgatar os lugares santos sob o domínio dos muçulmanos”.<sup>108</sup> No dia 22 do mesmo mês, noticiou a decisão do Imperador da Rússia de estipular o prazo de 14 anos para acabar com a escravidão nas províncias do seu Império, evidenciando a prosperidade da Rússia pela atitude. No início de janeiro de 1817, transcreveu trechos de uma carta “digna de lágrimas”, publicada em um periódico de Bruxelas, sobre a atuação dos filantropos. Em fevereiro de 1817, anunciou a execução das medidas para a abolição do comércio de escravos, adotadas no congresso de Viena e, em 24 de junho do mesmo ano, publicou a mensagem do presidente dos Estados Unidos apresentada ao Congresso daquele país, relatando que apesar dos esforços dos Estados Unidos e de outras para “supressão de tão grande mal”, o tráfico continuava:

Hão de elles ao mesmo tempo pôr o maios desvêlo em dar a mais plena efficácia às suas próprias estipulações. Com esse intuito, parece requerer-se a intervenção do Congresso, por motivo das violações e subterfugios de que se presumem culpados alguns indignos cidadãos nosso que se interessão no commercio da escravatura debaixo de bandeiras estranhas, e em portos estrangeiros; e por fraudulentas importações de escravos aos Estados Unidos por via de portos e territórios adjacentes. Apresento este assumpto ao Congresso, com plena segurança da sua disposição a aplicar todo o remedio que huma reforma da Lei pode ministrar. As regulações que intentarão para evitar abusos de similhante character, no commercio entre os diversos Estados, deve tambem fazer-se mais efficaz por seu humano objecto.<sup>109</sup>

Essa repentina mudança de atitude do *Idade D'Ouro*, diante do anúncio do fim do tráfico pode ter duas explicações: (i) primeiro, mesmo sendo um jornal privado, funcionava por concessão pública e a comissão de censura certamente não permitiu opiniões contrárias às determinações do governo. Assim, estaria seguindo à risca a portaria firmada em 5 de maio de 1811, ano do seu funcionamento, na qual deveria apenas noticiar os fatos “sem interpor quaisquer reflexões, que tendam direta ou indiretamente a dar qualquer inflexão à opinião pública”. Ou seja, criado para ser apenas um jornal educativo e noticioso, deveria portanto abster-se de influenciar ou criar uma opinião pública sobre o tema. (ii) Segundo, os seus redatores poderiam estar convictos do não cumprimento do tratado, pois os negociantes da Bahia, apesar da estreita vigilância dos cruzadores britânicos, mantiveram as suas importações

---

<sup>108</sup> *Idade D'Ouro do Brazil*, 1 de outubro de 1816.

<sup>109</sup> *Idade D'Ouro do Brazil*, 4 de outubro de 1816.

nas áreas proibidas pelo acordo. Prova disso foi a quantidade de navios apressados entre 1815 e 1816.

O dono do brique *Temerário*, uma das embarcações apressadas ao carregar escravos em Ajudá, já havia exposto publicamente a sua firme intenção de prosseguir no tráfico, mesmo que fosse necessário travar uma batalha contra os ingleses. De fato, segundo as notícias publicadas em *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, depois de uma hora e meia de combate e “com grande mortalidade de parte a parte” é que os ingleses conseguiram tomar-lhe a embarcação.<sup>110</sup> De acordo com as observações do cônsul britânico na Bahia, A. Cunningham, em relatório enviado ao *Foreign Office*, datado de 5 de junho de 1816, o brique *Temerário*, equipado na Bahia, havia partido com a intenção de vingar-se através de navios ingleses que estivessem a seu alcance. Com efeito, o *Temerário* capturou e queimou um navio inglês em Uidá (Verger, 2002: 331-352).

Pode não ter sido intencionalmente, mas o trecho da mensagem do presidente norteamericano publicado na edição 24 de julho de 1817 do *Idade D'Ouro do Brazil*, em que revela os subterfúgios utilizados para burlar a fiscalização naquele país, podem indicar uma maneira de continuar o tráfico ilegal também na Colônia Portuguesa e que, a despeito dos tratados, o tráfico ilegal também continuava naquele país. O “Relatório da Intuição Africana em Londres, pelo que diz respeito a Portugal”, publicado no *Diário Fluminense*, na secção “Artigos não Officiaes”, dá conta de que no decorrer do ano de 1822, foram condenados em Serra Leoa 13 navios portugueses acusados de comercializar escravos ao Norte do Equador, proibido desde 1815. O relatório coloca em evidência a conivência e o envolvimento das autoridades brasileiras e africanas no contrabando de escravos com utilização de subterfúgios, como por exemplo dar nomes fictícios aos lugares do Norte, afim de iludirem dos cruzadores britânicos e as Comissões Mistas. Ficou comprovado, que parte dos escravos do navio *Conde de Villa Flor*, pertenciam ao Governador da Guiné Bissau. Também que a escuna *S. José Xalaça*, pertencia a filha de Gomes, um membro da Junta do Governo e antigo Governador da Ilha do Príncipe. Ainda de acordo com o relatório, o número de escravos importados no Rio de Janeiro durante o ano de 1822, foi de 28.246. Sendo embarcados 31.240 e morrido 3.484 na travessia do Atlântico. Neste mesmo ano, o número importado na Bahia, excedeu a 8.000. Segundo as estimativas de David Eltis, no período de 1811 a 1815, o número de escravos

---

<sup>110</sup> *O Investigador Portuguez em Inglaterra*, março de 1816, p. 71 e julho de 1816, p. 115.

africanos importados para a Bahia foi de 36.400, enquanto no período de 1816 a 1820, a importação foi de 34.300 escravos, média anual de 6.860 escravos. Uma diminuição de apenas 6%, pouco significativa, considerando a proibição do tráfico ao norte do Equador, conforme demonstrado na tabela 5. A viajante inglesa Maria Graham (1824/1956:171), durante a sua visita à Província da Bahia, registrou em seu diário intitulado *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There During Part of the Years 1821, 1822, 1823*,<sup>111</sup> publicado em Londres em 1824:

Durante o último ano setenta e seis navios partiram deste porto para a costa d'África, e é sabido que muitos deles tomarão os escravos ao norte da linha, a despeito dos tratos em contrário. Mas o sistema de documentos falsos está tão hábil e tão geralmente organizado que a apreensão está longe de ser fácil e são tais as dificuldades que surgem para se obter a condenação de qualquer navio negreiro, que só por acaso é possível detê-los.

Os dados formulados por David Eltis e o testemunho ocular de Maria Graham, permitem afirmar que os negreiros baianos reorganizaram rapidamente os seus negócios.

**Tabela 2. Entrada de escravos na Bahia (1801-1850)\***

<b>Período</b>	<b>Total de importações</b>	<b>Média anual</b>
1801-1805	36300	7260
1806-1810	39100	7720
1811-1815	36400	7280
1816-1820	34300	6860
1821-1825	23700	4740
1826-1830	47900	9580
1831-1835	16700	3340
1836-1840	15800	3160
1841-1845	21100	4220
1846-1850	45000	9000
<b>Total</b>	<b>316 300</b>	

Fonte: Eltis (1987:243-245)

\* Números estimados

<sup>111</sup> O diário de Graham, transformou em livro e foi publicado em 1824 por Longman, Hurst, Ress, Orme, Brown & Green, em Londres. Foi traduzido para o espanhol e para o francês. Em 1956, foi traduzido em português e publicado em São Paulo. Maria Graham deixou outros registros de viagem: *Journal of a Residence in India, 1812*; *Letters on India, 1814*; *Three months passed in the Mountains east of Rome during the year 1819*; *Journal of a residence in Chile during the year 1822*; *Voyage from Chile to Brazil, 1823 e History of Spain, 1828*.

Enfim, pela urgência do redator de *O Portuguez*, em publicar num *postscriptum*, as resoluções do Congresso em Viena, e pelas observações do redator do *Observador Lusitano em Paris*, de que o público português estava tão bem inteirado dos fatos sobre as “representações dos negociantes da Bahia e os ataques à bandeira de Portugal, pelos navios britânicos (...) não carece que eu torne a repisar materias tão sabidas”,<sup>112</sup> podemos inferir que os acontecimentos relacionados ao fim do tráfico da escravidão, foram amplamente divulgados, comentados e tiveram grande repercussão na opinião pública dos dois lados do Atlântico.

### **1.7. As Convenções adicionais de 1817 e 1822: aumenta a pressão dos ingleses.**

Como no Tratado de 1815, não ficou estipulado um prazo para a abolição do tráfico ao sul do Equador, a Inglaterra começou a exigir de Portugal, a fixação de um prazo para cessar definitivamente o tráfico, alegando, entre outros fatos, que a Espanha havia fixado o prazo para a extinção total do tráfico. Nesta época, o Brasil já havia sido elevado à categoria de Reino Unido,<sup>113</sup> e com o falecimento da rainha Dona Maria (16 de março de 1816), o Príncipe Regente havia se tornado Rei D. João VI.

Uma Convenção realizada em Londres, no dia 28 de julho de 1817 e ratificada no Rio de Janeiro em 8 de novembro de 1817, teve por objetivo levar a efeito o tratado de 1815. Além de renovar suas disposições, reinterou-se a proibição do tráfico ao norte do Equador, delimitou-se os portos lícitos para a continuidade do tráfico ao sul da linha e determinou-se o preenchimento de um passaporte, constando o nome do porto de saída e de chegada na América e na África, para a realização do tráfico; além obrigar a Coroa Portuguesa, como já prescrito no Tratado de 1815, a promulgar leis, decretando penas que incorreriam os seus súditos que praticassem ilicitamente o comércio de escravos.<sup>114</sup>

Nesta Convenção, propôs-se pela primeira vez, o direito de busca e visita recíproco. Este direito permitiria aos cruzadores de ambas as nações, apreenderem negreiros a norte do

---

<sup>112</sup> Estes folhetos foram produzidos em Londres, e Solano Constâncio traduziu para o francês e foi vendido no Brasil, na loja da Gazeta: “Demonstração dos Negociantes do Brazil contra os attentados cometidos à bandeira Portuguesa, e sobre a detenção violenta de algumas Embarcações Portuguezas, praticadas pelos Officiaes da marinha Ingleza, e as “Considerações importantes sobre a abolição geral do tráfico dos Negros, por hum Portuguez”.

<sup>113</sup> O Brasil foi elevado Reino Unido a Portugal e Algarves, pelo decreto Lei de 16 de dezembro de 1815, assinado pelo Príncipe D. João. Atitude que atendeu aos interesses de seus súditos no novo reino, mas por outro lado, provocou grande insatisfação em Portugal.

<sup>114</sup> Texto da Convenção de 21 de janeiro de 1815. *Coleção das Leis do Brasil* (1811-1815). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. Carta de Lei de 8 de junho de 1815. *Coleção Leis do Brasil* (1816-1819).

Equador, somente com escravos a bordo, e a formação de comissões (tribunais) mistos, nos quais juízes portugueses e britânicos julgariam as apreensões realizadas pelos navios de guerra. Uma comissão residiria numa possessão inglesa na costa da África e outra na costa da América portuguesa. Caso uma apreensão fosse considerada ilegal, o governo do apresador, deveria pagar uma indenização ao dono da embarcação. Todas estas estipulações e uma série de instruções foram passadas aos navios de guerra portugueses e ingleses em um texto anexo intitulado: *“Instruções destinadas para os navios de guerra Portuguez e Inglez, que tiverem a seu cargo impedir o commercio illicito de escravos”*, assinados pelo Conde Palmella e Lord Castlereagh. A “instrução”, composta de nove artigos, foi publicada em português e em inglês, no Rio de Janeiro pela Impressão Régia. De acordo com o artigo 4º da instrução:

Não poderão ser detidos, debaixo de pretexto algum, os Navios Portugueses Mercantes, ou empregados no Commercio de Negros, que forem encontrados em qualquer paragem quer seja, quer perto da terra, quer no mar largo, ao Sul do Equador, a menos que não seja consequencia de se haver começado a dar caça ao Norte do Equador.

No artigo 6º, ficou estipulado a “nacionalidade” portuguesa de um navio de construção estrangeira utilizada no tráfico e a composição para que uma embarcação fosse considerada portuguesa:

Todo o Navio Portuguez que se destinar a fazer Commercio licito de Escravos, debaixo dos princípios declarados na Convenção Adicional de data de hoje, deverá ter o Capitão e os dois terços, ao menos, de Tripulação de Nação Portuguesa, Bem entendido, que o ser o Navio de Construção Estrangeira nada implicará com a sua Nacionalidade; e os Marinheiros Negros serão sempre considerados como Portugueses, com tanto que (se forem Escravos) pertençam a Vassallos da Coroa de Portugal, ou que tenham sido forrados nos Domínios de SUA Magestade FIDELISSIMA.

Pelo artigo 9º: “Não se poderá fazer transporte algum de Escravos, como objecto de de Commercio, de hum para outro porto do Brasil, ou do Continente e Ilhas da Costa da Africa para os Domínios da Coroa de Portugal fóra da América, senão Navios munidos de Passaportes *ad hoc* do Governo Portuguez.”

Dois meses depois, realizaram-se um outro acordo no dia 11 de setembro de 1817. Neste acordo ficou declarado, num artigo separado, se caso não fosse possível concordar em outro ajuste, a Convenção adicional daquela data, ficaria sendo valida até à expiração de 15 anos. Contado a partir do dia em que o tráfico da escravatura, fosse totalmente abolido pelo governo

Português. No ano de 1818, para dar provas do cumprimento dos acordos de 1815 e 1817, D. João VI tomou três importantes medidas:

1ª) em 26 de janeiro promulgou um outro Alvará, em que se estabelecia de maneira detalhada as penalidades às quais estariam sujeitos os vassalos da Coroa que praticassem o tráfico ilegal. Segundo algumas disposições deste novo Alvará, quem insistisse em armar e preparar navios para o resgate e compra de escravos em quaisquer dos portos ao norte da linha do Equador, teriam os navios confiscados juntamente com todos os equipamentos; perderiam os escravos transportados; seus oficiais seriam degredados para Moçambique e pagariam uma multa; o seguro para tais navios estaria proibido e caso fossem contratados, seriam anulados e as seguradoras teriam que pagar uma multa três vezes do valor do sinistro estipulado.<sup>115</sup> Em contrapartida, procurou abrandar algumas disposições do Alvará de 1813, tais como: redução do número de escravos por tonelagem para navios de grande porte, ficando padronizado em 5 por 2; a marcação a quente no corpo voltou a ser permitida desde que usassem “carimbos de prata”; na ausência do “Cirurgião Perito”, aceitava-se os “pretos sangradores”;<sup>116</sup> voltou o uso de caldeiras de cobre desde que fossem “estanhadas” a cada viagem.

2ª) Em maio do mesmo ano, promoveu a emigração de colonos suíços, numa tentativa de “dilatar a civilização do vasto Reino do Brasil”, e fazer progredir a agricultura e a indústria.<sup>117</sup>

3ª) Procurou fazer valer a proibição dos espanhóis armarem seus navios nos portos do reino de Portugal.<sup>118</sup> Como se sabe e veremos mais adiante, os negreiros utilizaram-se de vários subterfúgios para burlar a fiscalização britânica. Com a proibição na Espanha, um dos métodos mais utilizados pelos espanhóis era de armar as embarcações negreiras em Portugal, com passaportes portugueses.

A segunda medida foi muito elogiada por Hipólito da Costa, que por “diversas vezes” tratou sobre o “assunto de aumentar a população do Brasil, e com boa gente Europea”, em seu jornal,<sup>119</sup> cuja matéria sempre foi “bem conhecida pelo Governo do Brasil”. No entanto o

---

<sup>115</sup> *Coleção das Leis do Brasil* (1816-1818). Alvará de 26 de janeiro de 1818. p. 07-11. Publicada também na *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 38, 13 de maio de 1818.

<sup>116</sup> Encontramos inúmeros anúncios de venda de escravos “sangradores” e enfermeiros, treinados especialmente para atuarem nos navios negreiros.

<sup>117</sup> *Coleção das Leis do Brasil* (1818). Decreto de maio de 1818, pp. 40-42.

<sup>118</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 17 de fevereiro de 1817.

<sup>119</sup> Publicou extratos dos jornais da Suíça, sobre as condições das admições da colônia de suíços, como o Governo de Friburg. Mais adiante, noticia a embarcação dos colonos suíços. Um número que chegava a 6000, distribuídos em três navios: “460 no Urania; 240 no Daphne; e 390 no Two Catherines”. Vol. XXIII, nº 137, 1818.



redator criticou plano de emigração elaborado pelo governo de D. João, que a sua opinião já nasceu defeituoso. A seguir teceu longos comentários e opiniões sobre o tema, por acreditar que a “repiza, em materia de tam permanentes interesses ao Brazil, nunca póde ser fastidiosa; porque será sempre da mais conhecida utilidade”.<sup>120</sup>

Os periódicos impressos em Londres: *Correio Braziliense* e *O Portuguez*, que acompanhavam de perto a pressão inglesa sobre o governo português, tiveram uma reação contrária sobre a ratificação da Convenção de 1817, sobretudo em relação à concessão do direito de visita e o estabelecimento de comissões mistas para julgar os negreiros.<sup>121</sup> A *Gazeta do Rio de Janeiro*, limitou-se a publicar o documento na íntegra, no dia 17 de janeiro de 1818,<sup>122</sup> sem nenhum comentário sobre o acordo de 1817. No entanto o questionamento sobre o direito de visita em tempo de paz, veio de forma indireta, através da notícia sobre a apreensão de um navio francês, tomado na Costa da África em março de 1816, por um navio inglês destinado a tomar navios que infringissem as leis da abolição. De acordo com a notícia, depois de “renhido combate” morreram 11 ingleses e 24 franceses, fora muitos feridos. “Em tempo de paz, só pode ser legítima a presa da embarcação tomada como pirata”. Além do mais, “o direito francês, só proíbe importar escravos nos domínios franceses e não de negociar com outras nações”, concluiu a *Gazeta*.

Quanto ao *Idade D’Ouro*, não publicou o documento, nem manifestou qualquer opinião favorável ou contrária sobre a Convenção e ao Alvará de janeiro de 1818, mas percebemos seus efeitos através da secção “Entrarão neste Porto as Embarcações seguintes”, que passou a noticiar somente a entrada de navios vindos de portos situados abaixo da linha Equador: Angola, Cabinda, Benguela, Ambriz, Zaire, Quiliane e Moçambique.<sup>123</sup> Entretanto, o silêncio ou ausência de opinião, não significava que os seus redatores não estavam acompanhando as notícias. Pelo contrário, as notícias publicadas demonstram que o jornal estava atento às discussões envolvendo o tráfico no plano internacional. Ocorre que neste período a censura, imposta pelo Conde de Arcos, havia sido redobrada. Provavelmente relacionada ao evento

---

<sup>120</sup> Para Hipólito da Costa, o plano atrair população europeia para o Brasil, não deveria limitar “somente a um punhado de indivíduos da Suíça”, deveria ser executado em grande escala. Pelo tamanho do território brasileiro, o ideal seria a introdução de no mínimo “oito mil pessoas cada anno”. Uma medida que deve ser muito publicitada, “porque a publicidade lhe he essencial para seu bom exito”.

<sup>121</sup> *Correio Braziliense*, janeiro de 1818 e março de 1818

<sup>122</sup> *Gazeta do Rio de Janeiro*, 17 de janeiro de 1818.

<sup>123</sup> Chamou-nos atenção o elevado índice de mortalidade dos escravos, durante as travessias de Moçambique e Quiliane, registradas pelo periódico.

ocorrido em Pernambuco em 1817, em que os revolucionários pernambucanos, no artigo 25 de sua Constituição, declararam liberdade de imprensa. Mesmo com a substituição do Conde de Arcos por D. Francisco de Assis Mascarenhas, o Conde da Palma, no governo da Bahia (1818-1821), considerado mais moderado do que o seu antecessor, a situação de forte censura não modificou.

No plano internacional a questão da abolição do tráfico negreiro, voltou à pauta de discussões entre as principais potências, no Congresso de Aix-la-Chapelle em 1818, na Conferência Internacional de 1819 e no Congresso de Verona em 1822. Nos dois primeiros eventos não ocorreu nenhum acordo significativo entre as potências participantes. Assim, no Congresso de Verona a diplomacia britânica desdobrou-se para conseguir das potências européias três medidas principais: a assimilação do crime de tráfico de escravos ao de pirataria, com as penas correspondentes (inclusive a pena de morte); a aceitação pelas potências participantes do direito de fiscalização por parte das autoridades britânicas, das embarcações suspeitas de envolvimento no tráfico; e a imposição de embargo contra mercadorias provenientes dos países que mantivessem o tráfico.

Em Verona, o Duque de Wellington representou a Inglaterra, no lugar de Lord Castlereagh, que havia cometido suicídio às vésperas do Congresso. Entretanto não houve alteração no projeto inicial, pois Castlereagh havia deixado escritas as instruções, que foram enviadas ao Duque de Wellington, por George Canning.<sup>124</sup> O objetivo da Grã-Bretanha era fazer, as duas primeiras medidas, tornarem-se lei geral na Europa. Uma espécie de “direito internacional”. No entanto para isso, era necessário a adesão da França. Porque ao tratado realizado entre a Grã-Bretanha e a França ascenderia grande parte das nações. Ou seja, a política externa britânica tinha a clara percepção de que, para o acordo se tornar comum entre as nações, era preciso que uma potência de primeira ordem como a França, assentisse às proposições inglesas. Segundo o governo britânico, esse direito recíproco de visita em tempo de paz, era importante e necessário, pois sem ele não se poderia nunca acabar com o tráfico.

A França, apesar de ter assinado o tratado anti-tráfico em 1815 e aceitar a condenação moral do tráfico, opôs-se decididamente às pressões britânicas, no se referia ao direito de visita

---

<sup>124</sup> Segundo Freitas (1958), “até o último mês da sua gestão no Foreign Office, Castlereagh esforçou-se para obter a supressão do tráfico de escravos nos domínios portugueses. Em março de 1821, dirigiu uma nota enérgica ao ministro britânico Thornton, em Lisboa, e, para o congresso de Verona, que deveria realizar em fins de 1822, redigira instruções detalhadas para sua própria orientação, pois pretendia comparecer em pessoa, como representante da Grã-Bretanha”.

e à assimilação do tráfico ao crime de pirataria.<sup>125</sup> A Rússia, a Prússia e a Áustria, que haviam prometido cooperar com a Inglaterra, nos seus esforços humanitários em 1814, também fizeram restrições ao direito de visita. Estas potências só considerariam o direito de visita aceitáveis, se todas as nações aderissem.

Não tendo conseguido importantes adesões neste Congresso, a Inglaterra procurou por meio de Convenções, com cada nação marítima, atingir seus objetivos. Portugal, como não teve representação no Congresso de Verona, realizou com a Inglaterra, uma Conveção adicional no dia 15 de março de 1823, ficando acordado, que os navios portugueses podiam ser condenados, desde que existisse provas de que eram utilizados no tráfico, mesmo que no momento da captura não tivessem escravos à bordo, a chamada cláusula do “equipamento”<sup>126</sup>. Ou seja, bastava apenas indícios de que a embarcação era empregada no tráfico.

### 1.8. Liberdade para imprimir

Depois da promulgação do decreto de 2 de março de 1821, que liberou a imprensa da forte censura prévia, ela passou a ser um importante veículo de divulgação das ideias e opiniões no espaço luso-brasileiro. Tanto em Portugal como no Brasil, a partir do segundo semestre de 1821, ocorreu um aumento considerável do número de periódicos, embora a maioria não tenha ultrapassado ao primeiro ano de existência. Outros porém, já não se consideravam necessários e encerram suas atividades. Foi o caso do *Correio Braziliense*, que depois de 14 anos e 7 meses de publicação mensal ininterrupta, findou em dezembro de 1822. Conforme escreveu Hipólito da Costa, na última página do último número, o seu trabalho de “orientar a opinião pública e reformar os costumes pela ação pedagógica esclarecida”, já não era mais necessário uma vez que, com a liberdade de imprensa, muitas gazetas já eram publicadas nas principais cidades do Brasil.

Entretanto, entre finais de 1821 até 1823,<sup>127</sup> os problemas e questões relacionados à ao retorno de D. João IV a Portugal, à permanência do Príncipe D. Pedro de Alcântara como Regente no Brasil, ao combate às idéias republicanas e à recolonização do Brasil, às

---

<sup>125</sup> François-René de Chateaubriand. *Le Congrès de Vérone*. In: Oeuvres Complètes, Vol. 12. Paris, Garnier, 1861, p. 39.

<sup>126</sup> Tornava possível a apreensão de navios equipados para o transporte de escravos, mesmo que não tivesse escravos a bordo. Antes, segundo as estipulações impostas por lord Castlereagh em 1817, era considerado legal, somente a captura de navios com escravos a bordo. Esta foi a forma encontrada, para evitar que os traficantes arremecessem os africanos ao mar, quando estavam em perigo de serem capturados pelos cruzadores britânicos.

<sup>127</sup> Em 1823 a censura foi restabelecida em Portugal e no Brasil, pelos motivos já mencionados na primeira parte deste trabalho.

Constituições (portuguesa e brasileira), à instalação dos governos liberais e à independência do Brasil (mais importante colônia portuguesa), foram os principais temas que ocuparam as páginas dos jornais nos dois lados do Atlântico. Do lado português, os periodistas, a maioria favoráveis à manutenção do Brasil, estavam mais preocupados com a descolonização brasileira e com a crise sem precedentes que adviria dela, enquanto do lado brasileiro, a imprensa procurava desempenhar a importante função de educar e preparar os brasileiros para o regime liberal e constitucional que surgiria com a Independência.

Apesar de não ser o centro dos debates, o fim da escravatura, mesmo considerado “um assumpto assaz melindroso”, não deixou de ser abordado pelos jornais e nem de ser analisado pelos pensadores da época, como João Severiano Maciel da Costa,<sup>128</sup> em sua *Memória sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil*, publicada em 1821 na cidade de Coimbra,<sup>129</sup> e Antonio José Gonçalves Chaves,<sup>130</sup> autor de *Memórias Econômico-Políticas sobre a Administração Pública do Brasil*,<sup>131</sup> publicada no Rio de Janeiro em 1822. Estas duas obras, inspiradas nos princípios anti-escravistas da Economia Política e das Ilustrações francesa e britânica, embora inexpressivas, repletas de contradições e sem nenhum efeito na opinião pública por apresentarem ideias dissonantes ao pensamento da época, representam as primeiras tentativas de análise sobre os males causados pelo tráfico e pela escravidão, numa sociedade escravocrata.

Não obstante as duas obras atribuírem o sistema escravista como nocivo à economia e à sociedade e considerarem a introdução de escravos africanos um risco à segurança e à prosperidade do Estado, diferem quanto à forma de abolir este sistema. Para Maciel da Costa,

---

<sup>128</sup> João Severiano Maciel da Costa nasceu na cidade de Mariana, Capitania de Minas Gerais, formou em direito pela Universidade de Coimbra. Ocupou vários cargos públicos no Brasil, dentre eles a de presidente da província da Bahia, foi agraciado por D. Pedro I, com o título de Visconde de Queluz, depois Marquez de Queluz. Presidente da Constituinte de 1823, Conselheiro de Estado e redator da Constituição do Império do Brasil, outorgada por D. Pedro em 1824, foi também senador, Ministro dos Negócios Estrangeiros e Ministro da Fazenda. Sua obra foi escrita, em Coimbra, durante a atuação das Cortes de Lisboa. Numa época de grande inquietação por parte dos proprietários, com a aproximação do fim do tráfico da escravatura no Brasil, o autor entende que ao refletir sobre esta matéria, estaria prestando serviço ao Rei e à Pátria.

<sup>129</sup> A grande preocupação de Maciel da Costa (1821:44) era de que a África fosse “transplantada” para o Brasil visto a grande quantidade de negros existente e que ainda continuaria a ser introduzido, com o tráfico ativo. Portanto considerava necessário extinguir a introdução de africanos no Brasil. Via grande vantagem introdução de imigrantes europeus, desde que selecionada, segundo ele, pois além de resolver o problema da mão-de-obra, aumentaria a população branca, em menor número do que a de negros. Para o autor, “no estado em que se acha a Europa, tantas famílias arruinadas, tantos indivíduos desgraçados, tanta gente hábil sem emprego e descontente, não nos seria difícil engrossar nossa população branca com os emigrados dela.”

<sup>130</sup> Nascido em São Tiago d'Ouro, comarca de Chaves em Portugal, chegou ao Brasil em 1805. Estabeleceu-se na povoação de Pelotas, no Rio Grande do Sul, foi caixeiro, depois charqueador e escravista. Falava francês e latim. Em 1820, hospedou o naturalista francês Augusto Saint-Hilaire em sua residência. Envolveu-se com a política local, e antes de se mudar para Montevidéu, foi Deputado pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1835.

<sup>131</sup> Publicada no Rio de Janeiro sob o pseudônimo “hum portuguez residente no Brasil há dezesseis anos”, o livro reúne cinco memórias, sendo a Terceira Memória, sobre Escravatura.

a abolição da escravidão era uma “empresa difícilíssima”, por isso desaconselhava as “medidas rápidas e diretas”. Em seu projeto econômico e social para o Brasil, propunha a emancipação gradual da escravidão e a introdução de imigrantes europeus. Por outro lado, Gonçalves Chaves recomendava a abolição total da escravidão, dando apenas o prazo de 18 meses para os traficantes “disponerem de seus fundos”, devendo em seguida ser sancionada “alguma lei em favor da liberdade dos cativos existentes”, por considerar este sistema prejudicial ao Estado.<sup>132</sup> Para este autor, a escravidão além de embaraçar o aperfeiçoamento da população do Brasil, é “escandalosa à religião de Jesus Cristo” e nociva à economia porque impede o aparecimento de “classes instruídas” e o aumento de trabalhadores livres, pois estes se envergonhavam de trabalhar ao lado dos escravos. Gonçalves Chaves reconhece a escravidão negra como inviável à formação de uma nação como o Brasil. Persistir no tráfico negreiro, afirma o autor, além de promover o aumento do número de escravos, pode disseminar a barbárie e levar à catástrofe, a exemplo da ilha de São Domingos.

Na imprensa portuguesa, o *Diário do Governo* e *O Compilador ou Micelânea Universal*, ambos publicados em Lisboa, também apresentaram opiniões divergentes quanto ao fim da escravidão. O *Diário do Governo*, na secção “Sobre Escravidão”, apesar de reconhecer os “filantropicos sentimentos” de Mr. Wilberforce e de Lord Lansdown, critica de forma contundente, o “modelo de filantropia” dos “anglomanos”.<sup>133</sup> Para o redator, o que a Inglaterra queria na verdade, era arruinar as colónias da Espanha, Portugal e França, “apresentando aos olhos da humanidade como horrível, e execrável a adoção dos negros *Africanos* nas colónias”. Ou seja, em sua opinião, com a falta de “braços robustos, e capazes de resistir a tão peníveis trabalhos debaixo de um céu ardente, a Europa acharia debaixo da dependência da Inglaterra para ter as mercadorias que agora recebemos em directura”. Para não deixar que a opinião pública fosse seduzida por “estes que intitulam filosofos”, apresentou uma análise sobre as ações dos ingleses na Índia e suas condutas em relação aos habitantes de Cadiz no ano de 1800.<sup>134</sup> Já *O Compilador ou Micelânea Universal*, periódico mensal redigido por José Baptista Gastão, na secção “Escravidão”, dedicou 14 páginas com análises sobre as condições dos

---

<sup>132</sup> Tal medida, segundo Gonçalves Chaves, não representava ofensa ao direito de propriedade pública ou particular, pois “nada mais fácil ao negociante de mudar de mercadorias, ao viajante de viagem, e ao lavrador de plantação”. Com a interrupção do tráfico, as leis promoveriam a emancipação gradual, apoiada pelas associações filantrópicas.

<sup>133</sup> *Diário do Governo*, 4 de março de 1821.

<sup>134</sup> A cidade de Cadiz havia sido atingida pela febre amarela. Enquanto sepultavam cerca de 800 vítimas diárias, o governador pediu a suspensão do bombardeio, mas em resposta os “Ingleses filantropicos: continuaram a bombardear”. *Diário do Governo*, 4 de agosto de 1821.

escravos, desde a captura no sertão da África, passando pela viagem, desembarque, venda e finalmente o trabalho forçado nas fazendas, debaixo de açoites, para defender a sua opinião de que “os homens não teem direito de traficar em indivíduos da sua mesma especie: pois que os homens, e a sua liberdade não são genero de compra e venda”. Num artigo de inspiração Iluminista<sup>135</sup> principia por evocar as imutáveis “leis da natureza”,<sup>136</sup> mostra “com Montesquieu, que este tráfico que tanto desagrada, e injuria a especie humana (...) não traz utilidade alguma á Nação que o consente, e promove”. A seguir, na tentativa de sensibilizar a opinião pública, relata as “atrocidades” e “barbaridades” praticadas no comércio de africanos, pelos navios franceses *Le Rodeur*, *La jeune Estelle de Marinique* e pela escuna *L’Espoir*, extraídas do periódico inglês *Edinburg Review*.

Na Bahia, o *Semanário Cívico*, saído à luz na quinta-feira do dia 1 de março de 1821, um dia antes da liberalização da imprensa, expôs nas edições de 11, 12, e 17 de maio do mesmo ano, os problemas e prejuízos causados ao comércio da Bahia, com a proibição do tráfico da escravatura ao Norte do Equador.<sup>137</sup> Segundo seu redator, José da Silva Maia, a praça da Bahia expedia anualmente 40 a 50 embarcações para as Costas da Guiné, em negócios relacionados à troca de escravos, ouro, marfim, panos grossos e azeite de palma, por tabaco refugado e aguardente, produzidos na Província. Por outro lado, os escravos adquiridos na região da Costa da Guiné, considerados os mais robustos de toda a África, eram vendidos para outras Províncias do Brasil e exportados para as Colônias Espanholas. Enquanto os escravos das costas de Angola e Moçambique, se comparados ao da Guiné, pertencem a uma “raça degenerada”, menos robusta, menos apessoados e sujeitos à epidemias. O redator segue contabilizando os lucros: “enquanto hum escravo regulada o seu custo n’Africa a 30\$000, e a venda nesta Cidade de 120\$000 a 160\$000”. Já o comércio ao Sul do Equador, era precário e pouco lucrativo, explica o redator. Além do mais, a permuta nestas regiões é toda feita com fazendas de Malabar e de Benguela, e cada escravo custa (nas Costas de Angola), de 80\$000 a 100\$000. Deste modo, o numerário é esgotado na compra das fazendas, enquanto a agricultura e os alambiques de aguardente, na Bahia, “estão reduzidos à maior desgraça.” Com efeito, as observações de Silva Maia coincidem precisamente com as estimativas de Eltis para o período entre 1821-1825, que

---

<sup>135</sup> José Baptista de Gastão, foi um dos precursores do liberalismo português, ao publicar no seu nº 1, do volume I (1821) do periódico, a tradução “Du Contrat Social” de Jean-Jacques Rousseau. Em seus comentários em nota rodapé, demonstra ser favorável à monarquia constitucional, e acredita que as afirmações de Rosseau poderiam servir de lição para Portugal.

<sup>136</sup> Em Hobbes, as leis da natureza são eternas e imutáveis.

<sup>137</sup> Tratado de Viena, que proibiu o tráfico ao norte do Equador, que incluía a Costa da Mina, uma tradicional fornecedora de escravos, foi considerado “maior desgraça”, pelo redator, por “arruinar inteiramente o comércio da Província”.

apontam uma grande queda na importação de escravos para a Bahia, conforme demonstrado na tabela 5.<sup>138</sup> Este decréscimo provavelmente estaria mais relacionado ao período tumultuado e de incertezas políticas, durante o processo de independência política do Brasil, e de guerra entre o Brasil e Portugal, quando as tropas portuguesas sob o comando do general Madeira ocuparam a Bahia, do que propriamente pela repressão ao tráfico ao norte da linha, pela *Royal Navy*.

Ou seja, para o *Semanário Cívico*, o tráfico ao norte do Equador era considerado o negócio mais lucrativo e importante da praça da Bahia, não somente para obtenção de escravos de qualidade e à baixo custo, mas também para escoar a produção baiana (de baixa qualidade que só tinha mercado naquela região). Contudo, procura justificar:

Nós conhecemos filosoficamente fallando, que este commercio he odioso, contrário ao Direito das Gentes, que a população de escravos no Brazil he facticia, que elles, neste estado nunca podem adquirir espirito público. Porém com estes escravos he que as Colonias Francezas e Inglezas em tão limitado tempo chegarão a hum grão de esplendor que nos admira e que o Brazil, ainda que mais lentamente produz assucar, tabaco, café, arròs, algodão, &c. Que tem feito para supprir os braços Africanos no Brazil? Que emigrações tem vindo da Europa de homens trabalhadores e industriosos? Nenhuma.<sup>139</sup>

Mais adiante, o periódico, na tentativa de influenciar os deputados baianos eleitos para Cortes Constituintes da Nação Portuguesa instaladas em 24 de janeiro de 1821,<sup>140</sup> acreditando que este problema pela sua importância, seria discutido nas Cortes de Lisboa.<sup>141</sup> Tratou esta

---

<sup>138</sup> De acordo com a tabela 5, entre 1816 e 1820, entraram na Bahia uma média de 6860 escravos por ano. Entre 1821 e 1825, estas entradas caíram para 4740 escravos por ano. Entre 1826 e 1830, ocorreu um vertiginoso aumento na importação de escravos, com entrada anual de 9.580 africanos.

<sup>139</sup> *Semanário Cívico da Bahia*, 17 de maio de 1821.

<sup>140</sup> A unidade provincial no Ultramar só foi reconhecida, pelo decreto de março de 1821, permitindo assim, os deputados das províncias ultramarinas integrarem as Cortes de Lisboa, que não cogitavam a separação política do Brasil. Em setembro desse mesmo ano de 1821, ocorreram as eleições para os deputados brasileiros. Deputados eleitos pela Bahia para as Cortes Gerais Extraordinária e Constituintes da Nação Portuguesa convocadas em Lisboa (1821-1822) foram: Cipriano José Barata de Almeida, Alexandre Gomes de Argolo Ferrão, Marcos Antônio de Sousa, Pedro Rodrigues Bandeira, José Lino dos Santos Coutinho, Domingos Borges de Barros, Luis Paulino de Oliveira Pinto da França, Francisco Agostinho Gomes, Luis José de Barros Leite, Antônio José Moreira.

<sup>141</sup> A questão do tráfico sequer foi colocada em discussão nas Cortes de Lisboa e foi remetida para o plano diplomático. Quanto ao problema da escravidão foi discutida pela Constituinte portuguesa no âmbito da implantação de um Código Criminal e da Legislação Civil, devido a “diversidade de circunstâncias do clima e estado da Povoação, composta no Brazil de classes de diversas cores, e pessoas humas livres e outras escravas”. Segundo as “Instruções para os Deputados de São Paulo”, nas Cortes Constituintes de Lisboa (1821-1822), publicada no periódico do portuense *Borboleta Constitucional*, de 23 de março de 1822, nº 7, sob o título “Capítulo II, Negócios do Reino do Brazil”, cabia à legislação dar as “mais sabias e energicas” providências sobre dois objetos da maior importância para a prosperidade e conservação do Reino do Brasil: (i) catequização geral e progressiva dos “Índios bravos”; (ii) “melhorar a sorte dos escravos, favorecendo a sua emancipação gradual e conversão de homens immoraes e brutos em Cidadãos ativos e virtuosos; vigiando sobre os Senhores dos mesmos escravos para que estes os tratem como homens e Christãos, e não como brutos animaes, como se ordenára nas Cartas Regias de 23 de Março de 1688 e de 27 de Fevereiro de 1798, mas tudo isto com tal circumspecção que os miseraveis escravos não reclamem estes direitos com tumultos e insurreições, que podem trazer scenas de sangue e horrores. Sobre este assumpto o mesmo Membro deste Governo offerece alguns apontamentos e idéas ao Soberano Congresso”. Uma referência implícita e uma forma de evitar o problema ocorrido em São Domingos, demonstra a preocupação dos palamentares portugueses em preservar e conservar o Brasil.



questão através de uma carta aberta destinada aos “Senhores Deputados da Provincia da Bahia”,<sup>142</sup> publicada no suplemento de 6 de setembro de 1821. Esta carta, assinada pelo seu redator Joaquim José da Silva Maia, expõe três “apontamentos” considerados “objetos essenciais” relacionados à Provincia, que deveriam ser tratados nas Cortes: “ensino público”, “agricultura” e o “comércio”.<sup>143</sup> Estes dois últimos por remeterem direta e indiretamente ao problema da escravatura, mesmo sendo “melindroso” é impossível não refletir sobre ele, nem que ocorra em “paradoxo”, justifica o redator. Silva Maia reforça a sua opinião de que os africanos formam uma população factícia, “mas é com ela que tiramos da terra o assucar, o tabaco, o algodão, e todos os nossos alimentos. Em quanto no Brazil não houverem outros braços, estes são extrema necessidade”. Faz um alerta aos deputados:

[...] refleti bem; vêde que podeis reduzir esta Provincia e todo o Brazil, ao mais miseravel estado de dependencia! As ideias filantropicas são mui louvaveis, e caracterizam o grau de luzes do nosso seculo, mas a salvação da Patria he o primeiro de nossos e vossos deveres [...]. Observai Senhores, que os Inglezes, e os Anglo Americanos cuidarão na abolição da escravatura, depois de terem hum acrescimo sufficiente de população de homens livres, nas suas colonias, imitai-os...

O redator segue seu texto orientando os deputados nos seus argumentos e propostas a serem utilizados para continuação da escravatura de forma abrangente, colocando também a questão do trabalho escravo. Dentre suas proposições estavam: o estabelecimento de autoridades para fiscalizar os senhores no tratamento dado aos escravos (vestimenta, sustento, bom tratamento e educação); facilitar a alforria ao escravo laborioso que tenha servido vinte anos a seu senhor; libertar escravas que tenham tido seis filhos e os conservados vivos; libertar os filhos dessas escravas, aos 25 anos de idade; bem como os que completarem 60 anos, os aleijados e cegos (devendo os senhores pagar-lhes uma pensão mensal); mudar o “nome odioso de escravo”, para [ilegível] serviçais? Faz um apelo: “não vos deixeis, Senhores, illudir pelos sophistas, que, clamão contra o commercio da escravatura em África: todos sabem que os Inglezes promoverão no Congresso de Vienna, em 1815, a abolição dos Africanos, por motivos de seus interesses”. Numa tentativa de demonstrar alguma vantagem humanitária no tráfico,

---

<sup>142</sup> Na introdução da carta, o redator tece as suas considerações aos Deputados: “a maior e a mais sublime prerogativa que pode chegar hum Cidadão na sua Pátria, he ser eleito Deputado de Corte: Nesta qualidade he elle o Legislador de seus considadãos, o Pai que cuida na educação, e subsistencia de seus filhos, o Medico que cura as suas enfermidades, o Defensor que pugna pelos seus direitos. Tal he Senhores, a importante obrigação, que o generoso Povo desta Provincia confiou ao vosso mais puro Patriotismo, às vossas virtudes, e ao vosso saber”. *Semanário Civico*, 6 de setembro de 1821.

<sup>143</sup> Segundo a historiadora Beatriz Nizza da Silva (2008), o *Semanário Civico*, porta voz dos que lutavam contra a separação entre Brasil e Portugal, surgiu com objetivo de influir nas eleições dos deputados bahianos para as Cortes de Lisboa.



argumenta que se os negociantes portugueses não comprarem os escravos que “aquelles ‘barbaros fazem na guerra’”, com certeza serão sacrificandos em suas vinganças particulares. Ou seja, o tráfico, que na verdade era tido como “resgate”, desde os seus primórdios, representava uma forma de salvar a vida daqueles “infelizes”. Além do mais, continua o redator, o contato com os “Portugueses Brasileiros”, podia pouco a pouco, vir a civilizar estes indivíduos. Por fim esclarece:

[...] não penseis senhores, que aprovamos o commercio da escravatura; conhecemos mui bem, que elle he contrario ao direito natural; mas queremos mostrar que elle não he tão odioso, como o querem intar aquelles que o não conhecem; que os escravos no Brazil são tratados com mais humanidade, que nunca fizeram nas suas Colonias os Inglezes, Francezes, Holandezes &c [...] Finalmente, quizemos mostrar, que a abolição da escravatura no Brazil só deve ter lugar, quando haja hum acrescimo tal de população, que supera aquelles braços, mas que no em tanto se deve adoçar os estado desgraçado daquelles infelizes.

Na edição de 15 de novembro de 1821, Silva Maia ocupou 3 páginas do jornal, para comentar um pequeno trecho, transcrito do *Courier* (folha inglesa), sobre as resoluções propostas por Mr. Wilbforce (unanimente aprovado e aplaudido na Camara dos Comuns).<sup>144</sup> Silva Maia criticou o governo brasileiro por submeter-se à Inglaterra e defendeu a ideia de que a abolição total do tráfico da escravatura, pregada pelos ingleses, não é filantrópica mas movida pelo interesses conerciais e de suas colônias. Em sua opinião, os ingleses acreditavam que com a transferência da Corte para o Brasil, e a sua elevação à condição de Reino viesse em breve tempo se tornar um opulento Império e, unido aos “Anglo-Americanos”, rivalizaria ou excederia em força à Inglaterra. Entretanto, segundo ele, “o novo systema não fez outra coisa mais, do que tornar o Brasil huma verdadeira Colonia Inglesa”. Conclui:

Sim, o Commercio da Escravatura deve ser abolido no Brazil, porque mui bem conhecemos que, com huma população factícia este formoso Continente não pode prosperar. Mas ao nosso Governo he a quem compete ordenar esta abolição, com aquellas prudentes medidas em que empregarão

---

<sup>144</sup> As resoluções pronunciadas por Wilbforce, nas Camara dos Comuns, a serem levadas imediatamente à presença de S. M. Britânica, que provocou indignação no periódico foram: “1º Que toda a importânica da metade dos navios e carregações pertencentes aos subditos dos Reis da Hespanha e Portugal apreizados, por se acharem comprehendidos ao illicito trafico de Escravos, com infracção das convenções feitas com a Inglaterra, deverião ser concedidas, pelos Lords da Comissão do Thesouro, aos apreizadores, naquelles casos em que semelhantes quantias, ainda não tinham sido distribuidas. 2º, que aquella ametade do producto dos navios, e carregações, pertencentes aos ditos subditos dos Reis da Hespanha, e Portugal, serão concedidas aos apreizadores, ainda fora dos casos, que falla o artigo acima. 3º, Que se deverá conceder aos apreizadores hum premio de 10 [sic] (37\$000) por cada escravo tomados em os navios apreizados, pertencentes aos subditos dos Reis de Espanha, e Portugal, em violação das convenções feitas com aquelles Estados, &c.” *Semanário Civico da Bahia*, 15 de novembro de 1821.

dos mesmos Inglezes, quando nas suas Colonias abolirão aquelle trafico. Como exigem agora que façamos o que eles não fizeram, e com tudo estando as suas Colonias naquella época em melhores circumstancias, de que actualmente está o Brazil?

Já o *Idade D'Ouro*, sem Silva Serva que havia falecido em 3 de agosto de 1819 numa de suas viagens ao Rio de Janeiro,<sup>145</sup> depois de ter ficado um ano sem circular, ao retomar as atividades em 1821, envolveu-se ativamente no movimento constitucional na Bahia, tornando-se abertamente partidário do constitucionalismo monárquico e contrário ao governo do Rio de Janeiro por não ter aderido às Cortes de Lisboa. Mesmo assim, na secção “Sobre Escravatura”, dedicou duas páginas, para expor as moções do Marquez de Lonsdow e Mr. Wilberforce, nas Camaras dos Pares e dos Comuns da Inglaterra, nas sessões de 23 e 26 de junho de 1821 respectivamente, a respeito da conduta das diversas potências que no Tratado de Viena, haviam se comprometido a abolir o comércio de escravos, sobretudo da França, “que permitia, e até animava este commercio de maneira incrível, com grande número de embarcações empregadas neste comércio”. Segundo as monções, somente durante o ano de 1820, mais de 60.000 negros foram arrancado das costas da África, por navios dos quais a maior parte tinham a bandeira francesa, mesmo com a lei que abolia a escravatura. Apesar do *Idade D'Ouro*, reconhecer os sentimentos filantrópicos dos “filósofos”, Marquez de Lonsdow e Mr. Wilberforce, fez algumas observações e deixou um importante alerta:

A Hespanha, o Portugal, a França experimentarão immensas perdas em suas colonias, se os negros lhes faltassem, este golpe seria terrível para as suas Metropoles, e a Inglaterra a quem interessa e não tem outro fim se não o de arruinar as colonias destas potencias. [...]. A agricultura das colonias huma vez aniquiladas por falta de braços robustos, e capazes de resistir a tão peniveis trabalhos debaixo de hum Ceo ardente, a Europa se acharia debaixo da dependencia da Inglaterra para ter as mercadorias. [...] Partidarios da humanidade, verdadeiros filantropos, não vos dexeis seduzir por estes que se intitulão filosofos, consultai a obra Inglesa intitulada: *Acontecimentos da India, desde o principio da guerra contra a França em 1755 até a paz geral de 1783*; alli vereis o que a cobiça destes moralistas foi capaz de fazer. Consultai também o concelho de Calcutá, vereis factos que vos farão tremer ...<sup>146</sup>

Segue expondo as atrocidades praticadas pelos ingleses, na Índia e também na Europa. Estes foram contudo, os últimos comentários e opiniões significativos feitos pelos periódicos

---

<sup>145</sup> O jornal continuou sendo impresso pela Typografia da Viuva Serva & Carvalho. Dois meses antes de sua morte, Serva havia admitido como sócio seu genro, José Teixeira e Carvalho.

<sup>146</sup> *Idade D'Ouro do Brazil*, 09 de novembro de 1821.

baianos, *Idade D'Ouro* e *Semanário Cívico*. Até deixarem de circular, respectivamente em fevereiro e junho de 1823, não noticiaram ou fizeram comentários sobre fim tráfico da escravidão na Bahia, em outras partes do Brasil e do mundo.<sup>147</sup> O *Idade D'Ouro*, limitou-se apenas a divulgar as vendas e as várias fugas dos escravos, enquanto o *Semanário Cívico*, envolveu-se na luta contra a separação do Brasil de Portugal. Dedicou seus últimos números tentando demonstrar qual o melhor governo para o Brasil e as inconveniências da separação.<sup>148</sup>

Entretanto, entre 1823 e 1826, a censura foi praticamente restabelecida no Brasil. Muitos jornais desapareceram, vários jornalistas foram perseguidos, presos, outros deportados. Os jornais que conseguiram manter ativos durante este período, foram os que adotaram uma postura favorável ao ministério dos Andradas (Lustosa, 2000). Para além destes atos do governo central, o Governo Provisório da Bahia restabeleceu o Tribunal dos Jurados, com objetivo de conter os abusos na imprensa naquela Província. Condições que justificam o silêncio dos dois periódicos baianos em relação à escravidão, e os seus desaparecimentos depois da Independência.<sup>149</sup>

O Rio de Janeiro, como não havia sido afetado pelo fim da escravidão ao norte do Equador como na Bahia e o tráfico ao sul da linha continuava normalmente, as questões relacionadas ao tráfico da escravidão não estavam entre os principais temas tratados pelos jornais cariocas entre 1821 e 1823. Mesmo porque, a grande maioria dos jornais do Rio de Janeiro surgidos neste período estavam relacionados ao processo de separação entre Brasil e Portugal, os chamados “imprensa da independência”, segundo Lustosa (2000:253). Por isso muitos desapareceram depois da Independência, sem que tivessem tempo e espaço para abordar o problema da escravidão. Entretanto, os principais jornais, de maior circulação, duração e

---

<sup>147</sup> Na secção “Avisos”, da edição de 1º de janeiro de 1819, ano da morte de Silva Serva, declara que só continuará por mais 6 meses, devido a dificuldade de continuar a publicação do jornal, por se terem despedido muitos assinantes e por não tirar dos que ficaram, o necessário para as despesas. Deixou de circular durante o ano de 1820, reaparecendo a partir de 1821, impresso na Typ. da Viúva Serva e Carvalho.

<sup>148</sup> O redator, baseado em um quadro “melancólico” por ele pintado sobre a situação do comércio, da indústria, da instrução dos costumes e da heterogeneidade dos habitantes do Brasil, “que elle está longe de poder constituir-se Nação independente; porque, para ser Nação não basta desejarlo, e ter o filho de hum Rei á sua frente; he necessario ter os meios com que possa sustentar a Independencia. Ora, ao Brasil, faltão estes meios, como temos tratado (...) este Estado não convem aos interesses do Brasil, que actualmente seja outro senão Portugal; pela sua liberal Constituição, e outras vantagens, o que vamos mostrar.” *Semanário Cívico da Bahia*, 19 de junho de 1823.

<sup>149</sup> No caso do *Idade D'Ouro do Brasil*, estudos comprovam que o periódico enfrentou grandes dificuldades financeiras para se manter. Já no seu primeiro ano de atividade, solicitou um empréstimo ao governo. Para tentar resolver o problema, Serva teve a ideia de fabricar prelos de madeira e exportá-los para a Inglaterra, onde trocaria por papel e outros equipamentos. Mas, segundo Hellewell (2005:132) a autorização lhe foi negada, com “fundamento no fato de que a madeira que pretendia usar, o pau-brasil, era monopólio da Coroa”. O empréstimo (de quatro contos de réis, a serem pagos em dez anos), foi concedido somente em fevereiro de 1815. O governo também o ajudou, confiscando o prelo concorrente, importado em 1810 pela firma Barroso, Martins, Dourado e Carvalho (Hallewell, 2005).

mais populares como *A Malagueta*,<sup>150</sup> *O Revérbero Constitucional Fluminense*, o *Correio do Rio de Janeiro* e *O Espelho*, apesar de darem pouca visibilidade ao tema, em função de outros maiores e mais urgentes que era a Independência do Brasil e a elaboração da Constituição brasileira, não deixaram de abordá-lo.

*O Reverbero Constitucional Fluminense*, periódico redigido por Joaquim Gonçalves Ledo e Januário da Cunha Barbosa, entre finais de 1821 e inícios de 1822, sem emitir opinião direta, publicou importantes notas sobre as questões relacionadas ao fim do tráfico da escravidão. Por serem relevantes para esta investigação, passamos a descrevê-las: uma delas foi resposta às Cortes de Lisboa, em 1822, sobre às ameaças de provocar uma sublevação de escravos, caso os brasileiros não obedecessem as suas ordens.<sup>151</sup> As outras foram, as notícias sobre a equiparação do tráfico à pirataria na Lei Americana<sup>152</sup> e a conclusão de um Tratado entre a Inglaterra e os árabes, para extinção do comércio de escravos no Mar Vermelho. Todas compiladas de pronunciamentos na Câmara dos Comuns.

No entanto, na opinião do periódico, o ponto alto dos discursos nesta Câmara, foi a informação sobre a continuação do tráfico nos países que assinaram a declaração de Viena e de que o povo inglês lamentava a conduta do Rei dos Países Baixos e dos governos da Espanha e Portugal. Segundo o orador (não identificado pelo periódico), os portugueses, apesar de não negarem os princípios do desumano comércio, nunca quiseram marcar a época da sua extinção e ainda não tem cumprido o Tratado de 1815, que proíbe o comércio de escravos nos portos ao norte do Equador. Portanto, acreditava ser o dever da Grã-Bretanha e de todas as nações representadas no Congresso de Viena, cortar as comunicações comerciais com os governos que continuavam no tráfico da escravidão.<sup>153</sup> Em relação a Portugal, de acordo com o Ministro britânico que discursou na mesma Câmara, no dia seguinte, mesmo que este país seja “o ultimo a abolir tal commercio, essa conducta seria regular, porque elle tinha antes a aplanar dificuldades locais”. Em síntese, para o Ministro (também não identificado pelo periódico),

---

<sup>150</sup> Nos anos de 1823 e 1824, pelos motivos já abordados na primeira parte desta tese, publicou de forma irregular apenas oito números da *Malagueta Extraordinária*.

<sup>151</sup> Segundo os redatores, o fato dos escravos serem rivais entre si pelas diversas nações a que pertencem e por conservarem seus ódios umas às outras, não sublevariam a menos que fossem instigados. Evidentemente não seriam pelos brasileiros, mas somente por alguns portugueses partidários das Cortes. Mas a estes, avisam os redatores: ao serem descobertos, se conseguissem seriam vencer o furor popular, serão embarcados com gargalhira para Lisboa. Mais adiante avisa às Cortes, que os “escravos tem repartido o nosso ódio com ellas: escuzão por tanto de nos estar ameaçando com este mal, nem mesmo de estar formando planos a esse respeito: temão que o feitiço se não volte contra o feiteiro”. *Reverbero Constitucional Fluminense*, 1822, nº2, pp. 32, 198, 251.

<sup>152</sup> Todo individuo envolvido no tráfico da escravidão africana sofreria pena de morte.

<sup>153</sup> *Reverbero Constitucional Fluminense*, 1º de outubro de 1821.

ainda não era o momento de se armarem contra os mantenedores portugueses deste negócio, por três motivos: (i) havia no reino português, grande desconfiança sobre a sinceridade das pretensões filantrópicas da Grã-Bretanha; (ii) a Inglaterra corria o risco de perder “brilhantes mercados de consumo” para as suas manufaturas; (iii) a Corte Portuguesa achava-se numa situação duvidosa e novas proposições voltariam a serem feitas depois da consolidação do Trono.

Ou seja, este último discurso dá a entender que os ingleses conheciam e também acompanhavam de perto o estado da opinião pública luso-brasileira sobre este tema, haja visto a quantidade de periódicos que denunciavam a falsa filantropia dos ingleses, e que o ritmo do processo para o fim do tráfico português da escravidão, era também condizente com os interesses comerciais britânicos no Brasil e em Portugal. Prova disso era a condição privilegiada dos ingleses expressa no Tratado de Comércio de 1810. Como veremos mais adiante, depois que o governo brasileiro recusou, em agosto de 1844,<sup>154</sup> a renovar o Tratado de 1810, é que os ingleses tomaram uma atitude realmente radical para por fim ao tráfico, colocando em prática o *bill* Aberdeen. Segundo Manchester (*apud* Freitas, 1958:407-408), mesmo com toda “proeminência” da Inglaterra sob Portugal,

todos os esforços no sentido de obrigar a corte do Rio a tomar a providência extrema da abolição total ou mesmo a pôr em execução as restrições imposta pela Convenção de 1817, resultaram em fracasso, já que nem o Ministério, nem o povo do Brasil queria destronar o deus econômico - a escravidão - ou estancar a fonte que o alimentava. Entre 1808 e 1822, o Foreign Office restringiu, no papel, o tráfico português de escravos, mas executar essas restrições até a abolição total do comércio ou mesmo torná-las efetivas eram tarefas que estavam além do seu poder. Em 1821 entraram mais escravos no Brasil, do que em 1808.

O *Correio do Rio de Janeiro*, redigido por João Soares Lisboa, apesar de reconhecer a escravidão como intolerável a um povo Constitucional, pedia moderação e parcimônia para por fim ao “vergonhoso e barbaro trafico da Escravidão; são pretos, mas são homens, e não pode tollerar-se entre hum Povo Constitucional a escravidão”. Entretanto, para dar início á grande obra que é a “extinção de tal commercio, que deve ser com toda moderação e parcimonia, começará o Brasil a ser verdadeiramente livre e venturozo”.<sup>155</sup>

---

<sup>154</sup> A chamada Tarifa Alves Branco que rompeu com o Tratado de 1810 e a tarifa a ser paga pelos importados passou para 30% quando não havia similar nacional e para os 60%, quando havia similar nacional.

<sup>155</sup> *Correio do Rio de Janeiro*, 8 de maio de 1822. nº 25.

O mais importante periódico da imprensa áulica, *O Espelho*, editado por Manoel Ferreira de Araújo,<sup>156</sup> que durante a sua existência anunciou os registros das embarcações negreiras que entravam e saíam na Alfândega do Rio de Janeiro, no biênio 1821-1822, publicou duas cartas, uma em maio e a outra em de 1823, assinadas com pseudônimo de “O Philanthropo” e o “Patriota”, ambas atribuídas a D. Pedro I, defendendo a substituição do tráfico de africanos pela imigração europeia, conforme veremos no próximo capítulo. Já *A Malagueta*, de Luiz Augusto May, irá manifestar sua opinião sobre o tema, somente sua segunda fase de publicação (1828-1829).

## Conclusão

Com o domínio global e grande potência naval, a Inglaterra, durante a primeira metade do século XIX, foi capaz de “internacionalizar” a abolição do tráfico transatlântico, através de tratados bilaterais com as nações tanto do Velho Mundo como do Novo Mundo. Foi na sequência e no contexto da pressão britânica que a problemática abolicionista deixou os gabinetes e tomou expressão pública no Império português, através da imprensa.

Mesmo com pouca publicação periódica nos dois lados do Atlântico, em meio ao sistema de forte censura vigente no Império Português, e numa conjuntura de profundas mudanças estruturais que introduziu o liberalismo e pôs fim ao sistema colonial, pudemos extrair dos principais periódicos importantes informações e reflexões sobre as questões relacionadas ao fim do tráfico da escravidão. O *corpus* de análise, ou seja, a totalidade de artigos analisados, possibilitou realizar um mapeamento quantitativo dos resultados obtidos através das notícias, artigos de opinião e reportagem com comentário, identificados pelo título, ano e locais de publicações, a saber:

---

<sup>156</sup> Considerado o único jornalista profissional deste período, havia sido redator da *Gazeta do Rio de Janeiro* (1812-1821) e do *Patriota* (1813).

**Quadro 3. Jornais publicados antes da liberalização da imprensa no Brasil, e que abordaram o tema da escravidão**

Periódicos	Ano de publicação	Local
<i>Correio Braziliense</i>	1808-1823	Londres
<i>Gazeta de Lisboa</i>	1715-1820	Lisboa
<i>Gazeta do Rio de Janeiro</i>	1808-1822	Rio de Janeiro
<i>Idade D'Ouro do Brazil</i>	1811-1823	Bahia
<i>O Patriota</i>	1813-1814	Rio de Janeiro
<i>O Investigador Portuguez em nglaterra</i>	1811-1818	Londres
<i>O Portuguez, ou Mercúrio Político, Commercial e Literário</i>	1814-1826	Londres
<i>Observador Lusitano em Pariz</i>	1815	Paris
<i>Diário do Governo</i>	1821-1823	Lisboa
<i>O Compilador ou Micelânea Universal</i>	1821-1822	Lisboa
<i>Semanário Cívico</i>	1821-1823	Bahia
<i>Diário Constitucional da Bahia</i>	1821	Bahia
<i>A Malagueta</i>	1821-1822	Rio de Janeiro
<i>Reverbero Constitucional Fluminense</i>	1821-1822	Rio de Janeiro
<i>O Espelho</i>	1821-1823	Rio de Janeiro
<i>Diário do Rio de Janeiro</i>	1821-1878	Rio de Janeiro
<i>Correio do Rio de Janeiro</i>	1822-1823	Rio de Janeiro
<i>O Constitucional</i>	1822	Bahia

Elaboração própria

Depreende-se, a partir da análise de conteúdo dos jornais citados, que a maioria das opiniões emitidas pelos periódicos representavam uma reação às ações praticadas pelos ingleses, sejam pela captura de navios de forma arbitrária e ilegal, seja pela imposição de tratados e acordos. Estas reações forçaram a opinião pública a manifestar o seu sentimento em relação à escravidão, até então inquestionável no espaço público, provocando uma divisão de opiniões entre os favoráveis e os contrários à continuação do tráfico. Dentre os favoráveis, faziam eco aos que estavam direta ou indiretamente ligados à escravidão, enquanto os contrários, adotaram uma posição gradualista para o fim do tráfico, invocando o espírito das “luzes”, mas somente no campo das idéias, sem promover nenhuma campanha, movimento ou associação abolicionista, a exemplo da Inglaterra e da França. A opinião pública interna, mesmo dividida entre os favoráveis e contrários (gradualistas) ao fim do tráfico da escravidão, exerceu forte influência nas decisões D. João. O governo joanino, a despeito da dependência, da pressão diplomática e de concessões, mais formais do que efetivas aos ingleses, procurou sempre satisfazer a opinião pública interna.

Percebemos nas ações de D. João VI, o modelo de atuação em dois níveis: o doméstico e o internacional, proposto por Putman (2009), em que os governantes buscam manipular as políticas domésticas e internacionais simultaneamente. Ou seja, o rei mesmo sob forte

influência da opinião pública interna e de pressão externa da Inglaterra, buscou em vários momentos equilibrar os dois pratos da balança, adotando medidas que buscavam satisfazer os interesses domésticos, na tentativa de minimizar os impactos externos prejudiciais, ao mesmo tempo procurava demonstrar alguma atitude perante o governo inglês. Tanto que, conforme demonstrado, as concessões do governo português mesmo as favoráveis à Inglaterra, não resultaram em danos significativos à colônia. Por outro lado, a forte censura manteve maculada a imagem e a popularidade de D. João VI, levando a opinião pública a canalizar a sua revolta contra os ingleses, lançando assim as sementes da anglofobia e do rechaço a ingerência dos ingleses nos negócios internos, tanto em Portugal como no Brasil.

Depois da eclosão da Revolução Liberal no Porto, da promulgação da Constituição de 1822 e da Lei de Liberdade de Imprensa de 1821, ocorreu uma grande transformação no espaço público luso-brasileiro, provocado pela imprensa. Por ser predominantemente política, a imprensa tornou-se de fato formadora da opinião pública e porta-voz dos grupos sociais, gerando correntes de opiniões, que podiam manifestar-se livremente. Contudo este momento coincidiu com o retorno de D. João VI a Portugal, em abril de 1821, e a Proclamação da Independência do Brasil, em setembro de 1822. Portanto, estes problemas imediatos, foram os que mais disputaram os espaços nos jornais e periódicos, a ponto do *Correio Braziliense*, na coluna “Micellanea”, da edição de 1822, chamar a atenção da opinião pública e dos jornais, que mesmo depois da liberdade de imprensa não estavam analisando a questão da escravatura: “que examine esta questão, iluminando o público e fazendo entrar os povos conhecimento dos interesses, que tam importante matéria envolve.”<sup>157</sup> Para retomar as abordagens sobre este tema, instou os leitores a lerem o que foi escrito em 1815, no volume XV, do seu periódico.

Por outro lado, com o retorno de D. João VI a Portugal, tanto a imprensa como a política luso-brasileira, tomaram rumos diferentes e arrefeceram as relações entre o Brasil e Portugal. Do lado brasileiro vemos a desejo de romper os elos que unia a Portugal, enquanto do lado português, o desejo de restaurá-los. Neste cenário divergente e de ruptura entre os dois países, encontramos na opinião pública brasileira e portuguesa, o consenso de que o fim do tráfico e da escravidão, deveriam ser graduais.

---

<sup>157</sup> *Correio Braziliense*, 1822, pp. 574-576.



## CAPÍTULO II

### DO TRATADO ANGLO-BRASILEIRO DE 1826 AO OCASO DE D. PEDRO I

*Generosos cidadãos do Brasil, que amais a vossa pátria, sabeis que sem a emancipação dos atuais cativos nunca o Brasil firmará sua independência nacional e segurará e defenderá sua liberal constituição. Sem liberdade individual não pode haver civilização, nem sólida riqueza; não pode haver moralidade e justiça, e sem estas filhas do céu, não há nem pode haver brio, força e poder entre as nações.*  
**José Bonifácio de Andrada e Silva (1825)**

#### 2.1. O reconhecimento da independência em troca da extinção do tráfico de escravos

Quando Portugal realizou com a Inglaterra a Convenção adicional no dia 15 de março de 1823, que tornava possível a apreensão de navios portugueses equipados para o tráfico, mesmo que não tivesse escravos a bordo, o Brasil já havia se desligado de Portugal. Entretanto, o reconhecimento da nova condição dependia de Portugal, da Inglaterra, dos países vizinhos e de outras potências europeias. A Inglaterra, desde o Congresso de Verona, em 1822, havia deixado claro que o seu reconhecimento das independências dos países americanos só seria possível com a abolição do tráfico de africanos.<sup>158</sup> Portanto, já era esperado que para a Inglaterra, a abolição total e praticamente imediata do tráfico, era a condição *sine qua non* para o reconhecimento da Independência do Brasil. Por outro lado, como ainda era permitido a Portugal realizar o tráfico abaixo da linha do Equador, somente para suprir as necessidades do Brasil em função dos acordos de 1815 e 1817, uma vez independente, teoricamente o tráfico negreiro para o Brasil estaria suspenso. É em torno destes argumentos que se deram as negociações entre Brasil e Inglaterra.

O fato de atrelar o fim do tráfico de escravos ao reconhecimento do Brasil como nação independente, deixou o governo brasileiro numa situação extremamente delicada: de um lado a pressão da Inglaterra e do outro a opinião pública brasileira, cuja independência de Portugal era um clamor popular e a abolição do tráfico imensamente contrário ao sentimento nacional. Por sua vez, no processo de formação do Estado e da soberania brasileira, consubstanciado na

---

<sup>158</sup> “Canning havia instruído Wellington a assegurar que às Potências Aliadas que nenhum estado do Novo Mundo que não tenha abolido franca e completamente o comércio de escravos será reconhecido pela Grã-Bretanha”. Bethell, op. cit. p. 53.

instalação do Parlamento Nacional, surgiu um outro dilema que era equacionar os ideais do liberalismo político, social, econômico e de cidadania, com a necessidade do trabalho escravo.

Não obstante, as negociações para o reconhecimento da independência do Brasil começaram bem antes da “desnecessária cena teatral” proclamada a 7 de setembro, às margens do rio Ipiranga em São Paulo. Na opinião de Carlos Rizzini (1957:297), “a nossa independência fora declarada de forma positiva e peremptória no Manifesto e no Decreto de D. Pedro, de 1º de agosto de 1822”, trazida ao conhecimento público tanto no âmbito nacional como internacional.<sup>159</sup> Portanto, o General Felisberto Caldeira Brant Pontes (futuro Marquês de Barbacena),<sup>160</sup> que já se encontrava em Inglaterra,<sup>161</sup> foi nomeado por D. Pedro em 12 de agosto de 1822, a Encarregado de Negócios Estrangeiros do Brasil em Londres, para conseguir o reconhecimento da independência do Brasil.<sup>162</sup>

George Canning, que depois da morte de Castlereagh, havia assumido a direção do *Foreign Office*, logo no primeiro contato com Caldeira Brant, tentou obter a extinção do tráfico em troca do reconhecimento da independência do Brasil. Como Brant, ainda não tinha recebido nenhuma instrução sobre esta questão, em correspondência dirigida a José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro da Secretaria dos Negócios do Império e Estrangeiros (de janeiro de 1822 a julho de 1823), pede aprovação para propor na primeira negociação, a abolição do comércio de escravos em quatro anos. Como para Brant, a abolição era a condição necessária para o reconhecimento da independência, ela poderia ser feita com alguma vantagem e proveito para o Brasil, como um pedido de indenização no valor de 400£ que seria pago pelo governo inglês, por uma coisa que o governo brasileiro deveria fazer de graça. Além de ter o respeitável

---

<sup>159</sup> No plano nacional, estava a aclamação e o “Manifesto de S.A.R. o Príncipe Regente, Constitucional e Defensor Perpétuo do Reino do Brasil, aos Povos deste Reino”, redigido pelo jornalista José Gonçalves Ledo, enquanto no plano internacional, José Bonifácio, na qualidade de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, redigiu e fez circular um “Manifesto do Príncipe Regente do Brasil, aos Governos das Nações Amigas”, no qual legitimava a autonomia brasileira com base no decreto de elevação do Brasil à Reino Unido. De acordo com o Manifesto, as ações da Corte para recolonizar o Brasil, eram era ilegais e contrárias à vontade de D. João VI. Segundo Carlos Rizzini (1988), *op. cit.* e Tobias Monteiro (1981), em *História do Império*, o palco principal, por onde passaram as principais articulações e atos em prol do movimento emancipador nos quais estavam envolvidos Gonçalves Ledo e José Bonifácio foi a Maçonaria. Tobias Monteiro, *História do Império: a elaboração da independência*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1981. Documentos Avulsos sobre a Independência da Brasil, BN-SLR.

<sup>160</sup> Felisberto Caldeira Brant Pontes (Visconde de aArbacena) senador por Alagoas em 1826,

<sup>161</sup> Felisberto Caldeira Brant, viajou para a Londres por motivos pessoais, mas, a pedido de José Bonifácio, passou a atuar como agente diplomático apoiado por Hipólito da Costa (Cológeras, 1936).

<sup>162</sup> Sobre as instruções de 12 de agosto de 1822, dadas a Felisberto Caldeira Brant, para o desempenho das funções em Londres, ver: Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática, Fundação Alexandre Gusmão, ano 7, nº12, Primeiro Semestre de 2008, pp. 19-24. Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro.

Wilbeforce, “já com o pé na cova”, como melhor aliado do Brasil, por ter conseguido em vida, o tratado para abolição do tráfico, no maior país importador de escravos das Américas.<sup>163</sup>

Entretanto, a resposta de José Bonifácio a Brant, chegou por ofício à Londres, somente no dia 24 de fevereiro de 1823:

S. M. I. está intimamente Convencido não só da injustiça de semelhante commercio, mas ainda da perniciosa influência que elle tem sobre a civilização e prosperidade do Império; mas não Podendo o Mesmo Augusto Senhor tomar medidas algumas decisivas a este respeito, estando a Assembea Legislativa próxima a installar-se, Manda me que assegure a V. S. para conhecimento do Governo de S. M. B. que os seus sentimentos são os mais liberaes possíveis, e que nutre a mais fundadas esperança dos sentimentos que igualmente animam a Assembleia, de maneira que se conseguirá a abolição gradual do Tráfico de Escravos, sendo em tempo razoável, e proporcionado a falta de braços óra existente no País.<sup>164</sup>

Nesta altura, D. Pedro já havia sido aclamado Imperador e o Brasil declarado oficialmente separado de Portugal. José Bonifácio, apesar de favorável ao fim do tráfico<sup>165</sup> tinha consciência de que a sua imediata supressão poderia ameaçar a existência do novo governo, uma vez que o “espírito dos habitantes do país não estava sufficiente preparado”. Portanto propunha suprimí-lo progressivamente, em dois ou três anos e promover a imigração branca para resolver o problema da mão-de-obra.<sup>166</sup> Nesta questão, José Bonifácio não estava sozinho. Suas propostas encontravam apoio em Severiano Maciel da Costa<sup>167</sup> e em Hipólito da Costa, tanto na crítica à escravatura como na forma de abolí-la. Hipólito, no penúltimo artigo intitulado “Escravatura no Brasil”, saído à luz no mês de novembro de 1822, afirmava que “uma nação independente e soberana, não poderia manter em si a escravidão, que é o oposto da liberdade”. No entanto, acreditava que a sua extinção repentina seria um absurdo e deveria ser feita com prudência e de forma gradual:

---

<sup>163</sup> Correspondência de Felisberto Caldeira Brant dirigida de Londres a José Bonifácio a propósito do reconhecimento da independência do Brasil, no período de 1822-1823. Publicações do Archivo Público Nacional – Tomo VII – Rio de Janeiro.

<sup>164</sup> Ofício de José Bonifácio a Caldeira Brant, em 24 de fevereiro de 1823. Arquivo Diplomático da Independência - Grã-Bretanha, tomo I, vol. I, p. 24.

<sup>165</sup> José Bonifácio, era favorável ao fim do tráfico e ao fim gradual da escravidão, não por questões humanitárias, mas por acreditar que os negros não eram adequados para construir a nação brasileira. Em seus “Projetos para o Brasil”, apresentado à Assembléia Constituinte em 1823, ano seguinte à Independência do Brasil, propunha um modelo de branqueamento totalmente racista: “Os escravos, entes vis e corrompidos, afogam nos meus patrícios os sentimentos nobres e liberais desde o berço, cercando-se desde a infância de uma atmosfera pestilenta” (Andrada e Silva, 1998:142).

<sup>166</sup> Pierre Verger (2002:337). Ver também: Silva (1826).

<sup>167</sup> Maciel da Costa, autor da *Memória sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil*, publicada em 1821, desaconselhava “as medidas rápidas e diretas” e propunha a emancipação gradual da escravatura, com a introdução de imigrantes europeus.

Seria a desesperada medida de um louco destruir de uma vez a escravidão, quando ela, além de constituir parte da propriedade do País, está também ligada ao atual sistema da sociedade... Mas, se a sua abolição repentina seria um absurdo rematado, a sua perpetuação num sistema de liberdade constitucional é uma contradição de tal importância, que uma coisa ou outra deve acabar. Os brasilienses, portanto, devem escolher entre estas duas alternativas: ou nunca hão de ser um povo livre ou hão de resolver-se a não ter consigo a escravidão.

Não obstante, pelo estado da opinião pública em Londres, Caldeira Brant sabia que o fim do comércio negreiro era algo inevitável. Escreveu estar espantado com o crescimento da “Philantropica sociedade para abolição do comercio de escravidão”, e era “raro um inglês com algum merecimento que não fosse membro da sociedade”. Estava persuadido de que havia na Grã-Bretanha, uma espécie de “Cavalaria Andante” a favor dos negros e que ela não descançaria até dar cabo do comércio da escravidão.<sup>168</sup> O grande problema desta medida era a opinião pública brasileira, que estava persuadida de que o comércio da escravidão não deveria acabar.<sup>169</sup>

Em uma de suas correspondências extra-oficiais enviada a Canning, Brant expõe sua preocupação em relação sobre como seria possível conseguir a abolição do comércio de escravos no Brasil, sem colocar em perigo a segurança do novo governo. Segundo Brant, o período de dez anos seria ideal para que o governo brasileiro pudesse apresentar ao povo tal medida e atrair a população europeia,<sup>170</sup> especialmente do Reino Unido e da Irlanda, tendo em vista a contínua emigração para os Estados Unidos. Assim, daria tempo para desfazer os prejuízos das pessoas interessadas no tráfico, acabaria com os partidos opostos ao Imperador, e poria fim aos falsos argumentos de que a Grã-Bretanha tentava com a abolição do tráfico da escravidão, aniquilar a agricultura do Brasil. Contudo, adverte à Canning que apesar do governo e das pessoas bem informadas no Brasil, estarem desejosos e dispostos a por fim ao tráfico de escravos, não podia afirmar que esta medida proposta, mesmo com algumas modificações, seriam bem aceitas no Brasil, “pois o interesse dos negociantes de escravos é tão poderoso e o temor dos agricultores de se verem arruinados por falta de escravos, é tão arraigado

---

<sup>168</sup> Brant para José Bonifácio, Doc. 40. 1 de Junho de 1823, pág. 333.

<sup>169</sup> Brant para José Bonifácio, 1822-1823. Publicações do Archivo Público Nacional – Tomo VII – Rio de Janeiro.

<sup>170</sup> Caldeira Brant sugeria a revogação do *bill* contra o alistamento de estrangeiros, para poder importar regimentos irlandeses com dupla finalidade: defender o país e lavrar a terra. Esse sistema resultaria numa população branca para cruzar a raça e uma respeitável força nos portos principais para segurança interna e externa. Brant alimentava a esperança de que quando houver na Europa, a certeza de que o Império Brasileiro há liberdade de consciência e segurança de propriedade, haverá considerável imigração para o rápido engrandecimento do Império. Brant para Canning, 3 de agosto de 1823, Doc. 40. 1 de Junho de 1823, pág. 330.

em seus espíritos, que será necessário muito esforço para vencer tais dificuldades, apesar dos desejos e das boas intenções do governo brasileiro”.

Entretanto, nas instruções secretas recebidas por Brant, “multiplicavam-se as recomendações” de não ligar o reconhecimento com a abolição do comércio negreiro. “Somente em último caso, e só em desespero de causa julgariam uma questão à outra no mesmo ato intencional” (Cológeras, 1936:57). Pela dificuldade, complexidade e responsabilidade da missão diplomática, Brant, mesmo com toda a sua dedicação e apoio de Hipólito da Costa sentia-se impotente,<sup>171</sup> inexperiente e angustiado. Por diversas vezes escreveu a José Bonifácio pedindo “demissão do Emprego Diplomático”, alegando incompetência, falta de dinheiro e problemas de saúde.

Por outro lado, Canning, na qualidade Secretário dos Negócios Estrangeiros, mostrava-se manifestamente contrário ao tráfico<sup>172</sup> e insistia na sua abolição imediata e tentava de todas as maneiras atingir seu objetivo. Assim, enquanto enviava instruções a Henry Chamberlain, cônsul britânico no Rio de Janeiro, sobre como tratar oficialmente deste assunto com o governo brasileiro, articulava oficiosamente com Lorde Amherst, Governador Geral da Índia, para que durante a sua escala no Rio de Janeiro, encontrasse uma forma de obter uma declaração formal e definitiva para o fim do tráfico no Brasil (Freitas, 1958:409).

Ambos contudo, não obtiveram sucesso nas negociações. O governo brasileiro mostrava-se irredutível à abolição imediata, pois além de arruinar o país converteria num “verdadeiro suicídio político” (Florentino, 1997:43). De acordo com as informações de Amherst a Canning (Augustus Granville, 1831 *apud* Freitas, 1958:410), José Bonifácio além de reprovar a proposta, revelou-se determinado “tanto a não se comprometer sobre a fixação de uma data para a abolição, quanto a não encorajar qualquer tentativa que tivesse por finalidade provocar uma solução rápida ou imediata do problema”, refletindo os sentimentos da opinião pública brasileira naquele momento. Chamberlain, até conseguiu discutir mais detalhadamente o assunto com José Bonifácio, mesmo assim não obteve o resultado esperado por Canning.

---

<sup>171</sup> As resoluções do Rio de Janeiro, pela distância, demoravam mais de dois meses para chegar a Londres.

<sup>172</sup> Em 1797, George Canning (1770-1827) distinguiu-se por meio de um discurso no Parlamento britânico, que pronunciou contra o tráfico da escravidão, a favor da proposta de Wilberforce. Iniciou a carreira parlamentar em 1794. Na época da Revolução Francesa, redigiu o periódico *O Anti-Jacobino* (1798). Foi Secretário do Tesouro, debaixo da direção de Lord Granville (1797) e Tesoureiro da Repartição da Marinha, no Ministério de Mr. Pitt (1804). Foi nomeado Governador Geral da Índia, em 16 de março de 1822, mas com o suicídio de Castlereagh, terminou assumindo o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros a 17 de setembro de 1822. Em abril de 1827, foi nomeado Primeiro Ministro. Faleceu a 08 de agosto de 1827.

Em Portugal, as Cortes de Lisboa insatisfeitas com a desobediência de D. Pedro e temerosas com a possível união de Angola com o Brasil, para continuação do tráfico,<sup>173</sup> ameaçavam bloquear a relação comercial do Brasil com outras nações e provocar o levantamento dos negros, incitando uma guerra civil que iniciaria na Bahia e se estenderia para as outras províncias brasileiras. Segundo Brant, “de acordo com as instruções de Lisboa, caso os portugueses não conseguissem subjugar o Brasil, deveriam proclamar a liberdade dos negros e entregar tudo às chamas”. A imprensa portuguesa, principalmente *O Campeão Português em Lisboa*, redigido por José Liberato,<sup>174</sup> jornal favorito das Cortes Portuguesa, anunciava o levantamento dos escravos como medida indispensável, caso o Brasil não se submetesse a Portugal. Vale lembrar que a revolta de escravos ocorrida em São Domingos, em 1792, teve grande repercussão no Império luso-brasileiro e manteve cristalizada no imaginário brasileiro. Portanto, somente o fato de evocar uma rebelião escrava, era suficiente para provocar terror no Brasil. Assim, outro grande desafio segundo Brant, seria romper com Portugal sem comprometer a escravidão.

Não obstante, o reconhecimento da independência tanto por parte de Portugal<sup>175</sup> como da Inglaterra, dependia da abolição do tráfico da escravatura. Chamberlain foi novamente instruído por Canning a abordar o tema através de três pontos fundamentais: 1º) Portugal era a única nação da Europa que continuava o comércio de escravos africanos sob a alegação de suprir as plantações do Brasil. Portanto com a separação do Brasil, esta alegação tornava-se automaticamente inválida. 2º) Mesmo reconhecido como nação independente, o Brasil se distinguiria de todas as outras no Novo Mundo, “pela sua solitária adesão ao tráfico de escravos.”<sup>176</sup> 3º) Se o reconhecimento do novo império pela Grã-Bretanha era de interesse do governo brasileiro, para atingir este objetivo era necessário renunciar ao tráfico de escravos.<sup>177</sup> D. Pedro, receoso de criar antagonismo com os principais grupos econômicos do Brasil, decidiu não tomar qualquer decisão sobre o tráfico da escravatura antes da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, já convocada pelo decreto de 3 de junho de 1822 (Florentino, 1997:43).

---

<sup>173</sup> Segundo Alexandre (2004:960), no início do segundo quartel do século XIX, as colônias africanas eram muito mais ligadas ao Brasil, do que com Portugal, devido o tráfico negreiro.

<sup>174</sup> Ex-redator de *O Investigador Português em Inglaterra* e de *O Campeão Português em Inglaterra*, periódicos criados para fazerem oposição ao *Correio Braziliense*.

<sup>175</sup> A Inglaterra aceitou intermediar as negociações para o reconhecimento da independência por parte de Portugal, em troca da abolição do tráfico de escravos.

<sup>176</sup> *Foreign Office*, 63/257 - Canning a Chamberlain, nº 5 - Secreto, 15 de fevereiro de 1823 (*apud* Freitas, 1958:410).

<sup>177</sup> Sobre as atuações de Canning em relação à Independência do Brasil, ver: Stapleton (1831: 251-372, vol. II).

Canning havia sido enfático e tinha de o ser! Para os ingleses, conseguir o fim do comércio brasileiro de escravos em troca do reconhecimento da independência “parecia constituir um valioso passo adiante”. Mas, segundo Bethell (2002:52), também representava, pelos menos a curto prazo, “dois passos para trás”:

A Grã-Bretanha estava agora confrontada com um novo estado, possivelmente mais profundamente envolvido no comércio do que qualquer outro - o Brasil era certamente o maior importador restante de escravos africanos - e não tinha qualquer tipo de compromisso de abolição. [...] A bandeira portuguesa poderia ser em breve eliminada do comércio, mas os comerciantes portugueses - na verdade os comerciantes de todas as nacionalidades - certamente se aproveitariam onde necessário, da nova bandeira brasileira para evitar busca e captura por navios de guerra britânicos. Para que os esforços diplomáticos da Grã-Bretanha desde 1807 não fossem anulados, era essencial persuadir o Brasil a proibir o comércio e a assinar com a Grã-Bretanha um tratado que o coibisse.

Para o governo brasileiro, a situação também era extremamente delicada: de um lado as ameaças de Portugal e a pressão da Inglaterra, do outro, a opinião pública brasileira, cuja independência de Portugal era um clamor popular e a abolição do tráfico imensamente contrário ao sentimento nacional.<sup>178</sup> Além de ser uma importante fonte de receita do governo, com a cobrança dos direitos de importação dos escravos, dos produtos utilizados no tráfico e de outras transações internas, as fortunas do Império do Brasil giravam sem dúvida, em torno da escravatura. O trabalho escravo estava inserido em todas as dimensões da economia produtiva brasileira, de tal forma que dele dependia a maior parte da população seja rural ou urbana.<sup>179</sup> Era o manancial da lavoura, do comércio, do trabalho doméstico, dos órgãos públicos, da navegação e muitos outros ofícios. Ademais, com a reestruturação do sistema produtivo e do

---

<sup>178</sup> Numa sociedade escravista, possuir escravos extrapolava as necessidades das propriedades rurais. No meio urbano, ter escravo podia representar uma posição social mais elevada, meio de poupança, investimento e de ganhar a vida através dos escravos. No Rio de Janeiro, todos queriam ter escravos. Mesmo numa pequena casa, onde mal cabe a família, há família de escravos que vivem amontoados num pequeno quarto ou loja, em condições imundas (Resposta que deu o Doutor Bernardino Antonio Gomes no Programa da Câmara desta Cidade) em *O Patriota* nº 1, 1813, p.60. Um escravo podia ser alugado, vendido, leilado, penhorado, deixado como herança. Por isso era grande o número de roubo de escravos, noticiados nos jornais. Obrigando inclusive, a criação de uma legislação específica para este tipo de crime. Segundo Emilia Viotti da Costa (1998:72), “sabe-se de senhores que colecionavam escravos como colecionavam fazendas. Pelo prazer de sentirem-se importantes e de serem apontados pela coletividade como pessoas de relevo e projeção”.

<sup>179</sup> De acordo com as observações de Maria Graham (1956:171), em seu *Diário de uma viagem ao Brasil*, “muitos portugueses no Brasil não tinham outra ocupação senão aplicarem uma soma de dinheiro em escravos; estes escravos saem todos os dias e devem trazer uma certa soma cada noite. São canoieiros, carregadores de cadeirinhas, carregadores e tecedores de esteira e chapéus, que podem alugar nas ruas e mercados e assim sustentam seus senhores”. Nas páginas do *Nova Luz Brasileira*, periódico publicado no Rio de Janeiro, encontramos: “é digna de reparo andarem muitas vezes pelas ruas desta Cidade, escravos ocupados em transportar hum unico livro, hum cadeno de papel, hum pequeno embrulho, &c.&c. atrás de homens, e mesmo de muitos jovens, que só para isso os alugão, por julgarem dezaizrozo as suas pessoas o conduzirem elles próprios qualquer pequeno volume”. *Nova Luz Brasileira*, 25 de janeiro de 1831, nº 113, p. 480.



comércio internacional, desde o fim do Bloqueio Continental e das pressões revolucionárias em 1815, os produtos escravistas do Brasil se diversificaram com a produção do algodão no Nordeste e do café no Sudeste (Prado Junior, 1985). Desde a década de 1820 a cafeicultura vinha adquirindo uma efetiva expressão comercial rumo à vertiginosa ascensão, como um dos principais setores tanto da economia e como principal produto na pauta de exportação brasileira, permanecendo até os dias atuais. Por conseguinte, era crescente a demanda por escravos. Contudo, o pronto reconhecimento e apoio da Grã-Bretanha, também era fundamental para o Brasil. Conforme escrevia Brant: “com a amizade da Inglaterra, teremos o respeito do mundo a nosso dispor... não será necessário mendigar o reconhecimento de qualquer outra potência, pois todas quererão a nossa amizade.”<sup>180</sup> Em suma, era este o contexto e o ambiente interno e externo em que moviam as decisões do governo brasileiro, recentemente instaurado.

D. Pedro tentou conjugar as forças, e nas instruções secretas dadas por Luís José de Carvalho e Mello, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, a Felisberto Calderia Brant Pontes e Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa,<sup>181</sup> plenipotenciários extraordinários em Londres para negociar o reconhecimento da independência, continuou insistindo que fosse realizado o reconhecimento da independência do Brasil, independentemente da condição de extinção do tráfico da escravatura. Caso não fosse possível, os plenipotenciários tinham plenos poderes de tratarem deste objeto em separado, insistindo com toda a energia, para que se possa de todas as maneiras “salvar a dignidade nacional”. Isto significava estipular para abolição do comércio de escravos, um prazo de oito anos depois da assinatura e ratificação do tratado; obrigando a Inglaterra a reconhecer a independência do Império do Brasil, garantir a sua integridade e conseguir o reconhecimento da parte de Portugal. Se o prazo de oito anos parecer excessivo à

---

<sup>180</sup> Brant para José Bonifácio, 5 de julho de 1823 (Manchester, *apud* Bethell, 1999:63).

<sup>181</sup> De acordo com as Instruções os plenipotenciários, para convencer o ministério britânico sobre a necessidade do prazo de oito anos, e não pode ser de menor prazo, deveriam utilizar as seguintes justificativas: 1º. o prejuízo que causará à agricultura a falta de braços com que ao presente ela prospera, por não haver ainda povoação bastante, apesar de se promover a colonização dos estrangeiros; 2º. que é necessário este prazo para, dentro dele, se proverem os proprietários de escravos suficientes para fazer face à falta que hão de experimentar com a extinção total; para terem tempo de arranjar, os negociantes deste tráfico, as contas com os seus correspondentes, destino de navios e mais arranjos semelhantes; 3º. que convém, além disto, satisfazer de algum modo as preocupações dos povos que, pelo costume e hábito em que estão, julgam ser esta extinção contrária aos seus interesses e à prosperidade do Brasil; 4º. e é isto tanto assim que, quando se extinguiu o tráfico dos escravos nos portos ao norte da linha, os habitantes principalmente da Bahia se desgostaram sobremaneira, que o levaram muito a mal não só os comerciantes e proprietários em geral, mas muito principalmente os agricultores do tabaco, que viram fechados os portos da África da linha para o norte ao consumo de uma grande parte dos seu tabaco, com que naqueles portos se faziam as carregações de escravos; 5º. finalmente porque é preciso que com todo este prazo haja tempo para se acostumarem a esta perda total, e empreenderem os comerciantes outros negócios, e os agricultores mudarem de cultura para a de outros gêneros. Em observação à parte, Luís José de Carvalho e Melo: “Em aditamento ao artigo 5º destas instruções, recomenda novamente S. M. Imperial. para completa clareza neste ponto, que os negociadores não poderão de modo algum descer o prazo ali marcado de oito anos, senão até quatro, e na menos, por ser já indicado este prazo pela extinta Assembléia Geral.”



Grã-Bretanha, e se este ponto consistir o único problema para o reconhecimento, em último caso, deveriam descer o dito prazo para até quatro anos. Sendo assim, deveriam pedir no mínimo 800 contos de réis por cada ano, para indenização dos prejuízos que se seguirão pela falta dos direitos de importação dos escravos e outros danos cusados ao Império. Ou seja, o ministério brasileiro insistia que o tratado da abolição do tráfico fosse separado e só em caso extremo e feito conjuntamente ao reconhecimento. Acrescentando que era conveniente deixar claro que para o Império do Brasil, comparando com outras nações da Europa, este é um grande sacrifício que o Imperador faz de bom grado, uma vez que é maior e mais extenso o tráfico da escravatura, na proporção da vastidão do seu território e necessidade de mais braços para a lavoura.<sup>182</sup>

### 2.1.1. Preparando a opinião pública

Percebendo que o governo britânico mostrava-se irredutível, o goveno brasileiro tentou do lado externo ganhar tempo e obter alguma vantagem, enquanto do lado interno, urgia preparar e convencer a opinião pública sobre a necessidade de abolir o comércio de escravos africanos. Em abril de 1823, o *Diário do Governo*, apesar de não ser um órgão doutrinador, procurou instruir seus leitores para no novo sistema, através da publicação uma série de artigos extraídos do *Correio Braziliense*, dentre eles o “Estado Político d’America”, escrito pouco tempo antes do seu encerramento em dezembro de 1822. Nele, o redator enaltece os melhoramentos e vantagens da separação da América com os governos europeus, a exemplo dos Estados Unidos e das ex-colônias espanholas, bem como a necessidade de se acabar com o tráfico de escravos. Hipólito da Costa apresenta a escravatura como o maior obstáculo que a América pode ter para promover sua indústria. Como as revoluções da América são fundadas no princípio da liberdade, fica claro que a escravatura é incompatível com a existência de governos que conservam a escravatura. Por isso os governos da América espanhola, imitando o exemplo dos Estados Unidos, estavam proibindo o comércio da escravatura da África e o Brasil deveria seguir esta mesma política.<sup>183</sup> O artigo entretanto, gerou polêmica e debate entre dois correspondentes,<sup>184</sup> e o periódico não se esquivou de publicá-los. Sob pseudônimos, o

---

<sup>182</sup> Despacho - 3 de janeiro de 1824 - AHI 417/03/28. Cadernos do CHDD, Fundação Alexandre de Gusmão - Centro de História e Documentação Diplomática, Ministério das Relações Exteriores, ano 7, nº 12, primeiro semestre, 2008, pp. 45-47.

<sup>183</sup> *Diário do Governo*, 10 de abril de 1823, vol.º1.

<sup>184</sup> Como já foi dito, era muito comum os leitores escreverem sob pseudônimo. Alguns podemos facilmente identificar, outros porém permanecem uma incognita. No caso específico podemos inferir, pela maneira de escrever, que o “Leitor Efectivo” e

“Leitor Effectivo”<sup>185</sup> e o “Filioordinis”,<sup>186</sup> se esforçaram para defender seus pontos de vista divergentes sobre a abolição da escravidão atrelada à imigração, conforme recomendava Hipólito. O “Leitor Effectivo”<sup>187</sup> depois de discorrer sobre as necessidades do trabalho escravo, conclui que a abolição da escravidão resultaria num imenso prejuízo para o Brasil, assim como seria difícil a elaboração de leis para abolí-la. Acreditava que os africanos, diferente dos imigrantes europeus, eram mais apropriados para o trabalho e adaptados ao clima brasileiro. Os “brancos do Velho Mundo”, rumavam para o Brasil na esperança de comprar um escravo que os ajudassem na sua lavoura de subsistência. Portanto, a abolição da escravidão seria um desestímulo à emigração. Em sua opinião, com o tempo escravos tornar-se-ão inúteis e este comércio terminará por si mesmo. O “Filioordinis” depois de evidenciar as contradições e absurdos proferidos pelo “Leitor Effectivo”, chegou à conclusão de que o “Brasil necessita dar providências para terminar em certa época o Commercio da escravidão”. Pela análise de conteúdo destas opiniões individuais, expressas publicamente, depreende-se que o fim do tráfico estava muito longe de um consenso e o termo “escravidão”, pela sua abrangência, causava grande confusão. Mais difícil ainda seria convencer a opinião pública da sua necessidade!

Na Assembleia Geral Legislativa e Constituinte, instaurada no dia 3 de maio de 1823, José Bonifácio (deputado por São Paulo) e seus irmãos Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e Martin Francisco Ribeiro de Andrada (eleitos por São Paulo e Rio de Janeiro respectivamente), Caldeira Brant, que regressado de Londres elegeu-se deputado pela Bahia, e Severiano Maciel da Costa (deputado por Minas Gerais) tinham pela frente a difícil tarefa de assegurar o voto da maioria, a favor de um tratado com a Grã-Bretanha para suprimir o tráfico de escravos. De fato o *lobby* anti-tráfico conseguiu numa sessão secreta, extrair dos

---

“Filioordinis”, eram pessoas letradas. O “Filioordinis”, foi identificado pelo periódico *A Malagueta* (edição de 10 de outubro de 1828, nº 33) como Sr. José Silvestre, “um experiente escritor público”. Tudo indica tratar-se de José Silvestre Rebello, Nascido em Portugal, veio jovem ao Brasil para dedicar-se ao comércio. Publicou importantes obras: “Comércio Oriental” (1820) e “O Brasil visto de cima” (sob pseudônimo Trezegminos Cosmopolitas) e alguns artigos na imprensa durante o ano de 1822, também sob pseudônimo. Foi um dos primeiros a aderir ao movimento de emancipação do Brasil, sendo fundador e secretário da sociedade “Philotécnica” que tinha por objetivo de reunir os homens mais ilustrados da época e configurar uma elite que liderasse a opinião pública. Foi também juiz comissário da Comissão Anglo-Brasileira destinada a arbitrar sobre os navios negreiros, pelo tratado de 22 de janeiro de 1815, e diplomata encarregado de negócios em Washington em 21 de janeiro de 1824, para obter o reconhecimento da independência do Brasil pelos Estados Unidos (Carvalho, 1972: XIV, Vol. V).

<sup>185</sup> *Diário do Governo*, 10 de abril de 1823, vol. 1, pp. 419-420.

<sup>186</sup> O “Filioordinis”, se propõe esclarecer as opiniões do *Correio Brasiliense*, por vê-lo atacado e em circunstância de não poder defender-se (o *Correio Brasiliense* já havia encerrado suas atividades em dezembro de 1822). *Diário do Governo*, 19 de junho de 1823, vol. 1, pp. 688-690.

<sup>187</sup> Dois anos depois, em 1825, saíra a luz um folheto com obra intitulada “*Discurso Histórico Refutatorio Politico*” da carta do “Leitor Effectivo”, reprovando a abolição da escravidão, vendido a 610 réis cada.

parlamentares a autorização para o governo acelebrar a convenção com o governo inglês, propondo abolição para no mínimo quatro anos.

Por sua vez, D. Pedro, consciente do poder da opinião pública a quem chamava de “Rainha do Mundo”, publicou nas secções “Correspondência”, do periódico *O Espelho* (1821-1823), duas cartas assinadas com pseudônimos “O Philanthropo” e “Patriota”, a primeira em maio e a segunda em junho de 1823, com objetivo de influenciar os parlamentares e sensibilizar a opinião pública para este problema, segundo ele próprio informava. A carta do “Philanthropo”, ocupou uma página e meia para defender suas idéias sobre a necessidade de extinguir a escravidão e atrair imigrantes europeus para o Brasil. Segundo o autor, a escravidão era uma das causas do atual “atrazamento” do país e um “cancro que rói o Brasil”. Os escravos “inoculam todos dos vícios, e nos fazem os corações cruéis, e inconstitucionais e amigos dos despotismo [...] ao primeiro golpe de vista saltam aos olhos os imensos e incalculáveis males, que a escravidão traz consigo”, dentre eles está o fato dos “homens escravizarem uns aos outros”. Para aqueles que pensam que “sem a escravidão não pode o Brasil ser culto e feliz”, afirma estarem enganados e segue expondo os prejuízos econômicos provocados pela escravidão, comparando-a com o trabalho livre de um jornaleiro. Para tranquilizar os fazendeiros, esclarece que não se trata de uma abolição direta, mas de forma indireta, primeiro com a proibição da importação de escravos, “dentro de um certo tempo, v. g. dois annos, n'estes dois annos importarão-se muitos, e logo que ao longe só e esta disposição, o Brasil terá immensa gente, que n'elle se queira estabelecer”:

[...] sendo o Brasil hum paiz agradável, huma terra fertilissima, e tendo hum governo amante da liberdade, da segurança eo cidadão &c. em huma palavra hum governo Constitucional? A America Ingleza he mui doentia, e nem por isso tem deixado de se povoar; tem hum frio excessivo, e nem por isso tem deixado de se povoar. Ora o Brasil que não tem nenhum d'esses estorvos, he que ficará sem gente? Custa-me a crer que tal aconteça. Muitos modos haverão para o importe de gente livre...<sup>188</sup>

Em relação aos “negociantes de negros” ou “marchantes de carne humana”, pede que não se desesperem, pois “a felicidade geral prevalece à particular”. As embarcações empregadas no tráfico, poderão ser utilizadas na condução de pessoas da Europa, bastando ajustar os fretes a serem pagos. Quanto à imigração, propõe a instalação na Europa de pessoas encarregadas de

---

<sup>188</sup> *O Espelho*, nº 160, 30 de maio de 1823.

aliciarem famílias para o Império brasileiro, “com os ajustes mais cômodos, v. g. ou de servirem ao estado por huns tantos annos, a fim de o indemnizarem de alguma parte da despeza, ou mesmo alguns particulares por modicas quantias também por hum certo tempo &c.” Segundo os cálculos do Philanthropo, se entrarem anualmente no Brasil, uma média de “vinte ou trinta mil almas”, em comparação com a movimentação dos navios envolvidos no “horrendo trafego” da escravatura, em dez anos a população do Brasil, distribuída igualmente pelas Províncias, será de “trezentas mil almas, e se calcular-mos a sua multiplicação, como na América Inglesa, veremos que em vinte ellas tem dobrado”. Portanto, conclui não ser de pouca utilidade a Lei da prohibição do trafego da escravatura. “Assim se conseguirá a pouco e pouco a cura do cancro, que róe o Brasil.

Do mesmo modo, a correspondência assinada com pseudônimo “Patriota”, dedicou mais de uma página do jornal para expôr suas reflexões acerca da extinção do comércio da escravatura, com a justificativa de ser um assunto de grande “interesse da humanidade” e para a “prosperidade do Brasil”. Iniciou seu texto reforçando os princípios humanitários do “Philanthropo”, de que a natureza não dá aos homens o direito sobre os seus semelhantes e que todos nascem livres e iguais”. Seguiu explicando as medidas a serem tomadas para suprir o vácuo deixado pela extinção gradual da escravatura, com promoção da emigração europeia. Para o autor, o comércio da escravatura era combatido pela filosofia, contrário à religião, à justiça, à política, à razão e tem levado o Império brasileiro à situação crítica em que se acha. Pois o que desvia o homem livre dos trabalhos na agricultura, não são as fadigas provocadas pelo clima (refutando a tese de que o trabalho agrícola é uma vocação própria dos negros), mas porque fere o orgulho do homem livre, ver-se à “par de escravos em trabalhos só a eles destinados”. Por outro lado, num momento em que se organizam uma Constituição liberal considerava “indispensável que nos livremos das idéias do século, proclamando a extinção do trafico da escravatura não de golpe, mas gradualmente, e marcando hum período preciso, em que será abolido”. Para dar autenticidade a esta asserção, citou o testemunho do autor norteamericano Warden, em que:

‘a escravatura he a grande chaga dos Estados Unidos, e infelizmente he difficil cura-la. Até aqui, ella cresceu de mãos dadas com o resto da nação. Mas a sua abolição em alguns dos Estados, onde antigamente existia, prova que pôde também completar-se sua extirpação [...]. He de esperar que entre hum povo illuminado, o sentimento dos males politicos, e moraes, que produz a escravidão,

conduzirá gradualmente á sua abolição, antes que o remedio comece a ser de huma applicação demasiadamente difficiliosa.<sup>189</sup>

Para a historiadora Lúcia Neves (2000:266), as cartas de D. Pedro são mascaradas em filantropia. Ou seja, mais do que a “defesa de novas e radicais ideias por D. Pedro” elas demonstram que o objetivo do Imperador era atemorizar os brasileiros que partilhavam as idéias liberais. A prova disso, segundo as justificativas da autora, está no fato de que o projeto de Constituição esboçado pela Assembléia de 1823, propunha a abolição gradual da escravidão, enquanto a Constituição outorgada por D. Pedro em 1824, ignorou por completo a escravidão. Já Hélio Vianna e Isabel Lustosa, afirmam que D. Pedro era de fato um abolicionista e que, suas ideias para a extinção gradual da escravidão e sua substituição pelo trabalho livre a partir da imigração de europeus, podem ter sido influenciadas por Hipólito da Costa, José Bonifácio e João Severiano Maciel da Costa. Para Lustosa (2006) D. Pedro I foi um governante muito à frente da elite brasileira do seu tempo, afrontou os valores da escravidão e combateu com vigor o hábito de alguns funcionários públicos de mandar os escravos para trabalhar em seu lugar.<sup>190</sup>

Entretanto, independente das reais intenções de D. Pedro I, o que nos interessa é o fato de que, ao vir a público apresentar, esclarecer e justificar as suas decisões, mesmo sob pseudônimo, demonstra o reconhecimento por parte do Imperador, da grande influência da opinião pública brasileira, que podia inclusive constranger as suas decisões. Para Renouvin e Duroselle (1967), as pressões sofridas tanto direta (construídas historicamente por grupos de interesses, partidos políticos, etc) ou indiretamente (exercida por diversos grupos ou mesmo a opinião pública), sobre o homem de Estado, agem para influenciar certas decisões, o homem de Estado pode, no âmbito interno, tentar “dobrar” a opinião pública e demonstrar suas ideologias. Por isso, consciente da importância da escravidão no Brasil, D. Pedro procurou em seus artigos, não só “dobrar” a opinião pública, utilizando-se de argumentos carregados de “filantropia” e “patriotismo”, como tranquizá-la e esclarecê-la de que a supressão seria apenas do comércio negreiro e não da escravidão, delimitando assim o termo “escravatura”.

Segundo Putnam (1988), o sucesso e o fracasso de uma negociação internacional estão atrelados não só à fase de negociação internacional, mas também à capacidade de satisfazer os grupos de pressão e de interesses ao nível doméstico. Isto é, o governante precisa ter habilidade

---

<sup>189</sup> *O Espelho*, nº 168, 27 de junho de 1823.

<sup>190</sup> Sobre D. Pedro jornalista e abolicionista, ver: Viana (1968), Lustosa (2006).

para lidar com as pressões políticas vindas das duas dimensões. Por ser um elo entre o ambiente interno e externo, frequentemente se encontra em situação de risco. Portanto é importante conquistar confiança doméstica e o prestígio para se manter no poder. Andrada Machado, durante a sessão preparatória da Assembléia Constituinte, do dia 17 de junho de 1823, havia percebido isso e feito um importante alerta: “é mister que nos persuadamos, que os governos não podem ser opostos às opiniões dos governados; governo que se opõe á opinião conhecida do povo deixa de ser governo em breve tempo”.<sup>191</sup>

### 2.1.2. Mudança de atitude

Temeroso pela perda de prestígio, não demorou muito para D. Pedro, apoiado pelo “partido português”,<sup>192</sup> dissolver a Assembléia Constituinte, com a justificativa de não haver harmonia, união e uniformidade de ideias,<sup>193</sup> e destituir José Bonifácio do cargo de Ministro do Reino e dos Estrangeiros,<sup>194</sup> cuja proposta de acabar com o latifúndio e a “total abolição do infame tráfico da escravidão africana” com a “emancipação gradual dos atuais cativos”, foi considerada uma grande ameaça à estrutura econômica e social do Brasil. Por ser um país essencialmente agrário e culturalmente dependente da mão de obra escrava, a população brasileira, certamente passou a temer as medidas que visavam o seu fim. Sobretudo a classe dominante formada pela aristocracia rural, fortemente presente no aparelho governamental do Império que, a despeito das teorias econômicas em voga na época,<sup>195</sup> julgava o sistema de escravidão muito mais rentável.

---

<sup>191</sup> Anais da Assembleia Constituinte, 1823, Tomo II, p. 65.

<sup>192</sup> Após a independência, o que se convencionou chamar de “partidos”, era grupos de pessoas unidas pelos seus interesses: o partido brasileiro, formado majoritariamente pela elite latifundiária escravista e o partido português, formado por ricos comerciantes e altos funcionários públicos. Pode-se dizer que na verdade, os “partidos” não tinha muito sentido de nacionalidade, uma vez que havia portugueses em ambos os grupos.

<sup>193</sup> D. Pedro pretendia impor seu próprio projeto de Constituição. Segundo ele, “duplamente liberal”. Após a dissolução da Assembléia Constituinte, em 26 de novembro de 1823, criou um Conselho de Estado, formado por dez membros, para elaborar um novo projeto de Constituição, outorgada e jurada no dia 25 de março de 1824. Esta Constituição vigorará até 15 de novembro de 1889, quando é proclamada da República brasileira. A única alteração significativa ocorreu em 1834, através do Ato Adicional, que exprimia algumas aspirações mais liberais, como a descentralização política mediante a criação do Poder Legislativo Provincial, além das supressões do Poder Moderador, do Conselho de Estado e do caráter vitalício dos Senadores.

<sup>194</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva assumiu o Ministério dos Negócios Estrangeiros entre 16 de janeiro de 1822 e 16 de julho de 1823. Imediatamente o José Joaquim Carneiro de Campos, Marquês de Caravelas (16 de julho de 1823- 10 de novembro de 1823), assumiu o seu lugar. Destituído do cargo, José Bonifácio e seus irmãos Martim Francisco e Antônio Carlos, foram presos e deportados. Felisberto Caldeira Brant seguiu para Londres em missão diplomática. Maciel da Costa foi nomeado Ministro do Império (1823-1824), de Negócios Estrangeiros (1827) e convocado a integrar o Conselho de Estado, formado por dez membros, para redigir o novo texto constitucional.

<sup>195</sup> Teóricos como Montesquieu, Turgot, Steuart, Adam Smith, Herrenschwand, Bentham e Ganih, consideravam o trabalho escravo menos lucrativo.

D. Pedro, para dar credibilidade às suas ações e recuperar a popularidade, buscou através um conjunto de medidas orquestradas, regularizar o comércio lícito de escravos estipulando impostos a serem arrecadados pela alfândega, equiparando os direitos de saída e entrada entre os escravos transportados dos portos de África Oriental e os escravos transportados de Angola, Benguela e demais portos da África Ocidental.<sup>196</sup> Procurou resolver o problema da mão-de-obra, ocupação e defesa do Império brasileiro, deu continuidade à política imigratória planejada iniciada por D. João VI em 1818, tratando pessoalmente desta questão. Entre outras medidas, mandou estabelecer, em 31 de março de 1824, uma colônia de alemães na Província de S. Pedro do Sul (para servirem os soldados do Império), e no dia 20 de julho do mesmo ano determinou a distribuição de terras por colonos na Província do Rio Grande do Sul.<sup>197</sup> Em 1825, mandou passar para a Secretaria do Império os negócios relativos à colonização,<sup>198</sup> e criou uma comissão encarregada de propor um plano geral de colonização, para servir todas as Províncias do Brasil.<sup>199</sup> Sendo estabelecidas durante o seu reinado, sete colônias oficiais e uma particular (Giron & Bergamaschi, 1999; Martínez, 2003).

Por sua vez, a Constituição Política do Império do Brasil, outorgada por D. Pedro I, em março de 1824, embora fosse considerada uma das mais liberais daquela época, não previa em nenhum de seus dispositivos, a abolição da escravatura, nem mesmo gradual, conforme apreçada pelo “Philanthropo” e o “Patriota”. Pelo contrário, procurou legitimar a permanência da escravidão utilizando o princípio básico do liberalismo ao declarar o “Direito de Propriedade em toda a sua plenitude” (Art. 179º, §22º), e garantir que “nenhum genero de trabalho, de cultura, ou commercio pode ser prohibido, uma vez que não se opponha aos costumes publicos, à segurança, e saude dos Cidadãos” (Art. 179º, §24º).<sup>200</sup> Ou seja, o sagrado direito de propriedade, garantido na Constituição do Império, obstava a elaboração de qualquer lei que visasse a abolição da escravatura. Segundo Lustosa (2006: ), “escravidão e propriedade foram questões que se entrelaçaram de maneira quase indissolúvel no Brasil, durante todo o século XIX”. Vale lembrar que os escravos eram considerados propriedades dos seus senhores, portanto podiam ser comercializados, leiloados, hipotecados, penhorados, alugados e deixados

---

<sup>196</sup> Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1824, Decreto de 2 de Dezembro de 1825.

<sup>197</sup> Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1824, p. 108.

<sup>198</sup> BRASIL. Decisão nº 230, de 7 de outubro de 1825. Coleção das decisões do governo do Império do Brasil, Rio de Janeiro, p.152, 1885.

<sup>199</sup> Collecção de Decretos, Cartas Imperiais e Alvarás do Império do Brasil, ano 1825. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1885, p. 92-93.

<sup>200</sup> São estes elementos que vão sustentar e garantir o funcionamento do tráfico ilegal após 1831.



como herança. “Até mesmo a Igreja e o Estado encontravam-se entre os proprietários de escravos” (Soares, 2007:69). Ao Estado cabia proteger e defender a propriedade privada. Isso equivalia legislar sob o sistema escravista, bem como conter as revoltas escravas, combater suas fugas e a formação dos quilombos, utilizando-se de todo aparato militar e policial.

A existência da escravidão no Império brasileiro aparece implícita apenas em três artigos: no Artigo 6.º §1º que determina quem são os cidadãos brasileiros: “Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingenuos [filhos de pais libertos e que nunca foram escravos], ou libertos [ex-escravos que gozavam da liberdade através de alforrias], ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação”. Apesar dos libertos, apenas os que nascerem no Brasil, serem considerados cidadãos, eram cidadãos de condição inferior, pois o Artigo 94º, vedava-lhes o acesso a cargos públicos e o direito ao voto:

Podem ser eleitores e votar na eleição dos deputados, senadores e membros dos conselhos de província todos os que podem votar na assembleia paroquial. Excetuam-se: §1º) Os que não tiverem renda líquida anual de duzentos mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego. §2º) Os libertos. §3º) Os criminosos pronunciados em querela ou devassa.

Também no Art. 179º §19º: “Desde já ficam abolidos os açoites, a tortura, e a marca de ferro quente, e todas as mais penas cruéis.”<sup>201</sup> Neste período, marcado pelo cerceamento da liberdade de imprensa, pela perseguição aos jornalistas perpetrada desde José Bonifácio (a devassa Bonifácia, com prisões, deportações e restrições à liberdade de imprensa), seguida pelo autoritarismo do Imperador, que usou o seu poder para censurar jornais e reprimir qualquer ideia contrária ao seu governo, a Constituição de 1824 foi sancionada sem nenhum questionamento, por parte dos poucos jornais que circulavam na capital do Império. Parafrestando Sodré (1999:61) “é a imprensa do ano da Independência e do ano da Constituinte dissolvida, com a direita em ascensão - a imprensa que luta pela liberdade e que, como no período anterior às cortes, será perseguida e amarrada ao tronco do poder”. As reações imediatas contra a dissolução da Câmara, à Carta Outorgada, à atitude despótica e centralizadora de D. Pedro I, e ao abandono das províncias do norte, vieram dos periódicos liberais publicados em Pernambuco, o *Sentinela da Liberdade Na Guarita de Pernambuco*

---

<sup>201</sup> Este artigo que não passou de “letra morta”. Até outubro de 1886, quando foi sancionada a Lei nº 3.310, o escravo foi submetido legalmente a estes castigos. A relação entre senhores e escravos era pautada pelos castigos, muitos deles extremamente violentos, e pela impunção dos contraventores, como pudemos constatar nas várias denúncias e relatos na imprensa. Sobre os crimes, assassinatos e castigos sofridos pelos escravos, ver: Soares (2007). Sobre a Lei: Coleção de Leis do Império do Brasil, 1886, p. 52, vol. 1.



(1823-1824), de Cipriano Barata e o *Tífis Pernambucano* (1823-1824), redigido pelo frade carmelita Joaquim do Amor Divino Rabelo Caneca (conhecido como Frei Caneca), “um dos mais ilustres e eruditos elementos do clero regular da época”. Segundo Sodré (1999:94), o *Tífis Pernambucano*, durante os seus “oito meses de existência, não deu tréguas ao absolutismo”. Apresentou as bases de programa elaborado por intelectuais da província,

documento político de maior interesse, destacando, como princípios, a liberdade de imprensa, a admissão livre dos cidadãos às funções públicas e uma referência ao trabalho escravo nestes termos: ‘todo homem pode entrar no serviço de outro pelo tempo que quiser, porém não pode vender-se, nem ser vendido’.

A culminância destas ideias ocorreu com movimento popular republicano denominado *Confederação do Equador*,<sup>202</sup> iniciado em 2 de julho de 1824, tendo como principal idealizador o Frei Caneca, que já havia participado na Insurreição Pernambucana de 1817. Às vésperas da luta amada, Frei Caneca conclamou o público: “Governe quem governar, seja nobre ou mecânico, rico ou pobre, sábio ou ignorante, da praça ou do mato, branco ou preto, pardo ou caboclo, só há um partido que é o da liberdade civil e da felicidade do povo; e tudo o que não for isso há de ser repulsado a ferro e fogo”.<sup>203</sup> Antes porém, em maio de 1824, escrevia Cipriano Barata:

Levantemos entre tanto as mãos para os Ceos por vermos Pernambuco livre dessa praga [Constituição contra a liberdade pública]; resoluto a não cumprir Cartas brancas, nem qualquer outra invenção do Despotismo que possa atacar os direitos da pátria ou de seus Concidadãos. O’ de Pernambuco, alerta! O’ do Brasil, alerta!<sup>204</sup>

A ideia revolucionária logo alastrou pelo Nordeste, conquistando o apoio da Paraíba, Ceará e do Rio Grande do Norte. Os confederados reivindicavam o sistema federativo à semelhança do republicanismo norte-americano e o fim do tráfico de escravos, por ser um comércio incompatível com os princípios do “Direito Natural” e das “Luzes do Século”. Até que fosse organizada uma nova Assembléia Constituinte, adotaram a Constituição da Colômbia.

---

<sup>202</sup> Inspirados na Independência Americana (1776) e na Revolução Francesa (1789). O estopim da revolta foi a indicação de Francisco Paes Barreto, homem da confiança de D. Pedro I, para governador da província de Pernambuco.

<sup>203</sup> *Tífis Pernambucano*, 1 de julho de 1824.

<sup>204</sup> *Sentinela da Liberdade Na Guarita de Pernambuco*, nº 9, 3 de maio de 1824.

D. Pedro reagiu duramente, condenando os principais líderes à morte em processos rápidos e sumários.<sup>205</sup> Por outro lado, a proposta de libertação dos escravos e o envolvimento de muitos populares com origem social diversificada,<sup>206</sup> terminou por enfraquecer o movimento e provocar dissidência interna, levando a elite comercial e os latifundiários escravistas, temeroros com a possibilidade de se repetirem as cenas de São Domingos, a apoiarem o Imperador. Aliás o apoio destes últimos foi determinante para conter os revolucionários.

## 2.2. O reconhecimento da independência e o tratado anglo-brasileiro

Depois de três anos de lentas e difíceis negociações com Portugal, interrompidas devido a primeira tentativa de golpe por D. Miguel, irmão mais novo de D. Pedro I, foi assinado no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1825, e ratificado em Lisboa no dia 15 de novembro do mesmo ano, o Tratado de Paz, Amizade e Aliança entre Brasil e Portugal. Neste tratado,<sup>207</sup> mediado por Sir Charles Stuart, enviado especial de Sua Magestade Britânica e devidamente credenciado por D. João VI, Portugal reconheceu a independência do Brasil.<sup>208</sup> D. Pedro I não teve outra alternativa senão aceitar as condições impostas por Portugal. Além de permanecer ligado a Portugal pela Casa de Bragança e herdeiro do trono português,<sup>209</sup> concedeu a seu pai D. João VI, o título de Imperador Honorário do Brasil (Art.2º), e prometeu não aceitar a proposição de quaisquer colônias portuguesas em África para se unirem ao Brasil (Art.3º), frustrando assim os interesses do “Partido Brasileiro”<sup>210</sup> em Angola de uma possível união com o Brasil para continuar com o tráfico. D. Pedro também se comprometeu em restituir as propriedades e bens,

---

<sup>205</sup> Frei Caneca foi fuzilado, diante da recusa do carrasco de enforcá-lo, e Cipriano Barata foi condenado à prisão perpétua.

<sup>206</sup> Os “concidadãos” a que se reflete Cipriano Barata, inclui os negros libertos, escravos e a população humilde.

<sup>207</sup> *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Actos do Poder Executivo, Parte II. Decreto de 10 de abril de 1826, p. 17-24.

<sup>208</sup> Os Estados Unidos foram os primeiros a reconhecer a independência do Brasil, em 26 de maio de 1824, de acordo com os princípios da Doutrina Monroe (o presidente norte-americano James Monroe, declarou em dezembro de 1823, que os Estados Unidos deveriam prezar pela liberdade e defesa dos países do continente americano); o segundo país foi o México, em 9 de março de 1825. Isto ajudou a pressionar as potências europeias, que não viam com bons olhos a independência brasileira, uma vez que os atos de ruptura eram contrários aos princípios restauradores após a queda de Napoleão. Por outro lado, o fato de D. Pedro ser filho primogênito de D. João VI e herdeiro presuntivo da coroa dos Bragança, ser reconhecido como Imperador do Brasil, propiciaria uma crise sucessória em Portugal. Portanto as potências europeias só aceitariam o novo império depois de reconhecido por Portugal. No ano seguinte, depois do reconhecimento por Portugal, a Inglaterra (em 30 de janeiro) e os países da Santa Aliança, reconheceram a Independência do Brasil. Por sua vez, o governo britânico, para defender seus interesses comerciais, se mostrou favorável à independência dos países latino-americanos, por isso intermediou e tinha pressa que os portugueses reconhecessem logo a soberania brasileira, para em seguida fazer o mesmo, em respeito à antiga amizade com Portugal. BRASIL - Estados Unidos, 1824-1829. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

<sup>209</sup> D. João VI, depois de duas tentativas de golpe de estado (Vila Francada e Abrilada), condenou ao exílio seu filho D. Miguel, líder dos absolutistas, e nomeou D. Pedro I, Imperador do Brasil, seu sucessor.

<sup>210</sup> Referência aos simpatizantes da adesão de Angola ao Império do Brasil, dentre eles Euzébio de Queirós Coutinho, um dos três deputados representantes de Angola, nas Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa (1821-1822), decidiram pela união entre Angola e Brasil.

embarcações e cargas dos portugueses, sequestrados em dezembro de 1822 (Artigos 6º e 7º); enquanto pelo artigo 10º, restabeleceu as relações de comércio entre ambas as nações, pagando reciprocamente 15% de direitos alfandegários.<sup>211</sup> Numa Convenção Adicional do Tratado, assinada na mesma data, o Imperador brasileiro se comprometeu pagar a quantia de dois milhões de libras esterlinas a Portugal, pela perda do Brasil.<sup>212</sup>

Segundo o historiador britânico Charles Boxer (2002:214), foi com relutância que o governo português reconheceu a independência do Brasil. Este reconhecimento só foi possível “devido à intervenção diplomática britânica (ou chantagem, como alguns a denominam)”. Para Bethell (2002:49-50), “a independência do Brasil foi essencialmente o resultado de uma tentativa impossível de Portugal”, em querer recuar no tempo e reduzir o Brasil, política e economicamente à condição de colônia, depois de ter atingido ao *status* de reino e ter desenvolvido uma consciência nacional brasileira. Até mesmo alguns portugueses com interesses no Brasil, não viram outra alternativa senão a secessão do império português, conclui o autor. De fato, sabemos hoje que a independência do Brasil fazia parte de um processo irreversível, apoiado na nova ordem mundial. Ou seja, aconteceria mesmo sem a intervenção de D. Pedro I e a mediação dos ingleses.

Não obstante, logo depois do reconhecimento por Portugal a Inglaterra “cobrou o seu preço” pelo apoio e intermediação junto a Corte portuguesa (Manchester, 1972:178). D. Pedro I viu-se portanto, coagido a aceitar o tratado para abolição total e imediata do comércio de escravos. Na opinião de Bethell (2002:68), Canning não queria cometer o mesmo erro que cometeram com D. João VI, portanto impôs logo uma decisão definitiva, sem o gradualismo proposto no Período Joanino. No entanto, o tratado negociado por Charles Stuart, plenipotenciário britânico junto à corte brasileira, estipulava no Art.1º, o fim do comércio de escravos para quatro anos, depois de ratificado pelo governo britânico. Previa ainda, conceder aos navios de guerra de ambas as nações o direito de visita, e toda a contravenção realizada debaixo da bandeira britânica e da brasileira, estaria sujeita às penas de pirataria. Embora tenha sido ratificado por D. Pedro I, em 20 de outubro de 1825, não fora pelo governo britânico por

---

<sup>211</sup> As demais nações estrangeiras, exptuando a Inglaterra continuaram a pagar 24%. Ver também: *Collecção das Decisões do Governo do Império do Brazil* de 1826. Declaração de 4 de outubro de 1826, p. 124. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

<sup>212</sup> *Coleção de Leis do Império do Brasil*. Actos do Poder Executivo, Convenção adicional para o ajuste das reclamações publicadas dos governos do Brazil e Portugal. pp. 24-29. Como o Brasil não tinha este dinheiro, tomou-o emprestado em Londres. Mas o dinheiro permaneceu em Londres, para o pagamento do empréstimo contraído por Portugal, em outubro de 1823.

julgar que algumas cláusulas não atendiam aos interesses da Inglaterra. Canning também ficou insatisfeito com a publicação prematura dos tratados no *Diário Fluminense* e no *Spectador Brasileiro*. Assim, Charles Stuart foi substituído por Robert Gordon e as novas negociações culminaram num novo tratado assinado por D. Pedro I, no Rio de Janeiro, dia 23 de novembro de 1826, no qual ficou estipulado o prazo de três anos para abolição do tráfico de africanos no Brasil:

Art. 1º. Acabados três anos depois da troca de ratificações do presente tratado, não será lícito aos subditos do Império do Brasil fazer o commercio de escravos na Costa d'Africa, debaixo de qualquer pretexto ou maneira que seja. E a continuação d'esse commercio, feito depois da dita epoca por qualquer pessoa subdita de sua Magestade Imperial, sera considerada e tratada de pirataria.

Art. 2º. S. Mag.ª o I. do Brasil e S. Mag.ª o R. do Reino Unido do G. B. e I. julgando necessário declararem as obrigações pelas quaes se achão ligados para regular o dito commercio até o tempo de sua abolição final, concordão por isso mutuamente em adoptarem e renovarem, tão efficazmente como se fossem inseridas palavra por palavra n'esta convenção, todos os artigos e disposições dos tratados concluídos entre Sua Mag.ª Britannica e El Rei de Portugal sobre esse assunto em 22 de janeiro de 1815 e 28 de julho de 1817 sobre os vários artigos explicativos que lhes têm sido adiciomados.<sup>213</sup>

O tratado que foi revisto e ratificado pelas partes em 13 de março de 1827, incluiu ainda a cláusula do equipamento.<sup>214</sup> Três anos mais tarde, 13 de março de 1830, o tráfico deveria ser totalmente extinto no Brasil. Tornaria portanto ilícito, feito tanto por portugueses como por brasileiros, debaixo das bandeiras de Portugal e do Brasil. Finalmente, pelo menos no papel, a Inglaterra havia conseguido através do acordo com o Brasil, a tão desejada abolição total do tráfico luso-brasileiro. Isto significava cortar simultaneamente, as duas pontas do mesmo negócio: a exportação e a importação de escravos africanos, pois, como já foi dito, o tráfico ainda era permitido a Portugal, apenas para fornecer mão-de-obra à sua colônia na América.

O governo brasileiro ainda foi obrigado a concordar com os termos dos tratados antitráfico de 1815<sup>215</sup> e 1817<sup>216</sup>, realizados na época de D. João VI, e abster-se da indenização pelas perdas das rendas alfandegárias. Em 18 de agosto de 1827, os ingleses também

---

<sup>213</sup> *Coleção de Leis do Império do Brasil*, Carta de Lei de 23 de novembro de 1826, pp. 71-75.

<sup>214</sup> Tornava possível a apreensão de navios equipados para o transporte de escravos, mesmo que não tivesse escravos a bordo. Esta medida teve de ser tomada, pois segundo as estipulações impostas por lord Castlereagh em 1817, era considerado legal, somente a captura de navios com escravos a bordo. Esta estipulação levou os traficantes a atirarem os africanos no mar, quando estavam em perigo de serem capturados pelos cruzadores britânicos.

<sup>215</sup> Proibição de traficar escravos ao Norte do Equador.

<sup>216</sup> Concedia o direito de visita e busca. Os navios apresados estavam sujeitos ao julgamento das comissões mistas.

conseguiram renovar por mais 15 anos (até 1842) o tratado comercial de 1810, que garantia a tarifa máxima de 15% *ad valorem*, sobre as mercadorias importadas da Inglaterra, mantendo assim, como observaram Bethell (2002:84) e Manchester (1972:210), sua privilegiada posição econômica no Brasil, que vinha desde o tratado anglo-português de 1642.

No que diz respeito ao tratado antitráfico, segundo o testemunho de Armitage (1837:150), D. Pedro foi coagido a aceitar todas as imposições diante da ameaça do governo britânico empregar a força. No ofício que acompanhou a cópia da Convenção, enviada à Câmara dos Deputados, no dia 22 de maio de 1827, assinado por João Severiano Maciel da Costas, Marquês de Queluz, o governo brasileiro esclarece que o acordo foi realizado sob coerção dos ingleses. Por outro lado, de acordo com as justificativas do Ministro dos Negócios Estrangeiros, a resistência brasileira seria completamente inútil por dois motivos: (i) todas as nações “cultas”, já estavam acabando com o tráfico; (ii) tendo D. João VI prometido fazê-lo acabar gradualmente e não cumpriu, o governo britânico ou faria com que Portugal fechasse seus portos africanos ao comércio brasileiro, ou embarcaria com suas Esquadras, o acesso dos navios brasileiros a estes portos. Enfim, “cedeu por bem o que lhe seria tirado pela força”, escreveu o Marquês. A polêmica maior seria a questão da pirataria. Mas, conforme adiantou o Ministro, este era um ponto fundamental, no qual a Inglaterra vinha insistindo com todas as nações estrangeiras, por considerar o meio mais eficaz de evitar a continuação do tráfico.

Seja como for, o tratado representava um terrível golpe para economia brasileira, prejudicaria não só à aristocracia latifundiária, como os traficantes negreiros. Sobre tudo estes últimos, com a equiparação do tráfico à pirataria, depois da data estipulada. Segundo Riva Gorenstein (1993:183), “o tráfico negreiro era uma operação mercantil respeitável”, e as autoridades brasileiras de todos os níveis temiam desagradar estas pessoas, “cuja fortuna e posição na sociedade era conhecida por todos”. Como enfatizou Florentino (2004:100), o tráfico era uma das mais importantes atividades mercantis. Os “*Negociantes de grosso trato*, os traficantes de africanos, eram homens que por sua riqueza desempenhavam papel de destaque na economia, na política e na sociedade do Rio de Janeiro, Salvador e Recife.” Riva Gorenstein (190-194), em seu clássico estudo sobre o *modus vivendi* e a integração dos negociantes de grosso trato, na sociedade carioca escreveu:

[...] abastado e com pretensões sociais procurou adotar um estilo de vida semelhante ao da nobreza do Paço. Passou a adquirir imóveis e objetos de luxo (valores e uso) compatíveis com o

gênero de vida condizente com a posição social a que aspirava na sociedade carioca. [...] eram proprietários de casas de aluguel na cidade, de loja ou escritório nas principais ruas do Centro, de uma residência nos arredores do Rio de Janeiro e de grandes extensões de terras do hinterland fluminense ou em outras províncias. [...] As residências dos negociantes eram mobiliadas de acordo com os padrões de luxo da época, sendo providas de móveis de jacarandá ou mogno, objetos importados, adegas de vinhos portugueses, pratarias e louças oriundas da Europa e Ásia. Tinham a seu serviço escravos vestidos de libré, utilizavam para seu transporte seges e carruagens puxadas por belos cavalos. Suas mulheres e filhas ostentavam vestidos segundo a última moda da Europa e jóias de valor que atestavam a fortuna e importância do chefe de família. [...] os negociantes, com intuito de ascender na sociedade da Corte, gastavam boa parte de suas fortunas a fim de obterem da Coroa, mercês, honrarias e títulos, que aumentassem o seu prestígio pessoal. [...] com este mesmo intuito, participavam ativamente de todo e qualquer empreendimento de caráter beneficente sancionado pelo monarca. [...] com o propósito de firmar ainda mais o seu status na sociedade carioca, procuraram se filiar a diversas irmandades religiosas. Contribuíam financeiramente para o seu sustento e procuravam nelas ocupar cargos de provedor, secretário ou tesoureiro, cargos estes que lhes conferiam um grande prestígio social.

Ainda segundo a autora, durante o Primeiro Reinado, negociantes de grosso trato adquiriram grande importância e visibilidade pública, visto a ocupação de muitos ministérios por eles e seus familiares, como por exemplo: “Baependi, Barbacena, Valenças, Caravelas e outros”. Muitos deles continuaram contribuindo financeiramente para as urgências de Estado, do mesmo modo como haviam auxiliado D. João VI.

De acordo com os depoimentos *in loco* de Maria Graham (1824), com apenas oito ou nove viagens um mercador de escravos fazia uma fortuna. Para além de envolver um grande volume de monetário, atividade negreira envolvia também uma multidão de comerciantes. Os traficantes, proprietários dos navios negreiros que transportavam os africanos para o Brasil, eram apenas uma das pontas deste lucrativo negócio. Seguem-se os donos de lazaredos (depósito de escravos novos), os negociante que faziam o comércio interno, cuidando da venda parcelada e da redistribuição, que por sua vez envolvia os tropeiros, mestres de embarcações e particulares que adquiriam lotes de escravos para revendê-los no interior a pequenos sítiantes e fazendeiros, além de treiná-los em diversas profissões para vendê-los a preços mais elevados. Os jornais estão repletos de anúncios de vendas de escravos enaltecendo as suas habilidades.<sup>217</sup> Como sublinha Gorenstein (1993:182):

---

<sup>217</sup> Um exemplo, dentre os inúmeros anúncios, está no *Diário Mercantil do Rio de Janeiro*, de 1826, nº 198, onde se lê: “Se algum Sr. de Engenho, dono de embarcação de tráfico de escravatura, ou qualquer outra pessoa, quizer comprar hum bonito mulecão de nação Mina, muito bom barbeiro, excelente sangrador, o qual sabe além disso botar bixa, curar causticos, e suministrar remedios, e curar chagas, por ser muito bom enfermeiro e agil para qualquer serviço, em pertendendo-o procure na rua detraz do Hospicio N. 18, assim como se vende hum preto de linda figura, e muito bom cozinheiro, e huma crioula costureira, rendeira, engomadeira, e faz doce, quem pertender, dirija-se a dita casa, que achará com quem tratar”.

A Fortuna pessoal desses negociantes, a extensão do seu comércio, a participação que tinham na vida administrativa, quer através da ocupação de altos cargos na Real Junta do Comércio, no banco do Brasil e no Senado da Câmara, que através de suas relações de amizade e parentesco com figuras de proa do governo, nos permite inferir ser o grupo de negociantes ao tráfico negreiro um dos mais fortes grupos de pressão existentes na época.

Os plenipotenciários brasileiros que assinaram o tratado anglo-brasileiro: Antônio Luís Pereira da Cunha, Marquês de Inhambupe (Ministro dos Negócios Estrangeiros) e José Egídio Álvares de Almeida, Marquês de Santo Amaro (Embaixador em Londres e Conselheiro de Estado), em nota enviada a Robert Gordon, informaram seus temores e requerimentos junto ao Governo britânico de que o resultado da convenção para a abolição do tráfico poderia ser fatal no Brasil. Além de ser uma medida “impopular no seu mais alto grau”, julgavam imprudentes terem cedido aos desejos do Imperador, sendo que mais sensato seria esperar a sua conclusão até a reunião da Assembléia, pois D. Pedro não tinha sido autorizado a assinar o tratado (Verger, 2002:339).

De fato, ia contra a opinião pública, sobretudo contra os interesses das camadas dominantes (aristocracia rural escravocrata e burguesia mercantil), que para garantir a manutenção das estruturas sócio-econômicas vigentes, haviam apoiado o Imperador na independência do Brasil, na dissolução da Assembléia Constituinte de 1823 e na Confederação do Equador. Por outro lado, o tratado assinado e ratificado por ele durante período de dissolução da Câmara, sem a consulta e aprovação da Assembléia, era uma atitude irregular e envolveria grandes consequências, uma delas foi a perda do apoio e prestígio também na Câmara dos Deputados, gerando grande impopularidade e dificuldade de manter-se no poder.

### **2.3. As primeiras impressões do tratado na imprensa brasileira**

Quando D. Pedro I ratificou o tratado anglo-brasileiro para a abolição do tráfico de escravos, com o representante britânico Sir Charles Stuart em 20 de outubro de 1825, quase não havia imprensa de oposição ao governo. Entre a outorga da Carta em 1824 e a Abertura da Assembléia Geral em 1826, “os jornaes de ordem secundaria haviam desaparecido completamente” (Armitage, 1831:151). No Rio de Janeiro circulavam apenas o *Spectador Brasileiro* (1824-1826); *Diário Mercantil* (1824-1827); o *Diário Fluminense* (antigo *Diário do Governo* que mudou o nome a partir de 21 de maio de 1824, a pedido de D. Pedro); *O Triumpho da Legalidade* (1825-1826); o *Despertador Constitucional* (com apenas seis edições



extraordinárias publicadas entre 1825 e 1828), redigido por Domingos Alves Branco Muniz Barreto;<sup>218</sup> *O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro* (1825).<sup>219</sup> *O Atalaia da Liberdade* (1826), do português João Maria da Costa <sup>220</sup> e *O Verdadeiro Liberal* (1826), do francês Pierre Chapuis,<sup>221</sup> entraram em circulação poucos meses antes da instauração da Assembléia. Com exceção destes dois últimos periódicos, os outros eram todos áulicos. Tratava-se de um período marcado pelo cerceamento à liberdade de imprensa e expressão, com grande repressão do governo. A despeito da Carta de 1824, prever no seu Art.179 §4º: “Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que lai determinar”, a liberdade de imprensa era apenas nominal e não de fato.

Portanto, mesmo que a convenção para a abolição do tráfico tenha sido uma medida “impopular no seu mais alto grau”, com um resultado que poderia “fatal no Brasil” conforme informaram os ministros brasileiros que assinaram o tratado, a imprensa áulica da capital apoiou o governo, tecendo largos elogios pela atitude de D. Pedro I, que na opinião do *Spectador Brasileiro*:

[...] na posteridade mais illuminada sem duvida, do que a presente geração (...) convencidos pela experiencia da utilidade desta nobre e salutar medida, levantará estatuas ao Magnanimo Fundador do nosso Império, que com tanta sabedoria consolida as suas bases, removendo a escravatura (...). Os nomes dos illustres Ministros, que aconselharão esta medida, serão repetidos com benções não só dos sábios do mundo, como também dos filhos dos nossos filhos; e quando não tivesssm outros direitos á gratidão publica...<sup>222</sup>

O *Diário Fluminense*, tido como o áulico mais servil, vinha desde inícios de 1825, publicando uma série de artigos favoráveis ao fim do tráfico, retirados do outro áulico, o *Padre Amaro*, periódico mensal editado em Londres pelo padre português Joaquim José Ferreira de Freitas, dedicado “a todos os portugueses de ambos os mundos”. O *Padre Amaro* pedia a “inteira abolição do comércio da escravatura e a abolição gradual da escravidão”, concomitante

---

<sup>218</sup> Domingos Alves Branco Muniz Barreto, publicará no ano de 1837, sua “Memória Sobre a Abolição do Commercio da Escravatura”, onde manifestará profundamente contrário ao fim do tráfico de escravos.

<sup>219</sup> Com apenas 9 publicações, entre 23 de fevereiro e 22 de março de 1825.

<sup>220</sup> Com o fim do *Atalaia da Liberdade*, João Maria da Costa, passou a publicar a *Gazeta do Brasil* (1827-1828), juntamente com e José Joaquim de Carvalho, saída à luz em 30 de maio de 1827.

<sup>221</sup> Teve apenas 16 números publicados em 1826.

<sup>222</sup> *Spectador Brasileiro*, 6 de fevereiro de 1826.



à introdução “super abundante” de homens brancos e livres da Europa. Na opinião do seu redactor, Ferreira de Freitas, “he preciso abandonar todo o comércio da escravatura, ou renunciar inteiramente aos progressos da civilização”. Questionou: “enquanto as chaves das portas do Brasil estava no chaveiro do Governo de Portugal, e que essas portas só eram abertas aos negros da Costa da África, que progressos fez a civilização e a industria nestes trezentos anos?” Ou seja, uma vez independente, as “portas do Brasil”, deveriam ser abertas aos brancos da Europa, estes sim trariam o progresso para o Brasil. Portanto, “que o Governo do Brazil promova esta emigração; que o povo Brasileiro a receba com benigno agrado; em vez d’escravos inimigos naturaes de seus senhores, em vez de homens fizica moralmente defeituosos, aduiriá homens civilizados”, <sup>223</sup>

Além de transcrever artigos do *Padre Amaro* e manter seus leitores informados sobre o que se discutia em relação ao tráfico no Parlamento britânico e à cruzada empreendida pelos ingleses para abolir o tráfico através de tratados realizados com várias nações do mundo, o *Diário Fluminense*, publicou também reflexões do seu redator<sup>224</sup> e correspondências dos seus leitores, sob pseudônimos. O “Philemon” e o “Carioca”, por exemplo, regozizaram o fim do comércio de escravos e sugerindo introdução de colonos estrangeiros. Para o “Philemon”, por se tratar de um tema de interesse nacional, o redator deveria ir de “tempos a tempos tocando neste importantíssimo objecto”. Segundo suas justificativas, mesmo que as reflexões não produzam efeitos à maior parte dos fazendeiros, certamente produzirão em muitos que não discorrem maquinalmente sobre os seus interesses.<sup>225</sup> Já o “Roceiro”, apesar de reconhecer que o fim do tráfico da escravatura era uma obra do tempo e não para ser resolvido por meio de tratado ou leis, acreditava que os escritores públicos deveriam empenhar-se em esclarecer o governo sobre o importante objeto, que é trazer da Europa, apenas imigrantes que sejam “mestres das sciencias, e das artes, que nos convém e, se for necessário, trabalhadores para algumas empresas”. Advertiu que a vinda indiscriminada de colonos, poderia levar ao aumento da escravatura, por parte destes colonos, ou abandono das terras em função do ócio ou do

---

<sup>223</sup> *Padre Amaro; ou Sovêla, politica, historica e literaria*. Londres: Impresso por R. Greenlaw, 36, Hich Holborn, vol. 10, 1825. p. 126-127.

<sup>224</sup> Uma das reflexões, diz respeito à “questão dos 39 escravos que escaparam de um naufrágio na costa da África”. Assim que souberam dos sobreviventes, os proprietários reclamram a sua “carga”. Indignado, o redator dicorre sobre a necessidade de substituir os escravos por imigrantes europeus e asiáticos e protesta aos senhores, que os 39 escravos deveriam ser libertados, conforme sugeriu o Philemon. *Diário Fluminense*, 2 de abril de 1825, nº 72, vol. 5º, pp. 289-290.

<sup>225</sup> *Diário Fluminense*, 17 de março de 1825, nº61, vol. 5º.

pequeno comércio. Ou seja, na opinião do “Roceiro”, os colonos ao invés de trabalharem a terra, iriam adotar o sistema escravista, tornando eles também senhores de escravos.

Pela análise de conteúdo das correspondências, infere-se que tanto o periódico quanto os leitores, estavam conscientes de que a “opinião” sobre o fim do tráfico de escravos africanos, encontrava-se em construção. Mesmo publicadas em artigos de fundo e mantendo um relativo anonimato oculto por detrás de pseudônimos, as correspondências demonstram claramente que os leitores entendiam que a função dos jornais não eram apenas informar, mas também formar uma “opinião pública” e influenciar o governo. Portanto, o conteúdo discursivo das cartas nos permitem identificar as intenções dos comunicadores, determinar os seus estados psicológicos, os interesses e valores dos grupos da população, bem como os objetivos práticos que visavam. Pois o jornal ao selecionar e publicar a carta do leitor, leva em conta a intencionalidade do emissor e o seu propósito comunicativo.

Assim, quando na edição de 14 de novembro de 1825, o *Diário Fluminense* publicou o “Extrato do Tratado sobre o Commercio de Escravidão”,<sup>226</sup> ratificado por D. Pedro I, o que mais nos chamou a atenção, não foi o fato do tratado ter sido publicado de forma prematura e precipitada, antes da abertura da Assembléia Geral, sem a ratificação do governo britânico, de forma não oficial e sedido por um leitor,<sup>227</sup> mas a publicação seguida do comentário de um correspondente anônimo.<sup>228</sup> Mesmo porque, o próprio *Diário Fluminense*, noticiou na edição de 28 de junho de 1826, a recusa de Canning em ratificar o tratado mediado por Charles Stuart. Contudo, apesar de ser uma opinião pessoal e publicada num jornal áulico, podemos extrair as primeiras impressões e a reação da opinião pública brasileira, em relação ao tratado e ao fim do tráfico, bem como os argumentos utilizados pelo correspondente, que ocupou duas páginas do periódico para defender, explicar e justificar a assinatura do tratado. O correspondente iniciou sua carta, envidenciando o estado de descontentamento e de pessimismo da população brasileira, com suas predições quanto ao futuro do país, com o abandono das lavouras, a falta

---

<sup>226</sup> *Diário Fluminense*, 14 de novembro de 1825, nº 113, vol. 6º, pp. 456- 458. O Art. 1º, definia o prazo de quatro anos, depois da troca das ratificações, para abolir o comércio de escravos na costa da África. Os dois governos se comprometiam a obstar mutuamente o comércio da escravidão e consideravam pirataria qualquer comércio feito em navios ou embarcações com bandeiras britânicas e com bandeiras brasileiras, ou por súditos britânicos ou brasileiro debaixo de qualquer bandeira, seguido de várias instruções, entre elas a demarcação dos territórios na costa da África, ao sul do equador, pertencentes à Coroa portuguesa, onde este comércio seria lícito pelos quatro anos.

<sup>227</sup> Um leitor assinado com as iniciais “G.B”, remeteu ao jornal, cópia do Tratado do Comércio e para a supressão do Tráfico de Escravos, realizados com o governo britânico.

<sup>228</sup> Apesar do “G.B.”, ser um correspondente bastante assíduo (encontramos várias cartas dele publicadas no jornal), algumas evidências apontam que a carta pode ter sido escrita pelo próprio redator do jornal.

de rendimento das alfândegas, o fim das exportações e das riquezas e o um imenso deserto que tornará o Brasil com o fim da importação de escravos. Portanto esforçou-se para demonstrar que a abolição do comércio de escravatura estava diretamente relacionada com a declaração de Independência do Brasil, e que a abolição “longe de diminuir, aumentará a riqueza do Império, sobretudo a moral, e a felicidade da Nação Brasileira.” A seguir procurou explicar e justificar sua opinião, por nós enumerada:

1º) o preâmbulo do tratado “mostra com evidência matemática”, que pela simples proclamação da independência, já estaria abolido o comércio de escravatura, uma vez que o Brasil não possui “um palmo de terra na Costa d’Africa”. Portanto em função dos tratados de 1815 e 1817, Portugal não consentiria exportação de escravos nos portos de suas colônias africanas.

2º) A abolição da escravatura não era resultado de malefício por parte dos ingleses ou por condescendência brasileira, e sim uma consequência infalível e necessária do Brasil entrar no gozo dos direitos e representação de Nação livre e independente.

3º) Abolindo o comércio de escravos, o Brasil entrava em conformidade com todos os governos do mundo civilizado, melhorando a moral e a industria nacional.

4º) Para os negociantes acharem outro emprego para os seus capitais, foi prudentemente dado o tempo de quatro anos. O mesmo tempo estipulado pela Assembleia Constituinte de 1823, contemplando assim o desejo da opinião pública, através dos representantes da nação.

De acordo com o autor da carta, o governo fez o que era inevitável para conseguir a independência brasileira. No que diz respeito à substituição do trabalho escravo para o livre, o leitor afirmou que na América, exepcto no Brasil, todo o trabalho é feito por homens livres: Colômbia, Buenos Aires, Chile e México não têm escravos e contudo, têm agricultura, minas, comércio e suas riqueza vão progressiva e em constante andamento. Portanto o correspondente não via motivo para tantas queixas da população, se não existia nenhuma lei nacional proibindo a escravidão. Pelo contrário, o “sagrado direito de propriedade” está garantido pela Constituição do Império. Ou seja, seria abolido apenas o tráfico e não a escravidão. O fim da importação de escravos, longe de diminuir aumentará a população brasileira e pouco a pouco desaparecerá a diferença de cores e os escravos existentes serão melhor tratados. Por fim esclarece que os brasileiros não poderão adquirir sólidas idéias de liberdade, dignidade pessoal, de caridade e compaixão para com os seus semelhantes, enquanto forem educados no meio de escravos.

Lembrou que outras nações também lutaram para conservar o comércio de escravatura e também foram contra a sua abolição. Mas todas, sem exceção bem depressa se convenceram de seus erros, abençoando os seus governos por esta medida. Observou que no Brasil, “já se fazia notar uma grande mudança na opinião pública, nestes últimos dois anos”, e que talvez os negociantes, “por sentimentos de humanidade e patriotismo abandonem antes do prazo estipulado, tão infame trafico. *Assim seja.*”<sup>229</sup>

O interesse do correspondente em rebater pontualmente as asserções públicas, demonstra que o tratado atingiria parcelas significativas da população e que esta questão estava sendo muito debatida no espaço público brasileiro. No mesmo *Diário Fluminense*, um correspondente assíduo do jornal, identificado com as iniciais “G.B.”, já havia previsto que o tratado “produziria um máo effeito no público”.<sup>230</sup>

O *Spectador Brasileiro*, do livreiro e tipógrafo francês Pierre Plancher, que também publicou o “Extrato do Tratado do Commercio da Escravatura”, na primeira página da edição do dia 16 de novembro de 1825, procurou igualmente tranquilizar ao “patronos da escravatura no Brasil”, que reclamavam a extinção do tráfico e profetizavam os gravíssimos prejuízos à agricultura e o estado de calamidade pública, com a conclusão do tratado. Argumentou sobre a conveniência do trabalho por homens livres assalariados e o aprimoramento da população brasileira, além da evolução moral e o alívio para a saúde pública, que sofria com algumas enfermidades trazidas por navios negreiros. Para Plancher, os senhores que “murmuravam contra o fim do tráfico”, estavam mais preocupados com seus próprios “caprichos” do que com a felicidade do Brasil.<sup>231</sup> Era a falta de “luzes” que obstava os brasileiros de perceberem que o governo brasileiro estava certo ao se comprometer abolir o tráfico negreiro.

Já o *Atalaia da Liberdade*, criado com objetivo de instruir e ser útil à “Nação Brasileira”, e contradizer o *Diário Fluminense* e o *Spectador Brasileiro*,<sup>232</sup> por acreditar que a opinião publica não podia ser comandada por um, ou por outro jornalista,<sup>233</sup> publicou logo na primeira página da sua segunda edição extraordinária, o primeiro de uma série de 6 artigos sobre a

---

<sup>229</sup> *Diário Fluminense*, 14 de novembro de 1825, nº113, vol. 6º, pp. 458-459.

<sup>230</sup> *Diário Fluminense*, 12 de novembro de 1825, nº 112, vol. 6º, p. 451.

<sup>231</sup> *Spectador Brasileiro*, 6 de fevereiro de 1826.

<sup>232</sup> Por conta das desavenças e falta de público, João Maria da Costa conseguiu publicar apenas 13 números do seu periódico.

<sup>233</sup> *Atalaia da Liberdade*, 6 de março de 1826.

“Escravidura”, também com objetivo de sensibilizar e formar uma opinião pública, sobre a necessidade de acabar com o “cruel de deshumano trafico”.<sup>234</sup>

Entretanto, quem melhor representou os reais sentimentos da opinião pública brasileira em relação ao fim do tráfico, foi *O Verdadeiro Liberal*, do francês Pierre Chapuis. Mesmo sendo forte opositor de D. Pedro I, por isso mesmo foi preso e expulso do Brasil,<sup>235</sup> apoiou a decisão do governo em conceder o prazo de quatro anos para acabar com o tráfico (por fim, o prazo foi reduzido para três anos), “pois uma medida de tal importância não deve ser precipitada”, afirmou ele. Apesar de reconhecer o tráfico de escravos como “um comércio abominável, que offende tanto a Religião, como a Moral, e que deve ser proibido”, atendendo à situação do Brasil, não deveria acontecer sem antes preparar os “espíritos”, para recebê-la.<sup>236</sup> Pois como se sabe: armadores, negociantes e agricultores, enfim todos têm interesse, por menor que seja na continuação do tráfico. Para Chapuis a maior dificuldade é romper com o velho sistema e hábitos tão arraigados na sociedade brasileira, e que, provar ao agricultor que a importação dos escravos ao Brasil não é de utilidade nenhuma e que ele próprio ganhará com esta proibição, não é uma tarefa de um dia. Será necessário muito tempo para persuadí-lo. Ou seja, dizer que tratando melhor seus escravos aumentará a sua cultura e não precisará comprá-los mais, é “como pregar no deserto”, concluiu o redator. Em seu artigo de opinião intitulado “Da abolição da escravidão no Brasil”, tentou orientar o governo sobre a forma que este comércio deveria ser abolido e demonstrar as consequências desta abolição para a agricultura e prosperidade do país. Chapuis procurou também expor as verdadeiras intenções que levaram os ingleses a exigir a abolição da escravidão no Brasil, que em sua opinião, eram mais motivadas por questões econômicas do que pela filantropia e humanidade, como tentavam convencer.

Mesmo com toda censura e a necessidade de criar uma opinião favorável ao fim do tráfico, a anúncio e venda de dois folhetos: um no *Diário Fluminense*, de autor anônimo: “discurso no qual se manifesta a necessidade da continuação do commercio da escravidão: que este tráfico não tem a barbaridade, horror, e deshumanidade que se lhe quer attribuir; e que só ao Iluminado Ministerio Brasileiro pertende marcar, e acelerar a época de o proscrever em

---

<sup>234</sup> Procurou publicar muitos artigos que colocavam em evidência as atrocidades ocorridas com os escravos na travessia do atlântico.

<sup>235</sup> Ver a primeira parte desta tese.

<sup>236</sup> *O Verdadeiro Liberal*, 1826, nº 08.

seus Estados”, ao preço de 320 réis;<sup>237</sup> e o outro no *Diário do Rio de Janeiro*, escrito por “um viajante de países coloniais”, intitulado “Discurso Histórico Refructatorio Político sobre a carta do Leitor Effectivo”, reprovando a abolição da escravidão no Brasil, a 610 réis cada;<sup>238</sup> demonstra uma certa pressão por parte da opinião pública, contrária ao fim do tráfico no Brasil. O próprio *Diário Fluminense*, publicou na secção de “Notícias Estrangeiras”, as dificuldades que o governo britânico vinha encontrando para fazer valer os acordos firmados com as principais Cortes da Europa. Os “novos documentos officiaes sobre o trafico de negros” analisados pelo Parlamento britânico, comprovam que têm sido inúteis as intervenções do governo inglês para acabar com o tráfico. De acordo com os documentos, os portos franceses estavam repletos de embarcações negreiras. No passado ano de 1824, quarenta negreiros espanhóis conduziram para Havana o equivalente a dezesseis mil escravos, sem que as autoridades espanholas tomassem qualquer medida contrária ao tráfico. A Corte de Madrid, nem sequer enviou para Cuba os artigos do tratado da abolição realizado entre a Espanha e a Inglaterra em dezembro de 1822. O mesmo ocorria com Portugal, que a despeito do seu Ministro Palmela, ter acordado com Mr. Canning que com a perda do Brasil, Portugal abandonaria o comércio negreiro, continuava animando enormemente o tráfico. No Brasil, neste mesmo ano de 1824, entraram 26.712 escravos, somente no porto do Rio de Janeiro. Segundo o documento, apenas o governo dos Países Baixos estava tomando medidas sinceras para abolir o tráfico da escravidão. As notícias sobre o tráfico, publicadas no periódico lisboeta *O Compilador ou Misselânea Universal*, confirmam o aumento do número de navios negreiros de Portugal, Espanha, Holanda e França, envolvidos no tráfico. O jornal constata ainda a omissão dos navios de guerra da França e até da Inglaterra em coibirem o tráfico, bem como a participação das autoridades portuguesas em Cacheo e Bissau, no “pacto do comércio da escravidão”.<sup>239</sup>

Mesmo contrário à opinião pública vigente, que através dos próprios periódicos deixam transparecer repúdio ao fim do tráfico, o posicionamento dos jornais era motivado pelas circunstâncias subjacentes às medidas adotadas pelo governo. Com a instalação do Parlamento brasileiro e no contexto de construção da nação brasileira independente, surge um grande

---

<sup>237</sup> Um na edição de 19 de maio de 1826, o jornal anunciou a venda em várias lojas do Rio de Janeiro, de um folheto anônimo no formato 1/4, com 31 páginas, ao preço de 320 réis.

<sup>238</sup> Anunciado nos meses de junho e agosto de 1826, no *Diário do Rio de Janeiro*. Conforme já referimos, o “Leitor Effectivo” depois de discorrer sobre as necessidades do trabalho escravo, chegou à conclusão de que a abolição da escravidão resultaria num imenso prejuízo para o Brasil, assim como a elaboração de leis para aboli-la.

<sup>239</sup> *O Compilador ou Missellanea Universal*, nº IX, Vol. II, abril de 1823.

problema: como equacionar os ideais do liberalismo político, social e econômico, com a necessidade do trabalho escravo? Na próxima secção analisaremos como a questão do fim da escravatura foi tratada no Parlamento brasileiro.

#### **2.4. Escravidão, liberalismo e soberania nacional no Parlamento brasileiro**

Por atuar em âmbito nacional e da vontade “popular” nas Províncias, expressas através de seus representantes, o Parlamento converteu-se num importante fórum de debate. As opiniões tornavam-se públicas, não só porque os temas das discussões orientavam os interesses de uma importante parcela da sociedade ali representada, mas também pelo direito que os cidadãos tinham de conhecer o que se expunham e debatiam. Portanto as Assembléias Parlamentares passaram a representar, juntamente com a imprensa periódica, os principais espaços de crítica e de defesa da escravatura. Parafraseando Oliveira Lima (1962:385), o Parlamento brasileiro tinha “bastante consciência do seu papel político e do seu valor social para assimilar a opinião pública ou, melhor dito, tomar o seu lugar.” Assim, esta secção tem por objetivo geral, identificar por meio das análises de discursos, os argumentos e justificativas utilizados pelos parlamentares da Assembléia Constituinte (1823) e da Assembléia Legislativa (1826-1829), para defender ou atacar a permanência do tráfico transatlântico de escravos africanos. Ao longo do texto, buscaremos responder as seguintes perguntas:

1º) Num contexto internacional de liberalismo rumo à democracia e de pressão inglesa para abolição total do tráfico de escravos e, numa conjuntura nacional de transição e de grandes transformações políticas e sociais, como se deu o pensamento constitucional e político brasileiro em relação à escravatura?

2º) Tendo em vista que maioria dos parlamentares da primeira legislatura (1826-1829), que representavam a elite escravocrata do império brasileiro, estavam divididos entre críticos e apoiantes do imperador, como Deputados e Senadores reagiram ao tratado anglo-brasileiro para a supressão total do tráfico de africanos?

Só a partir deste quadro complexo que podemos compreender as contradições que vão se apresentando no Legislativo, e perceber os verdadeiros sentimentos dos representantes da nação. Mesmo com homens empenhados em mudar o velho sistema institucional, romper com a antiga estrutura econômica e social não é bem vinda, no momento em que comportam em si fatores de instabilidade e de medos, capazes de criar ambientes favoráveis à sua contestação.

### 2.4.1. Cidadania e liberalismo: a escravatura na Constituinte de 1823

Podemos inferir que a convocação para instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Reino do Brasil, para elaboração de uma Constituição própria em detrimento da Constituição portuguesa, pelo decreto de 3 de junho de 1822, representou uma etapa decisiva no processo de independência do Brasil.<sup>240</sup> Histórica e juridicamente é o Poder Constituinte Originário,<sup>241</sup> que rompe com o colonizador e cria um novo Estado Nação. Ou seja, um novo Estado emerge a partir de uma Constituição.<sup>242</sup> De acordo com a definição genérica de Paulo Bonavides (2000:63), a Constituição representa o “conjunto de normas pertinentes à organização do poder, à distribuição da competência, ao exercício da autoridade, à forma de governo, aos direitos da pessoa humana, tanto individuais como sociais”. Com uma estrutura econômica, social e cultural, erigida em bases escravocratas, a liberdade e o direito individual como pressupostos doutrinários presentes nos textos constitucionais, esbarrou na necessidade de preservação destas estruturas do antigo regime.

No Brasil, segundo Maria Emília Prado (2001:168), a problemática da escravidão assumia uma dimensão maior. O Império os pressupostos liberais não foram utilizados “para romper a ordem escravista, além do que a vigência da escravidão inviabilizava que este Estado se constituísse por meio de um pacto liberal e/ou democrático”. Todavia, apesar da grandeza do problema, ele foi facilmente contornado pela pressão da opinião pública favorável à manutenção do sistema escravista, sufocando as poucas opiniões discordantes. Sobretudo numa conjuntura em que a opinião pública, apresentava-se ainda num processo de ilustração, sem idealismo democrático e totalmente desprovida da benevolência religiosa que motivou e mobilizou o abolicionismo britânico, pois no senso comum, o catolicismo acomodava muito bem a escravidão. Portanto, a compatibilização do sistema liberal (condição necessária para a fundação de um Estado moderno) com o conservadorismo (que obstava qualquer mudança e reforma nas instituições), resultou no paradoxal liberalismo brasileiro. Apesar dos liberais brasileiros terem importado os princípios e fórmulas políticas europeias, ajustaram-nas às suas

---

<sup>240</sup> Os procuradores gerais das províncias fizeram uma representação a D. Pedro, em junho de 1822, sobre a necessidade de se convocar uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa para garantir de vez a autonomia brasileira.

<sup>241</sup> O Poder Constituinte Originário é um Poder extraordinário que tem por objetivo desconstruir uma ordem anterior e construir uma nova ordem constitucional. Este Poder produz uma Constituição pela primeira vez no país.

<sup>242</sup> A Assembleia Constituinte, no seu sentido político, com um código nacional de direitos e deveres, mas também ideológico, com a assunção da soberania nacional, não mais exclusivo do rei, surgiu na França revolucionária em 1789. A Constituição do Império do Brasil foi fortemente influenciada pelas Revoluções Norte-Americana (1776) e Francesa (1789). Sobre a Constituinte de 1823, ver: Rodrigues (1974:15-16).



próprias necessidades e à realidade brasileira (Costa, 1999 :132).<sup>243</sup> Isto explica a manutenção do comércio negreiro, as omissões, as ambiguidades e a falta de referência explícita à escravidão contidas na Carta outorgada em 1824.

Não obstante, para apurar com exatidão quem eram os primeiros representantes da nação brasileira e quais eram seus pensamentos e opiniões sobre a escravatura como problema, tais como: abolição do tráfico negreiro, dificuldade para definir a posição de uma enorme parcela da população na sociedade brasileira, formada por escravos, negros alforriados, crioulos e índios, bem como a opção pelo liberalismo excludente, é preciso recuar à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823.

Inspirada por José Bonifácio, as instruções eleitorais que acompanhavam o decreto para eleger os deputados constituintes, representantes das 18 províncias brasileiras, já traziam algumas disposições constitucionais, no que diz respeito às eleições. A escolha dos Deputados foi dividida em dois estágios: primeiro eram nomeados pelos eleitores de Paróquia, para depois serem escolhidos diretamente pelo “povo”, por voto censitário, através de eleições presididas pelos presidentes das Câmaras, nas freguesias, com assistência dos Párocos. Estavam excluídos dos votos, aqueles que recebiam salários ou soldada, os religiosos regulares, os estrangeiros não naturalizados e os criminosos. Ou seja, a grande maioria da população brasileira. Apesar de algumas províncias como Pará, Maranhão, Bahia e Pernambuco não terem aderido ao Príncipe Regente à época da convocação, estava previsto eleger 100 deputados, segundo as proporções indicadas:

**Tabela 3. Proporção de Deputados eleitos por Província**

Província Cisplatina	2	Bahia	13
Rio Grande do Sul	3	Alagoas	5
Santa Catarina	1	Pernambuco	13
São Paulo	9	Paraíba	5
Mato Grosso	1	Rio Grande do Norte	1
Goiás	2	Ceará	8
Minas Gerais	20	Piauí	1
Rio de Janeiro	8	Maranhão	4
Ceará	3	Espírito Santo	1

Fonte: Coleção das Decisões do Império do Brasil de 1822.  
Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887, pp. 42-49.

<sup>243</sup> Os principais adeptos do liberalismo no Brasil, eram homens cujos interesses se relacionavam com a economia de exportação e importação, sendo que muitos eram proprietários de grandes extensões de terra e elevado número de escravos. Portanto, “ansiavam por manter as estruturas tradicionais de produção ao mesmo tempo que pretendiam libertarem-se do jugo de Portugal e das restrições por ele impostas ao livre-comércio” (Costa, 1999:132).

Quase um ano depois, no dia 3 maio de 1823,<sup>244</sup> após de uma série de sessões preparatórias, foi solenemente aberto o primeiro parlamento nacional brasileiro, formado pelos representantes de 14 províncias,<sup>245</sup> com a incumbência de elaborar novas Leis Fundamentais e a Constituição do Império que então se erigia. Eram na sua maioria brasileiros natos, formada pelos elementos oriundos da aristocracia rural latifundiária e escravocrata, da alta burguesia, da burocracia (portugueses ou membros de famílias ricas), da igreja (padres e bispos), das forças armadas (três marechais e dois brigadeiros), dos profissionais liberais (médicos e advogados), além de matemáticos, juizes e desembargadores. Entretanto, na opinião de Armitage (1837:78-79), exceptuando os três irmãos Andradas, era um parlamento mediocre:

A maioria formava-se quase exclusivamente de Magistrados, Juizes de Primeira Instância, Jurisconsultos e altas dignidades da Igreja, sendo pela mór parte homens quinquagenários, de noções acanhadas e inclinados à realeza. A minoria era composta do clero subalterno, e de proprietários de pequenas fortunas, avidos de liberdade, mas liberdade vaga e indefinida, que cada um interpreta a seu modo, e guiavam-se por seus próprios sentimentos. Eram philanthropos de coração; mas nem estes, nem seus oppoentes estavam habilitados com aptidão pratica para bem exercerem as suas attribuições. Habitando districtos em que a sua sciencia, relativamente superior, os havia feito considerar como oraculos, cada um se possuio de ideias exageradas de sua propria importancia combinada, na maior parte, com as mais completa ignorancia da tactica usada nas assembléas deliberantes: exceptuados os tres Andradas, que tinham sido eleitos Deputados, havia entre todos mui poucos individuos, si é que havia, acima da mediocridade.

Para o político e historiador da década de 60 do século XIX, F. I. Homem de Mello (1863:5), a Constituinte reuniu o que “havia de mais ilustrado no país (...). Todas as classes elevadas e importantes da sociedade estavam ahi dignamente representadas”. Portanto, para uma recente ex-colônia politicamente atrasada, é um erro supor, como afirma Armitage, que o parlamento só se “compunha de mediocridades e de inteligências acanhadas”, rebate o historiador. Ademais, “quase todos os deputados haviam estudado em Portugal de 1820 a 1822, e ahi se haviam inspirado nas ideias constitucioaes [....]. Alguns deles haviam mesmo sido deputados ás côrtes de Lisboa em 1821,” como por exemplo os revolucionários de 1817:<sup>246</sup> Francisco Muniz Tavares e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva,<sup>247</sup> redactor

---

<sup>244</sup> Escolheram esta data, por significar simbolicamente, o suposto aniversário do “descobrimento” do Brasil.

<sup>245</sup> Não chegaram a ser escolhidos os representantes do Piauí, Maranhão, Grão-Pará e da província Cisplatina, que nesta época ainda estava unida ao Brasil. Da Bahia somente 11 deputados tomaram posse.

<sup>246</sup> Revolução Liberal Pernambucana de 1817, inspirada nos ideais libertários e liberais da Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa.

<sup>247</sup> Membro de uma família ilustre de São Paulo, formado em Filosofia e Direito, pela Universidade de Coimbra, foi juiz e desembargador. Nas Cortes de Lisboa, recusou-se a assinar a Constituição do Reino que rebaixava o Brasil à condição de

do Projeto de Constituição de 1823. Apesar de adotarem uma ideologia liberal, os deputados eram na maior parte conservadores, como toda política brasileira durante o Império, segundo aponta Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil* (1995:73):

Na monarquia eram ainda os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, que monopolizavam a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições neste incontestado domínio.

A Assembléia Legislativa e Constituinte representava portanto, os interesses das camadas dominantes (aristocracia rural escravocrata e burguesia mercantil), e isso explica porque “apesar de todo o seu [...] liberalismo, não se embaraça com a questão dos escravos” (Prado Junior, 1971:52). Emília Viotti (1999:131-132), ao analisar o contexto e a formação da Assembléia, também afirmou que qualquer que fosse sua condição social ou profissional, os deputados “estavam unidos por laços de família, amizade ou patronagem a grupos ligados à agricultura e ao comércio de importação e exportação, ao tráfico de escravos e ao comércio interno. Não é, pois, de espantar que tenham organizado a nação de acordo com os interesses desses grupos.”

José Murilo de Carvalho (2007), em *A Construção da ordem*, onde aborda o papel das elites políticas na construção do Estado brasileiro, reconhece dois tipos de liberalismo: um ligado aos proprietários rurais e o outro dos profissionais urbanos. Sendo que estes últimos, representantes do liberalismo clássico (visavam os direitos individuais), só parecerão de fato, a partir da década de 1860 devido o maior desenvolvimento urbano e o aumento das pessoas letradas. Para este autor, apesar da divisão que levava os setores ligados à agricultura de exportação e dependentes da mão-de-obra escrava a divergir dos burocratas em vários momentos, o ponto convergente e crucial era o relacionamento que o Estado Imperial tinha com a agricultura de base escravista, pois o Estado não poderia sustentar-se sem a agricultura de exportação, pois era ela que gerava 70% das rendas do Estado.

Não obstante a transição entre o colonialismo e o liberalismo tenha provocado grande mudança no espaço público, no estatuto político e na sociedade brasileira, o fato é que a estrutura produtiva continuava a ser norteadada pela mentalidade latifundiária e o trabalho

---

colônia. Encerrada a Assembleia Constituinte em 1823, foi preso e deportado. Depois de voltar do exílio na França, foi eleito deputado por São Paulo na legislatura de 1838-1842, Ministro de D. Pedro II, em 1840 e Senador em 1845.

compulsório era conveniente, mesmo contrariando as teorias liberais da época. Portanto, quando o Projeto de Constituição para o Império do Brasil,<sup>248</sup> composto por 272 artigos, foi apresentado aos parlamentares,<sup>249</sup> as questões relacionadas ao fim do tráfico e à escravidão, apesar de ter rendido importantes discussões, não entrou na pauta de votação. Foi tratada apenas subordinada ao tema da cidadania e de definição da nacionalidade, pelos seguintes motivos:

1º) Não correr o risco de contrariar os interesses das camadas dominantes (aristocracia rural escravocrata e burguesia mercantil), acomodados ao sistema escravista e empenhados em mantê-lo.

2º) Receio de que as províncias, como por exemplo a Bahia, rebelassem contra a decisão da Assembléia de decretar a abolição do tráfico, e não ser executado nem pela força da lei.

3º) O temor de um colapso no sistema escravista, como ocorreu em São Domingos. O chamado “haitianismo”, fez com que o tema fosse considerado “melindroso”, “espinhoso” e “objeto de suma delicadeza”. Ou seja, discutir questões relacionadas aos direitos dos homens, de igualdade, democracia e liberdade, poderia ser fatal num país de escravos. Tanto que nas discussões sobre Artigo 5º, parágrafo 6º, relacionado à questão da cidadania, o deputado por Pernambuco, monsenhor Francisco Muniz Tavares, julgou conveniente que esse artigo passasse sem discurso. Lembrou que semelhantes discursos realizados na Assembleia da França, resultaram na catástrofe de São Domingos, sua melhor colônia na América. Portanto o mais indicado seria “abafar” qualquer ideia de humanidade que pudesse induzir à “compaixão da Assembleia sobre essa pobre raça de homens, que tão infelizes não só porque a Natureza os criou tostados”. A mesma preocupação teve João Severiano Maciel da Costa (Minas Gerais), ao ressaltar que “a segurança política e não a filantropia deve ser a base de nossas decisões nesta matéria”. Também lembrou que a “filantropia deitou a perder florentíssimas colônias francesas. Logo que alli soou a elaboração dos chamados direitos do homem, os espiritos aqueceram, e os africanos servirão de instrumento aos maiores horrores que póde conceber a imaginação.”

---

<sup>248</sup> A Junta Constituinte era formada por Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva e José Ricardo da Costa Aguiar de Andrada (ambos eleitos por São Paulo), Antônio Luiz Pereira da Cunha (do Rio de Janeiro), Manoel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá (por Minas Gerais), também pelos deputados eleitos por Pernambuco, Pedro de Araujo Lima (que assinou “com restrições”) e Francisco Moniz Tavares.

<sup>249</sup> Ficou estabelecido pela secretaria da Assembléia e pela Comissão de Constituição, que a discussão do projeto seguiria os seguintes termos: (i) haveria apenas uma discussão; (ii) cada deputado falaria três vezes sobre cada artigo; (iii) depois do projeto ser todo discutido, faria a revisão.

4º) Por acreditarem que o tráfico não deveria terminar já. Os deputados mais conservadores como Nicolau Campos Vergueiro<sup>250</sup> e Venâncio Henriques de Resende,<sup>251</sup> ambos favoráveis à união entre Angola e o Brasil, acreditavam que o tráfico se prolongaria indefinidamente. Na opinião de Henriques de Resende, mesmo que o Brasil tomasse qualquer resolução sobre o comércio da escravatura, era preciso que se fizesse com parcimônia.<sup>252</sup>

5º) O afastamento de José Bonifácio durante a votação do projeto de Constituição<sup>253</sup> e a abrupta dissolução da Assembléia pelo Imperador,<sup>254</sup> impossibilitou que a *Representação para abolição do tráfico e da escravidão* de José Bonifácio, pudesse ser objeto de discussão e implementação legislativa.<sup>255</sup> Inferimos que o debate sobre o fim da escravatura se daria de forma significativa, dado a grande influência que José Bonifácio e seus irmãos, Martim Francisco e Antônio Carlos, tinham no governo e na Constituinte.

Destarte, a discussão da epígrafe do Título II, Capítulo 1º: “Dos Membros da Sociedade do Império do Brasil”, começou provocando divergências e teve a primeira emenda proposta pelo deputado Nicolau Campos Vergueiro, sugerindo que se diga “Cidadãos” em lugar de “Membros da Sociedade”.<sup>256</sup> Mesmo não obtendo apoio da maioria, a emenda gerou uma série de discussões relacionando a cidadania brasileira com o problema da escravatura. Uma questão já discutida nas Cortes Constituintes de Lisboa em 1822.<sup>257</sup>

Na opinião do jornalista e deputado pela Bahia, Francisco Gê Acaiaba Montezuma,<sup>258</sup> ser brasileiro é ser membro da sociedade brasileira. No entanto, apesar de todo brasileiro ser

---

<sup>250</sup> Grande fazendeiro latifundiário e escravista, nasceu em Portugal na Região de Trás-os-Montes. Representante da Província de São Paulo.

<sup>251</sup> Padre, representante da Província de Pernambuco.

<sup>252</sup> *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, 1823, Vol. 1º, p. 679.

<sup>253</sup> Alegando problemas de saúde José Bonifácio, membro da Comissão, pediu licença de três meses da Assembléia. Para ele: “o trabalho desta Assembleia mais essencial já está feito, que era o projeto de Constituição, e eu por mim já o aprovei todo, e cuido que de pequenas mudanças se poderão fazer; alguma emenda de palavra, algum erro de redação, e para isto não faço falta, se algum ponto de mais circunstância se debater, também não faço falta, porque já disse, aprovei tudo, e para estes casos há nesta Assembleia homens muito capazes. Peço licença por três meses porque se um projeto de lei com pequenos e poucos artigos leva semanas, quanto gastarão tantos artigos de Constituição! Isto há de levar muito tempo”. *Anais da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, 1973, t. 5, p. 72.

<sup>254</sup> Na noite de 12 de novembro, conhecida por “Noite da Agonia”, D. Pedro chegou a apontar canhões para o Parlamento e prender vários deputados que se recusaram a deixar o recinto.

<sup>255</sup> José Bonifácio não chegou a apresentar oficialmente a sua “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil”, para abolir o tráfico e regulamentar a escravidão. A “Representação foi publicada em Paris, em outubro de 1825, durante o seu exílio na França. O objetivo de José Bonifácio já se apresentava nas primeiras linhas: “[...] me proponho mostrar a necessidade de abolir o tráfico da escravatura, de melhorar a sorte dos atuais cativos, e de promover a sua progressiva emancipação” (Andrada e Silva, 1825:5-6).

<sup>256</sup> *Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, 1823, Vol. 2º, p. 89.

<sup>257</sup> Converter os escravos emancipados (gradualmente) em cidadãos. *Borboleta Constitucional*, 23 de março de 1822.

<sup>258</sup> Nascido em Salvador (23 de março de 1794), filho de comerciante português com uma mestiça brasileira, seu nome de batismo era Francisco Gomes Brandão. Depois da independência, passou a chamar-se Francisco Gê Acayaba de Montezuma, uma referência aos ameríndios e forma de opor ao colonialismo europeu (muito comum no início do Romantismo brasileiro):

considerado cidadão brasileiro, era conveniente dar mais direitos e mais deveres a uns do que a outros, distinguindo os cidadãos activos dos cidadãos passivos. A proposta de Montezuma por ser genérica demais, causou certa confusão e questionamentos. Pois numa população heterogênea como a brasileira, ela admitia indistintivamente escravos e índios, como membros da sociedade. Esta dificuldade em diferenciar ou dividir “brasileiros” de “cidadãos brasileiros”, foi logo evidenciada pelo deputado do Rio de Janeiro, Manoel José de Souza França. Para este deputado, não se podia considerar “brasileiros” os filhos dos negros e os crioulos captivos, mesmo tendo nascido no território brasileiro. Assim, convinha estabelecer uma diferença entre o brasileiro que apenas nasce no Brasil, daquele cidadão brasileiro, que tem direitos cívicos. Pois “os Índios que vivem nos bosques são Brasileiros, e com tudo não são Cidadãos Brasileiros, em quanto não abraçam a nossa civilização,”<sup>259</sup> concluiu o deputado.

Montezuma, que era mestiço, para dissipar as dúvidas corrigiu seu discurso inicial esclarecendo que no conceito de cidadão não cabia todos, mas somente os “subditos do Império do Brasil”, pertencente à sociedade, é que poderiam ser considerados cidadãos brasileiros. Estavam excluídos os índios não domesticados e os crioulos captivos. Os índios não poderiam ser considerados cidadãos brasileiros no sentido político e próprio de uma constituição, por não terem e nem reconhecerem os deveres mais simples. Quanto aos escravos, apesar do deputado baiano manifestar a necessidade de extirpar “do coração do Estado, cancro tão virulento, e mortífero”, também não deveriam entrar na classe dos cidadãos, por serem considerados “cousa” ou “propriedade de alguém”, de acordo com a legislação brasileira. Para encerrar a sua discussão, Montezuma afirmou que “os escravos não passam de habitantes no Brasil,” e não era este o tema da discussão. A mesma opinião teve deputado por Pernambuco, Manoel Caetano de Almeida e Albuquerque. Para ele, nem todos os membros da sociedade do Império poderiam ser considerados “cidadãos”, com igualdade na política e na “formação do nosso Pacto Social”. Concluiu ser imprudente, “dar desde já o título de Cidadão Brasileiro indistinctamente á todo o indivíduo,” pode causar confusão. Acreditava que seria bom se todos fossem cidadãos, “mas não é isso uma verdadeira quimera?” Ainda questionou: “um país onde há escravos, onde uma

---

Gê, indicando os índios brasileiros do tronco linguístico tupi-guarani; Acayaba, palavra de origem tupi e Montezuma, em homenagem ao imperador asteca. Francisco Montezuma, depois de oito anos no exílio, retorna ao Brasil é eleito para a Assembléia Geal Constituinte de 1831. Foi Ministro Plenipotenciário (diplomata), na Inglaterra. Em 1850 foi nomeado Conselheiro de Estado e em 1851, elegeu-se Senador pela Bahia. Fundou e redigiu os jornais: *Diário Constitucional* (1821) e *Independente Constitucional* (1823-1827), ambos publicados na Bahia.

<sup>259</sup> *Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, 1823, nº 07, p. 90.

multidão de negros arrancados da costa d’Africa e de outros lugares entram no número dos domesticos, e formam parte das famílias, como é possível que não haja divisão?

Em suma, este tópico, gerou longos e acalorados debates, chegando a surpreender até mesmo o deputado Henriques de Resende (Pernambuco): “não pensei que a emenda do Sr. Vergueiro podesse sofrer tamanha discussão”. A sessão do dia 23 de setembro de 1823, presidida pelo Barão de Santo Amaro, iniciada às 10 horas da manhã, encerrou sem que tivesse concluída a discussão da emenda, ficando portanto adiada.<sup>260</sup>

Na sessão do dia seguinte, depois de alguma discussão, não taquigrafada, este tópico foi julgado debatido e a epígrafe manteve-se como estava, ficando sem efeito a emenda de Vergueiro. Passando a seguir, para as discussões do Artigo 5º do Projeto de Constituição que diz “São Brasileiros”:

- I. Todos os homens livres habitantes no Brasil, e nelle nascidos.
- II. Todos os Portuguezes residentes no Brasil antes de 12 de Outubro de 1822.
- III. Os Filhos de Pais Brasileiros nascidos em Paizes estrangeiros, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.
- IV. Os Filhos de Pai Brasileiro, que estivesse em Paiz Estrangeiro em serviço da Nação, embora não viessem estabelecer domicilio no Império.
- V. Os Filhos illegitimos de Mãe Brasileira que, tendo nascido em Paiz estrangeiro, vierem estabelecer domicilio no Imperio.
- VI. Os Escravos que obtiverem Carta de alforria.
- VII. Os Filhos de Estrangeiros nascidos no Imperio, comtanto que seos Pais não estejam em serviço de suas respectivas Nações.
- VIII. Os Estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião.<sup>261</sup>

Manuel de Souza França, propôs uma emenda sugerindo substituir a epígrafe: “São Brasileiros” por “São Cidadãos Brasileiros”, por considerar que o termo “Cidadão” dava ao individuo certos direitos politicos que não podia ser concedido a qualquer um. Pois “os crioulos, ou filhos dos escravos que nascem no nosso Continente são sem duvida Brasileiros, porque o Brasil he o seu paiz natal”.<sup>262</sup> Ou seja, os negros nascidos no Brasil, eram brasileiros mas não cidadãos, com direitos políticos.

Como era de se esperar, o §6º, que inclui os negros que obtiverem “Carta de Alforria” na sociedade brasileira, discutido nas sessões dos dias 27 e 30 de setembro, gerou controversas e dividiu opiniões. Por consenso, os deputados já haviam deliberado que os escravos, mesmo

---

<sup>260</sup> Estiveram presentes nesta sessão, 68 deputados.

<sup>261</sup> *Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, 1823, nº 65, vol. 1º, p. 689.

<sup>262</sup> *Op. Cit.* p. 689.



nascendo no Brasil, não poderiam ser julgados cidadãos por serem de propriedade privada. De acordo com os princípios constitucionais, caso fossem considerados cidadãos brasileiros, não poderiam ser reduzidos à condição de escravos. Além do mais, o Projeto qualificava como cidadãos brasileiros, somente os “escravos que obtivessem carta de alforria”. Assim, o principal questionamento girou em torno de qual “liberto”, ou seja, qual negro alforriado, poderia ser considerado “cidadão” brasileiro. Os principais impessilhos à esta prerrogativa diziam respeito: à naturalidade, já que muitos dos ex-cativos haviam nascido em territórios africanos, e à necessidade de um ofício, uma vez que um alforriado ocioso, vadio e sem emprego, não deveria desfrutar das mesmas vantagens que as pessoas úteis ao Estado.

Embora não seja nosso objetivo analisar o problema da escravidão (instituição máxima da economia do Império brasileiro), da cidadania e dos libertos no Brasil, os debates que se travaram em torno deste tema, revelam alguns posicionamentos à cerca do fim do tráfico, destes primeiros representantes da nação brasileira. Para os deputados José Arouche de Toledo Rendon (São Paulo), e Souza França (Rio de Janeiro), a cidadania brasileira deveria ser concedida apenas aos escravos nascidos no Brasil. Por pertencerem a diferentes “nações africanas”, grande parte dos libertos eram considerados estrangeiros, e em regra estavam excluídos da participação dos direitos de cidadão brasileiro. Souza França propôs portanto, uma emenda concebendo cidadania apenas aos “libertos que forem oriundos do Brasil.”<sup>263</sup> José da Costa Barros (Ceará), propôs outra emenda concedendo cidadania apenas aos libertos, que possuíssem emprego ou ofício, com a seguinte justificativa:

Eu nunca poderei conformar que se dê o título de Cidadão Brasileiro indisditamente a todo escravo que alcançou Carta d’Alforria: Negros buçaes, sem ofício, nem benefícios, não são, no meo entender, dignos desta honrosa prerrogativa,; eu os encaro antes como membros damnosos á Sociedade á qual vem servir de pezo quando lhe não causem males. Julgo por isso necessário este nos seguintes termos: 'os escravos &c. que tem emprego ou officio (Foi apoiada).

José Martiniano de Alencar, deputado e padre da Província do Ceará, regeitou as duas emendas por considerá-las injustas, contraditórias e impolíticas. Em sua opinião, o artigo está em conformidade com os princípios da justiça universal, uma vez que deveríamos fazer “Cidadãos Brasileiros a todos os habitantes do territorio do Brasil”, já que muitos [quer dizer, os escravos] estavam excluídos nesta regra por constituírem patrimônio de outrem. Entende que

---

<sup>263</sup> *Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, 1823, nº 9, vol. 2º, p. 112.



tirá-los desta condição seria uma ofensa aos patrimônios dos indivíduos a que pertenciam, prejudicaria “a agricultura, um dos primeiros mananciaes da riqueza da Nação”, e abriria um foco de desordens na sociedade, com a introdução repentina de “um bando de homens, que saídos do cativeiro, mal poderão guiar-se por principios de bem entendida liberdade”. No entanto acreditava que a cidadania deveria ser concedida a todos que obtivessem carta de alforria, independente de qualquer condição, pois os adquirentes desta prerrogativa, não poderiam ser considerados estrangeiros, visto não pertenciam a nenhum país. Quanto ao liberto ter que adquirir algum ofício ou emprego, já bastava que tivesse trabalhado toda a sua vida. Acreditava que eles estavam muito mais adaptados à sociedade, pela convivência com seus senhores no tempo de cativeiro, do que os índios. Martiniano de Alencar era favorável que acabasse logo com o comércio da escravidão e uma forma de ir direto a este fim, seria a conceder o “foro de Cidadão Brasileiro” a todos os alforriados.

As declarações de Alencar produziram tantos murmúrios nas galerias, que o taquígrafo declarou não ter podido ouvir mais nada. Na tribuna, alguns apoiaram sua proposição, enquanto outros foram veementemente contrários. O deputado eleito por Pernambuco, Manoel Maria Carneiro da Cunha reiterou a proposta de Alencar, acrescentando apenas: “um escravo que se liberta tem a seu favor, geralmente fallando, a presumpção de bom comportamento e de actividade, porque cumprio com as suas obrigações e ainda adquirio pelo seu trabalho com que comprasse a liberdade”, merece portanto o “foro de Cidadãos”, sem que isso esteja condicionado a ter um ofício ou emprego, como requer uma das emendas. Já o Almeida e Albuquerque (Pernambuco), se posicionou contrário ao afirmar:

Se não conhecesse as boas intenções dos illustres Authores do Projecto diria que elles avançavão um absurdo. Como he possível que pelo simples facto de se obter Carta d’Alforria se adquira o direito de Cidadão? [...] como he possível que um homem sem Patria, sem virtudes, sem costumes, arrancado, por meio de um commercio odioso, do seu territorio, e trasido para o Brasil, possa por um simples facto, pela vontade de seu Senhor, adquirir de repente a nossa sociedade direitos tão relevantes? Se os Europeos, nascidos em Paizes civilizados, tendo costumes, boa educação, e virtudes, não pôdem sem obter Carta da naturalização, entrar no goso dos Direitos de Cidadão Brasileiro, e lhes he mister para obterem essa mesma naturalização que elles professem a Religião Chistã, segundo o Projecto, como o escravo Africano destituído de todas as qualidades pôde ser de melhor condição? <sup>264</sup>

---

<sup>264</sup> *Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil, 1823, nº 10, vol. 2º, p. 134.*

José Maria da Silva Lisboa (Bahia), ex-censor régio, ex-redator dos periódicos *Consciliador do Reino-Unido* (1821) e *Atalaia* (1822), também regeitou as emendas e argumentou em favor da concessão de cidadania aos libertos, sem exceção. Ou seja, a todos “os libertos que adquiriram sua liberdade por qualquer título legítimo”. Em longo discurso, fundamentado nos princípios iluministas, religiosos, históricos e geopolíticos, Silva Lisboa (futuro Visconde de Cairu),<sup>265</sup> discorreu sobre a impropriedade de restringir e impor condições à concessão da cidadania brasileira aos escravos alforriados. Para simplificar (ou ampliar o artigo), dissipar qualquer dúvida, e impedir que se fizesse distinções arbitrárias dos libertos pelo lugar de nascimento, préstimo e ofício, apresentou uma outra emenda concedendo cidadania a todos os alforriados, seja por meio das cartas concedidas pelos proprietários ou adquiridas por meios legítimos (ou seja, não apenas por carta de alforria, mas também aquelas fornecidas pelas autoridades da justiça ou leis). Isso também incluía os escravos confiscados pelo tráfico ilícito que, segundo as convenções realizadas com o governo britânico, depois de certo tempo sob a tutela da Comissão Mista, seriam libertados.

Inspirado nos princípios de Adam Smith, o deputado via grande potencial econômico nos libertos, na medida em que poderiam, na “qualidade de pessoa civil”, merecer igual proteção da lei, usufruir dos frutos do seu trabalho, “arrendar e comprar terras, exercer qualquer indústria, adquirir predio, entrar em estudos publicos, alistar-se na milícia e marinha brasileira”. Entretanto procurou deixar claro que a qualidade de “cidadão brasileiro” era uma “denominação honorífica” que dava apenas “direitos cívicos e não políticos”. Questão que seria discutida no Título V: “Das Eleições”.<sup>266</sup> Ou seja, estes cidadãos não estavam habilitados às eleições e nomeações de empregos políticos do império.<sup>267</sup> Por fim, o deputado pela Bahia, elogiou prudência política do Projeto de Constituição.<sup>268</sup> Ao tentar minimizar o temor do “haitismo”, já bem distante no tempo, afirmou que a perda da “Rainha das Antilhas”, foi resultado dos erros do “Governo Despótico” e da “fúria de Robespierre”, que juntamente com seus “Collegas Anarchistas proclamarão subita e geral liberdade aos escravos”. Sem emitir qualquer opinião

---

<sup>265</sup> Baiano de nascimento, José Maria da Silva Lisboa (1754-1835), foi diretor da Imprensa Régia, membro da Junta do Comércio, professor, advogado, jornalista e escritor. Foi o primeiro tradutor das obras de Adam Smith e Edmund Burke, no Brasil. Conselheiro de D. João VI, exerceu grande influência na abertura dos portos em 1808. Entre 1826 e 1835, foi Senador do Império do Brasil. CAIRU, Visconde. *Coleção Formadores do Brasil*. Organização e introdução de Antônio Penhalves Rocha. São Paulo, Ed. 34, 2001.

<sup>266</sup> Foram criadas restrições para participação política dos ex-escravos, podendo participar apenas das eleições primárias. O fato de não poderem candidatar, impedia a ascensão política dos libertos e afastava as lideranças negras do poder político.

<sup>267</sup> Questão que será tratada na discussão do capítulo seguinte do Projeto de Constituição.

<sup>268</sup> Silva Lisboa, acreditava que os maiores beneficiados seriam os crioulos, por estarem em maior número que os libertos.

ou comentário sobre o fim do tráfico de africanos, tranquilizou a Assembléia ao afirmar que: “onde o cancro do captiveiro está entranhado nas partes vitais do corpo civil, só mui paulatinamente se pôde ir desarraigando”. Via na eventual libertação dos escravos, uma medida “impossível e iniquíssima”. No entanto, para Silva Lisboa, apesar da filantropia ser tratada com desdém por ser perigosa e incompatível com a segurança do Brasil, ela sempre produziu bons efeitos, por mitigar o rigor do sistema de escravidão. Ou seja, era o tratamento desumano concedido aos negros, que poderia gerar revolta e colocar em risco a segurança pública. Quanto aos forros vadios, por ser mero objecto da polícia, não deveria influir em artigo constitucional.

João Severiano Maciel da Costa,<sup>269</sup> deputado por Minas Gerais, mostrou-se ainda mais enfático na defesa do sistema escravista. Baseado nos princípios políticos, refutou todos os argumentos que defendiam a concessão da cidadania brasileira aos escravos não nascidos no Brasil e defendeu sua tese de que eles deveriam ter o tratamento semelhante aos demais estrangeiros nesta questão. Para ele, “não é nossa obrigação receber no seio da família brasileira, pessoas estranhas”, apenas como compensação aos males que tenham sofrido. Justificou: “não somos hoje culpados dessa introdução de commercio de homens; recebemos os escravos que pagamos, tiramos delles o trabalho que dos homens livres também tiramos, e damos-lhes o sustento e a proteção compatível com o seu estado; está fechado o contrato”. Um “africano” não deixa de ser “africano” ao chegar no Brasil e, de acordo com os princípios políticos universalmente reconhecido pelas nações, em se tratando de leis constitucionais, “não reconhece senão o nascimento physico e não o metaphysico”.

A grande preocupação do deputado mineiro, era com a segurança do país em relação ao aumento da introdução de escravos e o crescimento do número de alforriados. Portanto alerta que “a segurança política e não philantropicas deve ser a base de nossas discussões nesta matéria”. Lembrou os acontecimentos em São Domingos, os problemas e perigos que as nações iluminadas e filantrópicas, como os Estados Unidos da América, estavam enfrentado em relação ao crescimento da população de libertos e ao destino que se deveria dar a eles. Informou que alguns estados norte-americanos resolveram fazer leis contra as alforrias, enquanto outros, desde 1816, estavam organizando associações para criarem na costa ocidental da África, uma colônia *des gens de couleur libres*, para se transportarem aqueles que quisessem voltar para sua

---

<sup>269</sup> Bacharel em Direito, formado em Coimbra.

terra de origem.<sup>270</sup> Era a favor de “diminuir gradualmente o tráfico de comprar homens e entretanto tratar com humanidade os que estão escravos”. Ou seja, propunha o fim do tráfico e não da escravidão. Na opinião do deputado, era sempre preferível “o phanal da experiência a doces teorias philanthropicas”. Quanto à “admissão dos livres na família brasileira, deve ser pesada mais prudentemente”. Para não negar-lhes absolutamente a sua admissão, apresentou uma emenda em que seria considerado cidadão brasileiro, “os libertos nascidos no Brasil, e os que não tendo nascido no Brasil, casarem com brasileira e exercitarem algum genero de indústria”. Diferente de Silva Lisboa, cujo pensamento e a prática parlamentar apresentaram uma considerável distância, Maciel da Costa (Marquês de Queluz) manteve em seus discursos na Câmara, a mesma coerência expressa em sua “*Memória sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil*”, escrita em 1820 e publicada em 1821. Ou seja, era favorável ao fim do tráfico, pautado não nos princípios humanistas, mas sim no argumento político de defesa do país contra o escravismo. Percebia que a segurança do Império estava em risco com uma massa de estrangeiros “desligada de todo vínculo social” e os acontecimentos em São Domingos mostravam o enorme potencial de perigo que apresentava esta realidade, podendo ser agravado à medida que a população escrava crescia e espalhava-se geograficamente. Daí a necessidade de diminuir gradualmente a entrada dos africanos no Brasil. Para ele, “era necessário proteger este magnifico império de tal sorte se inunde com a raça deles que com o rodear dos anos venha a confundir-se com a África”.

Como já foi dito, o temor do “haitismo”, onde escravos e crioulos livres empenharam numa luta que resultou no segundo país independente e no primeiro país livre da escravidão na América, sempre assombrou a sociedade brasileira e permeou tanto os discursos de escravistas, como dos anti-escravistas. Portanto as preocupações dos deputados quanto à concessão de cidadania aos libertos nascidos em territórios africanos e a exigência de emprego ou ofício, não eram infundados. Entre os escravos haviam os crioulos nascidos no Brasil e os africanos nascidos na África,<sup>271</sup> sendo estes últimos a maioria, dado intensidade do tráfico, que desde a chegada da Corte Portuguesa em 1808, vinha aumentando progressivamente ano a ano. Somente entre 1821 e 1823, entraram cerca de sessenta mil escravos na capital do império segundo Humboldt (*apud* Viotti, 1998:76). *O Espelho*, periódico publicado no Rio, registrou entre 17 de

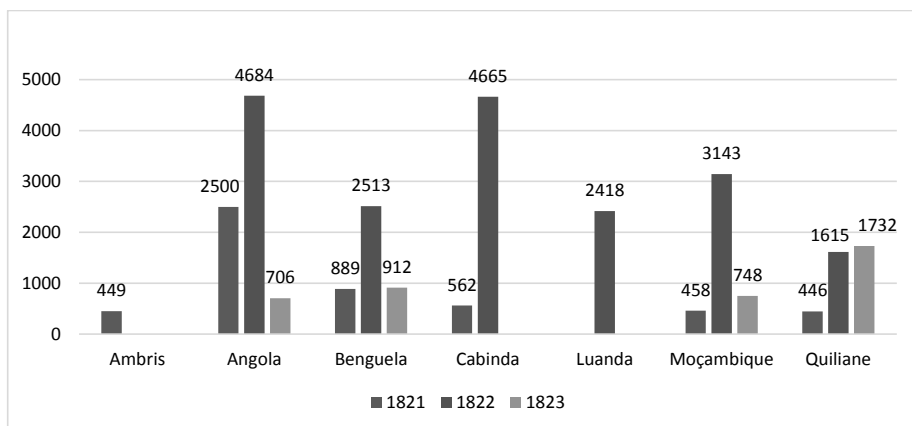
---

<sup>270</sup> *Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, 1823, nº 10, vol. 2º, p.

<sup>271</sup> Dentre eles havia os escravos boçais, recém chegados da África e não conheciam a língua e os costumes, e os ladinos que sabiam a língua e estavam mais adaptados à nova terra.

outubro de 1821<sup>272</sup> e 21 de março de 1823,<sup>273</sup> a entrada de 28.440 escravos na Alfândega do Rio de Janeiro, descontando os mortos durante a travessia, conforme demonstrado no gráfico:

**Gráfico 1. Quantidade de escravos que deram entrada na alfândega do Rio de Janeiro com suas respectivas nacionalidades, entre 17 de outubro de 1821 a 21 de março de 1823**



Fonte: *O Espelho* (1821-1823). Elaboração própria.

O porto do Rio de Janeiro era o maior de toda a América, no desembarque de escravos. Abastecia não só a cidade, como toda a Província do Rio e outras do Sudeste e do Sul. Maria Graham (1824:254-255), em uma de suas estadias no Rio de Janeiro, em maio de 1823, assim escreveu sobre o mercado de escravos no Rio de Janeiro em seu diário:

Vi hoje o Val Longo [Valongo]. É o mercado de escravos do Rio. Quase tôdas as casas desta longuíssima rua são um depósito de escravos. Passando pelas suas portas à noite, vi na maior parte delas bancos colocados rente às paredes, nos quais filas de jovens criaturas estavam sentadas, com as cabeças raspadas, os corpos macilentos, tendo na pele sinais de sarna recente. Em alguns lugares as pobres criaturas jazem sobre tapetes, evidentemente muito fracos para sentarem-se. Em uma casa as portas estavam fechadas até meia altura e um grupo de rapazes e moças, que não pareciam ter mais de quinze anos, e alguns muito menos, debruçavam-se sobre meia porta e olhavam a rua com faces curiosas. Eram evidentemente bem novos...

<sup>272</sup> Em apenas dois meses, entre 17 de outubro e 19 de dezembro de 1828, deram entrada 5.304 escravos.

<sup>273</sup> A partir do dia 21 de março de 1823, o jornal deixou de publicar a entrada de escravos na alfândega do Rio de Janeiro. Três meses depois, o jornal deixou de circular. A última edição, nº168, foi impressa no dia 27 de junho de 1823. No final da última página o redator se despede dos leitores, resentido pelas calúnias sofridas pelos “inimigos do Brasil”, mas satisfeito por ter “cumprido o seu dever de cidadão e servido a Pátria”.

Apesar da obtenção da liberdade ter sido sempre muito difícil aos escravos, “o fato é que a ocorrência relativamente significativa de alforrias proporcionou a existência de contingentes importantes de negros livres e libertos na população brasileira oitocentista” (Chalhoub, 2010:34). Muitos senhores libertavam gratuitamente, somente os escravos que eram considerados dignos deste prêmio ou recompensa, conquistada através da obediência e fidelidade.<sup>274</sup> Enquanto outros, para livrarem-se do ônus de manter escravos improdutivos, concediam alforria aos mais velhos ou doentes para trabalhar. Alguns cativos compravam a própria liberdade. Outros porém, resistiam à escravidão através de fugas.<sup>275</sup> Os incapazes e sem emprego viviam da medigagem pelas ruas das cidades. Um estudo apresentado pelo Dr. Moraes e Valle (*apud* Soares, 2007:188), a maior parte dos ex-cativos que mendigavam nas ruas do Rio de Janeiro, não possuíam moléstias nem deformidades. Para ele, “o principal fator de incentivo à vadiagem era a aversão reinante desde as ‘classes superiores’ até as ‘classes ínfimas’, a qualquer tipo de trabalho manual ou que dispendesse esforço físico, identificado com o trabalho dos negros escravos”. Ou seja, uma vez livres, muitos escravos não queriam fazer o que fizeram a vida toda: trabalhar. Portanto os vadios representavam de fato um grande problema para as cidades do Império. Mary Karasch (2000: 439-479), em *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, ao debruçar-se sobre análise das cartas de alforria nos Livros de Notas do primeiro Cartório da Corte, para o período de 1807 a 1831, encontrou registros de 904 cartas de alforrias, que tratavam a liberdade de 1319 escravos. Segundo a autora, no meio urbano a maioria das cartas era do tipo onerosa. Ou seja, os cativos ganhavam algum dinheiro e economizavam para comprar a própria liberdade. Os dados computados confirmam que durante o período analisado, a cidade do Rio de Janeiro, em comparação com outras cidades e regiões, teve o maior número de alforrias.<sup>276</sup> Destarte era real e perceptível o medo que os senhores tinham de uma africanização brasileira e da possibilidade de insurreições semelhantes às ocorridas em São Domingos.

---

<sup>274</sup> As alforrias não tinham as mesmas motivações, nem seguiam um padrão para todo o Brasil. Conforme enfatiza Kátia Mattoso, a concessão de alforrias podiam variar de acordo com diferentes épocas, períodos econômicos, oferta e necessidades de trabalho. De modo geral, a concessão das cartas de alforria podiam ser gratuitas (pela dedicação, obediência e fidelidade), onerosa (o cativo compra a sua própria liberdade com dinheiro ou trabalho) ou condicional (colocava algumas restrições, como servir o dono por determinado tempo). Sobre as cartas de alforrias no Brasil, em diferentes períodos, frequências e motivações ver: Schwartz (1974: 71-114), Matoso (1990), Gorender (1999), Karasch (2000), Florentino e Góes (1997).

<sup>275</sup> Muitos escravos da zona rural, fugiam para as cidades e se misturavam com os libertos. Outros, entretanto fugiam para os quilombos.

<sup>276</sup> Mary Karasch (2000) explica que os senhores quase sempre detinham o direito de revogar as alforrias sejam elas condicionais ou plenas. O temor de voltar ao cativo, levavam os libertos demonstrarem respeito aos seus ex-senhores.

Embora a grande maioria dos parlamentares, tivesse insistido no critério de origem e concordasse que apenas os ex-escravos nascidos no Brasil deveriam ter direito à cidadania, decidiram por uma emenda muito mais ampla do que o parágrafo original. Ficando portanto estabelecido que, independente do local de nascimento, todos aqueles que conquistassem a liberdade, por meio “legítimo”, seriam considerados cidadãos. Contudo, uma cidadania apenas “honorífica”, não abrindo espaço para participação na política, conforme as indicações de Silva Lisboa.

Enfim, entre as votações (muitas adiadas), sanções de projetos de leis, deliberações, consultas, petições e representações chegadas de várias partes do Império, as sessões iam ficando cada vez mais longas e tumultuadas com deputados falando “mais vezes do que as permitidas”, “sem se pedir a palavra”, atropelando a fala uns dos outros. “Muitas vezes ainda está falando um Sr. Deputado, e já outro se levanta e vai também falando, desorte que às vezes nem se percebe o que dizem”.<sup>277</sup> Pelas queixas do deputado Caetano Maria Lopes Gama (Alagoas), percebemos o estado de tensão e desentendimento instalado na Câmara, a pouco mais de mês antes da sua dissolução. Aliás, uma dissolução já prevista pelo periódico editado em Londres, *O Padre Amaro*: “a julgar do espirito publico, pelos espiritos da mesma Assembleia, e por Cartas particulares que temos visto de diversas Provincias; mui poucas esperanças de bom resultado se podem conceber”.<sup>278</sup>

Para que se pudessem dar andamento nos trabalhos e concluir mais rapidamente discutido o tão esperado Projeto de Constituição, pois, conforme asseverava o deputado Carneiro Cunha, era “indispensável concluir estes trabalhos porque até o público já esta a espera delles por lhe serem annunciados nos periódicos.” foi necessário fazer “indicação”, para em Ata, apontar com igualdade as vezes que cada um dos Deputados deveria falar. Ou seja, os jornais acompanhavam *pari passu* os trabalhos na Câmara, publicando e transcrevendo os discursos e decisões dos parlamentares. O padre e deputado pela Província do Ceará, José Matiniano de Alencar, tinha a clara percepção de que:

O Projecto da Constituição: esta nossa Grande Obra orientatá a Opinião Pública pró ou contra nós: ella será o thermometro, pelo qual se medirá a confiança dos Povos a nosso respeito. Se nella acharem os Povos, que não obstante se concederem bastantes attribuições ao Chefe da Nação,

---

<sup>277</sup> Lopes Gama, na sessão de 4 de outubro de 1823. *Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, 1823, nº 12, vol. 2º, p. 165.

<sup>278</sup> *O Padre Amaro ou Sovêla Política, Histórica, e Literária*. nº XXXVIII e XXXIX. Novembro e Dezembro de 1823, p. 341.

todas aquellas, que são necessarias para por em andamento, harmonia e ordem todas as mólãs da Grande Maquina Política deste Vasto, e Rico Imperio, com tudo ficão fortemente garantidas todos os imprescriptiveis Direitos dos Cidadãos, então ficarão elles persuadidos que nós somos seus dignos Representantes.<sup>279</sup>

Conforme foi dito, os parlamentares como representantes do público, podiam intervir no processo de opinião pública, fazendo eco aos temas mais importantes para a sociedade. A interação deles com o público se dava através da imprensa, que por sua vez, exercia a função mediadora, ajudando o público a definir sua opinião sobre questões debatidas e problematizadas na esfera pública. Por conseguinte, a opinião pública podia exercer pressão sobre o sistema político a ponto de influenciar os tomadores de decisão. No entanto, os periodistas encarregados de transmitir as mensagens, podiam, segundo seus próprios interesses, reformular ou deturpar os debates parlamentares. Esta era outra grande preocupação dos deputados: manter a reputação do Congresso e conservar os “créditos com a opinião pública”, considerada “a força” da Assembléia, diante da forma muito sussinta e distorcida com que muitos periódicos, divulgavam as discussões e alteravam as suas falas,<sup>280</sup> criando uma certa tensão entre o Parlamento e a imprensa. Somente no ano de 1826 é que irá concretizar o desejo de se organizar um *Diário da Câmara*, redigido pelos representantes do parlamento.

Contudo, a votação do Projeto de Constituição, bem como a aguardada discussão do projeto sobre a Liberdade de Imprensa, iniciado na sessão de 6 de outubro de 1823,<sup>281</sup> não chegaram a ser concluídos. Em 12 de novembro de 1823, a Assembléia Geral Legislativa e Constituinte foi dissolvida pelo Imperador, que em seu “Manifesto de 16 de Novembro de 1823” justificando sua atitude, acusou os desentendimento entre os parlamentares e o periódicos *O Tamoyo* (1823) e *Sentinella da Praia Grande* (1823), de serem os principais responsáveis pela sua dissolução.<sup>282</sup>

---

<sup>279</sup>Sessão do dia 27 de maio de 1823. *Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, 1823, nº 16, p. 141.

<sup>280</sup> Um comentário feito no nº 79 do *Diário do Governo*, de que o padre José Martiniano de Alencar, deputado pela província do Ceará, “disse que os Africanos devem ter voto e iniciativa,” provocou grande indignação entre os parlamentares. <sup>280</sup> *Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, 1823, nº 12, vol. 2º, pp. 166-167.

<sup>281</sup> Projeto de Lei da Liberdade de Imprensa, posta à discussão na Sessão do dia 6 de outubro de 1823. *Diário da Assembleia Geral Constituinte, e Legislativa do Império do Brasil*, 1823, nº 13, p. 177

<sup>282</sup> *O Tamoyo* (1823), fundado no Rio de Janeiro, por inspiração dos irmãos Andradas e o *Sentinella da Praia Grande* (1823), fundado pelo italiano Guiseppe Stephano Grandona.



No mesmo dia foi instituído o Conselho de Estado para elaborar o texto que se converteria em Carta outorgada por D. Pedro I no dia 25 de março de 1824.<sup>283</sup> O texto final, apesar de terem mantido a mesma estrutura do Projeto de 1823, o tráfico e a escravidão foram tolerados em favor da aristocracia rural e comercial, assombrada com a possibilidade acabar a escravatura. Por outro lado, a continuidade sistema escravista significava não só uma garantia de apoio popular e dos principais grupos econômicos ao Imperador, como a manutenção da ordem e da unidade do país.<sup>284</sup> Quanto a questão da cidadania, prevaleceu no artigo 6.º: “Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingenuos ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.” Ou seja, os libertos (alforriados), para terem acesso à cidadania, deveriam nascer no Brasil, mesmo que fossem filhos de africanos. Os libertos não nascidos no Brasil, foram considerados estrangeiros.

Em 26 de março, dia seguinte ao juramento da Carta de 1824, D. Pedro baixou um decreto mandando proceder a eleição dos deputados para a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil.<sup>285</sup> No entanto, até que se instaurasse a nova Assembléia, D. Pedro desfrutou da autoridade suprema, governando apenas com o auxílio do Conselho de Estado. A maior parte dos opositores ao seu governo em 1823 encontravam-se no exílio, e na imprensa circulavam apenas os jornais favoráveis ao governo. Segundo Sodré (1999:97), “o período entre 1824 e inícios de 1826, foi um período de tranquilidade para a imprensa áulica”. Assim, D. Pedro I pode assinar livremente com Portugal, em agosto de 1825, o Tratado de Paz, Amizade e Aliança e a Convenção Adicional para o pagamento de dois milhões de libras esterlinas, e a Convenção anglo-brasileira, em janeiro de 1826, estipulando um prazo para o fim do tráfico de africanos no Brasil.

---

<sup>283</sup> Conselho de Estado era composto por: João Severiano Maciel da Costa, Luiz José de Carvalho e Melo, Clemente Ferreira França, Mariano José Pereira da Fonseca, Francisco Vilela Barbosa, Barão de Santo Amaro, Antônio Luiz Pereira da Cunha, Manuel Jacinto Nogueira da Gama e José Joaquim Carneiro de Campos (principal redactor).

<sup>284</sup> Temor do levante de escravos como o ocorrido em São Domingos (Haiti) e às tendências republicanas, como a Revolução Pernambucana de 1817 e Confederação do Equador

<sup>285</sup> O decreto de 26 de março de 1824, que estipulou o quantitativo de 102 deputados para compor a Câmara do Deputados, vigorou até a 6ª legislatura: 1ª legislatura (1826-1829); 2ª legislatura (1830-1833); 3ª legislatura (1834-1837); 4ª legislatura (1838-1841); 5ª legislatura (1842-1844); 6ª legislatura (1845-1847). <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/oimperio.html>.

#### 2.4.2. Discussão do tratado anglo-brasileiro na Câmara dos Deputados (1826-1830)

A Assembléia Nacional, formada por deputados eleitos pelos eleitores das Províncias do Império e por senadores indicados por D. Pedro, a partir da lista tríplice organizada pelos eleitores das Províncias, foi portanto reaberta no dia 6 de maio de 1826. Na sessão solene de abertura da Assembléia Geral, D. Pedro, na fala do trono, conclamou a harmonia entre os poderes e reafirmou seus compromissos assumidos na época da independência do Brasil, como “Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil”. Apresentou os principais acontecimentos ocorridos durante a suspensão da Assembléia Constituinte de 1824, como a problema relacionado à Província Cisplatina;<sup>286</sup> o reconhecimento da independência do Brasil por diversas nações, especialmente Portugal; a morte de seu pai D. João VI e sua abdicação ao trono português em favor de sua filha D. Maria da Glória.<sup>287</sup> Uma atitude que, segundo ele, confirma o seu interesse e compromisso com a independência do Brasil.<sup>288</sup>

Apenas duas semanas após terem iniciado os trabalhos e antes mesmo de ser apresentado à Câmara o tratado anglo-brasileiro, o jurista e deputado eleito pelo Rio de Janeiro, José Clemente Pereira,<sup>289</sup> apresentou na sessão do dia 19 de maio de 1826, o primeiro Projeto de Lei, propondo a abolição do comércio de escravos em todo o Império do Brasil, para o último dia do mês de dezembro de 1840, a venda dos navios apreendidos em hasta pública e a elaboração de uma lei que regulasse os libertos:

Art. 1º: O commercio de escravos acabará em todo o Brasil no ultimo dia do mez de Dezembro de 1840, e desde esta época ficará sendo prohibida a introdução de novos escravos nos portos do mesmo Império.

Art. 2º: Todo navio que passado o referido prazo fôr encontrado levando a seu bordo alguma carga de escravos, será apprehendido e vendido em hasta publica; a metade do seu producto se entregará aos apprehensores e a outra metade será applicada a favor daquelles que ficarão libertos.

Art. 3º: Uma lei accommodada às circumstancias da expressada época regulará a forma e modo de educar e empregar utilmente os mesmos libertos.<sup>290</sup>

---

<sup>286</sup> D. Pedro, pela “honra nacional”, afirma a necessidade de sustentar a Província Cisplatina, rebelada a partir de 19 de abril de 1825, com o apoio da República de Buenos Aires e das Províncias Unidas do Rio da Prata (futura Argentina).

<sup>287</sup> Na sequência da morte de D. João VI em 1826, D. Pedro I, filho primogênito do monarca, foi proclamado Rei de Portugal. Do Brasil, como D. Pedro VI, outorgou a Portugal, uma nova Constituição, a Carta Constitucional (muito parecida com a brasileira), em 29 de abril de 1826. Três dias depois (3 de maio de 1826), abdicou do trono português em favor de sua filha D. Maria da Glória, que passaria a governar Portugal como D. Maria II, na condição de que quando atingisse a maioridade, se casasse com D. Miguel, seu irmão.

<sup>288</sup> ACD, 1826, p.27.

<sup>289</sup> Nasceu em Portugal em 1787, formado em cânones pela Universidade de Coimbra, imigrou para o Brasil em 1815. Foi juiz de fora e Presidente da Câmara da cidade do Rio de Janeiro, deputado, Ministro do Império, da Guerra e da Marinha (1828), Senador pela Província do Pará (1843), Conselheiro de Estado e presidente do primeiro Tribunal do Comércio do Brasil.

<sup>290</sup> ACD, sessão de 19 de maio de 1826, p. 85.

No mesmo dia, o *Diário Fluminense* anunciava na sessão “Avisos”, a venda em várias lojas do Rio de Janeiro, de um folheto (formato 1/4), com 31 páginas, no valor de 320 réis, sem identificação do autor, com o “*discurso no qual se manifesta a necessidade da continuação do commercio da escravatura: que este tráfico não tem a barbaridade, o horror, e a deshumanidade que se lhe quer attribuir; e que só ao Illuminado Ministerio Brasileiro pertence marcar, e acelerar a época de o proscrever em seus Estados*”.<sup>291</sup> No prefácio o autor afirma que a nação brasileira recém fundada, era livre para ditar as próprias leis e escolher o seu futuro, e que a supressão repentina do comércio de escravos, interessava somente ao governo britânico. Se o folheto teve alguma influência ou não, o fato é que na sessão de 8 de junho, a Comissão de Legislação, de Justiça Civil e Criminal, votou favorável ao projeto.<sup>292</sup> Mas, no dia 15 do mesmo mês, a Comissão, apesar de entender as necessidades e os problemas que a privação da mão-de-obra iria provocar no Brasil, apresentou uma emenda ao Projeto de Lei, reduzindo o prazo para o fim da introdução de novos escravos no Brasil, de quatorze anos, para seis anos contados a partir da publicação da lei.<sup>293</sup> A intenção dos parlamentares brasileiros era, para além de prorrogar o prazo de três anos convencionado entre os governos britânico e brasileiro, deliberar sobre o tráfico independentemente do acordo anglo-brasileiro. Pois, segundo o autor da lei, abolir o comércio da escravatura por condescendência e exigência de uma nação estrangeira (Inglaterra), era uma falta de “*Independência, Decoro e Dignidade do Brasil*”.<sup>294</sup> Para o deputado, “se é necessário abolir o Commercio da Escravatura, acabe já”, mas por um acto do Poder Legislativo ou por um ato emanado dos Poderes da nação, mas de forma nenhuma por intervenção de uma potência estrangeira. “Emquanto estas não forem as idéas de todos os Brasileiros não podemos merecer o Nome de Nação Independente e Livre”,<sup>295</sup> justificou o deputado. Contudo, a votação foi postergada e só iria de fato mobilizar a Assembléia no ano seguinte, quando na sessão de 14 de maio de 1827, o deputado Pedro de Araújo Lima, apresentou a sua emenda ao projeto sobre a extinção do comércio da escravatura,

---

<sup>291</sup> *Diário Fluminense*, 19 de maio de 1826, nº 111, vol. 7º. A venda do folheto também foi anunciada no *Diário Mercantil do Rio de Janeiro*, 24 de abril de 1826, nº 91, vol. VII.

<sup>292</sup> DCD a Assembleia Legislativa do Império do Brasil. Sessão de 8 de junho de 1826, p. 330. Rio de Janeiro: Typographia Imprensa Imperial e Nacional, 1826.

<sup>293</sup> DCD a Assembleia Legislativa do Império do Brasil. Sessão de 15 de junho de 1826, p. 410-411. Rio de Janeiro: Typographia Imprensa Imperial e Nacional, 1826.

<sup>294</sup> Esta frase também foi utilizada pelos deputados Nicolau Campos Vergueiro, Paula Souza e Cunha Matos nas sessões da Câmara de 2, 3 e 4 de julho de 1827. Está relacionada à Lei de Responsabilidade Ministerial de 15 de outubro de 1827, que considerava crime de “tração” os atos dos ministros que atentassem contra a “Independência, Integridade, Defeza, Dignidade, ou Interesse da Nação”.

<sup>295</sup> *Op. cit.* Sessão de 10 de julho de 1826, p. 756-757.

juntamente com um requerimento pedindo urgência na votação, por se tratar de um “bem nacional”.<sup>296</sup>

Os deputados Bernardo Pereira de Vasconcelos (Minas Gerais), e Antônio Ferreira França (Bahia), manifestaram-se contrários à discussão do projeto, por considerarem desnecessário e perda de tempo, uma vez que o tratado já estava concluído. Na opinião de Vasconcelos, se estava mal feito, era responsabilidade do Ministro brasileiro. Para o anglófilo Ferreira França, os ingleses tinham forças para “embaraçar de vez com o comércio da escravidão” e era obrigação de toda nação civilizada impedir a continuação de algo que é contrário ao “bem do gênero humano”. Não tinha dúvidas de que a Grã-Bretanha deveria sim intervir neste negócio e que “muito favor nos fez em fazer o tratado conosco”. Devido ao costume brasileiro de depender dos escravos, o deputado baiano acreditava que o Brasil seria incapaz de acabar com este comércio. Em sua opinião, se não fosse a intervenção dos ingleses, “talvez não houvesse quem o fizesse...”<sup>297</sup>

Ao que parece, o discurso Ferreira França não teve o peso necessário para ser levado em conta, pois logo em seguida, os deputados Manoel José de Albuquerque (Ceará) e Pedro de Araújo Lima (Pernambuco), também levantaram a questão da soberania nacional, argumentando que a extinção da escravidão deveria ser feita por uma lei brasileira e não através de tratados com estrangeiros. “Que têm eles com a abolição da escravidão entre nós?”, questionou Holanda Cavalcante de Albuquerque (Pernambuco). Batista Pereira, prevendo polêmicas, achou melhor, em nome da ordem, não entrar nesta questão se a Inglaterra podia ou não fazer o tratado. Se fez, foi porque podia, concluiu ele. Por fim, alguns deputados pediram voto e a urgência foi aprovada!

Entretanto, a urgência foi postergada e só depois que a cópia do tratado para o fim do comércio da escravidão, assinado no Brasil em 23 de novembro de 1826 e ratificado pela Inglaterra em 13 de março de 1827, foi apresentado à Câmara dos Deputados no dia 22 de maio de 1827, é que se organizaram a Comissão de Diplomacia e Estatística, formada pelos deputados Raimundo José da Cunha Mattos (Goiás), Luíz Augusto May (Minas Gerais), D.

---

<sup>296</sup> Emenda do Projecto de Lei para a extinção do Comércio da escravidão, Deputado Araújo Lima. *Diário Fluminense*, 17 de maio de 1827, nº 111. Vol. 9º.

<sup>297</sup> ACD, sessão de , Rio de Janeiro: Typographia de Hyppolito José Pinto & Cia., 1875, t. III, pp. 27-29.)

Romualdo Antônio de Seixas (Arcebispo da Bahia eleito pelo Pará), Luiz Paulo de Araújo Bastos e D. Marcos Antônio de Souza, ambos da Bahia, para analisar a dita convenção.

Em linhas gerais, conforme já foi dito, o tratado anglo-brasileiro previa o fim do tráfico no prazo de três anos. No final deste período ele seria considerado um ato de pirataria. Os envolvidos seriam julgados pelo tribunal inglês e estariam sujeitos à pena de morte, segundo as leis daquele país. Não obstante o Poder Executivo e o Poder Moderador terem a prerrogativa sobre as relações internacionais, de acordo com o artigo 102.º da Constituição de 1824, ao governo competia fazer tratados, mas não deveria ratificá-lo sem antes passar pela Assembléia Legislativa. Este ato representou uma explícita queda de braços entre o Legislativo e o Executivo. A harmonia entre os poderes, conclamada pelo Imperador na abertura do Parlamento nacional, parecia impossível de se concretizar. Assim, em meio às defesas, críticas e ataques direcionadas tanto ao governo inglês como ao ministério brasileiro, os debates sobre o fim do tráfico, mesmo aparecendo atrelado às discussões do tratado anglo-brasileiro, demonstram que muitas das opiniões favoráveis e desfavoráveis à supressão do comércio negreiro, não refletiam apenas os anseios dos representantes da nação brasileira, mas estavam também vinculadas às divisões políticas existentes no primeiro reinado.

No parecer da Comissão, apresentado à Câmara na sessão do dia 2 de junho de 1827, os deputados Raimundo José da Cunha Mattos e Luiz Augusto May, por não concordarem com os demais componentes, apresentaram seus votos em separado no plenário. A Comissão de Diplomacia e Estatística, apesar de reconhecer que a extinção do tráfico traria grandes prejuízos para a agricultura brasileira, aprovou a convenção celebrada entre as partes contratantes. De acordo com a Comissão, conservar semelhante comércio além de ser incompatível com as “luzes do século”, já havia a promessa de abolir o comércio de africanos quando o Brasil ainda estava unido a Portugal. A única ressalva era em relação à pena de pirataria, que segundo a Comissão era muito dura e não estava em conformidade com a lei fundamental brasileira. O mais sensato seria que as penas fossem estabelecidas pelo Poder Legislativo do Brasil, como já havia acontecido nos tratados de 22 de janeiro de 1815, na convenção adicional de 28 de julho de 1817 e em conformidade com o Alvará de 26 de janeiro de 1818.

O deputado Augusto May,<sup>298</sup> recusou assinar o parecer da Comissão, por julgar que a Câmara não deveria se pronunciar, pois o tratado já havia sido ratificado. Ou seja, pelo 8º do

---

<sup>298</sup> Redactor do periódico *A Malagueta*.

artigo 124 da Constituição, a Câmara só poderia pronunciar a respeito antes da ratificação do tratado. Segundo suas explicações, não só este, mas todos os tratados que envolvem o interesse e a segurança do Estado, não podem ser objetos de deliberação depois de ratificados, pois tais deliberações “seriam ociosas à vista do direito das gentes”. May apontou ainda outras irregularidades, tais como o fato de ter sido assinado sob coerção e sob ameaças indiretas dos britânicos, e ter sido elaborado “rápido demais” sem prever as possíveis consequências na futura circulação do “papel moeda” e na abolição total deste comércio.<sup>299</sup>

Cunha Matos,<sup>300</sup> em sua declaração de voto, desaprovou veementemente a convenção feita com o governo britânico “sobre a forçada abolição do comércio de escravos” e a “inconstitucional decretação do crime de pirataria”, com suas bárbaras consequências, bem como a forma com que o governo e a nação brasileira foram obrigados a uma “onerosa e degradante convenção sobre os negócios internos, domésticos e puramente nacionais”. Para ele, o tratado representava a perda “*da honra, interesse, dignidade, independencia e soberania da nação brasileira*”, pelos seguintes motivos: 1º) Porque ataca a lei fundamental do império do Brasil; 2º) Porque prejudica enormemente ao comércio nacional; 3º) Porque arruina a agricultura, princípio vital da existência do povo; 4º) Porque aniquila a navegação; 5º) Porque dá um cruel golpe nas rendas do estado; 6º) Porque é prematura; 7º) Finalmente é extemporânea.<sup>301</sup> Em seus argumentos, explicou cada um dos motivos, sendo que dos sete motivos apresentados, cinco deles afetavam diretamente a economia brasileira. Depois da leitura do ofício do governo que acompanhou a cópia da convenção, tomou novamente a palavra e proferiu um eloquente discurso, com duas horas de duração, para sustentar e justificar seu voto divergente. De forma organizada e lúcida, discorreu sobre a necessidade de manter o tráfico, enfatizando que não pretendia “defender o comércio de escravos”, em pleno “século da luzes”, mas demonstrar que ainda não havia chegado o momento de abandonar a importação dos escravos, “pois não obstante ser um mal, é um mal menor do que não os recebermos”, e que este comércio deveria acabar quando a “nação brasileira” julgasse conveniente e não pelos

---

<sup>299</sup> ACD, sessão de 2 de julho de 1827, p. 10-11.

<sup>300</sup> Cunha Matos nasceu em Portugal, na cidade de Faro, Algarve. Militar de carreira, formado em Matemática e interessado em Geografia e História. Foi um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Depois de residir por 18 anos na Ilha africana de São Tomé, como comandante da fortaleza de São Sebastião da Barra, chegou ao Brasil em 1817, onde combateu a Revolução Pernambucana em 1817. Em 1818 foi nomeado comandante da artilharia em Pernambuco em 1818. Foi nomeado governador das armas pela Província de Goiás em 1823 e eleito deputado da Assembléia Geral, em 1823, por esta Província, para a primeira legislatura (1826-1829) e segunda legislatura (1830-1833). Depois da abdicação de D. Pedro, partiu com toda família para Portugal, retornando e reassumindo seu assento na Assembléia no início do ano de 1833.

<sup>301</sup> ACD, sessão de 2 de julho de 1827, p. 12.

“designos da Grã-Bretanha”. Para ele, as necessidades econômicas do país eram mais importantes do que a filantropia e as teorias políticas, pois as “philantropias, economias políticas, theorias inglezas e francezas, e outra immensa serie de cousas boas para ler e muito más em praticas”.

Na opinião de Cunha Matos, todos os tratados realizados com a Grã-Bretanha, inclusive os realizados na época de D. João VI, deveriam ser anulados, pois uma vez independente de Portugal, o Brasil estaria também desligado de todas as obrigações assumidas. Quanto a nulidade do tratado anglo-brasileiro, apresentou três motivos: Primeiro porque o tratado foi extorquido à força, com violência e ameaças. Para os contratos realizados em tempo de paz serem válidos, os contratantes devem ser “livres e não oprimidos”. Citou exemplo o exemplo de D. João VI, que anulou todos os tratados feitos com a França, através do manifesto de 1º de maio de 1808. Assim como fizeram tantos outros imperadores da Àustria, Russia, Prussia, Holanda e Itália. Segundo, o tratado seria funesto para a economia brasileira de modo geral, especialmente à agricultura, ao comércio e às rendas públicas. Por último, o governo não deveria ter estabelecido leis de crimes e de penas, independente da Assembléia Legislativa. Estas leis eram portanto, inconstitucionais e atacavam a lei fundamental do Império, com os cidadãos brasileiros sendo julgados em tribunais estrangeiros.

Como representante da nação, Cunha Matos defendeu com tenacidade os interesses da fazenda real, da classe dos latifundiários e dos comerciantes brasileiros, articulando seus argumentos à necessidade manter o tráfico. Como outras mercadorias o comércio de escravos representava uma considerável fonte de rendimento para o Império e para ele, a diminuição desta renda, seria um golpe cruel nos rendimentos dos cofres da fazenda pública. Ou seja, perderia 20\$ réis de direito de entrada de cada escravo e outras avultadas quantias a título de passagens nos registros ou alfandegas internas. Com isso extinguir-se-ia “esse manancial da sustentação dos empregados públicos e ficão mui desfalcados os meios de fazer as indispensáveis despesas e infallíveis desempenhos dos cofres do imperio,”<sup>302</sup> afirmou o deputado. Para a agricultura, a dificuldade de repor esta mão-de-obra, acarretaria graves prejuízos. O trabalho nas roças era duro e a mortalidade escrava era mais numerosa do que a natalidade. Portanto, acreditava que cessando o tráfico, haveria uma grande diminuição de

---

<sup>302</sup> ACD, sessão de 2 de julho de 1827, p. 11.



escravos podendo paralisar a agricultura. E concluiu: “até penso, que as terras em que no dia de hoje ha grandes plantações, hão de vir a ficar cobertas de mattos e as estradas cheias de capim!”

Quanto aos comerciantes, desde a abertura dos portos aos estrangeiros em 1808, vinham sofrendo perdas, sendo obrigados a direcionar os seus negócios ao simples comércio da costa da África e da Ásia. Com o fim do tráfico negroiro, corriam o risco de ficarem sem a sua principal mercadoria, e os produtos brasileiros utilizados no tráfico, como os aguardentes e o tabaco, sem compradores. Em tom bastante exagerado e dramático, afirmou que os comerciantes teriam que “procurar outra vida; especular em outro gênero de negocio; aprender a ser mendigos para não estranharem a miseria em que hão de ir parar”. Como homem pragmático que era, Cunha Matos criticou as teorias filosóficas e políticas que afirmam que o “comércio dos escravos é odioso, e como tal deve ser abandonado”. Pela sua experiência dos muitos anos vividos na África, podia testemunhar que na prática, “tal comércio é menos odioso do que comumente se supõe”. Aqueles que negociam e traficam escravos não podem ser imputados como criminosos, pois as regras morais dos brancos não podem ser aplicadas aos africanos, pelas diferenças em suas instituições, usos, costumes e modos de pensar. A barbárie, a selvageria e especialmente as guerras “que fazem por officio, por inclinação ou necessidade”, já existiam muito antes de haver comércio de escravos e continuarão quando este comércio se extinguir. Mesmo nos “países mais civilizados da África, como a Abissínia, onde não se vendem os vassalos”, há guerras contínuas. Nos países menos cultos há crimes punidos de morte e crimes punidos de captivoiro, “os réos dos últimos são vendidos, e vão de terra a terra até ao Oceano Atlantico, ao Golfo de Guiné ou ao Mediterraneo; e os primeiros são mortos a qualquer hora, mas com maior frequencia nos dias de mercado”. Portanto, se não houvesse quem comprasse os pretos sentenciados á escravidão, seriam mortos ou sacrificados.<sup>303</sup> Indagou aos colegas de plenário: “é melhor que os pretos escravos, sejam sacrificados na África, do que serem conduzidos para o Brasil, onde podem vir a ser muito menos desgraçados?”<sup>304</sup> Em seguida tentou alertar a Câmara, sobre a falsa filantropia dos ingleses:

Senhores, não acreditem nas pinturas, que nos apresentam os ingleses nos seus estudados escriptos da associação africana, nem nos eloquentes discursos dos seus oradores parlamentarios, a política tem maior parte nesses pomposos discursos do que a verdadeira philantropia e beneficio dos

---

<sup>303</sup> A escravatuta africana para o Brasil, começou e se justificou a título de resgate do barbarismo para o cristianismo. Este termo continuou sendo utilizado nos despachos das expedições para o tráfico, nos portos brasileiros.

<sup>304</sup> ACD, sessão de 2 de julho de 1827, p. 13-15.



pretos! [...] conheço qual é o ponto a que o governo ou a política ingleza dirige a sua mira. Quem quer exercitar obras de caridade neste mundo, não tem precisão de sahir fóra da sua patria.<sup>305</sup>

Conforme destacado, para o deputado a principal motivação dos ingleses era a política. A retórica filantrópica estava irremediavelmente vinculada aos interesses do goveno inglês de expandir o seu poder no mundo, obstar a “comunicação entre o Brazil e a África”, e dominar o continente africano fechando “hemeticamente” seus portos a todos os estrangeiros, para fazerem-se “senhores da África, como estão da Àsia”. Criticou os colegas da Comissão por advogarem uma causa apenas pela teoria, sem terem a menor experiência com ela. No que diz respeito a uma das imposições dos ingleses de fazer Portugal fechar os portos africanos ao comércio de brasileiro de escravos, ela não se justifica, afirmou Cunha Matos. Demonstrando conhecimentos em história e geografia, sugeriu que os brasileiros continuassem com este comércio nos portos livres da costa ocidental desde o cabo Catharina até o Rio Lifune, e da costa oriental, desde as ilhas do cabo Delgado até o extremo sptentrional da costa de Zanzibar.

Contradizendo a *Representação* de José Bonifácio, Cunha Matos opôs-se à substituição do trabalho escravo pelo trabalhado livre. Explicou que os trabalhos rurais no Brasil por serem pesados e insalubres por causa do clima, só “os pretos e os pardos por terem uma constituição mais forte, resistem mais”. Lembrou também dos trabalhos nos engenhos de açúcar e na mineração e indagou: “se qualquer senhor de engenho ou mineiro trabalhar com homens brancos, quanto ha de pagar cada um? D’onde virão os meios para taes pagamentos? Portanto, acreditava ser inviável a substituição dos escravos pelos imigrantes. Além do mais, em comparação com os Estados Unidos da América, para onde se dirigiam muitos imigrantes europeus, o Brasil não oferecia nenhum atrativo, segundo o deputado. Note que naquele contexto a imigração norteamericana servia de parâmetro, seja para rechaçar ou imitar. Cunha Matos ainda citou a experiência frustrada, ineficiente e dispendiosa da colonização promovida por D. João VI e D. Pedro I, com imigrantes europeus trazidos para o Brasil “a peso de ouro”, enquanto os governos da América “têm adquirido muitos sem nenhuma despesa”. Destes emigrados no Brasil, poucos se dedicaram à agricultura e a maior parte tornaram-se vendedores ambulantes, apenas para juntar algum dinheiro e retornar a suas terras. Justificou com a seguinte pergunta:

---

<sup>305</sup> ACD, sessão de 2 de julho de 1827, p. 15

Donde nos ha de vir gente para o império? Que grandes meios temos para attrahirmos uma tal emigração, que iguale pelo menos à decima parte dos escravos que annualmente entravão nos nossos portos? Sr. presidente, o Brazil tem perdido desde 1821 acima de trinta mil almas, que emigraram para Portugal; e os estrangeiros que durante este largo periodo vierão para o Brazil a peso de outro, e com ajuste de se naturalizarem, não chega a sete mil.<sup>306</sup>

Outro ponto não menos importante, abordado por Cunha Matos, foi a ocupação do território brasileiro. Para o deputado goiano, a “população é mui diminuta, ainda ninguem o negou e que se não recebermos imensos colonos, **sejão elles quaes forem**, ha de fazer pequenos progressos”. Queria com isso dizer, que a vinda dos africanos era importante não só como mão-de-obra, mas para o aumento populacional do Brasil. Acreditava na possibilidade de melhoramento das castas e no clareamento da população através da missigenação: “venhão para cá pretos, logo teremos pardos, e finalmente brancos”. Lembrou, que a mistura de povos se fazia presente nas árvores genealógicas dos portugueses. Para ilustrar recitou alguns versos populares em Portugal, sobre as origens de um nobre português, na corte do rei D. João III (1521-1557).<sup>307</sup>

O discurso de Cunha Matos provocou longos e polêmicos debates, que se estenderam nas sessões de 3 e 4 de julho. Vários parlamentares fizeram questão de manifestar seus pontos de vista, dividindo opiniões entre os favoráveis e os desfavoráveis ao fim do tráfico da escravatura, ao tratado anglobrasileiro e à emigração européia. Alguns, como D. Romualdo Antônio de Seixas, Arcebispo da Bahia, deputado pelo Pará, Lino Coutinho (Bahia) e Bernardo Pereira de Vasconcelos (Minas Gerais), criticaram e contestaram as proposições de Cunha Matos, utilizando como retórica, repleta de ambiguidades, a necessidade de acabar com o tráfico mas não com a escravidão. Acreditavam que com a supressão do tráfico, os escravos existentes seriam melhor tratados. Para eles, o “bárbaro comércio” era “contrário à religião, aos sagrados direitos da natureza e injúria às luzes e ao liberalismo”. O desenvolvimento da nação estava condicionado ao fim do comércio de africanos. Destes, o mais crítico foi o arcebispo da Bahia, um dos relatores da Comissão de Diplomacia e Estatística, que acusou Cunha Matos de ser “um dos mais ardentes defensores e apologistas de tal commercio”. Formulou um discurso anti-escravista baseado na incompatibilidade do tráfico com o cristianismo, e refutou todos os

---

<sup>306</sup> ACD sessão de 3 de julho de 1827, p. 31.

<sup>307</sup> “O mestre João sacerdote / De Barcellos natural / Houve de uma mouro tal / Um filho de boa sorte. / Pedro Esteves se chamou, / honradamente vivia, / e de amores se casou / com uma formosa india. / Desta pois, nada se esconde, / nasceu Maria Pinheira / mãe da mãe daquele conde / que é conde da Castanheira.” ACD, sessão de 2 de julho de 1827. p. 16.

aspectos políticos e econômicos formulados por Cunha Matos. Para o arcebispo, “se o tratado estipulasse a continuação daquella trafico ainda por mais 20 annos, ao finalisar esta época, renascerião as mesmsa queixas e se julgaria que o Brasil precisava outro tanto de tempo desta execravel importação”. Mostrou-se muito otimista com o fim do tráfico. Para ele, mesmo que no início, a extinção deste comércio gere alguns inconvenientes inevitáveis pelas mudanças, certamente serão passageiros. Contudo, o grande bem que resultará da supressão do tráfico, será melhorar a sorte dos escravos existentes, promovendo casamentos e educação de seus filhos. A adoção de um “liberal systema de colonização” atrairá colonos europeus honestos, laboriosos e úteis ao estado.

Posição semelhante teve Lino Coutinho, médico e deputado pela Bahia. Para ele a escravidão era contrária “a natureza e contra Deus é inimiga da industria, da moralidade dos povos, de seu desenvolvimento industrial, e finalmente de sua liberdade civil”. Também refutou todos os motivos econômicos apresentados por Cunha Matos para manutenção do tráfico de escravos. Utilizou como argumento a genética da inferioridade biológica da raça negra, ao afirmar que os africanos eram “differentes dos brancos pela organização physica do seu cerebro e inferiores pelo fraco desenvolvimento dos seus órgãos intellectuais”. Ou seja, o mesmo “racismo científico”, empregado como justificativa para escravizar os africanos, foi utilizado por Coutinho para rechaçar o tráfico. Ou seja, agora eram os escravos que embaraçavam o desenvolvimento do país. Concluiu portanto, que “o Brazil, em vez de perder com a abolição do tráfico de escravatura, ha de pelo contrario muito ganhar com ella”. Com o fim da escravatura se encontrarão meios de melhorar a método de lavar a terra e plantar, as indústrias e engenhos de açúcar serão aperfeiçoados. Principalmente com a introdução dos colonos europeus, por serem muito mais inteligentes do que os negros. Citou o exemplo da prosteridade agrícola, industrial e comercial dos Estados Unidos da América, com a abolição da escravatura e admissão de colonos. Quanto ao prazo de três anos para acabar com o tráfico, “oxalá que fosse menor este tempo”, afirmou o deputado. Assim como o bispo da Bahia, não desaprovou o tratado e até louvou a capacidade do governo inglês de usar sua influência para acabar com o “vil commercio de escravos”, mas não concordou com o ministro brasileiro por exorbitar a esfera do seu poder, estabelecendo a pena de morte.

Bernardo Pereira de Vasconcelos, futuro líder do Partido Conservador, que na terceira legislatura (1834-1837) irá propor a revogação da lei de 1831 (que declarava livre os escravos introduzidos ilegalmente no Brasil e encabeçar a campanha em favor do contrabando de

escravos africanos no Parlamento brasileiro), não reprovou neste primeiro momento, a abolição do tráfico “do sangue e carne humana”.<sup>308</sup> Pelo contrário, até elogiou o procedimento dos ingleses: “longe de excitar queixumes, reclama agradecimento da nossa parte. (...) Sejam gratos á nação ingleza; lembremo-nos que elles têm defendido a liberdade do genero humano, e que ás suas terminantes declarações á santa alliança se deve a tranquilla emancipação da America”. Também não reprovou a pena de pirataria contra os infratores do tratado. Para ele, “a pena de morte não está fora de proporção como o delicto de traficar em carne e sangue humano”. Esta especulação, conforme demonstrou um parlamentar francês em março de 1822, “é de todas a mais lucrativa”. Portanto não pode ser contido com penas brandas. Seguiu discursando sobre os males desta especulação no território africano e as vicissitudes sofridas pelos africanos, da travessia no mar ao mercado de escravos no Brasil. Refutou o princípio de que na África “sendo lícita a morte do prisioneiro”, a escravidão era um benefício. Pois como se sabe, afirmou o deputado, não “fazem objecto deste trafico só os prisioneiros de guerra”. Apesar de reconhecer que o comércio irá ressentir o fim do tráfico, mostrou-se bastante otimista, ao afirmar que num espaço de três anos se darão novas aplicações ao capital empregado no tráfico. Não havia motivo para lastimar, pois não é desta população que o Brasil necessita. Com a cessação do tráfico haverá melhor tratamento da escravatura existente, levando à sua multiplicação. Lembrou que o Brasil era o “unico país do globo que ainda prossegue neste comércio”. O Brasil deveria imitar os outros estados americanos, abolindo este comércio que é inconstitucional e contrário à liberdade pública. Quanto ao tratado em si, era a favor de responsabilizar o ministro por “mal servir a pátria” e fazer uma advertência ao governo. Pois romper com o tratado seria uma atitude incensata e levaria a um risco desnecessário. O que levou Vasconcelos, deputado pela Província de Minas Gerais (grande importadora de escravos) e suposto responsável pelo periódico *O Sete de Abril*, a mudar radicalmente o seu discurso em 1835 e se tornar um dos maiores apologistas e apoiantes do contrabando de africanos? É o que veremos na terceira parte desta tese.

Outros parlamentares, mais cautelosos e conscientes da situação delicada, visto que muitos representavam a elite escravocrata do império, preferiram não aprofundar a questão do tráfico, alegando não ser este o objeto de discussão, focaram no fato do tratado ter sido

---

<sup>308</sup> Vasconcelos, em seu pronunciamento na sessão de 24 de julho de 1843, da Câmara dos Deputados, se mostrará arrependido de ter apoiado o tratado com o governo inglês: “(...) nossa lavoura vai-se arruinando, uma vez que nossa fraqueza aceitou do estrangeiro tratados que proibiram a importação de africanos”. ACD, sessão de 24 de julho de 1843, tomo II, p. 391.

ratificado, sem consulta prévia dos deputados e nas atribuições dos poderes Executivo e Legislativo. Augusto May (Minas Gerais), em novo discurso, enfatizou o fato de que a Inglaterra não tinha necessidade imediata de abolir o tráfico, pois os seus interesses em África e na Ásia não seriam afetados caso o tráfico permanecesse por mais quatro ou cinco anos. O que ela pretendia na verdade, era dar uma lição de força ao Brasil. Para ele, os ministros deveriam aproveitar este momento em que a opinião pública mostrava-se contrária a esta rápida medida, para corrigir seu erro. O deputado Francisco de Paula Sousa Melo (São Paulo), também culpou o ministro por usar mal a sua autoridade, por violar a constituição, colocar em risco a fortuna pública, a dignidade nacional, e por não ouvir a opinião pública a respeito do prazo para acabar com a importação de escravos, esquecendo-se das sérias consequências que esta cessação produziria, sobretudo quanto ao do crime de pirataria. Para o deputado o único poder que está acima de todos os poderes é a “opinião pública”. Só ela que faz justiça e que poder salvar a “honra nacional”. Com indignação arguiu: “se um ministro pôde por um tratado fazer leis e desfaze-las, fechem-se as portas das salas dos senadores e deputados, é escusada esta forma de governo e abracemos outra vez o procripto absolutismo”.

Os deputados, Sousa França (Rio de Janeiro), Clemente Pereira, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro (São Paulo), Miguel Calmon du Pin e Almeida (Bahia), Francisco de Paula Cavalcante (Pernambuco), cada um a seu modo, também responsabilizaram o ministro. Seus argumentos, embora diferissem em alguns pontos, baseavam-se na Constituição brasileira, que no seu Art. 38, Capítulo II, previa os crimes contra a nação cometidos pelos Ministros: “é da privativa atribuição da mesma Camara decretar, que tem logar a acusação dos Ministros de Estado e Conselheiros de Estado”. Além do mais, já havia sido aprovado pela Câmara e encaminhada ao Senado, em 29 de julho de 1826, o projeto de “lei de responsabilidade ministerial”, considerando crime de “traição”, os ministros e que por meio de “tratados”, atentassem contra a *“Independência, Integridade, Defeza, Dignidade, ou Interesse da Nação”*. O Art. III § 1º do Projeto, os ministros deveriam responder por “abuso de poder” e por usar “mal da sua autoridade nos atos não especificado na Lei”.<sup>309</sup> A Lei foi sancionada em 15 de outubro de 1827, e as penas iam desde a perda de empregos, honras e mercês, à pena de morte.

---

<sup>309</sup> A Lei de 15 de outubro de 1827, no seu Art. 1º, do Capítulo I: “Os Ministros e Secretários de Estado são responsáveis por traição”. 3º: contra a independencia, integridade e defesa da nação. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1827, p. 54, vol. 1.

Adotando uma linha mais conciliatória, os deputados Holanda Cavalcante de Albuquerque (Pernambuco), Costa Aguiar (São Paulo) e Custódio Dias (Minas Gerais), apesar de criticarem a ingerência dos ingleses nos negócios internos do Brasil e considerarem o curto prazo e a pena de pirataria, o mais “odioso do tratado”. Mas como o tratado já estava feito e ratificado, não havia nada mais a fazer senão “dizer ao governo que a Câmara estava inteirada”. Na opinião de Costa Aguiar, “para que entrar na inteligência deste artigo da constituição? Para que suscitar a questão se o governo podia, ou não podia fazer semelhante convenção? Para ele faltou “coragem e sangue frio” da parte dos ministros brasileiros de não sujeitarem à uma lei ditada pelos ingleses, sendo esta a atribuição do legislativo brasileiro. Os ingleses impuseram uma condição a que nenhuma nação se tem sujeitado, concluiu o deputado. Citou o exemplo dos Estados Unidos, cuja proibição da importação dos escravos se deu apenas depois de 32 anos, após ter ficado independente (4 de julho de 1776) e pelo ato do congresso de 2 de março de 1807. Enquanto o Brasil, independente a pouquíssimo tempo (menos de 5 anos), ainda não estava suficientemente preparado para acabar com o comércio de escravos de repente, quase de surpresa e por uma lei que não foi feita pelo corpo legislativo brasileiro. Sem pretender aprofundar suas opiniões sobre as consequências da abolição do comércio de escravos, por se tratar de um problema melindroso e não ser este o tema em questão, se dizia favorável ao fim do tráfico, mas não por interferência dos ingleses. Não obstante, os argumentos de Costa Aguiar reforçam a ideia da necessidade de se preparar a opinião pública para esta ruptura, através de uma mobilização popular e campanhas abolicionistas do tipo moderna, como aquelas ocorridas em Inglaterra e França.

Mais uma vez, Cunha Matos tomou a palavra, para em outro longo discurso, defender-se de todas as acusações e críticas por fazer apologia ao comércio negreiro. Percebeu os discursos dissimulados dos oradores e ironizou: “Que bellas theorias, que sublime moral, que louvavel philanthropia tem no dia de hoje apparecido nesta sala! Queira Deus que tantas virtudes tenham a sua base nos corações dos horados oradores!” Mostrou-se indignado pela forma leviana que os parlamentares estavam tratando um objeto tão importante para a nação e desabafou:

Serei eu por acaso algum canibal ou antropophago Serei negociante de escravos? Não, Sr. presidente! Sou representante da nação brasileira (...). Eu desejo que acabe esse infame trafico, mas quero que acabe quando julgar conveniente a assembléa legislativa do povo brasileiro, depois que tomar em consideração o estado actual da agricultura, commercio, navegação e possibilidade ou impossibilidade de fazer face ás despesas publicas, e de encher com homens brancos o imeno

vacuo que ha de deixar na nossa limitadissima população a quase repentina exclusão dos escravos nas terras do império.<sup>310</sup>

É importante ressaltar que o debate sobre a abolição do tráfico não estava em pauta, todavia percebemos nos discursos e argumentos dos parlamentares favoráveis à supressão do comércio negreiro, grande influencia pelos pensamentos antiescravistas de Hipólito da Costa (1811), João Maciel da Costa (1821), Antônio Gonçalves Chaves (1822), José Bonifácio (1825)<sup>311</sup> e de José Eloy Pessoa (1826).<sup>312</sup> Este último havia recentemente (em agosto de 1826) oferecido à Câmara dos Deputados e dos Senadores exemplares da sua *Memória sobre escravatura e Projecto de Colonização de Europeus*.

Na verdade, a maioria dos parlamentares procuravam através de seus discursos anti-tráfico, acobertar o grande problema que era a conservação do sistema escravista no Brasil. Cunha Matos constatou isto e desafiou a Câmara ao afirmar que a verdadeira filantropia e humanidade, estava em libertar todos os escravos. Se, o tráfico é vergonhoso e oposto ao espírito do cristianismo, como se têm dito, “para que continuam os eclesiásticos a viver com esta gente procedida de um vergonhoso trafico?” Dirigindo-se ao arcebispo da Bahia, seu crítico mais feroz, exigiu que os eclesiásticos dessem o exemplo e libertassem os seus cativos, para que a moralidade não ficasse apenas nas palavras. Ele próprio gostaria de dar este exemplo, no entanto, consciente desta dificuldade, confessou que não estava disposto a libertar seus 30 ou 40 escravos, por ter-lhe custado muito dinheiro. Mas, para “desencargo de consciência”, tratava-os com humanidade. Afirmou que nem os homens livres, eram tão bem alimentados e bem vestidos como os seus escravos. Por fim conclui: “Sr. presidente tudo são theorias, modas do tempo e com o tempo hão de acabar!”. O deputado por Goiás julgava que a “humanidade” e “filantropia” muito em evidência naquela época, não passava de modismo e que duraria pouco. Por outro lado, compreendia a necessidade que os tribunos tinham em mostrar para a opinião pública internacional que o Parlamento brasileiro também estava, pelo menos naquele momento, comprometido com o liberalismo, com o regime constitucional e com os princípios

---

<sup>310</sup> ACD, sessão de 3 de julho de 1827, p. 31.

<sup>311</sup> José Bonifácio (1825:6) questionou em sua *Representação*: “como poderá haver uma constituição liberal e duradoura em um país continuamente habitado por uma multidão imensa de escravos brutais e inimigos?”

<sup>312</sup> A *Memória sobre escravatura e Projecto de Colonização de Europeus*, escrita pelo Coronel José Eloy Pessoa, foi entregue à Câmara dos Deputados e à Câmara dos Senadores, em agosto de 1826. Embora Eloy Pessoa criticasse abertamente os defensores do “comercio de sangue humano”, o tráfico da escravatura deveria terminar “gradualmente e jamais repentina e imprudentemente”.

das luzes. Para não destoar dos demais oradores, procurou demonstrar que também era adépto dos princípios ilustrados:

Eu não cairia no indesculpável absurdo de sustentar nos dias de hoje e no meio dos sábios da primeira ordem da nação brasileira, uma doutrina que repugna às luzes do século, que se acha em contradição com os princípios de philantropia geralmente abraçados: o que me proponho é mostrar que ainda não chegou o momento de abandonarmos a importação dos escravos.

Não menos contundente foi o discurso de Clemente Pereira (São Paulo), autor do primeiro projeto nacional para supressão do tráfico, em 4 de julho de 1826, e das bases do projeto criminal brasileiro, que representou uma espécie de síntese pragmática de tudo que foi discutido. Lamentou o fato do seu projeto não ter sido votado antes da ratificação do governo britânico; concordou com o voto separado de Augusto May e parte dos argumentos de Cunha Matos, apoiando-o no princípio de que a convenção da abolição da escravatura, era de todas as luzes, a mais “offensiva da honra, dignidade, independência e soberania nacional”, pela intervenção inglesa. Votou contra as emendas de Vasconcelos e Paula Souza, que propunham o adiamento da discussão, por não achar justo “continuar a entreter o povo na illusoria expectativa de que esta convenção não há de ter efeito”. Segundo ele, a maior parte dos habitantes do Brasil, ainda não tinham a certeza da existência do tratado e a maior daqueles que o conheciam, estavam na esperança de que não haveria de ter efeito. As justificativas do deputado confirmam o fato de que o tratado era extremamente impopular no Brasil.

Ao expor seus argumentos sobre esta matéria, Clemente Pereira procurou focar apenas nos aspectos políticos e legislativos que afetavam os interesses do Brasil, eximindo-se de entrar nos princípios da religião, da humanidade e da filantropia, que faziam este comércio odioso. Preferiu, segundo ele, analisar a questão do fim do tráfico e do tratado de forma prática e não sob a ótica das teorias abstratas, escritas por filósofos que nunca vieram ao Brasil e não sabem como são as coisas por aqui, pois as teorias são gerais e cada nação tem a sua especificidade. Assim, no plano político “louvou” a atitude dos ministros em acabar com o comércio de escravos, por reconhecer que este era o maior obstáculo para o progresso e o desenvolvimento da nação brasileira. Entretanto, no plano legislativo, desapropou e até imputou a decretação da responsabilidade do ministro, por estipular a pena de pirataria àqueles que continuarem o comércio, sendo que esta prerrogativa cabia apenas aos corpos judiciários e legislativos do Brasil. Como todos os parlamentares se dizia “favorável” ao fim do tráfico, contudo os



interesses nacionais falavam nãis alto: “as philantropias são muito boas e muito louvaveis; mas eu hei de decidir dos negocios publicos com vista nos interesses da nação, e esta será sempre a minha política”. Para ele a abolição repentina e premantura deverá causar males que ainda não estão bem calculados e “muita gente não prevê ou não quer prever”. Portanto, procurou demonstrar que o momento não propício, devido a pouca população e falta de braços para a agricultura e outras atividades.

De forma bastante realista, afirmou que este não era um problema não se resolvia com a “mesma facilidade com que se bebe um copo de água fresca, ou se engole uma pílula dourada!” Como Cunha Matos, era bastante pessimista quanto à solução apresentada pelos tribunos para resolver o problemas relacionados ao fim do tráfico, pautadas pela civilização dos índios e introdução de imigrantes europeus. Estas proposições não passam de uma quimera, afirmou ele. Os índios só muito lentamente podem ser civilizados. Quanto aos imigrantes, lembrou a triste experiência dos colonos que a “peso de ouro” vieram para o Brasil. Para o deputado só havia dois meios de atrair os europeus: ou engajá-los ou convidá-los à emigração. O primeiro exige muitas despesas do governo, com agentes habéis e dinheiro. O Brasil não tem nem um nem outro, afirmou. Mesmo que viessem os europeus, viriam braços corrompidos, vadios e inábeis, “porque os bons lá achão muito em que se occuparem (apoiados) e lá se estabelecem com solidez e a Europa só há de deitar para cá as suas escórias e as suas fezes, enquanto os meios de os trazer forem engajamentos (apoiados).” Perguntou: “qual será pois o meio de fornecer braços ao Brazil, se da costa d’Africa não podem vir mais, se pouco se pôde esperar dos índios e da Europa só podem vir lentamente e com número insufficiente?” Como Cunha Matos, também previa que a propagação protegida dos negros era a melhor solução que se podia oferecer. No entanto “longe de ser promovida, tem sido diretamente perseguida por systema”. Se somente no porto do Rio de Janeiro entram de 25.000 a 30.000 negros anualmente, não deveriam as Províncias estarem abundantemente povoadas? Questionou o deputado.

Para defender a continuação do tráfico, o deputado utilizou dois fortes argumentos: (i) primeiro, a necessidade de importar mais escravos africanos, pois não obstante o grande volume de escravos que durante muitos anos entrou no Brasil, a quantidade de escravos era quase estacionaria. Ou seja, não houve reprodução da escravidão pois os fazendeiros, para evitar o risco e o incômodo de criar os filhos dos escravos, costumavam empregar unicamente homens. Com este sistema, em algumas fazendas eram raras as mulheres e na maior parte delas, a proporção era de uma mulher para quatro homens. (ii) Segundo, o Brasil por ser uma nação

“recém-nascida”, não podia imitar as nações clássicas com suas instituições liberais. Deveria antes, seguir a lenta maturação processadas por elas. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, o comércio de escravos não foi abolido imediatamente. Os Estados Unidos, “pátria da liberdade”, levaram 32 anos para abolir definitivamente o comércio da escravatura. Na Inglaterra, mesmo com tantas razões filantrópicas, durante dezesseis anos ocorreram fortes debates no parlamento, contra a abolição repentina deste comércio em suas colônias, e só depois de terem introduzido ali um número extraordinário de escravos é que se tomaram esta medida. Lamenta o deputado:

Serão suficientes três annos para acabar com elle no Brazil, para nós que temos a necessidade de povoar o nosso império, quando a Inglaterra julgou necessários 16 annos para ella, que não tinha a povoar senão suas colonias? Digão os luminosos philanthropicos da Inglaterra o que quizerem, eu convenho que é necessario acabar com este trafico de vender carne humana, mas eu nunca acreditei que nisto tenha andado philanthropia nem espirito de religião, mas unicamente interesse e vistas de alta politica. [...] Pitt, illustre orador e celebre politico, que de noite, no parlamento de que era membro, repetia energicas declarações contra o commercio da escravatura e de dia, como ministro, protegia effetivamente no seu gabinete a actividade do mesmo commercio, por forma que foi precisamente no intervallo do seu ministerio de 1797 a 1805, que debaixo de sua immediata protecção se introduziu nas ilhas de Démerai, Berbie e Essequibo, mais de 200.000 escravos!<sup>313</sup>

Para Clemente Pereira, a abolição do comércio da escravatura não podia ser objeto de uma convenção, por ofender a “*dignidade e a honra da nação*”. Ou seja, pelo direito das gentes não era lícito a uma nação exigir de outra tratados que ofendem as suas leis fundamentais. Por outro lado, Constituição do Império, proibia aos ministros do poder executivo obrar contra as leis estabelecidas. Mesmo que os Constituintes de 1823 tenham, em sessão secreta, autorizado o governo a celebrar a convenção para abolir o tráfico negreiro, conforme o testemunho de alguns deputados,<sup>314</sup> não cabia ao ministro declarar crime de pirataria a continuação do comércio, “por atacar diretamente a constituição, à dignidade à honra nacional e aos direitos individuais dos cidadãos brasileiros (apoiados)”, concluiu o deputado. Entretanto como até aquele momento não havia como formalizar o processo de acusação contra o ministro, o deputado insistia na recusa de todas as emendas que propunham o adiamento desta discussão e

---

<sup>313</sup> ACD, sessão de 4 de julho de 1827.

<sup>314</sup> Segundo Paula Souza, “aquela assembléia o autorizou, mas foi para abolir o tráfico, contanto que isto fosse depois de um certo prazo (que ela indicou) que se devia contar depois da ratificação e contanto que a Inglaterra reconhecesse a nossa independência e garantisse o nosso sistema de governo monárquico-representativo-constitucional.” ACD, sessão de 4 de julho de 1827.

se deliberasse na forma do parecer da Comissão de Diplomacia e Estatística, dizendo ao governo que a Câmara estava inteirada.

É importante observar que, a despeito do clima político de insegurança e desconfiança em relação ao governo, em nenhum momento os parlamentares ousaram atacar diretamente a pessoa de D. Pedro I, mantendo o princípio “Inviolável e Sagrado” do Imperador.<sup>315</sup> Toda a culpa recaiu sobre o Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Não obstante, as posições de Clemente Pereira eram claras e pautadas em argumentos que foram bem entendidos. Os parlamentares brasileiros, reproduziram, guardando as devidas proporções e contextos, por se tratar de uma sociedade escravista, muitos dos argumentos utilizados no parlamento britânico nas décadas de 1780 e 1790, em que, divididos entre os favoráveis e contrários ao tráfico, tentaram demonstrar a importância de um e de outro para a Grã-Bretanha. Os parlamentares brasileiros, sejam para defender ou rechaçar o tráfico, também procuraram associá-lo ao progresso moral e econômico da nação. Sem excessos e utopias, apesar de não serem uníssonos, mas munidos de espírito pragmático, estes primeiros representantes da nação brasileira procuraram adequar a escravatura à realidade nacional.

Por fim, a falta de consenso em torno do fim do tráfico, até mesmo entre os oradores representantes das principais províncias importadoras de escravos: Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Minas Gerais e São Paulo, que mais disputaram a tribuna, terminou por favorecer os argumentos de ordem prática, voltado para os interesses internos do país. Portanto, naquele momento defender a continuação do tráfico, era o mesmo que defender a “*dignidade e a honra da nação*”, ainda que enquadrasse o governo no crime de “responsabilidade ministerial”.

Entretanto ficou decidido que a Câmara não se pronunciaria sob o tratado anglo-brasileiro. Os votos separados de May e Cunha Matos, juntamente com a cópia do ofício enviado pelo governo, foram publicados na edição do dia 9 de julho de 1827, do *Diário Fluminense*<sup>316</sup> e num panfleto separado. No dia 29 de setembro de 1827, foi publicado na sessão “Artigos de Offício”, do *Diário Fluminense*, a Carta de Lei, com o teor do Tratado para a regulação e abolição do comércio de escravos na costa da África, ratificado pelo Príncipe

---

<sup>315</sup> Art. 99, Capítulo 1. Do Poder Moderador, da Constituição Política do Império do Brasil. Carta de Lei de Março de 1824.

<sup>316</sup> O *Diário Fluminense* também transcreveu, sem nenhum comentário, os discursos dos outros parlamentares, nas edições de 9, 10, 11, 12 e 13 de julho de 1827.

Jorge IV do Reino Unido. O *Jornal do Commercio*<sup>317</sup> e a *Gazeta do Brasil*,<sup>318</sup> também publicaram a Carta de Lei nas edições de outubro do mesmo ano. Em Portugal, a *Gazeta de Lisboa* anunciou a publicação oficial do tratado no *Diário Fluminense* e publicou uma pequena nota sobre a discussão na Câmara dos Deputados do Brasil, relativamente à Convenção anglo-brasileira para a abolição do tráfico, informando sobre a divisão de opinião entre os parlamentares acerca do fim do tráfico. Para a *Gazeta de Lisboa*, enquanto alguns deputados consideravam que “a perda do tráfico da escravidão seria a ruína do Brasil”, outros, afirmaram o contrário e levantaram a voz em defesa da “generosa política da Grã-Bretanha”.<sup>319</sup>

Prevaleceu portanto, o artigo constitucional que atribuía aos poderes Executivo e Moderador, a condução da política externa. Ao Parlamento, cabia apenas a função de aprovar os tratados que versassem sobre a cessão de territórios, e de ser consultado no caso de declaração de guerra ou de paz. Mesmo assim estas decisões continuariam como prerrogativa do Executivo, pois até a sua abdicação D. Pedro I procurou centralizar todas as decisões de política externa. Inclusive eximindo-se de publicar os atos do seu governo no *Diário Fluminense*, como outrora se fazia no antigo *Diário do Governo*.

Todavia a Câmara dos Deputados, não deixaria passar a questão da centralização política impunemente. Quanto foi discutida as despesas orçamentárias para a Secretaria dos Negócios Estrangeiros, os deputados reduziram enormemente os gastos com o corpo diplomático e voltaram a criticar os Tratados do Comércio e da Extinção da Escravidão, nos quais não viram nenhuma vantagem para o Brasil. Especialmente o Tratado para o fim do tráfico, que na opinião do deputado Vergueiro, era um “ato de feudo à uma nação” e um “estado de guerra” em que um vencedor impõe condições onerosas e de abatimento ao vencido”, não dando nenhuma compensação à outra. A abolição foi decretada de forma pouco decorosa à nação, não prevendo os prejuízos à agricultura e ao comércio, nem prevenido ou tomado providências para suprir a falta de braços, enquanto o Legislativo já havia elaborado um Projeto de Lei para esta abolição. Portanto, tendo em vista o pouco que tem feito e a grande despesa com o corpo diplomático, formado majoritariamente por estrangeiros não naturalizados em detrimento aos cidadãos brasileiros, além dos parlamentares votarem para uma considerável redução dos valores orçamentários atribuídos ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, determinaram o

---

<sup>317</sup> Nas edições de 2, 8 e 9 de outubro de 1827.

<sup>318</sup> A pedido dos subscritores, publicou na primeira página da edição de 13 de outubro de 1827.

<sup>319</sup> *Gazeta de Lisboa*, 12 de outubro de 1827, nº 242, p.1275-1276.

encerramento de todos os Consulados criados arbitrariamente pelo governo sem consentimento da Assembléia. Dentre eles, os Consulados em Angola e Moçambique, uma vez que, “terminado o comércio de escravos nestas terras” terminam com ele, as transações com o Brasil, conforme asseverou o deputado Lino Coutinho.

A partir de 1827, os Deputados passaram a exigir a apresentação de um relatório anual da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, para a aprovação dos orçamentos, representando assim, uma forma de controle indireto da parte do legislativo. Segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno (1986:15-18), esta postura pessimista, dos parlamentares brasileiros, sobre as relações internacionais no Primeiro Reinado, levou a política externa brasileira a uma posição de isolamento que persistiu até o início do Segundo Reinado.

#### **2.4.3. Discussão no Senado**

Se na Câmara dos Deputados ficou decidido que não se pronunciariam sob o tratado anglo-brasileiro, muito menos seria barrado no Senado, apesar do senador José Egídio Álvares de Almeida, Marquês de Santo Amaro (Bahia),<sup>320</sup> percebendo a grande repercussão política que a discussão do tratado anglo-brasileiro ganhara na Câmara dos Deputados, ter enviado à mesa, na sessão de 23 de julho de 1827, uma Indicação exigindo do governo uma cópia da Convenção para a abolição do comércio da escravatura concluída com o governo inglês. Para o Marquês, mesmo que o governo tenha arbítrio de comunicar ou não os tratados realizados com as potências estrangeiras, e de fazer ou não sua a comunicação, uma vez que já foi comunicado à Câmara dos Deputados, deveria também ter sido comunicado ao Senado.<sup>321</sup> A despeito do senador José da Silva Lisboa, Visconde de Cayru (Bahia) ter discordado, por não existir a obrigação de fazer comunicação com cópia duplicada do tratado às duas Câmaras e considerar irregular as duas Câmaras discutirem ao mesmo tempo sobre o mesmo tema, foi aprovada a exigência da cópia da convenção, fundamentado apenas na violação do Art. 102 §8º da Constituição do Império, e não pela discussão sobre o fim do tráfico. O fato do Senado também exigir a cópia do tratado mas não ter interesse em discutir a questão do fim do tráfico, um problema de grande importância nacional, suscita explicações.

---

<sup>320</sup> Português de origem, foi deputado da Assembléia Constituinte de 1823, Ministro das Relações Exteriores e embaixador em Londres e Paris, Conselheiro de Estado.

<sup>321</sup> Diário da Câmara dos Senadores do Brasil, sessão de 23 de julho de 1827, p. 363-364

O Senado, composto por 52 senadores, membros da elite intelectual e econômica brasileira,<sup>322</sup> formava juntamente com a Câmara dos Deputados, o Poder Legislativo. Além de algumas atribuições mais específicas,<sup>323</sup> cabia aos senadores propor, interpretar, aprovar ou rejeitar projetos de lei. As duas Câmaras não trabalhavam reunidas, a não ser em momentos precisos, designados na Constituição de 1824, formando uma Assembléia Geral. Entretanto dois aspectos importantes distinguiam os senadores dos deputados: (i) a proximidade com o Imperador e com o Executivo em geral. Vale lembrar que os senadores eram escolhidos pelo imperador, a partir das listas tríplices de candidatos eleitos nas províncias por votação indireta; (ii) a vitaliciedade do cargo que garantia a manutenção de grupos políticos, e a formação de alianças duradoras fundadas no conservadorismo. Por isso, não havia muita harmonia de opiniões entre as duas Câmaras. Na prática, a composição do Senado constituía numa articulação política em prol do Imperador e seu Ministério.

Portanto, nesta primeira legislatura, enquanto na Câmara dos Deputados, a questão do tráfico apareceu atrelada ao fato do tratado anglo-brasileiro ter sido ratificado sem antes passar pela Assembléia Legislativa, no Senado ele foi discutido apenas vinculado ao problema da imigração para suprir a falta de braços para as lavouras. Mesmo com posicionamentos antagônicos no que fiz respeito ao tipo e à função da imigração, existia um consenso entre os senadores, quanto a conveniência de se atrair imigrantes europeus para o Brasil.

## **2.5. Diante da apatia do governo, toda imprensa se mobiliza**

O período entre a abertura dos trabalhos da Assembléia Geral (1826) e a abdicação de D. Pedro I em 7 de Abril de 1831, foi marcado não só pelo novo impulso na imprensa em todas as Províncias do Brasil, ainda que inicialmente não pudessem circular livremente devido a censura, apesar do Art. 179 §4º da Constituição de 1824 determinar a liberdade de imprensa, mas também pela intensificação dos atritos entre o imperador e os nacionalistas liberais. Dos 35 periódicos que circulavam em todo o Brasil, somente 14 eram partidários do governo. Ou seja, a maioria era radicalmente contrária e usava linguagens virulentas contra os políticos, o

---

<sup>322</sup> Sobre a composição do Senado brasileiro no período imperial, ver: Carvalho (1980), Taunay (1978).

<sup>323</sup> O Senado possuía outras atribuições mais específicas: eleger a Regência e marcar os limites de sua autoridade, resolver dúvidas sobre a sucessão da Coroa, fixar as despesas públicas e repassar as verbas para as províncias, autorizar o governo a contrair empréstimos, criar ou suprimir empregos públicos, dirigir os trabalhos da Assembléia-Geral, entre outros. Cada província elegia um número de senadores correspondente à metade do número de deputados, que por sua vez era proporcional à população. [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) (acesso em 28/03/2016).

governo e contra o próprio Imperador. Segundo Armitage (1837:219-220), muitos desses periódicos eram exagerados e faltavam lógica nas suas conclusões. Contudo a maneira como eram escritos agradava o povo e era muito grande a sua influencia em todo o Império, conclui o autor.

Neste período, a imprensa brasileira apesar de ser toda liberal, estava basicamente dividida em três tendências partidárias: liberais de direita conservadores (também chamados de restauradores, governistas e ministeriais), liberais de direita (moderados) e liberais de esquerda (radicais exaltados, também denominados “farropilhas”).<sup>324</sup> Como observou *O Poraque* (1829): todos se diziam liberais, mas cada um em seu fim, terminavam sendo exaltados. Concluiu: “os ministeriais “defendem às cegas o governo”, enquanto os liberais “censurão a torto, e a direito, em com demasiadissima acrimonia, tudo o que é obra do governo.”<sup>325</sup> De acordo com as definições de Morel (2005), os “restauradores”, eram também conhecidos como mariolas, caramurus, caveiras, pés-de-chumbo, marinheiros, papeletas e marotos. Valorizavam a monarquia próxima ao tradicionalismo português e após a abdicação de D. Pedro I em 1831, reivindicaram a sua volta. Os “moderados”, prezavam a harmonia, os costumes, o bom senso, a civilização e o equilíbrio entre o antigo e o novo. Tinham por objetivo regular as ações a fim de evitar os excessos e a anarquia. Por sua vez, os “exaltados” eram aqueles que perdiam a razão, fugiam das idéias e atitudes razoáveis, se rendiam às paixões e sentimentos. Não poupavam os inimigos e atacavam o governo com virulência. Possuíam maior conotação social em relação às camadas mais pobres, escravos, libertos e mestiços. Por isso eram rotulados de anarquistas, demagogos, farropilhas e jurujubas.

---

<sup>324</sup> Desde 1829, grupos liberais radicais conhecidos como “farropilhas” (alcunha inspirada nos *sans culottes*, segundo Evaristo da Veiga, redator do *Aurora Fluminense*), já preparavam uma revolução contra o regime monárquico.

<sup>325</sup> Definições segundo *O Poraque*, publicado no Maranhão, que se dizia apartidário, comprometido com a “Verdade, Patriotismo e Desinteresse”. Contava com apenas 85 assinantes, portanto segundo o redator, “nada, quasi, poderemos ganhar, e todavia nos daremos como contentes se alcançarmos os fins d'utilidade pública a que aspirâmos unicamente”. Apesar do desejo de ser imparcial e útil ao público demonstrou tendencialmente áulico. Anunciou no seu primeiro número que iria “combater os adversários do Imperador e da Constituição”. *Semanário Político*, publicou apenas 23 números entre setembro de 1829 e fevereiro de 1830.



**Quadro 4. dos principais jornais partidários do Rio de Janeiro (1826-1831)**

Periódicos liberais de direita conservadores		Periodicos liberais de direita moderados		Periódicos liberais de esquerda radical (exaltados)	
<i>Diário Fluminense</i> (1824-1831)	Entre 1824 e 1825, foi redigido pelo Frei F. de Sampaio e nos últimos anos pelo Cônego J. da Cunha Barbosa	<i>A Astréa</i> (1826-1832)	Redigida por Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto	<i>Luz Brasileira</i> (1829-1830)	Silvério Mariano Quevêdo de Lacerda
<i>Jornal do Comércio</i> (1827-?) <sup>326</sup>	Criado pelo francês Pierre Plancher, redigida por ele até 1834	<i>A Aurora Fluminense</i> (1827-1839) <sup>327</sup>	Fundado pelo francês Joseph Signaud e redigido por Evaristo da Veiga	<i>Nova Luz Brasileira</i> (1829-1831)	Redigido por Ezequiel Correia dos Santos
<i>Gazeta do Brasil</i> (1827-1828)	Redigida pelo português João Maria da Costa <sup>328</sup>	<i>Malagueta</i> (1828-1829)	Fundado e redigido pelo Deputado Luiz Augusto May	<i>Voz Fluminense</i> (1829-1831)	Redator desconhecido
<i>O Analista</i> (1828-1829)	Fundado pelo Ministro da Fazenda e deputado Miguel Calmon Du Pin e Almeida	<i>O Censor Brasileiro</i> <sup>329</sup> (1829)	Redator desconhecido	<i>Tribuna do Povo</i> (1830-1832)	De Francisco das Chagas de Oliveira França
<i>Revista Semanária</i> (1828)	Sem identificação do redator	<i>O Independente</i> (1831-1833)	Redigido por Joaquim José Rodrigues Torres.	<i>O Perilampo Popular</i> (1830)	Sem identificação do redator
<i>O Brasileiro Imparcial</i> (1830)	Joaquim José da Silva Maia <sup>330</sup>	<i>A Verdade</i> (1832-1834)	Redator desconhecido	<i>O Repúblico</i> (1830-1837)	De Borges da Fonseca <sup>331</sup>
<i>O Moderador</i> (1830-1831)	Redigido pelo ex-Vice Consul francês Henri Plasson				

Elaboração própria.

<sup>326</sup> O *Jornal do Comércio* fundado pelo editor e tipógrafo Pierre Plancher, o mesmo de o *Spectador Brasileiro* (1824-1827), foi criado para substituir o *Diário Mercantil*, era dedicado aos negociantes conforme anunciado pela *Gazeta do Brasil*, mas também teve forte participação política nesta época. Teve vários redatores: o próprio Plancher, Emil Seignot, João Francisco Sigaud, Júlio Cesar Muzzi, Francisco de Paula Brito e Luis Sebastião Fabregas Suriqué. Plancher teve que regressar à França e deixou o jornal a cargo de Seignot, que o vendeu a 4 de fevereiro de 1834, a Julius Villeneuve e Reol de Mongenet (Sodré, 1999:109). Jornal de publicação diária, circulou em várias regiões do país. Era lido pela elite econômica e cultural, formada pela aristocracia cafeeira, comerciantes, etc. Chegou a ser comparado ao *The Times* de Londres e ao *Le Temps* de Paris. Próspero e influente, conseguiu em 1862, o direito de publicar o “*Les Misérables*” de Victor Hugo, em jornal e em livro, antes de qualquer editora de Paris.

<sup>327</sup> Considerado o mais importante e mais estável periódico daquela época, com oito anos de existência ininterrupta. Circulou regularmente três vezes por semana. A partir de 1828, Evaristo da Veiga assumiu sozinho a direção do jornal.

<sup>328</sup> Ex-redator do *Atalaia da Liberdade*.

<sup>329</sup> Circulou de entre em maio e julho de 1829. O redator de *O Farol Paulistano*, insinuou haver alguma relação entre José Clemente Pereira com o *Censor Brasileiro*, devido à frequente e publicação das falas deste Ministro. O *Farol Paulistano*, 28 de junho de 1828, nº 125, p. 514.

<sup>330</sup> Português de nascimento, fundou e redigiu na Bahia, o *Semanário Cívico* (1821-1823), e *O Imparcial*, (1826-1828), na cidade do Porto, em Portugal.

<sup>331</sup> Borges da Fonseca, fundou a *Gazeta Paraibana* (1828-1829), segundo jornal da Província da Paraíba, onde foi perseguido, preso e processado. Liberto em 1829, continuou sua luta política em Pernambuco, à frente do *Abelha Pernambucana* (1829-1830). Bastante conhecido no Brasil, em 1830 foi para o Rio de Janeiro, a pedido de seus companheiros de ideias políticas, onde fundou o *Repúblico*, um dos mais importantes periódicos da esquerda liberal, na Corte. Apesar do título do seu jornal, *O Repúblico*, Fonseca era adepto da monarquia. Conforme suas explicações no primeiro numero, o título faz referencia ao seu desejo de fazer o “bem público”. Ou seja, o redator faz referência à acepção clássica do termo *res publica* (coisa pública), do direito romano.



Mesmo com tendências políticas divergentes e a despeito do forte apelo público contrário ao fim do tráfico, os periódicos publicados na capital do império não fizeram apologia explícita à continuação do tráfico de africanos. Pelo contrário, na imprensa periódica o fim do tráfico parecia ser um fato consumado para uns<sup>332</sup> e esperança de prorrogação do prazo definitivo para outros. Os anúncios de venda de navios “próprios para escravatura”, no *Jornal do Comércio* entre 1828 e 1830, tendo por consignatários várias empresas inglesas, demonstra a desmobilização dos traficantes.

Na Câmara, os parlamentares da primeira legislatura (1826-1829), também haviam decidido não questionar a respeito do Tratado anglo-brasileiro. Prova disso foi em 1829, quando os deputados votaram quase por unanimidade o parecer contrário ao pedido das Representações do Conselho Geral do Maranhão e do Conselho Provincial de Minas Gerais, que apresentaram relatórios minuciosos sobre os danos que a proibição do tráfico causaria e pediam a prorrogação do prazo para a extinção do tráfico. Os deputados alegaram que o Tratado não podia ser questionado pela Assembleia Geral, muito menos pelos Conselhos das Províncias.

Porém, com a proximidade da data prevista para o fim do tráfico, alguns periódicos moderados e exaltados começaram criticar o governo de D. Pedro I pela inércia e falta de medidas que visassem minimizar o efeito provocado pelo fim da introdução de escravos no Brasil. Os dados apresentados pelo Juiz interino da Alfândega do Rio de Janeiro, José Procópio de Castro, em 31 de março de 1829, mostrando a redução drástica na importação de escravos na Corte, tornou o problema preocupante.

**Tabela 4. Escravos importados no Rio de Janeiro de janeiro de 1820 a 26 de março de 1829.**

Anos	Escravos	Anos	Escravos
1820	15.020	1825	26.254
1821	24.134	1826	33.999
1822	27.963	1827	29.787
1823	20.349	1828	43.555
1824	29.503	1829	13.459

Fonte: Alfândega do Rio de Janeiro, 31 de março de 1829.

<sup>332</sup> Para os liberais exaltados, o fim do tráfico era um fato consumado. Na opinião do *Moderador*, a escravidão ainda existe no Brasil, mas “vai acabar assim como acabou em quazi toda a Europa, e em outros paizes; acabará porque he contraria á razão, á Justiça e á marcha dos acontecimentos traçada pela Providência”. *O Moderador*, 14 de agosto de 1830, nº 25.

Os moderados, *Aurora Fluminense*, *Malagueta* e o *Astréa*, foram os que mais questionaram apatia do governo e pressionaram o governo a prestar contas à nação. Reclamaram que a extinção do comércio da escravatura, “já em embrião desde o Tratado de 1810, deveria ter sido lembrado a todos e cada hum dos Ministérios subsequente”.<sup>333</sup> Nestes vinte anos, nem o governo e nem o povo colocaram em prática os meios necessários para preencher o vácuo que esta abolição irá causar.<sup>334</sup>

Para Evaristo da Veiga,<sup>335</sup> os tratados com a Inglaterra já mostravam a probabilidade de se abolir o tráfico dos africanos, mais ou menos próxima. Desde então, que o Governo “deveria ter preparado as cousas, para huma transição doce, e livre das commoções rudes de um choque repentino”. Depois da nossa Independência política, “as cousas podião-se emendado, o espirito publico podia ser util por mais de huma maneira: o que succedeu porem? Reproduzirão-se, exagerarão-se os mesmos vicios da Corte velha ...”. Por isso, quase todos os agricultores duvidavam que o tráfico de africanos fosse de fato abolido. Pois, “como ha annos ouvem fallar nisto, e não vêm que se tenha occorrido com especie alguma de providencia, elles julgão huma fabula, aquillo mesmo, que se vai realizar em quatro mezes.” Concluiu que o quase silêncio e letargia do governo os adormeceu também em “huma posição que não póde deixar de ser muito inconveniente ao paiz, e só despertarão, para succumbirem ao desalento, que produz hum grande transtorno na ordem habitual das cousas, quando não foi prevenido.”<sup>336</sup>

Prevendo a crise sem precedentes que se abaterá no país, às vésperas do fim do tráfico o redator do *Aurora Fluminense* questionou: como operar mudanças tão radicais em quatro meses? Como nossos agricultores, destituídos de luzes, afeitos do metodo vicioso e arraigado herdados por seus pais, se corrigirão de um momento para o outro? Demonstrou grande preocupação e pessimismo quanto ao destino econômico da nação:

Grande deve ser o intervallo entre a cessação do trafico, e a adopção espontanea e comum desses meios, que podem suprir a importação Africana, e mesmo substituil-a com vantagem. E quantos sofrimentos, quantas ruinas de cazas opulentas, e mingoa dos nossos productos, e exportação,

---

<sup>333</sup> *A Malagueta*, 28 de outubro de 1828.

<sup>334</sup> *Astréa*, 24 de janeiro de 1829.

<sup>335</sup> Liberal ilustrado, Evaristo da Veiga (1799-1837), um os jornalistas e políticos mais influentes e repetidos deste período, era adepto da monarquia constitucional, preocupado com os problemas nacionais e interessado na prosperidade do Brasil. Em 1830 foi eleito deputado por Minas Gerais, sem nunca ter saído do Rio de Janeiro. O seu jornal trazia como epígrafe a quadra produzida por D. Pedro: “Pelo Brasil dar a vida, Manter a Constituição, Sustentar a Independencia; He a nossa obrigação”. Com extrema aversão à anarquia optou sempre pela moderação, sendo considerado pelos seus biógrafos como homem de caráter reto. Contudo notamos mudanças significativas em sua nas edições posteriores ao 7 de abril de 1831.

<sup>336</sup> *A Aurora Fluminense*, 5 de outubro de 1829.

durante todo esse intervalo, se acaso aquelles, a quem a sociedade confiou huma boa parte dos seus recursos, não cuidarem em reduzil-o? Mas terão elles esse cuidado? Terá o Governo applicado os seus divelos para hum fim, que as circunstancias, o bem publico, e o seu proprio interesse requerião. Nós o temos visto até hoje, e o que temos visto do passado nos promete bem pouco para o futuro.

Evaristo por diversas vezes estranhou o fato de um acontecimento tão relevante e capaz de produzir enorme “choque na agricultura brasileira”, como a abolição do tráfico da escravatura, pudesse mercer tão pouco cuidado e atenção por parte dos Ministros:

É mister que o Governo acorde da sua apathia; a posição he grave, e reclama serios cuidados. O grande transtorno na ordem das coisas deveria ter sido previsto (...) que o applicuem para este lado o seu espirito, que busquem rodear se dos conselhos de pessoas inteligentes, e bem intencionadas, que possão guiál os em tal materia e tratem de emendar o mal, que nos tem feito os seus erros e inercia em negocio de tanto ponderação.<sup>337</sup>

Por ser objeto de grande importância e interesse para as fazendas, honras e vida de tão grande número de pessoas, redator clamou aos brasileiros, que se distinguissem pelo saber e experiência, “oferecer à consideração pública alguns meios de tiramos de tão mau passo.”<sup>338</sup> Apesar de reconhecer a escravatura incompatível com a ventura do Estado, afirmou que o Brasil ainda não estava em condições de dispensar “este mal necessário,”<sup>339</sup> e que a extinção do comércio da escravatura, era para as futuras gerações e não para a atual.<sup>340</sup> Na edição de 16 de junho do mesmo ano, alertou o público sobre a elaboração do projeto de lei para a progressiva libertação dos escravos, formulada pelo deputado Ferreira França, afirmando que o Brasil ainda não podia prescindir da escravatura e que os escravos, na sua maior parte, eram “pouco aptos para receberem o benefício da alforria”. Fez coro com o periódico mineiro *O Universal*,<sup>341</sup> ao anunciar que a Província da Minas Gerais seria uma das mais prejudicadas com a abolição do comércio de escravos.

Mesmo acusado pelos seus adversários de “fomentar velhos prejuízos”, “de querer trazer o Guiné para o Brasil” e de ser favorável ao “infame tráfico de carne humana”, Evaristo defendeu a continuação do tráfico e demonstrou grande apreensão quanto a produção agrícola do Brasil, “fonte principal da nossa riqueza”, que seria imensamente prejudicada por falta de

---

<sup>337</sup> *A Aurora Fluminense*, ibidem, idem.

<sup>338</sup> *A Aurora Fluminense*, 18 de janeiro de 1828.

<sup>339</sup> *A Aurora Fluminense*, 16 de junho de 1828.

<sup>340</sup> *A Aurora Fluminense*, 18 de agosto de 1828.

<sup>341</sup> *O Universal*, 17 de dezembro de 1828.

“recrutamento periódico dos pretos africanos”. Preocupado com os agricultores questionou: “como agora poderão acudir ás suas tarefas acostumadas?” A economia brasileira estava de tal forma dependente da mão-de-obra escrava, que na visão de Evaristo, não seria fácil romper com mais de três séculos de tráfico negro.

Luiz Augusto May,<sup>342</sup> deputado e redactor da *Malagueta*, indagou: “por acaso o Trafico da Escravatura não está em vésperas de ser abolido? [...] mão se conhecerá a necessidade que hoje deve sentir o Governo de não abandonar por preguiça ou moleza o manancial das riquezas, e o da Mineração?” O redatores do *Astréa* concluíram que se os ingleses não prorrogarem o prazo permitido para o comércio brasileiro de escravos, ele irá findar “sem remédio algum” e questionaram: “Mas qual he a magnitude desta falta e quaes tem sido os meios propostos, e executados para suppril-a?”. Manifestaram indignação e preocupação com a apatia inexplicável do governo e do povo. A diferença é que, enquanto o povo lamenta continuamente o governo fica mudo e quieto como que se deleitando a ouvir os lamentos do povo e concluíram:

Cumpre portanto que os amigos da Patria, se não puderem remediar o mal em toda a sua extensão, cuidem pelo menos em calmar as indagações dos nossos compatriotas, dando-lhes a conhecer a verdadeira magnitude do mal, já que não podem remedial-o, attenta à pouca vontade que para isso mostra ter o nosso Governo.

Dentre os exaltados, a *Voz Fluminense* e *Luz Brasileira* foram os que mais atacaram e criticaram a falta de medidas do governo para suprir a falta de africanos. A *Voz Fluminense* procurou desfazer o boato que corria em São Paulo (nos lugares mais precisavam de escravos e que mais sofreria com a extinção do tráfico de escravos), publicado no *Farol Paulistano*, de que os deputados “eram a causa d’esse acabamento, e que só se poderia revogar essa ordem se acabasse essa maldita Constituição, e se enforcassem todos os liberaes”, afirmando que “foi o Governo e não a Assembléa quem extinguiu a escravatura. *Isto he tão verdade, como dous mais dous serem quatro*”. Assegurou que:

A Camara dos Deputados se oppoz ao tal tractado, e ainda até hoje não annuo, ou deu sua aprovação a elle; não porque a Camara dos Deputados não visse que é contra a humanidade hum tão barbaro trafico, [...] mas porque via os males que se seguião da extinção da escravatura sem

---

<sup>342</sup> Por ser um dos maiores críticos do governo, Luiz Augusto May, sofreu atentado em agosto de 1829, sendo obrigado a encerrar a publicação do seu jornal.

se ter de ante mão, e prudentemente providenciado a respeito da falta que hão fazer á lavoura esses mesmos braços...<sup>343</sup>

Para a *Luz Brasileira* o governo nada tem feito para suprir os braços africanos “que ele mesmo decepou de hum golpe, sem consultar a Assenbléa, como lhe ordena a Constituição”<sup>344</sup> Lembrou as condições “aviltante” e “vergonhosa” em que foi realizado o Tratado:

Só a Inglaterra, só o furioso e temebroso gabinete Ingles, seria capaz de obrigar o nosso infeliz Brasil, ou melhor, o nosso desgraçado Governo a fazer hum tractado tão aviltante, tão vergonhoso, e tão cheio de afrontas! Eis-ahi o maior acúmulo da nossa desgraça? Eis-ahi o maior ponto da philanthropia Ingleza! Sermos reputados piratas, ou ladrões do mar, só por que assim o quiz a Inglaterra, só por que assim o quiz o nosso desgraçado Governo! [...] Pois para o Brasil abominar para sempre tão barbaro e deshumano commercio, este maldito tráfico de carne humana, (e malditos os primeiros homens que o inventarão) era preciso sujeitar-se á hum tractado tão vergonhoso (que desgraça!) e contra o direito da netureza, e das gentes! Estava da parte do nosso desgraçado Governo, de feita huma Lei pela nossa Assembleia para a abolição da escravatura, tomar todas as necessarias medidas para a sua execução, e não consentir em hum tractado, em que se achão calcados aos pés os nossos direitos, a honra da nossa Nação, e as nossas vidas! Que desgraça he a nossa, meh Deos! Até quando os Inglezes darão leis e governarão as nações, que lhe são inferiores?!<sup>345</sup>

O mais radical dos periódicos exaltados, *o Nova Luz Brasileira*, redigido por Ezequiel Correia dos Santos,<sup>346</sup> criado especialmente para combater o governo de D. Pedro I e o absolutismo (Viotti da Costa, 1999; Basile, 2001), na questão do fim do tráfico não atacou diretamente o governo. Provavelmente por respeitar a propriedade privada e por acreditar que esta questão devesse ser tratada mais no âmbito caritativo e filantrópico do que propriamente político. Portanto, durante os anos de publicação de seu jornal, Ezequiel, apesar de ser favorável à abolição gradual do tráfico da escravatura,<sup>347</sup> transferiu esta responsabilidade às Irmandades de Pardos e Pretos<sup>348</sup> e à Igreja.<sup>349</sup> Lamentou o fato de muitos liberais não de terem unido ao

---

<sup>343</sup> *Voz Fluminense*, 2 de janeiro de 1830.

<sup>344</sup> *Luz Brasileira*, 10 de junho de 1830.

<sup>345</sup> *Luz Brasileira*, 13 de março de 1830, nº37.

<sup>346</sup> Para Emília Viotti da Costa (1999:149) o radicalismo de Ezequiel Correia dos Santos, fazia lembrar os sans-culottes da Revolução Francesa. Ver também: Basile (2001).

<sup>347</sup> Ezequiel era apologistas da “Liberdade do Ventre” e utilizou do seu jornal para divulgar esta idéia.

<sup>348</sup> Para Ezequiel, as Irmandades de Pardos e Pretos, ao invés de gastarem tempo e dinheiro com festas, “dariam mais serviço a Deus, se empregassem o bom officio aconselhar, dirigir e moralizar os pretos e pardos cativos, livrando-os de vícios e crimes e habituando-os a conservar seus vintens que gastam com cachaça e outros deboches que podiam ser ajuntados para comprar sua alforria”. *Nova Luz Brasileira*, 22 de outubro de 1830, nº27, p. 345.

<sup>349</sup> Ezequiel pedia insistentemente no seu jornal que o Bispo Diocesano, faria grande “serviço a Deus e à República (couisa pública), se tomasse direção de huma tão pia obra de misericórdia”, para comprar a liberdade de alguns escravos.

“deputado Ferreira França, a fim de ir lentamente acabando com a escravidão, se quer declarando livre todo aquele que nasceu entre nós”,<sup>350</sup> concluiu o redator.

### 2.5.1. Abolição do tráfico e imigração: duas questões inseparáveis

Conforme advertiu Habermas, a possibilidade de entrar no debate público, pode produzir demandas e até influenciar na agenda formal do governo. Mas isso não necessariamente significa que as demandas serão cumpridas pelos agentes políticos. Contudo a sociedade civil, ao assumir um papel ativo e pleno de consequências, tem a chance de inverter a direção do fluxo convencional da comunicação na esfera pública e no sistema político, transformando e intervindo no modo de solucionar os problemas. Assim, mesmo com projetos políticos diferentes e antagônicos, numa conjuntura de grande animosidade entre os periódicos, eles procuraram alertar o público e o governo sobre as graves consequências que o fim do tráfico poderia causar em vários setores da economia brasileira caso não surtissem medidas para “remediar” este mal, e buscaram eles próprios propor soluções, com objetivo de influenciar a opinião pública, os legisladores e o próprio Imperador.

Apesar de não ser unânime e dividir opiniões quanto a forma, a maioria dos periódicos entendia que importação de imigrantes como “remédio” mais indicado para suprir a falta dos africanos. O enorme fluxo migratório espontâneo dos europeus que se dirigia para os Estados Unidos, parecia indicar que este era de fato o “remédio” mais acertado.<sup>351</sup> Conforme verificado, a imigração de europeus não portugueses como alternativa ao fim do tráfico e da escravidão, não era uma ideia nova. Desde as primeiras investidas da Inglaterra que, na opinião de Hipólito da Costa, não havia “melhor remedio do que a gradual abolição da escravatura, simultanea com a imigração de habitantes do norte da Europa”.<sup>352</sup> Para João Severiano Maciel da Costa, em sua *Memória sobre a necessidade de abolir a introdução de escravos africanos no Brasil, sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar*, publicada em 1821, o imigrante europeu, desde que

---

<sup>350</sup> *Nova Luz Brasileira*, 11 de fevereiro de 1831, nº 118, p. 520.

<sup>351</sup> Os periódicos analisados não faziam distinção entre *imigrantes* e *colonos*. Para eles, eram todos estrangeiros que de uma forma ou de outra vieram estabelecer no Brasil, apesar de definir *imigração* como a importação de europeus para trabalhar, sobretudo nas lavouras, com sistema de trabalho assalariado, de parceria ou arrendamento, enquanto a *colonização* relaciona-se ao estabelecimento de colonos, de modo geral europeus, em pequenas propriedades rurais organizadas e dirigidas pelo Estado.

<sup>352</sup> *Correio Braziliense*, março de 1811.

selecionado, seria muito bem vindo pois contribuiria não só para aumentar o número de trabalhadores livres, como a população branca em menor número do que a de negros.<sup>353</sup> José Eloy Pessoa em *Memória sobre a escravatura e projecto de colonização dos europeus e pretos da África no Império do Brasil*, dedicada a D. Pedro I em 1826, também apresentou a introdução da mão-de-obra livre com colonos europeus, sobretudo da população excedente da Inglaterra, como uma das soluções para suprir a falta de braços e povoar o Brasil.<sup>354</sup>

Não obstante, a introdução de colonos estrangeiros nas Províncias do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e São Paulo, havia feito parte do projeto de política externa e interna<sup>355</sup> de D. João VI inaugurada a partir de 1818,<sup>356</sup> com objetivo de “promover e dilatar a civilização do vasto Reino do Brasil.”<sup>357</sup> Esta política imigratória sob a “real proteção,”<sup>358</sup> planejada e voltada para o estabelecimento de colonos em pequenas propriedades, foi continuada por D. Pedro que a partir de 1824, destinou recursos públicos para agenciamento de imigrantes alemães e irlandeses. Como vimos, fazia parte da estratégia geo-política e militar<sup>359</sup> do Imperador, para

---

<sup>353</sup> O autor discordava do senso comum, de que a abolir a introdução dos africanos deve ser abolida somente quando a população branca tiver chegado ao ponto dos africanos não serem mais necessários. Para ele, a “habilidade política está em ir fazendo desaparecer a população de escravos gradualmente, e à proporção que for aumentando a de homens livres”. (p.76). Segundo o autor, “no estado em que se acha a Europa, tantas famílias arruinadas, tantos indivíduos desgraçados, tanta gente hábil sem emprego e descontente, não seria difícil engrossar nossa população branca com os emigrados dela. [...] Para o nosso propósito porém, que é xamar homens laboriosos ou para a indústria, ou para a agricultura, todos os inconvenientes se podem evitar fazendo-se uma especie de convenção preliminar. Queremos estabelecer um certo genero de manufaturas e xamar para isso estrangeiros; nada mais simples do que anunciar na Europa isso mesmo, designando os lugares, as condições, os avanços e mais particularidades etc. estamos seguros que os aceitantes são homens de prestimo e trabalhadores. Queremos estabelecer Colonias agricolas; designa-se o terreno, fixa-se a eistensão das concessões com atenção á natureza do terreno e das culturas; declaram-se as condições, e anuncia-se tudo d’um modo claro e preciso, e ja sabemos que os individuos que se oferecerem, são trabalhadores e não vagabundos e vadios” (Costa, 1821:70-73).

<sup>354</sup> As outras soluções seriam a “civilização dos indios” e a colonização dos “pretos da costa Ocidental da África”. Em relação à preferência de Eloy Pessoa pelos colonos ingleses, devia-se não só ao excedente populacional da Inglaterra, “que só em Manchester consta chegar á 42.000 individuos”, segundo ele, mas também pela possibilidade de se obter ajuda do governo inglês em fazer emigrar estes individuos, como também abater as despesas que o Thesouros Nacional brasileiro tiver com os colonos, da dívida contraída com a Inglaterra, pelo Tratado de 29 de agosto de 1825 (Silva: 1826:20-23).

<sup>355</sup> No plano externo buscou estreitar as relações de amizade e comércio com a Confederação Suíça, apresentando como uma saída à população excedente daquele país. Assim, no plano interno inaugurou o processo com estabelecimento de uma colônia com varias famílias do Cantão de Friburg (Suíça), na Província do Rio de Janeiro. Vale lembrar que a instalação da Corte Portuguesa no Rio de Janeiro e abertura dos portos ao comércio internacional atraiu inúmeros estrangeiros de várias nacionalidades. Através do Decreto de 25 de novembro de 1808, o Príncipe D. João permitiu o acesso dos estrangeiros à propriedade fundiária no Brasil.

<sup>356</sup> Os colonos açorianos e madeirenses instalados no Brasil durante o período colonial (antes da Independência), por pertencerem ao Reino Unido, não entram na categoria de imigrantes ou colonos estrangeiros.

<sup>357</sup> Para D. João VI, o Brasil não poderia progredir rapidamente “sem o auxilio, e acrescentamento de habitantes affeitos dos diversos generos de trabalhos com a agricultura e a industria”. Coleção das Leis do Brasil (1818). Decreto de maio de 1818, pp. 40-42.

<sup>358</sup> O governo brasileiro se responsabilizava pelo transporte, concessão de lotes de terras, suprimentos, ferramentas agrícolas, e animais para trabalho, etc. Até que o estabelecimento oferecesse meios de subsistência, realizou ajudas de custo mensais.

<sup>359</sup> De acordo com as instruções de José Bonifácio de Andrada e Silva, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, a Feliberto Caldeira Brant, encarregado dos negócios em Londres, em agosto de 1822, na possibilidade de Portugal realizar novas investidas contra o Brasil, deveria “ajustar alguns regimentos irlandeses, ou de qualquer outra nação onde for mais fácil este recrutamento, debaixo do disfarce de colonos e com condições favoráveis ao Tesouro Público deste reino, devendo estes soldados vir logo armados e equipados. Prometerá igualmente proteção e emprego aos oficiais artilheiros e engenheiros que quizerem aqui vir militar, contando que sejam capazes e não sejam contrários à causa do Brasil”. Despacho de 12 de agosto de



serviço militar brasileiro, o povoamento das regiões fronteiriças<sup>360</sup> e promoção de núcleos coloniais para preencher os vazios demográficos em outras Províncias do Império. Ou seja, não era para apenas para suprir a falta de mão-de-obra com o fim do tráfico de escravos, haviam outros interesses em jogo. Os governos alemães, segundo Lustosa, viram na emigração ao Brasil, uma boa oportunidade de se livrar de seus vagabundos e criminosos. Em troca do reconhecimento da Independência do Brasil, “o grão-ducado de Mecklemburg enviou uma leva de presidiários e delinquentes. Esses imigrantes, com o objetivo de duplicar a ajuda de custo para a viagem, casaram-se com prostitutas que abandonaram logo ao desembarcar no Rio de Janeiro.”

Ainda que para maioria dos jornais, a imigração de colonos fosse o “remédio” mais indicado, a divisão de opiniões quanto à forma, era um reflexo da imprensa partidária. Os periódicos conservadores de tendência áulica, acreditavam que ela deveria ser promovida a todo custo, especialmente pelo governo. Enquanto moderados, pelo contrário, julgavam que os colonos estrangeiros podiam ser úteis, mas nunca subsidiados pelo governo. Para estes, a maioria jornais de oposição ao governo, todas as experiências relacionadas à imigração subsidiada redundaram em fracasso<sup>361</sup> e viam a política imigratória nos Estados Unidos da América, um modelo a ser seguido.<sup>362</sup> Já os exaltados se posicionaram radicalmente contrários a qualquer tipo de colonização e imigração estrangeira. A *Voz Fluminense* temia a recolonização do Brasil, pelos europeus:

Se o Brasil admitir mais Europeos já tão numerosos entre nós deixará de ser Brasil, para ser colonia dessa Potencia da Europa, que mandar para entre nós maior numero de seus habitantes. Se fomos colonos de Portugal é porque elle nos metia grande numero de Portuguezes; e se outra qualquer Potencia vierem para aqui muitos colonos, ficaremos colonos dessa tal Potencia [...] Quem precisar de colonos para seus interesses é melhor que nos deixe, que nós não queremos mais ser colonos de ninguem, nem mesmo dos novos Snrs. Feudaes [...] Basta o que já se tem

---

1822. Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática (CHDD), Ano 7, nº 12, primeiro semestre, Rio de Janeiro, 2008.

<sup>360</sup> Especialmente do Rio Grande do Sul, devido as ameaças externas, no contexto dos conflitos na Província Cisplatina. Segundo Lustosa (2006:160) o recrutamento de mercenários era proibido na Europa, e Schaffner a mando de D. Pedro e José Bonifácio, “procurava, misturando os futuros soldados com os colonos, disfarçar sua atividade ilegal. Mas o governo brasileiro estabeleceu que pagaria somente passagens dos que fossem se engajar no serviço militar, e que os colonos deveriam viajar por conta própria. Para evitar desistências, Schaffner não informou isso aos imigrantes, e muitos deles foram surpreendidos com o engajamento militar na chegada ao Rio de Janeiro”.

<sup>361</sup> A colônia considerada mais bem sucedida foi a Colônia Leopoldina, fundada em 1818 na Bahia, que chegou a formar 30 fazendas de café. Como não foi produzida unicamente por braços livres, utilizado exclusivamente mão-de-obra escrava, segundo Francisco Vicente Vianna (1893:191), “tira-lhe o direito de ser considerada como um estabelecimento agrícola europeu”.

<sup>362</sup> Imigração voluntária.



gasto inutilmente com colonos das Ilhas, da Suissa, d'Alemanha, da Irlanda; e não sei se do Inferno: todos tem provado mal; todos tem pizado, e onerado os Brasileiros; todos vem cá nos desfeitear, ajuntar dinheiro e levar-o, quando se não revoltão contra nós. [...] Dêem aos Brasileiros pobres, o que se dá aos colonos, que ganhará muito a nossa politica, a nossa industria; e quem quizer ilheos, ou moiros, vá morar com elles sem opprimir mais os Brasileiros.<sup>363</sup>

Num artigo Comunicado intitulado “Bom conselho economico aos malditos egoistas”, a *Voz Fluminense* sugeriu, que ao invés de reclamar inutilmente o fim do tráfico, que se criassem de uma “sociedade supridora de braços para a lavoura,” voltadas para alternativas internas, com a introdução de novos equipamentos agrícolas e instruções agrônômicas:

Todos os que chorão inutilmente a feliz abolição do comercio de carne humana (de escravatura) devem saber que não são Constitucionaes, nem bons Christãos, porque vendem e fazem captivos homens que são filhos de Deos [...] Estes Srs egoistas devem saber que as suas imprecações contra a Constitucional abolição da importação d'Africanos não fará reviver esse infame comercio; e por tanto seria melhor que elles em vez de fazerem jerimiadas intempestivas, sem proveito, se formassem n'uma sociedade supridora de braços para a lavoura do Brasil; a qual tratasse de propagar instrução agricola, principalmente pelos filhos dos lavradores ricos, fazendo também lançar-se mão de bons instrumentos agricolas como o arado, ou enxada de carpir, o arado movido por vapor em Inglaterra e de que falla a revista Britanica &c.&c.<sup>364</sup>

A *Luz Brasileira* reagiu energeticamente ao discurso do Imperador anunciando o fim do tráfico e a necessidade de introduzir braços úteis e dar terras aos colonos. Considerou que estas palavras deveriam ser muito bem pesadas, e reflectidas! Alertou os leitores para a possibilidade de se tornarem escravos dos colonos estrangeiros e avisou: “como ficarão se o número deles crescer mais, do que já está crecido entre nós, a ponto de vivermos já em coacção dentro da nossa propria casa. Valha-te Deos, Brazil desditoso...!” Para o redator, o “infame tráfico da escravatura (malditos inventores) cessou antes de o Governo tomar medidas á respeito, foi por que o Ministerio Inglez sempre tractou de resto o nosso Governo desprezador da Constituição”. Criticou o governo por não ter se ocupado do bem público, tomando medidas preventivas para suprir a falta dos africanos. “Por que só agora se lembrou de dizer á Augusta Assembléa Geral que convem facilitar a entrada de braços úteis?”

---

<sup>363</sup> *Voz Fluminense*, 3 de junho 1830, nº 84.

<sup>364</sup> A *Voz Fluminense* acusou os traficantes de ferirem a Constituição e, com objetivo de esclarecer melhor o público, recomendou a leitura da Economia Política de Sterch, “que trata a fundo dos maos effeitos da escravidão e dos uteis meios de destruil-os, e remedial-os com proveito de todos.” *Voz Fluminense*, 2 de janeiro de 1830.

Consequentemente ainda nesse tópico do discurso o Governo só se lembrou dos estrangeiros, esquecendo-se, como sempre, dos negocios do Brazil. Diz o Governo = Facilitai a entrada dos colonos, e distribui-lhes terras incultas. = Mas nós lhe diremos que dar as nossas terras á colonos estrangeiros, he faze-los proprietarios; os quaes em vez de supprirem os trabalhadores braços Africanos, fazem augmentar a necessidade que ha delles: dar nossas terras á estrangeiros he fazer do Brazil huma estranja, he constituir os Brasileiros na cathegoria de escravos dos colonos estrangeiros, o que Deos não Permita...<sup>365</sup>

O redator segue o texto, que ocupou quatro páginas do seu pequeno jornal, para apontar falhas na administração de D. Pedro I, como por exemplo: não supriu a falta de braços, não cuidou de catequisar os índios, conforme ordena a Constituição; não tratou de propagar a industria, a instrução, as máquinas e os bons métodos de trabalho agrícola, de que usam as nações mas adiantadas. Para o *Nova Luz Brasileira*, antes de trazer os estranhos com excesso de despesa, o governo deveria socorrer, aproximadamente vinte mil famílias de índios, que são os naturais senhores do país, do que admitir colonos e emigrados desses países suspeitos e contagiados pelo despotismo. Era radicalmente contra alimentar emigados (especialmente os portugueses que naquela época chegavam ao Brasil fugidos de D. Miguel),<sup>366</sup> enquanto os pobres no Brasil passavam fome. Chamou atenção da Assembléia para a questão indígena, por acreditar que “se derem aos Indios já mansos os commodos dos Colonos, e lhes mostrar-nos sinceros dezejos de felicitá-los, elles serão uteis, augmentarão nossa população e industria”.<sup>367</sup> Preocupou-se também com os problemas causados pela falta dos milhões que rendiam os direitos da escravatura africana, e dos direitos das fazendas para tráfico. Questionou com ironia: “Donde ha de vir o dinheiro para tandos ordenados? Só se houverem milagres para supprirem tão grande vácuo! Mas quem serão esses homens santinhos, que farão os milagres?”<sup>368</sup>

Os moderados *Aurora Fluminense* e *Astréa*, também se mostraram contrários à colonização estrangeira promovida às custas pelo governo, sobretudo dos colonos militares, que para o redator do *Aurora Fluminense*, geravam enormes gastos, “a quem pela maior parte se confiarão espingardas, em lugar de enchadas, e foices [...] em vez de trabalhadores, de

---

<sup>365</sup> *Luz Brasileira*, 19 de julho de 1830.

<sup>366</sup> O *Nova Luz Brasileira*, descordou e criticou veementemente o Decreto de 16 de dezembro de 1829, pelo qual o governo concedeu 4 loterias a beneficio dos emigrados portugueses. Criando inclusive uma Comissão para cuidar da arrecadar e distribuir estes subsidios. *Nova Luz Brasileira*, 29 de outubro de 1830.

<sup>367</sup> Para o *Nova Luz Brasileira*, “he uma lástima que o Governo só queira dar terras á estrangeiros, esquecendo-se dos nossos Maiores os INDIOS, SEUS ou miseravel ignorancia, são com ellas tão parecidos, que a lhes não chamarmos traições manifestas, ou estupidez PRIMITIVOS DONOS, que dellas forão desapossados sem Direito, e com violencia, Estes actos repetidos do Governo, que tanto se esquece dos Nacionaes, para se lembrar dos estrangeiros, e dos emigrados, si não he traição, de testarúdo, ainda não sabemos que nome lhes devamos dar”. *Nova Luz Brasileira*, 25 de junho de 1830.

<sup>368</sup> *Luz Brasileira*, 27 de março de 1830.

artífices, de mestres das diferentes oficinas, mandou se a grande custo buscar da Irlanda e da Alemanha”. Esta gente importada por conta do governo só trazia prejuízo à nação e alimentada com sacrifícios, não correspondia a qualquer resultado que se esperavam deles. O mais conveniente é que a colonização fosse empreendida por particulares, pois com a proibição do tráfico africano, seria uma boa forma de redirecionar os capitais empatados,<sup>369</sup> concluiu o redator. Por várias vezes denunciou a condição deplorável dos colonos estrangeiros. Viu a diminuição das rendas do Estado, o deslocamento de fortes capitais, o transtorno de fortuna e a revolução mais ou menos violenta no andamento da agricultura, como efeitos imediatos provocados pelo fim do tráfico.

Os redactores do *Astréa*, acreditavam que o fim do tráfico seria irremediavelmente sentido pelos negociantes, cultivadores e toda população que é servida por escravos, não só pelo “habito lhes fazia parecer muito natural, que as leis lhes ensinavam a olhar como legítimo e o costume indicara necessário”, como por ainda não conhecerem outra coisa melhor. Prevendo que o tráfico de africanos continuaria em forma de contabando devido a pena de pirataria, lamentavam que este contrabando, feito debaixo de bandeiras estrangeiras, poderia causar grande prejuízo aos brasileiros por proporcionar lucro alheio, por causa do aumento no preço dos escravos.

Mesmo sabendo que falar a favor do fim do tráfico iria despertar sentimentos contrários dos “amigos da escravidão, dos apaixonados pela cor preta e inimigos da cor branca e dos estrangeiros,” o *Astréa* apresentou algumas reflexões sobre este evento de grande importância nacional, com objetivo de apresentar soluções para minimizar os dois principais problemas causados pelo fim do tráfico: o da falta de mão-de-obra e o povoamento. Procurou portanto oferecer algumas alternativas à falta de mão-de-obra para as lavouras, propondo um remanejamento dos escravos. Ou seja: uma delas seria obrigar inúmeros escravos domésticos e das igrejas a irem para o campo, aos quais poderiam unir os “vagabundos, os ociosos e muitos Soldados que formam um exercito inutil e que devemos diminuir o quanto antes, se pretendemos seriamente ver posta em prática a Constituição Política deste Império”. Outra maneira seria substituir a grande quantidade escravos utilizados nos serviços públicos e particulares,<sup>370</sup> por máquinas e carros, “nova invenção de que falla o Diário Fluminense”, e

---

<sup>369</sup> *A Aurora Fluminense*, 21 de janeiro de 1828.

<sup>370</sup> Citou como exemplo, os carros que servem na porta da alfândega, além de causarem grandes despesas ao município, pelos estragos que provocam ainda ocupam muitos escravos para fazer rodar. O mesmo ocorre dentro da alfândega, nas mudanças de mobílias das casas, no suprimento de água dos chafarizes, entre muitas outras atividades que ocupam uma imensidão de escravos diários, na capital do império e em outras cidades das províncias.

redirecioná-los para as lavouras. Por fim, aconselhou a publicação de um periódico mensal, de linguagem acessível, com a exposição de métodos e exemplos que pudessem ser seguidos em todos os ramos do serviço agrícola e público da capital e das províncias. Devido a necessidade e a alta do preço dos escravos, o *Astréa* acreditava que os senhores, para não perderem dinheiro, iriam evitar a mortalidade tratando melhor os seus escravos, diminuindo os maus tratos, a falta de nascimentos, os infanticídios, o excesso de trabalho e a barbaridade dos castigos.<sup>371</sup>

Quanto ao problema do povoamento, o *Astréa* sugeriu um sistema de aldeamento, como os estabelecidos para os índios, preconizado por José Bonifácio, que poderia ser aplicado aos negros alforriados e vadios, em todas as Províncias. As aldeias seriam supervisionadas por um oficial reformado e de “melhor conduta”, com um destacamento de soldados.<sup>372</sup> Principiada a população de jornaleiros, também seriam para lá enviados, o vadios condenados a trabalhar pelos Juizes de Paz, e as meretrizes com pena de degredo. Poderiam a eles juntar, os soldados de regular conduta demitidos dos Corpos de 1ª Linha, que quisessem trabalhar a jornal.<sup>373</sup> Até que se estabelecesse a lei de aldeamento, propunha que os Juizes de Paz e as Irmandades dos Pretos do Rio de Janeiro, que ajudassem as Sociedades Patrióticas, encaminhando os escravos alforriados irem estabelecer voluntariamente nos tais aldeamentos. A estes indivíduos poderiam depois juntar, “com prudência a proporção devida, alguns Turcos, ou Moiros, ou Alemões, ou Estrangeiros, ou o que quer que seja, que á má fê, a ignorancia, ou antes vistas sinistras e de mau agoiro, tem feito vir para o Brasil, á titulo de Colonos de baioneta”. Note que periódico também critica à colonização militar promovida pelo Imperador. Um outro meio de aumentar os aldeamentos, segundo o *Astréa*, é o Governo não consentir que se faça contrabando de escravos, depois de terminado o prazo concedido pelo Tratado. Os escravos que aportarem

---

<sup>371</sup> Celso Furdado (2005:121), ao comparar o crescimento vegetativo (diferença entre a taxa de natalidade e mortalidade) dos escravos, entre os principais países escravistas do continente americano: Estados Unidos e o Brasil, na primeira metade do século XIX, concluiu que apesar das importações brasileiras, serem cerca de três vezes maiores do que as norte-americanas, ocorreu um aumento na taxa de crescimento vegetativo da população escrava nos Estados Unidos enquanto no Brasil, a taxa de mortalidade foi bem superior à de natalidade, indicando que as condições de vida dos escravos no Brasil, era extremamente precárias.

<sup>372</sup> De acordo com o periódico, o oficial receberia uma gratificação maior ou menor, conforme os resultados, e os soldados receberiam uma reforma com soldo no fim de quinze anos de serviço. *Astréa*, 24 de janeiro de 1829.

<sup>373</sup> O *Astréa* pretendia com este projeto de aldeamento, resolver não só o problema da falta de mão-de-obra e de povoamento, como também resolver os problemas de segurança pública nas ruas da capital do Império. Nesta conjuntura, estava em discussão na Câmara dos Deputados a necessidade de um Código Criminal e a reformulação da Indendência Geral da Polícia, por reunir em si ao mesmo tempo a administração criminal, da polícia e das obras públicas. Portanto a solução apresentada pelo *Astréa*, dá-nos conta dos graves problemas capital do Império, com “milhares de estrangeiros, muitos deles foragidos da sua pátria, libertos, vadios, e viciosos, huma escravatura immensa, e para maior desgraça, grande numero de homens, que obtendo baixa de soldados não querendo depois empregar-se em trabalho util, vivem no ócio e perturbão os Cidadãos tranquillos”. Extratos dos debates nas sessões de 8 e 9 de maio, ocorridos na Câmara dos Deputados, publicados na *Revista Semanária*, nº 4, p. 82-83, 1828.

em praias brasileiras, a partir desta data, deverão ser remetidos para diferentes aldeamentos da província. Na edição de 21 de novembro de 1829, fez coro ao *Astro das Minas* na crítica ao Ministério de D. Pedro I, por forçar a Assembléia Geral a aumentar os impostos e lançar novos tributos sobre os produtos, com intenção de suprir a falta de arregadação com o fim do tráfico de africanos. Querem “tributar o Brasileiro pelo chão que pisa, pela agoa que bebe, e pelo ar que respira”, concluiu com ironia.<sup>374</sup> Criticou também os ingleses, que depois de terem boicotado o açúcar brasileiro, pela proteção indireta que dava ao tráfico de africanos, mantiveram a proibição ao açúcar depois de efetuado o tratado. Ou seja, o Brasil renunciou ao tráfico, mas a Inglaterra não suspendeu a proibição.

No que diz respeito ao estabelecimento das colônias europeias, o *Astréa* inicialmente refutou a ideia de buscá-las às custas do governo, por representar “pura perda para o Estado.”<sup>375</sup> Em uma outra série composta por textos intitulados “Emigração Europeia na América”, instou o governo a comparar os péssimos resultados do sistema de colonização brasileiro, com “outras colônias estabelecidas, ao mesmo tempo, em diversos pontos do globo”<sup>376</sup> e a examinar com exatidão “o estado em que se acham as Colônias estabelecidas no Brasil”.<sup>377</sup> Porém, mudou de ideia depois da fala do trono de 19 de maio de 1830, por ocasião da abertura da Assembléia Geral Legislativa.<sup>378</sup> Na edição de 10 de julho de 1830, reconheceu a abolição do comércio da escravatura e a emigração europeia, como “duas questões inseparáveis”. Concluiu não haver “outro remedio senão a introdução de colonos europeus e de máquinas em todos os trabalhos, em que ellas podem suprir o emprego do homem”. Afirmou que mesmo gerando alguma despesa para o governo, ele ficaria depois amplamente recompensado pela permanente riqueza

---

<sup>374</sup> *Astréa*, 21 de novembro de 1829.

<sup>375</sup> *Astréa*, 27 de março de 1829.

<sup>376</sup> Para o *Astréa*, os Estados Unidos era um exemplo a ser seguido. Enalteceu o sistema de colonização dos norte-americanos, com a constituição de Sociedades criadas especialmente para socorrer os emigrados estrangeiros e outras de beneficência mutua para estrangeiros e seus descendentes. Viu nos Estados Unidos “o paiz, cuja política, mais convém ao Brazil o imitar”, não importando com a diferença na forma de governo: os Estados Unidos com Constituição Republicana e o Brasil com Constituição Monarquico-Representativa. As formas de governo estavam adaptadas aos costumes, antigas leis e ideias dos habitantes de cada país.

<sup>377</sup> Para o periódico, o Ministério dos Negócios Estrangeiros deveria também examinar as despesas que as colônias têm dado, o número de colonos que têm vindo às custas do governo, os nascimentos e mortos divididos pelo sexo e idades, a extensão dos terrenos que têm lavrado e quais são estes terrenos, a qualidade dos produtos produzidos com seus valores, as máquinas que se tem posto em movimento e o tipo de construções. Enfim, de acordo com o periódico, tudo que diz respeito à situação das colônias, deve ser objeto de exame. Só com semelhante relatório os Ministros poderão deliberar e pedirem medidas legislativas que julgarem convenientes. *Astréa*, 27 de março de 1830.

<sup>378</sup> Na fala do trono, o Imperador, julgou de “indispensável necessidade” indicar que é conveniente a entrada de “braços uteis” e a “criação de Leis que autorizem a distribuição de terras incultas, e que afiansem a execução dos ajustes feitos com os Colonos, seriam de manifesta utilidade e de grande vantagem para a nossa industria em geral”.

que a imigração deverá trazer ao Brasil. Fundamentou suas idéias nas teorias de Say, Bentham e Montesquieu, e por fim advertiu:

Caso o Brasil se descuide de prevenir, enquanto he tempo, os effeitos immediatos d'abolição; no caso de que a Assembléa se descuide de fazer já essa Legislação, que tão sabia, e previdentemente foi recomendada por S. M. o Imperador; no caso finalmente de que o Governo se descuide de ir empregando já os meios, que tem á sua disposição para atrair a emigração Européia, a industria Nacional deve cahir em todos os seus ramos, e se fará extremamente difficil, e tardio o remedio do atrasamento na população e na industria. Depois de havermos lembrado o caminho unico, que nos parece haver, para o augmento da população, força e riqueza Nacional, e para desviar a tormenta, que está ameaçando o Brasil, na abolição do trafico dos escravos...<sup>379</sup>

Para Augusto May, redator da *Malagueta*, era incontestável que haveria uma estagnação de capitais e falta de rendimento das alfândegas provocados pelo fim do tráfico. O fato de um “comércio como este não poder ser imediamente substituído por outro” geraria grandes transtornos, e as “especulações em fabricas e maquinismo” não correspondem e nem convêm aos nacionais. Assim como Eloy Pessoa, era favorável à introdução de colonos europeus, mas também de africanos. Porém as maiores dificuldades que as empresas de colonizações de brancos e pretos, têm a vencer, era a falta de uma “Ley de Naturalização” e o “terror pânico que nossos Ministros tem concebido dos Ingleses”.<sup>380</sup> Segundo May, uma das formas de melhorar as finanças do país (que já nascia com uma enorme dívida interna e externa) e resolver o problema da mão-de-obra, seria “proporcionar aos estrangeiros com boa fé e lizura, os justos lucros de especulações auríferas e diamantinas, huma vez que elles as promovão com hum numero proporcionado de Colonos brancos, e de Colonos pretos”. Propunha a revisão do artigo 174 da Constituição, sobretudo no que diz respeito às restrições do direito de cidadania brasileira, por ter sido elaborado antes do Brasil ter realizado com a Inglaterra o “Tratado do Commercio, ou Trafico da Escravatura”. Esta condição mudou consideravelmente as circunstancias, e não deveria “escapar ao Legislador, quando ele tem de remediar a falta dos escravos”. Ou seja, naquela ocasião, conforme já foi dito, muitos parlamentares acreditavam que o tráfico se prolongaria indefinidamente. Portanto o fim do tráfico e os problemas relacionados a ele, sequer foram discutidos na Constituinte brasileira.

---

<sup>379</sup> *Astréa*, 10 de julho de 1830.

<sup>380</sup> *A Malagueta*, setembro de 1828.

Dentre os periódicos liberais conservadores, como a *Revista Semanária*,<sup>381</sup> criada especialmente para divulgar e analisar de forma resumida os primeiros Trabalhos Legislativos da Câmara dos Senhores Deputados (1826-1827), com a proximidade do fim do comércio dos escravos, também considerou urgente e necessário procurar meios de substituir com vantagem uma população dedicada especialmente à agricultura, por ser esta a principal fonte de riqueza para o Brasil. Por isso julgou importante e não superfluo, apresentar um quadro histórico sobre como poderia ser feita esta substituição com a seguinte chamada: “hoje oferecemos aos nossos Leitores: nelle encerrão-se factos, de que podem tirar alguma utilidade os nossos legisladores”. Passou portanto em revista as diversas experiências, para demonstrar as vantagens e superioridades do trabalho livre, em diversos lugares do mundo. Era favorável à emancipação dos escravos, com a finalidade de torná-los assalariados, uma vez que são mais propensos ao trabalho e pela proximidade que têm como o seu senhor.

Na opinião do áulico *Brasileiro Imparcial*, redigido pelo emigrado português Joaquim José da Silva Maia que, apesar de afirmar não ser apologista ao comércio da escravatura, acreditava que este comércio não é tão odioso como querem inculcar os “amigos dos negros, por falam continuamente em liberdade em hum paiz no qual pelas Leis se authorisa a escravatura.” Para Silva Maia estes “amigos dos negros” querem é “estabecer a anarquia e exacerbar o espirito desta classe de gente, que não he tão bruta como alguns pensão, só porque lhe não entende a lingua”<sup>382</sup> Contudo reconhece que o fim do comércio de africanos só pode ser remediado por meio de uma lei de colonização, que facilite a entrada de estrangeiros, especialmente dos portugueses,<sup>383</sup> galegos e açorianos. Segundo o redator, os imigrantes oriundos das Províncias do Norte de Portugal, da Galiza e dos Açores, seriam os mais úteis ao Brasil, “por serem melhores agricultores, falarem a nossa língua, terem a mesma religião e costumes, e por serem os que melhor se adaptam ao clima brasileiro”. Chegou a refutar a opinião do *Jornal do Comércio*, redigido pelo editor francês Plancher, que acreditava ser muito mais vantajoso trazer colonos de outras partes da Europa, do que de Portugal e suas Ilhas.<sup>384</sup>

---

<sup>381</sup> Publicada semanalmente aos sábados, durante os quatro meses de durações das sessões. Vendido número avulso a 200 réis e a assinatura de 4\$00 réis pelos quatro meses de sessão.

<sup>382</sup> *O Brasileiro Imparcial*, 4 de maio de 1830.

<sup>383</sup> Para o *Brasileiro Imparcial*, 20 de fevereiro de 1830, nenhuma outra imigração era mais útil e conveniente para o Brasil do que a portuguesa. O periódico esforçou-se também para provar que a maior parte dos imigrantes portugueses que se dirigem ao Brasil, são briosos profissionais, destacados na medicina, comércio, ensino, pilotagem, ofícios mecânicos, etc. Além de não dependerem dos subsídios do governo brasileiro, como os outros emigrados. *O Brasileiro Imparcial*, 13 de março de 1830.

<sup>384</sup> Nestas regiões vivem excelente agricultores de ambos os sexos, que vivem na miséria e ambicionam vir para o Brasil, mas faltam-lhes absolutamente meios. Silva Maia explica que os imigrantes portugueses que anualmente recebemos no Brasil, “são



*O Analista* (1829-1829), jornal fundado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes) e o *Diário Fluminense* (1825-1831), sucessor da *Gazeta do Rio de Janeiro*, redigida pelo cônego Januário da Cunha Barbosa<sup>385</sup> publicaram correspondências, enaltecendo não só as vantagens da colonização, como a de se investir em máquinas. O correspondente do *Analista* associou os escravos a “máquinas de grande valor”, mas que dia a dia vão se deteriorando e seu valor “descrece na razão inversa do trabalho”. Demonstrando assim a desvantagens do escravo, pois, “o escravo não vale hoje, o que valia ontem, pois já tem de menos um dia de serviço”.<sup>386</sup> O correspondente do *Diário Fluminense* também acreditava que as máquinas seriam de grande utilidade e trariam vantagens incalculáveis para a agricultura do Brasil, “sobretudo quando está para acabar o comércio da escravatura”, com a seguinte justificativa:

He preciso pensar seriamente no meio de substituir esta força animal por outra: a das máquinas he sem dúvida a melhor, reconhecida assim em todos os países mais cultos. Os escravos fogem, comem, cahem doentes, e morrem nada destes grandes inconvenientes existem nas maquinas, além de um trabalho sempre mais perfeito, outras vantagens incomparáveis senao a economia , e por certas maquinas de centuplicar o numero de braços. Todos que quiserem estas máquinas, ou algumas delas, podem dirigir a rua de S. José casa nº 38 para tratar e que a lista com os modelos destas máquinas.<sup>387</sup>

Ou seja, o sistema escravista representava um grande obstáculo para os avanços tecnológicos no Brasil. Outro correspondente do *Diário Fluminense*, sob o pseudônimo “Hum seu Assignante”, defendeu tenazmente a colonização subsidiada pelo governo e o comportamento dos colonos estrangeiros.<sup>388</sup> Refutou os “injustos e virulentos escriptos” do

---

filhos de pessoas que tem alguns meios, e commumente vem recommendados a parentes, porisso se applicão mais ao commercio do que á lavoura, o que não acontece aos outros, que a maior parte não sabem ler, nem escrever; e apenas trabalhar com a enxada, e o arado”. Acreditava que um agricultor brasileiro daria mais facilmente 100 réis, por exemplo, a um colono português, galego e ilheu, do que 50 réis por um alemão, francês ou irlandês. Portanto, com a lei de naturalização e que se afiançasse aos especuladores poderem receber do agricultor o desembolso que fizerem com o transporte do colono, “vencerão todas as dificuldades, e annualmente se transportarão para o Brasil, centenas de roobustos agricultores, e de artistas” (calafates e carpinteiros, por exemplo). *O Brasileiro Imparcial*, 7 de agosto de 1830.

<sup>385</sup> Januário da Cunha Barbosa (ex-redator Revêrbero Constitucional Fluminense), depois de retornar do exílio, passou a apoiar o regime monárquico constitucional, sendo condecorado por D. Pedro como 1º Oficial da Ordem do Cruzeiro e agraciado com o título de Cônego da Capela Imperial. Eleito deputado pela província de Minas Gerais (1826-1829), na primeira Assembléia Legislativa, não conseguiu ser reeleito para o segundo mandato. Foi designado, por decreto do Imperador, à direção da Tipografia Nacional e à redação do *Diário Fluminense*. Passou a defender o governo e a responder de forma muito elegante, aos periódicos de oposição como o *Verdadeiro Patriota*, *Aurora Fluminense* e *Astréa*. Depois da abdicação de D. Pedro I, foi demitido do cargo de diretor da Tipografia Nacional e fundou o *Mutuca Picante*, periódico político e satírico.

<sup>386</sup> *O Analista*, 1829, nº 53.

<sup>387</sup> *Diário Fluminense*, 5 de maio de 1829, nº 99, vol. 13.

<sup>388</sup> Vários periódicos denunciaram os colonos alemães e irlandeses, que serviam a guarda Imperial, de espancar o povo, andar embriagados e praticar toda sorte de excessos.



*Aurora Fluminense* e do *Farol Paulistano* contra a colonização estrangeira, e concluiu que a preocupação dos periódicos de oposição em “praguejar contra a Colonização Europeia”, na verdade era para encobrir os tumultos, as mortes, os roubos e os vícios que “tem inoculado em nossas famílias a infame colonização Africana”.<sup>389</sup>

O periódico francês *O Moderador*,<sup>390</sup> como áulico que era, também apoiou o projeto de colonização do governo, mas ao comparar o fluxo migratório nos Estados Unidos com o do Brasil, concluiu que se as leis de colonização no Brasil, fossem tão liberais como nos Estados Unidos, o Brasil teria a sua população aumentada na mesma proporção.<sup>391</sup> Publicou um curioso “Projecto d’huma nova introdução d’escravos no Imperio do Brasil”, escrito por um correspondente, que se dizia cansado de “ouvir os lamentos dos homens de bem” e inúmeras queixas “em altas vozes e directamente, ou baixo e indirectamente,” sobre a extinção do tráfico de africanos. Como solução, o correspondente que se diz inspirado nas palavras de Napoleão: ‘ganhei mais batalhas com as penas dos meus soldados, do que com os seus braços’, sugeriu a substituição dos “bípedes” (escravos) por “quadrúpedes” (animais), como por exemplo: búfalos,<sup>392</sup> boi giboso<sup>393</sup> de Madagascar, os camelos da Arábia e da Bactriana,<sup>394</sup> os jumentos importados da Andaluzia ou dos lagos do Poitou na França (para melhorar a raça existente no Brasil).<sup>395</sup>

O *Jornal do Comércio*, que também apoiava o Imperador, publicou na primeira página o “Plano para attrahir, e estabelecer Colonias Estrangeiras no Brasil, por Monsenhor Miranda”.<sup>396</sup> Na edição de 27 de janeiro de 1830, procurou acalmar os traficantes, sobre os novos rumos que podem dar aos seus navios depois da extinção do tráfico, e os fazendeiros ao

---

<sup>389</sup> *Diário Fluminense*, 30 de janeiro de 1830, nº 23, vol. 15; 13 de fevereiro de 1830, nº 34, vol. 15.

<sup>390</sup> *O Moderador, novo Correio do Brasil: jornal político, commercial e literário*, impresso na tipografia de R. Ogier, trazia como epígrafe: ‘Paz e Liberdade - Justiça e Força’. Era escrito em duas colunas, sendo uma em português e a outra em francês. A partir de agosto de 1830, reduziu o título para *O Moderador* e passou a ser escrito somente em português e impresso na tipografia de Gueffier e C.

<sup>391</sup> *O Moderador*, 5 de fevereiro de 1831.

<sup>392</sup> Por viver em países quentes e pantanosos, toleram bem o calor. Apesar de ser menos dócil e não possuir boa carne, seu couro tem valor e o leite da fêmea tem mais nata do que o da vaca, afirmou o correspondente.

<sup>393</sup> Mesmo que boi zebu (possui giba saliência ou protuberância aparente). Boi de geba, para cavalgar e de serviços

<sup>394</sup> Os camelos da Arábia, por suportar temperaturas mais ardentes e multiplicarem facilmente, seriam de grande utilidade para algumas Províncias como o Ceará, Alagoas, Pará e Pernambuco.

<sup>395</sup> Sugeriu também a importação de animais, como o elefante (com algumas reservas), o porco de Siam, as cabras d’Angora e do Tibet (ideais para as montanhas de Minas Gerais), os carneiros da Africa. Concluiu que uma embarcação convenientemente preparada para “Arábia, e na volta fazendo escala por Madagascar e Cabo da Boa Esperança, bastaria para principiar em pronto grande esta colonização. Não faltariam embarcações de Marselha para trazerem Búfalos dos Estados Romanos, e as de Bordeaux pederião fornecer jumentos do Mirebalais”. *O Moderador*, 18 de agosto de 1830.

<sup>396</sup> *Jornal do Commercio*, 27 de dezembro de 1827.

afirmar que os europeus ao contrário do que todos pensam, são aptos ao trabalho no campo e capazes de adaptarem ao clima brasileiro.

Dos projetos apresentados pelos periódicos, o plano do Monsenhor Miranda foi o que chegou a ser colocado em prática, mas fracassou. De acordo com as denúncias do *Farol Paulistano* o Monsenhor e o Inspetor Coronel João Vieira de Carvalho, além de administrarem mal, estorquiram dinheiro dos colonos. Depois de muitas privações, os colonos retornaram à terra natal. Os que ficaram mendigaram pelas ruas e aumentaram o número de ladrões nas estradas entre o Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Findando assim uma empresa que custou mais de 5 milhões de réis aos cofres públicos.<sup>397</sup>

Enfim, a imprensa periódica foi o meio por excelência de crítica ao governo, de divulgação e apresentação de alternativas que visavam suprir o “vazio” deixado pelo fim do tráfico de africanos. Os problemas levantados e os projetos oferecidos e discutidos nos periódicos, foram representativos das preocupações que envolviam a sociedade brasileira num todo. Ficou evidente, insatisfação da opinião pública em relação à sua política externa e interna do governo, sobretudo pela falta de interesse de D. Pedro na resolução dos problemas provocados pelo fim do tráfico. A maioria dos jornais ligou o fim do tráfico à incapacidade do governo de articular as forças internas e externas. A troca constante dos Ministro dos Negócios Estrangeiros era um reflexo desta instabilidade.<sup>398</sup>

Pela análise de conteúdo dos discursos, depreende-se que as propostas e “remédios”, sobretudo no que diz respeito à importação de europeus, não significa que a imprensa defendia e apoiava o fim do tráfico e da escravidão. Pelo contrário, elas só serviram para indiretamente alertar e alarmar a população sobre as graves consequências que o fim do tráfico iria causar nos vários setores da economia brasileira, seja ele público ou privado, e com isso justificar

---

<sup>397</sup> *O Farol Paulistano*, 3 de abril de 1830.

<sup>398</sup> Entre janeiro de 1822 e março de 1831, 12 ministros ocuparam a pasta do Ministério dos Negócios Estrangeiros: José Bonifácio da Andrada e Silva (16 de janeiro de 1822 a 16 de julho de 1823); José Joaquim Carneiro de Campos, Marquês de Caravelas (16 de julho de 1823 a 10 de novembro de 1823); Francisco Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá (10 de novembro de 1823 a 14 de novembro de 1823); Luís José de Carvalho e Melo, Visconde da Cachoeira (14 de novembro de 1823 a 4 de outubro de 1825); Francisco Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá (4 de outubro de 1825 a 21 de novembro de 1825); José Egidio Álvares de Almeida, Marquês de Santo Amaro (21 de novembro de 1825 a 20 de janeiro de 1826); Antônio Luís Pereira da Cunha, Marquês de Inhambuque (20 de janeiro de 1826 a 15 de janeiro de 1827); João Severiano Maciel da Costa, Marquês de Queluz (15 de janeiro de 1827 a 20 de novembro de 1827); João Carlos Augusto de Oyenhausen-Gravenburg, Marquês de Aracati (20 de novembro de 1827 a 4 de dezembro de 1829); Miguel Calmon du Pin Almeida, Marquês de Abrantes (4 de dezembro de 1829 a 23 de setembro de 1830); Francisco Vilela Barbosa, Marquês de Paranaguá (23 de setembro de 1830 a 9 de dezembro de 1830); Francisco Carneiro de Campos (9 de dezembro de 1830 a 19 de março de 1831).

indiretamente a manutenção do tráfico. Tanto é que, esta forte demanda irá exercer grande influência nos parlamentares da segunda e terceira legislatura, conforme veremos mais adiante.

### 2.5.2. Na Bahia, um silêncio nada constrangedor

Enquanto na capital do Império e de outras províncias, especialmente São Paulo e Minas Gerais, os periódicos faziam muito barulho criticando o governo, discutindo acaloradamente os problemas relacionados ao fim do tráfico e apresentando várias formas de remediar as suas consequências, os periódicos publicados na Bahia<sup>399</sup> entre 1826 e 1835, mantinham o mais absoluto silêncio sobre o tema.<sup>400</sup> Nem mesmo os jornais de oposição ao Imperador, fizeram qualquer crítica à assinatura do Tratado anglo-brasileiro. Não comentaram os problemas a ele relacionados discutidos nas Câmara dos Deputados e Senadores,<sup>401</sup> assim como nada escreveram sobre o anúncio do fim definitivo do tráfico legal e a determinação do Imperador em empregar todas as medidas para evitar a sua continuação. Também não envolveram nas discussões sobre colonização e imigração europeia como principal alternativa para remediar a falta de braços, uma questão muito discutida na imprensa da capital do Império e no Parlamento. Quem rompeu o silêncio apenas para publicar trechos do Projeto de lei, elaborado pelo deputado baiano Antonio Ferreira França, propondo o fim da escravidão no Brasil de forma gradual, para 50 anos (1880), com uma pequena nota de rodapé criticando a proposta do deputado, foi o *Imparcial Brasileiro* (1829-1830).<sup>402</sup>

Devido a importância do tráfico e da escravidão na província da Bahia, da ausência de censura, e de ser uma prática recorrente os jornais comentarem, rebaterem e transcreverem notícias e opiniões importantes, retiradas de outros jornais nacionais ou internacionais, é de se

---

<sup>399</sup> Durante este período circulavam na Bahia importantes periódicos como *O Bahiano* (1827-1831), *O Farol* (1827-1832), *O Correio Mercantil* (1827-1832), a *Gazeta da Bahia* (1828-1836), *O Imparcial Brasileiro* (1829-1830), Nova Sentinella da Liberdade Na Guarita do Forte de S. Pedro na Bahia de Todos os Santos (1831), *Constitucional Bahiense*, *Escudo da Constituição Brasileira* (1830-1831).

<sup>400</sup> Apesar das séries editoriais dos principais jornais publicados neste período estarem incompletas, nossa afirmação é baseada na comparação com as datas dos periódicos publicados no Rio de Janeiro e no Diário da Câmara dos Deputados. Normalmente os periódicos reproduziam os principais temas discutidos no Senado e na Câmara dos Deputados.

<sup>401</sup> Um ofício do Conselho Geral da Província da Bahia, de 30 de maio de 1830, encaminhado a Comissão de Fazenda do Senado, dá conta da falta que a falta de rendimentos provenientes do tráfico fará na iluminação pública em Salvador, capital da Província. *Diário da Câmara dos Senadores do Império do Brasil*. Sessão de 14 de agosto de 1830, nº 80. Em julho de 1831, o Conselho Geral da Província da Bahia, preocupado com a falta mão-de-obra com a extinção do tráfico da escravatura e por considerar um meio de tornar mais eficaz os trabalhos na lavoura, enviou à Comissão de Fazenda do Senado um requerimento pedindo a isenção dos direitos na alfândega: (i) para importação de todas e quaisquer máquinas e instrumentos, que se importam para o serviço e uso na lavoura, sobretudo as máquinas para o fabrico de açúcar, vindas dos países estrangeiros a grande custo; (ii) isentar igualmente a todos os animais não castrados, úteis à lavoura, à indústria e à economia doméstica. DCS, sessão de 2 de julho de 1831, nº 50.

<sup>402</sup> *O Imparcial Brasileiro*, nº 83, 31 de julho de 1830.

estranhar a falta de notícias ou qualquer comentário sobre o fim do tráfico nos periódicos baianos, uma vez que a economia baiana seria fortemente afetada pela supressão total deste secular comércio. A omissão das opiniões, discussões e publicações de notícias importantes, gera várias interpretações: uma delas seria de que os proprietários e traficantes teriam contado com a solidariedade de alguns redatores. De acordo com as evidências, estes homens, detentores de grandes fortunas e atuantes na política (Florentino, 2004; Gorenstein, 1993; Rodrigues, 2000; Verger, 2002; Viotti, 1999),<sup>403</sup> podem ter evitado expor seus atos à opinião pública, uma vez que, de acordo com o Tratado anglo-brasileiro, o tráfico na forma de contrabando era considerado crime de pirataria.<sup>404</sup> Pode ser também uma forma de proteger o tráfico ilegal que ainda continuava intensamente ao norte do Equador. Segundo os dados apresentados por Eltis (1987), expostos na tabela 2, entre 1826 e 1830 a importação de escravos para a Bahia, mais que duplicou (47900, média anual de 9580 escravos) em relação ao período entre 1821 e 1825 (23700, média anual de 4740 escravos). Em 14 de março de 1826, o encarregado de negócios britânico, de passagem pela Bahia, escreveu para o *Foreign Office*, relatando a importação anual de 18.000 escravos e afirmou que pelo menos “nove décimos” desta quantidade “são trazidos de países Africanos ao norte a linha e são em consequência o resultado de um tráfico que, pelos velhos tratados é ilegal” (Verger, 2002:338).

O silêncio leva a outras interpretações, tais como: o temor de que notícias e opiniões relacionadas ao fim do tráfico e da escravidão pudessem provocar rebeliões,<sup>405</sup> haja visto a ocorrência de várias insurreições e fugas de escravos que pipocavam em muitas Províncias do nordeste brasileiro, sobretudo na Bahia cuja população negra excedia a branca e vivia sob o

---

<sup>403</sup> Um exemplo, dentre tantos outros, destacamos Joaquim Ferreira Marinho (Verger, 2002:482), “que possuía navios para o transporte de suas mercadorias e as pessoas disputavam letras de câmbio assinadas por ele, preferindo-as a títulos bancários (...) seu gênio construtivo e trabalho obstinado para construir um grande número de edifícios [...] soube aproveitar as crises de dinheiro que se produziam com frequência entre os plantadores de cana e proprietários de engenhos de açúcar para aumentar o número considerável de suas casas, comprando-as a preço vil [...]”. Joaquim Pereira Marinho tornou-se cada vez mais rico, e a Corte de Portugal lhe outorgou, sucessivamente, os títulos de barão, visconde e conde. Foi membro fundador, em 1857, do Banco da Bahia, e diretor da Companhia de Estrada de Ferro de Joazeiro. No fim de sua vida, fez parte de instituições de caridade de renome como a Santa Casa de Misericórdia, da qual foi provedor durante vários anos. Seu testamento contava com uma fortuna considerável, aproximadamente 6 mil contos de réis, que, em 1884 (ano em que fez seu testamento), três anos antes de sua morte, valiam, no câmbio de 20 pence ingleses o mil réis, algumas 500 mil libras esterlinas ou 2.500.000 dólares, o que, na época, representava muito dinheiro.”

<sup>404</sup> Sobre o envolvimento dos principais nevegadores e comerciantes da Bahia no contrabando de escravos, ver: Verger, op. cit.

<sup>405</sup> Segundo João José Reis (2003), durante a primeira metade do século XIX, ocorreram várias revoltas e conspirações escravas na Bahia, sendo a Revolta dos Malês, de 1835, a mais conhecida. O autor explica que o grande número de revoltas escravas na Bahia deve-se ao fato de que para lá se dirigiram os nagôs e ussás, africanos com experiências guerreiras e de envolvimento em conflitos ligados a expansão do Islamismo (*jihad*), enquanto para o Rio de Janeiro seguiram os africanos de origem banto, mais jovens e sem experiência na guerra. Sobre as várias revoltas e rebeliões ocorridas na Bahia nos anos 1807, 1809, 1810, 1814, 1816, 1822, 1826, 1827, 1828, 1830 e 1835, ver: Verger, op. cit.

espectro do haitiismo.<sup>406</sup> Além do mais, como já referimos, dos africanos transplantados ao Brasil, os que se dirigiram para a Bahia possuíam maior desenvolvimento intelectual, força de caráter, eram interessados nas notícias e muitos sabiam ler.<sup>407</sup> Condições que os distinguiam das outras raças africanas. Por outro lado, o sistema de colonização européia não era bem vinda na Bahia. Desagradava profundamente os proprietários e negociantes baianos - que ainda não estavam preparados para mudanças no sistema produtivo e não tinham como dar outro destino aos seus capitais - devido o volumoso comércio realizado entre a Bahia e a costa oeste da África, cuja maior parte da exportação para a destinada a ser trocada por escravos. Além do mais, havia na Província bahiana as experiências frustradas com as colônias de alemães (Colônia (Frankental),<sup>408</sup> de suíços (Colônia Leopoldina) e de irlandeses (Colônia Santa Januaria), que consumiram grandes somas de dinheiro do governo. O *Campeão Brasileiro*, periódico mensal, político, histórico e literário publicado na Bahia em 1830, foi bastante enfático ao afirmar que os colonos “são muito prejudiciais ao Brasil”.<sup>409</sup>

Miguel Calmon du Pin de Almeida,<sup>410</sup> em sua “Memória sobre o estabelecimento de uma Companhia de Colonização na Província da Bahia”, publicada em outubro de 1835, no *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia*, de que era presidente, afirmou que uma das maiores dificuldades para a colonização na Bahia, além da repulsa que o colono europeu tinha de misturar ou nivelar com os escravos, era a forte oposição feita à entrada de colonos livres, pelos “imoraes traficantes de Carne-humana, esses

---

<sup>406</sup> O medo de um levante de escravos sempre aterrorizava os baianos. Por isso em vários momentos históricos, viveram sob ameaças internas e externas de provocar levantes, como por exemplo, as Cortes de Lisboa e os Republicanos, que pretendiam com o apoio dos escravos da Costa da Mina, transformar a Bahia numa “fingida república de São Domingos”, conforme as críticas de *Nova Sentinella da Liberdade*, nº 1, 29 de maio de 1831. O governo imperial, pelo Decreto de 14 de dezembro de 1830, obrigou o estabelecimento de medidas policiais que se deveriam tomar na Província da Bahia com relação aos escravos e aos alforriados africanos. Coleção da Leis do Império do Brasil. Actos do Poder Legislativo, 1830, p. 96-98.

<sup>407</sup> Muitos destes escravos eram muçulmanos, traziam consigo versos do Alcorão. Foram estes escravos que insurgiram na chamada “Revolta dos Malês”, ocorrida na Bahia em 1831.

<sup>408</sup> Instalada em 1821, no sul da Bahia, com algumas famílias de imigrantes trazidas da Alemanha pelo agente de imigração, George Anton Aloysius Schaffer.

<sup>409</sup> 1º. Porque os Colonos de ordinário sempre são homens miseráveis; 2º. porque é preciso fazer grandes despesas em os mandar vir de seus países, tanto no seu transporte, como no seu sustento; 3º. porque os encarregados destas remessas, nem sempre tem a probidade de zelarem os interesses do Estado, que os incube de semelhantes Comições; 4º. pela dificuldade de encontrar homens capazes de dirigir e administrar uma colônia; 5º finalmente, porque os colonos quando sejam bons, e cheguem a ser úteis, já foram feitos com eles enormes despesas e quando são maus, e mal administrados, é evidente que só dão prejuízo. O redator citou o exemplo o péssimo resultado e das enormes despesas dispendidas com os colonos alemães e suíços. Contudo, estando o Brasil ainda muito despovoado e carecendo de braços úteis, julgava acertado que seguisse o exemplo dos Estados Unidos. Mesmo julgando “que esta máxima não é proveitosa para o Brasil”, não via outra maneira de aumentar rapidamente a população do Brasil. *Campeão Brasileiro*, 1830, p. 129-130.

<sup>410</sup> Bahiano de nascimento (1796-1865), foi governador interino da Bahia em 1823, deputado pela Província da Bahia por três mandatos consecutivos (1ª, 2ª e 4ª legislaturas, de 1826 a 1841). Ministro dos Negócios Estrangeiros em. Retornou a política em 1837, para fazer oposição a Diogo Antônio Feijó, sendo nomeado Ministro da Fazenda no período da Regência e de D. Pedro II. Foi senador pelo Ceará. Em 1843, foi conselheiro de Estado e cumpriu missões diplomáticas em Paris, Londres e Berlim.

Contrabandistas cruéis, e seus numerosos asseclas e comparses, que continuam a importar Africanos, á facilitar o seu desembarque em nossas Costas e aprover a sua venda em nossos Mercados”. Du Pin Almeida, concluiu que esta oposição era tão forte quanto numerosos eram os homens, a que chamava de “inimigos Publicos”, que dedicam a este comércio adquirindo “grossas riquezas!”<sup>411</sup>

### 2.5.3. Colono X Imigrante: o Parlamento dividido

Assim como na imprensa, a entrada de estrangeiros como “remédio” mais indicado para resolver o problema da mão-de-obra e povoamento, provocado pelo fim do tráfico, também dividiu opiniões no Parlamento. Os posicionamentos contrários à política imigratória adotada por D. João VI e D. Pedro I, que consistia na entrada de imigrantes destinados aos núcleos de pequena propriedade com objetivo de colonizar,<sup>412</sup> também refletia a forte oposição ao governo.

No Senado, os parlamentares que apoiavam o governo, se empenharam apresentando e discutindo leis, que motivassem a introdução dos europeus. Apressaram-se na votação do Projeto de Lei sobre os Direitos de Estrangeiros residentes no Império<sup>413</sup> e do Projeto de Lei sobre a Colonização dos Estrangeiros, considerado “objeto da maior importância”, “urgência” e de “primeira necessidade”.<sup>414</sup> Para o senador José Joaquim Carneiro de Campos (Marquês de Caravelas), era inegável que a “cessação do trafico da escravatura deixaria hum vazio” e que

---

<sup>411</sup> Outro grande impecilho à imigração europeia para o norte e nordeste do Brasil, apontado por Calmon du Pin de Almeida em sua “Memória”, era a lembrança das injúrias e descalotes sofridos pelos cidadãos europeus, ocorridos na “Abrilada na Bahia, matança do Pará, da carnificina de Matto Grosso, e de alguns movimentos anarchicos em Pernambuco, Alagoas, e outras Provincias, não só enlutaram a Humanidade, como paralisaram a emigração Europeia para um Paiz quasi inhospito, onde vidas corriam tanto perigo”. *Jornal da Sociedade de Agricultura, Commercio e Industria da Provincia da Bahia*, 16 de outubro de 1835, nº 38, 11º trimestre, p. 857-871.

<sup>412</sup> A Carta Régia de 02 de maio de 1818, autorizando o estabelecimento de suíços no Brasil, marcou o início de um sistema de imigração planejada e subsidiada pelo Império, continuada por D. Pedro I.

<sup>413</sup> A votação do Projeto de Lei chegou a ser adiado em função de duas emendas ao Art. 15, apresentadas pelos senadores Marquês de Inhambupe e Oliveira, que eram favoráveis à supressão deste artigo. O senador Oliveira, mostrou-se indignado não só com o artigo 15, mas com a lei no todo; “Com que meios convidaremos nós os homens da Europa á virem para aqui? Vejo que annualmente se introduzem no Brasil mais de quarenta mil negros, e ninguem lhes põe restrições; se elles se libertão, traspassão os seus bens á outros pretos, e fazem o que querem; entretanto aos homens cultos da Europa, que queremos attrahir ao Brasil, põe-se restrições taes, que longe de os convidar afugentarão das nossas praias; logo he melhor que de todo se rejeite esta Lei”. DCS. Sessão de 16 de junho de 1829, p. 3 nº 39. Visconde de Cairú não concordou com a supressão da lei, por acreditar que diante da necessidade de atrair industriais e capitalistas estrangeiros para o Brasil e da urgência de substituir a escravatura africana por braços livres, com o fim da importação, esta lei era um dos meios mais eficazes. DCS, ano de 1829, nº 5, 9, 42, 45, 48, 49, 50.

<sup>414</sup> A Comissão encarregada da elaboração do Projeto de Lei sobre a Colonização, encontrou várias dificuldades, como a falta de mapas que mostrem o estado das terras disponíveis e elementos estatísticos indispensáveis para o trabalho desta natureza, dispondo apenas de alguns elementos para a Província do Rio Grande do Sul e de São Paulo, visto que intensão era atrair colonos não só para cultivarem a terra, mas igualmente de artistas e jornaleiros. Diante da urgência e da dificuldade de estabelecer uma Estatística exata do Império, ficou acordado que os membros da Comissão contariam com a informação dos outros senadores que acabaram de governar Provincias e ue sabem pouco mais ou menos da Estatística delas para colaborar com a Comissão. DCS. Sessão de 18 de junho de 1827, nº 21, pp. 199 - 200.

“o Brasil sentirá por algum tempo a falta de escravos”. No entanto, acreditava que o “Brasil será feliz com hum regular systema de Colonisação”.<sup>415</sup> Citou a Colônia de São Leopoldo, como exemplo de sucesso e prosperidade. Os de oposição, como Nicolau Campos Vergueiro,<sup>416</sup> ex-deputado da Assembleia Nacional Constituinte (1823) por São Paulo e atual senador por Minas Gerais, função que assumiu em meados de 1828, manifestou-se contrário a este sistema de imigração e rebateu a afirmação de Carneiro Campos. Este posicionamento tem a ver com o parecer apresentado ao Concelho do Governo da Província de São Paulo, em que Nicolau Campos Vergueiro depois de analisar os erros cometidos na direção da colônia de alemães, concluiu que os colonos custavam caro para o governo e que o Brasil podia muito bem prescindir deste sistema:

Os colonos tão caros, como estes, não fazem conta, nem o Thesouro pode com elles, e muito menos pode fazel-os estabelecer no Sertão, aonde seria necessario primeiro fazer-lhes cultivos, cazas, e caminho, provel-os do preciso por hum anno depois de lá estarem: para estabelecer em povoado, seria necessário comprar terras para lhes dar, ou dar-lhes as, que se podião vender bem, e não estamos em estado de tomar tanto pezo, sem utilidade correpondente. Todo o Brasil foi povoado por Colonos da Europa, sem que o Governo os socorresse, e eu fui hum delles; nem o homem de trabalho braçal tem necessidade de socorros do Governo, depois de entranhado no Brasil para viver muito commodamente: chamar colonos, para fazel-os proprietarios á custa de grandes despesas he huma prodigalidade ostentosa, que não se compadece com o apudo das nossas finanças. O meu parecer pois é que se acabe quanto antes com a enorme despeza, que se esta fazendo com elles...

O senador segue propondo as várias providências que deveriam serem tomadas, a mais radical delas foi o corte dos subsídios aos colonos num prazo de três meses. Na sessão de 17 de junho de 1830, o Senador apresentou seu Projeto de Lei sobre os contratos de prestação de

---

<sup>415</sup> DCS, Sessão de 10 de maio de 1830, nº 6.

<sup>416</sup> Nascido em Portugal (1778), formado em direito pela Universidade de Coimbra (1801), mudou-se para o Brasil (São Paulo) ainda no período colonial. Foi vereador da Câmara Municipal de São Paulo (1813), juiz de sesmarias da capitania (1811-1818). Membro da Assembléia Constituinte de Portugal (1822) e do Brasil (1823). Foi eleito deputado a Assembléia Legislativa pela Províncias de São Paulo (1826) e em 1828, tornou-se senador por Minas Gerais, mesmo com residência em São Paulo. Foi membro da Regência Trina Provisória de 07 de abril a 17 de junho de 1831. Ministro do Império em 1832 e senador 1840. Em sua fazenda Ibicaba (São Paulo) inaugurou a partir de 1840 (dez anos antes da abolição total do tráfico em 1850), o primeiro projeto migratório totalmente financiado pela iniciativa privada, apesar de ter iniciado com dinheiro emprestado pelo governo. Através da sua empresa Vergueiro & Cia, recrutou emigrantes de vários lugares da Europa, para trabalho em sistema de parceria, não só para sua fazenda (que se tornou modelo de sucesso no trabalho com mão-de-obra livre), mas para outras fazendas. Devido a uma série de problemas contratuais, o mal tratamento e a péssima condição de vida dos imigrantes, com fazendeiros acostumados a lidar com escravos, levaram à chamada “Revolta dos Parceiros” ou “Revolta de Ibicaba”, que apesar de localizada e envolver apenas imigrantes alemães e suíços, teve várias consequências, uma delas foi a proibição à emigração de prussianos e alemães, franceses e suíços para o Brasil. Outra, foi a crise no sistema de parceria, que utilizava o sistema de remuneração por alqueire de café colhido. Depois da morte de Vergueiro em 1859, a fazenda voltou ao sistema de trabalho escravo. Em 1865 a empresa da família: Vergueiro & Cia pediu falência. Sobre o Senador Vergueiro, ver: Forjaz (1924), Heflinger Junior e Levy (1998), Stalberg (1999), Witter ITTER (1982).



serviços, por tempo determinado, pelo qual seria submetido tanto um brasileiro como estrangeiro. A proposta foi aprovada sem controvérsia e por unanimidade no Senado,<sup>417</sup> apenas com algumas emendas e um artigo aditivo pelo próprio Senador Vergueiro.<sup>418</sup>

Na Câmara dos Deputados, a maioria dos parlamentares manifestaram fortemente contrários ao sistema de colonização financiada pelo governo. A reação mais radical contra este sistema também veio do grupo de deputados que mais exerciam oposição aberta a D. Pedro I: Xavier Ferreira (Rio Grande do Sul), padre José Custódio Dias (Minas Gerais), Lino Coutinho (Bahia), entre outros. Para Xavier Ferreira, desde 1824 que os colonos alemães só têm dado despesas mensais e ocupados as melhores terras, que poderiam ter sido distribuídas aos pobres lavradores de sua Província.<sup>419</sup> Manifestou-se contrário ao gasto de “40 contos de réis por anno de Ordenados, e Subsídios mensais com esta gente inutil, e prejudicial, a qual, apenas se lhe paga, dispena-se, vão vadiar, e só voltão o seguinte mez para receber dinheiro.”<sup>420</sup> Custódio Dias, que havia sido deputado na Constituinte de 1823, afirmou de forma contundente que “a Nação não precisa desses Colonos”.<sup>421</sup> Para Lino Coutinho, “enquanto o governo não acabar com este ruinoso systema de colonisação de bayonetas, não pode fazer coisa nenhuma”. Segundo o deputado bahiano, num país como o Brasil, onde não há segurança, não se executam as leis, onde tudo está sujeito às arbitrariedades do governo, como querem colonos?

Falla-se em colonos para a agricultura depois de se ter recheado o Brazil com colonos de bayonetas, e o governo não vio até hoje que semelhantes colonos em vez de fazerem bem ao paiz têm feito grandes males perturbando o socego publico e gastando-se com elles muitos milhões? [...] A camara dos deputados tem reconhecido quanto é util a um paiz despovoado receber estrangeiros no seu seio, mas para isso é preciso que o governo Brasileiro execute as leis, que a constituição se mantenha inviolavelmente, porque um estrangeiro não abandona o seu paiz, senão por outro, aonde pôde ter segurança, tranquillidade e subsistencia. Senhor, estes colonos de bayonetas não podem produzir bem ao Brazil, é preciso que o governo de V. M. acabe com semelhante systema para que possuão dar medidas convenientes para a boa colonisação.<sup>422</sup>

---

<sup>417</sup> Para o Marquês de Barbacena, tratava-se de uma lei indispensável e de grande utilidade, uma vez que o “furor de emigrar” era muito grande na Europa, basta apenas que se proporcionasse meios de transporte, “que veremos chegarem aos nossos Portos mais homens brancos do que pretos até agora se importavam”. Portanto era necessário que assim como os traficantes de escravos tinham lucro seguro, também os que transportam homens livres, tivessem assegurados o recebimento das despesas e dinheiro que adiantaram. DCS, sessão de 17 de junho de 1830.

<sup>418</sup> O maior beneficiário da Lei de contrato que estabelecia os direitos e deveres dos contratados, bem como sanções pelo jurídicas pelo incumprimento, foi o próprio Senador Vergueiro, pioneiro em recrutar os imigrantes europeus para suas fazendas, financiando-lhes suas viagens.

<sup>419</sup> O deputado que havia sido Governador Provisório da Província, diz saber dos vários requerimentos dos lavradores nacionais, muitos já haviam ocupado foram mandados sair destas terras para darem entrada aos colonos estrangeiros.

<sup>420</sup> *Revista Semanária*, nº19, 1828, p. 426-428.

<sup>421</sup> *Diário da Câmara dos Deputados à Assembléa Geral Legislativa do Império do Brasil. Império do Brasil*, nº 25, 1828.

<sup>422</sup> *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Sessão em 12 de maio de 1829, p. 58.



Quanto a falta de braços, necessária em consequência da expiração do tráfico da escravatura, os deputados Rebouças e Lino Coutinho votaram para formação de uma Comissão que visasse facilitar a entrada de máquinas, como a dispensa do pagamento tributos, por exemplo. Entretanto a maioria dos deputados, em resposta à “fala do trono”, decidiram que o ideal seria a elaboração de uma lei de colonização adequada aos interesses da nação, conforme os princípios econômicos e de justiça, seguidos e praticados pelos Estados Unidos da América.<sup>423</sup> Ou seja, viam a imigração como o “remédio” mais indicado, mas não subsidiada pelo governo.

Não obstante, apesar dos jornais e parlamentares que exerciam forte oposição ao governo de D. Pedro exagerarem nas críticas em relação à política imigratória subsidiada pelo governo, numa conjuntura de forte xenofobia (sobretudo contra os portugueses) e como uma forma indireta de defenderem a continuidade do tráfico, as denúncias não eram infundadas. Tanto, que uma das primeiras medidas da Regência, logo após a abdicação de D. Pedro I, foi interromper as despesas do governo com a imigração. O próprio D. Pedro, cada vez mais pressionado assinou em 15 de dezembro de 1830, quatro meses antes de abdicar, a Lei de Orçamento abolindo em todas as Províncias do Império, as despesas com a colonização estrangeira.<sup>424</sup>

Exemplos de fracasso não faltam para ilustrar. De acordo com o artigo do *Journal des Voyages*, compilado pelo *Farol Paulistano*, as colônias não prosperam por dois motivos: primeiro porque a maioria dos colonos eram “malvados ou vagabundos”; segundo, foram muito mal administrada. Os seus administradores, primeiro um tal “Jesuita Miranda” e depois o “Inspetor Coronel João Vieira de Carvalho”, que além de administrarem mal, estorquiram dinheiro dos colonos. A colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul (1824), foi abandonada em pouco tempo e a maior parte dos colonos sucumbiram à fome e à miséria, apesar de Imperatriz Leopoldina ter socorrido muitos deles. Entre 1829 e 1830, a colônia de irlandeses teve o mesmo destino. Armitage (1837:212-213) descreve a forma como os emigrados da Irlanda foram aliciados e enganados:

Os termos sob que este official [Coronel Cotter] tratára com os colonos erão: que todos terião a sua passagem paga; que cada homem robusto receberia de salario o equivalente a hum shilling

---

<sup>423</sup> *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Sessão em 6 de maio de 1830, p. 79. Ver também: *O Universal*, 30 de junho de 1830, nº 400.

<sup>424</sup> Lei de 15 de Dezembro de 1830. Capítulo II das Disposições Comuns, Art. 4º. *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1830, p. 100. Vol 1.

por dia; que se lhes forneceria bons mantimentos, e o vestuario apropriado a hum clima quente. Aos artistas e lavradores se assegurava constante occupação, e destes, os que trouxessem os seus proprios utensilios, receberão cada hum huma data de terras de quarenta geiras: para mais os animar, se lhes assegurou que nenhum sera obrigado a ficar contra a sua vontade; e nada se disse a respeito de serviço militar. Estes termos erão mui vantajosos, e acharão immediata aceitação, de maneira que no espaço de tres semanas já navegavam para o Rio de Janeiro perto de tres mil emigrados, homens, mulheres e crianças.

A população brasileira que, através dos jornais já estava bem informada sobre a inconveniência da colonização subsidiada pelo governo e dos verdadeiros interesses do Imperador, que era fazê-los militares, faz gerar uma grande antipatia contra os estrangeiros. Assim, quando a maior parte dos emigrados chegaram no Rio de Janeiro, em janeiro de 1828, desembarcaram numa condição, que segundo Armitage, eram dignos de compaixão:

As mães com os filhos em seus braços, meninas proximas á puberdade, lavradores athleticos no primor da vida, desembarcaram em estado de quasi completa nudez. Forão logo conduzidos para os quartéis da rua dos Barbons, entre os insultos da população, e esgarceo da multidão dos negros, vozeando e batendo palmas, pela apparição dos *escravos brancos*, como se dignarão appellidar os desgraçados Irlandezes. Este extraordinario acolhimento deu lugar a que os colonos se julgassem trahidos, e logo reclamarão o cumprimento do contrato feito pelo Coronel Cotter. Como porém este agente não tivesse sido autorizado pelo governo a conceder condições tão liberaes, o seu cumprimento foi recusado; e deu-se a entender claramente aos homens que outra alternativa lhes não restava, mais do que assentar praça, ou morrer de fome. [...] conhecendo os receiros que delles tinha o povo, declararão que tinham vindo como pacificos colonos, e não como soldados: muitos resolutamente negaram a assentar praça, na esperança de que algum dia se lhes faria justiça. No entretanto outros procuravão huma distração temporaria na embriaguez, propensão fatal que, envolvendo-os em continuas rixas com os habitantes, augmentava a aversão contra elles e a sua miséria.

O *Aurora Fluminense* chamou a atenção do governo, dos parlamentares e da policia para a situação miserável dos colonos que chegavam ao Rio de Janeiro que, além de perturbar a ordem pública, mendigavam pelas ruas:

Anda a pedir esmola, enchendo as ruas enfiadas de mulheres, e meninos cobertos de farrapos, mendigando e contrahindo todos os habitos da ociosidade. Rogamos á policia (visto que ainda temos policia) que vigie sobre isso pois é cousa vergonhosa vês mendigar pessoas sãs e robustas n'hum paiz como o nosso, em que a terra mãi carinhosa, e facil em conceder os seus dons. Menos predilecção pelas baionetas, mais disvello pelas enchadas, e tudo irá bem no Brazil.<sup>425</sup>

---

<sup>425</sup> *Aurora Fluminense*, 1º de setembro de 1828.

Enquanto a revolta de parte da tropa de estrangeiros (alemães e irlandeses) no Rio de Janeiro<sup>426</sup> e a rebelião dos colonos alemães<sup>427</sup> que haviam servido o exército imperial, em São Paulo, causavam pânico na opinião pública, a entrada de grande número de emigrados portugueses fugidos do regime de D. Miguel, ajudados pelo governo brasileiro, causavam grande indignação no Rio de Janeiro. Isso levou, em 1834, a uma alteração na Constituição permitindo que a iniciativa e o estabelecimento de colônias ficassem a cargo dos governos provinciais e não mais governo imperial.

Devido a necessidade de mão-de-obra, o agenciamento de colonos passou a ser exclusivamente econômico, de acordo com o interesse das Províncias e dos particulares. Entretanto, com a falta de recursos das Províncias, o agenciamento de colonos ficou a cargo de particulares, como por exemplo, da empresa Vergueiro & Cia que recrutou emigrantes de vários lugares da Europa para trabalho em sistema de parceria. Contudo, as reclamações e revoltas dos imigrantes europeus contra as explorações e os maus tratos, conhecida como a “Revolta dos Parceiros” ou “Revolta de Ibicaba”, repercutiram na Europa Central, resultando na proibição do agenciamento de trabalhadores prussianos, alemães, suíços e franceses para o Brasil. Embora não haja registros de revoltas perpetradas por colonos portugueses, desde 1830 que reclamações

---

<sup>426</sup> Segundo Armitage (1837:214-215), um soldado alemão, por falta de disciplina foi condenado a levar duzentas e cinquenta chibatadas. Alguns irlandeses na tentativa de ajudar os alemães, provocaram um grande motim: roubaram algumas vendas e pillharam os aquartelamentos dos oficiais. No dia seguinte o número de revoltosos aumentou e um major de um batalhão alemão foi assassinado e ferido mais dois oficiais. O Ministro da Guerra, Bento Barrozo, ordenou ao comandante da tropa que atacasse as forças estrangeiras e que não desse quartel. Nisto, vários negros libertos e escravos, a seu modo foram ajudar a tropa brasileira, e mais de sessenta irlandeses foram mortos e mais de cem ficaram feridos. Conta Armitage, que os escravos, que imprudentemente se confiaram as armas, distinguiram-se pela barbarie, cortando os membros de suas vítimas moribundas e os levavam como triunfos. Diante deste trágico acontecimento, D. Pedro fez regressar os irlandeses ao seu país. O Secretário da Legação Inglesa, Mr. Aston, embarcou para Irlanda cerca de mil e quatrocentos irlandeses, enquanto os outros dispersaram pelas províncias. Enquanto os jornais liberais exultavam o sucesso, D. Pedro que havia mandado trazer os irlandeses, demitia o Ministro da Guerra, da Justiça e da Marinha e os culpavam pelo incidente.

<sup>427</sup> A Secretaria do Governo da Província de São Paulo, publicou no *Farol Paulistano* de 20 de junho de 1829, uma nota informado do procedimento dos colonos alemães de Santo Amaro que se rebelaram, amotinaram e atacaram o quartel, sendo necessário utilizar a força para os dispersar. Segundo a nota, os “colonos estão insatisfeitos com as terras e não há nada que os contente. O governo tem autoridade e força para os compelir a cumprir seus deveres tornando-se úteis para si e ao Estado, a quem até o presente só tem sido onerosíssimos, e para este fim ora mandou estacionar nesta Freguesia, um destacamento de primeira linha, comandado pelo oficial que deverá manter a devida obediência e sossego entre os colonos. [...] Aqueles que quiserem estabelecer em outro lugar, que vá às suas próprias custas. Este Governo [da Província de São Paulo] não o constrange, porém ordena que se retire imediatamente da colônia, cessando o subsídio que recebe”. Para o periódico paulista, os estrangeiros eram imorais, vadios e debochados que com enormes despesas foram mandados vir pelo governo brasileiro, com o título de colonos. Na edição de 5 de janeiro de 1830, o *Farol Paulistano* (1827-1831) publicou uma carta drâmica, assinada sob o pseudônimo “Pai de Família”, aflito e preocupado com os danos que os danos causados pelos colonos alemães, “que o nosso Governo parece ter posto suas esperanças, e que nós devem coadjuvar na gostosa tarefa da felicidade, e gloria do Brazil. serão em breves dias nossos inimigos, assassínios, e salteadores. Desgraçada Província, verás brevemente tua vida, e tua riqueza arrebatada por esses homens disfarçados de instrumentos do absolutismo”. Para o correspondente, os brasileiros estão sendo vítimas de um “mal e insuportável governo”, que “entronizou o absolutismo no Brasil.” Na edição de 16 de fevereiro de 1830, publicou a correspondência, com o direito de reposta do director da colônia de alemães da Freguesia de Santo Amaro, à carta do “Pai de Família”. Nela o director da colônia rebate as críticas do “Pai de Família”,

contra os maus tratos, denúncias de aliciamento enganoso e a situação de “escravatura branca”, vinham sendo debatidos na imprensa e no parlamentos português.

Assim, a política de colonização subsidiada pelos cofres públicos será abandonada no período da Regência (1831-1840), sendo retomada a partir de 1848 durante o Segundo Reinado (1840-1889), num outro contexto de necessidade relacionado ao recrudescimento da pressão dos ingleses para o fim do tráfico. Depreendemos que o abandono das colônias fundadas no Primeiro Reinado (1822-1831), a continuação do tráfico (a despeito do tratado anglo-brasileiro), e o ocaso do Imperador, representam o poder da imprensa e mais uma vitória da opinião pública. Problema que será analisado na próxima secção

## 2.6. O ocaso de D. Pedro I

Enquanto os fazendeiros se queixavam do Imperador por ter cedido às pressões dos ingleses, os traficantes mesmo lamentando a diminuição dos lucros, intensificaram as suas atividades. O período entre 1826 e 1830, mesmo com a redução ocorrida nos primeiros meses de 1829 (conforme tabela 5), caracterizou-se por entradas maciças de africanos no Rio de Janeiro. Estimulado não só pela necessidade de braços, numa conjuntura de crescimento da produção brasileira de café, açúcar e algodão, como pela incerteza em relação ao futuro do sistema escravista a partir de 1830, quando passaria a vigorar o tratado de 1826.

Por sua vez, o *Diário Fluminense*, mesmo não sendo órgão oficial, ia preparando o público para o eminente fim do tráfico negreiro, com a publicação dos tratados que dispunham sobre o fim do tráfico realizados entre a Grã-Bretanha e outros países da América Latina, como a Colômbia, Argentina e México. Anunciou o parecer desfavorável do Senado, para a prorrogação do prazo para o comércio da escravatura na Província de Minas Gerais.<sup>428</sup> Em novembro de 1829, na secção Artigos de Ofício “Repartição dos Negocios Estrangeiros”, publicou um “Edital” estipulando o prazo de até 13 de março de 1830, para se encerrarem todas as negociações pendentes na costa da África, sobre o tráfico lícito.<sup>429</sup> Na edição de 4 de junho de 1830, sob o título “Relatório do Ministro da Marinha”, informou: “a divisão naval encarregada de proteger o comércio da escravatura na Costa d’África, já se recolheu...”

---

<sup>428</sup> *Diário Fluminense*, 27 de abril de 1829, nº 92, vol. 13.

<sup>429</sup> *Diário Fluminense*, 5 de novembro de 1829, nº 107, vol. 14.

Descontentes com a política abolicionista os negociantes e grandes proprietários de terras e escravos, foram afastado de D. Pedro I. Terminado o prazo para o tráfico lícito passaram para o lado da oposição. Segundo Basile (2001:21-22), a batalha contra o Imperador travava-se em duas frentes articuladas: na Câmara e na imprensa. Na Câmara, a nova geração de políticos do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (principais províncias produtoras do café e que mais dependiam da mão-de-obra escrava), procuraram limitar os poderes do Imperador, fiscalizar os atos do governo e obstruir diversas propostas do Executivo. Na imprensa, moderados e exaltados “formaram juntos uma ampla frente oposicionista”, amplificando e aprofundando as críticas ao governo. Criaram sem dúvida, um clima de descontentamento e animosidade, mobilizando a opinião pública contra D. Pedro.

Do lado dos moderados, o *Astréa*, depois de discorrer sobre vários erros cometidos pelo governo <sup>430</sup> desde a emancipação do Brasil, foi categórico ao afirmar que os limites do seu jornal, não permitia “extender o quadro das desordens com que o governo tem-se desacreditado na Opinião Pública,”<sup>431</sup> a quem chamou de “tresloucada administração.” E as críticas não pararam por aí. Os jornais exaltados atacaram com virulência o governo. O boato espalhado pelo “partido desorganizador”, de que com a abolição do tráfico todos os homens de côr libertos tornarão à escravidão, concorreu para haver uma comoção nacional.<sup>432</sup> A propagação das ruínas do império aumentavam progressivamente em todo o Brasil, assim como os abusos de imprensa. Tanto que D. Pedro, na Fala do Trono durante a abertura da Assembléia Geral do dia 3 de Maio de 1830, preocupado em manter a boa ordem, alertou os representantes da Nação sobre os excessos da imprensa: “é do meu mais rigoroso dever lembrar-vos a necessidade de reprimir por meios legais o abuso, que continua a fazer-se, da liberdade de imprensa em todo o Império. Semelhante abuso ameaça grandes males; à Assembléia cumpre evita-los.”<sup>433</sup> Proseguiu dizendo que o tráfico da escravatura cessara e que o governo estava decidido a

---

<sup>430</sup> O *Astréa*, aponda como principais erros do governo: (i) o fato de não se ter elaborado uma lei que fizesse abolir o tráfico de acordo com os interesses Nacional, ao invés disso realizou “um vergonhoso Tractado com uma Nação estranha, concedendo-lhe contra a Constituição um poder que não tinha de fazer e por Juizes Extrangeiros, justificar os Cidadãos Brasileiros como piratas”; (ii) tendo em vista a necessidade de povoar e adquirir mão-de-obra necessária com o fim do tráfico da escravatura, o governo, ao invés de aumentar e facilitar a emigração (especialmente dos Açores, pela uniformidade da língua, dos costume e religião dos brasileiros), trouxe soldados estrangeiros da Europa, com outra língua, costume e religião, pela maior parte diferente da brasileira; (iv) envolvimento numa guerra injusta pela Província Cisplatina (atual Uruguai), sem sentido e vantagens para o Brasil. A guerra que durou três anos (1825-1828), custou milhões de réis aos cofres públicos e cerca de 8 mil vidas.

<sup>431</sup> *Astréa*, 25 de novembro de 1830.

<sup>432</sup> DCS, sessão de 1829, nº 9 p. 10.

<sup>433</sup> Nesta conjuntura, conforme já foi dito, é que foram incluídos no primeiro Código Criminal do Império do Brasil, de 16 de dezembro de 1830, os delitos de abuso da liberdade de imprensa.

empregar todas as medidas que a boa fé e a humanidade reclamavam para evitar a sua continuação, debaixo de qualquer forma ou pretexto que fosse, e indicou a necessidade de leis que facilitassem a colonização.

Contudo, desde a morte de D. João, mesmo tendo abdicado ao trono português, D. Pedro mantinha-se envolvido com os problemas de Portugal. Segundo Armitage (1837:197), D. Pedro “continuava a proceder como se nas mesmas mãos estivesse a administração daquelle reino e a do Brazil. [...] Em todos os despachos relativos à administração de Portugal, Sua Magestade conservou o estilo de hum monarcha, e continuou a assignar-se D. Pedro IV.” Misturava os interesses internos e externos dos dois países e dispendia grandes somas de dinheiro brasileiro para resolver problemas de sucessão em Portugal. O golpe de D. Miguel que se auto proclamou rei absoluto de Portugal e Algarves em junho de 1828, anulando virtualmente a Carta outorgada a partir do Brasil, deixou o Imperador profundamente indignado.<sup>434</sup> Para o governo inglês, que se recusou a dar asilo aos refugiados portugueses, intervir a favor de D. Maria e envolver nos problemas internos de Portugal, o mal que afligia Portugal devia ser atribuído “à falta de uma política franca, coherente e reta, da parte do Governo do Brasil” (Armitage, 1837:241).

Vendo-se isolado e acusado por nunca ter se mostrado verdadeiramente brasileiro e não ter defendido os interesses da nação, D. Pedro I abdica do trono brasileiro na madrugada do dia 7 de abril, em favor do seu filho D. Pedro de Alcântara de apenas 6 anos de idade. Na manhã do mesmo dia, os parlamentares que estavam no Rio de Janeiro, se reuniram em Assembléia Geral Extraordinária, para instituírem uma Regência Trina Provisória,<sup>435</sup> conforme previsto pela Constituição.

Luiz Felipe de Alencastro (2000), Leslie Bethell (2002) e D. A. G. Waddell (2004), afirmam que o fim do tráfico foi um dos fatores que contribuíram para a queda de D. Pedro I. Para Tâmis Parron (2009), o tratado anglo-brasileiro para o fim do tráfico teria servido de estopim para a Câmara iniciar sua luta contra a forte centralização estipulada pela Constituição de 1824. O *Diário Fluminense*, no seu último ano de edição, antes de mudar para *Diário do*

---

<sup>434</sup> Apoiado por sua mãe, D. Carlota Joaquina, pela Igreja e pelas interpretações das leis portuguesas e descontentamento dos portugueses, sobretudo da nobreza, em relação às atitudes de D. Pedro, que era visto como estrangeiro pela antiga Constituição portuguesa e considerado um traidor, por ter tirado o Brasil e renegado a sua pátria, não foi difícil D. Miguel assumir-se rei absoluto de Portugal. D. Miguel deu início ao seu reinado de perseguição aos seus opositores e liberais. Os redatores dos periódicos constitucionais foram presos e muitos liberais partidários de D. Maria, fugiram para os países vizinhos e para o Brasil. Os poucos periódicos publicados legalmente em Portugal, eram os pró-absolutistas e faziam propaganda ao governo de D. Miguel.

<sup>435</sup> A Regência Trina Provisória foi composta pelo Marquês de Caravelas, senador Nicolau Campos Vergueiro e o general Francisco de Lima e Silva.

*Governo*, publicou uma nota compilada dos jornais franceses, *O Globe* e *O Tempo*, com “informações seguras” de que a abolição do comércio da escravidão “sugueitou o Imperador o mais pesado golpe”. Tudo isto é “fácil de crer-se, concluíram os jornais, atendendo-se que a Assembleia brasileira é composta de grande parte de Lavradores, Proprietários e Mineiros, cuja fortuna depende da continuação do infame comércio.” Os redatores franceses não duvidavam que em breve a Assembléia brasileira, modificaria essa “philantropica disposição”.<sup>436</sup> De fato, como veremos mais adiante, vários parlamentares do período da Regência tentarão reverter a situação.

No processo que culminou no 7 de abril de 1831, além do envolvimento de D. Pedro I nas questões sucessórias de Portugal, a influência do “partido português” e a ascendência do português Francisco Gomes da Silva, o Chalaça,<sup>437</sup> nos negócios do Império geraram forte xenofobia contra os portugueses. Situação que agravou ainda mais, com o regresso de D. Maria ao Brasil e de muitos emigrados portugueses, que desfrutaram da proteção e subsídio do governo brasileiro, numa conjuntura de grave crise econômica, falência do Banco do Brasil e de fim do tráfico (importante fonte de receita do Estado). A culminância da intolerância se deu no Rio de Janeiro com o enfrentamento entre brasileiros e portugueses, na chamada “Noite das Garrafadas”.

Willian Moore, viajante inglês no Brasil (*apud* Lino de Almeida Cardoso 2011:413-418), conta que depois da abdicação, no dia 27 de abril de 1831, ‘todas as lojas fecharam na cidade e multidões de negros e mulatos, andavam por todas as partes munidos de porretes e pedras’, mais tarde, no mesmo dia, um considerável número de pessoas se juntaram no Campo da Honra para forçar ‘os portugueses não naturalizados a sair da cidade’. Muitos portugueses, alguns dos mais abastados, deixaram a corte acompanhando o ex-Imperador. Com eles ‘um enorme volume de capital saiu do país, dificultaram-se as operações de comércio, até então florescente, muitas casas faliram ou, tendo negócios estancados, retiraram-se para a Europa’. Sem abastecimento e sem dinheiro em circulação, mais e mais desocupados nas ruas, a insatisfação social e a violência agravaram. Em meados de julho, ocorreu o mais importante levante na capital depois da abdicação, quando os insurretos reclamaram ao Governo a deportação de 89 indivíduos.<sup>438</sup>

---

<sup>436</sup> *Diário Fluminense*, 12 de setembro de 1831, nº60, vol. 18.

<sup>437</sup> Sobre a vida de Francisco Gomes da Silva (Chalaça), sua rápida ascensão política e forte influência de na vida de D. Pedro e dos negócios do Império, ver Setúbal, 2012.

<sup>438</sup> Dentre os deportados estavam clérigos de importância como o Bispo de Anemúria; deputados como José Clemente Pereira; militares de alta patente, como o Tenente-General José da Nóbrega Botelho, diversos titulares - alguns senadores como o



A carta do Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, João Batista Moreira a D. Pedro I de 18 de setembro de 1831, também confirma essa contínua debandada:

Participo a Vossa magestade que, no dia 13 do corrente, consegui, depois de indefesos trabalhos, fazer sair deste porto, em direção ao da Ilha Terceira, o brigue de guerra Conde de Vila Flor e a barca Regência de Portugal, levando a seu bordo todos os emigrados portugueses que aqui se achavam [...]. Um sem número de infelizes perseguidos, a despeito da justiça... (Cardoso, 2011:417)

Na Bahia, onde também reinava o ódio contra os portugueses, a agitação não era diferente do Rio de Janeiro. Segundo Verger (2002:342-343), poucos dias antes da abdicação do Imperador, já se praticavam atos de violência e de perseguição aos portugueses. Centenas de portugueses refugiaram nos navios ancorados no porto, enquanto outros eram massacrados sem piedade. Em 13 de abril o governo da Bahia, cedendo à pressão popular decidiu expulsar todos os portugueses solteiros e que não tivessem filhos brasileiros.

De acordo com as explicações de Raymundo Faoro, em os *Donos do Poder* (2001), o insucesso de D. Pedro I deveu-se à sua incapacidade de se colocar entre as duas forças centrífugas, produzidas pelo “partido português” (dos comerciantes) e o “partido brasileiro” (dos proprietários de terras), que disputavam a primazia no governo. Através do discurso de uma possível recolonização do Brasil, os nativistas sobresaíram mascarando o verdadeiro conflito que havia entre os liberais. A imprensa de oposição, para além de expor os erros do governo, levou a opinião pública a canalizar a sua revolta contra os portugueses, fazendo crescer a lusofobia e o rechaço a ingerência dos portugueses nos negócios brasileiros. É justamente no contexto desta disputa e revolta, que se dará a rápida aprovação da lei brasileira de 7 de novembro de 1831, que tornará o tráfico ilegal no território brasileiro, conforme veremos no próximo capítulo.

---

Marquês de Aracati, o Conde do Rio Pardo, o Conde de Lages e o Marquês de Baipendi; grande negociantes como Antônio José Meireles e João Bonifácio Alves da Silva; magistados, como Gustavo Adolfo de Aguiar; e outros tantos nomes de menor ou maior relevância, em sua maioria recém-emigrados de Portugal, fugidos do mando de D. Miguel, ou adotivos, já estabelecidos no Rio antes da Independência ou mesmo da vinda da corte. No mês seguinte ao levante, estimava-se em cerca de dez mil o número de portugueses que até aquele momento, já haviam abandonado a cidade, por mar, por terra, em direção ao interior (Cardoso, 2011:414-415).



### 2.6.1. D. Pedro sob o domínio da “Rainha do Mundo”

Diferente de D. João VI, D. Pedro I era mais favorável ao fim do tráfico. Portanto a manutenção do tráfico não foi uma imposição do Imperador, foi uma condição para manter a ordem imposta pelos interesses que giravam em torno da escravatura e a própria coroa. Tanto que depois de assinado o tratado com os ingleses para o fim do tráfico de africanos, D. Pedro perdeu a popularidade e a sustentação política. Além de ir contra a opinião pública, foi sobretudo contra os interesses das camadas dominantes (aristocracia rural escravocrata e burguesia mercantil), que para garantir a manutenção das estruturas sócio-econômicas vigentes, sempre o apoiaram.

Conforme demonstrado, no processo que levou à abdicação, a imprensa foi determinante. A ausência da censura, terminou por macular a imagem do Imperador, enquanto a imagem e popularidade de D. João se manteve intacta graças a forte censura. Por outro lado, D. Pedro não teve a mesma habilidade que seu pai, de mesmo sob pressão interna (opinião pública nacional) e externa (Inglaterra), equilibrar os dois pratos da balança, adotando medidas que vizassem satisfazer os interesses internos e externos. Seu governo pouco se preocupou em adotar medidas para minimizar o forte impacto que o fim do tráfico causaria na economia e na sociedade brasileira. Ou seja, não soube lidar com as pressões políticas vindas das duas dimensões. No momento auge das críticas contra a falta de medidas e apatia do governo num negócio de grande importância nacional, que abalaria a secular estrutura econômica e de prestígio social, estava mais preocupado com os problemas pessoais (conter os ímpitos de sua amante e encontrar uma segunda esposa) e externos: a guerra Cisplatina, a sucessão monárquica de Portugal, e em atrair colonos estrangeiros apenas com finalidades geo-estratégicas.

Segundo Putnam (1988), um governante por ser um elo entre o ambiente interno e externo, frequentemente se encontra em situação de risco. Portanto é importante conquistar confiança doméstica e o prestígio para se manter no poder. Em Powlick (1995), a opinião pública é entendida como legitimidade obtida pelo consenso popular numa sociedade democrática. Por isso é importante que haja harmonia entre a opinião pública e as políticas governamentais. Aliás, D. Pedro tinha a clara percepção de que a opinião pública, a quem chamava de *Rainha do Mundo*, era uma força com a qual não podia vencer.

Na questão da supressão do tráfico, os plenipotenciários brasileiros que assinaram o tratado anglo-brasileiro, já haviam alertado ao governo britânico que esta medida era

“impopular no seu mais alto grau”. Portanto julgavam imprudentes terem cedido aos desejos do Imperador, sendo que mais sensato seria esperar a sua conclusão até a reunião da Assembléia (Verger, 2002:339), ou seja, ter o aval dos representantes da nação. Mais tarde a própria Assembleia reconheceu que o tratado representava a perda “*da honra e dignidade, independencia e da nação brasileira*”, por ter sido assinado sob pressão estrangeira e não atender aos interesses do Império. Portanto, o comportamento do homem de Estado, seja ele um príncipe, rei, presidente, etc. Também deve ser sempre um elemento de análise nas decisões de política externa.

Neste contexto, a teoria das “forças profundas”, elaborada pelos franceses Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, em oposição à história diplomática (circunscrita a documentos oficiais, de chancelaria, tratados, relatórios e memórias dos agentes diplomáticos), procurou trazer uma nova perspectiva para compreensão da política externa enfocando os aspectos internos, com suas causas múltiplas ou “multicausalidade”, que condicionam os acontecimentos e o papel do homem de Estado.<sup>439</sup> Duroselle, ressalta que na tomada de decisões o homem de Estado sofre várias pressões que se podem dar: (i) direta (que consiste em diligências concretas; históricas e dos representantes dos grupos de pressão) ou indiretamente (de diversos grupos e da opinião pública, que forçam o responsável político a tomar certas decisões); (ii) pelo ambiente (conjuntura econômica, favorável a uma ou outra política, estado dos espíritos, etc.); (iii) e pela pressão social (formado no seu conjunto pela educação, preconceitos de classe), que de certa forma age sobre os homens de Estado, sem que se dêem conta. Portanto, segundo o autor, ao historiador não cabe apenas tentar compreender somente a ação destas forças de pressão que age sobre os ambientes e na tomada de decisão de um governante, mas precisa também interpretar os seus métodos de ação, levando em consideração o caráter, a personalidade e o temperamento do homem de Estado.

A percepção de Renouvin e Duroselle, que reúne as forças profundas e o comportamento do homem de Estado, ajuda a compreender a política interna e externa levada a cabo por D. Pedro. Conforme demonstrado, estas as “forças profundas” (aqui entendidas como opinião pública, influência da imprensa, condições geográficas, características demográficas, interesses

---

<sup>439</sup> Em “Introdução à história das relações internacionais” (1967), enquanto Renouvin dedica a primeira parte a descrever e analisar as “forças profundas”, Duroselle dedica a segunda, a entender como estas forças agem sobre o “homem de Estado” e como o “homem de Estado” age sobre estas “forças profundas”, sobretudo a forma como ele lida com o interesse nacional. Se colocando como autêntico representante e defensor. Assim, as relações internacionais são resultado de uma intrincada e engenhosa dialética entre as “forças profundas” e o “homem de Estado”.

econômicos, partidos políticos, psicologia coletiva, cultura e nacionalismo) agiram sobre o imperador, e como ele agiu sobre estas “forças”, levando em consideração o seu temperamento, personalidade e características pessoais.

Neste último aspecto, a maioria dos historiadores têm visões contraditórias de D. Pedro I.<sup>440</sup> Muitos o vêem como inculto, autoritário, mulhengo, devorador de donzelas, frenético, efusivo, afogueado, boêmio, estourado, violento, agressivo, hiperativo, arbitrário enérgico, imprudente e inconstante, enquanto para outros ele é visto como romântico, aventureiro e herói nacional. Alguns biógrafos tentam explicar e justificar o temperamento dual e a personalidade de D. Pedro. Maria Graham, que chegou a conviver com D. Pedro e foi amiga de D. Leopoldina e em seu “Esboço biográfico de Dom Pedro I”, escrito em Londres logo após a morte do Duque de Bragança em 1834, afirmou que imperador era “dotado de fortes paixões e grandes qualidades”. Ou seja, era impulsivo e possuía um temperamento sujeito a explosões repentinas de paixão violenta, que nem a educação e a experiência conseguiram domar, logo depois eram sucedidas de delicadeza.<sup>441</sup> Na opinião de Otávio Tarquínio de Sousa (1952), D. Pedro possuía um temperamento pouco convencional para um imperador, e atribui isso ao fato de ter sido epilético. Enquanto o historiador português Eugénio dos Santos (2012), entende o comportamento nada convencional de D. Pedro, como uma forma “compensação pela ausência afetiva da mãe na infância, que nunca escondeu a sua predileção por D. Miguel, seu filho mais novo”. Segundo seus biógrafos, o próprio D. Pedro via a si mesmo como “malcriado” e tinha

---

<sup>440</sup> Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Serafim de Bragança e Bourbon, com epítetos de “*O Libertador*”, “*O Rei Soldado*” e “*Rei-Imperador*”, segundo filho de D. João VI e Carlota Joaquina, nasceu no Palácio de Queluz em Portugal, em 12 de outubro de 1798. Sob ameaça da invasão francesa ao território português, desembarcou no Brasil, aos 9 anos de idade, com a família real e mais 10 mil pessoas em 1808. Em 1821, com o retorno de D. João IV a Portugal, assumiu como Príncipe Regente do Brasil. Em 09 de janeiro de 1822, desobedeceu as ordens das Cortes portuguesas de retornar a Portugal, e em 7 de setembro declarou a Independência de Portugal. Foi nomeado Imperador do Brasil em 12 de outubro de 1822, iniciando o denominado Primeiro Reinado (1822-1831). Casou-se aos 19 anos (1818), com D. Leopoldina, arquiduquesa da Áustria, filha do imperador austríaco Francisco I, em 13 de maio de 1817. Teve muitas amantes, mas o mais escandaloso foi o romance iniciado a partir de agosto de 1822, com Domitilha de Castro Canto e Mello (Marquesa de Santos). Viúvo desde dezembro de 1826, casou-se em 1829, com Amélia de Beauharnais princesa da Baviera, neta de Josephine de Beauharnais, segunda mulher de Napoleão Bonaparte. Sobre a vida de D. Pedro, ver: LUSTOSA, Isabel, *D. Pedro I - Um herói...* op. cit. REZZUTTI, Paulo Marcelo. *D. Pedro IV - A História não Contada: O Homem Revelado por Cartas e Documentos Inéditos*. LeYa Editora, São Paulo, 2015. SOUSA, Otávio Tarquínio de. *A Vida de D. Pedro*. 3 vol. Rio Janeiro, José Olympio, 1952. SANTOS, Eugénio dos. *D. Pedro Imperador do Brasil e rei de Portugal*. São Paulo, Alameda, 2012.

<sup>441</sup> Maria Graham (1824: 62-63), atribui este temperamento ao meio e à forma de educação e criação de D. Pedro, que: “chegado à uma colônia remota, terrivelmente corrompida pela escravidão, e acompanhado no exílio por muitos nobres portugueses, cujos hábitos e a moralidade não poderiam ser da menos vantagem na formação do seu caráter, e por um bando dos mais desprezíveis e degradantes agregados do Palácio de Lisboa. [...] Na ocasião da chegada da Família Real ao Brasil, seguiu-se os sistema do costume entre os Braganças: os jovens príncipes foram afastados, quanto possível, de todo conhecimento dos negócios públicos e casos do Estado. Passavam o tempo principalmente no apartamento da velha aia, que os acompanhara de Portugal. [...] Em resumo: a educação dos Príncipes foi, em geral, tão desprezada que, eles próprios, se queixavam, quando crescidos, de mal saberem ler e escrever.

consciência de sua pouca “ilustração”. Lustosa (2006), na introdução do seu livro, ao analisar a personalidade “turbulenta” de D. Pedro I, admite que ele “tinha tudo para ser um péssimo governante”.

Até a sua abdicação, D. Pedro procurou centralizar todas as decisões de política externa. Eximindo-se inclusive de publicar os atos do seu governo. Na Constituição outorgada em 1824, incluiu o Poder Moderador, no qual reservava para si a “chave” de toda organização política do Império.<sup>442</sup> Durante os seus nove anos como homem de Estado, mudou várias vezes o seu Ministério e viveu em constante atrito com a Assembléia. John Armitage, que viveu no Brasil durante a ascensão e queda de D. Pedro, em seu livro *História do Brasil*, publicado no Rio de Janeiro em 1836, também analisou o temperamento de D. Pedro e chamou atenção para caráter dos políticos e funcionários de que se cercava o Imperador. Que, segundo o autor, não asseguravam a confiança pública.<sup>443</sup> Na opinião de Armitage, nas circunstâncias em que se encontravam o Brasil quando D. Pedro subiu ao trono, “carecia-se mais de um habil administrador, do que de um herói”. D. Pedro bem tentou recuperar a popularidade e ganhar confiança pública, demitiu todo o seu Ministério formado majoritariamente por portugueses, substituindo-o por outro composto exclusivamente por brasileiros natos, distribuiu muitos títulos de nobreza e horíficos especialmente entre os deputados ministeriais, e despachou seu funcionário favorito, Francisco Gomes da Silva (Chalaça), para a Inglaterra. Mas, a administração do novo gabinete não lhe fez ganhar a confiança pública. Pelo contrário. Segundo Armitage (1837:212), “a falta de talento na maior parte dos ministros, a suspeita de corrupção e altivo comportamento de outros, e o egoísmo de todos, bastarão para desacreditar sua administração”. Além da má administração do Gabinete, a causa que “se fazia sentir: era nunca ter elle sabido ser o - HOMEM DO SEU POVO, - nunca ter-se constituido inteira e verdadeiramente Brasileiro”. Apesar de muitas vezes manifestar que a “força do Governo consiste na opinião publica”, infelizmente, conclui Armitage: “nunca soube conciliar essa opinião publica do povo, sobre o qual era seu destino imperar.”

---

<sup>442</sup> O Imperador, tinha a prerrogativa de nomear Senadores, convocar Assembleia Geral, sacionar decretos e resoluções da Assembleia Geral, aprovar e suspender interinamente as resoluções dos conselhos provinciais, prorrogar ou adiar a Assembleia Geral, dissolver a Câmara dos Deputados, nomear e demitir livremente os Ministros de Estado, suspender os Magistrados nos casos previstos, perdoar e moderar as penas impostas e os réus condenados por sentença, além de conceder anistia. BRASIL, Constituição de 1824, Artigos 98 e 101.

<sup>443</sup> Referia-se especialmente a Francisco Gomes da Silva, o Chalaça, a quem considerava “extravagante, insolente e dissipado”. Chalaça exercia tão grande ascendência sobre D. Pedro, “que se pode avançar sem reboço que PARTILHAVA COM ELE A AUTORIDADE SUPREMA! (Letras maiúsculas são destaques dados pelo autor).

A profecia de Andrada Machado, parecia se confirmar! O fim do primeiro reinado foi marcado pela forte influência da opinião pública sobre o governo, levando D. Pedro a abdicar ao trono brasileiro. No dia 11 de abril, o *Aurora Fluminense*, registrou na primeira página, o triunfo da opinião pública, com a “Proclamação dirigida pela Reunião dos Representantes da Nação aos Brasileiros”:

Hum acontecimento extraordinário veio surpreender todos os calculos de humana prudencia; huma revolução gloriosa foi operada pelos esforços, e patriotica união do povo e tropa do Rio de Janeiro, sem que fosse derramada huma só gota de sangue. Sucesso, ainda não visto até hoje, e que deve honrar a vossa moderação, energia, e o estado de civilização a que haveis chegado. Brasileiros! Hum Principe mal aconselhado, trazido ao precipicio por paixões violentas, e desgraçados prejuizo antinacional, cedeo a força da opinião publica tão briosamente declarada, e reconheceo que não podia mais ser o Imperador dos Brasileiros [...]. Do dia 7 de Abril de 1831, começou a nossa existencia nacional; o Brasil será dos Brasileiros, e livre. Concidadãos! Já temos patria; temos huma Monarcha simbolo da vossa união, e da integridade do Imperio, que educado entre nós, receba quasi no berço as primeiras lições da Liberdade Americana, e aprenda a amar o Brasil que o vio nascer ...<sup>444</sup>

Armitage (1837: 287-288) também confere à imprensa brasileira um importante papel capaz de sustentar ou provocar a ruína de um governante. D. Pedro no início do seu governo, teria conseguido deter em suas mãos a “*Rainha do Mundo*” (opinião pública), “que estava completamente pronunciada a seu favor”. Durante o período entre a dissolução da Assembléia Constituinte e a convocação das Legislativas de 1826, houve “um silêncio relativo da imprensa”. No entanto, uma vez iniciadas as sessões da Câmara, “os liberais de novo se ativaram e apareceu uma grande quantidade de jornais pugnando pelas opiniões e interesses da oposição”, o que teria forçado D. Pedro a abdicar.

## Conclusão

Ao longo deste capítulo foi possível confirmar a nossa hipótese de que a opinião pública também exerceu forte influência na questão do fim do tráfico durante o Primeiro Reinado (1822-1831). A despeito da censura inicial e da periodicidade dos jornais de opinião (alguns semanários, outros duas ou três vezes por semana), o tema foi muito discutido na imprensa brasileira deste período. Portanto foi possível avaliar, através dos periódicos e dos debates

---

<sup>444</sup> *Aurora Fluminense*, 11 de abril de 1831.

parlamentares, não só os pensamentos acerca do tráfico e da escravidão na sociedade brasileira, como também a intensidade das disputas políticas e sociais internas, que de uma forma ou de outra, influenciaram a tomada de decisão em política externa.

Na segunda parte avançamos para as decisões nacionais brasileira e portuguesa, para o fim do tráfico de africanos, suas relações bilaterais: Portugal- Inglaterra, Brasil-Inglaterra, Brasil-Portugal, e seus impactos na opinião pública dos dois países.



## SEGUNDA PARTE

### DECISÕES NACIONAIS PARA O FIM DO TRÁFICO: seus impactos na opinião pública brasileira e portuguesa

*“A opinião publica é o modo de pensar expresso e uniforme de mais da metade de um Povo sobre qualquer objeto: aqui vem a influencia, poder e direção que dá a todos os negócios; sua vitória é sempre certa: desgraçado daquele que lhe faz opposição”. Ezequiel Correia dos Santos, redactor do Nova Luz Brasileira.*





## Introdução

Depois de abdicar ao trono brasileiro, D. Pedro, com o título de Duque de Bragança, regressou a Portugal e se pôs à frente das forças liberais, decidido recuperar o trono de sua filha D. Maria II.<sup>445</sup> Em nome da rainha, assumiu a Regência portuguesa em 3 de março de 1832. Nomeou um novo ministério e empenhou numa guerra civil fratricida que durou quase dois anos (1832-1834) derrotando definitivamente os absolutistas. Em 1834, a Convenção de Évora Monte, pôs fim a guerra civil portuguesa vencida pelos liberais de D. Pedro. Neste mesmo ano D. Miguel voltou para o exílio para nunca mais regressar e D. Pedro morreu de tuberculose no palácio de Queluz,<sup>446</sup> poucos dias antes de completar 36 anos de idade, e apenas quatro dias depois de entregar o trono de Portugal a sua filha D. Maria II,<sup>447</sup> de acordo com a Carta. Entretanto uma junta de Ministros assumem o poder em nome da jovem Rainha D. Maria II.

No Brasil, após a abdicação instalou-se o governo Regencial,<sup>448</sup> que deveria durar até a maioria do filho do Ex-Imperador.<sup>449</sup> O Poder Moderador, ficou suspenso até o *Golpe da Maioridade* em 1840.<sup>450</sup> Como não podia ser dissolvida, até 1840 a Câmara passou a ser um importante centro de decisão.

Esta segunda parte, está dividida em dois capítulos. O primeiro aborda as primeiras legislações nacionais brasileira e portuguesa para regulamentar o fim do tráfico de escravos

---

<sup>445</sup> A chegada do Imperador brasileiro ao continente europeu, não foi bem recebida em Portugal. Foi vista pela imprensa como mal intencionada e inimiga natural da “Religião e da Legitimidade do Trono de Sua Magestade O Senhor Dom Miguel I, único Legítimo e natural Rei destes Reinos”. Compilado do *Correio do Porto* pela *Gazeta de Lisboa*, de 6 de setembro de 1831, nº 210.

<sup>446</sup> Foi sepultado no Panteão situado no interior da Igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa. Em 1972, no sesquicentenário da Independência do Brasil, seus restos mortais foram transferidos para uma cripta no monumento do Ipiranga em São Paulo e o seu coração ficou na cidade do Porto (conservado até hoje na Igreja da Lapa), conforme o seu desejo.

<sup>447</sup> Casou-se com o príncipe Leuchtenberg, e 1836 casou-se com o príncipe Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha, primo do príncipe Alberto, marido da rainha Vitória. Obesa, faleceu em 15 de novembro de 1853, aos 34 anos, em decorrência da complicação no parto de seu 11º filho.

<sup>448</sup> De acordo com a Constituição de 1824, no caso de vacância no cargo de imperador, sem que o sucessor tivesse idade legal para assumir o cargo, a Câmara deveria eleger três nomes para compor uma Regência Permanente para governar até que o herdeiro atingisse idade para assumir o trono. No entanto, segundo o artigo 123, na impossibilidade de reunir a Assembleia Geral, os representantes que se acham na Corte, deveriam organizar uma Regência Provisória, para não deixar o governo em abandono e prevenir a anarquia. Foram portanto escolhidos o Marquês de Caravellas, Francisco de Lima e Silva e Nicolau Pereira Campos Vergueiro, como Regentes Provisórios. A Regência Trina Permanente, votada em 17 de junho de 1831, foi composta pelos deputados José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre), João Bráulio Muniz e pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva. O Padre Diogo Antônio Feijó foi nomeado Ministro da Justiça.

<sup>449</sup> D. Pedro I, antes de abdicar nomeou José Bonifácio de Andrada e Silva, tutor de seu filho D. Pedro II. Por intriga política, foi destituído da tutoria em 1832.

<sup>450</sup> Foi uma manobra dos liberais progressistas de antecipar a posse do Imperador D. Pedro II, que assume o poder com apenas 14 anos de idade, para retirar o partido conservador do poder. Todavia que não saiu como o esperado. Assim que assumiu o poder D. Pedro II, em 1841, dissolveu o gabinete liberal e organizou outro com membros do partido conservador. Em 1844, D. Pedro II, para aplacar a ira dos liberais, dissolveu o segundo gabinete conservador e trouxe de volta os liberais.

africanos, seus contextos e impactos na imprensa periódica dos dois países. Ou seja, os novos governantes ignoraram todos os acordos anteriores realizados com os ingleses e partiram para decisões nacionais.

O segundo capítulo analisa os contextos e conjunturas que levaram ao incumprimento total dos tratados bilaterais realizados entre a Inglaterra-Brasil e Inglaterra-Portugal, bem como as suas próprias legislações nacionais. A partir da triangulação de evidências: colônias portuguesas em África, Lisboa e Rio de Janeiro, esse capítulo analisa os contextos e conjunturas que levaram ao descumprimento total dos tratados bilaterais realizados entre a Inglaterra-Brasil e Inglaterra-Portugal. As diferentes motivações sobre o mesmo problema, reponderão uma das perguntas colocadas nesta tese: por que não houve um acordo entre Brasil e Portugal, sendo que ambos estavam interessados na continuação do tráfico de africanos?



## CAPÍTULO I

### PRIMEIRAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS SOBRE O TRÁFICO DE AFRICANOS

*“Uma lei que não pode ser observada he menos uma lei do que um objeto de escarneo e zombaria ou para o digamos com mais precisão he um elemento de desordens, de immoralidades e de crimes” O Censor, 6 de setembro de 1837.*

#### 1.1.Lei Feijó Barbacena

Diante do contrabando, que aumentava a cada dia depois de ter entrado em vigor o tratado de 1826 e para evitar nova imposição da Inglaterra,<sup>451</sup> o governo regencial tratou logo de formular uma lei nacional para por fim ao problema do tráfico de africanos no Império do Brasil.<sup>452</sup> Elaborada pelo senador Felisberto Caldeira Brant (Marquês de Barbacena, o mesmo que havia intermediado as negociações com a Grã-Bretanha na ocasião do reconhecimento da independência do Brasil), teve apoio irrestrito do padre Diogo Antônio Feijó, então Ministério da Justiça, pasta que assumiu em 5 de julho de 1831. Conhecida como “Lei Feijó-Barbacena”, era composta de apenas nove artigos. O Art. 1º, declarava que todos os escravos africanos que desembarcassem no Brasil após aquela data, seriam livres<sup>453</sup> com apenas duas exceções: os escravos que estivessem trabalhando em navios de países “onde a escravidão é permitida”, e “os que fugirem de território, ou embarcação estrangeira”. O Art. 2º estabelecia que os importadores incorrerão na pena corporal do artigo 179 do Código Criminal, imposta aos que reduzem à escravidão pessoas livres e uma multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despesas de reexportação para qualquer parte da África. No Art. 3º, ficou esclarecido quem eram os importadores:

I. Comandante, Mestre ou Contramestre.

II. O que cientemente deu, ou recebeu o frete, ou por qualquer outro titulo a embarcação destinada para o commercio de escravos.

---

<sup>451</sup> Imediatamente terminado o prazo para o fim do tráfico, estipulado no Tratado anglo-brasileiro, os navios de guerra britânicos iniciaram as capturas dos navios negreiros e os julgamentos pelas Comissões Mista Brasileira e Inglesa, instaladas no Rio de Janeiro e em Serra Leoa.

<sup>452</sup> Não havia nenhuma cláusula no Tratado anglo-brasileiro para o fim do tráfico, que exigisse a elaboração de uma lei nacional para fazer valer o tratado.

<sup>453</sup> *Coleção de Leis do Brasil* de 1831, pp 182-184, pt. II.

- III. Todos os interessados na negociação e todos os que scientemente forneceram fundos, ou por qualquer motivo deram ajuda, a favor, auxiliando o desembarque, ou consentindo-o nas suas terras.
- IV. Os que cientemente comprarem, como escravos, os que são declarados livres no art. 1º; estes porém só ficam obrigados subsidiariamente às despesas da reexportação sujeitos, com tudo, às outras penas.

Em síntese, a lei além de declarar livre “todos os escravos africanos que desembarcassem no Brasil após aquela data,” previa a reexportação, punia não só os que traficavam em escravatura, mas também os compradores dos africanos escravizados e ainda oferecia um prêmio de trinta mil réis, por escravo apreendido, para qualquer cidadão que denunciase o contrabando (Art.5º). Apesar da austeridade e abrangência da lei, diferente do tratado assinado com a Inglaterra, ela excluía o crime de pirataria e consequentemente a pena de morte. Portanto os traficantes passaram a ser subordinados exclusivamente às autoridades e às penalidades nacionais. Vale lembrar que o tráfico como um ato de pirataria e o fato de sujeitar os brasileiros às penas impostas por uma nação estrangeira, foi um dos pontos mais polêmicos do tratado e muito discutido na Assembleia da primeira legislatura.

É consenso entre os historiadores brasileiros e estrangeiros, que a aprovação da lei de 07 de novembro de 1831, foi facilitada pelo clima político liberal e reformista que se instalou no Brasil depois abdicação de D. Pedro I. Ou seja, a abdicação completava o processo de independência e acabar com o tráfico era o mesmo que romper com o antigo sistema criado pelo regime absoluto. Sem a forte centralização administrativa do Imperador, os parlamentares se viram livres para elaborar as próprias leis e escolher o futuro do país. Isto significava inclusive suprimir antigas legislações sobre o tráfico elaboradas na época de D. João VI. Este já era um desejo antigo. Conforme vimos, muitos deputados da primeira legislatura (1826), por uma questão de “*dignidade e a honra da nação*”, já haviam manifestado o interesse em deliberar sobre o tráfico independentemente do acordo anglo-brasileiro.

Por outro lado, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995:75), em seu clássico *Raízes do Brasil*, “o nativismo lusóphobo chegou a representar direta e indiretamente, uma provável influência no movimento para supressão do tráfico”. Ou seja, foi num contexto de forte lusofobia, devido o fato da maioria dos traficantes serem comerciantes portugueses economicamente poderosos de Lisboa radicados no Rio de Janeiro desde a chegada da corte

portuguesa e não os brasileiros natos,<sup>454</sup> que levou os liberais brasileiros a se posicionarem mais facilmente contra a introdução de escravos. Haja vista, que maior parte das embarcações apreendidas pelos navios de guerra britânico e julgadas pela Comissão Mista brasileira e inglesa no Rio de Janeiro,<sup>455</sup> perteciam aos portugueses. O *Jornal do Comércio* publicou inúmeros editais da Comissão Mista informando as capturas de embarcações, julgamentos e sentenças dos portugueses envolvidos no tráfico ilegal de africanos para o Brasil.<sup>456</sup> De acordo com as denúncias de vários jornais, era a bandeira portuguesa que mais cobria o tráfico ilegal. Entretanto outros fatores conjunturais também facilitaram a aprovação da lei:

1º) Quase não haver discursos a favor da escravatura (Tâmis Parron, 2009:66). Portanto não existia uma pressão da opinião pública neste sentido.

2º) Ocorreu uma momentânea paralização do tráfico de africanos, por três motivos: (i) com a proximidade do fim do tráfico, houve uma espécie de “furor” com inúmeros especuladores investindo no tráfico e o resultado disso foi um acúmulo de escravos nos armazéns a ponto de não se acharem compradores. (ii) Espalharam um boato de que os ingleses haviam prorrogado a continuação do tráfico por mais dez anos<sup>457</sup> e isso teria reduzido comércio; (iii) houve uma queda na procura por escravos nas regiões Sudeste e Nordeste, principais importadoras desta mão-se-obra: as fazendas do Sudeste estavam bem abastecidas e os fazendeiros e traficantes muito endividados com a compra de escravos a crédito,<sup>458</sup> enquanto

---

<sup>454</sup> Segundo Jaime Rodrigues (2005) e Manolo Florentino (1997), há bastante tempo que o tráfico era comandado por traficantes portugueses com base no Rio de Janeiro.

<sup>455</sup> Imediatamente depois de ter entrado em vigor o tratado de 1826, formaram-se duas Comissões Mista brasileira e inglesa, composta por juizes britânicos e brasileiros: uma no Rio de Janeiro e outra em Serra Leoa. De acordo com o tratado, deveria haver igual número de comissários, mas Brasil sempre teve dificuldade para manter esta igualdade em Serra Leoa, pois poucas pessoas se dispunham a ir para África, alegando insalubridade e problemas com o clima.

<sup>456</sup> Uma das apreensões mais polêmicas e gerou conflitos diplomáticos entre o Brasil, Portugal e Inglaterra, foi a barca portuguesa *Maria da Glória*, no porto do Rio de Janeiro, cujo proprietário português chegou a ser intimado a deixar o Brasil, em 1834. Segundo consta nos papéis da Comissão, a barca foi apressada com escravos, no entanto para o Vice-Consul e encarregado do Consulado Geral de Portugal no Brasil, José de Miranda, a captura e a detenção foram ilegais. Miranda exigiu indenização do governo inglês pelos prejuízos, perdas de danos e pelo violento e arbitrário procedimento oposto aos tratados existentes. Este caso também evidenciou o envolvimento do Governador de Luanda, na venda fictícia de embarcações.

<sup>457</sup> Para o redator do *Aurora Fluminense* este boato é tão absurdo que nem merecia refutação. Mas a população tinha tanto desejo de que o tráfico continuasse que facilmente foi levada a acreditar neste tipo de boato. *Aurora Fluminense*, 5 de maio de 1828.

<sup>458</sup> De acordo com as estimativas de Florentino (1997:172-173), o preço dos africanos no mercado carioca passou de 153\$000 réis em 1825-1827, para 365\$000 réis em 1830. Entretanto, o preço elevado dos escravos não impediu o endividamento dos traficantes. João Alves da Silva Porto, um dos seis maiores traficantes do Rio de Janeiro, por exemplo, devia em 1832, 1:611:572\$379 réis a 85 pessoas (Fragoso e Florentino, 2001:204).

no Nordeste, o declínio na produção do algodão e do açúcar<sup>459</sup> levou à diminuição da demanda por mão-de-obra.<sup>460</sup>

3º) Além da entrada maciça de africanos entre 1826-1830,<sup>461</sup> uma série de rebeliões ocorridas na Bahia em 1827, 1829 e 1830, onde havia o risco real ocorrer um massacre como no Haiti, geravam medo e insegurança na sociedade. Isto explica o fato da lei ter recebido o apoio irrestrito de Diogo Antônio Feijó, o então Ministro da Justiça e criador da Guarda Nacional.<sup>462</sup>

Não obstante, a urgência da votação da lei e o fato da sua aprovação ter sido facilitada pelos motivos já especificados, não significa que não tenha ocorrido discussões, debates, divergências e várias emendas. Pelo contrário, o projeto de lei foi amplamente debatido tanto na Câmara dos Deputados, como na dos Senadores. No Senado, os debates e divergência incidiram sobretudo em torno de dois grandes problemas: a libertação dos escravos introduzidos por contrabando antes da lei brasileira e a questão da reexportação dos africanos. Para alguns senadores a lei deveria ser também estendida aos africanos que entraram no Brasil depois do prazo estipulado pelo tratado anglo-brasileiro, enquanto outros consideravam perigoso alforriar de uma só vez cerca de 50 a 60 mil escravos que haviam entrado por contrabando no Brasil. Na opinião do senador Rodrigues de Carvalho, poderia ocorrer uma revolução generalizada em todo país, sobretudo na Bahia, pois bastava um africano que soubesse ler, vendo esta disposição, incitasse uma revolução. Do mesmo modo, seria injusto com aqueles que de boa fé compraram os escravos contrabandeados, pois além de perder os seus dinheiros seriam condenados às penas impostas no Código. Portanto seria o “passo mais impolítico”, iludidos pela filantropia, colocar em risco não só a propriedade, mas também vida de muitos cidadãos brasileiros.<sup>463</sup>

---

<sup>459</sup> No Nordeste, a demanda por escravos havia diminuído devido ao declínio na produção do algodão provocado pela concorrência com os estados norte-americanos do Sul, e a queda na produção do açúcar, provocada pelo aumento da produção açucareira em Cuba e concorrência com o açúcar de beterraba na Europa. Mesmo com a crise açucareira das Antilhas Britânicas na segunda metade da década de 1830, que propiciaria uma recuperação da economia nordestina, sobretudo da Bahia, não conseguiu equiparar à economia cafeeira do Sudeste. A força econômica do Império concentrava-se portanto, na região Sudeste.

<sup>460</sup> Sobre as Revoltas escravas na Bahia ver: Verger, op. cit. pp.363-366.

<sup>461</sup> Entre 1826-1830 entraram 470 navios negreiros no porto do Rio de Janeiro. Média anual de 94 embarcações. (Florentino, 1997: 47)

<sup>462</sup> A Lei de 18 agosto de 1831: Art. 1º. As Guardas Nacionais são criadas para defender a Constituição, a Liberdade, Independência e Integridade do Império; para manter a ordem e a tranquilidade pública; e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas. Art. 6º. As guardas Nacionais estarão subordinadas aos Juizes de Paz, aos Juizes Criminais, aos Presidentes das Províncias e ao Ministro da Justiça. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831. Actos do Poder Legislativo de 1831, Primeira Parte, p.49-74. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1875.

<sup>463</sup> DCS, 1831, nº 37.

Quanto à reexportação, também foi um problema controverso e dividiu a opinião dos parlamentares. A maior dificuldade era encontrar um lugar da África para onde os africanos deveriam ser reenviados. Este foi um dos maiores obstáculos para implementação da lei e causou sérios problemas internos e diplomáticos. Para o Marquês de Inhambuque, reexportar os africanos às suas terras de origem era o mesmo que entregá-los outra vez à escravidão e isto não passava de “philanthropia illusoria”. Havia outras alternativas, como por exemplo: levá-los para as possessões portuguesas em África (Angola, Benguela, Moçambique, etc.), ou adquirir um estabelecimento como a Libéria<sup>464</sup> e Serra Leoa.<sup>465</sup> A primeira alternativa haveria que se fazer um tratado com Portugal, enquanto as outras duas pareciam fora de questão devido a falta de recursos financeiros do governo brasileiro. Portanto para o Marquês de Inhambuque, o ideal seria seguir as disposições da Lei de 6 de Janeiro de 1815,<sup>466</sup> entregando os africanos libertados a pessoas (tutores) a fim de serem preparados aos serviços por um certo número de anos, depois dar-lhes plena liberdade para irem trabalhar onde quiserem, podendo inclusive serem úteis à sociedade.<sup>467</sup>

Esta opinião foi terminantemente rebatida pelos senadores Almeida e Albuquerque e Rodrigues de Carvalho. Para Almeida e Albuquerque se não houve caridade cristã nem com os emigrados, “temos todo o direito em não ter no sollo Brasileiro indivíduos, que nos fação mal. Não se pode negar que a nossa mocidade tem sido muito mal educada por cauza da Escravatura vinda da Costa de África”. O senador revela que não foram só os princípios de filantropia que levaram a acabar com a introdução dos africanos no Brasil, mas a necessidade de melhorar a nossa condição. Concluiu: se deixar ficar “os Pretos entre nós todo este fim fica illudido, e he andarmos para traz quando se pretende avançar.”<sup>468</sup> Rodrigues de Carvalho esbravejou: “de forma alguma os pretos forros devem ficar no Brasil, onde podem causar muitos males [...]. Vão já para sua terra, e os possuidores, que os comprarão, sem maduro exame depois do Tratado paguem-lhes a passagem”. O senador Barros tentou apaziguar os ânimos afirmando que “nem tudo o que he util he bom [...] todo o norte do Brasil está cheio de Escravos introduzidos depois

---

<sup>464</sup> Colônia norte-americana no continente africano, para onde, através da Sociedade Americana de Colonização, eram levados os escravos libertos de volta para África. Fundada em 1816 e povoada a partir de 1822, em 1847 foi declarada independente e criaram a República da Libéria.

<sup>465</sup> Para onde os Ingleses conduziam os africanos apreendidos.

<sup>466</sup> Lei elaborada no tempo de D. João VI, que dispunha sobre os escravos apreendidos ao norte da linha do Equador. Entretanto mais tarde, optaram por esta decisão.

<sup>467</sup> Para o senador, “não é a cor preta quem torna estes homens prejudiciais à nossa sociedade; elle são homens como nós, e muitos se tem visto desenvolverem talentos, quando as circunstâncias lhes são prosperas: he esesta de escravidão que os torna inertes, que lhes conserva a estupidez, que lhes tira o brio, que os faz viciosos, etc.” DCS, 1831, nº 36.

<sup>468</sup> DCS, 1831, nº 36.

do Tratado, e será bom que de hum golpe se restituão todos à liberdade?” Portanto, segundo o senador, só havia duas alternativas: ou se deixam ficar no Brasil ou se mandão embora. Se ficarem há de se prever o mal que causará ao Brasil, uma grande quantidade de africanos alforriados sem meio algum de subsistência e questionou: quem os alimentará? Se forem mandados embora haverá também que prever estas despesas. O senador lembrou, que de acordo com a Constituição, deveriam fazer leis que fossem de utilidade pública. De fato, diante das várias dificuldades para reexportar os africanos contrabandeados, terminarão optando pela arrematação e distribuição destes ex-cativos entre os proprietários.

Por fim, o Marquês de Barbacena, autor do projeto, pediu cuidado em relação às emendas. Lembrou que na Inglaterra, uma emenda posta no fim da discussão de uma lei, por não obter consenso entre os Deputados, terminou com a dissolução do Parlamento. O Rei entendeu que aceitar a falta de consenso não seria condescendente com a opinião pública do país. A finalidade principal do seu projeto de lei, era evitar futuro contrabando de escravos e impor penas aos futuros transgressores. Ou seja, tudo que estavam discutindo era alheio e extemporâneo ao projeto. Disse louvar os sentimentos filantrópicos dos senadores, por quererem dar liberdade aos africanos importados antes da lei, mas deveriam lembrar de todos os seus inconvenientes. Assim, devido a necessidade e urgência (votar antes da interferência dos ingleses), ela foi redigida sem mais nenhum embaraço.<sup>469</sup>

Para o senador José da Silva Lisboa (Vconde de Cairú), a aprovação da lei representou a derrota da opinião pública. Durante a discussão do Projeto de Lei da Reforma da Constituição,<sup>470</sup> Cairú alegrou-se com o fato do Senado ter se oposto à “tão espúria opinião pública, e organizando uma Lei rigorosa contra os traficantes de sangue humano”. Este ato foi um “espetáculo glorioso o ver-se em certas épocas poucos homens opporem-se á milhões”.<sup>471</sup> O senador, que era um homem experiente no jornalismo, pois na década de 20 havia redigido importantes periódicos: *Conciliador do Reino Unido* (1821), *Despertador Brasiliense* (1821) e o *Sabatina Familiar dos Amigos do Bem Comum* (1821) e *Atalaia* (1823), todos editados no Rio de Janeiro, compreendia bem a importância da opinião pública e a reconhecia como

---

<sup>469</sup> DCS, 1831, nº 41.

<sup>470</sup> Na sessão ordinária do Senado, no dia 18 de junho de 1832, durante a votação, José da Silva Lisboa, o Vconde de Cairú, rebateu os argumentos dos colegas parlamentares de que a opinião pública reclamava Reformas na Constituição (inclusive a possibilidade de revogar a vitaliciedade de Senado). O Senador, que havia se posicionado radicalmente contra o fim do sistema vitalício para os senadores, interpretou isso como uma provocação pessoal por ter sido sempre um fiel apoiante de D. João VI e D. Pedro I.

<sup>471</sup> DCS, 1832, nº 35.



“Rainha do Mundo”.<sup>472</sup> Portanto, o fato do Parlamento ter ido contra a opinião pública que, até pouco dias antes da abdicação se manifestava contrária à abolição do tráfico, foi visto como um ato heróico do Senado brasileiro.<sup>473</sup>

### 1.1.1. A Lei não foi para “inglês ver”!

Para os contemporâneos da época, a lei de 7 de Novembro de 1831 foi uma “lei para inglês ver”.<sup>474</sup> No senso comum, o governo brasileiro foi forçado a extinguir o tráfico da escravidão, e para harmonizar-se com os ingleses criou a lei, mas iria consentir o tráfico fechando os olhos ao contrabando.<sup>475</sup> Entretanto, nos dias atuais a intencionalidade da lei, tem dividido a opinião de historiadores estrangeiros e brasileiros. Alguns afirmam que foi de fato uma “lei para inglês ver”, enquanto para outros, mesmo não sendo respeitada, ela tinha o sério propósito de mostrar à Coroa britânica o empenho brasileiro na extinção do comércio internacional de escravos.

Entretanto, as rigorosas penas impostas pela lei contra todos os envolvidos no tráfico, o prêmio de recompensa para os delatores, bem como as várias tentativas de burla-la e revogá-la,<sup>476</sup> demonstram que não foi apenas uma “lei para inglês ver.” A Regência, em nome do jovem Imperador D. Pedro II, parecia de fato disposta a cumprí-la. Tanto que em 12 de abril de 1832, Diogo Antônio Feijó, Ministro e Secretário de Estado e da Justiça, emitiu um Decreto<sup>477</sup> composto de 11 artigos, dispondo dos regulamentos e diligências para a execução da Lei de 7 de Novembro de 1831. Em 21 de abril de 1832, o Ministério da Justiça publicou no *Diário do Governo* um ofício determinando que fossem enviados exemplares do Decreto a todas as Províncias, juntamente com a informação de que a Regência empregará todos os esforços para acabar de vez com o tráfico da escravidão.<sup>478</sup> Neste edital, Feijó ordenou que se divulgassem

---

<sup>472</sup> José da Silva Lisboa, já no primeiro número do seu jornal, o *Conciliador do Reino Unido* (1821), reconheceu a importância da opinião pública, ao afirmar que “a Opinião he a Rainha do Mundo, o que he Grande Verdade: em vão se luta contra ela, quando está fortemente pronunciada: só cegos voluntarios não vão os sinais dos tempos”. Preocupado com este poder, chegou a propor uma reflexão sobre os danos que a liberdade ilimitada da imprensa poderia causar à religião, à moral e à tranquilidade pública.

<sup>473</sup> Esta vitória do Senado sob a opinião pública não durou muito tempo, pois a Lei e o Decreto não foram cumpridos. Entretanto o Visconde de Cairú não chegou a presenciar esta derrota do Senado, faleceu em 20 de agosto de 1835.

<sup>474</sup> Expressão idiomática da língua portuguesa, como forma de nomear leis demagógicas e sem função prática, criada com finalidade de ludibriar as pessoas (no caso, os ingleses).

<sup>475</sup> DCS, 1831, nº 36.

<sup>476</sup> Vários políticos, inclusive os autores da lei, tentaram em vão modificá-la ou revogá-la.

<sup>477</sup> *Coleção de Leis do Império do Brasil*, 1832, p. 100-102. Vol. 1.

<sup>478</sup> *Diário do Governo*, 21 de abril de 1832, nº 91, vol. 19.

as penas e prejuízo para os que traficam em escravos e pediu atenção aos procedimentos que as autoridades deveriam ter em relação à Lei de 7 de Novembro, à fim de obstar a continuação do “deshumano e vergonhoso tráfico dos pretos africanos.” Solicitou cautela e atenção na compra dos escravos, procurando primeiro certificar-se de que foram desembarcados antes da extinção do tráfico da escravatura. Por fim, pediu o empenho dos “amigos da humanidade” em denunciar aqueles que cometem “o horroroso crime de vender ou comprar homens livres”, apontando as vantagens e recompensas expressas no Decreto.

De acordo com a regulamentação, todo barco que entrasse ou saísse do Brasil, deveria ser visitado pelas autoridades. Pelo Art. 4º, deveriam ser declarados no “Termo”, os nomes, naturalidades, fisionomias, e qualquer sinal característico de cada um dos escravos, pelo qual possa ser reconhecido o lugar de saída. O Art. 5º obrigava que fossem postos num depósito, obrigando os importadores a depositar a quantia que se julgasse necessária para a reexportação dos mesmos. Aqueles que recusarem deveriam ter seus bens embargados, seriam presos em flagrante e processados por qualquer Juiz de Paz ou Intendente Geral da Polícia, depois remetidos ao respectivo Juiz Criminal. No Art. 7º deveriam observar o “número e a qualidade da tripulação negra, ou dos passageiros desta cor”, bem como se eram “civilizados” ou em “número superior ao manejo da embarcação”. Caso positivo, os escravizados “bárbaros”, deveriam também ser postos em depósitos, conforme a Lei de 1831. Os Art. 9º e 10º, davam os procedimentos em terra:

Art. 9º. Constando ao Intendente Geral da Polícia, ou a qualquer Juiz de Paz, ou Criminal, que alguém comprou, ou vendeu preto boçal, o mandará vir a sua presença, examinará se entende a língua brasileira; se está no Brasil antes de ter cessado o tráfico da escravatura, procurando, por meio de intérprete, certificar-se de quando veio d’África, em que barco, onde desembarcou, por que lugares passou, em poder de quantas pessoas tem estado, etc., verificando ter vindo depois da cessação do tráfico, o fará depositar, e procederá na forma da lei, e em todos os casos, serão ouvidas sumariamente, sem delongas supérfluas as partes interessadas.

Art. 10º. Em qualquer tempo, em que o preto requerer Juiz de Paz, ou Criminal, que veio para o Brasil depois da extinção do tráfico, o Juiz o interrogará sobre todas as circunstâncias, que possam esclarecer o fato, e oficialmente procederá a todas diligências necessárias para certificar-se dele: obrigando o senhor a desfazer as dúvidas que suscitarem-se a tal respeito. Havendo presunções veementes de ser preto livre, o mandará depositar, e procederá nos mais termos da lei.

Para Conrad, só estes dois artigos do Decreto, já seriam suficientes, para pôr termo aos desembarques ilegais no Brasil.<sup>479</sup> O problema, na opinião de Verger (2002), é que estas regulamentações davam poderes extraordinários à polícia. Os juízes, os chefes de polícia e os oficiais da Guarda Municipal encarregados de fazer valer a lei, eram geralmente lavradores e proprietários interessados na continuação do tráfico, ou ligados aos interessados por laços de parentesco. Sobretudo num contexto de descentalização política, quando através do Ato Institucional de 1834, as províncias ganharam mais autonomia e os juízes de paz ganharam mais poderes para coibir este tipo de crime. Portanto, a intenção de extinguir o tráfico foi derrotada, segundo Bethell (1976:101-102), por uma “combinação de suborno e intimidação”.

Mesmo que tenha sido bem intencionada e irrevogável, a lei já nasceu fadada ao fracasso. Além de ir contra a opinião pública que mesmo silenciosa entendia a supressão do tráfico da escravatura como contrária aos interesses do país,<sup>480</sup> ela não levou em conta a sua viabilidade nem os mecanismos para colocá-la em prática.

### **1.1.2. O impacto da lei de 1831 na imprensa brasileira.**

Se durante o reinado de Pedro I já foi possível identificar diferentes correntes políticas, ao longo do período Regencial as disputas recrudesceram. Logo depois do 7 de Abril, durante a Regência Trina (1831-1834), a imprensa dos liberais revolucionários se dividiu formando três grupos divergentes: moderados, exaltados e restauradores, como eles mesmo se auto denominavam.<sup>481</sup> Os liberais “moderados”,<sup>482</sup> também denominados “chimangos”, maioria no poder e representantes dos interesses centralistas das elites do Sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais), adotaram uma atitude conservadora. Estavam preocupados em combater o estado de anarquia que se instalou no Brasil logo depois da abdicação, e em manter unidade territorial do país, diante do enfraquecimento do poder central e do surgimento de inúmeras

---

<sup>479</sup> Falar o “brasileiro” e não o “português”, com fator determinante, expõe não só as diferenças linguísticas entre Brasil e Portugal como demonstra o nacionalismo brasileiro, que buscava ser independente até na língua. Entretanto alguns contrabandistas procuraram “driblar” este inconveniente, ensinando rudimentos do português-brasileiro aos africanos antes embarcarem para o Brasil ou depois de desembarcarem.

<sup>480</sup> Este pondo de vista também foi defendido na Argentina. O *Jornal do Comércio* publicou na primeira página uma pequena nota, informando que a nona legislatura instalada em Buenos Aires, ia decretar uma Lei de proteção aos estrangeiros, “tanto de suas pessoas, como de seus interesses, revogando a Lei que proíbe a introdução da escravatura como contrária aos interesses do país”. *Jornal do Comércio* de 8 de junho de 1831, nº 237.

<sup>481</sup> Estas divisões denominadas moderados, exaltados e restauradores, repercutiram não só na imprensa da capital, mas em todo Império.

<sup>482</sup> *Aurora Fluminense, Astrêa, O Sete d’Abril, O Homem e a América - Jornal da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional do Rio de Janeiro* (1831-1833).

revoltas e dissensões, tanto na Corte como em várias partes do Império.<sup>483</sup> Os liberais “exaltados”,<sup>484</sup> denominados farroupilhas e jurujubas, eram vistos por um lado, como defensores da pátria e da luta pela liberdade;<sup>485</sup> por outro, como anárquicos, demagogos e revolucionários, pregadores do federalismo e do republicanismo, defendiam a reforma política e a descentralização do poder, com mais autonomia para as Províncias.<sup>486</sup> Nas respectivas esferas, discutiam com calor e energia, os interesses, as queixas populares e as aspirações dos brasileiros. Já os “restauradores”,<sup>487</sup> chamado “partido português”, eram também conhecidos como mariolas, caramurus, caveiras, pés-de-chumbos, marinheiros, papeletas e marotos, valorizavam a supremacia monárquica, o tradicionalismo português e reivindicavam a volta de D. Pedro I. Embora estes dois últimos grupos apresentassem um número maior de periódicos, eram na sua maioria de curta duração (uma ou duas edições), devido aos custos da edição.

As atividades destes agrupamentos partidários não se limitavam apenas aos jornais mas também às associações, que por sua vez também publicavam seus próprios jornais, tendo à frente importantes redatores. Os moderados, liderados por Evaristo da Veiga, fundaram a *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional*, em 19 de maio de 1831;<sup>488</sup> os exaltados, a *Sociedade Federal* (presidida pelo também jornalista Ezequiel Correia dos Santos), fundada no Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 1831 e os restauradores criaram a *Sociedade Conservadora da Constituição Brasileira* (mais tarde *Sociedade Militar*), fundada no Rio de Janeiro em 1832 (Morel, 2003:38).

---

<sup>483</sup> Neste período ocorria por quase todo o Brasil, sucessivos movimentos sociais e políticos, muitos deles armados: Abrilada (1831), Setembrada (1831), Novembrada (1832) e Cabanada (1832-1835) em Pernambuco; Revolta dos Militares (1831); levante dos Marinheiros da Ilha das Cobras (1831); Cabanagem (1832-1835) em Alagoas; Movimento Restaurador (1831-1833) no Ceará; Instauração da República de São Félix (1831-1832) na Bahia; Motins em Minas Gerais, Mato Grosso, Pará e Piauí (1832); Revolução Farroupilha (1835-1845) no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Além de várias revoltas de escravos, sendo as que as mais expressivas foram a Revolta de Carrancas (1833) no Sul de Minas Gerais e a Revolta dos Malês (1835), na Bahia.

<sup>484</sup> Dentre os principais jornais exaltados, merecem destaque por serem os de maior duração, os mais comentados e debatidos pelos jornais moderados: o *Nova Luz Brasileira* (1829-1831), que defendia soberania popular e a cidadania a todos os brasileiros e não apenas à alta sociedade; *O Exaltado* (1831-1835) redigido pelo padre Marcelino Ribeiro Duarte; o *Jurujuba dos Farroupilhas* (1831); *O Tempo* (1832-1846); o *Clarim da Liberdade* (1833).

<sup>485</sup> Conforme a definição de *O Indígena do Brasil*, “os exaltados formando hum grupo separado, mostrarão que sabem bater-se em deffeza da Pátria e da Liberdade, e preferem morrer livres à ser escravo d’hum Lusitano”. *O Indígena do Brasil*, 16 de outubro de 1833, nº 3.

<sup>486</sup> Para *A Voz da Razão* (1831), os exaltados eram “jornais incendiários”, que ameaçavam a independência e a integridade do Império. *A Voz da Razão*, 24 de setembro de 1831.

<sup>487</sup> Alguns jornais restauradores publicados no Rio de Janeiro: *O Caramuru* (1832-1833), redigido por David da Fonseca Pinto, ligado ao Imperador; *O Verdadeiro Caramuru*; *O Martello*, *O Grito dos Oprimidos*, *O Esbarra*, *D. Pedro I*; *A Lima Surda*, *O Lafuente* (1833), *A Mineira no Rio de Janeiro*; *O Militar no Rio de Janeiro*; *O Brasileiro Pardo*, *O Esbarra* (1833) e *O Papeleta* (1843). Tinham como principais apologistas, José Bonifácio, Cairu e Paranaguá. Com a morte de D. Pedro I, em 1834, este partido foi extinto e muitos jornais migraram para outros grupos.

<sup>488</sup> Sociedade fundada no Rio de Janeiro, por Evaristo da Veiga. O jornal *O Homem e a América* (1831-1833), pertencia Associação.

Ideologicamente, para os partidários de Portugal, o Brasil era visto como terra de macacos, negros e índios, sem possibilidade de ascender à civilização, enquanto para os partidários do Brasil, os portugueses eram decadentes e parasitas das riquezas alheias, incapazes de construir uma nação próspera (Morel, 2003). Esta divergência só serviu para reavivar o sentimento nativista e o desprezo aos portugueses. Para Marcello Basile (2009) em *O Laboratório da nação: na era regencial*, este período foi muito importante para afirmação dos valores e da construção da identidade nacional brasileira.

Portanto a imprensa buscava não só reafirmar a independência, mas era o reflexo do nacionalismo, das contradições sociais brasileiras, da indefinição e da instabilidade política gerada pela abdicação. Para a maioria destes periódicos, havia uma grande preocupação em preservar a Monarquia Constitucional, diante do risco de uma tendência federalista republicana e de absolutismo monárquico. Por isso, mesmo com aumento significativo de jornais em todo o Brasil, entre 1831 e 1833, a notícia da Lei de 7 de Novembro de 1831, não teve grande repercussão na imprensa brasileira. Na capital do império, os periódicos estavam tão envolvidos com as disputas políticas partidárias antagônicas, motivadas pelas trocas de insultos entre os redatores, que somente o *Diário do Governo*<sup>489</sup> e o *Aurora Fluminense* a divulgaram. O *Jornal do Commercio*, o mais importante jornal informativo, publicou apenas o Decreto de 12 de Abril de 1832 regulamentado a execução da Lei de 1831, sem nenhum comentário.<sup>490</sup> *A Malagueta* não lançou nenhum número nos anos de 1830 e 1831<sup>491</sup> e ao retornar a partir de 2 de janeiro de 1832 (último ano de edição), passou para o lado dos exaltados e publicou apenas um artigo reforçando a necessidade de se formar uma colônia de imigrantes com os africanos contrabandeados (que, de acordo com lei eram livres ao pisar em solo brasileiro). O *Astréa*, que

---

<sup>489</sup> Os atos oficiais do governo brasileiro foram publicados nos seguintes jornais: *Diário do Governo* (de 25 de abril de 1831 a 28 de junho de 1833); *Correio Oficial* (1º de julho de 1833 a 14 de agosto de 1841); *Jornal do Commercio* (privado) de 5 de agosto de 1841 a 31 de agosto de 1846; *Gazeta Oficial do Império de Brasil* (de 1º de setembro de 1846 a 1 de julho de 1848); *Correio Mercantil* (privado) de 1 de agosto de 1848 a 23 de outubro de 1848; *Diário do Rio de Janeiro* (privado) de 24 de outubro de 1848 a 31 de dezembro de 1854.

<sup>490</sup> *Jornal do Commercio*, 1º de maio de 1832.

<sup>491</sup> Em agosto de 1829, (por conta de um artigo criticando o segundo casamento de D. Pedro I), May foi espancado quando saía da Câmara, ficando seriamente ferido. Sobre o atentado escreveu Evaristo da Veiga no *Aurora*: “É a segunda vez que este cidadão paga tão caro o crime de defender as liberdades públicas pela imprensa”. Cinco anos antes, May havia sofrido um atentado, ficando aleijado da mão esquerda. Segundo Bahia (2014), “ao contrário de *A Aurora*, cujo estilo revela o zelo intelectual de Evaristo, *A Malagueta* é descuidado, desabrido, abusado, radical. May, deputado por Minas e Rio é político da mesma forma que Evaristo, mas é essencialmente um panfletário. Sua posição é tumultuária, apaixonada. Se em 1823 e 1828 se diz vítima dos Andradas, em 1831 está ao lado deles. Em 1832, seu alvo é Evaristo.” May, para justificar suas atitudes contraditórias, escreveu: “às vezes recua-se para armar o pulo”. Mesmo no seu ocaso (1829-1832), *A Malagueta* ainda produziu grande perturbação política.

também findou em 1832, publicou uma pequena nota sobre o continuação do tráfico e o fracasso da “Lei novíssima” (de novembro de 1831).

Na Bahia, *O Orgão da Lei* (1831-1832), apenas comentou a Lei de 7 de Novembro, num contexto de sérias críticas à Administração da Justiça civil, que na opinião do redator, “he desgraçada”, pois em todo Império “a maior parte dos Magistrados são ignorantes frouxos e omissos”. Quebrou o longo silêncio na imprensa baiana em relação aos fim do tráfico, ao informar que o “vergonhoso e infame trafico dos pretos continuava por toda parte” e que na Bahia, as mais energicas recomendações não têm surtido efeito, pois as mesmas autoridades são interessadas no crime. O redator, Francisco Gonçalves Martins, que também era juiz e político, não demonstrou muita esperança na “execução da Carta de Lei de 7 de Novembro do anno passado”. Segundo ele, se os órfãos e pessoas miseráveis à quem a lei designa Magistrados privativos, estão em abandono, quanto mais acontecerá com os “desgraçados Africanos” que são conduzidos aos nossos portos por contrabando. Não tendo parentes ou amigos interessados em sua sorte, vão ser permanentemente reduzidos à escravidão. Para Gonçalves Martins, em todo o Império os juizes de primeira instância “são quase todos leigos, que habitão lugares onde não há a quem consultar e são dirigidos pelos proprios Escrivães ignorantes, ou perversos”. Sendo portanto “cegos instrumentos de paixões alheias”.<sup>492</sup>

Não obstante, na capital do Império o conhecimento público da lei seguido de opinião, deu-se portanto através do *Aurora Fluminense*, o mais influente jornal de opinião da época. O texto da lei foi integralmente publicado na primeira página da edição de 30 de novembro de 1831, com o seguinte comentário: “a política e a humanidade dão-se as mãos sobre este assunto.” Para Evaristo da Veiga, além de por fim a um mal que desabonava os brasileiros diante dos povos cultos, “fazendo-nos passar por deshumanos e barbaros, ao mesmo tempo que compromete a segurança interna do Estado”, a sociedade ficaria livre é destes homens, que “nascidos na bruteza são transportados para o mais intimo das habitações postos em contexto próximos com os nosso filhos desde a sua tenra infância”. Esperava que a lei, “que fará honra à Legislação Brasileira em todos os paizes aonde apparecer”, não fosse malograda e iludida com “subterfugios, inspirados pelo interesse particular dos especuladores, a corrupção de muitos homens públicos e os hábitos da impunidade.”<sup>493</sup>

---

<sup>492</sup> *O Orgão da Lei*, 6 de junho de 1832, p. 152.

<sup>493</sup> *Aurora Fluminense*, 30 de novembro de 1831.

No entanto, o que chama atenção não é somente o fato do *Aurora Fluminense* ser o único periódico da capital a comentar a lei, mas a mudança de opinião do seu redator. Evaristo da Veiga que até a abdicação de D. Pedro I mostrava-se preocupado com o fim do tráfico e era favorável à sua continuação por considerá-lo “um mal necessário,”<sup>494</sup> com a justificativa de que o Brasil ainda não estava em condições de dispensá-lo,<sup>495</sup> apoiou a supressão do tráfico da escravidão. Apesar desta mudança de opinião não ter sido bem vista e provocado muita desconfiança entre alguns leitores e seus oponentes, especialmente o *Sete d’Abril* que duvidou da sinceridade do jornal, Evaristo, até a última edição do seu *Aurora* em dezembro de 1835, manteve firme a sua opinião favorável ao fim do tráfico.

### 1.1.3. A imprensa unida na crítica ao contrabando negroiro

Daquela profusão inédita de jornais que circularam no Rio de Janeiro, entre 1831 e 1833, poucos chegaram até o final do Período Regencial (1840).<sup>496</sup> A drástica redução no número de publicações em 1834, está basicamente relacionada: (i) às tentativas do governo em reprimir os abusos na imprensa;<sup>497</sup> (ii) a morte de D. Pedro em Portugal (24 de setembro de 1834), que desestruturou a base do partido restaurador e consequentemente levou ao desaparecimento dos jornais restauradores;<sup>498</sup> (iii) as eleições para deputados de 1833 e a vitória do Ato Adicional

<sup>494</sup> Afirmou o redator: “Se a escravidão he entre nós hum mal necessario, procure-se ao menos tudo quanto pôde servir para adoçar-lhes a sua sorte”. *Aurora Fluminense*, 1830.

<sup>495</sup> Evaristo acreditava também que os escravos ainda não estavam aptos para receberem o benefício da alforria. *Aurora Fluminense*, 16 de junho de 1829.

<sup>496</sup> Jornais editados no Rio de Janeiro que continuaram em circulação após 1833: *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1858), *O Aurora Fluminense* (1826-1835), *Jornal do Comércio* (1830-1839), *O Repúblico* (1830-1831 e 1834-1855), *Correio Mercantil* (1830-1836), *O Exaltado* (1831-1835), *A Verdade* (1832-1834), *O Tempo* (1832-1846), *O Rusguentinho* (1833-1834), *O Auxiliador da Industria Nacional* (1833-1896)

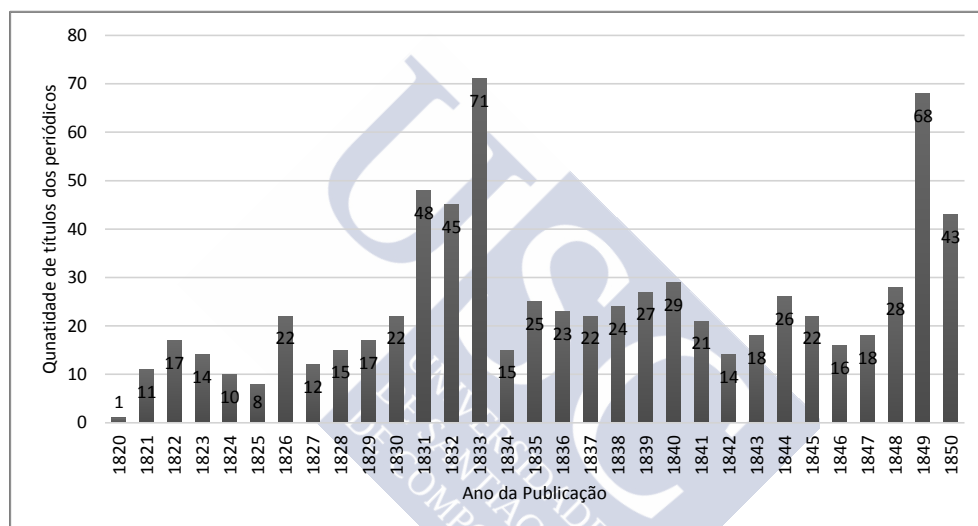
<sup>497</sup> Este período de grande exaltação e euforia a maioria dos periódicos faziam “guerra aberta, sem medidas, nem tréguas” ao governo (Sodré 1999:125). O atentado com um tiro de pistola sofrido por Evaristo da Veiga em 5 de novembro de 1832; o assassinato do redator do jornal *O Brasil Afflicto*, José Clemente de Oliveira, em setembro de 1833, pelo filho do Regente Lima e Silva; as prisões dos jornalistas do *Matraca* e do *Lafuente*, Mauricio José Lafuente, em outubro de 1833, são exemplos do estado de tensão e divergências provocados pela imprensa naquela época. Para coibir a publicação dos “pasquins” que o deputado Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho apresentou à Assembléia, em junho de 1833, um projeto de lei de imprensa, que se tornou Decreto em 10 de junho de 1833, impondo responsabilidade editorial: 1º) nenhum impressor poderia encarregar-se da impressão de qualquer jornal, sem dar caução (garantia) de 400 mil réis ou apresentar um fiador indóneo esta quantia. 2º) Nenhum jornal diário ou avulso poderia ser impresso sem que viesse declarado na primeira página, o nome do responsável, sob pena de pagar o impressor a multa de cem mil réis. 3º) Os jornais ou escritos impressos que indiretamente insinuassem como necessário e útil a restauração do duque de Bragança (D. Pedro I) ao trono do Brasil, seriam punidos com as penas do Art. 87 do código criminal. 4º) Os que por escritos impressos louvassem qualquer crime especificado nas leis, ou elogiassem seus autores ou cúmplices, em razão de o haverem cometido, seriam punidos com a terça parte das penas que estivessem decretadas para aquele crime; e no caso da pena ser de morte guardaria a devida proporção a regra estabelecida no Art. 34 do código penal. Além do controle na distribuição dos jornais, por parte do governo. A repressão e perseguição aos jornalistas por crime de imprensa, continuou ainda mais acirrada durante a Regência Una de Feijó. Seobre este tema, ver também: Azevedo (1884:111-112).

<sup>498</sup> Corria o boato de um possível regresso de D. Pedro I, depois de reconquistar o trono para sua filha em Portugal. A existência do partido restaurador (favorável a D. Pedro I) e a tutoria de José Bonifácio de Andrada e Silva, davam azo a estas preocupações.



de 1834 que deu maior liberdade às províncias, levaram à divisão entre os liberais e à formação de novas alianças entre os restauradores, exaltados e moderados, dando origem aos partidos Regressista (Conservadores) e Progressista (Liberais). Isso teria levado ao desaparecimento da maioria dos jornais exaltados (pasquins criados por motivações pontuais).<sup>499</sup> Não obstante, surgiram outros periódicos<sup>500</sup> e a produção periodística se manteve estável até 1848, voltando a dar outro salto em 1848, conforme o gráfico.

**Gráfico 2. Periódicos publicados no Rio de Janeiro (1820-1850)**



Fonte: Catálogo de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro (1808-1889). In: Anais da Biblioteca Nacional, Edição fac-similada, Vol. 85. Rio de Janeiro, 1965. pp. 140-157. Elaboração própria.

Seja como for, o fato é que os parlamentares trataram logo de resolver o problema. Uma das primeiras medidas foi afastar José Bonifácio da tutoria do jovem Imperador. Na Assembleia Geral Legislativa, quatro meses antes da morte de D. Pedro em Lisboa, foi aprovado pela maioria dos votos, o projeto do deputado Henrique Rezende decretando: “o Ex-Imprador do Brasil, D. Pedro I fica para sempre inibido de entrar no território do Brasil e de residir em qualquer parte dele, ainda que seja como estrangeiro e individuo particular; se o contrário fizer, de qualquer forma que seja, será tido e tratado como inimigo e agressor da nação brasileira”. Entretanto o projeto não passou no Senado. Caiu logo na primeira discussão com a maioria dos votos contra. O *Jornal do Comércio*, 17 de maio de 1834. Sobre o boato do possível regresso de D. Pedro I, ver: *Correio Oficial*, 5 de novembro de 1833.

<sup>499</sup> Periódicos surgidos no contexto da abdicação de D. Pedro e nos tumultuados anos iniciais da Regência.

<sup>500</sup> O *Sete d'Abril* (1833-1839), o *Correio Oficial* (1833-1841), substituto do *Diário do Governo* (1831-1833); a *Revista Médica Fluminense* (1833-1841); *Jornal da Câmara dos Deputados* (1834), *Mutuca Picante* (1834-1835) e *O Campista* (1834-1891);



Seja de curta ou longa duração, é inegável que os periódicos de 1833, cumpriram suas funções de ampliar o espaço público<sup>501</sup> e formar opinião pública, além de garantir prestígio e projeção de seus redatores.<sup>502</sup> Nesta perspectiva, os publicistas e articulistas dos jornais analisados, inferem-se como porta-vozes das posições políticas, idéias, valores e projetos para o país, empenhando-se para influenciar a opinião dos leitores e ouvintes da leitura.

Até 1834, ou seja, durante a Regência Trina (1831-1834), ainda que nem todos os periódicos tenham abordado o problema do tráfico, pelos motivos já explicados na secção anterior,<sup>503</sup> e nem todos tivessem relação direta com as tribunas ou pertencesse a alguma facção política, a maioria mostrava-se favorável ao seu fim, publicando diversos artigos criticando a escravidão e denunciando o contrabando com seu sistema de fraude envolvendo os portugueses. Até mesmo aqueles periódicos que demonstravam preocupação com o estado da agricultura brasileira sem a introdução dos escravos, não defenderam abertamente a continuação do tráfico.<sup>504</sup>

Nesta perspectiva de análise, depreende-se que tais atitudes, num contexto de afirmação dos valores nacionais, de construção da identidade brasileira e de desconfiança política, apontam para relação entre o antilusitanismo e o movimento a favor do fim do tráfico também neste período. A carta de um correspondente do *Jornal do Commercio*, publicada na primeira página a sob pseudônimo “O inimigo da traficancia”, confirmou aquilo que todo Império sabia: “ninguem duvida que o maldito tráfico da escravatura continua debaixo da bandeira portuguesa.” O correspondente manifestou o desejo que naquele momento, parecia unânime na imprensa brasileira:

Eu quizeria que as leis à este respeito fossem bem explicitas e terriveis; outro meio não há para reprimir a sordida avidez desses indignos traficantes de carne humana. Quizeria mais, que os Capitães dos Barcos, que se destinão aos portos d’Africa, prestassem huma fiança de se não empregarem neste commercio impolitico e barbaro, para que os delinquentes se não possam

---

<sup>501</sup> Segundo o *Aurora Fluminense*, não era só o número de jornais que crescia a cada ano, aumentavam também o formato e a tiragem.

<sup>502</sup> Marialva Barbosa (2013), ao analisar o perfil dos redatores, concluiu que padres, magistrados, juizes, professores e oficiais do exército, foram sendo ultrapassados por políticos que ocupavam postos como deputados. Isso demonstra a importância de se ter um periódico para ascender politicamente. Exemplo: Evaristo da Veiga, J.J. Rodrigo Torres, Bernardo Pereira de Vasconcelos, Antônio José do Amaral e José Joaquim Vieira Souto, Padre Diogo Antônio Feijó, Cipriano Barata, Teófilo Otoni, entre outros.

<sup>503</sup> Não encontramos nada sobre os problemas relacionados ao tráfico nos jornais restauradores ou “caramurus”. Entre os “exaltados”, alguns propuzeram o fim da escravidão, enquanto outros não abordaram o problema, nem atacaram o sistema escravista.

<sup>504</sup> *O Espelho da Justiça* (1830-1831), *Astrea* (1826-1832), *O Valenciano* (1832-1833), *A Verdade* (1832-1834), *O Campista* (1834-1891)

subtrahir ao rigor das leis. [...] E desenganem-se os Sebastianistas, que a bandeira Portuguesa mesma não pode proteger semelhante trafico. Vigilancia e energia com os traficantes, que se estão locupletando por meios tão iníquos.<sup>505</sup>

Esta relação entre o antilusitanismo e o movimento a favor do fim do tráfico aparece com maior evidência nas páginas dos periódicos liberais, *Aurora Fluminense* e *Sete d'Abril*.<sup>506</sup> Ferrenho combatente contra a “*facção retrógrada*” (os caramurus),<sup>507</sup> o *Aurora Fluminense* deste a promulgação da lei de 1831, se posicionou favorável ao fim do tráfico e manteve firme esta posição até o seu encerramento em 1835, conforme já referimos. Como membro da *Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional* (1831-1835), criada com objetivo explícito de interferir na política e nos negócios públicos,<sup>508</sup> Evaristo fez do seu jornal o porta-voz da Sociedade. Através dela, chegou a propor uma Comissão para acusar as infrações cometidas contra a lei que impôs penas a quem fizesse o tráfico de escravos africanos.<sup>509</sup> Em 10 de março de 1834, divulgou um anúncio da Sociedade oferecendo o prêmio de 400\$000 réis para quem apresentasse a melhor “Memória Analítica” acerca do “odioso tráfico de escravos Africanos”. Reconhecendo a ineficácia da lei e o interesse de muitos executores de a infringirem, publicou na edição de 1834, um “Requerimento da Sociedade Defensora, da Liberdade e Independência Nacional, no Rio de Janeiro, contra o tráfico de Africanos”, reclamando maior empenho do governo para obstar o contrabando de africanos que se faz diariamente por toda costa da província do Rio de Janeiro, debaixo da conivências das

<sup>505</sup> *Jornal do Comércio*, 20 de agosto de 1832, nº 17.

<sup>506</sup> Publicado duas vezes por semana (terças e sábados), vendido a 40 réis o número avulso. Tinha como primeiro redator e editor José Joaquim de Figueiredo e Vasconcellos. Para muitos contemporâneos Bernardo Pereira de Vasconcelos era o segundo redator, não só pelo fato de ter assinado alguns artigos, mas pela influencia e destaque dado à fala de Vasconcelos enquanto deputado.

<sup>507</sup> *Aurora Fluminense*, 5 de março de 1832, nº 604.

<sup>508</sup> Criada em São Paulo como reação à abdicação de D. Pedro I, logo se espalhou por todo Brasil. No Rio de Janeiro, a sede era na casa de Antônio Borges da Fonseca, redator periódico exaltado *O Repúblico*. Inicialmente era apartidária, pois segundo Basile (2006:351), naquela época não existia “partido político”, como os atuais. Eram apenas agrupamentos de tendências políticas. Já no Art. I, do Estatuto da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, ficava definido o seu objetivo, que era manter a Constituição do Império, a forma do Governos estabelecido, e a gloriosa Revolução do dia sete de Abril: 1º) sustentando por todos os meios legais a Liberdade, a Independência Nacional, auxiliando a ação da autoridades públicas, todas as vezes que necessário for, a bem da manutenção da ordem e da tranquilidade do municipio. 2º) despertando a ação dessas mesmas autoridades por meio de representações, petições ou avisos, quando ella se mostrem frouxas, ou desleixadas. 3º) participando ao governo o desleixo, frouxidão, ou connivencia da parte das mesmas autoridades, a fim de serem chamadas à responsabilidade. 4º) vigiando sobre a exacta observância e execuções das leis. 5º) opor uma barreira forte aos perdidos designos, e tramas dos Restauradores, pelos meios que estiverem ao seu alcance eoutro sim procurará promover a instrução pública. Ver: *Estatutos da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, na Villa de Mangaratiba*. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Cª, 1834. Sob a presidencia de Evaristo da Veiga, a Sociedade desempenhou um importante papel político na Regência.

Ver também: *O Homem e a América*, 14 de janeiro de 1832.

<sup>509</sup> O produto desta soma que a lei destinava aos que fizeram tais acusações, seria aplicado em beneficio da Casa de Correção que a Sociedade pretendia instituir.. *Aurora Fluminense*, 1832, nº 585. *O Homem e a América*, 21 de janeiro de 1832, nº 15.

autoridades.<sup>510</sup> Em vários números, além de publicar medidas para regularizar e tornar praticável a legislação sobre o tráfico da escravidão, o *Aurora* denunciou a “escandalosa” entrada clandestina de africanos em toda a costa brasileira, sob a proteção de fazendeiros, negociantes, juizes e autoridades locais, e concluiu: “todas as leis penais são ilusórias, quando se lhes não dá funesto do que semelhante abuso”.<sup>511</sup>

Já *O Sete d’Abril* (1833-1839), periódico bisemanário ligado ao deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos,<sup>512</sup> no seu primeiro número saído à luz no dia 1º de janeiro de 1833, informou que entrava em “campo, engrossando as fileiras do jornalismo”, para combater “Anarquistas e Caramurús”, por serem “os únicos que só querem a nossa ruína”.<sup>513</sup> Com discurso virulento e crítico, durante os seus dois primeiros anos de circulação o *Sete d’Abril*, depois do *Aurora Fluminense*, foi o periódico que mais denunciou o contrabando de escravos, pela sua relação com os “Caramurús” (grupo identificado com os portugueses).

Para o *Sete d’Abril*, o governo deveria por termo ao tráfico e se mostrar inexorável com estes “ladrões e piratas caramurús”, que estão despresando não só as leis do nosso país, como “os Tratados com as Potencias Estrangeiras e o decôro da Nação”. No tempo de D. Pedro I, afirmou o periódico, apesar do tratado com a Grã-Bretanha, os portugueses continuaram a transportar e traficar escravos, porque contavam com a proteção do “Defensor Perpétuo do Chumbismo” (D. Pedro I), mas agora os tempos são outros e “isto deve de uma vez acabar.” O tráfico estava circunscrito unicamente nos domínios da Coroa Portuguesa, mas nunca para países estrangeiros, “esses traficantes entendem que os Brasis ainda são domínio Português”, concluiu com evidente irritação! Esperava que o Ministro da Marinha, cumprisse a sua obrigação, fazer 8 a 10 navios de guerra<sup>514</sup> cruzarem continuamente o percurso de Santos a Abrolhos (arquipélago ao sul da Bahia) - principal rota de desembarque clandestino de

---

<sup>510</sup> Segundo o Requerimento, seria conveniente ao governo, impor um forte caução ou multas às embarcações que navegam para a costa da África. Se for reconhecido que o navio foi utilizado para traficar escravos novos, perderão assim o resarcimento do caução. Sugeriu que o governo poderia espalhar informantes por toda a costa para informar os lugares que servem de depósito para o contrabando, podendo assim executar a lei de 7 de novembro de 1831. Outra medida seria ativar e fazer efetivo os cruzeiros da costa da África. *Aurora Fluminense*, O Requerimento também foi publicado no periódico *A Verdade*, 27 de fevereiro de 1834, nº 280.

<sup>511</sup> *Aurora Fluminense*, 7 de abril de 1834.

<sup>512</sup> Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850), formado em direito pela Universidade de Coimbra, foi deputado geral por Minas Gerais de 1826 até 1837, senador vitalício em 1838. Ministro da Fazenda entre 1831-1832, Ministro da Justiça e do Império de 1837-1839, Ministro do Império em 1840 e Conselheiro de Estado em 1842. Morreu no Rio de Janeiro, em 1º de maio de 1850, aos 55 anos, vítima da primeira epidemia de febre amarela na capital do Império. Sobre Vasconcelos, ver: Carvalho (1999).

<sup>513</sup> Vale lembrar que os “caramurus”, adquiriram a fama de anarquista e desorganizadores. Em maio de 1833, foram acusados de incitar a revolta de escravos na freguesia de Carrancas (Minas Gerais).

<sup>514</sup> O Brasil contava em 1834, com apenas cinco embarcações destinadas a policiar o tráfico em todo o seu extenso litoral.

africanos - e não relaxasse com os negreiros. Publicou uma lista de embarcações portuguesas envolvidas no tráfico e por fim, pediu aos navios de guerra da “briosa Nação Inglesa”, que “nos auxiliassem” no combate ao tráfico.<sup>515</sup>

O governo, no sentido de fazer propaganda do esforço brasileiro para acabar com o tráfico, e demonstrar para a opinião pública que não estava indiferente às denúncias, publicou no *Correio Oficial*, diversos relatórios, portarias, ordens e circulares do Ministério da Justiça, solicitando maior vigilância às autoridades e juízes. Também vários editais e relatórios da Marinha Imperial e da Comissão Mista brasileira e inglesa, informado as apreensões e julgamentos das embarcações, a maioria portuguesas, envolvidas no tráfico. Muitas determinações do governo foram transcritas pelo *Jornal do Commercio* e outros periódicos políticos, ampliando assim a capacidade de propaganda e de formar a opinião pública sobre o tema. Exemplo disso foi o caso do português Anastácio José Ribeiro, um conhecido traficante “de carne humana” - considerado “inimigo do país” pelos jornais - em que Aureliano de Souza Coutinho, sucessor de Feijó no Ministério da Justiça, depois apurar diversas denúncias, expediu uma portaria (publicada nos jornais), determinando ao Chefe de Polícia do Rio de Janeiro que intimasse Anastácio a entregar seu passaporte e retirar-se do Brasil no prazo de 15 dias. Caso não fosse cumprida, seria expulso na primeira embarcação.<sup>516</sup>

Contudo, meses depois, o *Sete d’Abril* informava que “o mouro encantado” (Anastácio José Ribeiro), ainda caminhava livremente pelas ruas do Rio, “sem que o Sr. Chefe de Polícia”<sup>517</sup> tratasse de cumprir a determinação do governo. Anastácio, que além de proprietário da Barca *Maria da Glória*<sup>518</sup> capturada pelo bergantim de Guerra Inglês Snake, em novembro de 1833 com 423 africanos a bordo<sup>519</sup> - cuja apreensão teve grande repercussão na imprensa do Rio de Janeiro e gerou sérios problemas diplomáticos - era proprietário de outras embarcações negreiras que aportavam regularmente no litoral brasileiro com igual carregamento de africanos, inclusive na capital do Império. Segundo denúncias, a galera *Novo Videl*, um de seus negreiros, traficava “escandalosamente” bem às “barbas das primeiras autoridades” do país.<sup>520</sup> Entretanto, as embarcações de Anatácio eram liberadas valendo-se do

---

<sup>515</sup> *O Sete d’Abril*, 24 de dezembro de 1833.

<sup>516</sup> *Correio Oficial*, 12 de abril de 1834.

<sup>517</sup> *O Sete d’Abril*, 20 de setembro de 1834.

<sup>518</sup> A Sobre o astuto traficante português Anastácio José Ribeiro, que de acordo com as circunstâncias também apresentava passaporte brasileiro, e outros casos envolvendo a Barca *Maria da Glória*, “um ossário flutuante”, em Serra Leoa, ver: Bethel, op. cit. pp. 163-164.

<sup>519</sup> *Correio Oficial*, 27 de janeiro de 1834, Tomo II, nº 20.

<sup>520</sup> *O Sete d’Abril*, 5 de abril de 1834.

Tratado de 1815 em Viena e no Art. 4º da Convenção adicional de 1817 realizada em Londres, segundo o qual, os súditos da Coroa Portuguesa são impedidos de fazer o comércio da escravidão apenas ao Norte do Equador.<sup>521</sup> Assim as determinações não foram cumpridas e Anastácio não só continuou no Brasil, como manteve o seu empreendimento. Dentre as 140 assinaturas de negociantes e súditos portugueses residentes no Rio de Janeiro, num abaixo assinado realizado em 6 de abril de 1839 para manter o Consul Geral de Portugal João Batista Moreira, que havia sido exonerado do cargo pelo governo português por conivência ao tráfico e proteger traficantes portugueses, consta a de Anastácio José Ribeiro.

Não obstante, o governo ao mesmo tempo que publicava suas medidas para conter o tráfico, publicava também vários ofícios das autoridades locais relatando as dificuldades para cumpri-las. Os ofícios do Presidente da Província de São Paulo, Rafael Tobias de Aguiar, enviados ao Ministro da Marinha, Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), relatam a situação dramática para conter o contrabando no litoral paulista:

[...] devo confessar ingenuamente a V. Ex. que pouco, ou nenhum fructo espero de taes providencias, ou pelo desleixo, e tal vez conveniencia de algumas Autoridades, ou por que com quanto ellas se mostrem zelozas e procurem cumprir o seu dever, todavia a sua viligilancia he illudida attenta a grande extensão do litoral desta Província, parte dezerto e da mesa sorte as estradas e atravessadouros particulares não frequentados, que se dirigem ao interior, pelo que julgo inefficaz toda e qualquer medida tendente a obstar a especulação do trafico de escravos, que não seja a remessa de huma Embarcação de Guerra, qe debaixo das Ordens da mesma, e possa acudir a qualquer ponto onde seja mister a sua cooperação.<sup>522</sup>

No início do ano de 1834, diante do crescente contrabando e da falta de controle, o Presidente da província, informou com desolação:

[...] a experiencia tem mostrado, sinto dede já o pouco ou nenhum fructo, que conto tirar de taes diligencias, se remedio mais heróico não se aplicar a este mal, pois que, como já disse, dos Juizes de Paz nada espero, e os de Direito acha-se com as mãos atadas, sendo alias o unico que residindo fora do lugar, e não tendo relações com os que se achão implicados em semelhante negócio podia obrar com energia, conseguindo-se assim a execução da lei e a punição dos infractores, que tão escandalosamente vão por este modo introduzindo a immoralidade em todas as classes da sociedade, vito que contão com a impunidade, por que serão julgados por hum Jury composto de parentes, amigos e talvez co-réos do mesmo delito. [...] o numero dos compromettidos he mui avultado [no distrito de Ubatuba, Vila de São Sebastião e Ilha Bela (São Paulo), mais de quatro

---

<sup>521</sup> A barca portuguesa *Maria da Glória* foi apreendida quando ia de Luanda com destino a Montevidéu. O Vice Consul de Portugal no Rio de Janeiro, José de Miranda, considerou a detenção e apresamento violento, arbitrário e ilegal, oposto a todos os tratados existentes, e pediu indenização ao governo inglês pelos prejuízos, perdas e danos e o processo foi arquivado. *Jornal do Comércio*, 21 de dezembro de 1833, Vol. VII, nº 292.

<sup>522</sup> *Correio Oficial*, 5 de novembro de 1833, Tomo I, nº 108.

centas pessoas deverião ficar pronunciadas, se a Lei fosse executada, e este numero se compõe da gente mais abastada, cheia de amigos, parentes, &c. Muitas fortunas serão arruinadas, interesses, e inimizades postas em jogo. [...] Eu de mãos atadas, sem poder pronunciar pessoa alguma, sem poder expedir mandatos de busca, alias indispensaveis, o que fazer? Tenho meditado e me affligido bastante com a pêor das commissões que eu podia ter. E me afflijo tanto mais, quando actualmente, não he desejo de elogios de V. Ex. (que alias preso) nem outro incentivo qualquer, sim, he somente o respeito á humanidade e hum principio de consciencia, quem tem se apoderado de mim. O que fazer Exm. Sr., expedir ordens em vão aos Juizes de Paz? gastar tempo e encher formularios, fingir bons desejos, e nada fazer?<sup>523</sup>

A citação é longa porém necessária, pois o desabafo de Rafael Tobias de Aguiar,<sup>524</sup> que ocupou uma página e meia do jornal, é o retrato fiel do que ocorria no litoral brasileiro, sobretudo nos litorais de São Paulo, Bahia e Rio de Janeiro.<sup>525</sup> Inúmeros casos de impunidades, conivências, subornos e prevaricações de autoridades e juizes foram denunciados nos jornais. O redator do *Diário da Bahia* (1833-1838), além de denunciar os desembarques de escravos que se faziam abertamente nas Ilhas do Cal e de Itaparica, mostrou-se indignado com a impunidade e disse faltar espaço em sua folha para tantas denúncias, cuja maior parte dos juizes, despidos da moralidade, não se sentem nem um pouco abalados. Além de tratarem os casos com morosidade e sumir com processos, têm livrando e “purificando” muitos réus das acusações. Entre outros casos, o mais emblemático e notório foi o do Juiz de Paz José Alves da Silva, que “purificou” e libertou os conhecidos traficantes João Pedro Carreirão e seu irmão e

---

<sup>523</sup> *Correio Official*, 26 de março de 1834, Tomo II, nº 68.

<sup>524</sup> Os officios de Tobias Barreto, são testemunhos do seu elevado compromisso com a função pública. Mesmo sendo fazendeiro e proprietário de escravos, como liberal progressista, demonstrou preocupação em cumprir as determinações do governo para conter o contrabando de africanos no litoral paulista. O empenho de Rafael Tobias de Aguiar em meio a tanta desobediência à lei de 1831 pelas autoridades brasileiras, chamou a nossa atenção, despertando no nosso interesse em saber mais sobre este homem. Infelizmente encontramos pouca coisa sobre ele. As poucas que existem estão mais relacionadas à sua participação na Revolução Liberal de 1834, no comando das forças de Sorocaba onde nasceu, e ao seu casamento com a Marquesa de Santos, ex-amante de D. Pedro I. Paulista de nascimento, o brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar (1795-1857), foi colega de escola do Padre Diogo Antônio Feijó. Político e militar, entrou cedo na vida pública e na política como representante da comarca de Itú (São Paulo), aos 26 anos. Foi responsável por escolher os deputados paulistas para as Cortes Constituintes de Lisboa e Deputado na segunda Legislatura (1830-1834). Ocupou o cargo de Presidente da Província de São Paulo por dois mandatos (1831-1835 e 1840). Casou-se em 1842 com a prima distante, Domitila de Castro Canto e Melo (Marquesa de Santos e ex amante de D. Pedro I), no mesmo ano em que lutou ao lado ao lado de Feijó, como um dos chefes da Revolução Liberal de 1842. De acordo com o seu biógrafo, Aureliano Leite, político “honesto, honrado e de caráter”, foi um dos primeiros homens públicos a se interessar pela condição social do escravo. Entretanto, Leite não aborda a atuação de Tobias Barreto na sua dramática tentativa de fazer valer a lei de novembro de 1831 (Leite, 1965).

<sup>525</sup> Assim escreveu o Juiz Municipal da Vila de Macaé (Rio de Janeiro) ao Ministro da Justiça Aureliano de Souza Coutinho em 4 de janeiro de 1834: “[...] a essa Villa aportara huma Sumaca Portuguesa denominada - Dois Irmãos - que descarregara hum completo carregamento d’Africanos vindos de Angola, os quaes foram conduzidos para a terra na Lancha da Escuna - União - de que he mestre Justino Antonio Alves de Brito, Padre Manoel Vicente, Manoel Gomes d’Oliveira e outros, sendo o principal agente deste criminoso e deshumano tráfico o Portuguez Francisco Domingues d’Araujo e sendo mui publico que além destes tem nessa Villa desembarcado muitos outros, não pode a mesma Regencia deixar de estranhar, que as Autoridades locais a quem a Lei incumbe ter a maior vigilancia sobre este objecto se mostrem indifferentes, então permicioso contrabando à despeito das reiteradas Ordens a este respeito expedidas por esta Secretaria d’Estado ...”. *Correio Official*, 11 de janeiro de 1834, Tomo II, nº 8.

sócio José Francisco da Costa e ainda devolveu-lhes os escravos apreendidos.<sup>526</sup> Em vários números, o *Correio Official*, na secção “artigos não Officiaes”, também informou e denunciou a prevaricação de autoridades, magistrados e desembargadores, que em quase todo o Brasil pareciam surdos aos clamores que de todos os lados se elevam contra eles. Elogiou o Presidente da Província de Pernambuco, Manoel Zeferino, pela “glória de ter representado contra elles pedindo o seu castigo.” Concluiu que a impunidade favorecida pela prevaricação, “levará o nosso país à ruína se não houver um pronto castigo aos magistrados criminosos, que envergonham e deshonram a classe”. Para servir de guia ao governo brasileiro, deu exemplo de como a Pérsia punia seus juizes e a França punia os desembargadores.<sup>527</sup>

O redator do *Aurora Fluminense* também reconheceu que “todas as leis penais são illusorias, quando não lhes dão execução devida,” mas que o governo não estava habilitado para tomar medidas energicas a este respeito, devido a generalidade do abuso e da aprovação que lhe prestam os mais entendidos e dos interesses de muitos homens. Em sua opinião, não havia mais funesto, escandaloso e vergonhoso do que o infame contrabando, quase abertamente protegido por algumas autoridades locais. Outra grande preocupação do redator era de que os fazendeiros compradores dos africanos contrabandeados, pudessem ter sérios problemas futuros, inclusive colocar em risco a segurança do país, pois os africanos, sabendo da lei poderão demandá-la ou conseguir a liberdade através de rebeliões. Alertou que os fazendeiros estavam colocando “lenha na fogueira”. Por fim indagou: “se é a bandeira portuguesa que cobre o infame tráfico e são os portugueses que em grande parte o dirigem e promovem, porque não os manda sahir o governo para fóra do Brasil?” Acreditava que esta seria uma medida exemplar para conter outros traficantes, “e o tráfico não será execido com tanta franqueza e em tão ampla escala, como até hoje”.<sup>528</sup>

Ocorre que no início, o tráfico ilegal era realizado da maneira mais secreta possível. No entanto, à medida que ia avolumando tornou-se impraticável dissimular o desembarque e a venda dos africanos novos. Por outro lado, tanto os vendedores como os compradores percebendo as poucas probabilidades de serem punidos e a facilidade de praticar subornos, passaram a realizar as negociações abertamente. No entanto, era a bandeira portuguesa que mais

---

<sup>526</sup> *Diário da Bahia*, 14 de novembro de 1835.

<sup>527</sup> *Correio Official*, 01 de agosto de 1833.

<sup>528</sup> *Aurora Fluminense*, 07 de abril de 1834.



arvorava no tráfico para o Brasil e Cuba, pois de acordo com o tratado britânico, ainda era permitido Portugal traficar escravos ao sul do Equador.

## 1.2. Decreto de Sá da Bandeira

Uma vez separado o Brasil de Portugal, Mr. Canning imediatamente informou ao governo português de que Portugal não poderia mais continuar com o tráfico de escravatura, por ter sido sua continuação apenas permitido para contemplar o Brasil. Portanto depois da separação estaria automaticamente proibido para a bandeira portuguesa. Entretanto o governo de Portugal, ainda sob o comando de D. João VI, rebateu esta proposição e declarou que se os ingleses persistissem nesta pretensão, consideraria nulos e sem efeito todos os tratados realizados com a Grã-Bretanha. A justificativa era que Portugal de fato não precisava mais de escravos para o Brasil, mas precisava deles para outros estabelecimentos da África e da Ásia.

Entretanto, logo após o Parlamento britânico sancionar em 1833, a extinção da escravidão nas colônias inglesas,<sup>529</sup> a Inglaterra passou a pressionar cada vez mais as outras nações a fazerem o mesmo. Sobretudo as nações que ainda não haviam cumprido os compromissos assumidos, persistindo no tráfico marítimo. A França já havia consentido o direito de visita, com algumas restrições, através de uma Convenção, realizada em 1831. A Espanha, diante do incumprimento do tratado de 1817, viu-se pressionada a assinar outro em 1835. No Brasil, a Lei Feijó-Barbacena promulgada em 1831, mesmo não sendo respeitada, tinha o propósito de demonstrar à Coroa britânica o empenho brasileiro na extinção do comércio de africanos.<sup>530</sup> Só Portugal e os Estados Unidos ainda faziam objeções ao acordo.

No caso português, depois da morte de D. João VI em março de 1826 os acontecimentos políticos<sup>531</sup> que se seguiram em Portugal adiaram as negociações com a Inglaterra. Em setembro de 1834, depois de instaurado o regime liberal, Lord Palmerston, ministro dos Negócios Estrangeiros da Inglaterra, retomou as negociações para conclusão do tratado para a abolição definitiva do tráfico de escravos, em todos os domínios portugueses. Segundo os termos do

---

<sup>529</sup> A lei deveria entrar em vigor a partir de agosto de 1834.

<sup>530</sup> Segundo Robert Conrad (1985:95), “os esforços do governo liberal foram suficientemente vigorosos para suscitar a admiração e louvor dos ingleses.”

<sup>531</sup> Vacância do trono: filho mais velho D. Pedro, era imperador do Brasil, o mais novo, D. Miguel exilado na Áustria. Como legítimo herdeiro, D. Pedro IV nomeou sua irmã D. Isabel Maria como Regente e outorgou uma nova Constituição (Carta Constitucional). Imediatamente abdicou ao trono de Portugal em favor de sua filha D. Maria da Glória com apenas 7 anos de idade. D. Miguel através de um golpe de Estado se torna rei absoluto (1828-1834). Depois de abdicar do trono brasileiro, D. Pedro I, à frente dos liberais formou um exército para reconquistar à força o trono de sua filha.



acordo, o tratado deveria vigorar por prazo indeterminado, e seria concedido o direito de visita à marinha de guerra inglesa a todo navio com bandeira portuguesa, empregados no tráfico de escravos ou com indícios de tráfico, tanto a norte como ao sul do Equador.<sup>532</sup> As presas seriam julgadas por duas comissões mistas (inglesa e portuguesa), com leis para punição idênticas às inglesas. Para isso usou um argumento bastante convincente: o tráfico já estava proibido ao norte da linha do Equador, ao sul da linha ainda era permitido aos suditos portugueses traficarem, para suprir de escravos a colônia de Portugal na América do Sul. Portanto desde o momento da separação do Brasil, teoricamente tornou-se ilícito qualquer comércio de escravos, feito em navios portugueses.

Posto este fato, em 1835, quando as negociações estavam quase concluídas, com o duque de Palmela (o mesmo plenipotenciário nas negociações de 1815, proibido o tráfico ao norte do Equador, e da Concenção Adicional de 1817), quando o conde de Vila Real, assume o seu lugar. Entretanto as negociações retomaram do ponto em que se encontravam e estavam prontas para serem apresentadas às Cortes em 1836, quando foram interrompidas pelos acontecimentos políticos do mês de setembro, do mesmo ano. Assume o poder, o outro grupo liberal designado por Setembristas.<sup>533</sup> O Visconde de Sá da Bandeira, António Manuel de Castro e Manuel da Silva Passos, ocupam o governo e passam a exercê-lo em nome da jovem Rainha D. Maria II. Sá da Bandeira assume como presidente do Conselho de Ministros do Governo e um dos seus primeiros atos, foi abolir por decreto, o tráfico de escravos em todos os domínios portugueses, em 10 de dezembro de 1836. Ou seja, Sá da Bandeira ignorou todos acordos realizados no governo anterior e para evitar qualquer proposta ou pressão inglesa, constituiu ele mesmo uma solução nacional portuguesa para o fim do tráfico de escravos.

Assim, num contexto de consolidação do liberalismo e difusão do romantismo em Portugal, a bandeira do nacionalismo, da liberdade e do sentimento anti-britânico, viriam constituir uma nova etapa de afirmação da política representativa. Seriam estas as imagens da atuação do governo setembrista.

---

<sup>532</sup> Vale lembrar que o tráfico ao norte do Equador, continuou a despeito do Tratado de 15 de janeiro de 1815.

<sup>533</sup> Marca da lembrança do pronunciamento de 9 de setembro de 1836.

### 1.2.1. Impacto do Decreto de Sá da Bandeira na imprensa portuguesa

Logo depois da vitória liberal sobre os absolutistas, a coroação de D. Maria II (1834-1853) e o restabelecimento da Carta Constitucional de 1826, em 22 dezembro de 1834, foi publicada uma nova lei garantindo a liberdade de imprensa. Entre 1835 e 1837,<sup>534</sup> a ausência de censura motivou o surgimento de dezenas de novos jornais com periodicidade e tempo de circulação variados. Segundo Tengarrinha (1989:205), a partir de então, o jornalismo assumiu uma acentuada influência na opinião pública, tornando o “centro da vida política e social” portuguesa. Na opinião de Teixeira de Vasconcelos (1859:29), a imprensa se tornou uma “arma” e “instrumento” de manifestação da opinião pública portuguesa. Ou seja, a opinião pública, entre 1835 e 1837, emerge como uma nova força em Portugal!

Não obstante, a maioria dos jornais assumem-se como órgãos partidários, representantes das correntes de opinião, dividindo-se em três grupos divergentes e até mesmo antagônicos em disputa pelo poder, como eles mesmos se denominavam: Cartistas (liberais moderados e defensores da Carta de 1826), Setembristas (liberais radicais e apoiantes da Constituição de 1822) e Absolutistas (partidários de D. Miguel e adeptos do antigo regime).

**Quadro 5. Tendências políticas dos principais jornais publicados no Porto e em Lisboa entre 1836-1840**

Setembristas		Cartistas		Absolutistas	
<i>O Nacional</i> (1834-1843)	Lisboa	<i>Periódico dos Pobres no Porto</i> (1834-1858)	Porto	<i>O Ecco</i> (1835-1840)	Lisboa
<i>Vedeta da Liberdade</i> (1835)	Porto	<i>O Artilheiro</i>	Porto	<i>Portugal Velho</i> (1839-1843)	Lisboa
<i>O Português Constitucional</i> (1836)	Lisboa	<i>O Athleta</i> (1838)	Porto	<i>A Nação</i> (1847-1928)	Lisboa
<i>Procurador dos Povos</i> (1838-1840)	Lisboa	<i>O Tempo</i> (1838-1839)	Lisboa		
<i>O Correio de Lisboa</i>	Lisboa				
<i>O Democrata</i> (1839-1840)	Lisboa				
<i>O Popular</i>	Lisboa				
<i>A Revolução de Setembro</i> (1840-1892)	Porto				
<i>O Espectro</i> (1846-1847)	Lisboa				

Elaboração própria

<sup>534</sup> Segundo Tengarrinha (1989:156), “a partir de 1838 acentua-se a decadência do setembrismo e toma ascendência crescente o cartismo”. A nova lei promulgada em novembro de 1837, restringiu novamente a liberdade de imprensa. O ano de 1840, foi o ano de perseguições aos jornais e jornalistas.

Foi neste contexto de emergência da imprensa e da opinião pública portuguesa, que o Decreto de 10 de dezembro de 1836 foi anunciado. Entretanto, ele foi recebido com cautela e de forma divergente pelos periódicos que o divulgaram. As opiniões dividiram-se entre os favoráveis e os desfavoráveis à abolição do tráfico, simpatias e antipatias em relação à política britânica, independente das tendências políticas. O periódico de língua inglesa publicado em Lisboa, o *The Lisbon Mail English Journal*, saudou o decreto de Sá da Bandeira, com grande entusiasmo.<sup>535</sup> O *Diário do Governo*, no mesmo mês do anúncio do decreto, publicou na parte não oficial, um extenso discurso evocando os princípios da humanidade, da justiça e dos direitos humanos:

Côr é um accidente, que influencia alguma tem sobre a essência. O homem indígena de tórridos climas, em cujo rosto a natureza poz a côr da noite, esta sujeito ás mesmas paixões que o de côr nevada, nacido na amena, e temperada Europa; [...] Que direito pois terá o homem branco para calcar aos pés as leis da Natureza, arrancando com atrevida, e barbara mão o desventurado Negro dos braços da querida esposa, e amados filhos, a quem nunca mais tornará a ver? Que direito, a não ser o de uma desnaturada fera, terá o homem branco para de um seu irmão um vil escravo tornar? Que coração, a não ser o de um monstro, poderá vêr sem se horrorisar, retalhar com duro ferro um infeliz Negro, só porque levantar os húmidos olhos para o algoz que lhe dilacerava o corpo com um duro azurrague, só porque suas débeis forças lhe não permitiram acabar a tarefa que a vil, e abjecta ambição de um barbaro e deshumano Senhor lhe tinha imposto? [...] Que opróbrio para a humanidade traficarmos com nossos iguaes, bem como o duro cigano com as próprias bestas?! A moral, a civilização, a restauração dos direitos do homem exigiam já a altos brados que acabássemos de extinguir esse trafico infame que deshonra a humanidade, e a põe abaixo das brutas feras.<sup>536</sup>

*A Vedeta da Liberdade*, jornal setembrista publicado no Porto, seguiu os mesmos princípios morais:

A descoberta do novo mundo, que parece deveria trazer pelo menos a algumas nações da Europa a sua felicidade, pelo contrario lhes abrio o caminho para commeterem o maior dos crimes, que póde preticar-se = o trafico de entes pertencentes á especie humana! comprar e vender homens e desce-los e condemna-los inda abaixo da condição de bestas! Que indignos, e viz meios, e que atrocidade não teem empregado sempre os traficantes! [...] Porque razão hade ser tratada, como animaes, uma variedade de espécie humana só porque a sua côr é diversa, coisa que de forma alguma constitue a essencia, e não passa d'um accidente, filho de haver nascido debaixo da influencia do clima ardente da Zona tórrida? [...] A illustração é mãi da moral, e primeira motora da restauração dos Direitos do homem – ella é quem no seculo 19 vai reconquistando a Liberdade.

---

<sup>535</sup> *The Lisbon Mail*, 21 de dezembro de 1836.

<sup>536</sup> *Diário do Governo*, 23 de dezembro de 1836,

[...] Mas chegou finalmente o tempo, em que a Excelsa Rainha dos Portuguezes, e seus ministros escutarão a voz da sua esclarecida razão, dando n'isto mais uma prova de muito, que se interessa em pró da humanidade, quebrando as Cadêas que esperavão ainda milhares de infelizes.<sup>537</sup>

Os periodicos cartistas: *O Periodico dos Pobres do Porto* e *O Correio de Lisboa*, apoiaram de imediato, mas sem grandes comentários. O *Ecco*, periódico absolutista editado em Lisboa, na coluna “Revista dos Jornaes” divulgou um artigo sobre os inconvenientes naturais, e políticos deste “trafico infame, e horrorozo que proscrevem as Leis Divinas, a razão, e a justiça”.<sup>538</sup> O *Recreio*, jornal das famílias, apoiou a iniciativa abolicionista de maneira sutil e discreta, adotando uma linguagem crítica. Na edição de julho de 1837, criticou um anúncio do jornal norte-americano em que o proprietário oferecia recompensa, a quem capturasse seus escravos fugitivos; com o seguinte comentário: “esta espécie d’annuncios é mui frequente, e a philanthropia dos Americanos, longe de se ressentir de semelhantes atrocidades, ameaça e persegue com o maior odio aquelles que ousão invocar os direitos da humanidade ultrajada”. Em agosto de 1838, pronunciou mais abertamente sobre o assunto, ao divulgar as publicações de diversos viajantes Ingleses, sobre a África. Considerando-as interessantes, não só pelas descrições dos lugares, costumes, etc., mas também pelas judiciosas observações sobre os meios de abolir mais eficazmente o tráfico da escravatura, introduzindo no coração da África relações comerciais e os beneficios da civilização.<sup>539</sup>

*O Nacional de Lisboa*, de tendência setembrista e o mais influente jornal de opinião que circulava em Portugal, recebeu o decreto com evidente duplicidade. Na edição de 23 de dezembro apoiou todas as providências que pudesse favorecer as possessões portuguesas em África: “seriam baldadas e inúteis sem que como preliminar indispensável se abolisse de uma vez a Escravatura.” Chegou mesmo a elogiar o governo, que acabava de dar uma “prova decisiva da sua humanidade, e philanthropia abolindo de uma vez o vergonhoso e detestável tráfico da Escravatura em todos os domínios Portuguezes”.<sup>540</sup> No entanto, no dia 31 do mesmo mês, mostrou a sua verdadeira posição ao publicar uma “correspondência” de Luanda na qual, relata a condição das colônias portuguesas: “o progressivo governo tinha dado o último golpe mortal das Colônias Portuguezas em África, ajustando com nossa boa alliada a Grã-Bretanha um Tratado para a total abolição da Escravatura.” Poucos dias depois, usando do mesmo

---

<sup>537</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 4 de janeiro de 1837.

<sup>538</sup> *O Ecco*, 18 de abril de 1837.

<sup>539</sup> *O Recreio*, agosto de 1838.

<sup>540</sup> *O Nacional*, 23 de dezembro de 1836.

artifício, transcreveu na edição de 10 de janeiro de 1837, o comentário do jornal brasileiro *O Justiceiro*, que apresentou a lei anti-tráfico, promulgada no Brasil em 7 de novembro de 1831, pelo Ministro da Justiça Padre Antônio Feijó, como “inútil” e “absurda”. Dando a entender que o mesmo se passaria com o Decreto de 10 de dezembro de 1836.

Só *O Popular* não recebeu bem a notícia. De imediato manifestou-se contrário ao repentino corte do comércio de escravos e informou que o Decreto de Sá da Bandeira fora muito mal recebido na praça de Lisboa e nos domínios portugueses no ultramar. Declarou que para agradar a Inglaterra, o governo iria arruinar grandes interesses e fortunas portuguesas, comprometendo a economia nacional:

É nossa opinião que se deixasse de ir atalhando e diminuindo gradualmente por meios indirectos e efficazes aquelle deshumano commercio: estando porém a este ligados grandes interesses e fortunas, melhor seria que os Directores andassem com mais tento e menos aceleração em negocio tão importante, e que não fossem, para satisfazer ambições estranhas, abalar, d'improviso fortunas Portuguezas, arruinando com um golpe tão inesperado muitas Casas de Commercio nos nossos Domínios do ultramar, que tem grosso cabedal mettido neste tráfico. [...] A Ley há-de ser escarnida. – A moral aviltada; - o Governo Portuguez odiado dos seus súbditos d'ultramar; – e as Alfandegas defraudadas dos avultados direitos, que faziam os seus rendimentos: - e isto sem que se abra para aquellas Praças um novo Canal! Mas fez-se a boca doce á Inglaterra - é quanto basta. E não há-de parar aqui.<sup>541</sup>

Nesse primeiro momento, os principais periódicos publicados em Lisboa e no Porto, tentaram, de modo geral, relacionar o decreto para abolição do tráfico da escravatura, com a imagem de humanidade e justiça, evocando a razão e a ilustração, através de discursos filosóficos. De acordo com a tomada de consciência iluminista, a questão da escravidão foi considerada pelos periódicos, como fenômeno social, cujos princípios da liberdade e dos direitos naturais deveriam valer para todos: brancos e negros. A aceitação dessas ideias implicava, pelo menos em teoria, a necessidade de uma profunda transformação na relação social, baseada na “civilização”. Na proposta de civilização, o caminho era tirar os negros da sua inferioridade, através da liberdade, segundo os princípios do ideário Liberal.

Contudo as linguagens utilizadas nas notícias e nos artigos de opinião, apesar de incorporarem as idéias humanitárias, denotaram um certo distanciamento, e eram tendencialmente neutras e factuais, desprovidas de qualquer efervescência abolicionista.

---

<sup>541</sup> *O Popular*, 5 de janeiro de 1837.

Somente *O Nacional* e *O Popular* adotaram linguagens e discursos mais realistas, evidenciando desde o princípio, uma grande preocupação com as perdas econômicas, que aquela medida iria trazer. Deixando antever a gênese da forte corrente anti-abolicionista, que logo se formaria e propagaria na generalidade da imprensa e opinião pública portuguesa.

### 1.2.2. Decreto de 1836: uma “manobra legal” ou desejo sincero?

A decisão nacional portuguesa de abolir o tráfico levada a cabo por Sá da Bandeira não era nova. Logo depois do reconhecimento da independência do Brasil através do Tratado de Paz e Aliança de 29 de agosto de 1825 e da assinatura do tratado anglo-brasileiro para abolição do tráfico de 23 de novembro de 1826, o então deputado Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento, apresentou à Câmara dos Deputados, em dezembro de 1826, o seu projeto de lei tendente à abolição do “commercio infame da escravatura.”<sup>542</sup> O Art. 1º, proibia todo súdito da Coroa Portuguesa comprar escravos para exportação, a traficar com eles para qualquer parte da costa da África, ampliando assim a determinação estabelecida no Tratado de 22 de janeiro de 1815, que já havia proibido o comércio de escravos ao Norte do Equador. O projeto de lei previa também as penalidades aplicadas às autoridades civis e militares que permitissem ou fossem coniventes com o tráfico.<sup>543</sup> A despeito das justificativas do deputado de, em nome da civilização poupar a vida de milhões de africanos condeados à miséria, de acordo com o

---

<sup>542</sup> O projeto de abolição do tráfico de autoria do deputado Alexandre Thomaz de Moraes Sarmento, estava atrelado a outro projeto de lei, propondo a criação de um colégio do Real Instituto Africano, estabelecido na Universidade de Coimbra, com objetivo de “dilatir o progresso das Sciencias, e da Civilisação” para os importantes Estabelecimentos Africanos da Coroa de Portugal. Nele serão recebidos quinze alunos africanos mantidos às custas do governo português. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 08 de março de 1826. Estas medidas, depois da perda do Brasil, marcam o início de um processo de interesse para as possessões portuguesas em África, a que Valentim Alexandre (2000:127), denomina de “viragem para a África”.

<sup>543</sup> Art. 2º. As Embarcações da Armada Real apprehenderão todos os Navios Portuguezes, que encontrarem carregados com escravatura, e os levarão ao porto mais próximo pertencente aosdomínios da Coroa, sendo entrehues aos Governadores todos aquellos africanos, que se acharem em escravidão, a fim de serem postos em liberdade. Art. 3º. Por cada um dos Africanos conduzidos como escravos as embarcações apprehendidas será imposta a condenação de sessenta mil reis, e se não relaxará o embargo feito na embarcação, sem preceder o pagamento total das condemnações. Passado um anno sem apparecer quem requeira o levantamento do embargo, para ser satisfeito o pagamento da condenação, será a embarcação vendida judicialmente, para do producto da execução se cumprir o determinado neste Artigo. Art. 4º. A authorityde judicial da terra, aonde for levada a embarcação, pertence o conhecimento deste delito por meio de devassa, assim como a decisão de todas as questões, que suscitarem por motivo de semelhante prêzas, tanto os recursos competentes para a relação do districto. Art.5º Pela mesma authorityde será feita a repartição de toda importancia das condemnações por Commandantes, Officiaes, e Tripulação da Embarcação da Arruada Real, guardando-se nesta parte a proporção determinada por Lei ácerca da divisão do monte partivel do valor das presas. Art. 6º Os Governadores, e todas as authoridades de qualquer natureza, que forem, serão responsáveis, se consentirem que nos estabelecimentos africanos da Coroa de Portugal se faça semelhante commercio, podendo haver contra elles acção intentada por qualquer do povo; e, se for provado que qualquer authorityde civil municipa, militar ou official de fazenda doo ajuda, ou consentimento, ou foi socio em qualquer negociação para se exportarem escravos africanos, incorrerá na pena de perdimento de seus empregos e inhabilidade para alcançar qualquer officio público, sendo, alem disso, condenado na pena de degredo de cinco até dez annos, conforme o gráo de culpa. Art. 7º Ficão revogadas quaesquer leis, que se opponhão á determinação indicada nos precedentes Artigos. *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 20 de dezembro de 1826.

preâmbulo do projeto depreende-se que a principal motivação era a ameaça que representava para Portugal a forte relação entre comercial entre Brasil e Angola.

Entretanto Palmerston, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, não tinha qualquer confiança em Sá da Bandeira e se irritou com sua obstinação. Para ele, Sá da Bandeira era um homem desonesto e sem princípios, que ‘protege os criminosos [os comerciantes de escravos] porque eles o apóiam e tudo que diz sobre honra e dignidade nacionais nada mais é do que uma máscara para ocultar seus verdadeiros motivos’ (Palmerston, *apud* Bethell, 2002:137).

José Capela (1979), primeiro historiador português a debruçar e fazer eco sobre a questão da abolição do tráfico da escravatura em Portugal, também duvidou da sinceridade de Sá da Bandeira e viu com estranheza a maneira e o contexto em que surgiu o decreto de 1836. Depois de analisar a atuação dos setembristas, concluiu que o decreto de abolicionista de Sá da Bandeira não passava de manobra política destinada para iludir as imposições inglesas e preservar por mais algum tempo os interesses das classes escravistas portuguesas. As condições objetivas da sociedade portuguesa, quer no tocante às classes dominantes metropolitanas, quer relativamente às classes escravagistas coloniais, não só em nada favoreciam medidas para a extinção do tráfico e da escravatura, como a impediam.

Outros historiadores portugueses como João Medina, Isabel Castro Henriques Alexandre Valentim e João Pedro Marques, que também analisaram as reais intenções de Sá da Bandeira, admitem que haviam muitos e importantes interesses, para serem liquidados por via de uma simples medida legislativa. Alexandre Valentim (1979), apesar de reconhecer que havia da parte do governo português uma tentativa séria de abolir o tráfico negreiro, Sá da Bandeira buscou através do decreto afirmar a autonomia portuguesa face a Inglaterra. As dificuldades em executar as leis, deviam-se à hesitação e a inexistência de uma vontade política clara. Por sua vez, João Pedro Marques (1999) afirma que Sá da Bandeira procurou promover a abolição do tráfico, a um ritmo compatível com os interesses e sentimentos portugueses, ao mesmo tempo que procurava um “guarda-chuva legal” contra a pressão abolicionista britânica. Para João Medina e Isabel Castro Henriques, o decreto de Sá da Bandeira foi de alcance limitado, a lei era débil, incompleta e paradoxal.

No entanto, a abolição do tráfico atlântico de africanos era de fato interesse do governo português e surgiu inserido num projeto. Ou seja: a abolição do tráfico, não representava um



fim em si mesmo, mas a condição prévia do projeto colonial proposto por Sá da Bandeira. A ideia era criar um novo Brasil em África. Proibir a exportação de escravos para a utiliza-los nas colônias africanas, era a única maneira de torná-las úteis à Portugal. Se o decreto não foi cumprido e o acordo definitivo com os ingleses foi procrastinado, foi devido a forças muito maiores do que a vontade de Sá da Bandeira, conforme veremos mais adiante.

Sá da Bandeira culpou o estado deplorável das possessões ultramarinas, ao fato do governo português ter voltado a sua atenção quase exclusivamente ao Brasil. O tráfico de escravos, como a maior atividade que sempre foi, dava a Portugal uma riqueza aparente e eventual, desviando a aplicação dos ânimos e dos capitais nas fontes da verdadeira riqueza: agricultura, comércio e indústria. Sá da Bandeira afirmou ainda, que Portugal sacrificou todas as suas outras possessões coloniais, para fazer prosperar o Brasil. Os naturais da África foram aprisionados e transportados além do Atlântico, para tornarem rico um imenso país cujos habitantes se recusavam à civilização. Houve tempo em que na Ilha de S. Tomé existiam dezessete engenhos de açúcar que o governo de Portugal mandou destruir para não prejudicarem a cultura da cana que naquele tempo promovia no Brasil. As riquezas das Províncias têm sido desprezadas. Separado o Brasil da monarquia portuguesa, devia o governo desde logo ter cuidado com maior atenção as vastas colônias que restaram na África, e na Ásia. Mais de 16 anos tem decorrido desde aquela separação, e pode dizer-se que nada se tem feito em proveito das colônias, e consequentemente em proveito também da Metrópole.

Antes de mais, é necessário destacar o fato de que a economia portuguesa não havia conseguido se refazer completamente depois da perda do Brasil e da guerra civil fratricida. Portugal, no início do século XIX, era totalmente dependente economicamente do Brasil. Ademais, a retomada e o florescimento do tráfico clandestino de escravos, estavam aproximando cada vez mais, o Brasil das possessões portuguesas em África. O forte vínculo representado pelo tráfico tradicional entre as duas margens do Atlântico, que já não realizava o percurso triangular entre Europa - África - América - Europa, excluindo a metrópole. O comércio sul-sul entre Brasil e África, tornara-se tão importante quanto o comércio com a Europa. O governo português, mesmo com a promessa firmada no Tratado luso-brasileiro de 1825, de não aceitar a proposição de qualquer colônia portuguesa em África de se unir ao Brasil, temia que com esse estreitamento comercial, as colônias pudessem seguir o mesmo destino de desagregação do Brasil ou mesmo se unirem ao Brasil. Com esta possível união, os escravos poderiam ser transportados livremente pelo Atlântico, sob o nome de “colonos”. Portugal



precisava das colônias para se auto-firmar entre as nações europeias modernas. Por outro lado, havia também a necessidade de preservá-las da cobiça britânica.

Portanto a única saída para recuperar a economia do país, manter o domínio nas possessões africanas e firmar como uma nação moderna, era com urgência, voltar os olhos para o patrimônio que ainda lhe restava. Desenvolver e fazer progredir as possessões africanas, tornou uma necessidade vital e primordial. Para atingir os objetivos, o primeiro passo seria acabar com o tráfico de africanos para assegurar a mão-de-obra dentro das colônias, e o segundo, seria dirigir para África a emigrantes do reino e das ilhas, que seguiam para o Brasil.

Embora o projeto africano de Sá da Bandeira não fosse totalmente novo, com a perspectiva de acabar o tráfico a partir da entrada em vigor do tratado anglo-brasileiro de 1836 e da lei brasileira de 1831 - por serem dependentes dos impostos gerados pela exportação de escravos - os administradores coloniais e autoridades portuguesas já haviam formulado planos alternativos para estimular o comércio lícito nas colônias africanas, e estimular a agricultura era um deles (Ferreira, 2005:169). Portanto, o objetivo de Sá da Bandeira era privar o Brasil da mão-de-obra de que necessitava (tanto de escravos africanos como de imigrantes portugueses) para o pleno desenvolvimento de suas lavouras de café do Sudeste, de cana-de-açúcar, tabaco e algodão do Nordeste, e utilizá-las dentro das colônias africanas.<sup>544</sup> Assim, como afirmou Sá da Bandeira, num curto espaço de tempo, a economia portuguesa tornaria mais competitiva que a brasileira. As Províncias Africanas, podem produzir todos “os géneros dos trópicos” que são comprados aos estrangeiros “por muitos milhões de cruzados, ao assucar, o café, o algodão, cacau, anil, tabaco, couros, e muitos outros géneros!” Estes géneros viriam para Portugal, “em troca dos nossos produtos da cultura e da indústria nacional!” Ou seja, os territórios africanos ofereciam as mesmas condições de cultivo que o Brasil, além de não ter que importar trabalhadores, e correr os riscos inerentes ao contrabando de escravos. Todo o capital envolvido no tráfico negreiro, seria reconvertido em investimentos nas colônias e na metrópole. O principal objetivo era portanto, remover todos os obstáculos que até aquele momento, tinham impedido a prosperidade real e duradoura das províncias:

---

<sup>544</sup> Foram tomadas outras medidas para afectar a economia brasileira: proteger o mercado de vinho e aguardentes nacionais, com proibição desses produtos nas colônias africanas, que não fossem expedidos da metrópole; a criação de engenhos para produzir aguardentes nas colônias evitando assim a importação do Brasil; reduzir as taxas cobradas nos portos do reino, sobre os artigos manufacturados na Europa, necessários para o comércio no interior da África (quase todos fornecidos através de casas comerciais inglesas instaladas no Brasil); com a finalidade de introduzir o trânsito de tais artigos na metrópole, e as empresas nacionais substituírem o Brasil na função de transitário.

O Commercio dos Escravos, além de infame e vergonhoso para a humanidade, rouba ao paiz aonde se faz os braços que elle poderia empregar na exploração das verdadeiras riquezas; não liga os homens ao solo, e por isso se observa com tanta frequência a emigração delles e de seus fundos para os irem desfructar em melhores climas, e um paiz em taes circumstancias póde apparentar alguma riqueza; mas realmente ele é pobre.<sup>545</sup>

Na visão de Sá, a prosperidade geral de toda a monarquia, só podia resultar de um bom sistema de administração colonial ultramarino. Mas nada disso poderia conseguir enquanto existisse o “pernicioso” tráfico da escravatura. Este era o princípio destrutivo, enquanto arrancava dali os braços, para irem cultivar terras estranhas além do Atlântico. De maneira contraditória, muito longe dos ideais humanitários e filantrópicos ou de abrir caminho para a abolição total da escravatura, o que realmente pretendia Sá da Bandeira era reter, assegurar e disponibilizar a mão-de-obra para um novo sistema escravista colonial. O decreto de 10 de dezembro de 1836 proibia o tráfico marítimo, mas permitia a continuação do tráfico interno, por via terrestre, obrigando o pagamento dos mesmos direitos, que se pagavam quando a exportação dos escravos era permitida, conforme o artigo 5º do decreto.

Um verdadeiro paradoxo para uma época, em as nações modernas caminhavam no sentido do trabalho livre e assalariado. Valores de modernidade e progresso que o próprio Sá da Bandeira reclamava: “a civilização da Africa tem sido nestes últimos tempos o pensamento querido dos Sábios e Philanthropos, e não menos o desvelado cuidado dos principaes Governos que, no antigo e no novo Continente, marcham á testa dos progressos, e promovem o melhoramento da espécie humana”. Todavia, a força de trabalho, tinha que ser escrava, não por inércia, mas para a dinâmica da economia. Era uma contradição óbvia e um desafio peculiar: a utopia do individuo dotado de liberdade, com a realidade da escravidão. Contradições perceptíveis em alguns dos 25 artigos e diversos parágrafos, que compõem o Decreto de 10 de Dezembro de 1836. Assim, em dezembro de 1836, Sá apresenta o seu projeto e propostas para as Províncias Africanas:

Em nossas Províncias Africanas existem ricas minas de ouro, cobre, ferro, e pedras preciosas: alli podemos cultivar tudo quanto se cultiva na América; possuímos terras da maior fertilidade nas Ilhas de Cabo Verde, em Guine, Angola e Moçambique: grandes rios navegáveis fertilisam algumas das nossas Províncias, e facilitam o seu commercio; naquelles vastos territorios o podemos cultivar em grande a cana do assucar, o arroz, anil, algodão, caffè e cacau; n’uma palavra todos os géneros chamados coloniaes, e todas as plantas da Molucas, e do Ceilão, que produzem as especiarias; em tal abundância, que não somente bastem ao consumo de Portugal, mas que

---

<sup>545</sup> *Diário do Governo*, 21 de dezembro de 1836.

possam ser exportados em muito grandes quantidades para os outros mercados da Europa, e por menores preços que os da América, visto que o cultivador Africano não será obrigado a buscar, e a comprar trabalhadores, transportados da outra banda do atlântico, como acontece ao cultivador Brasileiro, que paga por alto preço, augmentado ainda pelo risco do contrabando, os escravos que emprega.

Propomos na Africa a colonisação dos Europeos, o desenvolvimento da sua industria, o emprego de seus capitães; e n'uma curta série de annos tiraremos os grandes resultados que outr'ora obtivemos das nossas Colónias. Mas para isso é necessário que reformemos inteiramente as nossas Leis Coloniaes. [...] Como preliminar indispensável de todas as providencias, que para este grande fim, de acordo com as Cortes Geraes da Nação, Vossa Magestade não deixará de Dar em sua Alta Sabedoria, Religião, e Humanidade, os Seus Secretários d'Estado tem hoje a honra de propor a Vossa Magestade, no seguinte Projecto de Decreto, a inteira e completa abolição do trafico da escravatura nos Domínios Portuguezes.<sup>546</sup>

Em 1837, emite dois decretos: um (diploma) que pretendia reservar o mercado ultramarino à produção e ao comércio nacional, para favorecer a empresas portuguesas. O outro decreto, era de incentivo à colonização nas Províncias Africanas:

Manda, pela Secretaria d'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar [...]. Distribua os terrenos que não tiverem domínio particular, a quem os pertender cultivar, pondo em pratica as Leis existentes sobre Sesmarias; e regulando-se nas concessões pelos meios, que os pertendentes tiverem para bem os cultivarem: que aos Militares que em Africa tiverem servido três annos se concedem também, se elles o pertenderem, terrenos em Sesmarias, cuja quantidade será determinada pelo Governador Geral em Conselho: que tanto a estes, como aos Colonos paisanos, que não tiverem meios, se forneçam por conta do Estado sementes e alguns instrumentos próprios para a Agricultura, bem como o sustento no primeiro anno, o que tudo será fixado n'uma tabella feita pelo Governador Geral em Conselho: que igualmente, tanto em favor de uns, como de outros que forem casados no Reino, ou nas Ilhas, se dê passagem á custa do Estado e suas mulheres, bem como ás daquelles, que sendo solteiros se fizerem casar por procuração: o que tudo o Governador Geral fará presente na Junta da fazenda, para a legalidade do abono das despesas que se fizerem.<sup>547</sup>

O estado de extrema miséria de muitos portugueses emigrados no Brasil, numa época de grave crise econômica, política e social que abateu sobre o Brasil durante o período da Regência (1831-1840), surgiu como uma grande oportunidade para o governo português, organizar a transferência de 180 imigrantes (homens, mulheres e crianças) do Brasil para Angola, conforme a lista divulgada pelo Consulado Português no Brasil:

Dezejando a Mesma Augusta Senhora melhorar a sorte daquelles infelizes, illudidos pela má fê, e deshumanidade; É Servida Ordena que Vmc. ajuste a passagem para Angola de todos os

---

<sup>546</sup> *Diário do Governo*, 21 de dezembro de 1836.

<sup>547</sup> *Noticiador Commercial Portuense*, 23 de outubro de 1838.

passageiros existentes no Districtos desse Consulado Geral, que achando-se faltos os meios, queirão ir estabelecer-se naquella Província, a cujo Governador Geral Vmc. os recommendará, sacando pela despeza que fizer, sobre a Junta da fazenda da mesma Província; para o que ficão já passada, pelo Ministério da Marinha, as necessárias Instrucções, a fim de que a sobredita Junta satisfaça aos saques que Vmc. houver de fazer com a mencionada passagem, e o Governador Geral dê toda a protecção aos indivíduos, concedendo áquelles que o requererem, e na forma de Leis, terrenos que possuão cultivar, facultando-lhes no primeiro anno, sementes, algumas ferragens de agricultura, e o necessário sustento.<sup>548</sup>

Muitas outras medidas foram tomadas no sentido de incentivar os investimentos nas possessões africanas, como a concessão de passaporte gratuito e de outros auxílios a oficiais mecânicos que quisessem instalar-se nas colónias. Para estimular a mineração, a agricultura e a industria, o governo autorizou o Governador-Geral de Angola a distribuir condecorações aos colonos que comprassem um certo número de ações da Companhia das Minas de Ferro; aos que lavrassem minas por explorar com certa produtividade; aos que mandassem moer em engenho de cana de sua própria lavra e que produzissem certo número de arroba de açúcar; áqueles que fizessem em suas terras ou concedidas, um estabelecimento com engenho para moer; e ainda aos que incrementassem as culturas do algodão e do café; assim como aos que montassem fábricas de anil ou de potassa, e aos que procedessem à exportação do arroz e do tabaco.

Para melhorar o comércio e administração nos domínios portugueses na Guiné, foi aprovado estatuto para formação de uma Companhia da Guiné, em abril de 1839. Também no ano de 1839, foi criada a Junta de Melhoramentos da Agricultura e o sistema de correios para a Província de Cabo Verde, para promover a civilização, aumentar as relações comerciais e facilitar a comunicação. Em 5 de novembro de 1839, o governo aprovou os Estatutos de uma Associação Marítima e Colonial, cujo programa era promover o melhoramento das Marinhas de Guerra e Mercante e os estabelecimentos e relações de reciproca utilidade entre o Reino e as Possessões Ultramarinas. Também instituiu uma comissão permanente, com a finalidade de organizar a estatística, e retificar a extensão e os limites das possessões africanas, para reconhecer o legítimo direito de senhorio da Coroa de Portugal. Para dar a conhecer as potencialidades das possessões africanas e explicar o seu projeto colonizador, Sá da Banderia, como Ministro da Marinha, mandou publicar o Memorial Ultramarino e Marítimo. Enfim, durante quase todo o ano de 1839, enquanto esteve como encarregado da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, Sá da Bandeira, através da Junta de Melhoramentos da

---

<sup>548</sup> *Diário do Governo*, 6 de novembro de 1838.

Agricultura, ordenou que os aforamentos aos suplicantes fossem sem delongas, nem dificuldades, resolvidos de pronto em conformidade com a lei; além de isentar o pagamento de díssimos e tributos, durante dez anos. Também ofereceu isenção dos Direitos de entrada por cinco anos de todos os materiais de construção, ferramentas, máquinas, etc. de que se pudesse carecer nas novas fundações e explorações agrícolas.

O projeto idealista para a criação do novo eldorado de Sá da Bandeira, encontrou eco em alguns periódicos políticos, que se dedicaram a promover e divulgar as ideias colonizadoras em África. *O Nacional* por exemplo, vislumbra na África portuguesa, um manacial “de minas de ouro e diferentes metais preciosos”.<sup>549</sup> *O Athleta*, apontava a colonização africana como a única alternativa de Portugal tornar a ser feliz e opulento, depois da perda do Brasil, dos tratados ruinosos e da fraqueza do comércio e da indústria portuguesa.<sup>550</sup> Para *O Paquete do Ultramar*, tendo perdido o Brasil e diante das inúmeras vantagens susceptíveis das possessões africanas, havia de ter as “vistas voltadas para o que ainda nos resta”.<sup>551</sup> *A Vedeta da Liberdade*, via nas colônias africanas a única forma de reconstruir e evitar o total aniquilamento da “cadavérica e definhada Nação Portuguesa, há tanto ameaçada de desaparecer de sobre a terra, deixando apenas vestígio do que fora”.<sup>552</sup> Mesmo que tenha sido bem intencionado e tivesse encontrado apoio dos periódicos editados no Porto e em Lisboa, tanto o projeto como o decreto de Sá da Bandeira redundarão em grande fracasso, como veremos no próximo capítulo.

## Conclusão

Enquanto em Portugal o decreto de Sá da Bandeira foi recebido com certo entusiasmo, no Brasil a lei Barbacena-Feijó, teve pouco ou nenhum impacto na opinião pública. Depreende-se que no Brasil, o vazio momentâneo de discussões na imprensa sobre o fim do tráfico e suas consequências, numa conjuntura de ampliação e consolidação da esfera pública,<sup>553</sup> está relacionada ao contexto político afirmação dos valores nacionais, de construção da identidade brasileira e de nacionalismo exacerbados, pelos seguintes motivos: (i) a lei havia sido elaborada

---

<sup>549</sup> *O Nacional*, 27 de agosto de 1838.

<sup>550</sup> *O Athleta*, 4 de agosto de 1838

<sup>551</sup> Copiado do *Paquete do Ultramar*, pela *Vedeta da Liberdade*, 20 de agosto de 1839.

<sup>552</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 3 de fevereiro de 1840.

<sup>553</sup> Esta ampliação foi impulsionada pelas mudanças nos níveis de alfabetização com a instrução pública, pelo surgimento da primeira geração de estudantes do curso Jurídico no Brasil, pelo aumento do número de tipografias e da produção jornalística por quase todo o Brasil.

por uma iniciativa nacional, por políticos brasileiros de nascimento,<sup>554</sup> e não forçada pelos ingleses; (ii) era uma forma de afetar os poderosos traficantes portugueses residentes no Brasil e privilegiar os elementos nacionais; (iii) excluir os imigrantes europeus (subsidiados por D. Pedro I) e os africanos recém chegados, ambos (europeus e africanos) acusados de corromper a ordem pública brasileira.<sup>555</sup>

Não obstante, durante a Regência Trina (1831-1834), ainda que nem todos os periódicos tivessem abordado o problema do tráfico, a maioria mostrava-se favorável ao seu fim, publicando diversos artigos criticando a escravidão, de denúncias ao contrabando e ao sistema de fraude envolvendo os portugueses. Até mesmo aqueles periódicos que demonstravam preocupação com o estado da agricultura brasileira, não defenderam abertamente a continuação do tráfico. Portanto, percebe-se uma forte relação entre o antilusitanismo e o movimento a favor do fim do tráfico neste período. No entanto, assim como a lei (7 de novembro de 1831) e o decreto (12 de abril de 1832) brasileiros, o tráfico transatlântico de escravos não cessou com o decreto português de 1836, pelo contrário, ganhou proporções excepcionais. Os eventos que se seguiram colocaram o Brasil e Portugal num quadro de grande instabilidade, tanto em suas políticas internas como externas.

---

<sup>554</sup> Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (1772-1842), autor do projeto de lei de 7 de novembro de 1831, nasceu em Mariana (Minas Gerais). Diogo Antônio Feijó (1784-1843), principal apoiante da lei que levou seu nome, nasceu na cidade São Paulo (São Paulo).

<sup>555</sup> O deputado Carneiro Cunha, apresentou um projeto para que fosse removido do Brasil todos os estrangeiros vadios e presos por roubos no Rio de Janeiro, sob a justificativa de corromper a ordem pública. O mesmo que passou com os africanos, considerados estrangeiros capazes de contaminar e comprometer a segurança interna do Brasil.

## CAPÍTULO II

### O FRACASSO DOS TRATADOS, LEIS E DECRETOS

*“A lei do tráfico tal qual existe, tornou irrisória e o que pior he, serve apenas para abrir a porta à mais vergonhosa corrupção e para abonar praticas de crueldade que nos deshonrão”.* Evaristo da Veiga, redactor do *Aurora Fluminense*, 1835.

#### 2.1. Desobediências ao Decreto nas colônias africanas

Uma conjunção de interesses internos levaram o Brasil e Portugal a não cumprirem suas próprias leis e decretos. No Brasil, ainda no período das Regências, sobretudo no domínio do Regresso Conservador, é que o entendimento do processo de manutenção do tráfico e da escravidão, como base de sustentação da economia brasileira e manutenção do território nacional tomará grandes proporções. Mesmo a Lei Feijó-Barbacena sendo considerada “letra morta” ou “para inglês ver”, por não ter alcançado o seu objetivo, ocorreram várias tentativas de revogá-la. Estas iniciativas darão início a grandes debates na imprensa brasileira, dividindo opiniões. O mesmo ocorrerá em Portugal. Tanto na Metrópole como nas colônias, o decreto de Sá da Bandeira será entendido como um grande e lamentável erro e também irá gerar polêmicas e dividir opiniões.

Não obstante, o projeto humanista de inspiração iluminista trazia um grande problema: o tráfico da escravatura era um sistema sobre o qual assentava toda a economia nas possessões portuguesas em África. Eliminá-lo significava provocar uma mudança estrutural na imensa cadeia que sustentava esse sistema. Além do mais, as autoridades vindas da metropole estavam totalmente submetidas e dominadas pelos senhores locais, grandes negreiros, proprietários de escravos e de terras. Por tudo isso, apesar do decreto, o tráfico de escravos continuou aumentando em virtude de um comércio de contrabando, que envolvia muitos funcionários das colônias.

Favorecidos pela distância da metrópole e habituados com a impunidade estes funcionários entregavam-se sem escrúpulos e com prepotência às atividades ilícitas. Segundo Maria do Rosário Pimentel (1995), o isolamento, a falta de fiscalização e as condições específicas do meio social, permitiam o ambiente favorável para a realização do desejo de enriquecimento pessoal ou de simples necessidade de subsistência. A denúncia de governadores

envolvidos em roubos e de cativar negros para enriquecerem-se no “horrível tráfico da escravidão”; bem como a necessidade de se fazer uma boa escolha dos governadores coloniais, já eram questões discutidas pelo periódico *O Movimento*, ainda antes do decreto de Sá da Bandeira:

Bem sabemos que um governo do Ultramar sempre foi olhado pelo Governo como uma fértil pastagem, destinada para engordar os seus predilectos; que dali nasceram as fortunas colossais, que esses governadores faziam, o estado miserável em que jazem estes Povos, que soffriam sem poder queixar-se, ou queixando-se debalde desses Verres que os despojavam, e que voltavam para o Reino a desfrutar impunes e tranquilos os fructos de suas rapinas.<sup>556</sup>

A par desta situação, Sá da Bandeira promoveu uma reforma na administração colonial quase em simultâneo com o Decreto de 10 de dezembro de 1836. A nova administração das colônias passou a ser centralizada em três governos-gerais: um para Cabo Verde, outro para Angola, Benguela e demais pontos ocupados na Costa Ocidental, e o terceiro para Moçambique. Em São Tomé e Príncipe os governadores eram nomeados individualmente.<sup>557</sup> Todavia a situação do envolvimento de autoridades e funcionários do governo no tráfico ilícito, quase não se altera. Em Angola o primeiro governador a tomar posse depois de promulgado o decreto abolicionista, foi Bernardo Vidal, ex. combatente na guerra civil pelo lado liberal e comandante da Guarda Municipal de Lisboa, nos primeiros meses do regime setembrista. Chegando em Luanda, uma das suas principais preocupações, a de foi não executar o decreto. Pelo contrário, aconselha Sá da Bandeira, a “suspensão provisória” do decreto, por considerá-lo não exequível e passível de levar a perda da colônia. “Disposto a não governar sobre ruínas”, não só verga-se rapidamente à pressão dos escravistas, como aproveita-se delas, pela vender a sua protecção aos traficantes.

Em Moçambique, acontece o mesmo. O novo governador, D. António José de Melo, que durante a guerra civil na metrópole, pertenceu ao estado-maior do duque da Terceira, foi logo condescendente com os proprietários e negociantes. Em consequência, o tráfico continuou a fazer-se sem embaraço. Os negreiros pagavam oito ou nove patacas espanholas por africano embarcado, e esta importância era depois dividida entre o governador, o administrador da alfândega e outros funcionários (Alexandre, 2000:98-99).

---

<sup>556</sup> *O Movimento*, 20 de março de 1836.

<sup>557</sup> *Diário do Governo*, 12 de dezembro de 1836.



No entanto, o caso mais famoso e polêmico de desobediência ao decreto, foi do governador de Moçambique, Marquês de Aracaty, que havia estado à frente de várias capitâneas brasileiras. Foi general e senador no Brasil, retornou à Portugal na companhia de D. Pedro I. Em outubro de 1837, Aracaty ocupou o lugar de D. António José de Melo. Poucos dias depois de sua chegada, Aracaty ao invés de executar o decreto da abolição, faz promulgar em Conselho de Governo, uma “circular”, que não só suspende em todo o Distrito da Província, a execução do decreto de 10 de dezembro de 1836, como regula a exportação. Fundamentada na falta de fundos para o serviço público, que devia experimentar a província com a supressão do tráfico. Mediante a pagamento na alfândega de Moçambique, todas as pessoas devidamente autorizadas, poderiam embarcar escravos para qualquer parte do mundo. Justifica:

Seria crime admitir a ideia, de que seja vontade do mesmo Governo que, desprezando as mesmas Representações, eu vá por indiscreto zelo consumir a ruína desta Província, cumprindo Ordens, que sem a menor dúvida produzirão este funesto effeito, deixando por uma parte arruinados aquelles Súditos de Sua Magestade, que tem empregado seus capitães no único commercio de exploração, que nas presentes circunstancias offerece esta Província, e por outra, reduzindo todos os que vivem de renda do Estado, na immensa vastidão della, a perecerem de fome, pela absoluta destruição de recursos, em que ficaria o Cofre das Rendas Publicas.<sup>558</sup>

Ou seja, com objetivo “firme e sincero” de prestar o melhor serviço à nação portuguesa, só era permitido a exportação de escravos a quem o governador concedesse licença, devendo cada um pagar o direito de 18.000 réis. Importância que seria revertida para a Fazenda Pública. Aracaty ordena ainda, a todos os funcionários das repartições, a maior vigilância para que se evitasse que esta ordem não fosse iludida. Em outras palavras, o marquês oficializa abertamente o tráfico organizado em Moçambique.

Em Cabo Verde e Guiné a situação não era diferente. A despeito do Tratado de Viena, que proibia o tráfico a Norte do equador, os negociantes lançaram-se ousadamente no tráfico para Cuba (Carreira, 1972). Desta vez, como testas de ferro de mercadores de outras nações, sobretudo dos espanhóis. O negreiro Caetano Nozollini, estabelecido na ilha Bolana desde 1829, tinha a plena autorização e conivência do governador português de Cabo Verde e da Guiné, que chegou inclusive a conceder-lhe uma patente militar e o título de governador da ilha. Mesmo depois do brique de guerra inglês, sob o comando do oficial Kallet, ter invadido a

---

<sup>558</sup> Circular do Marquez d'Aracaty, publicada pela *Vedeta da Liberdade*, 7 de novembro de 1839.

ilha Bolama, e incendiado os barracões de escravos de propriedade de Nozollini em 1838, de nada adiantou. A ação do oficial inglês foi perdida, da mesma maneira que muitas outras, na costa ocidental da África. Com efeito, como se comprovou em 1843, Nozollini continuou embarcando escravos para o Brasil e Cuba, numa atividade que se manteve até a sua morte em 1850. O tenente Hill, da marinha inglesa, calculou que em 1841 as feitorias em Bissau e no rio Gallinas embarcavam 10 mil escravos por ano (Tavares, 1988:48).

O Decreto de 10 de dezembro de 1836, que abolia totalmente o comércio de escravos com penas rigorosas, apenas paralisou o tráfico por algum tempo. Logo, por ser considerado inofensivo, nenhuma autoridade tratou de o fazer executar e todo o sistema foi reorganizado. As notícias do Rio de Janeiro, dá-nos conta da ineficácia do decreto e do número de embarcações encarregadas de escravos, que aportaram no Rio de Janeiro:

Pode avaliar-se em 150, e em 40:000 o dos negros importados, os quais, calculados em 1:000 francos cada um, somam em 40 milhões de francos. (...) A bandeira que occulta este trafico é Portugueza. O Decreto promulgado em Lisboa a 10 de Dezembro de 1836 para a final abolição do trafico da escravatura bastava, se fosse executado, para dar cabo delle no Brasil, mas é provável que este Decreto terá a mesma sorte dos antecedentes, pois que custa a crer que o povo Portuguez jamais deixe de aproveitar-se de um commercio tão rendoso e acostumado.<sup>559</sup>

Todavia as inaplicabilidade do decreto, pode ser explicada pelos seguintes motivos: (i) a flexibilidade da administração portuguesa, herdadas do Antigo Regime. Ou seja: as normas e valores válidos na metrópole, podiam ser transplantados para as colônias mediante a alguns ajustes. Aos governadores das províncias ultramarinas era concedida autonomia para agir conforme às circunstâncias, pois as leis foram criadas de forma a serem adaptadas ou até mesmo alteradas, de acordo com as conjunturas locais (Hespanha, 1998:351-366. As “brechas” no próprio sistema, permitiram os governadores desobedecerem legalmente e impunemente ao decreto. (ii) Os governadores, mesmo com ordens e extensos poderes para reprimir o tráfico, adquiridos através das reformas no aparelho administrativo colonial efetuado por Sá da Bandeira, esbarraram nos interesses de poderosos exportadores de escravos. (iii) Não era fácil dismantelar uma estrutura secular, organizada de forma excepcional, que não se definia apenas pela travessia no Atlântico. Na complexa rede mercantil, nenhum aspecto era descurado para obter o máximo de lucro daqueles seres humanos: desde a montagem de redes de captura, que

---

<sup>559</sup> A *Vedeta da Liberdade*, 8 de maio de 1838.

envolviam a participação ativa de chefes africanos, passando pela construção de locais de embarque, avaliação, classificação e marcação dos escravos, leilão e abate dos revoltosos. Sem falar nas taxas alfandegárias, fixação dos impostos e outros rendimentos devidos ao Estado.

## **2.2. Resistência na Metrópole**

Não obstante as desobediências nas possessões portuguesas em África, outro grande obstáculo para o cumprimento do decreto encontrava-se na metrópole. Ou seja, no próprio governo e na opinião pública portuguesa, como veremos com mais detalhe. Lord Palmerston reuniu muitas evidências para demonstrar que Portugal, ao invés de abolir o tráfico o estava promovendo. Apontou dois dos principais motivos que impediam obter de Portugal, um tratado eficaz para a supressão do tráfico da escravatura. O primeiro era a inexistência de opinião pública, devido os longos anos de censura.<sup>560</sup> Palmerston observou que em Portugal, não existia uma opinião pública nacional, pró-abolicionista. Esperava que com o governo Constitucional (que instaurou a liberdade de imprensa em dezembro de 1834), se pudesse perceber um maior sentimento público sobre esta questão. Interpretação coerente, uma vez que na Inglaterra, as manifestações contrárias ao tráfico de escravos, se fizeram sentir e surgiram primeiro na opinião pública. O movimento popular inglês que se opunha ao comércio de escravos, iniciado em 1780, logo se tornou um amplo movimento de massas. A este movimento juntaram-se: a Sociedade para a Abolição do Tráfico de Escravos formada em 1787, liderada pelos Quakers; e a organização “Sons da África”, formada por africanos livres residentes em Londres. A forte campanha abolicionista, que mobilizou a opinião pública inglesa, pressinou o parlamento britânico com várias petições, milhares de assinaturas e boicotes ao açúcar produzido com o trabalho escravo, até atingir seus objetivos.

O segundo motivo apontado por Palmerston, era de que havia em Lisboa, muitos indivíduos influentes com envolvimento direto e pessoal no tráfico de escravos. Segundo Palmerston, os oficiais e autoridades, envolvidos neste tráfico, faziam grandes fortunas, e formavam partidos que dominam o governo. Portugal não conseguia cumprir as obrigações dos tratados, devido a grande influência que estes partidos tinham adquirido. Em outras palavras, o governo português estava dominado por um poder mais forte do que ele mesmo. Desde o ano

---

<sup>560</sup> Em Portugal a primeira Lei de Liberdade de Imprensa foi a de 12 de julho de 1821, mas a lei que instaurou definitivamente a liberdade de imprensa foi a de 22 de dezembro de 1834 (Quintero, 1994).

de 1834, que o governo britânico vinha em vão procurando persuadir, um após outro governo em Portugal, a concluir o tratado. Os sucessivos governos, iludiam as negociações com pretextos frívolos e alegações infundadas, segundo as notas do jornal inglês.<sup>561</sup> Em suma, a resistência na metrópole devia-se, de acordo com as observações do Ministro inglês, à falta de opinião pública abolicionista, capaz de impor e cobrar uma atitude política e a influência que muitos indivíduos envolvidos no tráfico, tinham no governo e nas Cortes.

De fato muitos traficantes de escravos apoiaram e financiaram políticos e o exército liberal (revolução liberal no Porto). Como também financiavam os governos setembristas e cartistas. Situações que justificam a presença ou influência de importantes negreiros, envolvidos direta ou indiretamente política portuguesa. Um dos exemplos mais flagrantes é do ex-negreiro e ex-emigrante no Brasil, Joaquim Ferreira dos Santos, que devido a sua forte ligação à política, foi nobilitado (barão, visconde e conde) e adquiriu o estatuto de homem público. Participou ativamente na revolta de 27 de janeiro de 1842, que restaurou a Carta Constitucional, liderada por Costa Cabral, a partir do Porto. Foi nomeado à Câmara Municipal do Porto, mas preferiu fazer parte na Câmara dos Pares (Alves, 1992). Dono de uma imensa fortuna, o Conde Ferreira para além de consagrado benemérito nacional, entra com os seus capitais para diversas iniciativas: Companhia Confiança Nacional, Contrato do Tabaco, Sabão e Pólvora, Companhia dos Canais de Azambuja, Companhia do Gás Lisboense, Companhia das Obras Públicas. O Conde Ferreira, também conhecido pelo nome de *príncipe de Molembo*, era considerado a “salvação” pecuniária dos governos, devido aos seus empréstimos “patrióticos”.<sup>562</sup>

Também é verdade que alguns navios negreiros, ainda continuavam transitando livremente no Rio Tejo. Embora fossem poucos, pois como se sabe a maior parte do controle do tráfico negreiro, estava nas mãos dos mercadores portugueses residentes no Brasil, associados a traficantes estabelecidos nos portos africanos. Todavia foram suficientes, para as acusações de Howard de Walden, embaixador britânico em Portugal. As denúncias divulgadas pelo *O Movimento*, apesar de serem poucos meses antes do decreto de Sá da Bandeira, demonstram publicamente, que de fato negreiros transitavam no Tejo:

---

<sup>561</sup> *Notícias do Paquete Inglês* publicadas em *O Ecco*, 20 de Agosto de 1839.

<sup>562</sup> *O Nacional*, 6 de setembro de 1842.

No nº 11 que temos à vista, faz o Redactor uma queremonia verdadeiramente poética a cerca de uma ave rapina, que se anda refrescando no Tejo, para dali soltar o vôo para a África, d'onde levará nas garras, e nas azas alguns centos de negros para servirem de pasto aos Antropophagos Americanos: isto quer dizer em phrase chã, que no Tejo existe um navio destinado para o commercio da escravatura.<sup>563</sup>

As acusações de Howard de Walden, serviram de base para as denúncias do periódico *The Lisbon Maill*, provocando grande contenda com os jornais setembristas, especialmente com *O Nacional* e *O Popular*. Segundo o *The Lisbon Maill*, periódico inglês publicado em Lisboa, nos portos de Lisboa, realizava-se uma manobra típica do tráfico negreiro: a venda de embarcações, troca de nomes e a legalização dos papéis pelas autoridades portuguesas. Entre tantos outros casos, estava o navio norte-americano *Columbia*, que chegou no porto de Lisboa com papéis e bandeira brasileira, foi vendido ao negociante Luís José Soares, que mudou o nome, passando o navio a chamar *Oriente*; com registos navais e bandeira portuguesa, saiu para África. Tudo isso, em conivência com as autoridades e em desobediência ao novo Decreto de Sá da Bandeira feito em 16 de janeiro de 1836, que só considerava como navios nacionais, os que fossem construídos em portos portugueses.<sup>564</sup> Outra prática comum era a concessão de passaportes portugueses a muitos negreiros: franceses, espanhóis, brasileiros e americanos. De acordo com o *Correio de Lisboa*, o negreiro espanhol *Vigilante*, foi tomado com passaportes portugueses, dados em Lisboa, pela repartição cujo chefe era Sá da Bandeira. Também o brique *Neptuno* e a escuna *Angerona*, que foram apresados pelo cruzador de guerra inglês *Colombine* no Rio Zaire, eram brasileiros e tinham passaportes portugueses, que lhes foram dados durante o ministério de Sá da Bandeira.<sup>565</sup>

As denúncias e acusações do envolvimento de parlamentares e até mesmo órgãos da imprensa portuguesa, no tráfico da escravatura, partiam especialmente dos jornais ingleses. Os textos desses jornais eram transcritos e publicados, pela maioria dos periódicos portugueses de oposição ao governo. Segundo as notícias do *Paquete Inglês* publicadas em *O Ecco*, periódico Miguelista, as Cortes e a imprensa portuguesa eram acusadas de em nome da “liberdade nacional”, de serem coniventes com o “pecado nacional”:

---

<sup>563</sup> *O Movimento*, 14 de agosto de 1836.

<sup>564</sup> Forma que o governo encontrou, para impedir o uso indiscriminado da bandeira e embarcações portuguesas, por negreiros de diversas nacionalidades. Artigo 2º determinava que navios portugueses são unicamente aqueles construídos nos portos de Portugal e seus domínios da Ásia e África. Não serão reconhecidos como portugueses quaisquer navios de acordo com o Art. 2º, e não será consentido a naturalização de qualquer navio de construção estrangeira. Sobre este decreto ver: *Diário do Governo*, 16 de janeiro de 1837.

<sup>565</sup> *O Correio de Lisboa*, 23 de março de 1840.

Animada pela indulgencia ou soffrimento da Gram Bretanha, essa espelunca de negociantes d'escravos, as Cortes de Lisboa, se mostra valente em seus discursos e sua imprensa; imprensa embellesada com alti-sonantes pensamentos de hypocrita liberdade, tornando-se insolente na defesa do pecado nacional, pecado originalmente acompanhado de tormenta e morte; mas cuja atroz immoralidade é legitimada pelo outro.<sup>566</sup>

Para o correspondente do *Mornig Chronicle* em Lisboa, o gabinete português mostrava realmente ter o desejo que Portugal vivesse nas “trevas”, quanto ao estado das negociações acerca da abolição do tráfico de escravos. Os fatos demonstravam, segundo o correspondente, que a Lei não passou de “letra morta”. Não obstante a energia da autoridade, em um ou dois casos, “estamos bem certos que a lei continuará a ser iludida enquanto a execução for confiada às autoridades portuguesas”, continua:

[...] o commercio de escravatura é illegal: - é um comércio de piratas que já não existiria se aos tractados entre Portugal e Inglaterra se desse ao devido cumprimento: - abolido desde há muito pelas próprias leis portuguesas: - reconhecidamente tão injurioso ao paiz que exerce como vergonhoso para a humanidade; e somente tolerado porque sórdidos especuladores de Lisboa e Angola, teem até agora podido exercer uma fatal influencia em parte dos ministros, legisladores, e imprensa de Portugal.<sup>567</sup>

Na mesma edição, o *Mornig Chronicle* também acusou *O Nacional*, de ser órgão dos traficantes de negros, assim como acusou o envolvimento do próprio Ministério dos Negócios Estrangeiros, de ter recebido uma boa parte de um terras em Cabo Verde, bem como privilégios “que mui bem pode ser destinada (o que não aceveramos) áquelle tráfico, é o premio que certo individuo muito ligado ao dito periódico recebeu há algum tempo do Visconde de Sá da Bandeira, em paga, sem duvida, de tão bons serviços.”<sup>568</sup> Que *O Nacional* era o principal órgão que defendia ardentemente o comércio negreiro, ninguém podia negar, como veremos mais adiante. Além do mais o proprietário de *O Nacional*, Rio Tinto, era um dos principais financiadores do governo setembrista. Paulo Midosi, Subsecretário dos Negócios Estrangeiros e o Deputado Leonel Tavares, ambos radicais antibritânicos, eram importantes colaboradores de *O Nacional*.

---

<sup>566</sup> *O Ecco*, 24 de setembro de 1839.

<sup>567</sup> Copiado do *The Mornig Chronicle*, pelo *Periódico dos Pobres no Porto*, 5 de agosto de 1839.

<sup>568</sup> *Periódico dos Pobres no Porto*, 5 de agosto de 1839.

Outro jornal inglês, o *Morning Herald*, também acusou o governo e as Cortes de estarem envolvidos no commercio da escravatura e chegou a conclusão de que se Inglaterra não “empregar a força para fazer executar o tratado, nada poderá obrigar o nosso pérfido e atraído aliado a consentir na supressão de semelhante trafico.”<sup>569</sup> A este, os periódicos *O Nacional* e *A Vedeta da Liberdade*, responderam com veemência:

Interrogamos o *Morning Herald* para saber que fundamento tem para insultar a nossa nação, ou que provas possui para asseverar – que o governo portuguez e as cortes estão sobremaneira envolvidos nas lucrativas atrocidades do trafico de negros? Em que tempo se imprimiu em papel algum mais atroz calúnia? Porque não cita um único exemplo em que, quer o governo portuguez, quer algum membro das cortes fosse interessado directa ou indirectamente em o trafico da escravatura? O facto é que todo o homem d’estado em Portugal tem stigmatizado pela imprensa, e em seus discursos em ambas as câmaras o commercio de carne humana.<sup>570</sup>

Todavia, não eram infundadas as acusações dos ingleses de que o governo e as Cortes tinham interesse na manutenção do tráfico de escravos. Como veremos nos próximos capítulos, sobretudo nos debates e discursos realizados nas Câmaras dos Deputados e dos Sanadores, os parlamentares setembristas, tentaram de várias maneiras postergar ou mesmo bloquear a assinatura do tratado definitivo para a abolição do tráfico, com a Grã-Bretanha. Sob a retórica da *honra e dignidade da nação*, eles deixaram implícito e explicito, a falta de vontade abolicionista nas Cortes.

### 2.3. Persistência no Brasil e as tentativas de revogar a lei de 1831

Do outro lado do atlântico, o Tratado anglo-brasileiro de 1826, a Lei de 7 de Novembro de 1831 e o Decreto de 1832, também foram completamente ignorados. Sob a convivência de parlamentares e das autoridades que deveriam fazer valer as leis no Brasil, o tráfico só prosperou. Tâmis Parron (2009:9), afirma que o apoio dos parlamentares brasileiros foi fundamental para manutenção do tráfico ilegal e divide o período da ilegalidade em duas fases:

a do contrabando residual (1831-1835), quando atividades do comércio não contaram com o apoio explícito ou maciço de parlamentares, e o discurso a respeito do tráfico o repelia fortemente; e a do contrabando sistêmico (1836-1850), quando o tráfico atingiu níveis de inédita intensidade e vislumbrou o suporte de parlamentares engajados na defesa da escravidão. É perfeitamente

---

<sup>569</sup> Copiado do *Morning Herald*, pela *Vedeta da Liberdade*, 18 de setembro de 1839.

<sup>570</sup> Copiado de *O Nacional*, pela *Vedeta da Liberdade*, 18 de setembro de 1839.

possível perceber, no Parlamento e fora dele transformações radicais em tendências discursivas, alianças políticas e articulações sociais em torno do assunto.

De acordo com as denúncias do *Recompilador* e do *Jornal do Comércio*, muitos navios negreiros com as bandeiras de Portugal e Brasil, estavam descarregando escravos africanos nos arredores da cidade do Rio de Janeiro. Grande número de “pretos novos”, recém chegados dos portos africanos, transitam pelas ruas. “Todas estas provas de que o comércio continua, não tem sido suficiente para despertarem suspeitas dos nossos guardas de lei. Se isso acontece às barbas do Governo, o que não irá por estas costas longiguas!!”<sup>571</sup> Queriam com isso dizer, que o contrabando de africanos não era segredo. Pelo contrário, era amplamente percebido pela população e realizado sob a conivência das autoridades policiais e judiciárias, enquanto o parlamentares e o próprio governo faziam “vistas grossas”. Na opinião do Senador Borges, o grande problema era impunidade e a prevaricação da ordem política:

[...] fez uma lei para se acabar o commercio da escravatura: um N. Senador appresentou um projecto tão bello que mereceu a aprovação d’ uma nação estrangeira, qual é o resultado d’ elle? Entrarão tantos escravos hoje no Brasil como entravão antes da extinção d’ esse comercio; entrarão hoje publicamente, apoiados pelas auctoridades, que devendo vigiar na execução d’ aquella lei, ao contrário, com o seu salvo conduto, são as que os vão introduzindo nas capitães; logo onde está o defeito d’ isto?<sup>572</sup>

Segundo Miguel Calmon, deputado pela Bahia, o clamor público é tão grande, que até as autoridades não são apenas coniventes, “mas interessados neste commercio abominável”. Informou que havia depósitos de escravos em diversos pontos do Recôncavo baiano, publicamente conhecidos, mas acobertados por populares. Calmon, que era favorável ao fim do tráfico, lamentou a falta de meios, sobretudo de barcos para conter o contrabando de africanos, antes de atingir a costa brasileira.<sup>573</sup> Não obstante, enquanto vários periódicos denunciavam o contrabando,<sup>574</sup> outros profetizavam a paralização da agricultura brasileira em decorrência da

---

<sup>571</sup> *Jornal do Comércio*, 21 de janeiro de 1832, nº112, vol. VI.

<sup>572</sup> DCS, 30 de maio de 1833, nº 14.

<sup>573</sup> Sessão ordinária de 4 de junho de 1833. *Echo da Camara dos Deputados*, 1832, nº 13.

<sup>574</sup> O *Sete d’Abril* (1833-1839), durante o seu primeiro ano de circulação foi um dos periódicos que mais denunciou a troca de bandeiras e o contrabando de escravos sob a conivência das autoridades do Brasil, de Portugal e de Montevidéu. Na coluna “Beliscões”, da sua décima edição de 1833, denunciou uma grande quantidade de escravos na Praia Grande (Valonguinho) no Rio de Janeiro. Na última edição do ano de 1833, saída a luz no dia 21 de dezembro, além de denunciar um pequeno porto da Ilha de São Sebastião (São Paulo), destinado ao descarregamento de escravos, divulgou o nome de várias embarcações envolvidas na troca bandeiras brasileiras à portuguesas: Duque de Bragança, Nove de Janeiro, Pacote do Sul, Destemida, Duqueza de Bragança, Santo Antônio, Fortuna d’Africa, Empreendedora, Felicidade (pequena Sumaca de 40 toneladas), Argentina (Sumaca de 80 toneladas), Governador Sanches de Brito, Emilia, Amizade Feliz, Sempar, Cassique, Maria, Feliz



falta de africanos.<sup>575</sup> Temerosos, proprietários<sup>576</sup> e negociantes, através das Assembléias Provinciais,<sup>577</sup> sobretudo de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e da Bahia - províncias que já começavam a sentir a falta da escravatura - encaminhavam ao parlamento várias petições solicitando a modificação ou revogação da lei, fundadas na sua inconveniência e inexecução. Segundo Tâmis Parron (2009:128), as Câmaras dos Deputados e dos Senadores receberam no mínimo 23 representações solicitando a continuação do tráfico de africanos, vindas do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Recôncavo Bahiano. Sendo que 78% das representações eram provenientes das províncias fluminenses e mineiras.

A representação da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, encabeçada por José Clemente Pereira<sup>578</sup> e encaminhada em nome de “todo o Brasil”, propunha “a urgente” anulação da lei de 7 de Novembro de 1831.” Fundamentada nos princípios do direito natural, apresentou as seguintes justificativas:

Esta lei, embora dictada por louváveis sentimentos de humanidade, longe de produzir os salutares efeitos que tiverão em vista, tem sido causa de irreparáveis males que por toda a parte se fazem sentir, e está cavando o abismo de outros ainda maiores, cujas consequências terríveis, bem faceis de antever, podem vir a sêr funestas se a Divina Providencia se não dignar de continuar a proteger o Brasil. A introdução de africanos não tem sido pela referida lei impedida, e nem ao menos em parte diminuida; pelo contrário, o tráfico tem continuado e continúa impunemente, sem que os desvelados esforços da Autoridade Publica tenha podido obstar a introdução nem punir os infractores!<sup>579</sup>

Para Clemente Pereira,<sup>580</sup> que também era comerciante, fazendeiro e advogado dos grandes comerciantes da corte, a “geral inobservância” da lei, não era algo extraordinário nem

---

Ventura, Delfina Daphne, Saudade, Africana, Esperança, Novo Destino, Espadarte, Eclipse e Mariana. Disse haver muitas outras, mas não foram citadas. Destas embarcações, somente Duqueza de Bragança, Santo Antônio, Amizade Feliz, foram capturadas e julgadas pela Comissão Mista brasileira e inglesa, de acordo com o relatório do Ministério dos Estrangeiros (ver quadro ). Entretanto num “*post scriptum*”, publicado em 4 de janeiro de 1834, o autor do comunicado veio a público declarar que nem todas as embarcações mencionadas no mês de dezembro, faziam o tráfico de africanos. Outros periódicos que denunciavam: *Astréia, A Aurora Fluminense, O Atlante, Jornal dos Debates, Luz Brasileira, Nova Luz Brasileira, O Exaltado, O Pão D'assucar, Diário da Bahia*,

<sup>575</sup> *Espelho da Justiça*, 28 de maio de 1831; *O Valenciano, A Verdade*,

<sup>576</sup> Proprietários de terras, engenhos, plantações de gêneros de exportação, currais de gado e escravos.

<sup>577</sup> O Ato Adicional (Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834), em nome da unidade nacional e manutenção da ordem, deu mais autonomia política e administrativa às províncias em detrimento do excessivo centralismo da Corte. Este Ato suprimiu o Conselho de Estado, órgão identificado com o centralismo e à preponderância do Poder Executivo sobre os demais poderes. A cidade do Rio de Janeiro passou a ser considerado município neutro. O Art. 10. “Compete às Assembléias Legislar”, deu amplos poderes às Assembléias Provinciais.

<sup>578</sup> Então deputado da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro.

<sup>579</sup> *O Sete d'Abril*, 20 de dezembro de 1837, nº 511.

<sup>580</sup> Nascido em Portugal (1787-1854), formado em Coimbra, imigrou para o Brasil em 1815. Rapidamente ascendeu nos negócios e na carreira política. Foi juiz de fora da cidade do Rio de Janeiro; liderou as manifestações populares do dia do “Fico” (1822). Deputado da primeira legislatura (1826); Ministro do Império e da Guerra (1828); Deputado provincial (1835-1838),

caso único na “História da Legislação”. Pelo contrário, entendia como um acontecimento ordinário, natural, necessário e irresistível, tanto para a classe dos agricultores, como para as autoridades que deveriam executar a lei. Os agricultores, pelo costume, interesse e necessidade assumem riscos para adquirir braços, enquanto as autoridades eram omissas para atender a “opinião dominante do país”, pois eram “tantos os infractores que seria impossível fazer efectiva a sua punição, sem correr-se o risco de produzir uma deplorável calamidade pública.”

A petição da Câmara Municipal de Barra Mansa (Rio de Janeiro), é bem elucidativa a este respeito, ao informar: “Ai daquele juiz de paz, ai daquela autoridade que quisesse neste Município, ou qualquer outro dos vizinhos pôr cobro ao contrabando!!! A vizinhança o seguiria logo de perto, e eles por certo não querem arriscar suas vidas contra tantos, e fazem bem”<sup>581</sup> Já a petição da Câmara Municipal de Valença (Rio de Janeiro), dizia temer uma “rebelião e formal desobediência da mais respeitável e interessante porção da população do Império, que a maior parte está envolvida na infracção da mencionada lei, porque a da necessidade a ella os levou”. Estes “respeitáveis concidadãos” (diga-se fazendeiros e proprietários de escravos), iam procurar de qualquer forma conservar suas fortunas, “adquiridas com tantas fadigas e suores”.<sup>582</sup> Na Bahia, para prevenir contra uma possível rebelião escrava (como a dos malês em janeiro de 1835), a “Representação dos Proprietários”, formada por fazendeiros “das mais qualificadas e opulentas”, lideradas pelo Barão de Moragóipe, pediu ao menos a revogação do Art. 1º. que considerava livre os africanos apreendidos por contrabando. Segundo as justificativas, a grande quantidade de escravos ladinos (já aculturados) ávidos de obter alforria, vendo os africanos boçais (recém-chegados), imediatamente desembarcados da África, sendo considerados livres (mas escravizados) poderia levar a uma revolta generalizada. De fato, apesar de ser perigoso manter homens livres em escravidão, na verdade o que os proprietários mais temiam era a falta de escravos para engenhos de açúcar.

Para atender as várias solicitações que eram encaminhadas à Assembleia Geral, parlamentares apresentaram sucessivos projetos visando mudanças na legislação, tendo como

---

integrando a 1ª Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, (instituição criada pelo Ato Adicional de 1834); Deputado pelo Rio de Janeiro, na terceira legislatura (1839-1841), pelo Partido Conservador; Ministro da Guerra (1841) e da Marinha em 1843; Senador pela província do Pará (1843), Membro do Conselho de Estado; Membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e Membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Presidente do primeiro Tribunal do Comércio do Brasil. No campo jurídico, foi autor da lei de responsabilidade dos ministros de Estado de 1827, do primeiro projeto nacional para a supressão do tráfico em 1826, das bases do projeto criminal brasileiro, aprovado em 1830, e do Código Comercial aprovado em 1850.

<sup>581</sup> Representação da Câmara Municipal da Vila de São Sebastião de Barra Mansa, de 2 de agosto de 1836. Publicada no *Sete d'Abril*, 20 de agosto de 1836.

<sup>582</sup> *O Sete d'Abril*, 13 de julho de 1836, nº 361. *Jornal do Commercio*, 12 de julho de 1836.

principal argumento a ineficácia da lei de 1831. Na sessão do dia 22 de abril de 1835, em nome da “honra Nacional”, Bernardo Pereira de Vasconcelos (Minas Gerais) chegou a pedir a revogação total da lei. Regeitado na Câmara e no Senado, em junho de 1836, apresentou outro projeto pedindo a revogação dos seis primeiros artigos da lei.<sup>583</sup> O deputado da Assembléia Provincial do Rio de Janeiro, João Silveira do Pillar, apresentou à Assembleia Geral uma indicação pedindo: 1º) que se revogassem em todas as suas partes a Lei de 7 de novembro de 1831; 2º) que se concedesse anistia, sem restrição alguma, a todos as pessoas que estiverem compreendidas em qualquer das disposições da referida lei; 3º) que se declarasse que os africanos de qualquer condição, sexo, ou idade, introduzidos clandestinamente no Brasil, depois da promulgação da mencionada lei, fossem desprovidos de toda e qualquer ação para reivindicarem a sua liberdade.<sup>584</sup> Joaquim Manuel Carneiro Cunha (Paraíba) apresentou um projeto com apenas dois artigos: o “Art. 1º revogava a lei de 7 de novembro de 1831” e o “Art. 2º ficavam revogadas as leis em contrário.”<sup>585</sup>

Antônio Pereira Rebouças (Bahia) declarou que a lei, além de inadequada, privava o tesouro nacional de duas fontes de rendas: a dos direitos recebidos sobre a importação de escravos e do transporte de mercadorias estrangeiras e nacionais através do Brasil para África (Rodrigues, 200:91). Já o deputado e magistrado Cornélio Ferreira França (Bahia), opôs-se à elaboração de projetos de leis anti-tráfico, por acreditar que “fazer leis que não são cumpridas só tomam tempo da câmara.”<sup>586</sup> Afirmou que enquanto houver escravatura no Brasil, o contrabando continuará. Portanto julgou necessário “cortar o mal pela raiz”, estipulando o prazo de 20 anos para acabar com a escravatura. Assim, além de não ter que despendar tanto dinheiro para reexportar os africanos apreendidos, evitava a corrupção dos executores. Julgou a lei inútil, pois ninguém havia sido condenado por contrabando de escravos.<sup>587</sup> Mais categórico foi o senador Holanda Cavalcanti, que na sessão do Senado, ao expôr os dois grandes males que a seu ver prejudicavam a nação: as eleições e o tráfico de africanos, propôs a revogação da lei, por ser contrária aos “interesses e simpatias” do país.<sup>588</sup>

---

<sup>583</sup> ACD, 25 de junho de 1836, p. 224.

<sup>584</sup> Sessão de 15 de abril de 1836. *O Sete d'Abril*, 13 de julho de 1836.

<sup>585</sup> ACD, 2 de outubro de 1841, vol. III, pg. 384.

<sup>586</sup> Discurso publicano no *Jornal do Comércio*, 1835, nº 101.

<sup>587</sup> Sessão da Câmara dos Deputados do dia 7 de maio de 1835. *Correio Official*, 13 de maio de 1835, nº 106.

<sup>588</sup> ACS.1841, Vol. IV, p. 420.

O próprio autor do projeto de lei, Marquês de Barbacena (Senador Felisberto Caldeira Brant), por reconhecer a ineficácia da lei e atender os fazendeiros, chegou a sugerir a sua revogação.<sup>589</sup> Entretanto elaborou uma nova lei, composta de 14 artigos, apresentada ao Senado em junho de 1837, apenas excluindo os compradores de africanos do crime de contrabando: “nenhuma ação poderá ser tentada contra os que tiverem comprado escravos, depois de desembarcados, e fica revogada a lei de 7 de novembro de 1831, e todas as outras em contrário” (Art.14º). Ou seja, uma clara tentativa de atender os proprietários escravistas e livrá-los de qualquer ação penal e proteger suas mercadorias já adquiridas. De acordo com a nova lei, o crime de importação de escravos recairia sobre o capitão ou mestre, piloto e contramestre da embarcação, o sobrecarga da navegação e àqueles que coadjuvarem no desembarque de escravos em território brasileiro ou no mar (Art.5º), sejam eles nacionais ou estrangeiros.<sup>590</sup>

Antes dele, o ex-Ministro da Justiça e principal apoiante da lei, Diogo Antônio Feijó, num artigo publicado no jornal paulistano *O Justiceiro* (1834-1835),<sup>591</sup> do qual era um dos fundadores, havia admitido que no estado atrasado em que se encontrava a agricultura brasileira, pelo hábito e pela vontade da opinião pública, acabar de uma vez com o tráfico de africanos era querer o impossível! Ao princípio, argumentou Feijó, “pareceu que ao menos a moral ganharia, embora o interesse perdesse; mas pelo contrario, tudo piorou. O Commercio além de iniquo, tornou-se ilegal”. Concluiu que a lei era inexequível, injusta e contraditória. Portanto, para evitar os males ainda maiores, ela deveria ser revogada. Feijó, que naquele ano de 1834, concorria para o cargo de Regente Uno,<sup>592</sup> como forma de angariar votos, reconheceu que a vigilância e o embaraçamento do tráfico de africanos deveria mesmo era ficar a cargo dos ingleses. Ao governo brasileiro caberia tratar apenas de estabelecer “Escolas Normais de Agricultura” e promover a colonização, “para então d’uma vez acabarmos com esta vergonha

---

<sup>589</sup> Na sessão de 4 de julho de 1832, quando o Ministro da Marinha foi chamado à Câmara do Senado para prestar explicações sobre a suficiente a força a naval para desempenhar as muitas obrigações de combater o contrabando de escravos nas costas brasileiras, o Marquês de Barbacena, já havia reconhecido que a lei de 1831 parecia não ser suficiente para evitar o contrabando da escravatura. O incumprimento da lei que “nós fizemos com a melhor das intenções (...) tem tornado, senão fatal, ao menos inútil”. *Diário da Câmara dos Senadores*, sessão de 4 de julho de 1832.

<sup>590</sup> Aparentemente o novo projeto do Marquês de Barbacena, foi entendido como mais radical, pois além de incluir a cláusula do equipamento (Art.4º), passou a exigir passaportes, fiança (Art.10º) e inspeção dos navios nacionais e estrangeiros com destino aos portos africanos (Art.11º). Previa também que os escravos que não fossem reexportados, ficariam sob a tutela do governo brasileiro (Art.9º). O projeto de Barbacena passou no Senado, mas foi engavetado na Câmara dos Deputados, por divergir opiniões em vários aspectos. Anais do Senado do Império do Brasil - maio a outubro de 1837, pp. 178-181. Tomo único, relativo à última Sessão da terceira legislatura.

<sup>591</sup> Jornal semanário inaugurado em 7 de novembro de 1834, para divulgar as ideias de Feijó no seu período de campanha eleitoral. Publicou 17 números em sociedade com Miguel Archanjo Ribeiro de Castro Camargo. Na apresentação do primeiro número, advertiu aos leitores “que não escrevia para os Sabios; a esses pertence a tarefa de criticar-nos somente. Escrevemos para o Povo: sempre zelamos pouco de linguagem e do estilo: gostamos de ser entendidos e isto basta”.

<sup>592</sup> No Ato Adicional de 1834, que transformou a Regência Trina em Una.

e infamia,” que era o tráfico da escravatura.<sup>593</sup> O longo artigo de Feijó, intitulado “Tráfico dos pretos africanos”, teve grande repercussão na capital do império, sendo reproduzido e comentado por vários jornais dentre eles o *Sete d’Abril* (aquele que seria seu mais ferrenho adversário)<sup>594</sup> e o *Jornal do Comércio* (principal jornal diário da época).<sup>595</sup>

Mesmo criticado pelos jornais de oposição por fazer apologia ao tráfico Feijó, na última edição do seu jornal, em 5 de março de 1835 - logo abaixo da notícia sobre a insurreição dos escravos malês em Salvador - reafirmou a necessidade de revogar a lei, não só para acabar com “escandaloso despreso a ela”, mas pela impossibilidade de obstar o tráfico de africanos realizado com a conivência das autoridades. Ou seja, era preferível acabar com a lei, do vê-la sendo violada diariamente. Feijó também temia que os africanos, “armados da lei”, pudessem mais tarde requerer a sua liberdade, punir aqueles que os escravizaram, além de cobrar pelos serviços prestados enquanto cativos.<sup>596</sup> Os temores de Feijó não eram infundados, pois de acordo com o Art. 1º da lei: “Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres.” Portanto não seria difícil para os africanos comprovarem a ilegalidade do cativo a que foram submetidos.<sup>597</sup>

Por fim, devido o Tratado anglo-brasileiro de 1826 e divergência de opinião entre os parlamentares, a lei de 7 de novembro de 1831 nunca chegou a ser revogada.

## 2.4. Ascensão e queda de Diogo Feijó

Com as eleições legislativas de 1834 e a morte de D. Pedro I em setembro deste mesmo ano, a política brasileira tomou outro rumo. O fim dos interesses dos restauradores<sup>598</sup> facilitou os acordos políticos e os liberais se fundiram, formando duas facções políticas distintas e

---

<sup>593</sup> *O Justiciero*, 25 de dezembro de 1834.

<sup>594</sup> *Sete d’Abril*, 10 de fevereiro de 1835.

<sup>595</sup> *Jornal do Comércio*, edições de 14 de fevereiro de 1835, nº 35 e de 1º de abril de 1835.

<sup>596</sup> *O Justiciero*, 5 de março de 1835. O artigo de Feijó foi reproduzido na edição de 13 de fevereiro de 1836, do *Sete de Abril*.

<sup>597</sup> De fato, as previsões de Feijó de confirmaram. Mais de 750 mil africanos foram introduzidos no Brasil, por contrabando, depois da lei de novembro de 1831, permanecendo ilegalmente escravizados. Os africanos mais informados passaram a reivindicar e peticionar sua liberdade com base na lei. Também os ingleses, depois de obter do Brasil outro tratado para o fim do tráfico em 1850, passaram a pressionar o governo brasileiro para que concedesse cartas de emancipação aos africanos ingressados depois de 1831. Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo*, escrito em 1883, reforça a ilegalidade da escravidão àqueles que entraram no Brasil depois de 1831. Sobre este problema ver: CHALHOUN, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012. GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros, cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002. GRINBERG, Keila. Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do império brasileiro. In: CARVALHO, José Murilo de (org) *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007. p. 267-285.

<sup>598</sup> Aqueles que tinham esperança que D. Pedro retornasse ao Brasil e reassumisse o trono.

antagônicas: Progressistas e Regressistas.<sup>599</sup> O Ato Adicional de 1834 (emenda constitucional), criou as Assembléias Legislativas Provinciais<sup>600</sup> - com deputados eleitos por voto censitário, dando relativa autonomia às províncias - extinguiu a Regência Trina e instituiu a Regência Una.<sup>601</sup> Obtendo a maioria relativa dos votos, o Padre Diogo Feijó,<sup>602</sup> líder do Partido Progressista, foi eleito como único regente em abril de 1835.

Entretanto, mesmo sendo o período de maior liberalização, a regência de Feijó (1835-1837), durou pouco. Logo no início deparou com vários problemas internos e externos. No âmbito interno: (i) uma forte oposição política na Câmara dos Deputados;<sup>603</sup> (ii) insatisfação e crítica de vários órgãos da imprensa periódica em relação ao seu governo e limitação da liberdade de imprensa e perseguição aos jornalistas;<sup>604</sup> (iii) as revoltas sociais e políticas com tendências separatistas, que atingiram o seu auge, com a Cabanada (1835-1838)<sup>605</sup> no Pará, Farroupilha (1835-1845) em Santa Catarina e Rio Grande do Sul e insurreição dos escravos malês na Bahia (1835),<sup>606</sup> (iv) aumento considerável do contrabando de africanos, a despeito do tratado, da lei,

---

<sup>599</sup> Os Progressistas defendiam maior diálogo entre as elites revoltosas e maior autonomia para as províncias, sem contudo propor o federalismo. Enquanto os Regressistas, acreditavam que para garantir a unidade do império era preciso acabar com as rebeliões e fortalecer o poder central. A fronteira entre ambos não era muito nítida, uma vez que a maioria dos Progressistas e Regressistas, faziam parte dos antigos liberais Moderados. Mesmo não sendo maioria na Assembléia, os Progressistas conseguiram através da reforma constitucional, conhecida como Ato Adicional de 1834, uma certa autonomia para as Províncias, a extinção do Conselho de Estado e da Regência Trina. Estes atos representaram o chamado “Avanço Progressista”. Entretanto, a grande “conquista” dos Progressistas que era a autonomia provincial, na verdade só existiu no papel. As Assembléias Provinciais eram subordinadas aos Presidentes das Províncias, que por sua vez, eram nomeados pelo Governo Central.

<sup>600</sup> Era a Assembléia que nomeava o Presidente da Província. Desde que não prejudicasse as imposições gerais do Império, as províncias podiam legislar sobre suas despesas e impostos. Também possuía uma relativa autonomia em relação ao fisco. Com ascensão do partido conservador ao poder, ocorreu uma revisão do Ato Adicional, visando recuperar algumas atribuições do poder central. As Províncias passaram a existir em 28 de fevereiro de 1821, ainda no governo de D. João VI, substituindo as Capitânias. Com advento da República, em 1891, foram denominadas Estados, permanecendo até os dias atuais. Sobre as províncias brasileiras, ver: BASTOS, Tavares. *A Província*. São Paulo, Nacional (Coleção Brasileira), 1975.

<sup>601</sup> O regente era escolhido por voto censitário e renovado de 4 em 4 anos. Alguns historiadores consideram a Regência Una como a primeira “experiência republicana” no Brasil.

<sup>602</sup> Padre Diogo Antônio Feijó (1784-1843), natural de São Paulo, filho de pais incógnitos e criado por padres. Em 1821, foi deputado da província de São Paulo junto às Cortes de Lisboa. Eleito em 1826, também por São Paulo, deputado para a Assembléia Geral. Ministro da Justiça (1831-1832) durante a Regência Trina Permanente e Regente Uno (1835-1837). Feijó, depois de renunciar deixou a vida política para viver como produtor rural em Campinas. Em 1840, aos 58 anos, depois de se recuperar de um derrame, Feijó se uniu aos revoltosos de província de São Paulo. Mesmo sendo Senador (nesta época era um cargo vitalício), foi preso e enviado para a província do Espírito Santo. Depois de apresentar sua defesa, conseguiu retornar a São Paulo. Faleceu em 10 de novembro de 1843. Em seu testamento, escrito em 1835, mandou libertar todos os seus escravos. Sobre a Diogo Antônio Feijó, ver: Caldeira (1999) e Sousa (1942).

<sup>603</sup> A maioria dos deputados eleitos em 1836, estavam interessando em retornar à situação política anterior ao Ato Adicional de 1834 e fizeram oposição a Feijó. O Regente perdeu inclusive o apoio de importantes aliados como Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos. Este último, se tornou um de seus maiores opositores.

<sup>604</sup> Jornais como *O Sete d’Abril*, *O Cronista*, *O Atlante* e *O Defensor da Legalidade*, faziam dura oposição a Feijó, sendo por isso processados.

<sup>605</sup> A cabanagem foi caracterizada pelos historiadores brasileiros como uma revolta social em que participaram as populações pobres da província formada por mestiços, índios e escravos, sem objetivo definido.

<sup>606</sup> A Rebelião dos malês na Bahia, teve grande repercussão em todo país (Reis, 2003).

dos apressamentos perpetrados pelos navios de guerra britânicos e dos julgamentos pela Comissão Mista anglo-brasileira no Rio de Janeiro.

No âmbito externo: (i) dificuldade para reexportar os africanos desembarcados ilegalmente; (ii) a recusa do governo britânico em pagar indenização de embarcações brasileiras apreendidas injustamente pelos navios de guerra britânicos e levados para Serra Leoa, que foram julgadas más presas; <sup>607</sup> (iii) hesitação por parte do governo português em realizar um acordo bilateral de cooperação para coibir o tráfico a partir das possessões de Portugal em África, uma vez que a bandeira portuguesa era a que mais cobria o tráfico ilegal; (iv) dificuldade em atrair colonos para o Brasil, um compromisso assumido no seu discurso de posse.

Pressionado pelos ingleses, Feijó ao invés de favorecer o contrabando passou a impor novas e maiores dificuldades ao tráfico, contrariando assim os interesses dos proprietários, sobretudo daqueles que apoiaram a sua eleição. Além do recrudescimento à captura de navios negreiros pelas embarcações de guerra brasileira, passou a cobrar das autoridades provinciais mais rigor na aplicação da Lei de 7 de Novembro de 1831. Contudo não obteve nenhum resultado das diligências e dos processos judiciais, pois, de acordo com as observações do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “os delinquentes encontram simpatias e proteção de grande parte dos habitantes que julgam a introdução de africanos um benefício para a lavoura e assim escapam ao castigo, em que aliás deveriam incorrer.”<sup>608</sup> Para evitar que a justiça acobertasse pessoas influentes, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma, então Ministro da Justiça e forte aliado de Feijó,<sup>609</sup> determinou que durante as inspeções, o juízes de paz fossem acompanhados de dois peritos da marinha, do guarda-mor da alfândega e do promotor público.<sup>610</sup> Outra medida enérgica e necessária, visando se não acabar de todo ao menos dificultar a entrada de africanos no Brasil, nem que isso quebrasse a paz e a harmonia entre o Império do Brasil e os Reinos de Portugal e Algarves, na medida em que violava o Art.5º do Tratado de 29 de Agosto de 1825, foi a proibição provisória, ativa e passivamente da baldeação

---

<sup>607</sup> Os navios de guerra britânicos apresavam embarcações lícitas e ilícitas. As reclamações de indenizações ao governo inglês foram feitas com base na Convenção celebrada em 1817, entre a Grã-Bretanha e a Coroa Portuguesa. Manoel Cerqueira Lima, procurador de vários negociantes que tiveram seus navios tomados pelos cruzadores ingleses na costa da África, se dirigiu a Londres, com apoio do Consulado Brasileiro, para tratar pessoalmente das negociações.

<sup>608</sup> Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do ano de 1836, apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1837, p. 5.

<sup>609</sup> Seu Ministério durou apenas 4 meses: de 16 de maio de 1837 a 19 de setembro de 1837. Uma das primeiras iniciativas do seu sucessor Benardo Pereira de Vasconcelos, foi anular o decreto.

<sup>610</sup> Segundo Tâmis Parron (2009:100), a medida parece ter resultado, pois de maio a julho de 1837 nove navios negreiros foram apreendidos pela polícia do Rio de Janeiro, em compração com apenas cinco, apreendidos entre maio de 1834 e maio de 1835.



e reexportação dos generos e mercadorias estrangeiras para os portos da África, aos suditos portugueses, qualquer estrangeiro ou mesmo nacionais. As mercadorias despachadas para os ditos portos, estariam sujeitas ao pagamento dos direitos de consumo. De acordo com as justificativas do Ministro dos Negócios da Fazenda, Manoel do Nascimento Castro e Silva, um número considerável de despachos de reexportação para a África se faz continuamente e as embarcações que retornam trazem apenas algumas gamelas de cera, um pouco de marfim e esteiras, enquanto outras vem só em lastro. Um exemplo, é do bergantim português chamado *Vinte e Dous de Setembro*, vindo de Angola, manifestou na alfândega do Rio de Janeiro: 7 barricas e 1 caixão de alhos, 11 esteiras, 20 pipas de água, 5 macacos e 1 pássaro.<sup>611</sup> Deduz-se portanto que vão empregadas no “pernicioso tráfico da escravatura, a fim de se introduzirem o contrabando. A grande extensão do litoral brasileiro, junto com a conivência das autoridades locais e a impunidade dos contrabandistas, fazem nulas as leis preventivas.”<sup>612</sup> Estes gêneros que vêm da África (cera, azeite, marfim, entre outros) podem ser recebidos indiretamente. Ainda que se compre mais caro, ganharia por outro lado, conclui o Ministro.<sup>613</sup>

No campo diplomático, em 27 de julho de 1835, foi assinado um acordo entre seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Manuel Alves Branco (Marquês de Caravelas) e o representante britânico Stephen Fox, artigos adicionais ao Tratado de 1826, incluindo a clausula do equipamento e a concessão do direito de visita pelos navios de guerra brasileiro e britânico. Entretanto a convenção não chegou a ser votada na Câmara dos Deputados e dos Senadores. Alves Branco foi muito criticado na imprensa, por não ter aproveitado a ocasião em que a Grã-Bretanha propôs artigos adicionais ao tratado da abolição do tráfico de 1826, como o de 1815, para fazê-los indenizar os subditos brasileiros dos apresamentos injustos que sofreram em África. O *Atlante* (1836), periódico de oposição ao governo, redigido por Justiniano José da Rocha, ficou tão indignado com a “imperícia” do Ministro dos Negócios Estrangeiros em suas transações com o gabinete britânico, que pela “gravidade do assunto”, já no prospecto do seu

---

<sup>611</sup> *Jornal do Commercio*, 19 de agosto de 1836.

<sup>612</sup> A carga ilegal de escravos era desembarcada em vários pontos do litoral brasileiro, entre São Paulo e Bahia. Quando as embarcações davam entrada na alfândega do Rio, traziam apenas pequenas cargas. Isto chamou atenção dos funcionários da alfândega do Rio de Janeiro, especialmente do governo inglês. O Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de S. M. Britânica, Hamiltom J. C. Hamiltom, em uma nota enviado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros queixou a falta de providências para conter o contrabando de africanos. É evidente que embarcação com bandeira portuguesa, o *Vinte e Dous de Setembro* que deu entrada na Alfândega Imperial, estava envolvida no tráfico de escravos, dado o absurdo manifesto de sua carga. É tão visível a negligência das autoridades brasileiras, que isso só serve para incentivar e animar criminosas especulações, visto que este caso não é único. Para S. M. Britânica, enquanto o Governo Imperial permitir este tipo de negligência, os tratados e concenções sobre este assunto, “não serão outra coisa senão completamente letra morta”. Ofício do Ministro dos Negócios Estrangeiros foi lido na Sessão de 2 de setembro da Câmara dos Deputados. *O Paquete do Rio*, 3 de setembro de 1836.

<sup>613</sup> *Correio Oficial*, 18 de julho de 1836, nº 15.



primeiro número procurou chamar atenção dos jornalistas e da opinião pública sobre os atos da Diplomacia: “A pasta dos Negócios Estrangeiros é considerada uma das de menor interesse e seus atos são pouco conhecidos pelo público, se lhes mostra indiferente, no entanto esses negócios são talvez os que mais influência têm sobre o destino da nossa pátria”. Em sua opinião, os atos deste órgão do governo tem sido o de menor interesse e pouco conhecido do público, sendo que é o que mais “influência tem nos destinos da nossa pátria.” Com apenas 28 edições em 1836, *O Atlante* foi um dos periódicos que mais criticou a política externa brasileira, pela sua complacência com os ingleses.<sup>614</sup>

Para reprimir com mais eficácia o “dehumano tráfico”, Feijó propôs convenções bilaterais aos governos de Portugal, Buenos Ayres e Montevidéu,<sup>615</sup> cujas bandeiras acobertavam contrabandistas nos mares do Brasil. Com Portugal, o novo Ministro dos Estrangeiros o senador José Ignacio Borges, tentou estabelecer uma cooperação entre as marinhas dos dois países, para repressão ao tráfico. Segundo Cológeras (1933:340), num despacho efetuado em 17 de março de 1836, o Ministro informou que o representante brasileiro em Lisboa, Sérgio Texeira de Macedo, chegou a assinar uma convenção - em termos vagos - com Palmela, para cooperação luso-brasileira. Tentaram ajustar esta convenção de Lisboa ao acordo realizado entre Alves Branco e Fox combinado, prevendo a possibilidade de um tratado tríplice, entre a Inglaterra, Portugal e Brasil, para que as três marinhas agissem conjuntamente nas costas africanas e nas brasileiras. Para evitar a parcialidade dos juizes, haveria um tribunal misto luso-brasileiro a estabelecer no Rio, na hipótese do acordo entre esses dois países somente. O acordo entre os

---

<sup>614</sup> O texto faz referência à imperícia dos governantes brasileiros em suas transações com o estrangeiro, especialmente com a Inglaterra. Lamentou o fato do Ministro dos Negócios Estrangeiros ter perdido uma grande oportunidade de ao negociar os artigos adicionais com a Grã Bretanha, fazê-los indenizar pelos apressamentos injustos e pedir como Palmela, que ao negociar o fim do tráfico ao Norte do Equador, perdeu uma indenização de 600.000 libras, para compensar a falta de lucros das alfândegas. *O Atlante*, 24/05, 01/06 e 7/06 de 1836.

<sup>615</sup> Muitos navios negreiros saíam de vários portos da África com destino a Montevidéu, mas na verdade iam para algum pequeno porto brasileiro. De acordo com as denúncias do *Sete d' Abril*, 21 de dezembro de 1833, a Escuna Adelaide, vindo de Angola, com passaporte e aparente destino para Montevidéu, descarregou num pequeno porto da Ilha de São Sebastião (São Paulo). A Barca *Maria da Glória* também trazia passaporte para Montevidéu e pretendia fazer o mesmo, quando foi capturada pelo Brique de Guerra *Snake*, da Grã-Bretanha. A Escuna *Duqueza de Bragança* de propriedade brasileira, vinda de Benguela com bandeira e passaporte português, capturada pela Curveta inglesa *Satélite* na Ilha Grande, tinha Montevidéu como destino. O mesmo aconteceu com o Brique *Amizade Feliz*, que foi capturado vindo de Ambriz com destino a Montevidéu, segundo a nota do Ministério da Marinha, publicada no *Jornal do Comércio* (1835, nº 48). Alguns tinham de fato o Uruguai como destino, levando africanos como “colonos”. É o caso do Brique Rio da Prata, apresado pela Curveta de Guerra Inglesa *Raleigh*, que navegava com bandeira da República Oriental do Uruguai, passaporte e despacho do governo uruguaio, com mais de quinhentos africanos a bordo, iam conduzidos como “colonos livres”. Como não havia nenhuma lei vetando a introdução de colonos, como citava o contrato, e não ter sido apreendido próximo às costas brasileira, não se pode afirmar que o Uruguai não fosse realmente o seu destino. Ocorre que haviam muitos fazendeiros brasileiros no Uruguai que dependiam da mão-de-obra escrava. Além do mais, como a República Oriental do Uruguai se tornou Estado independente em 1830, somente em 1835 é que a Grã-Bretanha pode concluir um Tratado de Amizade, Comércio e Navegação e um outro Tratado separado, para abolição efetiva do tráfico de escravos com o Uruguai, sendo declarado um ato de pirataria.

três os signatários, seria possível desde fosse firmado nas seguintes bases impostas pelo governo britânico: 1º) o cruzeiro dos navios de guerra das três nações nas costas da África e do Brasil; 2º) a imposição de pena de pirataria aos súditos das mesmas nações que fossem apreendidos contrabandeando negros africanos. No entanto a proposta de um acordo tríplice não chegou a ser concluído. Palmerston preferiu confiar apenas nos cruzeiros britânicos, do que em promessas convencionadas em tratados com os dois países. (Cologeras, 1933:341).

Feijó incumbiu o senador Marquês de Barbacena de renegociar como o governo de Londres o Art. 19 do Tratado de Comércio de 1827, em troca de medidas ainda mais eficazes para reprimir o tráfico de africanos,<sup>616</sup> incentivar à imigração europeia para o Brasil e prosseguir com as reclamações sobre os navios apreendidos ilegalmente pelo cruzeiro inglês e julgados “má presa” pela Comissão Mista brasileira e inglesa em Serra Leoa. Também buscou cooperação com os Estados Unidos, França e Grã-Bretanha para reexportar os africanos, para Libéria, Senegal ou Serra Leoa, em conformidade com a lei de 1831.<sup>617</sup> Seguiu a política externa do governo anterior fazendo, chegar diversas representações ao governo português e britânico, informando sobre uso indiscriminado da bandeira portuguesa nos portos do Brasil:

[...] o Governo Imperial tracta de nomear um Consul Geral para residir em Angola com o fim de vigiar sobre o armamento de Embarcações de Pretos Africanos, e tem Officiado nos termos mais energicos as Cortes de Lisboa, e de Londres, a fim de que da sua parte tomem efficazes medidas, para que se prohiba nas Colonias Portuguesas o armamento de Embarcações que conduzão Africanos, estabelecendo ali hum cruzeiro mais vigilante...<sup>618</sup>

---

<sup>616</sup> Relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros do ano de 1836, apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1837.

<sup>617</sup> O governo dos Estados Unidos da América, negou a proposta brasileira de enviar os africanos para a Libéria, por se tratar de uma colônia particular. O Encarregado dos Negócios Brasileiros em Washington tratou deste respeito com os administradores daquela colônia, sendo informado que os africanos poderiam ser recebidos mediante ao pagamento pelo governo brasileiro, de uma quantia no valor de cinquenta pesos espanhóis por cada africano ali desembarcado. O governo britânico, numa conferência com o Enviado Brasileiro a Londres, também deu a entender que receberia os africanos em Serra Leoa ou na Ilha de Trindade, desde que se pagassem pelo seu sustento. Já o governo francês, nada respondeu a este respeito. Diante das dificuldades e por se tratar de um grave assunto, o governo brasileiro encaminhou à Câmara dos Deputados, em 10 de agosto de 1834, uma proposta para compra de um terreno na costa da África, para se receberem os africanos reexportados. Enfim, mesmo debatida pelos parlamentares, diante da falta de recursos, a proposta foi engavetada. A saída para o problema foi a arrematação e distribuição dos africanos novos capturados, a particulares, segundo as Instruções de 29 de outubro de 1834 e de novembro de 1835, que estipulava um salário a ser pago pelos serviços destes africanos “livres” e a devolução dos mesmos, em boas condições, dentro de um prazo estipulado. Mas esta medida não resultou. Muitos arrematadores não devolviam os africanos, sendo necessário a Repartição da Polícia tomarem a força os africanos não apresentados. Há vários editais publicados nos jornais, notificando o fim do prazo. Diante disso, o Deputado Ferreira Pena, apresentou um projeto de lei à Câmara dos Deputados, a 13 de maio de 1839, em que os africanos novos capturados, deveriam ser empregados em obras públicas a cargo do Governador Geral, distribuindo os que restarem às Câmaras Municipais da Corte, das províncias ou Companhias Nacionais.

<sup>618</sup> Relatório do ano de 1834, apresentado à Assembléa Geral Legislativa na sessão ordinária de 1835, p. 5.

Sem respostas do governo de Portugal, solicitou a intervenção e intermediação de Palmerston, para fazer cessar o embanderamento português e o carregamento de escravos a partir de suas colônias em África para todo o Continente Americano. No entanto, todos os esforços de Feijó no combate ao tráfico mostravam-se inúteis. Durante a sua regência o contrabando só aumentava. Para se ter uma ideia, em 1834 entraram ilegalmente no Brasil cerca de 18.100 africanos. Este número saltou para 37.134, em 1835. Em 1836 subiu para 52.837 e no ano seguinte, 1837, chegou a 56.769.<sup>619</sup> Quase todos os navios negreiros utilizavam a bandeira de Portugal, cujos subditos ainda era permitido o tráfico abaixo da linha do Equador. Ou seja, bandeira portuguesa era a mais cobria o contrabando de africanos nos portos brasileiros.<sup>620</sup>

De acordo com as estatísticas do comércio do Rio de Janeiro para o ano de 1836, publicadas no *Correio Oficial*, apesar de não haver nenhum documento da polícia ou registro na Alfândega, o comércio do Rio de Janeiro aumentava diariamente, com grande aumento nas importações impulsionadas pelo tráfico da escravatura em contrabando. Aportaram no Rio de Janeiro, em 1836, 150 embarcações e um total de 40.000 negros importados, calculados em 1.000 francos cada um, somando um total de 40 milhões de francos. As embarcações destinadas ao contrabando, levam gêneros brasileiros, como aguardente, arroz, fumo, farinha e carne seca. Também: miçangas de Gênova, espingardas da Bélgica, ferragens, louça, pólvora e tecidos da Inglaterra. O tráfico era todo realizado com a bandeira portuguesa, a despeito do Decreto de 10 de dezembro de 1836. Na opinião do estatístico, para acabar com o tráfico de africanos no Brasil, bastava que fosse executado o Decreto português. Mas duvidava desta possibilidade, pois o povo português jamais deixaria de aproveitar de um comércio tão rendoso, lucrativo e acostumado.<sup>621</sup> Isto significa que qualquer medida restritiva tomada no Brasil, de nada valeria se não fosse também vedada a exportação dos africanos nos domínios da Coroa de Portugal.

Contudo, este problema, somado a outros como os apresamentos julgamentos de embarcações portuguesas pela Comissão Mista Brasil-Inglaterra (conforme demonstrado no quadro) e as inúmeras denúncias no Parlamento e na imprensa brasileira, sobre a convivência

---

<sup>619</sup> The Trans-Atlantic Slave Trade Database, disponível em [www.slavevoyages.org](http://www.slavevoyages.org). Último acesso em 23 de novembro de 2016.

<sup>620</sup> O sistema de fraude com compra de barcos e troca de bandeiras tornou-se corriqueira e generalizada: simulavam a venda de uma embarcação brasileira para um português. Este, por sua vez, requeria ao Consulado português no Rio de Janeiro, um documento que lhe garantia o direito de navegar com bandeira portuguesa para qualquer porto da África pertencente a Portugal.

<sup>621</sup> *Correio Oficial*, 30 de janeiro de 1838. Vol. 1º.

dos Agentes Consulares portugueses no Brasil e do envolvimento das autoridades e governadores das colônias africanas no comércio ilegal de escravos, antes de coadunar forças para reprimir o tráfico, terminou por abalar seriamente as tentativas de relações amigáveis entre os dois países. Convém abriremos aqui um parêntese. É importante ressaltar que as relações bilaterais entre Brasil e Portugal já não eram as melhores. Do lado português, havia ainda o ressentimento pela perda do Brasil e a questão mal resolvida sobre as indenizações às perdas dos portugueses na época da independência, um problema que se arrastava desde 1825. Ademais, desde o fim do primeiro reinado que o comércio português com o Brasil havia declinado e o Brasil estava reticente em estabelecer um novo acordo comercial com Portugal. Sobretudo em atender o desejo dos portugueses de obter os mesmos direitos alfandegários que as outras nações. Como sublinhado, os problemas relacionados ao tráfico, motivaram uma série de trocas de acusações mútuas, com o governo português também denunciando a complacência das autoridades brasileiras, as arbitrariedades cometidas nos apresamentos perpetrados pela Marinha do Brasil e várias reclamações de danos e prejuízos aos comerciantes portugueses, como por exemplo, o caso do negreiro *Maria da Glória* de Anastácio José Ribeiro.

Acontece que os navios de guerra brasileiros e ingleses estavam apresando os navios portugueses encontrados fora do litoral brasileiro, pelo fato de encontrarem africanos que seriam conduzidos para Montevidéu e Buenos Ayres, conforme os passaportes e papéis apresentados. Por sua vez, a Comissão Mista formada por juizes brasileiros e ingleses, estava julgando ilegalmente questões sobre propriedade de portugueses que não residiam no Brasil. Estas práticas eram totalmente irregulares, pois os apresadores não estavam autorizados a impedir a navegação dos navios portugueses em alto mar. Além do mais, os escravos apreendidos eram levados para o Brasil, e confinados nos depósitos da Casa de Correção no Rio de Janeiro, onde muitos morriam ou eram roubados,<sup>622</sup> sendo que de acordo com a lei de 1831 e com o decreto de 1832, eles deveriam ser reexportados para África.

---

<sup>622</sup> O caso do roubo de 200 africanos livres, depositados nos armazéns nacionais da armação, para serem escravizados, causou grande indignação na opinião pública no Rio de Janeiro. Vários jornais comentaram. Para o periódico do *Exaltado*, “o crime compromete a honra e dignidade nacional”. O inglês que guardava os africanos foi ferido e mais de 30 pessoas estavam envolvidas no roubo, cujo processo corria em segredo de justiça. *O Exaltado*, 15 de abril de 1835, nº 56.

**Quadro 6. Embarcações apreendidas e julgadas pela Comissão Mista Brasileira e Inglesa no Rio de Janeiro, entre 1834 e 1840**

Nome da Embarcação	Ano	Quantidade de africanos	Nacionalidade	Apresador
<i>Duqueza de Bragança</i>	1834	277	Brasil	Curveta inglesa <i>Satélite</i>
<i>Pataxo Dois de Março</i>	1834	Por suspeita	Portugal	Brique <i>Cacique</i> e Escuna <i>Fluminense</i>
<i>Pataxo S. Antonio</i>	1834	144	Brasil	Escuna de Guerra Brasileira <i>Lebre</i>
<i>Bergantim Rio da Prata</i>	1834	523	Brasil	Curveta de Guerra Inglesa <i>Raleigh</i>
<i>Bergantim Amizade Feliz</i>	1835	350	Portugal	Brique de Guerra Imperial <i>Pedro</i>
<i>Escuna Angélica</i>	1835	319	Portugal	Brique brasileiro <i>Dois de Março</i>
<i>Patacho Continente</i>	1835	60	Portugal	Brique brasileiro <i>Dois de Março</i>
<i>Bergantim Aventura</i>	1835	Por suspeita	Portugal	Brique brasileiro <i>Dois de Março</i>
<i>Sumaca Novo Destino</i>	1835	2 africanos boçais	Portugal	Brique Imperial <i>Pedro</i>
<i>Brique Orion</i>	1835	243	Portugal	Curveta Inglesa <i>Satélite</i>
<i>Sumaca Vencedora</i>	1835	Por suspeita	Portugal	Escuna de Guerra Britânica <i>Hornet</i>
<b>Nenhum registro</b> <sup>623</sup>	<b>1836</b>	-----	-----	-----
<i>Escuna Flor de Loanda</i>	1837	298	Portugal	Curveta Inglesa <i>Rover</i>
<i>Patacho Cesar</i>	1838	Por suspeita	Portugal	Curveta Inglesa <i>Rover</i>
<i>Patacho Especulador</i>	1838	268	Portugal	Curveta Inglesa <i>Electra</i>
<i>Brique Brilhante</i>	1838	Por suspeita	Portugal	Brique de Guerra Inglês <i>Wizard</i>
<i>Brique Diligente</i>	1838	302	Portugal	Curveta Inglesa <i>Electra</i>
<i>Brique Escuna Feliz</i>	1838	236	Portugal	Brique de Guerra Inglês <i>Wizard</i>
<i>Bergantim Carolina</i>	1838	211	Portugal	Curveta Inglesa <i>Electra</i>
<i>Brique Ganges</i>	1838	386	Portugal	Brique de Guerra Inglês <i>Grecian</i>
<i>Brique Leão</i>	1838	319	Portugal	Brique de Guerra Inglês <i>Grecian</i>
<i>Brique D. João de Castro</i>	1838	Por suspeita	Portugal	Brique de Guerra Inglês <i>Grecian</i>
<i>Barca Maria Carlota</i>	1839	Por suspeita	Portugal	Brique de Guerra Inglês <i>Grecian</i>
<i>Brique Ganges</i>	1839	419	Portugal	Brique de Guerra Inglês <i>Grecian</i>
<i>Brique Leal</i>	1839	361	Portugal	Brique de Guerra Inglês <i>Grecian</i>
<i>Patacho Paquete de Benguela</i>	1840	280	Portugal	Brique de Guerra Inglês <i>Wizard</i>
<i>Brique Asseiceira</i>	1840	323	Portugal	Bergantim de Guerra Britânico <i>Fawn</i>
<i>Galeota Alexandre*</i>	1840	Por suspeita	Brasil	Brique de Guerra Inglês, <i>Grecian</i>

Fonte: Relatório anual do Ministério das Relações Exteriores, entre 1834-1840, apresentado à Assembleia Geral Legislativa. Elaboração própria. \*Foi julgada improcedente e libertada.

<sup>623</sup> Neste ano de 1836, o Ministério do Exterior não informou nenhuma apreensão. Também não encontramos nenhum edital da Comissão Mista anglo-brasileira no Rio de Janeiro, publicado nos jornais durante esta data. Mas isto não significa que não tenha ocorrido desembarques ilegais. Uma estatística publicada no *Correio Oficial*, em 30 de janeiro de 1838, informa que no ano 1836, chegaram 150 embarcações com um total de 40.000 negros importados. Segundo Bethell (1970:103) durante o último trimestre de 1836, dos 36 navios que zararam do Rio de Janeiro para África, 29, regressaram trazendo carregamentos de escravos. Sendo que quatorze deles descarregaram mais de 6.000 africanos durante as seis últimas semanas de 1836. Ocorre que as embarcações de guerra brasileiras e britânicas foram requisitadas para conter as revoltas provinciais no Brasil. *O Pacote do Rio*, anunciou na edição do dia 20 de julho de 1836, a chegada de uma esquadra inglesa no Pará, com objetivo de ajudar o governo brasileiro a manter a ordem (movimento denominado Cabanada). De acordo com Bethell (1970:101), depois de 1836 a Marinha brasileira abandonou o esforço sério de obstruir o comércio no mar. Bethell não explicou o motivo do abandono. Mas de fato, a partir de 1837, conforme demonstrado no quadro, somente as embarcações de guerra britânicas aparecem nos registros.

Se por um lado Feijó esperava que o Decreto de Sá da Bandeira, recentemente anunciado no Brasil, contribuísse para “desanimar os traficantes de carne humana,” por outro, tinha a clara percepção de que mesmo elaborando tratados bem calculados e as mais severas leis, não surtiriam efeito de reprimir o contrabando, enquanto houvesse a necessidade de braços para substituir os africanos no Brasil. Sobretudo numa conjuntura de crescente expansão cafeeira em função da demanda internacional, gerando uma busca desenfreada por mão-de-obra. Enfim, a imigração representava a solução para os mesmos problemas gerados em 1810 e 1826, porém agravado no plano interno pelas desconfianças em relação à colonização subsidiada pelo governo, e no externo, pelas desconfianças dos países europeus em enviar imigrantes para o Brasil.

Para estimular indiretamente a imigração, sem utilizar recursos do governo, Feijó procurou flexibilizar as leis e incentivar a criação de Companhias de Colonização.<sup>624</sup> Em 18 de abril de 1836, aprovou uma lei - composta de quatro artigos - oferecendo isenção do pagamento do imposto de ancoragem, durante os dias de demora no porto, a todas as embarcações nacionais e estrangeiras que conduzissem para diversos portos do Brasil mais de cem colonos brancos em uma viagem, de qualquer sexo, país ou religião (Art. 1º). O mesmo benefício foi estendido aos colonos que viessem transportados à suas próprias custas, ou transportados às custas de qualquer empresário nacional ou estrangeiro, ou já empregados para algum estabelecimento permitido, ou para procurarem engajamento nos portos em que desembarcassem (Art. 2º).<sup>625</sup> Conforme o mapa demonstrativo da Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro, a medida parece ter surtido algum resultado com 2.112 colonos inscritos, a maioria vinda de Portugal. Mas estava muito longe de atender a grande demanda por mão-de-obra.

---

<sup>624</sup> O *Diário do Rio de Janeiro*, nº 11, 12 e 14 de março, publicou os estatutos da Sociedade Promotora. A Sociedade Colonizadora da Bahia ou Companhia de Colonização da Bahia foi fundada em 1835. A ata de instalação foi publicada no *Sete d'Abril* de 1 de dezembro de 1835, nº 299.

<sup>625</sup> Coleção das Leis do Império do Brasil, 1836, Parte II. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864. pp. 20-21.

**Quadro 7. Colonos inscritos na Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro, entre julho de 1836 a 31 de março de 1838**

**N. 7. — ESTATISTICA DO DEPOSITO DA SOCIEDADE PROMOTORA DE COLONISAÇÃO DO RIO DE JANEIRO.**

Inscrição de Colonos desde o 1.º de Julho de 1836 até 31 de Março de 1838.																		OBSERVAÇÕES.	
PAGARÃO AS DESPESAS.		A JORNAL.		EM CONFIANÇA.		DOENTES.				EXISTEM NO DEPOSITO PARA SE CONTRACTAREM.									
										HOMENS.				MULHERES.					Total dos inscriptos.
										SOLTEIROS.		CASADOS.		SOLTEIRAS.		CASADAS.			
										Maiores de 14 annos.		Menores de 14 annos.		Maiores de 14 annos.		Menores de 14 annos.			
Por contracto.	Sem contracto.	Fora do Depósito.	Dormindo no Depósito.	Sobre si.	Com terceiros.	Fallecido no Depósito.	Fugitivo do Depósito.	No Hospital.	Na enfermaria do Depósito.	Riscados da inscrição.	Presos.	Casados.	Maiores de 14 annos.	Menores de 14 annos.	Casadas.	Maiores de 14 annos.	Menores de 14 annos.		
879	195	727	10	114	63	24	22	15	.....	3	1	14	17	7	11	5	5	2.112	
1.074		737		177		24	22	15		3	1					50		2.112	

Cumpre notar que dos 2 112 Colonos inscriptos, vierão directamete de Hamburgo 7, de Havre de Grace, mas de origem Alemã, 226; e os mais dos Açores e de Lisbon, posto que nem todos são Portuguezes.

Fonte: Estatística do depósito da Sociedade Promotora de Colonização do Rio de Janeiro.

Para complicar ainda mais a administração de Feijó, o conservador e líder dos Regressistas, Bernardo Pereira de Vasconcelos (Minas Gerais), juntamente com outros líderes políticos como o mineiro Honório Hermeto Carneiro Leão e os fluminenses Joaquim José Rodrigues Torres e Paulino José Soares de Souza, e grandes proprietários rurais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, se uniram em torno da campanha em favor do contrabando negreiro utilizando a imprensa e o parlamento para fazerem apologia à continuação do tráfico de africanos. Sentindo-se impotente, isolado e pressionado Feijó renuncia em setembro de 1837.

## 2.5. As tentativas do governo português para conter o tráfico

Do lado português, diante de inúmeras acusações de envolvimento de autoridades portuguesas na venda fictícia de navios estrangeiros, papeis falsos e embandeiramento fraudulento, e cada vez mais pressionado pela Grã-Bretanha, o governo procurou tomar medidas realmente sérias para fazer valer o Decreto de 1836. Uma delas foi enviar, em 2 de março de 1838, uma “Circular ao Consul Geral de Portugal no Rio de Janeiro”, trazendo anexo uma “tabela” dos objetos que se encontrados a bordo de qualquer navio, se pode considerar como indício de ser destinado ao tráfico da escravidão e estarão sujeitos às disposições do



decreto de 10 de dezembro de 1836,<sup>626</sup> exigindo o cumprimento do decreto e maior vigilância em impedir que debaixo da bandeira portuguesa se faça o “odioso tráfico da escravatura.” Para este fim, o Consul Geral deveria: (i) dar maior publicidade e observância ao Decreto de 16 de janeiro de 1837, que proibia a compra e embanderamento de navios estrangeiros, considerando unicamente como navios portugueses aqueles que forem construídos em Portugal e seus Domínios; (ii) dar severas instruções aos seus subordinados e demitir qualquer um que favorecer ou não obstruir com eficácia o tráfico feito nos domínios portugueses e em navios com bandeira portuguesa; (iii) participar à Secretaria de Estado português, qualquer irregularidade a este respeito; (iv) coadjuvar a ação dos tribunais brasileiros, “em quanto esses Tribunaes não obrarem ilegalmente, visto que o mesmo tráfico se acha prohibido por Leis no Brazil”.<sup>627</sup> Sem obter o resultado desejado, em 1839 exonerou o próprio Consul Geral.

Outra medida foi enviar vasos de guerra, que se posicionaram nos portos de Cabo Verde, das Ilhas de São Thomé e Príncipe, de Angola e de Moçambique, com instruções determinantes de apresarem qualquer navio que sob a bandeira portuguesa ousasse empregar-se no tráfico, e nomear homens de confiança, como o vice-almirante Noronha (ex-ministro da Marinha em 1827) para Angola e o brigadeiro Marinho para Moçambique, principais regiões exportadoras de africanos, com ordens para executarem as disposições do citado decreto.

Noronha logo que chegou em Angola, foi alertado por João António Lopes de Andrade, fiscal da Câmara Municipal de Luanda, sobre as dificuldades de se executar o decreto. Na opinião do fiscal, o “reprovado comercio” que infelizmente se mantém, é que dá existência a estas possessões. Apesar de admitir que o tráfico deveria acabar. Deveria acabar gradualmente, subsistindo-se a si mesmo, dando os meios a suportar os indispensáveis sacrifícios, que traziam consigo as empresas agrícolas, que em Angola se tornavam muito mais difíceis pelo destruidor clima, principalmente contra os europeus. Lopes de Andrade alerta ainda, que as fortes medidas “para acabar de chofre com o resto da indireta tolerância que ainda se observa”, poderia aniquilar as possessões portuguesas em África, e em nada melhoraria a sorte dos escravos africanos. Pois eles seriam guiados para outros pontos da costa, e neles achariam sempre

---

<sup>626</sup> Esta tabela pode ser vista em *O Despertador*, 12 de outubro de 1839.

<sup>627</sup> Collecção de Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações. Redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1838 em diante. Lisboa, Typ. de Luiz Correia da Cunha, 1838, pp. 43-44.



compradores, e o “nosso Gabinete não conseguiria mais do que acabar com as suas possessões”.<sup>628</sup>

De fato, quatro meses depois de ter tomado posse em Luanda, Noronha percebe que sozinho era impossível fazer aplicar as ordens. Com a intensão de dar mais um testemunho irrefragável dos sentimentos de justiça, e humanidade que “animarão sempre a Mesma Augusta Senhora no filantrópico empenho de pôr termo em todos os Seus Domínios ao tráfico da Escravatura”, aceita a cooperação oferecida pelo Tenente Guilherme Tucker, comandante das forças navais britânicas, nos mares da costa Ocidental da África. Realizou no dia 29 de maio de 1839, uma Convenção provisória, com o comandante Tucker, sobre uma operação conjunta dos navios de guerra ingleses e portugueses, para capturar qualquer navio com carga de escravos (ainda antes do *Bill* do Lord Palmerston). Os quais seriam remetidos para Luanda, para serem julgados conforme a lei portuguesa, estipulada no decreto de 10 de dezembro de 1836. Pelo artigo 3º da convenção, ficou também estipulado que qualquer navio inglês, teria o direito de apreender os navios com passaporte português com carga ilícita, encontrado em qualquer parte do Oceano ao sul do Equador, remetendo-os a Luanda.

Esta atitude de antecipar um acordo com os ingleses, desagradou tanto os negreiros em Angola, como a opinião pública na metrópole. Advertências e censuras acerbadadas foram feitas pela maioria da imprensa portuguesa. Sobretudo no que dizia respeito ao artigo 4º, em que deixava livre o direito de visita, e isentava a responsabilidade aos cruzadores Ingleses, pelas perdas e danos para com os navios tomados. Entretanto a Convenção realizada entre o Vice-Almirante Noronha e o Capitão Tucker, por mais bem intencionada que fosse, abriu precedentes para grandes intrigas entre Portugal e Inglaterra. Os ingleses, apoiados por este direito, começaram a praticar grandes excessos, capturando embarcações em alto mar, só pelo simples fato de irem para Luanda. Chegaram a meter a pique, até mesmo as canoas, em que alguns negros se transportavam, por acreditarem que eram destinadas ao tráfico. Entretanto, por ter resistido o quanto pode ao cerco dos traficantes, para tentar executar o decreto e, por ter realizado o convênio com o tenente inglês, os atos do governador Noronha foram criticados e considerados despóticos e tirânicos, pela imprensa portuguesa:

---

<sup>628</sup> *Diário do Governo*, 15 de maio de 1839.

Mas é sabido que em Angola apar desses justos queixumes apparecem as violências as mais ultrajantes commetidas por um decrepto governador orgulhoso, e de imaginação esquentada revestido de instrucções secretas de que o forneceu um ministro, instrucções em que se apoia para menos-cabar e ameaçar a todos quantos não lisongeião as suas disparatadas providencias. (...) qual é a lei que authorisa ao sr. Noronha a ultrajar a prender e a processar na sua secretaria aos que elle emplica em sonhadas revoluções? <sup>629</sup>

O apresamento das embarcações com bandeira portuguesa: *Neptuno* e *Angerona*, pelo brigue de guerra inglês *Colombine*, no Rio Zaire, foi o estopim que motivou decididamente a imprensa a mover uma “guerra justa e crua”, contra o Vice Almirante: “esse decrepto Governador de Angola, essa vergonha de Portugal, cumpre immediatamente ser removido, e substituído por hum homem que seja PORTUGUEZ, que seja honrado,” vociferaram *O Paquete do Ultramar* e *O Athleta*.<sup>630</sup> O Governo deve demitir e processar o Sr. Noronha, que fez à Nação Portuguesa a “maior affronta, e injúria [...]. Deixou impunemente insultar o pendão das nossas quinas, arvorado avista da terra, que descobrira Diogo Cão em tempos que Portugal era regido por um D. João 2º”, escreveu *O Ecco*.<sup>631</sup>

Esse apresamento produziu tal sensação em Luanda, que o Vice Almirante Noronha viu-se obrigado a abandonar o governo. Segundo *O Athleta*, os “inglezes estabelecidos em Loanda tiverão que embarcar escoltados por cavallaria, afim de evitar o furor popular desenvolvido contra elles, pela justa indignação do insulto commetido contra nossas quinas.”<sup>632</sup> Acoado e impotente diante dos grandes obstáculos e dificuldades, para pôr termo ao tráfico, Noronha escreveu uma carta a Sá da Bandeira, pedindo exoneração do cargo. “O Vice Almirante Noronha retirou-se para não ver o desfecho da sua obra, o que é pena porque theorias e planos mais próprios para perder Angola, nunca se viram mais terríveis”, escreveu *O Nacional*.<sup>633</sup>

Em Moçambique, o novo governador deparou com os mesmos problemas sofridos por Noronha ao chegar em Angola. A diferença é que Marinho chegou na altura em que o bill de Palmerston já estava em vigor. As embarcações de guerra inglesa, já bloqueavam a capital da colônia. Segundo Valentim Alexandre, Marinho também procurou o apoio do cruzeiro inglês, “com que lhe foi possível apresar vários navios com bandeira espanhola e ‘por em respeito’ os habitantes da capital. ‘Porquanto’ dizia: todos eles são negreiros”. No entanto, uma

---

<sup>629</sup> Copiado do *Paquete do Ultramar*, pela *Vedeta da Liberdade*, 20 de agosto de 1839.

<sup>630</sup> *O Athleta*, 20 de dezembro de 1839.

<sup>631</sup> *O Ecco*, 17 de dezembro de 1839.

<sup>632</sup> *O Athleta*, 25 de janeiro de 1840.

<sup>633</sup> *O Nacional*, 22 de abril de 1840.

correspondência particular, publicada pelo *Correio de Lisboa*, dá-nos conta do despotismo e do envolvimento de Marinho com os traficantes de escravos:

Eu o que digo é que o sr... está illudido pelo que escreve o Marinho, e julga que é homem de bem, mas o prazer que temos é que o sr. ... Breve conhecerá com quem tem prodigalisado a sua bondade. Tem formado o Marinho aqui tres companhias: a 1.<sup>a</sup> de pescaria, cujo fundo serão 2 mil patacas, e estas estão goaldidas pelos seus protegidos: a 2.<sup>a</sup> de tecidos, que serão de outras 2 mil patacas, á força de prisões, e já vieram tecelões de Damão, e fabricaram 2 peças de cotins com linho e algodão do norte: 3.<sup>a</sup> de meia duzia de negreiros chamando-a de honrados portuguezes, e vão pedir a ElRei que seja o presidente da companhia e protector della com o fundo de 10 mil patacas: os encarregados desta petição a El Rei é o sr. Sá da Bandeira, Sabrosa, e Albufeira. [...] vejo elle estar a sacar a torto e a direito documentos falsos, e testemunhas falsas com medo, assim o devo affirmar que são mentirosas. Hoje o seu fraco, é dizer que por elle ter extinguido o commercio de escravos é que há indisposição contra elle; mente, quem extinguiu o comercio foi o rigoroso cruzeiro inglez, pois elle até convencionou com os negociantes do Rio para aqui o fazer, cujo documento se apresentará em tempo competente.<sup>634</sup>

Se foi intriga ou calúnia do jornal de oposição, o fato é que Marinho também foi exonerado do cargo e transferido para a metrópole. Sucessivamente muitos outros governadores e funcionários, em todas as colônias africanas, foram demitidos. Dois governadores-gerais: o de Angola, e o de Moçambique, foram processados. Também foi demitido o Cônsul de Portugal em Havana, por fornecer passaportes portugueses aos navios para traficarem com escravos e, retirado o *exequatir* ao Vice-cônsul da Dinamarca em Cabo Verde, por ser considerado conivente com o “infame” tráfico.

No sentido de fazer propaganda do “real esforço” de Portugal, para acabar com o tráfico de escravos, vários jornais divulgaram alguns apresamentos perpetrados pelas embarcações de guerra portuguesa. No dia 16 de junho de 1838, *A Vedeta da Liberdade*, publicou uma cópia parcial do Ofício, que o Comandante da Escuna *Algarve*, dirigiu ao Major General interino da Armada, datada de 10 de maio do mesmo ano, dando conta do aprisionamento do brigue português *D. Pedro*. Este brigue vinha do Maranhão, com todos os indícios de ser “Navio de Escravatura”, tendo a bordo os objetos considerado como para o tráfico ilícito. Em 20 setembro de 1839, publicou mais um ofício vindo de Angola, constando que a corveta portuguesa *Urana*, apresara o brigue português *Paquete*, por suspeito de se destinar ao tráfico de escravos. Apesar

---

<sup>634</sup> *O Correio de Lisboa*, 9 de agosto de 1841.

da forte resistência dos negreiros e das dificuldades, o periódico tentou demonstrar o empenho do goveno português :

Alguns navios de guerra inglezes alli tinham apparecido, e entrado em conferencia com o governo que, a pesar das dificuldades que lhe offerecem os antigos negociadores d'escravatura, presevera na execução das ordens do governo de S. Magestade, para por termo a esse odioso commercio, para o qual correm ainda os capitães do Brasil de modo que parecem não poder tomar outra direcção.<sup>635</sup>

*O Athleta* divulgou a entrada no Rio Tejo, de várias embarcações aprisionadas pelos cruzadores portugueses, como o Brigue *Maria Virgínia*, que foi apreendido pela Escuna de Guerra *Fayal*, “tomado na altura de 30 gr. de lat. Sul, traficando em carne humana”. Perto de Angola “foi apresado outro navio, no mesmo caso, por nossas Embarcações que alli crusão.”<sup>636</sup> O *Correio de Lisboa*, publicou na primeira página a lista contendo o nomes dos 26 navios portugueses capturados entre 1837 e 1828 - depois da lei de janeiro de 1837 - julgados e condenados em Serra Leoa pela Comissão Mista portuguesa e inglesa. Nesta relação consta também o nome de 20 embarcações portuguesas que saíram de Angola, nos meses de outubro, novembro e dezembro, para desembarcar no litoral sul de São Paulo e do Rio de Janeiro, com carregamento total de 8219 escravos.<sup>637</sup>

Apesar de todos os “esforços”, muitas embarcações e funcionários portugueses ainda continuavam envolvidos no tráfico da escravatura. Nas colônias, os negreiros levantaram obstáculos praticamente intransponíveis, para a manter o sistema. Qualquer atitude realmente séria dos governadores em fazer valer o decreto, era considerada arbitrária, despótica e tirânica. Segundo o periódico *A Restauração*: “diversas tentativas se tem feito para se aniquilar o commercio da escravatura, mas os seus grandes lucros teem neutralizado as medidas contra elle tomadas”.<sup>638</sup> Os outros governadores que se seguiram a Noronha e Marinho, também se viram aflitos com os contrabandistas. Em Ambriz e Benguela eram notórias a contravenção à lei de 10 de dezembro, praticada por governadores e funcionários. Angola, por exemplo, ficou praticamente nas mãos dos traficantes. O substituto de Noronha, coronel Malheiros, governador-geral de Angola de 1839 a 1842, colocou traficantes de escravos à frente dos

---

<sup>635</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 20 de setembro de 1839.

<sup>636</sup> *O Athleta*, 9 de agosto de 1839.

<sup>637</sup> Copiado do *Correio de Lisboa*, pelo *Despertador*, 13 de abril de 1839.

<sup>638</sup> *A Restauração*, 25 de maio de 1842.

negócios públicos, como por exemplo, Arsênio Pompílio Pompeu do Carpo, traficante influente e uma das maiores fortunas em Angola.

## **2.6. O fracasso do projeto de Sá da Bandeira**

Não foi só o decreto de Sá da Bandeira e o desejo de reprimir o contrabando de africanos que fracassou. Mas também o seu projeto colonial. O principal responsável pelo fracasso do projeto, para além da falta de recursos financeiros e do desinteresse dos investidores portugueses, foi a falta de um plano concreto de colonização para as possessões africanas. O governo não as preparou para as mudanças decorrentes à abolição do tráfico de escravos. Não promoveu a criação de um gênero, que substituísse aquele ramo comercial com iguais ou medianos interesses. Nem criou estruturas e infra-estruturas, ou a mínima condição para garantir logo a chegada, os que iam foragidos da fome e da miséria. Acreditou que bastava proibir com o tráfico transatlântico de escravos e tudo estaria resolvido. Que as condições naturais do lugar, o “patriotismo” do povo português, mais a mão-de-obra escrava em abundância, eram os ingredientes perfeitos para prosperar as colônias e fazer crescer as receitas do Estado.

Sá da Bandeira não percebeu com clareza os problemas que envolviam a reorganização do sistema. No discurso do trono de 16 de Fevereiro de 1839, tentou reforçar seus interesses econômicos, para os quais a supressão do tráfico da escravatura e a emigração eram indispensáveis para o melhoramento das possessões africanas e consequentemente da metrópole:

A supressão de um tal Commercio [atlântico de escravos], é uma condição indispensável para o melhoramento das nossas possessões Africanas, como já tive a honra de o mostrar; – mas ao mesmo tempo devem tornar-se outras providencias, taes como dirigir para a Africa a emigração do Reino e Ilhas, que hoje vai para o Brasil, embarçar, quanto for possível, por meios legaes, a emigração para fora dos domínios portuguezes; – e dar todo o impulso á cultura, á mineração, e ao Commercio das nossas Províncias Africanas.<sup>639</sup>

Entretanto, o sonho africanista não conseguiu contagiar a população portuguesa, que preferia o Brasil como eldorado. A emigração para África teve pouquíssima receptividade.

---

<sup>639</sup> *Diário do Governo*, 16 de Fevereiro de 1839.

Depois do entusiasmo inicial pelo projecto de Sá da Bandeira, o que mais se divulgavam na metrópole eram as péssimas condições de vida na África portuguesa. Com escravos, povos embrutecidos e de condenados ao degredo. A urgência em colonizar as possessões africanas, fez com que o Ministro enviasse toda sorte de gente, segundo as informações da *Vedeta da Liberdade*:

Por cartas do Rio de Janeiro sabia-se em Loanda que se organisava nesta corte um batalhão composto de rotos os mais vagabundos, de soldados immoraes do usurpador, e de gatunos mui conhecidos, com que o governo pretendia brindar aquelles povos, os quaes amargamente clamavão contra a estultencia, ou premeditada má vontade do ministro author de tal remessa, e que mais parecia filha do desejo de completar a ruína daquella provincia, que de a tornar florescente, e útil á pátria mãe.<sup>640</sup>

Além do mais, a maior parte dos que iam, morriam flagelados pela febre e por doenças. Os que voltavam para Portugal voltavam ainda mais miseráveis e famintos do que como saíram. O clima era era insalubre, e a terra era deficiente:

O terreno da Costa d'Angola é inteiramente estéril, não porque elle não produza tudo, e muito, mas é só chovendo, e apenas costuma chover nos meses de Março, Abril e Maio, e em alguns annos nem isso, e portanto, tirando as margens dos rios, as producçoens da terra são muito precárias. Não sei o que será dessa gente com a falta de exportação da escravatura.<sup>641</sup>

Uma carta escrita em Luanda e publicada pelo jornal *O Ecco*, “por uma pessoa de todo o crédito”, dá-nos a verdadeira dimensão sobre o estado do comércio depois da proibição do tráfico da escravatura, e da situação dramática vivida por aqueles colonos que foram do Brasil para Angola:

Tenho gostado muito da terra, mas sinto que o estado commercial d'ella não seja tão lisongeiro como me persuadi estaria, porque com a restricta prohibição da escravatura ficou inteiramente esmorecido. Vem aqui grande número de navios, e porque não podem carregar voltão em lastro. Também tem chegado immensos colonos Portuguezes, vindos dos portos do Brazil, mas apenas chegam são mandados pelo Governador para um presidio central chadado Duque de Bragança, onde lhes distribuem porçoens de terreno, porem infelizmente tem morrido quasi todos, pois que pelas noticias d'ali vindas dizia-se que só existião 24; e os que para ali não foram tem assentado praça por não terem onde se accommodarem, porque as cazas de commercio são poucas, e essas, em razão do mau estado d'elle, não occupão a gente que empregarião se prosperasse...<sup>642</sup>

---

<sup>640</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 11 de Julho de 1839.

<sup>641</sup> *O Ecco*, 14 de Outubro de 1839.

<sup>642</sup> *O Ecco*, 14 de Outubro de 1839.

A mesma notícia da situação daqueles imigrantes transferidos do Brasil, divulgada pelo, *Paquete do Ultramar*, deixa claros os fundamentos sobre a aversão dos portugueses pela África:

Os desgraçados Colonos vindos do Rio de Janeiro, tem pela maior parte morrido de penúria, e miséria. Concorrendo muito para extremar a sorte destes infelizes o modo brutal, pelo qual nosso velho Governador os fez marchar a pé, nus, e faltos de recursos para o *Presídio Duque de Bragança*. = De cento e tantos que partiram para alli em uma conducta, somente 15 escaparam, ficando o resto enterrado pelos caminhos. Não lhe posso fazer uma pintura do doloroso quadro, que offereciam estes desgraçados pelas ruas de Loanda, ao rigor do Sol, pedindo esmolas para se sustentar, e vestirem suas mulheres e filhos. Homens de todos os officios, agricultores, grande número de famílias, e que todos podiam ser de importante utilidade a esta terra, que tanto carece de população branca, tudo pereceu desgraçadamente, como se fosse uma raça amaldiçoada.<sup>643</sup>

Por outro lado, a falta de recursos financeiros não permitia ao governo criar as estruturas e infra-estruturas de as colónias necessitavam. Na metrópole não faltaram críticas sobre esta questão. Como investir nas colónias se o Estado português, mal tem condições de sustentar os encargos públicos e as rendas mal chegam para pagar os juros das dívidas? “Deve melhorar as colónias, mas antes há que tratar de nós,” dizia o *Periódico dos Pobres*. Mesmo que haja condições de fazer melhoramentos nas colónias, o governo nunca deverá se lançar a tal empreendimento, argumentou *O Athleta*:

Si elle [governo] não tem meios de sustentar os encargos públicos, e garantir-nos a segurança, que tão precária se há tornado, si as rendas do estado não chegam para pagar os juros da dívida, que péza sobre nós, como é que há de dispendir as avultadas sommas, que sam indispensáveis para melhorar o estado das provincias do ultramar? O Snr. *Sá da Bandeira* ninguém duvida do zelo e interesse com que elle tem olhado para nossas colónias; mas as circumstancias financeiras não permitem que leve a effeito medida alguma, que exija sacrificios pecuniario. [...] O governo, como mais d’uma vez temos observado, não está em posição de só de per si fazer estes melhoramentos. Diremos mais; elle nunca os deve empreender, ainda quando suas circumstancias fossem mais lisongeiras; porque com a inspecção e fiscalização que lhe seria necessário estabelecer, gastaria forçosamente muito mais, do que as vantagens que d’ahi haviam de resultar-lhe.<sup>644</sup>

Até mesmo *O Nacional*, um dos periódicos que mais divulgou o sonho africanista, sugeriu ao governo que promovesse reformas nas condições climáticas, para que os europeus pudessem

---

<sup>643</sup> *Paquete do Ultramar*, Dezembro de 1939.

<sup>644</sup> *O Athleta*, 26 de Julho de 1838.

emigrar com segurança.<sup>645</sup> Para melhorar as condições de vida e resolver os problemas de insalubridade, as sugestões mais realistas e práticas vieram de *O Athleta*:

A solução e uma das coisas mais necessárias para melhorar a cidade de Luanda, era prove-la de boas águas e a construção de cisternas. “As do rio Bengo, de que se uza mais commumente, sam turva e insalubres, e produzem por consequência uma infinidade de moléstias, que poderiam evitar-se, ou pelo menos diminuir consideravelmente, si as agua fossem de melhor qualidade”. A cisterna “que é um deposito formado pelas chuvas, e que disem conservar a agua pura e sadia. É pois indispensável que o governo faça construir differentes cisternas assim nas cidade, como em outros pontos dos presidios, e que vigie que ellas se conservem limpas, e em bom estado, porque deste modo cortando as moléstias, maxime as que affetam o braço, ou infflamam o figado.”<sup>646</sup>

Outros caminhos sugeridos pelo periódico para melhorar as possessões africanas, foram: primeiro a criação e formação de uma companhia ou sociedade, e em segundo, era tentar direcionar os imigrantes dos Açores que se dirigiam ao Brasil.<sup>647</sup> Para além da organização de sociedades, considerada pelo *O Athleta* como método mais seguro, por demandar avultadas despesas, que o governo não podia suportar, a melhoria das possessões africanas passava sobretudo por uma boa administração. Portanto, o governo deveria ser incançável na escolha das autoridades, a quem confiar o regime e direcção daqueles povos, que é a “coisa que mais pode influir na sua ventura ou mofina”:

Uma das coisas que muito pode contribuir para a boa administração das províncias ultramarinas é a nomeação d’alguns empregados filhos do paiz, que não tivessem interesse em engrossar sua fortuna, para depois gosarem nas delicias da patria. Empregados desta natureza hão necessariamente ser mais zelosos pelo adiantamento daquellas terras, por isso que nellas teem o seu património, e por consequência hão de promover a sua ventura com mais assiduidade, do que os que vam da metropoli, que d’ordinario não passam ali mais d’um triênio.<sup>648</sup>

Sá da Bandeira, percebendo que seu plano podia fracassar por falta de empreendimentos econômicos e de população disposta a emigrar para África, em consequência do quadro apocalíptico que se pintavam na metrópole, por aqueles que olhavam a insalubridade do clima, reputando-o estéril, e absolutamente ingrato para os europeus; mandou publicar, pela Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar, uma Memória sobre a Província de Angola,

---

<sup>645</sup> *O Nacional*, 23 de Fevereiro de 1839.

<sup>646</sup> *O Athleta*, 26 de Julho de 1838.

<sup>647</sup> *Ibid.*

<sup>648</sup> *O Athleta*, 4 de Agosto de 1838.



exigida ao ex. Secretário-geral da Província de Angola, Fernando da Fonseca Mesquita e Solla. Esta memória tinha como objectivo, desmitificar a qualidade do clima e evidenciar todas as vantagens que esta província podia oferecer, para a agricultura, mineração, indústria e comércio. Era uma tentativa clara de aliciar uma vez mais, os “espíritos fortes e empreendedores” para se aventurarem a um país virgem, cujo desenvolvimento traria “felicidade” para a metrópole e uma “fortuna colossal” para os emigrados. “Enquanto na Europa estes indivíduos solicitam um módico salário, para atenderem à subsistência, encontram em África sem dificuldade uma recompensa tríplice no exercício de suas profissões”.

Todavia, mesmo com todo o incentivo oferecido pela metrópole, para entusiasmar e estimular a emigração voluntária para as colônias africanas, em simultâneo a um conjunto de medidas legislativas que restringiam a emigração para o Brasil; bem como os vários discursos jornalísticos que denunciavam as péssimas condições de transporte dos emigrados e a “escravatura branca” no Brasil, não surtiram efeito desejado. Todos revelaram-se totalmente ineficazes. O destino dos emigrantes e dos empresários portugueses continuou a ser, cada vez mais o Brasil, o sonho africanista de Sá da Bandeira ficou adiado e o tráfico clandestino, a despeito da imposição dos ingleses, continuou intenso até 1850.

## **Conclusão**

Neste problema multifacetado, as evidências colhidas junto aos periódicos revelaram não só a falta de interesse em suprimir o tráfico ilícito, mas uma enorme necessidade de mantê-lo tráfico tanto nas colônias portuguesas como no Império brasileiro, nem que fosse na forma de contrabando. Portanto, a violação sistêmica das leis, verificada nos dois lados do Atlântico, contou com o apoio dos jornais, das populações e autoridades locais e até de membros dos governos. Entretanto, enquanto Portugal postergava a aplicação do decreto de Sá da Bandeira, no Brasil decorria várias tentativas de modificar ou revogar a lei Feijó-Barbacena.

No que diz respeito aos acordos bilaterais entre Brasil e Portugal para em conjunto regularizar ou rechaçar o tráfico, ficou demonstrado que ocorreram algumas aproximações neste sentido, especialmente do lado brasileiro, mas os recentimentos entre as duas nações - sobretudo em relação aos acordos comerciais - obstaram qualquer entendimento. Assim, o contrabando, acobertado principalmente pela bandeira portuguesa, prosseguiu escandalosamente iludindo e zombando das leis e vigilância dos cruzadores britânicos.



## TERCEIRA PARTE

### O CONTRABANDO DE AFRICANOS NO BRASIL E EM PORTUGAL: a opinião pública dividida

*Um dos objectos, sobre que o Paiz olha com mais anciedade, é a revogação da Lei, que abolio o trafico da escravatura; e na verdade é tempo que o Corpo Legislativo acalme tantos temores; a opinião publica se ha declarado de uma maneira solemne contra semelhante Lei; o Paiz a não aceitou; as Authoridades publicas não a podem cumprir, porque lhes falta o concurso e o apoio dos Cidadãos. O trafico illicito tem-nos collocado em embaraços desesperados, todas as Municipalidades, Assembléas Provinciais reclamão uma medida, e o Corpo Legislativo está surdo! **O Aristaecho, 2 de junho de 1840.***



## Introdução

O Tratado anglo-brasileiro de 23 de novembro de 1826 (em vigor desde março de 1830), a lei de 7 de novembro de 1831, com seu regulamento de 12 de abril de 1823, e o Decreto de Sá da Bandeira de 1836, foram insuficientes para por fim ao tráfico de africanos no Brasil. Pelo contrário, conforme verificado, não foram obedecidos pelas autoridades coloniais em África, encontraram resistências na Corte de Lisboa e persistência no Brasil, onde ocorreram diversas tentativas de modificar e revogar a lei. Assim, depois de uma leve queda entre 1831 e 1832, 1836 e 1837,<sup>649</sup> atingiu enormes proporções até 1850, fugindo do controle britânico. Este fenômeno não está relacionado apenas aos problemas internos do Brasil ou na relação anglo-brasileira. Nele insere Portugal, não só por ter sob o seu domínio as principais regiões africanas exportadoras de africanos, mas porque a bandeira portuguesa era a que mais cobria o tráfico proibido para o Brasil. Mesmo depois do Brasil independente, quando Portugal passou a não participar diretamente no tráfico, do tráfico prescindir dos produtos manufaturados portugueses, de Portugal estar distante dos centros de comércio negro e dos traficantes residirem no Brasil e nas colônias africanas, poderosos interesses opuseram a qualquer forma de abolicionismo naquele país.

Esta parte, que trata do tráfico ilícito de africanos, está dividida em dois capítulos. O primeiro, num contexto de reestruturação econômica e internacionalização do tráfico em forma de contrabando, tem por objetivo: (i) avaliar o impacto negativo provocado pelo decreto de 10 de dezembro de 1836 no Império português, com o seu desdobramento na imprensa; (ii) analisar a reestruturação econômica do tráfico de escravos africanos, quando ele entra na fase de internacionalização impulsionado pelo capitalismo e estimulado pela expansão das lavouras brasileira, cubana e norte-americana; (iii) expor o problema do tráfico clandestino nas colônias portuguesas, (iv) avaliar o impacto negativo provocado pelo decreto de 10 de dezembro de 1836. Ou seja, os discursos jornalísticos mudaram diante da situação real das colônias, de risco para economia portuguesa e ao verem que o tráfico da escravidão podia de fato terminar, devido às pressões dos brasileiros e ameaças dos ingleses.

Já o segundo capítulo analisa a reabertura e o recrudescimento do contrabando de africanos novos no Brasil, quase oficializado e reconhecido pelo governo, e como este problema

---

<sup>649</sup> Quando entraram em vigor a lei brasileira de 1831 e o Decreto de Sá da Bandeira de 1836, respectivamente.

foi tratado na imprensa brasileira. O ponto fulcral das análises é a falta de consenso em relação ao tráfico na imprensa portuguesa e brasileira, capaz de gerar correntes de opinião pública em Portugal e no Brasil. Ou seja, nos dois países as opiniões não foram unívocas. Embora com motivações diferentes, tanto nos parlamentos como nas imprensas, elas se dividiram entre favoráveis e contrários à continuação do tráfico.



## CAPÍTULO I

### REABERTURA DO TRÁFICO NEGREIRO SOB FORMA DE CONTRABANDO

*Não tem sido possível vedar o contrabando de africanos apesar das tramitadas ordens a todas as autoridades. Mesmos os que são debaldes acusados, são absolvidos dos crimes, sendo a maior parte dos juízes interessados por diversas maneiras à continuação do ilícito comércio. Correio Mercantil da Bahia, 25 de junho de 1838.*

#### 1.1. A reestruturação econômica do tráfico

Enquanto, na opinião de alguns jornais e parlamentares portugueses e brasileiros, a Inglaterra cuidava de “destruir” a economia real das colônias portuguesas e do Brasil, a eles só restavam recompor o sistema de tráfico da escravatura. Esta recomposição que fez florescer e estimular o tráfico clandestino da África para a América, tem a ver com o recrudescimento do trabalho escravo, estimulado pela ampliação das lavouras de café no Brasil,<sup>650</sup> de açúcar em Cuba e do algodão no sul dos Estados Unidos. No contexto de expansão do capitalismo e dos liberalismos, o comércio ilegal de escravos se reorganizou de forma mais complexa e sofisticada, entrando na fase de internacionalização do tráfico. Ou seja, era todo voltado para o lucro.

O alto risco do empreendimento e o grande volume de capital envolvidos no tráfico transatlântico, passou a exigir navios mais rápidos e barcos a vapor. As escunas fabricadas em Baltimore e Maryland, eram famosas pela qualidade e agilidade. As grandes casas comerciais de exportação e importação, bancos e companhias de seguros, moedas fortes e cada vez mais produtos manufaturados, representavam a grande recomposição do sistema. A manutenção do sistema de forma ilegal, demandou ainda uma complexidade de subterfúgios e subornos que envolviam políticos, autoridades públicas, agentes comerciais, traficantes e até mesmo as populações, tanto em África como na América. Segundo Pandiá Calógeras (1933:361-362):

---

<sup>650</sup> Francisco Vidal Luna, da Universidade de São Paulo e Herbert S. Klein da Columbia University (2005), num estudo sobre a evolução da sociedade e economia escravista em várias localidades e regiões de São Paulo (1750 a 1850), apontam Areias, uma localidade situada no vale do Paraíba (fronteira com o Rio de Janeiro), como principal produtora de café. De acordo com os dados levantados na pesquisa, em 1817 havia em Areias 94 proprietários de escravos que produziam café. Em 1822 eles eram 276 e em 1829 passaram a ser 413. Concluíram que o café foi a grande força que impulsionou o crescimento da população escrava. A demanda cada vez maior incentivou a crescente importação de africanos. Assim, “o capital gerado pelo café não só permitiu a compra de grande número de escravos africanos para as fazendas como também promoveu um crescimento generalizado em todas as atividades econômicas, permitindo uma participação crescente de africanos em ocupações não-agrícolas”.

Por 800\$000 a 1:000\$000, se arranjavam papéis brasileiros e portugueses exigidos pelos regulamentos, a fim de se realizarem viagens. Valtando da costa da África, e após o desembarque da carga humana, entrava o barco com sinal de moléstia a bordo. Por 500\$000, o oficial de saúde passava o atestado comprobatório, e o navio ia fazer quarentena no distrito de Santa Rosa, cujo juiz de paz era sócio dos infratores. Removiam-se então, todos os sinais denunciadores do transporte de negros, e por 600\$000 se adquiria nova carta de saúde, limpa desta vez. Assim purificado de culpa, o navio ia ancorar no fundeadouro costumeiro. Acontecia, por vezes, que o negreiro parasse na proximidade de ilha Rosa, e que o faroleiro o fosse visitar: por 200\$000 se comprava o seu silêncio.

Para Luiz Henrique Dias Tavares (1988:50), o problema da continuação e manutenção do tráfico de africanos para o Brasil, depois da proibição é complexo e multiplo para ser reduzido apenas à corrupção e conivência de políticos, autoridades civis e militares ou domínio dos portugueses. O tráfico negreiro continuou por causa da participação do capitalismo. Ou seja, os capitais, os produtos manufaturados e os navios dos países capitalistas em ascensão naquela época, desenvolveram num quadro complexo de conexões e situações embricadas com o comércio de escravos para o Brasil, Caribe e Cuba. Segundo o autor, neste sistema capitalista em franca expansão, a “mercadoria escravo era o elo elementar”. Era ele que puxava os manufaturados da Inglaterra para o Brasil, Cuba, Porto Rico, Honduras, Trinidad e para a Costa Ocidental da África, e estes por sua vez, exigiam moedas fortes. “Foram desaparecendo a troca direta de fumo, aguardente, açúcar por escravos. E foram-se afirmando operações econômicas complexas, que agora exigiam bancos, moeda forte (dobrões espanhóis de ouro e dólares norte-americanos de prata)”. Ainda segundo o autor, foi nesta fase que comércio ilícito de escravos encontrou com o comércio legal de produtos africanos: azeite de palma, resinas, madeiras, ouro em pó, marfim, café, algodão, entre outros. O azeite de palma, por exemplo tornou indispensável para a indústria química da Inglaterra e da França. “Tanto que ficou impossível distinguir onde terminava o comércio ilegal de escravos e começava o comércio legal dos produtos africanos”.

Como observou Sá da Bandeira (1840:51), a associação de portugueses, ingleses, franceses, espanhóis, americanos, brasileiros e outros, concorreu cada um a seu modo para o “odioso comércio”: uns fornecendo os capitais necessários, outros os navios, outros armando-os, outros aprontando as bandeiras e papéis falsos, outros fornecendo as manufaturas, outros finalmente prestando serviço pessoal, quer como capitães, quer como marinheiros. Alguns navios eram registrados como sendo de um país, quando na verdade eram de outras



nacionalidades. Outros chegavam a carregar uma coleção de bandeiras e documentos de vários países, para serem apresentados conforme as circunstâncias. Enfim o tráfico de escravos africanos, tornou de fato um empreendimento multinacional de primeira ordem, movimentando intensamente os dois lados do Atlântico. Foi suficiente poderoso para resistir e iludir, por várias décadas as autoridades britânicas.<sup>651</sup>

Contudo o que importa destacar é que o tráfico sendo considerado contrabando, as rigorosas medidas só contribuíram para o fazer crescer. Todos temiam uma futura escassez de escravos e a demanda era grande. Esta situação repercutia no preço e consequentemente no lucro dos traficantes. O lucro e os prêmios dos seguros, faziam valer a pena correr o risco de ter um navio apreendido. Os carregamentos de escravos eram regularmente garantidos pelas companhias de seguro. Algumas até emprestavam dinheiro em “*respondentis*”, para os carregamentos de africanos (Verges, 2002:406). Em 1843, segundo Emília Viotti da Costa (1999:283), um capitão de barco negreiro pagava na África o correspondente a 30\$000 ou 40\$000 réis por africano e recebia dos armadores 140\$000. Estes eram revendidos de 500\$000 a 700\$000 cada um. Por isso os traficantes faziam verdadeiras fortunas com este comércio.

Depois de um breve declínio a seguir o decreto de Sá da Bandeira, o tráfico aumentou a partir de 1837, e manteve em alta durante os próximos três anos. De acordo com os dados levantados pelo lorde Palmerston, publicados no jornal *O Ecco*, entre 1837 e 1840, não menos que 100 mil africanos foram conduzidos anualmente, para o Brasil e Cuba.<sup>652</sup> Segundo uma nota apresentada pelo lorde Howard de Walden ao governo português, entre 1837 e 1838, desembarcaram em Cuba, cerca de 40.700 escravos, distribuídos por 92 navios, todos com bandeira portuguesa. Cada um levava por volta de 443 escravos. Nos mesmos anos, só para o Rio de Janeiro, foram assinaladas a circulação de 177 navios com total 77.700 escravos. Nos anos de 1837 e 1838, 36 navios deram entrada em Serra Leoa.

Os dados de Leslie Bethell (1970) são próximos aos de Palmerston e Howard de Walden, segundo o qual, desembarcaram no Brasil, nos anos de 1837, 1838 e 1839, 117.647 africanos. Herbert Klein (1987:134), demonstra que no período de 1836-1840, 240.600 africanos desembarcaram no Brasil. “Depois de receber de 100 a 1200 escravos por ano entre 1831 e

---

<sup>651</sup> Sobre a participação dos Estados Unidos no tráfico proibido de escravos africanos ver: GRANDEN, Dale T. *O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858*. Afro-Ásia, nº 35, 2007, pp. 09-11. HORNE, Gerald, *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010. CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

<sup>652</sup> *O Ecco*, 20 de agosto de 1839.

1834, o Brasil conheceu desembarques anuais de mais de 40 mil africanos em 1838 e 1839, cifra que oscilou de 14 mil a 23 mil anuais durante a primeira metade da década de 1840, concluiu Klein. Chegou-se a média anual de quase 50 mil africanos desembarcados entre 1846 e 1850 (Bethell, 1976:366-373).

O Marquês de Barbacena, em discurso proferido no Senado brasileiro em 1837, afirmou que a queda na importação de africanos só ocorreu porque ainda não haviam sido descobertos os meios de burlar a investigação nos portos de chegada e de partida; não haviam sido estabelecidos vários depósitos para recepção dos escravos e o ensino do português; também não havia uma multiplicidade de agentes empregados na condução dos escravos para cada propriedade com o objetivo de seduzir a “inocência” dos plantadores.<sup>653</sup>

## 1.2. O problema do tráfico clandestino nas colônias portuguesas

Durante séculos a vitalidade e os meios de vida na maioria das colônias portuguesas em África, deveram-se exclusivamente ao tráfico de escravos. Em Angola o tráfico mobilizou praticamente todo o interesse dos comerciantes e de todas as classes. A exportação de escravos constituía mais de 90% do total das exportações (Rebelo, 1970). Em Moçambique não havia nenhum outro incentivo para a atividade e movimento de transações comerciais, senão o “odioso” tráfico de escravos. Segundo os dados de Andrade Corvo (1883), poucos anos antes do decreto de 10 de Dezembro de 1836, os lucros relacionados a cada possessão portuguesa era a seguinte:

**Tabela 5. Rendimentos das possessões portuguesas**

Índia e Macau	288:000\$000
Moçambique	56:154\$000
Angola	132:879\$000
S. T. Príncipe	4:743\$000
Cabo Verde	92:522\$000
Total	578:535\$000

Fonte: Corvo (1883).

---

<sup>653</sup> *Anais do Senado*, 1837, pp. 175-181.

Segundo o autor, as possessões em que existiam o tráfico representavam neste total, 290:045\$000 réis. Deste rendimento, 200 contos eram devidos aos direitos que pagava o tráfico de escravos, salvo uma parte devida ao monopólio da urzela de Cabo Verde. Os efeitos da proibição do tráfico de escravos a norte do Equador que se fizeram sentir negativamente no comércio de Cabo Verde desde 1815, fez surgir o tráfico clandestino como forma de compensação. Em Moçambique a receita depois da repressão ao tráfico era de 80 contos de reis, enquanto as despesas 200 contos. Para minorar este *deficit*, o governo português mandou transferir algum fundo dos cofres de Goa, para suprir o serviço público, uma vez que a metrópole não podia arcar com as despesas. Entretanto o tráfico manteve-se clandestinamente, sendo transferido para outras áreas menos vigiadas como: Lourenço Marques, Cabo Delgado, Quelimane e Inhambane.

Com o bloqueio à zona de Luanda, a exportação em forma de contrabando, foi também direcionada para outros portos ao longo da costa ocidental da África, onde o governo português não tinha controle. Uma correspondência publicada numa folha de Londres (*The Times* de 16 de dezembro de 1839), informa que o tráfico estava de tal modo paralisado, que durante os dois meses anteriores apenas haviam chegado apenas três navios de escravatura, nos portos de Angola. A situação de fome e miséria em Angola tornava-se cada vez mais insuportável. As notícias que chegavam de Luanda apresentavam aquele país no mais deplorável abatimento, e geral desgosto em seus habitantes pela imediata cessação do tráfico da escravatura:

Os navios que para alli se dirigião, e que deixavão no paiz em diretos um rendimento mensal de 30 a 40:000€ réis tem-se encaminhado para os portos visinhos de Ambriz, Cabinda, e Zaire onde o governo portuguez não tem hoje nenhuma ingerência, e é naquelles portos onde os chamados *Aviados* ou *sertanejos* levão fraudulentamente a vender o producto das fazendas, que os negociantes de Loanda lhes havião confiado, ficando estes assim privados não só dos lucros, mas ainda dos capitaes empregados naquelle trafico, e outros ramos de commercio com o interior, sem que o governador da provincia tenha dado a menor providencia para acuatelar tão ruinosa perda.<sup>654</sup>

O redimensionamento e a clandestinidade do tráfico, não provocavam apenas danos materiais e econômicos nas colônias africanas. A metrópole também estava privada dos benefícios. Em Lisboa, as taxas aduaneiras e díizimos decorrentes ao tráfico de escravos, eram importantes fontes de receita, para fazer face as despesas resultantes da ocupação e manutenção

---

<sup>654</sup> Transcrito do *The Times*, pela *Vedeta da Liberdade*, 11 de julho de 1840.

das colônias. Os salários dos funcionários eram dependentes dos renditos deste tráfico. Assim, diz um dos correspondentes de *O Nacional*:

Os rendimentos acabaram de todo – o saldo que havia nos cofres da Junta da Fazenda está quasi exausto – a miséria está á porta; e quaes serão as consequências? [...] Tal é situação de uma província que longe de carecer dos súbditos da Corte, sempre mandava dinheiro para Lisboa: chegou-lhe a generosa politica e a philantropia Ingleza e cabe-lhe partilhar da miséria e privações que há boa série d’annos soffre o Reino e outros domínios Portuguezes.<sup>655</sup>

Em Angola foi grande a revolta contra o decreto de 1836. Sá da Bandeira foi acusado de haver lançado a província na miséria. De haver acabado com o “único ramo de comercio” lucrativo e de haver criado um “*deficiti*”. Situação que já havia de se esperar, numa praça de comércio, cujos moradores quase não sabiam dar outro emprego aos seus capitais. Em Moçambique, segundo Andrade Corvo (1883:22), a resistência ao decreto foi maior ainda do que na África Ocidental. Na tentativa de aplicar o “humanitário decreto, sucumbiram dois governadores”.

*O Paquete do Ultramar* via na política errada e na inépcia do governo, as principais causas da decadência das possessões africanas. Segundo o periódico, as queixas dos povos do ultramar não nasciam unicamente da imediata e total proibição do tráfico da escravatura, que privou aqueles que traficavam, dos “crescidos lucros”. Aculpa era do governo que deveria ter prevenido os danos, que uma medida violenta e imediata causariam na propriedade particular que as leis garantiam. O problema maior estava na administração colonial. Segundo o *Paquete*, em todo o ocidente da África, Angola, Benguela, suas dependências e as ilhas de S. Thomé e Príncipe, durante a usurpação e depois da restauração do trono da Rainha, eram teatros em que o “devorismo”, mais se tinha desenvolvido. A cidade de Luanda por exemplo, outrora florescente, “é hoje uma sombra do que foi”. Nela só tem imperado a um tempo e esta parte o saque, e a mais requintada prepotência dos “prettores”, que lhes tem enviado a “mãe pátria”. E continua:

a condição dos escravos tem alli sido mais feliz, que a dos súbditos portuguezes. Estes tem gemido debaixo da mais aviltante degradação de seus foros, e quer em épocas mais recentes, quer em nossos dias, em que mais se tem apregoado os princípios liberaes, princípios de igualdade e direitos, e de justiça; a maior parte desses Prettores, e seus satélites tirados das fileiras dos exercito, quasi todos sem instrução mais que a cega obediência militar, não consultando o sistema das

---

<sup>655</sup> *O Nacional*, 22 de abril de 1840.

administrações civis, cheios de orgulho, e dominados em geral por sórdidos interesses, julgão poder tudo, e apoiados na força armada, tem exercido a mais revoltante dictadura, em menoscabo das leis, que o governo da metropoli jamais tem querido vigiar. Até quando serão os ministros da cora surdos aos clamores dos povos os pacifico e soffredores que jamais viu o mundo? <sup>656</sup>

Não se pode desconsiderar as observações do *Paquete do Ultramar*, pois a corrupção e roubo por parte dos seus administradores, sempre foram grandes problemas nas possessões africanas. Todavia este artigo foi escrito num contexto de grande descontentamento, contra as atitudes do governador Noronha, ao tentar impor à força o decreto de 10 de dezembro de 1836. Essa tentativa gerou confronto de poderes contra os negreiros ali estabelecidos, provocando uma sublevação que foi reprimida com violência. Alarmado, o governador interpreta e divulga o ocorrido, como uma tentativa de separação de Portugal. Neste caso, o redator do periódico tenta esclarecer à opinião pública, que o levantamento e o desejo de separar de Portugal - argumento sempre utilizado pelos governadores para justificar na metrópole suas atitudes violentas - era absurdo e não passava de uma invenção. Jamais apareceu nenhum ponto do ultramar, comoção alguma, que tendesse a separar-se da “mãe-pátria”. Essas denominadas revoluções que têm vindo à luz como a que ultimamente teve em Luanda, não é mais, que o efeito de “ambição de ouro, e de mando despótico,” concluiu o periódico.

Enfim, seja como for, o espectro da perda das colônias sempre provocou temor quase patológico na metrópole, conforme veremos a seguir.

### **1.3. Correntes de opinião pública na imprensa portuguesa.**

Na metrópole, o decreto de 10 de dezembro de 1836, que antes foi visto como uma exigência do mundo civilizado, como ato de humanidade e justiça guiados pela ilustração e razão, por grande parte da opinião pública, e indispensável para a civilização e prosperidade nas colônias africanas, por parte do governo, tornou-se um grande e lamentável erro. Para *O Ecco*, “acabar com a escravidão, ou proibir a sua exportação é o maior erro em que pode cair o Governo, porque não há nestas possessões outro ramo de commercio”.<sup>657</sup> A *Vedeta da Liberdade* informou que “as últimas noticias de Loanda apresentam aquelle paiz no mais deplorável abatimento, e geral desgosto em seus habitantes pela immediata cessação do trafico

---

<sup>656</sup> Transcrito do *Paquete do Ultramar*, pela *Vedeta da Liberdade*, 20 de agosto de 1839.

<sup>657</sup> *O Ecco*, 14.12.1839

da escravatura”. Esperava que o governo não fosse “surdo aos gemidos dos súbditos portugueses no Ultramar, porque a desesperação póde trazer males talvez impossíveis de remediar.”<sup>658</sup>

Os discursos jornalísticos mudaram de tom, diante da situação real e ao verem que o tráfico da escravatura podia ser de fato abolido devido às pressões dos brasileiros e ameaças dos ingleses. No Brasil, mesmo não passando de “letra morta”, legislações a este respeito já haviam sido criadas e várias embarcações portuguesas estavam sendo capturadas próximas ao litoral brasileiro (ver tabela ). Não obstante, as opiniões emitidas pela maioria dos periódicos se dividiram, a partir de uma unidade: “diante da situação de miséria das colônias, e por ser o tráfico da escravatura ainda vital para a economia portuguesa, ele deveria ser abolido de forma gradual ou num período de tempo mais alargado, segundo os interesses e necessidades de Portugal”.

O problema da abolição do tráfico da escravatura, que se convencionou chamar de “*questão inglesa*”, na imprensa portuguesa, tornou um tema preocupante e ambíguo nos discursos jornalísticos. Esses discursos sugerem três correntes de opinião: (i) a dos moderados, que optavam pela abolição gradual; (ii) a dos radicais, que eram contrários à abolição; (iii) e a dos abolicionistas, que pretendiam a abolição imediata. Os moderados defendiam a tese do gradualismo, enquanto os radicais defendiam as teses do utilitarismo econômico e da superioridade da raça. No entanto, em todos os argumentos expressos pelas três correntes de opinião, as frases introdutórias: de “favoráveis à extinção do tráfico”, tornaram-se unanimemente clássicas: “A escravatura é um mal! Porém, a sua extinção repentina seria a ruína de quase todos os povos da América, e importa nada menos do que a perda das nossas colônias de África” afirmou *O Nacional*.<sup>659</sup> O *Athleta*, informou que a extinção da escravatura “foi sempre nossa opinião”; mas nessa extinção deveria levar em consideração o interesse do Estado, “e hir acomodando as circunstancias do paiz huma tal medida, que trará consequencias graves intentando-se faze-la valer de chofre”.<sup>660</sup> Na opinião da *Vedeta da Liberdade*:

Não há ninguém instruído em Portugal, que não esteja inteiramente persuadido de um semelhante trafico alem d’immoral é em definitivo desfavorável à agricultura e industria de nossas colonias pois distrae capitaes que poderião ser applicados á crear recursos dentro dellas para acudir ás

---

<sup>658</sup> *Vedeta da Liberdade*, 11.07.1839.

<sup>659</sup> *O Nacional*, 28 de julho de 1838.

<sup>660</sup> *O Athleta*, 16 de agosto de 1839.

despesas publicas, e alentar um rendoso commercio. Devem-se pois adoptar severas, porém *graduaes* medidas para que se opere essa alteração sem o que o remédio mataria longe de curar.<sup>661</sup>

*O Correio de Lisboa*, percebeu que, “pelo que toca á total extinção do trafico da escravatura, parece que todas as opiniões estão d’acordo a esse respeito”. A divergência reside unicamente sobre o modo de se extinguir, acrescentou:

Os homens liberaes, e mesmo os não liberaes de todos os paizes querem que acabe aquelle commercio, e a opinião geral hade necessariamente fazer emudecer o interesse de alguns miseráveis, a quem elle seduz proceda do que proceder. Como não possa deixar de concordar no ponto capital da extinção, toda a outra questão será fácil de decidir apenas se não queira illudir a questão principal.<sup>662</sup>

Em suma, esse tipo de discurso tornou-se apropriado para todos opositores da abolição imediata da escravatura. Era concenso na opinião pública portuguesa, que a escravidão era um “mal”, “abominável” e “insustentável”, mas como veremos a seguir, nem todos deram os mesmos fundamentos a estas afirmações.

### 1.3.1. Os moderados e a abolição gradual

A tese do gradualismo, que entendia a escravatura “não como um fim, mas como meio de abreviar o seu fim”, ou como uma forma de permitir a transição de um sistema para o outro à maneira portuguesa, foi um argumento habilmente utilizado para dissimular os interesses daqueles que pretendiam a manutenção do tráfico, de forma moderada. Essa tese foi defendida pela maioria da imprensa: *O Athleta*, *O Tempo*, *Vedeta da Liberdade*, *O Democrata*, *Paquete do Ultramar*, *A Lança*, *A Micellanea Politica*, *O Ecco*, *Diário do Governo* (parte não oficial).

*O Tempo*, numa análise “econômica”, transcrita e publicada pela *Vedeta da Liberdade*, por se tratar de uma “questão econômica e comercial que não deixava nada a desejar”; tentou demonstrar que era possível compatibilizar as propostas de abolição com a construção da nova ordem econômica nas possessões africanas. Sem dispensar as vantagens da situação existente, era possível manter os princípios de civilização e progresso. Acreditava que embora prematuro, o termo para a escravatura estava próximo. Por isso aconselhava que se tomassem medidas para

---

<sup>661</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 18 de setembro de 1839.

<sup>662</sup> *Correio de Lisboa*, 31 de janeiro de 1840.

a cultura nos campos da África enquanto ainda era tempo. Pois “estamos persuadidos que é impossível para Portugal o começar estabelecimentos agrícolas naquelles territórios, senão com escravos.” Só pela porta da escravatura agrícola é que pode entrar a civilização nas possessões africanas:

Nossa moral e o nosso entendimento rebella-se contra a existência da escravatura; mas como ella ainda é permitida em nossas possessões africanas, partimos desse facto e d’ahi deduzimos nossas considerações económicas e commerciaes, e igualmente as advertências que vamos tomar a liberdade de fazer ao governo, e aos capitalistas portugueses.

Tanto um como os outros se devem apressar em levar a effeito estabelecimentos agrícolas nas províncias africanas, e isto em quanto é tempo. Todos os séculos teem certas tendências peculiares, a que não é dado resistir muito tempo; e uma das tendências do nosso é sem duvida a extincção total da escravatura. O tráfico, ou a exportação da escravatura, acha-se ferido de morte, e já não pode contar com existência, se não curta, e cheia de riscos e tribulações.<sup>663</sup>

Nessa linha de análise, o periódico aponta medidas que tendem ao grande fim, que é cultivar a África. A manutenção da escravatura estava relacionada com a especificidade das colónias portuguesas. As oportunidades agrícolas e comerciais dependiam do tráfico da escravatura. Sem os escravos, os negócios coloniais, ainda no século XIX, não podiam progredir. Por outro lado, deveria ao mesmo tempo lançar os fundamentos da emancipação da raça humana e da civilização naquelas terras, sem prejuízo para as duas partes.

A *Vedeta da Liberdade* via a escravatura não como o fim, mas como um meio, e deveriam buscar tudo quanto for possível para abreviar o seu fim. Quando a escravatura chegasse a termo, ou por atingir a maturidade das ideias filantrópicas ou por empenho estrangeiro, Portugal passaria essa crise, sem sofrer os danos de uma transição repentina, violenta e perigosa, como a que vai passar o Brasil. A emancipação lenta seria vantajosa, pois iria erguendo uma população livre e proprietária, formada de indígenas do país. Por fim, o redator aconselha o governo a meditar sobre as suas observações, e nomear uma comissão de homens “práticos” e dotados de expansão de talento “porque um homem de ânimo acanhado não serve para grandes creações; a fim de elaborar um projecto de lei para a cultivação de nossas províncias de África”. Caso o governo decida dar este passo, deveria fugir de homens rotineiros e sobretudo plagiários de usos e legislação estrangeira. Para concluir, propõe uma escravatura diferente, modernizada pela acumulação financeira, politizada e filantrópica. Não uma escravatura velha:

---

<sup>663</sup> A *Vedeta da Liberdade*, 21 de agosto de 1839.



Se formos, como até agora, nem cultura, nem civilização! Se estabelecer-mos alli uma escravatura, como outrora no Brasil, sem um pensamento político, sem vistas filantrópicas, e só com a mira no interesse sórdido, em breve a veremos acabar, e levar consigo a prosperidade efêmera, que havia produzido; deixando-nos em castigo da avaresa a perturbação a miséria e anarquia.<sup>664</sup>

Seria bom acabar com o tráfico, afirmou *O Athleta*, mas não à maneira inglesa. Se o tráfico tornou horroroso foi por causa dos ingleses. Pelo tratamento cruel, que dão aos condutores de escravos. Para os negros, melhor seria que fossem para a América, onde podem conservar suas vidas e podem comprar a liberdade, do que irem para as possessões inglesa ou serem lançados vivos ao mar.<sup>665</sup> Assegurou que o tráfico, apesar de ser um hábito difícil de desarraigar, deveria acabar gradualmente, à medida que forem promovendo a agricultura e indústria, polindo os costumes e introduzindo os benefícios da civilização:

Poderemos lucrar com nossas colónias, promovendo a sua agricultura e industria, polindo os costumes de seus habitantes, e introduzindo entre elles o beneficio da civilização, que pouco a pouco fará acabar o commercio da escravatura. [...] Felizmente as luzes de século, e o melhor conhecimento dos direitos dos homens mostrou, que só era fundado em princípios absurdos, e escudado no direito da força – O governo Portuguez tem dado a este respeito as ordens mais terminantes; mas é muito difficil desarraigar hábitos tão inveterados, e principalmente em regiões tão longiquas, tem havido alguns abusos, que não há sido possível exterminar – Tractemos de melhorar o reino d’Angola, e ver-se-há como dentro em pouco cresce a sua população, e com ella se desenvolvem as fontes da riqueza publica, que por falta de braços, e d’incentivos, tem premanecido intactas, o que importa o mesmo que si ellas não existissem.<sup>666</sup>

### 1.3.2. Os radicais anti-abolicionistas

A corrente declaradamente anti-abolicionista, ou seja, a dos radicais que eram contrários à abolição, tinha como principal apologistas e defensor, *O Nacional*. No entanto *O Nacional*, não adotou de imediato esta posição. Seus discursos iam mudando de tom à medida em que evoluíam as discussões em torno da questão abolicionista em Portugal. Começou por apoiar a abolição da escravatura, considerando uma preliminar indispensável para o desenvolvimento das possessões africanas.<sup>667</sup> Num segundo momento, chegou a admitir o gradualismo: “promover esta indústria providenciando ao mesmo tempo para diminuir a compra e venda dos

---

<sup>664</sup> *A Vedeta da Liberdade*,

<sup>665</sup> *O Athleta*, 19 de junho de 1839.

<sup>666</sup> *O Athleta*, 4 de outubro de 1838.

<sup>667</sup> *O Nacional*, 23 de dezembro de 1836.

escravos até extingui-la, eis o meio de efectuar o desejado propósito de acabar com a praga da escravidão”.<sup>668</sup> Para finalmente revelar-se totalmente contrário ao abolicionismo utilizando os mais variados argumentos e justificativas, sejam eles ideológicos, religiosos, econômicos, genéticos e até mesmo racistas, para defender e fundamentar a manutenção do sistema escravista.

Com uma justificativa ideológica, tentou demonstrar que o comércio da escravidão era um bem para a África e para os africanos: se os negros não tivessem compradores aos seus escravos, “em vez de poupar a vida dos inimigos lhes dariam a morte”. Procurou apontar os benefícios do tráfico de africanos, segundo o qual, havia feito diminuir os horrores e a antropofagia praticados pelos negros. Se fosse extinto, com certeza aumentaria novamente, e correria sangue “em jorro nas margens do Zaire e do Quanza”.<sup>669</sup> Portanto, conservar a vida dos africanos como escravos, era um favor:

a abolição do tráfico da escravidão não é um bem para a África; [...] dessa abolição se seguiria um mal não pequeno para aquela parte do mundo, isto é, refinar a crueldade e carácter sanguinolento dos negros, e até a antropofagia, pois [...] muitas das povoações de negros estão no abominável costume de cortar e vender nos talhos a carne dos prisioneiros; *à quelque chose malher est bon*, o tráfico da escravidão, desafiando a cobiça daqueles bárbaros, tem feito menos frequentes estes horrores que decerto hão-de aumentar com a sua extinção.<sup>670</sup>

Numa pretensão “humanitária”, *O Nacional* tentou justificar que a escravidão era uma condição prévia para a liberdade: “Não existem no Brasil muitos negros livres e bem estabelecidos, vivendo dos seus ofícios e do seu negócio e indústria?”<sup>671</sup> Através da transcrição de um jornal francês, o periódico chegou a sugerir que a escravidão era instituição divina, não condenada pelo cristianismo, pelo contrário era um bem para a própria África:

M. Huc, membro do Conselho Colonial de Martinica publicou uma brochura intitulada *a emancipação da raça africana considerada debaixo do ponto religioso* – Desta brochura se extraiu grande numero de exemplares; pelo nosso cuidado foi distribuída em Pariz, enviada a todos os Bispos e arcebispos de França, a todos os seminários, curas, e até ao Santo Papa em Roma. M. Huc não ousou somente pertender que a escravidão era instituição divina; mas o

---

<sup>668</sup> *Ibid.*, 17 de outubro de 1838.

<sup>669</sup> *Ibid.*, 25 de Dezembro de 1838 e 16 de maio de 1839.

<sup>670</sup> *O Nacional*, 25 de setembro de 1838.

<sup>671</sup> *O Nacional*, idem, ibidem.

demonstrou; elle cita texto por texto em apoio de sua opinião; e busca seus testemunhos nos livros sagrados, naquelles que são reconhecidos como archivos de revelação. <sup>672</sup>

Outro forte argumento utilizado pelo *Nacional*, foi comparar o processo abolicionista inglês e francês, para justificar a procrastinação em Portugal. A França e a Inglaterra não aboliram de “chofre” a escravidão em seus domínios. Estes países levaram em consideração as fortunas dos colonos e a manutenção de suas possessões no ultramar. Em França por exemplo, o relator da Comissão da Câmara dos deputados M. de Tocqueville, disse da tribuna que a emancipação imediata dos negros não era o que pedia, e que não deveria proceder de súbito a esta emancipação. Segundo os deputados franceses, a abolição resultaria na ruína da agricultura, pois o trabalho escravo era o único que eficazmente se podia empregar. A abolição era menos proveitosa para a raça negra e sem proveito para a civilização. Continua: “ella destruirá as riquezas creadas pelos capitães e pela inteligência da raça branca, ella tornará a trazer as colônias á barbaria, e expulsará a raça europeia dos índios occidentaes.”<sup>673</sup> Os Conselhos coloniais franceses, declararam que se oporiam à emancipação de seus escravos, e que a consideravam impossível nas atuais circunstâncias.<sup>674</sup> Para eles, não havia ninguém que contestasse que a abolição da escravidão, a qual a França se julgava obrigada para não ficar atrás da Inglaterra, segundo a expressão consagrada pela política desde 1830, teria como resultado a ruína da agricultura das colônias. Ou seja, se era impossível para França abolir a escravidão, porque haveria de ser possível para Portugal? De acordo com as justificativas do *Nacional*, Portugal por estar muito longe do estado de prosperidade da Inglaterra e da França, de maneira alguma podia deixar de ser cauteloso no método de extinguir o comércio da escravidão.

Por outro lado, manter o tráfico da escravidão significava manter as possessões africanas. Um problema muito sensível para os portugueses. Portugal não tinha e nem podia ter em suas colônias, uma força militar suficiente para lutar vantajosamente contra uma possível insurreição dos africanos, caso não pudessem ver satisfeitas as suas necessidades. Segundo *O Nacional*, os negros respeitavam os portugueses mais por tradição e conveniência do que pelo receio de suas armas.

---

<sup>672</sup> *O Nacional*, 22 de junho de 1840.

<sup>673</sup> *O Nacional*, 7 de julho de 1840.

<sup>674</sup> *O Nacional*, 22 de Junho de 1840.

O Rei do Congo, e outros potentados appellidam os chefes de Angola – governadores das suas praias, e de vez em quando põe-se a caminho à testa de três a quatro mil negros armados para *visitar* as autoridades de Loanda, e com ellas trocar *presentes*. Se repentinamente se abolisse o tráfico da escravatura como poderiam ver satisfeitas as necessidades dos indígenas – que productos poderiam lhes dar para obter os pannos da costa, as espingardas, a pólvora, e a aguardente de que absolutamente não podem prescindir, na mesma proporção em que tinham estes objectos até então? [...] Então se conspirariam elles contra nós, então seria infalível a destruição dos nossos estabelecimentos em virtude de invasões formidáveis. <sup>675</sup>

Esta tese do utilitarismo, utilizada para justificar manutenção da escravatura, via no comércio de escravos grandes vantagens materiais tanto para Portugal como para os monarcas africanos. O rei do Congo, por exemplo, havia convertido ao cristianismo em 1491 e referia-se ao rei de Portugal como o seu irmão. Em 1506, protestou veementemente pelo fato do “irmão católico”, levar seu povo como escravo. Mas, com o passar do tempo o monarca africano permitiu-se convicto de que o comércio de escravos era simultaneamente útil e necessário para o seu reino.

Entretanto, esse utilitarismo colocava em evidência a fragilidade das administrações coloniais, perante os povos locais. Ou seja, manter o fluxo de escravos e as trocas comerciais, com os povos africanos, era uma das formas de Portugal manter suas possessões em África. Caso esse comércio fosse interrompido, poderia resultar em conflito de interesses com gravíssimas consequências. Para africanos, os seres humanos pilhados e escravizados por eles mesmos, eram as únicas “moedas” de troca para adquirir os produtos industrializados, de que já estavam habituados. Além do mais, a posse de armas de fogo e pólvoras, significavam poder para os adquirentes. Só assim eram capazes de fortalecerem militarmente, para resistirem aos seus vizinhos, poduzir cativos para exportação e ampliar seus territórios. Foi desta forma que comércio negreiro, estimulou e agravou a guerra africana. Milhões de vidas foram negociadas, em troca de espingardas, pólvoras, aguardentes, panos, ferragens, vidros, etc. A manutenção dessa troca “desigual” foi considerada pelo *Nacional*, como comércio “util”, tanto para os portugueses como para os africanos.

Do ponto de vista econômico, para os anti-abolicionistas a mão-de-obra escrava era economicamente vantajosa e indispensável para a exploração colonial. O trabalho livre não só era dispendioso, como improdutivo. *O Nacional* defende acirramente a importância econômica

---

<sup>675</sup> *O Athleta*, 27 de outubro de 1838.

da escravatura, ao demonstrar o mal resultado nas colônias inglesas com a emancipação dos escravos:

As experiências feitas nas colônias Inglesas com os negros emancipados não surtiram o effeito que esperavam os philanthropistas de boa fê – compraram-se as terras para elles – obteve-se um melhoramento em sua condição – tem sido doceis subordinados – abstendo-se de practicar actos de violência e rebellião que transtornem a ordem publica. *Mas, cumpre confessar, accrescentou o nobre Lord – que não se dão ao trabalho – uma diminuição considerável, que se vê na statistica da produção, ameaça tornar-se cada anno mais considerável.* O termo médio das importações nos annos de apprendisagem em 1836 e 1837 foi de quatro milhões de quintaes de assucar – e estes dous annos já offereciam um deficit comparativamente ao termo médio da produção do assucar na época da escravidão! Em 1838 primeiro anno do trabalho livre a importação de assucar em Inglaterra foi de trez milhões e quinhentos mil quintaes – em 1839 segundo anno, de dous milhões e oitocentos mil quintaes – em 1840 terceiro anno estamos expostos a uma redução ainda mais espantosa.<sup>676</sup>

O periódico *A Vedeta da Liberdade*, preocupado com a situação das colônias uniu voz com *O Nacional*, por acreditar que abolição da escravatura para além de mudar a ordem econômica, com a privação de braços, abria as portas da ociosidade aos negros acostumados até então à disciplina do trabalho. E isso só podia levar à ruína a produção colonial. Segundo *A Vedeta da Liberdade*, os acontecimentos e a situação do Cabo da Boa Esperança, por motivo da inteira abolição do tráfico da escravatura, eram provas de que a abolição da escravatura não funcionaria nas colônias portuguesas e Portugal não poderia permitir que acontecesse o mesmo nas suas colônias e alertou:

Grande parte dos negros abarrancados voltou para a classe dos cules vagabundos, que hoje inundão as ruas e as praças publicas [...]. Nos campos, onde há immensas terras nos baldios, os antigos escravos se retirarão de repente das habitações, e forão acampar nos arredores. Não cultivão o terreno; a caça, a pesca, e o roubo das fazendas vizinhas bastão para as suas necessidades urgentes. Só quando estas necessidades são intoleráveis é que consentem em se asoldadar diariamente como trabalhadores [...]. De mais não aceitão trabalho senão estão certos de receberem a paga dia por dia. Em Constancia M. Cloot me certificou que a colheita de Março e Abril de 1839, tinha diminuído dous terços por falta de braços necessários para o tratamento das vinhas, e até para a vindima...<sup>677</sup>

---

<sup>676</sup> *O Nacional*, 18 de julho de 1840.

<sup>677</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 23 de junho de 1840.

Diante dos fatos, *O Nacional* e a *Vedeta da Liberdade*, consideravam o paradigma inglês um exemplo a não ser seguido. Os resultados apresentados depunham até mesmo contra a teoria de Adam Smith, na comparação do trabalho escravo com o trabalho livre:

O pai da sciencia [Adam Smith] sem duvida alguma ignorava a índole do Africano, e a indolência innata que o conservava ocioso na ausência de um poderoso estímulo, que o resolva a trabalhar. O que se sustenta com um punhado de farinha de mandioca – com uma banana, com uma manga que póde colher no seu caminho sem violar o direito de propriedade – será sem duvida alguma quanto restituído á sua liberdade – um animal improductivo.

Assim a escacez da produção nas colónias Britannicas unido ás restricções sobre os assucares estrangeiros produziu uma subida nos preços desse género muito considerável. A Inglaterra hoje não pode suprir as necessidades do seu consumo, e dentro em pouco vê-se-ha obrigada, maugrado da gente que a governa, a capitular com o assucar estrangeiro, que á excepção da França e da Inglaterra inunda todos os mercados da Europa.<sup>678</sup>

De forma mais objetiva e direta, *O Nacional* propõe ao governo português elabore de um projeto semelhante ao da Representação que foi dirigida à Assembleia Legislativa brasileira, pelo Deputado Dr. João Manoel Pereira da Silva, pedindo a revogação da lei de 7 de novembro de 1831, que impôs a absoluta proibição da importação de escravos no Brasil, por considerá-la inexequível:

Funda-se o illustre Signatário da Representação em que essa Ley tem sido constantemente inexequível em todo o paiz, e illudida pelas disposições e necessidades dos povos, que reconhecem ser impossível o manejo da agricultura, logo que a não possam fazer com braços Africanos, e visto que os systemas de colonisação não garantem por em quanto, a substituição de braços livres á proporção da falta dos Escravos; circumstancia que diz elle é reconhecida pelos legisladores, e justificada pelas authoridades, na desculpável connivencia n'esse trafico que se quer *arrebataadamente* extinguir.<sup>679</sup>

Para *O Nacional* o governo português deveria seguir o exemplo do Brasil e dos Estados Unidos da América. Acreditava que lei brasileira de 1831, seria revogada e que os próprios brasileiros iriam convidar os importadores a traficarem escravos de forma lícita, “sem que haja necessidade de os desembarcarem clandestinamente nas praias e nas costas marítimas, podendo entrar com elles livremente nas portas do Império.” De acordo com as justificativas, se o Brasil, rico, fértil, frequentado por estrangeiros de todas as nações, e contando já grande numero

---

<sup>678</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 23 de junho de 1840.

<sup>679</sup> *O Nacional*, 27 de maio de 1840.

população branca não pode dispensar-se do comércio com a África, “como é que as nossas colónias d’Africa sem população, sem agricultura, e sem commercio, podem sem que immediatamente fiquem desertas e perdidas abstrair da exportação d’Africanos, única garantia de sua conservação, em quanto a industria o não torne desnecessário?! Se nos pudermos responder victoriosamente, retiraremos os nossos argumentos.”<sup>680</sup> O mesmo ocorre com os Estados Unidos, cujo governo reconhece a impossibilidade de abolir a escravatura. Embora o governo norte-americano declare que esta situação não vá durar para sempre, haveria de preparar a nação, para que a abolição do tráfico da escravatura acontecesse sem choque, sem perigo e sem ataque à propriedade:

O governo dos Estados-Unidos que reconhece a impossibilidade actual de abolir a escravatura, não pensa contudo que este estado de cousas possa ter o privilegio de durar eternamente. Sem prever o futuro, elle não despreza medida alguma que torne a emancipação dos escravos a menos funesta á união federal, se ella houver de ter logar lhe apresenta mesmo mudanças de possibilidade e a prepara de longe. Assim pois o recrutamento dos trabalhadores por o trafico tem sido extrictamente defendido, e nação alguma talvez tem mais religiosamente a lei prohibitiva desse trafico como a nação americana. Seus exforços tendem hoje acabar com o escravatura sem choque, sem perigo, sem ataque de propriedade, sobre o mais pequeno espaço possível de seu vasto território, e ahi concentrar o trabalho dos escravos. Para isso as emigrações de escravos da Virgínia e das duas Carolinas para as Floridas e Lousiana não tem sido prohibidos, mas antes ella é protegida por lei.<sup>681</sup>

Enfim através dos vários pontos de vista e de exemplos, *O Nacional*, mesmo não fazendo uma distinção clara entre o tráfico e a escravidão, deixou implícito e explícito a inviabilidade da abolição do tráfico da escravatura, na atual ordem econômica e social. Portugal não podia correr o risco de perder ou arruinar as possessões africanas, que tal medida acarretava. Assim como a França, Brasil e Estados Unidos, Portugal deveria acautelar-se dos seus efeitos fatais, sobretudo diante da experiência fracassada nas colônias inglesas.

As opiniões e argumentos contrários à abolição do tráfico da escravatura emitidas pelo *O Nacional*, foram tão contundentes que encontram eco e foram discutidos exaustivamente pelos periódicos de várias tendências. Principalmente pelos setembristas, que eram maioria na época: *O Tempo*, *A Vedeta da Liberdade*, *O Athleta*, *Paquete do Ultramar* e o *Democrata*. As opiniões emitidas por estes periódicos, chegaram a representar o sentimento anti-abolicionista,

---

<sup>680</sup> *O Nacional*, 27 de maio de 1840.

<sup>681</sup> *O Nacional*, 24 de julho de 1840.

como um consenso nacional. Como observou Palmela, em julho de 1840, na Câmara dos Senadores: estes periódicos mostravam com toda clareza que em “Portugal não se queria o tráfico abolido”.<sup>682</sup>

### 1.3.3. Os abolicionistas: “O tráfico da escravatura não interessa aos portugueses”

As manifestações favoráveis à abolição do tráfico de escravos, por parte dos periódicos portugueses foram pouco significativas, diante da esmagadora voz anti-abolicionista. As vozes abolicionistas soaram fracas e minoritárias, diante dos fortes e contundentes argumentos anti-abolicionistas, que tinham como paladino *O Nacional*, maior e mais influente jornal da época. Os discursos abolicionistas partiram dos periódicos cartistas: *O Correio de Lisboa* e *O Director*, e dos periódicos literários: *Revista Literária* publicada no Porto e *O Panorama*, publicado em Lisboa por Alexandre Herculano.

*O Correio de Lisboa* se posicionou a favor da abolição imediata do tráfico da escravatura, ao declarar: “o tráfico da escravatura não interessava aos Portugueses”. *O Correio*, importante periódico cartista, redigido entre outros por Francisco de Almeida Araújo, chegou mesmo a desenvolver uma campanha pro-abolicionista, mas não conseguiu impressionar e nem mobilizar a opinião pública, pois ao defender a abolição da escravatura, terminava por defender a causa dos ingleses. Sendo portanto considerado um traidor e anti-patriota. Ou seja, defender a abolição do tráfico, era o mesmo que ir contra a toda retórica daquela conjuntura nacional.

O único meio que dispunha para desenvolver a campanha abolicionista, era através da publicação de correspondências diplomáticas trocadas entre a Inglaterra e Portugal (facilitada pelo acesso à embaixada britânica) e das transcrições dos jornais ingleses: *Lisbon Mail*, *Mornig Herald* e *Morning Chronic*. Para este periódico a abolição da escravatura era benéfica e a nação portuguesa devia agradecer ao governo de Londres, por advogar a favor dos interesses de Portugal. Assim sendo, o tratado com a Inglaterra deveria ser concluído rapidamente pois desta forma “exigia o desempenho de obrigações contraídas por Portugal, o voto de mundo civilizado, a honra nacional, e o decoro da Soberana dos Portugueses”.<sup>683</sup> Ao assumir essa posição *O*

---

<sup>682</sup> *Diário do Governo*, 1 de agosto de 1840. Câmara dos Senadores, sessão de 16 de julho de 1840.

<sup>683</sup> *O Correio de Lisboa*, 30 de maio de 1838. “Breve Apostólico do Santo Padre pela Divina Providencia Gregório XVI. Sobre a abolição do commercio da escravatura dos negros. Impresso em Roma na Typographia da Câmara Apostólica no anno de 1839”.



*Correio* envolveu-se em fortes contendas com os jornais setembristas, sobretudo com *O Nacional*, que não aprovava a interferência da Inglaterra em Portugal.

Numa tentativa de influenciar a opinião pública e sobretudo o governo, para em nome da religião, abolir o tráfico da escravatura, *O Correio* publicou um breve apostólico de S. Santidade o Papa Gregório XVI escrito em 3 de dezembro de 1839. Neste documento o Papa condena o tráfico de escravos, como sendo contrário ao verdadeiro espírito da cristandade, e admoesta para que não se empregue nele os fiéis católicos. O apostólico, obtido por pressão do governo inglês à Santa Sé, é dirigido especialmente aos súditos da Espanha e Portugal, que persistiam em continuar em contravenção aos tratados e em desprezar “as reclamações da humanidade e das leis de Deus”. Segundo *O Correio*:

Não podemos duvidar que esta interposição prompta e deciziva, pela mais alta authoridade espiritual da igreja romana, mui poderosamente ajudará o governo inglez na sua determinação de obrigar á inteira extinção do maldiçoado trafico de carne humana. A historia das negociações entre este pais e os estados estrangeiros, e a firme determinação patenteada pelo nosso secretario de estado de negócios estrangeiros para levar a effeito o pleno cumprimento deste fim verdadeiramente nobre, será lembrado como um triunfo soberbo na causa da humanidade, concluído pelo governo actual, não só contra a opposição determinada dos empregados em tal trafico, mas contra a opposição dos tories, que prestaram auxilio para contrariar a determinação do governo a obrigar ao abandono do trafico os estados estrangeiros, pelo vis motivo de partido.<sup>684</sup>

*O Director*, periódico também cartista, redigido pelo cônego José Maria Correia de Lacerda, segue os mesmos princípios do *Correio*, ao defender a abolição imediata da escravatura. Sendo por isso, também alvo de toda sorte de críticas por parte dos periódicos setembristas. *A Revista Literária*, periódico de literatura, filosofia, viagens, ciências e belas artes, publicada no Porto, também se mostra desfavorável à escravatura, ao comentar a obra de M. de Saint Paul, sobre a “antiga escravidão”:

O autor declara-se em certo modo apologista da escravidão. Nós pela nossa parte rejeitamos esta doutrina formal e absolutamente. O homem tem direitos sagrados, que são de todos os tempos e de todos os lugares. Há neste mundo uma lei superior a todas as necessidades políticas; e se a sociedade pagam ignorou ou desprezou esta lei, para que a havemos de desculpar? A escravidão deve primeiro que tudo ser julgada segundo o direito e segundo a moral; e debaixo deste ponto

---

<sup>684</sup> *O Correio de Lisboa*, 14 de janeiro de 1840.

de vista o que é a escravidão? É o abuso desenfreado da força, é o desprezo da existência na mais horrorosa expressão.<sup>685</sup>

*O Panorama*, periódico literário, instrutivo e científico, da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, publicado em Lisboa e redigido por Alexandre Herculano, desde o sua primeira edição em 1837, se comprometeu à prática de um jornalismo capaz de fornecer à opinião pública, os instrumentos necessários para a compreensão dos problemas políticos, sociais e artísticos. Além ser o principal órgão divulgador do Romantismo em Portugal, tornou um dos periódicos literários mais lidos e contava com a colaboração de vários jornalistas e historiadores. Contudo *O Panorama* surgiu numa conjuntura em que discussões sobre a abolição tráfico e os atritos entre Portugal e Inglaterra, começavam a ficar acirradas e a dividir a opinião pública: de um lado e em grande maioria, os que defendiam a permanência do sistema escravista, e do outro os defensores da abolição imediata.

Como muitos, apesar de Herculano ser um cartista moderado, *O Panorama* não ficou imune ao dilema, de ter que tomar uma posição sobre o problema que ganhava cada vez mais importância na imprensa e na opinião pública. Se, por um lado mostrava-se capaz de colocar o sistema escravagista em questionamento, por outro parecia querer ajudar na sua manutenção. Evidenciando assim, a contradição e a dúvida que se fez sentir na sociedade portuguesa em relação à escravidão dos africanos. Sem fazer apologia à escravatura, ao relatar a composição étnica do povo brasileiro, afirma que no Brasil os escravos são bem tratados e bem adaptados à índole aos costumes que são obrigados a tomar. No Brasil, os “senhores e escravos, longe estão os costumes de serem cruéis, como em muitas colônias europeas; e desaffogadamente se póde afirmar que em nenhuma região do Novo-Mundo são mais bem tractados os pretos.”<sup>686</sup>

Todavia *O Panorama*, não foi insensível diante das denúncias dos mal tratos sofridos pelos africanos no tráfico negreiro, e tomou uma posição abertamente abolicionista. Segundo o periódico, os princípios filosóficos e a causa da humanidade traziam na prática, a ação dos governantes, dos homens influentes e sobretudo dos escritores, incumbidos de acabar de uma vez por todas com o “horrível comércio dos escravos”. O futuro da liberdade e da humanidade estava comprometido pelas ações dos traficantes de escravos. A solução efetiva para acabar com o tráfico, segundo *O Panorama*, estava em atacar os traficantes:

---

<sup>685</sup> *Revista Literária*, 2º ano, 1839.

<sup>686</sup> *O Panorama*, 17 de março de 1838.

[...] é preciso se faça com que o povo olhe para os traficantes de escravos, como na idade media se olhava para um templário, depois da extinção da ordem; como nossos avós olhavam para os judeus no princípio do século 16; que se lhe negue o sal e o lume, a agua e a hospitalidade; que d'elles se fuja como empestados. Para isto não são necessárias as calumnias; basta lançar diante dos olhos do povo páginas escolhidas da história daquele detestável tracto; e isto em um, e em mil jornaes; uma e mil vezes.<sup>687</sup>

Na sequência narra as atrocidades dos traficantes do *Rodeur* e *Leon*, navios francês e espanhol, empregados no tráfico de africanos. Em 21 de dezembro de 1839, *O Panorama* publicou um estudo econômico comparando os trabalhos escravo e livre. Neste estudo fez importantes observações sobre a inviabilidade do trabalho escravo, sobretudo se comparado com os trabalhadores livres das fábricas da Inglaterra; e a melhor produtividade do trabalhador livre nas plantações: “A experiência dos plantadores mostra que a escravatura é tão nociva aos senhores como aos escravos [...]. A experiência mostra também que em toda parte onde se emanciparam escravos as terras augmentaram de valor”.<sup>688</sup> Concluiu: “Oxalá seja levado a efeito, que a religião, a humanidade, a filantropia, a utilidade pública e particular, deem as mãos neste objecto, para realizar e generalizar esta proficua deliberação”.

## Conclusão

A posição ambígua e dual da opinião pública, evidenciada pela maioria da imprensa portuguesa, não significava propriamente falta de interesse pela questão da abolição da escravatura, nem ausência de sentimento humanitário. A opinião pública tinha plena consciência de que a abolição da escravatura era uma questão atual e de civilização europeia. Todavia mesmo diante desta constatação, o emprego da mão-de-obra escrava, era uma realidade que parecia não perturbar o imaginário da época. Estas posições nada mais eram, do que o reflexo da falta de maturidade das ideias abolicionistas, e do condicionalismo político e econômico de Portugal. Segundo Maria do Rosário Pimentel, as atitudes abolicionistas em Portugal, evoluíram com características específicas, surgidas de um núcleo de opiniões, sem a organização do movimento inglês e francês. Não houve recurso à sensibilidade religiosa, como em Inglaterra, nem discussões intelectuais como em França (Pimentel, 1995). Apesar da

---

<sup>687</sup> *O Panorama*, 14 de julho de 1838.

<sup>688</sup> *O Panorama*, 21 de dezembro de 1839.

influência da ilustração francesa em Portugal, de finais do século XVIII e século XIX, e dos mais importantes textos ingleses, que condenavam a escravidão terem sido traduzidos para o português e divulgados, a partir da última década de 1780, não foram capazes de gerar movimentos ou sociedades abolicionistas em Portugal. Para sociedade portuguesa, a prática escravista, era algo habituado, tolerável e vista como essencial e natural ao sistema colonial.<sup>689</sup> Para a grande maioria dos portugueses, sejam eles letrados ou não, a escravatura era considerada um mal necessário.

Entretanto, diante da conjuntura internacional de forte pressão inglesa, de liberalismo, ampliação do espaço público e de emergência da opinião pública, as teorias e justificativas que no Antigo Regime legitimaram a escravatura, já não eram suficientes. Conforme demonstrado, começou a incomodar algumas parcelas da sociedade. Entretanto, para a opinião pública portuguesa, os maiores impedimentos para uma campanha abolicionista eram: (i) o temor coletivo de que a Inglaterra, na sequência da proibição do tráfico atlântico, forçasse a abolição do trabalho escravo, como já havia feito em suas colônias em 1833. Num contexto de afirmação nacional e de inserção internacional no âmbito do neocolonialismo, Portugal não estava preparado para acabar de um momento para o outro, com um sistema tão arraigado, antigo e necessário para suas colônias, ainda mais por imposição estrangeira. (ii) O enorme receio de perder as possessões africanas, seja para os ingleses, brasileiros, espanhóis e até mesmo para os nativos africanos. Elas representavam não só o futuro econômico e a grandeza da nação portuguesa, mas também o glorioso passado das grandes descobertas. Conexões espaciais e temporais: passado, presente e futuro, sempre evocados por Sá da Bandeira.

---

<sup>689</sup> Sobre as questões ideológicas do abolicionismo português, ver: João Pedro Marques, *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.

## CAPÍTULO II

### REABERTURA DO TRÁFICO DE AFRICANOS NOVOS NO BRASIL

*“Até certo tempo, isto he quando se receava a execução da Lei, aquella que se dava a tal commercio fazia-o em pequena escalla; mas ultimamente tem subido a ponto que não só os Portugueses, que são os principaes contrabandistas, o fazem em grande escalla, como também Brasileiros cegos pela avareza especulão contra os mais caros interesses da Patria e consta que outras Nações também já nos trazem seus presentinhos de negros.”*

**O Fluminense, 9 de dezembro de 1835.**

#### 2.1. Reabertura do tráfico: a imprensa dividida

Num país escravista como o Brasil, onde o trabalho escravo estava inserido em todas as dimensões da economia produtiva de tal forma que dele dependia a maior parte da população seja rural ou urbana, as motivações que levaram às opiniões divergentes são diferentes daquelas observadas em Portugal. O único aspecto convergente deve-se ao fato de que as opiniões, sejam elas favoráveis e contrárias ao tráfico de africanos, estarem relacionadas às facções políticas. A realidade sombria da escravidão e do tráfico foram mantidas à distância da metrópole desde 1773, quando D. José I emancipou todos os escravos que pusessem os pés em Portugal. Como analisado, o ambiente pouco receptivo às ideias abolicionistas na opinião pública portuguesa, deveu-se basicamente ao receio da perda das colônias africanas e o temor de que a Inglaterra forçasse a abolição do trabalho escravo. Nesta conjuntura de desenvolvimento econômico, as colônias eram fundamentais para ampliação do comércio e da nascente indústria portuguesa.

Problemas de várias ordens estavam em jogo no Brasil. A escravatura, ao mesmo tempo que representava um imenso obstáculo ao progresso e à produção de riquezas, era necessária para o desenvolvimento econômico, num país essencialmente agrícola e latifundiário, com enorme território a ser desbravado. Tanto na prática como no plano das ideias, os africanos eram os únicos capazes de resitir aos árduos trabalhos num clima tropical. Entretanto para além dos problemas relacionados à necessidade tanto de obter, como de romper com a dependência secular e tradicional da mão-de-obra escrava, outros problemas gerados pela própria presença e convívio com os escravos, motivaram a divisão de opinião entre os favoráveis e desfavoráveis ao fim do tráfico.

Conforme verificado, durante a Regência Trina (1831-1834), os jornais do Rio de Janeiro, empreenderam inúmeras críticas e denúncias ao tráfico de africanos. Contudo, a partir de meados de 1834, o movimento contra o tráfico começou a perder força na imprensa da Corte. Uma das primeiras manifestações surgiu com o periódico *A Verdade* (1832-1834),<sup>690</sup> que num artigo intitulado “reflexões”, mostrou-se entusiasmado com o aumento progressivo das exportações brasileira, graças ao café, sobretudo do Rio de Janeiro (conforme a tabela 7), mas também preocupado com a falta de mão-de-obra, pois em sua opinião o tráfico de africanos não deveria “ser extinto de todo, sem que se substituam braços livres no trabalho, que ainda fazem braços escravos.” Através de dados estatísticos tentou demonstrar o grande potencial que o Brasil tinha para prosperar em curto espaço de tempo graças a agricultura, “fonte principal da nossa riqueza.” Mas, tudo ia depender da prudência dos nossos governantes e do bom senso dos governados, pois “os tesouros da agricultura são imensos e ainda muito pouco explorados”. Na opinião do periódico, os representantes da nação deveriam repartir os cuidados entre os negócios políticos e de prosperidade interna. Portanto acreditava que “os deputados não seriam surdos à estas vozes, que em presunção poder afirmar, que são de todos os fazendeiros do Brasil.” Cabia ao governo e ao “Corpo Legislativo”, através de medidas legislativas, promover o seu adiantamento e dar expansão às suas ideias patrióticas a este respeito.

Na opinião do redator, enquanto não se elaborasse uma lei para atrair colonos para fazer nos campos o que os africanos fazem, seria inútil proibir a entrada de escravos. Devido o interesse que o lavrador tem em conservar ou aumentar a sua produção agrícola, ele irá naturalmente tentar, mesmo debaixo de todo o risco e ameaçado de penas terríveis, iludir a lei “e baldear das praias de Africas às do Brasil esses enchames de negros, que dão golpe morta, por muitos motivos à nossa prosperidade.”<sup>691</sup>

---

<sup>690</sup> Jornal *Miscellanico*, publicado no Rio de Janeiro três vezes por semana (terças, quintas e sábados), vendido a 80 réis o número avulso. No seu primeiro número saído a luz no sábado do dia 25 de fevereiro de 1832, informa que a folha pertence a uma sociedade de 40 acionistas, cada um financiava 100 réis. Os lucros e perdas são divididos pelos acionistas. Procurando variar tanto quanto for possível, “misturando o útil ao agradável”. A redação feita por alguns de seus membros, tinha por objetivo não só afiançar o público a existência e aparição de uma folha regular, “como indicar a nossos concidadãos esta maneira de empreender, pouco conhecida entre nós. Cada acionista tendo entrado com 20 réis de suas ações, formou um capital com que se sustentará a folha 4 mees, findo os quais a cota será menor, e assim por diante, até que comece a dar interesse, sendo o maior um veículo mais por onde se espera fazer chegar a verdade a par das calúnias que abundam os farroupilhas, anarquistas, rusguentos e outros que podem nascer das cavernas dos vícios: de aquelas de onde nem arte, nem ciência são precisos para levar a anarquia mesmo ao ceio das famílias do mais remoto lugar do Brasil. O título do jornal nos compromete a delucidar qualquer calúnia de que lancem mão estas folhas que se ecoravam em um juri minimamente indulgente. Conterá uma revista da Corte, notícias das províncias, estrangeiras, alguns dados estatísticos, literatura, etc.”

<sup>691</sup> *A Verdade*, 12 de julho de 1834.

**Tabela 6. Exportação de café do Rio de Janeiro**

Ano	Sacas (5 arrobas cada)
1825	183.072
1826	260.000
1827	350.900
1828	369.147
1829	375.107
1830	301,785
1831	448,249
1832	509.632
1833 a 1834	647,800

Fonte: *A Verdade*, 12 de julho de 1834, nº 328.

As preocupações do periódico *A Verdade*, não eram infundadas, além da crise no setor financeiro - que entre outros problemas levou à circulação de moedas de cobre falsas em todo o Brasil - o setor agrícola estava passando por uma fase muito difícil, entre 1830 e 1840 (ver quadro 9). O açúcar e o algodão, principais produtos agrícolas de exportação do nordeste brasileiro, sofriam com a concorrência externa.<sup>692</sup> A situação competitiva e de concorrência internacional prejudicava igualmente a exportação de outros gêneros como o cacau, erva-mate, fumo, borracha e o couro. A economia brasileira só deu sinais de melhora, com a produção do café do Vale do Paraíba (entre o Rio de Janeiro e São Paulo), tanto é que a maior parte dos escravos contrabandeados eram encaminhados para Vale do Paraíba, condição que repercutiu nas excelentes safras de 1833 e 1834 (Marquese & Tomich, 2009:365). Portanto para continuar o nível de crescimento, era necessário manter o tráfico de africanos. Além do mais, segundo Emília Viotti da Costa (1999:190), “a nação estava firmemente controlada pelos grupos ligados à economia de exportação-importação: os grandes proprietários rurais, e os comerciantes de escravos.” Sendo assim, haviam grandes interesses em jogo.

---

<sup>692</sup> Produção açucareira enfrentava forte concorrência da produção do açúcar cubano, e do açúcar de beterraba na Europa. Cuba, que havia aberto os seus “portos a todas as nações amigas”, constituía o maior supridor do mercado norte-americano. O mercado inglês ainda era abastecido pelo açúcar das colônias antilhanas. A situação da economia algodoeira, ainda era pior do que a do açúcar, devido a forte concorrência norte-americana (Furtado, 2003).

**Quadro 8. Principais produtos de exportação brasileiro (em %)**

<i>Decênio</i>	<i>Café</i>	<i>Açúcar</i>	<i>Cacau</i>	<i>Erva Mate</i>	<i>Fumo</i>	<i>Algodão</i>	<i>Borracha</i>	<i>Couros e peles</i>	<i>Total</i>
1821-1830	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6	85,8
1831-1840	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9	89,8
1841-1850	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5	88,2
1851-1860	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2	90,9

Fonte: Comércio Exterior do Brasil, nº 1, c.e.e. nº12-a, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, in Fausto (1995:191).

*O Sete d'Abril*, um dos principais críticos do tráfico negreiro, também começou a dar indícios de mudança de opinião, ao publicar o discurso do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos, sobre a discussão “Proposta do Governo sobre a exportação dos africanos importados contra os Tratados e Leis em vigor.” Nele, o deputado além de ser terminantemente contrário ao tratado que habilitava juizes ingleses a julgarem no Brasil, por considerar inconstitucional e uma afronta à “*dignidade e honra da nação*”, declarou “danosa a “Lei novíssima.” Demonstrou preocupação com os proprietários de escravos e criticou a tendência dos Ministros brasileiros a serem submissos a Inglaterra. Por fim, concluiu que não era a filantropia que movia os interesses dos ingleses para abolição da escravatura, mas sim as “razões de Estado.”<sup>693</sup>

Em fevereiro de 1835, *O Sete d'Abril* fez coro com o jornal paulista *O Justiceiro*, ao compilar na íntegra o longo artigo “Do Tráfico dos Pretos Africanos”, de autoria do Padre Diogo Antônio Feijó (co-proprietário do jornal, ex-Ministro da Justiça e futuro Regente Uno), publicado no dia de Natal do ano 1834. Aliás, o artigo, criticado por uns,<sup>694</sup> elogiado por outros, que foi reproduzido em vários jornais da Corte e abriu caminho para a percepção de que a continuação do tráfico era de fato necessária para evitar colapso no setor agrário, por conseguinte na economia brasileira, e que a lei de 1831 por ser inexequível, deveria ser revogada. Ou seja, *O Justiceiro* embora reconhecesse os malefícios da escravidão, entendia: (i) que “no estado atrasado em que se encontrava a agricultura brasileira, pelo hábito e pela vontade

<sup>693</sup> *O Sete d'Abril*, 30 de setembro de 1834.

<sup>694</sup> Para o redator de *A Novidade* (1835), por Feijó ter sido co-participante nas leis contra os importadores e compradores de africanos, “não pode deixar de enxergar o referido no referido artigo hum grosseiro anzol para pescar votos”. *A Novidade*, 17 de março de 1835.



da opinião pública, acabar de uma vez com o tráfico de africanos era querer o impossível!” (ii) para o autor do artigo, devido a geral desobediência da lei ela deveria ser revogada. Esta proposição, vinda de um legalista, defensor da autoridade e principal apoiante da Lei de 1831, que levou o seu nome, provocou grande revés na opinião pública.

Em agosto do mesmo ano, os comentários em relação ao discurso do deputado Bernardo Pereira de Vasconcelos deixam claro não só a mudança de opinião do *Sete d’Abril*, mas também do deputado ao declarar que:

[...] a escravidão dos africanos não era tão odiosa como a representavam alguns outros Srs; que ella era accommodada aos nossos costumes, conveniente aos nossos interesses e incontestavelmente proveitosa aos mesmos africanos que melhoravão de condição; e confirmou quanto disse com a opinião dos philosophos antigos, e com os exemplos de todas as Nações civilizadas e não civilizadas concluindo que a abolição d’esse trafico não era objeto de lei, mas que se devia deixar ao tempo e ao progresso do paiz: quando o trafico não conviesse mais aos interesses publicos e particulares...<sup>695</sup>

Para vingar a “*honra Nacional*”, o deputado propoz a revogação total da lei que punia a importação e tráfico de escravatura no Brasil. Com este posicionamento *O Sete d’Abril*, acendeu um “facho de palha”, dando início às discussões na imprensa em torno do tráfico da escravatura, muito maior, mais acirrada e dividindo opiniões, do que aquela desenvolvida às vésperas do fim do tráfico. O periódico empreendeu em suas páginas uma verdadeira campanha em favor da continuidade do tráfico justificado pelo hábito, amparado legal e moralmente no artigo “Do Tráfico dos Pretos Africanos,” com objetivo de tornar público o reconhecimento da Regência (diga-se de Diogo Feijó) sobre a continuidade do tráfico. Ou seja, o artigo de Feijó - escrito antes da sua eleição com objetivo de angariar-lhe votos - tornou um poderoso argumento contra a sua própria administração e para os defensores da continuidade do tráfico de africanos.

No início de 1835 as mudanças políticas já eram claras. Os “*caramurus*” não representavam mais o perigo da tão temida restauração depois da morte de D. Pedro I. A ameaça de desagregação do Império e a emergência do grupo ligado à expansão cafeeira, única capaz de dar sustentação ao Império, provocou uma nova articulação política aproximando “*caramurus*” e “*chimangos*”. Bernardo Pereira de Vasconcelos, depois da vitória do Ato Adicional de 1834 e da eleição de Feijó, havia afastado dos liberais moderados progressistas e passado para o lado dos liberais conservadores. Junto com outros conservadores, maioria na

---

<sup>695</sup> *O Sete d’Abril*, 01 de agosto de 1835.

Câmara dos Deputados na terceira legislatura 1834-1837, formou o partido conservador “Regressista” e tornou líder da oposição contra Feijó e Evaristo (Carvalho, 1999:23-24).<sup>696</sup>

Em meio aos ataques pessoais a diferença mais aguda entre Vasconcelos e seus antigos aliados Evaristo da Veiga e Diogo Feijó, foi a questão do tráfico da escravidão. Embora os três fossem proprietários de escravos,<sup>697</sup> Vasconcelos, que até então era grande crítico do tráfico e havia se posicionado a favor do tratado-anglo-brasileiro na Câmara dos Deputados em 1826, em nome do “interesse nacional”, encabeçou a campanha para a reabertura do tráfico, utilizando largamente a imprensa regressista e conservadora. Segundo Sodré (1999:182), a fase que antecede o golpe da Maioridade, é concomitante à hegemonia dos grandes latifundiários e da Corte. Esta “classe dominante” queria a imprensa em “suas mãos”, para contribuir para a consolidação da estrutura escravista e feudal repousada no latifúndio.

Foi assim que a campanha para reabertura do tráfico empreendida no parlamento ganhou o espaço público. Limitados pelo decoro parlamentar ou pelo crime de responsabilidade, através dos jornais os políticos podiam manifestar com mais liberdade as suas opiniões. Entretanto, na reabertura do contrabando as opiniões não foram unânimes. Pelo contrário, dividiu a imprensa e por conseguinte a opinião pública no Rio de Janeiro e na Bahia, que depois de um longo silêncio resolveu manifestar-se.<sup>698</sup> De um lado estavam os periódicos que defendiam o fim do contrabando, liderados pelo *Aurora Fluminense*,<sup>699</sup> e do outro, os favoráveis à continuação do tráfico de africanos, tendo *O Sete d'Abril* como principal apologista e defensor.<sup>700</sup> Havia

---

<sup>696</sup> Segundo José Murilo de Carvalho (1999:24), escritor e biógrafo de Bernardo Pereira de Vasconcelos, a disputa entre Vasconcelos, Evaristo e Feijó, durou até a morte de Evaristo (1837) e de Feijó (1843). O duelo entre Vasconcelos e Feijó foi de gigantes, afirma Carvalho. Ambos possuíam personalidades fortes, eram autoritários e indomáveis. No final o duelo assumiu características dramáticas, devido à precária saúde dos dois. Vasconcelos era quase um paralítico desde 1834, enquanto Feijó que havia sofrido um ataque de paralisia às vésperas de tomar posse na Regência, agravado por um derrame logo após a renúncia, ficou hemiplégico. O último embate entre os dois, no Senado ocorreu em 1842, em torno do processo contra Feijó, pela sua participação da Revolta Liberal (ocorrida em Minas Gerais e São Paulo, para combater os conservadores que ganhavam espaço no início do reinado de D. Pedro II). “Foi um duelo de paralíticos, de duas ruínas físicas, mas também de dois gigantes que representavam dimensões fundamentais da luta política da época,” conclui Carvalho.

<sup>697</sup> De acordo com os biógrafos, Feijó só em testamento *post mortem* é que libertou seus escravos. Vasconcelos foi diversas vezes acusado de adquirir escravos para sua fazenda em Minas Gerais, de forma ilícita. A *Mutuca Picante* por exemplo, estranhou o fato de Vasconcelos, quando era Ministro em 1832, ter comprado 60 escravos de uma só vez, apesar de não possuir dinheiro para tantos.

<sup>698</sup> Este problema foi muito discutido na imprensa e opinião pública de todo o Brasil. Mas não é objetivo desta tese, analisar a imprensa a nível nacional. No entanto os jornais publicados no Rio de Janeiro e na Bahia, são representativos da opinião nacional em torno do tema. Haja visto de muitos jornais do Rio e da Bahia reproduziam artigos de jornais publicados em outras Províncias, inclusive de jornais estrangeiro, especialmente de Portugal, Inglaterra, França e Espanha; também de alguns países da América, como os Estados Unidos, Argentina, Uruguai, México, entre outros. Por outro lado, os jornais das Províncias brasileiras, reproduziam artigos dos jornais de Salvador e Rio de Janeiro, principais cidades do Império. O que demonstra a circulação nacional e internacional das notícias.

<sup>699</sup> *O Correio Oficial* (1833-1841), *O Fluminense* (1835-1836 e 1840), *O Pão d'Açúcar* (1835-1836), *O Pacote do Rio* (1836-1837), *O Atlante* (1836) e *O Cronista* (1836-1838).

<sup>700</sup> Os periódicos editados no Rio de Janeiro e editados na Bahia: *O Censor* (1837), *O Democrata* (1833-1842), *Correio Mercantil* (1836-1849).

também os periódicos neutros e os ambivalentes. Entre os neutros estava como o *Jornal do Commercio* por exemplo, que apenas noticiavam e publicavam artigos sobre o tráfico, tentando não demonstrar tendência a nenhuma facção política ou dar conotação de favorabilidade. Já os ambivalentes, mesmo abordando o problema do tráfico, sempre ligado às questões econômicas, religiosas, de saúde pública, imigração ou inserido em fragmentos de discursos parlamentares, não demonstravam uma posição definida em relação ao tema. Outros, no entanto, permaneceram no mais profundo silêncio sobre o problema durante o período regencial. Foi o caso do *Repúblico* (1830-1831; 1831-1832; 1837; 1853-1855), importante periódico redigido pelo publicista Antônio Borges da Fonseca que neste período, fez apenas um breve comentário relacionando a emancipação de escravos nas colônias francesas com a violação da lei de 1831 no Brasil.<sup>701</sup> Contudo há que levar em consideração que, além da restrição à liberdade de imprensa, muitos jornais tiveram vida curta com no máximo um ano de atividade, e periodicidade limitada a semanário ou bisemanário, como por exemplo o *Atlante*, que publicou apenas 28 números em 1836 e a *Mutuca Picante*, com 37 números entre 1834 e 1835.

Os debates entre os defensores e os opositores do tráfico, estavam intimamente relacionados às duas facções políticas antagônicas: *Liberais Progressistas* e *Conservadores Regressistas*. Assim, de forma violenta, acirrada e agressiva os debates ficaram praticamente centralizados no *Aurora Fluminense* e no *Sete d'Abril*, com ataques pessoais entre os redatores, muito por conta das divergências políticas entre os dois deputados por Minas Gerais Evaristo de Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos.<sup>702</sup> Embora Evaristo<sup>703</sup> se assumisse como redator do *Aurora*, o mesmo não se podia dizer de Vasconcelos, que nunca se assumiu como redator

---

<sup>701</sup> Antônio Borges da Fonseca, um dos líderes da Revolução Praiera (1848) em Pernambuco, estava mais preocupado com os conflitos políticos do Primeiro Reinado e da Regência do que com os problemas relacionados à escravidão. *O Repúblico* só vai manifestar claramente sobre o assunto, na sua quinta fase de publicação (1853-1855, inclusive rememorando fatos passados, em relação ao fim do tráfico.

<sup>702</sup> José Murilo de Carvalho, explica que o estilo virulento dos redatores desta época está relacionado com as regras da retórica em que o orador utilizava-se do argumento ad hominem, ou ad personam, ou seja, para demonstrar a própria virtude, competência e honestidade, buscava desqualificar e desvalorizar o opositor ou seu discurso, através de ataques pessoais contra seus atos e caráter. Tudo isso com uma clara tentativa de defender suas ideias e projetos, convencer o público e formar uma opinião sobre determinado assunto em discussão. Por isso o autor chama atenção para a importância da audiência para quem se fala. É ela que vai determinar o estilo do orador e os argumentos por ele utilizados. Neste caso, o autor apresenta o depoimento de Evaristo da Veiga, conhecido como um dos jornalistas mais equilibrados e moderados daquela época - mas nem por isso deixou de ser alvo de difamações e vítima de atentado com projétil - é bastante revelador: Evaristo se disse “arrastado pela força da corrente” (o público), que puxava na direção do argumento pessoal. “Os que recusassem a aderir a este estilo teriam sua eficácia reduzida, estariam em desvantagem.” Justificando assim o fato de também ter aderido à retórica combativa (Carvalho, 2000:123-152). Por outro lado, segundo Sodré (1999:168), Evaristo da Veiga não foi um exemplo de ética no jornalismo. Duramente atacado, “revidou com aspereza; sofreu campanhas torpes, cuteladas violentas, provocações de toda ordem, mas não permaneceu insensível, dobrou-se às imposições do tempo e brandiu, como os outros ...”

<sup>703</sup> Desde 1834, Vasconcelos e Evaristo já vinham se estranhando pela imprensa, mas a ruptura total entre eles se deu em meados de 1835, após o encerramento da primeira sessão legislativa da Assembleia Provincial de Minas. Sobre as divergências políticas entre Vasconcelos e Evaristo, ver: Sousa (1972).

ou editor do jornal, apesar de ter assinado alguns artigos e do jornal deixar transparecer sua ligação com o deputado mineiro.<sup>704</sup> Como vimos na primeira parte, era uma prática comum os redatores manterem o anonimato. Aliás, a ocultação do nome dos autores foi um problema que Feijó tentou combater desde a época em que ocupou a pasta da Justiça (1831-1832).<sup>705</sup> A indicação de que Vasconcelos era um dos redatores, vinha sobretudo dos seus adversários.<sup>706</sup> O próprio periódico chegou a reclamar que os “marrecos confundiam *O Sete d’Abril* com o Sr. Vasconcellos.”

Em suma, é possível afirmar que a partir de então, o problema da escravatura no Brasil passa a estar intimamente relacionado às facções políticas opositoras e por sua vez, teve o seu desdobramento na imprensa. Assim, cada um por seu lado procurar-se-á provar os males e os benefícios do tráfico de africanos.

## 2.2. Pró-abolicionistas: os males do tráfico

No Império brasileiro, o contrabando de escravos já não era segredo e nem escondido. As autoridades eram coniventes e contavam com apoio da população, de acordo com as inúmeras

---

<sup>704</sup> Os historiadores da imprensa brasileira, Nelson Werneck Sodré e Benedito Juarez Bahia, afirmam que Bernardo Pereira de Vasconcelos foi redator do *Sete d’Abril*. Para Juarez Bahia (2009), ele redigiu o *Sete d’Abril* até 1837, sendo sucedido por Thomás José Pinto de Serqueira. O autor afirma ainda que Bernardo Pereira de Vasconcelos praticou um jornalismo “militante, ideológico e agitador”, colocando-o no mesmo nível de importantes jornalistas, como Hipólito da Costa, Evaristo da Veiga, Luís Augusto May, os irmãos Andradas e Antônio Borges da Fosenca.

<sup>705</sup> Para Feijó os escritores públicos deveriam ser responsáveis por seus escritos e que as calúnias e injúrias impressas deveriam ser processadas como crimes policiais: “Cautelas devem ser tomadas, para que o Escritor nem possa iludir a boa fé dos leitores, ocultando o seu nome, talvez bem desprezível, nem escape ao pronto castigo de sua temeridade. As injúrias, calúnias, e ameaças, que a Lei de 26 de Outubro do ano próximo passado [1831], tão sabiamente classificastes entre os crimes policiais, ainda impressas, devem ser processadas do mesmo modo: A simplicidade do Processo, a pronta imposição da pena, abafarão o ressentimento da honra ultrajada: evitar-se-ão as funestas consequências do amor próprio ofendido, e conter-se-á a audácia do homem sem pundor, e sem educação.” Relatório do Ministério da Justiça (Ministro Diogo Antônio Feijó), sobre o ano de 1831, apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na sessão ordinária de 1832. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de E. Seignot-Plancher, 1832, p. 9-10. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/>. Último acesso em 25 de fevereiro de 2017. Em 1834, num artigo intitulado “Do Jornalismo no Brasil” publicado em *O Justiceiro*, procurou distinguir os jornalistas que responsabilizam pelos seus escritos, daqueles que não assumiam a responsabilidade. Enquanto os primeiros “conseguiram comunicar aos seus leitores algumas luzes sob objetos políticos”, os últimos eram considerados “escrevinhadores imprudentes” e “desprezíveis”, que “escudados no incógnito, pelo qual escapavam aos raios diretos da ira do perseguido e da indignação pública, desfecharam um chuveiro de sandices, sarcasmos, e maldições contra inimigos particulares, contra pessoas que nunca os ofenderam, contra seus rivais”. Na opinião de Feijó - que também foi alvo destes ataques pessoais por isso processou seus opositores: *O Sete d’Abril*, o *Raio de Jupter* e o *Pão d’Açúcar* - a lei era a “única culpada pelos excessos” e pelo anonimato, pois não exigia garantias do escritor. *O Justiceiro*, 11 de dezembro de 1834. Eleito Regente Uno tentou, ao impor algumas regras na imprensa através do Decreto de 18 de março de 1837, que instrua sobre o andamento dos processos e das sentenças nos crimes desta natureza. Coleção das Leis do Império do Brasil, 1837, p. 11.

<sup>706</sup> José Joaquim de Figueiredo e Vasconcellos se aprenhava como primeiro redator. Entretanto os periódicos opositores com a *Mutuca Picante* (1834-1835), em vários números insinuou que Vasconcelos era o redator principal do periódico de maneira provocativa: “Rato escondido com o rabo de fora” ou “é mais fácil apanhar hum mentiroso, do que hum coxo. Ignora esse Redactor moleta”, fazendo alusão ao fato de Vasconcelos andar de moletas devido a uma acentuada paralisia dos seus membros inferiores. Também o *Aurora Fluminense* (1838-1839), na sua segunda fase, sem identificação do redator, insinuou que “Ministro (Bernardo Pereira de Vasconcelos) era quem contratava os escritores para a redação do *Sete d’Abril*.”

denúncias e críticas nos jornais. Na Câmara dos Deputados, conforme verificado, as várias petições das Assembléias Municipais para revogação ou reforma da lei de 1831 contavam com o apoio de muitos parlamentares. Poderosos traficantes estabelecidos no Rio de Janeiro e Salvador, dominavam o contrabando de africanos e os fazendeiros de todo o país (especialmente do Sudeste), sejam eles grandes ou pequenos, os compravam. Pela conveniência, formaram todos uma grande rede de interesses envolvendo corrupção, prevaricações, propinas e subornos. Por tudo isso, questionar o contrabando parecia ser algo delicado e perigoso. É possível perceber este dilema no desabafo do *Paquete do Rio*:

Vamos tocar num assunto que vai despertar o ódio de muitos, porque contrariar os interesses contrariar suas vistas, e burlar os seus interesses: quremos fallar do contrabando dos infelizes Africanos [...]. As transacções desta natureza já não são occultas; quem não he hoje contrabandista de Africanos, não he sugeito de bom tom. Pessoas mesmo que por suas ideias, posição social, e cargos que ora occupão, devião encarar semelhante trafico com horror, por isso que os cobre de opprobrio, tem descido de sua alta dignidade até o ponto de comprar Africanos para fabricar seus engenhos. Que oppor a esta torrente de immoralidade? Só uma guerra mui forte, e aturada á estes verdadeiros inimigos; só o fiel cumprimento da Lei erão capazes de fazel-os para na carreira criminosa. Em lugar disto que vemos nós?<sup>707</sup>

O *Paquete do Rio*, concluiu seu artigo evidenciando o seu temor e risco de expor tal problema: “temos fallado com bastante franqueza, e de mais não damos porque cousas sabem-se e se não podem provar, e por isso se podem publicar. Ai do pobre á quem se attribuir este artigo!” Este problema também não passou despercebido por Lopes Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que durante o seu pronunciamento à Câmara dos Deputados, em resposta aos seus atos ou inação em relação ao contrabando de africanos, declarou que os jornais temem defender a causa contrária porque acreditam ir contra a opinião geral, de que esta é uma necessidade pública e reclamou: “O jornal que quer fazer a sua fortuna, não admite artigos contrarios a esta opinião. Hum escripto se quis imprimir nesta Côrte esclarecendo a opinião publica sobre o trafico de Africanos, consta-me que dous jornaes não o quizerão inserir nas suas columnas”.<sup>708</sup>

O pronunciamento do Ministro é bastante revelador e corrobora o desabafo do *Paquete do Rio*. De acordo com os argumentos de Lopes Gama, ele não poderia ser julgado pelo que diziam os jornais, pois devido os grandes interesses que envolviam o tema, muitos redatores

---

<sup>707</sup> *Paquete do Rio*, 9 de junho de 1836.

<sup>708</sup> *Correio Official*, 4 de maio de 1840.

tinham receio de publicar qualquer opinião em relação ao tráfico. O desembargador Henrique Velloso de Oliveira (1845), em sua obra *A Substituição do Trabalho dos escravos pelo trabalho livre no Brasil, por um meio suave e sem dificuldade*, escrita em 1842 e oferecida à Câmara dos Deputados em 1845, reclamou que deste muito tempo tem “tomado a penna para advogar a causa da humanidade”, mas por muitos motivos têm sido obstado de divulgar suas ideias e nem a imprensa quis publicá-las, e que há dez anos vinha sendo cruelmente perseguido e caluniado, sobretudo no meio político, por defender o fim do tráfico e da escravidão.

De fato, como havia uma forte relação entre a política e o tráfico de africanos, defendê-lo ou rechaçá-lo era uma forma de fazer oposição ou alimentar ódios contra ou a favor dos governos. Segundo as informações e críticas de *O Novo Tempo* (1844-1845), numa sociedade escravocrata, um político apoiar o tráfico e a escravidão era uma forma de angariar votos: “Vote nesta chapa que é dos que querem escravos e deste modo a lavoura há de prosperar...”, exemplificou o periódico.<sup>709</sup>

Portanto, devido o forte vínculo político, não foi fácil para periódicos abolicionistas formarem uma opinião pública favorável ao fim do tráfico. Em seus discursos, os abolicionistas procuraram direta ou indiretamente demonstrar os males do tráfico e da escravidão através de três principais preocupações nacionais: segurança pública, imoralidade e economia. Estes dois últimos aspectos, estavam sempre atrelados à necessidade de se promover a imigração ou colonização, apresentando a mão-de-obra livre e de origem europeia, como solução para os problemas morais e econômicos.

### **2.2.1. Insurreição escrava e segurança pública**

A revolta dos malês ocorrida na Bahia, na noite de 24 para 25 de janeiro de 1835,<sup>710</sup> serviu de forte argumento sobre a inconveniência do tráfico. Conforme já foi dito, ocorreram várias

---

<sup>709</sup> *O Novo Tempo*, 01 de agosto de 1844.

<sup>710</sup> Um grupo de mais de seiscentos escravos, emancipados e libertos africanos, rebelaram em Salvador. Segundo Verger (2002: 369), o dia do ataque foi cuidadosamente escolhido. Ocorreu no dia da celebração da festa de Nossa Senhora da Guia e muitas pessoas da cidade faziam vigília na Igreja de Bonfim. O plano foi “inteligentemente estabelecido”. Os revoltosos deveriam provocar simultaneamente incêndios em diversos pontos da cidade, para desviar a atenção da polícia e da tropa”. Assim, em meio à “confusão poderiam atacá-la e desarmá-la”. O plano teria resultado se não tivesse sido denunciado por uma escrava nagô emancipada, que foi prevenir o seu vizinho da trama e este, por sua vez, procurou imediatamente o Presidente da Província e o Chefe de Polícia. Após três horas de luta contra as forças do governo, os rebeldes foram derrotados. Os que sobreviveram foram rigorosamente punidos com torturas, fuzilamento e deportações para África. Sobre a Revolta dos Malês e outras rebeliões escravas no Brasil, ver também: Graden (2006), Machado (1994), Reis (1986, 2000 e 2003), Rodrigues (2016).

insurreições escravas urbanas e rurais no Brasil,<sup>711</sup> mas a dos malês pela sua organização e proporção, foi a que mais aterrorizou o Império, provavelmente devido a grande divulgação pela imprensa nacional e internacional daquela época, que durante quase todo o ano de 1835 publicou várias notícias, artigos de opinião, debates parlamentares, correspondências particulares, projetos de leis, determinações provinciais, código de posturas municipais, entre outros textos relacionados ao problema.

*O Pão d'Açúcar* (1835-1836), periódico político e literário, editado no Rio de Janeiro por José da Cruz Pirajá, mesmo sendo de oposição ao governo, foi um dos primeiros a pronunciar sobre o evento e utilizá-lo para manifestar sua opinião contrária ao contrabando de africanos. Para o redator, os africanos que chegavam aos milhares ao reunirem-se aos que aqui já estão, formavam o “Cancro que devoram o nosso Corpo Social”. O periódico aproveitou a ocorrência para acusar os traficantes esses “homens inhumanos”, que pelo “sórdio interesse” iludem a lei através de “estratagemas” e privam os africanos do sagrado gozo da liberdade:

Impios! dizei-nos: que mal vos fizerão esses homens infelizes, e que habitão á tantas centenares de legoas longe das vossas praias para irdes através das tempestades e de tantos riscos, arrancar o filho aos braços da mãe, o amante á amante, para em fim, lançando-os apinhoados no porão d’hum navio, os entregar-des, mediante huma moeda miserável, ao capricho de hum barbaro patrão, o qual, querendo d’elle mais d’aquillo que cabe na força humana, os exvahe em trabalhos, devorados de fome, cobertos de nudez e retalhos pelo cruel açoite??? (...) Malvados! desisti d’esse crime que tanto offende a Natureza, a Lei do Estado, e a fê dos Tratados; e que hum dia vos pôde ser sobre modo fatal.<sup>712</sup>

Alertou os traficantes, “que o miseravel interesse de responder aos riscos, pode hum dia se-lhes danoso, podendo resultar na sua própria morte e a seus filhos”. Entretanto, o *Pão d'Açúcar* desconfiava que por detrás da revolta de escravos da Bahia, havia “um notável

---

<sup>711</sup> As revoltas mais expressivas ocorridas no meio rural foram: (i) a conspiração dos escravos dos fazendeiros Manoel do Nascimento de Jesus, Manoel Pereira Terra e Francisco Martins, na Vila de Valença (1831), que tramavam assassinar todos os homens livres; (ii) a insurreição ocorrida na fazenda em Carrancas, Minas Gerais (1833) propriedade do Deputado por Minas Gerais, Gabriel Francisco Junqueira, motivaram a criação da lei de 10 de junho de 1833, sobre as penalidades aplicadas aos escravos insurretos. O principal objetivo era garantir a vida e a propriedade dos fazendeiros, sobretudo para aqueles que moravam distantes e não podiam contar com a existência de uma punição rápida e exemplar como nas cidades, conforme o preâmbulo da lei composta de seis artigos. O Art.1º. institui a pena de morte aos escravos e escravas que ferirem grave ou mortalmente o seu senhor, administrador, feitor ou as suas famílias. Se o ferimento for leve, a pena será de açoites e galés. Art. 2º. No caso de insurreição serão julgados dentro do município do lugar onde cometem o delito, por uma junta composta de Juizes de Paz, presidida pelo Juiz de Direito da Comarca. Sobre a rebelião escrava em Carrancas, ver: Andrade (1998-1999:45-82). Sobre a conspiração na Vila de Valença, Província do Rio de Janeiro, ver: *Voz da Verdade*, 1831, nº 75. Artigo intitulado: “Sobre os sucessos que tiverão lugar na Villa de Valença pela decoberta da conspiração dos escravos, que teve lugar no dia 29 do mez de junho e seguintes”.

<sup>712</sup> *O Pão d'Açúcar*, 23 de janeiro de 1835.



mistério oculto,” pois o plano de revolta, pela maneira como foi concebido era preciso uma combinação engenhosa, portanto não podia ser sido traçado pelas mãos dos escravos. Pela “fraqueza de ideias” e “estupidez dos Nagôs”, isso parecia impossível, afirmou o periódico. Na edição de março do mesmo ano, parece ter desvendado o mistério ao informar que havia na Corte, sociedades secretas que “trabalhavam sistematicamente na sublevação dos escravos.” Afirmou que um grande número de sócios contribuía com dinheiros, para cobrir as despesas com “os Emissários da propaganda, que pregão doutrinas Haitianas”.<sup>713</sup> Em várias edições, *O Pão d’Açúcar*<sup>714</sup> abordou o problema da sublevação dos escravos na Bahia, relacionando-o ao “haitianismo” e à preocupação com o grande número de “africanos livres,” que permaneciam no Brasil, devido a dificuldade de reexportá-los.

*O Correio Oficial* na edição de 13 de fevereiro, também aproveitou a ocorrência para de forma exagerada e dramática, num longo texto assinado com as iniciais J.C.D.S., levar os leitores a “meditem seriamente” sobre a necessidade de acabar com o contrabando de africanos. Lamentou a “catastrofe da Bahia” e informou que “o sangue correu e regou a terra, as famílias em susto e pranto desoladas buscavam abrigo nos templos”. Graças “a eterna Providência, a Bahia escapou a tão horrenda crise”. Para o correspondente, o evento era “resultado da ambição, da cubiça, da ignorancia, da sordidez e da immoralidade do trafico africano”. Também culpou os traficantes por infringirem a lei, e que “obstinados e cegos continuavam no erro”. Afirmou que não haver “um só brasileiro” que “não seja entre nós interessado na total extinção deste immoral trafico, porque nisso será nossa segurança.” Com “vergonha e lágrima” confessou: “muitos de nossos imprudentes e loucos concidadãos interessão, negoceião, ajudão, favorecem, encobrem e desculpão semelhante infâmia”. Tentou tocar profundamente os traficantes, alertando-os de que podiam escapar das leis e justiça humana que não pune, mas não da “Justiça Divina, que nunca deixa o crime impune”. Pediu às Assembléias Provinciais que cuidassem “neste objecto, que he o primeiro e o mais importante negócio de todo o Brasil, que nunca poderá ser ditoso, feliz livre e civilizado enquanto houver entre nós desta gente”. Afirmou não haver Constituição alguma, nem a mais perfeita forma de governo que pudesse fazer “ventura” de um povo nestas condições. O mal só podia ser

---

<sup>713</sup> *O Pão d’Açúcar*, 24 de março de 1835.

<sup>714</sup> *O Pão d’Açúcar*, 24/03,07/04, 10/04, 30/05, 16/06, 23/06, 21/07, 13/11, 27/11 de 1835; 05/01 de 1836.



remediado através da introdução de máquinas que “poupão forças de braços para as lavouras”.<sup>715</sup>

Na edição do mês seguinte, o redator do *Correio Oficial*, ainda preocupado com a segurança pública devido a “magnitude do evento,” resolveu expor suas próprias reflexões sobre a insurreição de africanos ocorrida na Bahia. Num texto que ocupou quase uma página inteira do jornal, procurou oferecer ao público e ao governo sugestões de medidas sérias e eficazes para prevenção: (i) a primeira delas é impedir totalmente o contrabando de escravos, pois cada escravo desembarcado é um “novo barril de pólvora lançado à mina, cuja explosão pode produzir efeitos horrosos” e um dos meios mais eficazes seria um Tratado entre o Império brasileiro e as Repúblicas Argentinas e Cisplatina, abolindo completamente o comércio da escravatura em qualquer porto da América Meridional; (ii) outro meio indireto, “não menos eficaz”, seria lançar um imposto sobre todos os escravos, sendo mais pesado sobre os de origem africana, podendo em compensação, abolir os dízimos dos gados e miunças, as sizas, as décimas dos predios urbanos, o subsidio literário e outros mais impostos menos consideráveis. Esta medida além de animar o trabalho de homens livres, tornando-os mais lucrativos do que os escravos, seria uma boa forma de arrecadar impostos. Pois os escravos por serem objetos visíveis não podem ser ocultados facilmente aos olhos dos colectores; (iii) uma ampla autorização para fazer sair do território brasileiro, todos os africanos libertos, que se tornaram prerigosos ao sossego. Por terem lingua, religião e costumes diferentes, não poderem gosar das garantias que a Constituição só assegura aos cidadãos brasileiros; (iv) promulgar boas leis policiais que possam ser prontamente executadas.<sup>716</sup>

Outros periódicos como o *Aurora Fluminense* e o *Fluminense*, também utilizaram do evento na Bahia para manifestar a inconveniência do tráfico. O *Aurora Fluminense* apesar de reconhecer os problemas gerados nas lavouras brasileiras com o fim da importação dos africanos, afirmou que a continuação do tráfico representava um grave perigo para a segurança interna. Considerou imprudente, “mesmo depois da epocha da inteira prohibição do trafico, estão entulhando o paiz de Africanos barbaros, barris de polvora ajuntados à mina.”<sup>717</sup> Alertou os leitores sobre a possibilidade de ocorrer uma revolta escrava também no Rio de Janeiro e

---

<sup>715</sup> *Correio Oficial*, 13 de fevereiro de 1835, copiado do *Jornal do Commercio*.

<sup>716</sup> *Correio Oficial*, 20 de março de 1835.

<sup>717</sup> *Aurora Fluminense*, 16 de fevereiro de 1835.

pediu maior vigilância às autoridades.<sup>718</sup> Demonstrou preocupação futura com a desordem que centenas de africanos amontoados pelas fazendas e engenhos poderiam causar, e o receio de que estes cativos sabendo da ilegalidade do contabando, pudessem reclamar os seus direitos de forma violenta.

*O Fluminense* (1835-1836), no seu primeiro número saído à luz em 3 de novembro de 1835, ou seja, quase um ano depois do ocorrido, ao comentar a insurreição na Bahia também procurou alertar as autoridades sobre um “negócio de tão graves consequências” e pedir ao governo “providências energicas e acertadas” para prevenir tentativas de insurreição como ocorridas no Bahia, pois o mesmo poderia ocorrer em outras províncias do Império. Para o redator, que se disse assustado com a “superabundancia de escravos no nosso país,” culpou os “infames negrófilos” que para aumentarem suas “bolsas”, aumentam os combustíveis que podem fazer terrível explosão. Esperava que o novo Regente (Feijó): (i) cumprisse a sua promessa de substituir o tráfico por colonos livres; (ii) que tivesse mais atenção à impunidade com que tem sido absolvidos os “mais escandalosos contrabandistas de africanos”; (iii) que animasse o desfalecido zelo dos oficiais da Marinha, que ao capturar barcos negreiros, têm sido alvo de “indignas axincalhações;” (iv) por fim que acabasse com o “armamento para o tráfico, feitos á sombra da bandeira portuguesa à que acolhem muitos indignos brasileiros”. O redator não poupou de suas críticas, àqueles periódicos como o *Sete d’Abril*, que com suas doutrinas animavam o “infame tráfico”, aconselhando a desobediência às leis com tanta sabedoria emanada da Assembléia Geral. “Que terrível exemplo de anarchia não offerecem taes homens? Considerou uma “perversidade” os redatores lisongearem erros populares, com vistas nas eleições. Por fim, procurou atacar e responsabilizar os traficantes, a quem por “engodo de um torpe lucro, arrasta a acumular sobre nossas cabeças huma negra e grossa nuvem de barbaros flagelos”.

Na Bahia, insurreição dos escravos também serviu para interromper o longo silêncio sobre o problema da extinção do tráfico e trazer a tona outro assunto também controverso que foi a colonização, dando início a discussões mais abertas, porém dividindo as opiniões entre os defensores e os contrários à extinção do tráfico. A primeira iniciativa coube à Assembléia Legislativa da Província da Bahia, que poucos meses depois do ocorrido, enviou à Assembléia Geral Legislativa no Rio de Janeiro, uma Representação pedindo a “completa interrupção de

---

<sup>718</sup> *Aurora Fluminense*, 23 de fevereiro de 1835.

qualquer comércio entre os nossos portos e os da África Ocidental e Oriental”, argumentando que esta medida seria necessária para “retirar dos amoraes contrabandistas a faculdade legal de enviar os navios para a costa da África”.<sup>719</sup> O *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da província da Bahia*, redigido pelo padre Francisco Agostinho Gomes, publicou a *Memória sobre estabelecimento de uma Companhia de Colonização nesta Província*, de Miguel Calmon du Pin e Almeida,<sup>720</sup> escrita logo depois da insurreição dos malês, com objetivo de prevenir com eficácia a “funesta necessidade de africanos, ou os efeitos ainda mais funestos que é a presença de tantos bárbaros neste abençoado país,” com a introdução de colonos europeus.<sup>721</sup>

O *Democrata* (1833-1836), periódico editado na Bahia, que trazia como epígrafe “Liberdade ou Morte”, discordou veementemente da proposta de colonização de Miguel Calmon, afirmando que não podia conceber como poderiam “ser uteis para alguma cousa homens tirados da classe dos desempregados na Europa, proletarios e vadios, envelhecidos na corrupção,” e provavelmente “afugentados pelos castigos dos crimes mais torpes e horríveis.”<sup>722</sup> Lembrou que os portugueses, cujo modelo de colonização oferecido pela “Memória” previa privilegiá-los pela semelhança de linguagens e costumes, ainda estavam muito vivos os “ressentimento de antigas ofensas” e “três seculos de cruel dominação.” Na opinião do periódico, para obter braços livres e prevenir com eficacia e evidente utilidade a “funesta necessidade de africanos”, a solução seria criar uma “Sociedade ou Companhias protetoras da emancipação dos escravos”, principiando pelos escravos “nascidos em nossa terra que são nossos patricios e irmãos.” Outra alternativa seria o estabelecimento de uma

---

<sup>719</sup> Representação à Assembléia Legislativa da província da Bahia para a Assembléia Geral Legislativa do Rio de Janeiro, 11 de maio de 1835 (Verger, 2002:361).

<sup>720</sup> Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1796-1865), Marquês de Abrantes, era vice-presidente da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da província da Bahia. Fundada em 1831, onde reuniam grandes proprietários. Calmon Du Pin e Almeida escreveu para a mesma Sociedade: “Ensaio sobre o fabrico do açúcar”, também abordando o problema da mão-de-obra e da colonização: “posto que a extinção do trafico Africano, e má qualidade do nosso açúcar, urgissem a sua immediata creação”. Ensaio sobre o fabrico de açúcar, p. 12. 1834.

<sup>721</sup> *Jornal da Sociedade de Agricultura, Commercio e Indústria da Provincia da Bahia*, 15 de outubro de 1835, nº 38, 11º trimestre.

<sup>722</sup> O redator passou a relatar as várias experiências fracassadas de colonização no Brasil, como por exemplo: “testemunhas fomos a seis ou sete annos de duas embarcações entradas na Provincia do Rio Grande do Sul, que por carga trasião uma porção de familias hespanholas das Ilhas Cnarias, as quaes desembarcadas foram logo inculcadas c omo excellentes colonos, e dahi derrommadas por as vilas de S. Pedro, S. Jose, S. Francisco de Paula e outros lugares, não faltou quem as admittise em suas casas e fazendas; mas em breve se fizeram os hospedes conhecidos, que ao cabo de pouco tempo levaram todo meio honesto de vida, contentando se de mendigar o pão da caridade publica, entregues a embriaguez, e outros vicios della inseparaveis, tão velhacos e ratoneiros, que se tornaram um flagello do Povo, por maneira que o nome de *canario* passou em proverbio, e ficou sendo sinonimo de homem velhaco e ladrão. Outro exemplo menos tocante ahi está nos colonos de Pedro 1. á custa de rios de dinheiro, os quaes de nada mais serviram que de representar acenas de horrorosas anarchia no Rio de janeiro ...”. *O Democrata*, 22 de dezembro de 1835.

“Companhia” ou que se escrevessem alguma “Memória,” com objetivo de catequizar e trazer para a sociedade e “infinita multidão de selvagens, que em vida errante vivem nas nossas imensas matas”. Por fim concluiu: “não são os braços desses homens igualmente livres, precisos para a lavoura, e para as artes e para defender a Patria?”<sup>723</sup> *O Censor* (1837),<sup>724</sup> periódico mensal também publicado na Bahia, no início concordou com “Memória” de Miguel Calmon, afirmando que os africanos libertos que vivem no meio da sociedade brasileira em pura ociosidade, não passam de uma “porção de parasitas que nada fazem para o bem do país que são sempre suspeitos de tramar contra a segurança e paz, somente servem para trazer sobressaltos e temores.” Mas, percebendo que a falta de escravos africanos poderia “levar a lavoura a um estado de marasmo, quase igual à morte” e que os europeus poderiam não “sugear a taes serviços”, propôs a “colonização africana”. Na opinião do periódico, a “colonização africana, longe de ser perigosa é profícua em todos os sentidos, pois vai acabar com o tráfico ilícito, que se continua a fazer de forma escandalosa e imoral, sob conivência das autoridades.”<sup>725</sup> Apesar de haver consenso entre os periódicos sobre a importância e necessidade de acabar com o tráfico, divergiam quanto às soluções e alternativas. Diferente do *Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria*, *O Democrata* e *O Censor*, acreditavam que índios e negros poderiam suprir a carência de mão-de-obra, sem nenhum risco para a sociedade.

Não obstante, a insurreição dos escravos não passou de um fato isolado, visto que a probabilidade da rebelião iniciada na Bahia se espalhasse pelo resto do país era muito pouco provável. Pois, como já foi dito, os escravos na Bahia eram quase todos negros minas, uma raça mais belicosa do que as outras, de inteligência superior, falavam a mesma língua, enquanto nas outras províncias os africanos eram provenientes de diversas nações africanas, com diferentes línguas. Divididos pela animosidade tribal, eram muito mais inimigos uns dos outros do que propriamente dos brancos. Muitos publicistas e letrados de todo o país tinham uma clara percepção disso, portanto tomaram o cuidado de não propagarem o terror. Em 1837, *O Sete de Novembro* (1837), diário político e comercial publicado na Bahia, procurou tranquilizar a população ao informar que “uma insurreição de Africanos não he actualmente de receiar”,

---

<sup>723</sup> *O Democrata*, 22 de dezembro de 1835.

<sup>724</sup> Editado em formato brochura de 64 páginas.

<sup>725</sup> *O Censor*, novembro de 1837, nº 3, p. 176-185.

mesmo que houvesse alguma pretensão, seus planos eram logo bloqueados pela a tropa e batalhões completos que imediatamente entravam em ação.<sup>726</sup>

Entretanto não se pode negar que o espectro do Haiti que sempre assombrou os brasileiros, depois da revolta dos malês tornou a ameaça mais real, conforme destacado em vários periódicos.<sup>727</sup> Todavia não foi capaz de gerar movimentos ou sociedades abolicionistas contra a introdução de “africanos novos”, seja a nível provincial ou nacional. Pelo contrário, passado a fase efervescente de denúncias e rumores, o evento só não caiu no esquecimento porque tanto na Bahia como no Rio de Janeiro, alguns periódicos utilizaram-se da revolta dos escravos, para espalhar diversos boatos assustadores relacionados ao “haitianismo”, com objetivos racistas,<sup>728</sup> políticos<sup>729</sup> e até como motivação para continuar o tráfico.<sup>730</sup> A Representação dos Proprietários da Província da Bahia, remetida às Cortes pedindo algumas alterações na Lei de 7 de novembro de 1831, sobretudo no seu artigo 1º, utilizou como justificativa o fato da Província, ser “vítima de contínuos sustos e temores, ora de insurreição africana, ora de uma nova revolta com assassinatos.”<sup>731</sup> A Representação publicada no *Correio Mercantil* (1833-1856),<sup>732</sup> diferente daquela de 11 de maio de 1835, longe de apoiar o fim do tráfico queria na verdade que os escravos entrados na Bahia de forma ilícita, não fossem

<sup>726</sup> *O Sete de Novembro*, 25 de novembro de 1837.

<sup>727</sup> Exemplo disso é uma correspondência assinada sob pseudônimo “Brasileiro”, publicada no *Jornal do Comércio*, que apesar de exagerada, demonstra o estado da opinião pública brasileira nesta questão: “Aparecem insurreições de escravos por todo o Brasil, a Bahia e Maranhão estão à borda do precipício, e o resto do Império ameaça ruína, ainda que mais remota; e quais os meios de que têm lançado mão para que algumas Províncias do Brasil, se não o todo, venham a ter a sorte de S. Domingos?” *Jornal do Comércio*, 29 de agosto de 1835.

<sup>728</sup> Sobre este aspecto a *Aurora Fluminense* procurou esclarecer os leitores: “Tem-se procurado confundir = haitianismo com homem de cor = haitianismo = com hum accidente em que nem a Constituição nem a Razão estabelecerão motivo de diferença. Sabemos bem quaes são os fins daquelles que arranjo essa confusão estudada [...]. Pode ser útil em hum Governo livre que a Nação se divida em partidos, contando que estes não lancem mão da violência e dos meios illegitimos; mas nunca pode deixar de ser ahi funesto que a população se ache dividida em castas rivaes, inimigas huma da outra, e cujo rancor mutuo venha assim ser eterno por que os accidented da natureza que os separão, nem mudão, nem modificão, Nada de confundir haitianos com homens de cõr”. *Aurora Fluminense*, 06 de abril de 1835.

<sup>729</sup> Para *O Pão d’Açúcar*, “Haitianos são unicamente esses moderados que tem apregoados em vez de liberdade, a discórdia em lugar de patriotismo, e um sistema efêmero em vez de uma Monarquia Representativa sólida e duradoura, que faça a felicidade dos povos. Estes são os verdadeiros haitianos, que indiretamente conduzem as coisas ao termo do Haitianismo”. *O Pão d’Açúcar*, 06 de março de 1835 e 07 de abril de 1835. Também *O Sete d’Abril* e o *Athlante* relacionaram o evento com a conjuntura política. Para *O Sete d’Abril*, “Parece que um sonho o que se tem passado e vai sucedendo entre nós! Crê que terríveis planos de insurreição se tem concertado, e que agentes secretos do infernal partido haitiano trabalham por trazer ao Brasil todo a maior das desgraças políticas, como já tivemos o pano de amostra na cidade da Bahia...” *O Sete d’Abril*, 21 de março de 1835. Já o *Athlante*, relacionou a insurreição dos Malês à existência de um plano diretor internacional que tramava insurgir os escravos: “A Inglaterra então tratava de libertar os escravos de suas Colônias; e a América do Norte passava pelo risco de dividir-se por causa de Emissários das Sociedades Filantropicas, que passando do Norte pregavam ao Sul entre escravos o dia da liberdade. Todas as opiniões se reuniam para clamar por medidas salvadoras; e por medidas que impossibilitassem, ou ao menos dificultassem o tráfico d’Africanos, que se via, e se vê todos os dias a crescer sem remédio.” *O Atlante*, 1 de julho de 1836.

<sup>730</sup> Jornais da Bahia: *O Censor*, novembro de 1837, nº 3 e *Correio Mercantil*, 02 de agosto de 1839, vol VII.

<sup>731</sup> *Correio Mercantil*, 2 de agosto de 1839.

<sup>732</sup> Jornal diário, noticioso publicado na Bahia, de propriedade (até 1836) do bacharel João Antônio de Sampaio Viana. Depois desta data, passou a ser propriedade de Manoel Lopes Veloso.

declarados livres. Considerou portanto, ser ruinoso o “princípio de considerar livres os africanos apreendidos por contrabando.” A Representação apresentou outros argumentos igualmente fortes para escravizar os africanos, como por exemplo: a necessidade de braços para as lavouras, visto que a colonização não progrediu e mesmo que progredisse esses colonos não prestariam para a cultura da cana. Assim, a agricultura, única fonte da riqueza e de sustentação da Bahia, ficando desprotegida irá decair e com ela a prosperidade do Império.

Devido o interesse do público baiano, o *Correio Mercantil* deu enorme cobertura ao tema, dedicando grandes espaços em sua folha com a publicação de correspondências de vários leitores questionando o fim do tráfico. Além de acompanhar as discussões sobre a Representação na Câmara<sup>733</sup> e no Senado;<sup>734</sup> apresentou alternativas para adquirir escravos “sem prejudicar a filantropia dos ingleses” e respondeu às críticas de outros periódicos. Em 1840, o *Correio Mercantil* voltou ao tema para informar que os pequenos periódicos da Bahia, que estavam divulgando boatos sobre sublevações de escravos, não passavam de “agitadores que facilmente se prestam o alarme e ao susto”.<sup>735</sup>

No Rio, o *Jornal do Commercio*, a despeito de algumas vezes demonstrar preocupação: “Oxalá não acordemos ao terrível ruído de uma nova tempestade que venha descarregar entre nós toda a sua fúria,” também procurou desmentir as notícias e boatos atarradores sobre novos levamentos de negros.<sup>736</sup> Ainda que o evento ocorrido na Bahia não tenha gerado um movimento para por fim ao tráfico, serviu de forte argumento para esclarecer a opinião pública brasileira sobre a necessidade de extinguir o contrabando de africanos. Neste sentido, a historiografia brasileira e estrangeira, tem supervalorizado a resistência dos escravos (fugas, rebeliões, enfrentamentos, ataques, entre outros), no processo que levou ao fim do tráfico.<sup>737</sup>

---

<sup>733</sup> Na Câmara dos Deputados a Representação foi duramente criticada por Martim Francisco (deputado por São Paulo, irmão do já falecido José Bonifácio de Andrada), ao afirmar que a Representação da Bahia era “obra dos traficantes.” Antônio Pereira Barreto Pedroso, deputado pelo Rio de Janeiro, respondeu: “só porque os signatários da representação pediram à assemblea a revogação da lei de 7 de novembro, pode lhes lançar o labeo de traficante de africanos? Se tal argumentos se procede, pode o ilustre deputado lançar sobre sua província e muitas outras que tem pedido semelhante medida, porque se tem entendido que o Brasil não pode dispensar esses braços para sua lavoura.” *Correio Mercantil*, 5 de setembro de 1839.

<sup>734</sup> *Correio Mercantil*, 18 de novembro de 1839.

<sup>735</sup> *Correio Mercantil*, 22 de abril de 1840.

<sup>736</sup> *Jornal do Commercio*, 18 de março de 1835.

<sup>737</sup> Dale Torston Graden (2010: 282-293) por exemplo, afirma que as revoltas dos escravos ocorridas na Bahia e em outras partes do Brasil, o medo da religião muçulmana e a desconfiança dos africanos libertos forçaram as autoridades a por um fim permanente ao tráfico em 1850.

### 2.2.2. Imoralidade da escravatura

Apesar de até 1848, não haver efetivamente na imprensa periódica brasileira uma ação ou movimento de cunho religioso, filantrópico ou benevolente contra o tráfico, como os que motivaram a opinião pública na Grã-Bretanha,<sup>738</sup> ocorreram algumas propostas neste sentido. *O Atlante* chegou a instar os religiosos a formarem uma sociedade religiosa, corporações ou irmandades, como as que existiam em Boston, para “estorvar o tráfico”, enquanto os escritores públicos fariam a sua parte na imprensa.<sup>739</sup> *O Democrata*, publicado na Bahia, propôs a criação de uma “Sociedade ou Companhia Protectora da emancipação do escravos.”<sup>740</sup> *O Jornal do Comércio* noticiou a formação de Sociedades para abolição da escravatura em Boston e em Paris (sociedade de senhoras),<sup>741</sup> e no início de 1837 publicou uma correspondência de um leitor da Província de São Paulo sob o pseudônimo “O Inimigo do tráfico de carne humana”, tentando animar outro escritor “de maior talento a entrar em campo, e a emitir alguns sentimentos nobres e philanthropicos, que seguramente ainda existem em certos peitos,” mas que pelo acanhamento, medo ou “influencia do clima político que nos cerca, guardão hum damnoso silencio.”<sup>742</sup>

Já o *Correio Official* (1833-1841), por parecer “digno da atenção dos leitores brasileiros”, publicou na edição de 02 de março de 1840, o *Breve Apostólico do Santo Padre, pela Divina Providência, Gregório XVI sobre a abolição do Commercio da escravatura dos negros. Impresso em Roma Typographia da Camara Apostolica no ano de 1839*, copiado do *Correio de Lisboa*.<sup>743</sup> Também divulgou em vários artigos, alternativas para acabar com o tráfico como por exemplo, pagar melhor os funcionários públicos e juizes para evitar corrupção e suborno.<sup>744</sup>

O *Paquete do Rio de Janeiro* (1836-1837), fez coro com o jornal mineiro *Opinião Campanhese* (1833-1836), apelando aos princípios da religião, da humanidade e da moral, para

---

<sup>738</sup> A noção filosófica de “benevolência”, foi promovida pelos teólogos e logo os evangélicos adotaram essa nova ideologia. O calvinista Jonathan Edwards, apresentou a “benevolência” como um componente-chave da “verdadeira virtude”, e os seus seguidores passaram a ver o sistema escravista como incompatível com a “benevolência”. A Sociedade de Amigos, conhecida por Quakers, foi o primeiro grupo organizado a questionar sistematicamente a imoralidade da escravidão, e a trabalhar para acabar com o tráfico de escravos. No ano de 1760 o movimento Quaker Inglês, decidiu que todos os envolvidos no comércio de escravos não poderiam continuar sendo um Quaker. Na década de 1770, as exigências para acabar com o comércio de escravos ganharam ritmo na Grã-Bretanha através de várias ações que, em conjunto ajudaram a sensibilizar o público para as brutalidades do comércio de escravos e a excitar o sentimento de humanidade. A partir de então, cada vez mais, os horrores do comércio de seres humanos, passaram a ser expostos à opinião pública. 1783 a petição dos Quakers no Parlamento, para a abolição do comércio de escravos, levou a um surto de propaganda anti-escravidão na imprensa britânica. Sobre a perspectiva intelectual e moral do abolicionismo britânico, ver: Davis, (1966).

<sup>739</sup> *O Atlante*, 7 de junho de 1836.

<sup>740</sup> *Democrata*, 22 de dezembro de 1835.

<sup>741</sup> *Jornal do Comércio*, 14 de outubro de 1835.

<sup>742</sup> *Jornal do Comércio*, 17 de fevereiro de 1837.

<sup>743</sup> *Correio Official*, 02 de março de 1840.

<sup>744</sup> *Correio Official*, 14 de fevereiro de 1835.



demonstrar todos os bens que trará a extinção do comércio da escravidão e os males produzidos pelo contrabando de africanos, “hoje desgraçadamente muito em voga”. Embora reconhecesse a dificuldade em convencer os fazendeiros “do dever sagrado de obedecer as leis”, procurou demonstrar que a única forma de acabar com o contrabando, seria os fazendeiros oporem-se formalmente à compra de escravos ilegalmente importados, por duas fortes razões: 1º) as ameaças contínuas e terríveis insurreições; 2º) entregar seus dinheiros aos astutos contrabandistas, uma vez que os escravos poderiam reclamar sua liberdade e cobrar os jornais do tempo que os serviram. Questionou: “como lhe será possível obstar esta reclamação? O que será dos bens e fortunas?” Acrescentou: “que nossos Fazendeiros, que todos aqueles que tem a cegueira de comprar esses Africanos, meditem as nossas razões, juntem as que julgamos dever omitir e considerem o abismo que cavão diante de seus passos”.<sup>745</sup>

Entretanto, os jornais religiosos publicados no Rio e na Bahia, neste período:<sup>746</sup> a *Selecta Católica* (1836-1837), *O Noticiador Catholico* (1848-1855) e *A Religião* (1848-1850) nada fizeram para “estorvar o tráfico”, como sugeriu *O Atlante*. A *Selecta Católica*, apesar de ter sido fundada “para promover a Piedade e Religião”, conforme o prospecto da primeira edição, limitou-se a divulgar os atos dos missionários espanhóis do século XVII: o padre jesuíta Pedro Claver Corderó (1581-1654),<sup>747</sup> benfeitor dos escravos em Cartagena de Índias, cidade portuária da Colômbia onde desenvolveu o mais intenso e movimentado tráfico negreiro da América Central,<sup>748</sup> e o Padre Pedro de Betancourt,<sup>749</sup> religioso da Ordem de São Francisco, que na Província espanhola da Guatemala moveu-se pela sorte dos escravos, recolhendo-os sem abrigos numa espécie de enfermaria, que mais tarde se tornou um hospital.<sup>750</sup> *O Noticiador*

<sup>745</sup> *O Pacote do Rio de Janeiro*, 24 de maio de 1836.

<sup>746</sup> O limite deste trabalho exclui a análise de periódicos fora do eixo Rio - Bahia. No entanto, numa consulta geral, nos permite afirmar que o mesmo ocorreu nas outras províncias do Império.

<sup>747</sup> Padre Pedro Claver Corderó, natural de Verdú, Cataluña. Aos 74 anos e 52 anos de vida religiosa, morreu consumido pela febre em 08 de setembro de 1654. Foi Beatificado em 1850 pelo Papa Pio IX, Canonizado e proclamado Santo em janeiro 1888, pelo Papa Leão XIII. Em 1896 foi declarado patrono dos missionários católicos entre os negros africanos. No ano de 1985, foi declarado defensor dos direitos humanos. Sobre a vida do Padre Pedro Claver, ver: *Proceso de beatificación y canonización de san Pedro Claver* / traducción del Latín y del Italiano, y notas de Anna Maria Splendiani y Tulio Aristizábal Giral, S. J. - 1ª ed. Bogotá: CEJA, 2002. Título original: Sac. Rituum Congregatione: sive eminentissimo, et reverendissimo domino Card. de Abdua Cartagenen, beatificationis, et canonizationis ven Servi Dei Petro Claver Sacerdotis Societ. Iesu: positio super dubio an sit signanda Commissio pro introductione cause Iglesia Católica. Congregatio Sacrorum Rituum. Edición de 1696.

<sup>748</sup> Num longo texto que ocupou várias páginas, o periódico descreve o estado deplorável que chegavam os negros procedentes da África. Uma multidão deles que desembarcavam continuamente, eram amontoados uns sobre os outros, sem cama, imundos, sem roupas e muitas vezes doentes, com chagas infecciosas. O padre Pedro Claver, que dedicou quase toda sua vida se considerou “escravos dos negros,” *Selecta Catholica*, 1837. Parte 1, nº 5, p. 137-150.

<sup>749</sup> Padre Pedro Betancourt (1626-1667), natural de Vilaflor de Tenerife (Espanha), fundou as Ordens de Belén e Betlemita. Foi Beatificado em 1980 e Canonizado em 2002, pelo Papa Paulo II. Considerado precursor dos Direitos Humanos e primeiro Santo da Guatemala e das Ilhas da América Central. Sobre Santo Pedro Betancourt, ver: Pilón (1996).

<sup>750</sup> *Selecta Catholica*, 1837. Parte 1, nº 11, p. 326-327.



*Catholico*, primeiro periódico religioso editado na Bahia,<sup>751</sup> fundado pelo Parlamentar e Arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas, somente em 1850, numa outra conjuntura nacional e no contexto do *bill* Aberdeen, é que trará uma série de reflexões e questionamentos sobre os tráfico e escravidão.

Não obstante, a Igreja Católica no Brasil em nenhum momento tomou uma posição ou promoveu ações contra o sistema escravista, muito menos elaborou teorias doutrinárias sobre o problema da escravidão.<sup>752</sup> Pelo contrário, a falta de posicionamento da Igreja, serviu de pretexto e foi amplamente utilizado pelos favoráveis à continuação do tráfico. Apesar de algumas Confrarias e Irmandades, chegarem a arrecadar dinheiro para comprar algumas alforrias, suas funções restringiram-se a confirmar o culto católico e a veneração dos santos entre os escravos. Como já foi dito, o catolicismo brasileiro acomodava bem a escravidão, por isso muitas igrejas católicas, ordens religiosas e padres, possuíam escravos. As únicas recomendações era de que os senhores tratassem bem seus escravos. As Igrejas Evangélicas, que apropriaram da noção filosófica de “benevolência”, e adotaram essa ideologia para criticar o tráfico e a escravidão,<sup>753</sup> ainda eram pouco difundidas no Brasil.<sup>754</sup> Contudo, mesmo que tomassem alguma iniciativa neste sentido, não teriam êxito. Primeiro, porque num país essencialmente católico,<sup>755</sup> os protestantes eram vistos como hereges; segundo, porque os poucos missionários protestantes eram todos estrangeiros, especialmente ingleses. O relatório

---

<sup>751</sup> Periódico bi-mensal, fundado para ser “Consagrado aos Interesses da Religião”, contou com vários redatores e colaboradores (todos padres). Com 8 páginas, esta dividido em várias secções: na “Parte Oficial” divulgou ofícios relacionados ao Arcebispado, resoluções da Assembleia Provincial da Bahia e do Governo Imperial, relacionados à Igreja Católica; “Notícias Diversas”, “Variedades” (Moral, Reflexões, Poemas e Romances); publicou e discutiu artigos de outros jornais, na secção “Extratos dos Jornais”, todos relacionados à Igreja Católica, e de interesse público. Tratou também de expor e refletir sobre temas políticos e polêmicos como por exemplo, a renúncia da Regência Una pelo padre Diego Antônio Feijó, o casamento e celibato dos padres católicos.

<sup>752</sup> Sobre a relação da Igreja Católica com a escravidão, ver: Fonseca (1887), disponível em:

<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/185575>

<sup>753</sup> Os ideais iluministas alimentaram os debates sobre a liberdade, a reforma social e a natureza do homem. Os filósofos morais do Iluminismo britânico, como Shaftesbury (1671-1713), Francis Hutcheson (1694-1746) e David Hume (1711-1776), colocaram o valor da “benevolência” no centro do debate. Para esses pensadores, a benevolência universal era o melhor motivo moral e a ação moral aumentava o bem-estar humano, produzindo “maior felicidade”. De acordo com a “teoria benevolente da moral” de Hutcheson, a benevolência era a fonte única e direta de muitas das nossas ações, o senso moral nos leva em direção à benevolência e esta propicia a nossa felicidade. A benevolência implicava desinteresse e tinha como fim o bem dos outros. Hume, avançou para uma “ciência secular da moral”, fundada na análise dos sentimentos morais e da capacidade humana de compaixão. Sobre a perspectiva intelectual e moral do abolicionismo britânico, ver: Davis (1966).

<sup>754</sup> Segundo as informações de *O Echo da Religião e do Imperio* (1837-1838), periódico publicado em Pernambuco, no Rio de Janeiro haviam cinco pregadores Protestantes: um Anglicano, um Luterano, um Calvinista, um Metodista Episcopal e um Antenomiano. Em tom de crítica afirmou o padre redator: “cinco crenças diferentes e hum só Deos! - Os nossos Povos estão ainda muito buques para perceberem as bellezas do Protestantismo; cinco crenças diferentes e hum só Deos! Ora isso he ainda mais difficil de comprehender do que a SS. Trindade de hum só Deos é três pessoas: bem dizem elles que he preciso nos civilisar.” *O Echo da Religião e do Imperio*, ano 1837, nº 17.

<sup>755</sup> No Brasil, as Igrejas Protestantes floresceram somente depois da separação entre o estado e religião, com a proclamação da República em 1889.

das Missões da Igreja Metodista Episcopal dos Estados Unidos, no Rio de Janeiro, cujo documento “interessantissimo ao Clero e Povo do Rio de Janeiro, extraído da gazeta americana, *Cristian Advocate and Journal* de New York, em 2 de dezembro de 1836”, foi publicado no *Pharol do Império* (1837), demonstra a dificuldade encontrada por qualquer instituição, para empreender uma ação efetiva para acabar com o tráfico e escravidão no Brasil. De fato, o missionário enviado para implantar a Igreja Igreja Metodista Episcopal no Rio de Janeiro, ao relatar sobre a participação dos negros na Escola Dominical,<sup>756</sup> revela ser impossível prever quando a escravidão irá acabar no Brasil. Se, já era grande a dificuldade para se acabar com o tráfico, quanto mais com a escravidão:

O tráfico, em maior extensão até agora, viola a lei da terra. Navios estão continuamente aprontando e sahindo deste porto para as ensanguentadas praias da malfadada Africa, neste negocio pirático. Os Magistrados solemnemente juramentados a porem em força as leis muitas vezes fechão os olhos e recebem peitas. Ninguem ousa pôr em força a lei e homem nenhum podia mesmo quando quizesse fazê-lo; tão fraco he o principio moral neste Governo - Tudo quanto podemos fazer he sermos diligentes, e extremamente discretos no uso dos meios; notarmos os signos dos tempos, e entrar-mos por ualquer porta que a Providencia abrir, por estreita que ella esteja, para fazer-lhes bem. Qualquer pessoa que tiver a menor ideia da natureza do objecto verá quanta prudencia, prudencia mesma Divina he necessaria para levar a bom fim esta parte da obra da Missão. As medidas no menor ponto violentas ou incautas servirão talvez sómente para o agrilhoarem mais forte e mais duramente com as cadêas da escravidão.<sup>757</sup>

Os periódicos do Rio de Janeiro: *Revista Nitheroy* (1836) e o *Jornal dos Debates* (1837-1838), preocupados com a desmoralização doméstica e a imoralidade pública causada pela escravidão, na esteira de Burlamarque e Torres-Homem tentaram introduzir no debate algumas questões morais, com objetivo de formar a opinião pública e intervir na política. Embora apontassem para a necessidade de uma “revolução” nas consciências o foco principal eram os econômicos. Procuraram de forma pragmática, relacionar a superioridade do trabalho livre em relação ao escravo. Uma tendência determinada pela necessidade de promover progresso não só o progresso moral, mas principalmente o material do Império, “por ser a questão de maior

---

<sup>756</sup> Para o missionário, a “Escola Dominical da Missão da America do Sul, auxiliar da União das Escolas Dominicais da Igreja dos Methodistas Episcopaes”, foi a que obteve maior sucesso. Conta que “mais de quarenta jovens estão interessados nella”. Mas a são as “duas classes de Negros, em huma falla-se o Inglez, n’outra, o Portuguez. Estes Negros parecem por ora muito interessados e desejosos de aprenderem (...) He esta provavelmente a primeira tentativa desta especie no Império, senão em toda a America do Sul, de comunicar a instrução moral e Religiosa, a consolação ou esperança, a estas pobres ingnorantes degradadas, humanas e immoraes creaturas.”

<sup>757</sup> *Pharol do Imperio*, 10 de julho de 1837.

interesse que pode haver atualmente não só para o Brasil como também para o mundo,” segundo com as justificativas dos redatores.

Assim, Francisco Sales Torres-Homem, em suas “Considerações Econômicas sobre a Escravidão”, publicada na *Revista Niteroy*,<sup>758</sup> antes de discorrer sobre as vantagens do trabalho obreiro livre, orientado pela filosofia histórica, considerou o contrabando de escravos funesto e “pouco lesongeiro para a dignidade nacional.” Lamentou o fato dos lavradores brasileiros e demais proprietários de escravos, dificilmente cederem campo às inovações da economia social, “antes, pelo contrário, acenam com seguros e levantados proveitos aos negociantes de criaturas humanas”. No decorrer do texto criticou os argumentos oferecidos pelos anti-abolicionistas, de que o progresso do Brasil devia-se à mão-de-obra escrava e que o fim do tráfico traria grandes prejuízos, considerando-os falaciosos e determinados pelo “orgulho e pela fraqueza”. Por fim, expressou seu posicionamento abolicionista, ao afirmar que o governo deveria ir contra a vontade geral e abolir o tráfico e a escravidão o mais rápido possível, antes que o Império caísse em decadência. Não descartou os prejuízos momentâneos, mas seriam pouco significativos diante das benesses da adoção do trabalho livre e da mecanização das lavouras.<sup>759</sup>

No semanário *Jornal dos Debates*, Torres-Homem na função de redator, recomendou a leitura e publica trechos da *Memória analytica acerca do commercio d’escravos, e acerca dos males da escravidão doméstica*, escrita por Frederico Leopoldo César de Burlamaque, membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.<sup>760</sup> A “Memória,” na verdade era uma versão resumida e analisada do quarto volume do Tratado de Legislação de Charles Comte. O autor explica que resolveu adapta-la ao Brasil, por demonstrar com bastante profundidade, “o quanto a existência da escravidão está em desarmonia com os sentimentos moraes, e religiosos, que

---

<sup>758</sup> *Niteroy. Revista Brasiliense Sciencias, Letras e Artes*, primeira revista do “Romantismo” brasileiro, criada por Domingos José Gonçalves de Magalhães, com objetivo de trazer “considerações sobre todas as materias que devem merecer atenção do brasileiro amigo da glória nacional”. Teve curta duração. Trazia como epígrafe: “Tudo pelo Brasil e para o Brasil.”

<sup>759</sup> *Niteroy*, Tomo 1º, nº 1º. 1836, pp. 35-82.

<sup>760</sup> Publicada só em 1837, a “Memória” foi escrita com objetivo de concorrer ao concurso promovido pela Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional no Rio de Janeiro em 1834, no qual oferecia “um prêmio de 400\$ réis a quem apresentar a melhor Memória analítica acerca do odioso trafico de escravos Africanos.” O anúncio foi publicado no *Aurora Fluminense*, de 10 de março de 1834. A Memória deveria ser escrita seguindo as seguintes bases: “1ª. Mostrar a odiosidade toda do Commercio e escravos, refutando os sophismas com que usão defendel-o os seus apologistas; 2ª. Expendere os meios por os quaes a introdução dos escravos Africanos pôde ser supprida, quer mandando vir colonos por conta de particulares, quer admitindo machinas que simplifiquem e facilitem os progressos da agricultura e mineração, quer melhorando a condição dos escravos existentes e procurando indirectamente removêl-os das Cidades para os Campos; 3ª. Notar detalhadamente as vantagens que tem o serviço de homens livres sobre o que pôdem prestar braços cativos, forçados ao trabalho; 4ª. Fazer vêr a nociva influencia que a introdução de escravos Africanos exerce em nossos costume, civilização e liberdade.” Não foi possível saber se o autor concorreu sozinho e se ganhou o prêmio.

devem animar um povo livre e civilizado.” Pois enquanto as palavras dos Clarkson e dos Wilberforce conseguiram acabar em todas as partes do mundo com comércio de “mercadorias humanas”, no Brasil ele continua em grande escala e penetra-o por todos os poros. “O contrabandista apoiado na base dos sentimentos de uma parte da população, escarnece das leis e continúa com sucesso a destestavel especulação.” Burlamaque, bem mais pessimista que Torres-Homem, reconhece a dificuldade de provocar uma mudança de mentalidade dos brasileiros. Por terem vivido três séculos acreditando que a escravidão é a única possível e lucrativa sob o céu ardente dos trópicos, “oppoem-se com a maior contumacia á toda innovação no systema do trabalho.” Portanto todas as “leis penaes e todas as medidas de repressão serão sempre inefficases e impotentes”, enquanto não ocorrer uma “revolução nos espiritos”, capazes de mudar os sentimentos públicos a este respeito.<sup>761</sup>

Na Bahia, como já foi dito, motivado pela última insurreição de africanos (1835), o *Jornal da Sociedade de Agricultura Commercio e Industria*, “atendendo a marcha natural e progressiva do Espírito Humano, escutando a voz da Religião, da Moral e da Civilização, e atendendo aos interesses mais valiosos”, publicou a “Memória sobre o estabelecimento de uma Companhia de Colonização nesta Província,” de Miguel Calmom Du Pin intitulada “Colonização.”<sup>762</sup>

As “memórias”, desde a intencionalidade do autor até à apropriação pelo leitor, ao evocar reminiscências para comprovar a veracidade das suas versões de forma dialogante, além de conjugarem forças, buscavam ganhar espaços para suas urgências, propostas e projetos. Assim, os defensores da continuidade do tráfico, utilizaram da mesma tática. Em 1837, recuperaram e publicaram postumamente a *Memória sobre a abolição do comércio da escravatura*, escrita por Domingos Barreto em 1815 (após o Congresso de Viena), para expor ao príncipe Regente D. João, os consideráveis prejuízos gerados pela falta repentina do comércio da escravatura, não só à agricultura brasileira, mas a outros diversos ramos da sua industria e nas alfândegas. No ano seguinte, publicaram anonimamente,<sup>763</sup> a *Memória sobre o comércio dos escravos, em que se pretende mostrar que este trafico he, para elles, antes hum bem do que hum mal*. Escrita por

---

<sup>761</sup> *Jornal dos Debates*, 7 e 11 de outubro de 1837. A “Memória” foi também editada em formato folheto. Ver: Burlamaque (1837). Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00360900#page/11/mode/1up>

<sup>762</sup> *Jornal da Sociedade de Agricultura, Commercio e Industria da Provincia da Bahia*, 15 de outubro de 1835, nº 38, 11º trimestre.

<sup>763</sup> José Carneiro da Silva, membro do Partido Conservador, eleito em 1844 deputado na Assembléia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, é o suposto autor.

um “Natural dos Campos dos Goitacazes”.<sup>764</sup> Em junho de 1841, foi anunciada a venda da *Memória sobre a conveniência ou desconveniência da escravatura do Brasil*, de Manoel Alves Branco, em que mostra o egoísmo inglês, “deve ser lido por todos os fazendeiros”, informou o anunciante.<sup>765</sup>

### 2.3. “A extinção da escravatura não se realizará em nossos dias”

Como forma de apoiar a continuação do tráfico, *O Sete d'Abril*, num artigo intitulado “Escravidão”, considerou utópica e impraticável o propósito dos que “clamão amigos da humanidade” para extinguir a escravatura. Mesmo sendo criticado pelo *Aurora Fluminense*, por defender o contrabando e fazer apologia ao tráfico, afirmou “que a extinção da escravatura não realizará em nossos dias, que a continuação é indispensável e continuará a sê-lo no Brasil, por anos e talvez por séculos...” No entanto, para demonstrar ao redator do *Aurora* que também possuía sentimentos humanitários e justificar a sua opinião em relação ao tráfico, através de exemplos argumentou que a escravidão nunca foi condenada pelas principais religiões do mundo, nem pelos mais renomados filósofos da antiguidade:

Em todas as Religiões, mestre Evaristo, em todas as Seitas, a escravidão é considerada como um flagello que faz parte da condição humana: nenhum dos fundadores de Religiões, nem Moysés, nem Confúcio, nem Mohameth, nem os Brachamanes da India, nem os Gymnosophistas do Egypto, pregarão a doutrina da extinção da escravatura. Invocamos aqui o testemunho do Sabio Assessor da Sacra Camarilha; elle, que conhece, como as palmas de suas mãos, Platão e Aristoteles, diga se em algum dos livros de Platão e Aristoteles e dos sete Sabios da Grecia, encontrou doutrinas para a extinção da escravatura !!! [...] Cicero, bem sabeis, mestre Evaristo, compoz um livro importante ácerca dos deveres da humanidade que intitulou - *De Officiis* -. Agitando n'este livro as mais melindrosas questões de Moral e de Consciencia, nem uma só palavra aí lereis sobre vossas vãs e pueris theorias a favor da extinção da escravatura [...]. Citar-vos-hemos Seneca, Plinio, Trajano, Marco Aurelio (moralistas politicos que vosso Sabio da Metafisica Social não reprova); todos esses indignes varões reputarão a escravidão uma das condições do Estado Social, e nenhum d'elles propoz a extinção da escravatura.<sup>766</sup>

---

<sup>764</sup> *Memória sobre o comércio dos escravos*, em que se pretende mostrar que este trafico he, para elles, antes hum bem do que hum mal. Escrita por \*\*\* Natural dos Campos dos Goitacazes. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1838. Disponível em:

<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00439300#page/7/mode/1up>

<sup>765</sup> Em formato folheto, vendido a 240 rs. na loja do Sr. Paula de Brito, foi anunciada n' *O Despertador* em 3 de junho de 1841.

<sup>766</sup> *O Sete d'Abril*, 31 de outubro de 1835.

Para o redator do *Sete d'Abril*, “nem os Padres da Igreja Apostólica expuserão sua doutrinas para a extinção da escravatura”. Do mesmo modo, nada foi encontrado a favor da extinção da escravatura nas obras do Papa Alexandre III e no Concílio de Latrão. Até mesmo Wilbeforce, quando apresentou sua “hypocrita proposta para a escravidão” (porque os ingleses foram os maiores traficantes de escravos), foi desdenhado por Pitt e Dantas, “que até saíram da Câmara dos Communs para não o ouvirem”. Explicou que não foram os brasileiros que inventaram o tráfico, apenas aproveitaram-se dele. Por fim acrescentou: se todos os Príncipes, até mesmo Napoleão favoreceram o tráfico e toda Europa tem admitido a escravatura, “com que atrevimento ousaes accusar de immoralidade, de insensibilidade, de tyrannia, os proprietários do Brasil?”

Alguns anos depois, numa outra ocasião mas no mesmo contexto, o *Paquete do Rio*, intrigado com mesmas justificativas religiosas apresentadas por Vasconcelos à Câmara por ocasião da apresentação do seu projeto de revogação da lei de 1831, pediu explicações ao *Sete d'Abril*. Numa pequena nota intitulada “Comunidade”, confrontou os discursos dos deputados Miguel Calmon Du Pin e Bernardo Pereira de Vasconcelos, no qual o primeiro pronunciou “altamente contra o tráfico da escravatura”, considerando inumano, infame, imoral e anti-religioso e afirmou que como cristão, empregaria todos os esforços para obstar a pratica de escravizar homens; enquanto o segundo, além de fazer muito alarde de ser cristão católico, ofereceu um projeto permitindo a continuação do tráfico, sob a justificativa de que o trafico era lícito e “autorizado pela Religião Christã, como podia demonstrar por Bullas Pontificias, e textos mui expressos dos Santos Padres da Igreja”. Á vista de tão evidente contradição, questionou: “ou a Religião he absurda, que sustenta doutrinas diametralmente oppostas, o que não poderá affirmar; ou hum dos insignos Oradores não conhece a Religião, que gaba de professar. Se o 7 quizesse explicar isto?...”<sup>767</sup> A julgar pela pergunta no fim do texto, o redator já desconfiava qual era a intenção de Vasconcelos.

Não obstante, com objetivo claro de provocar o *Aurora Fluminense* e rebater as denúncias do *Fluminense*, de que “uma associação havia depositado 12 mil réis para quem conseguisse a revogação da lei do tráfico da escravatura.” O *Sete* informou que os governos estrangeiros (Inglaterra), com o objetivo de evitar a concorrência entre produtos agrícolas produzidos por braços livres em suas colônias com os produtos brasileiros, resolveram “remunerar os que

---

<sup>767</sup> *Paquete do Rio*, 10 de agosto de 1836.

promoverem a extinção da escravatura no Brasil com a quantia de 50:000\$00 de réis”. Ou seja, os jornais que defendiam o fim do tráfico eram pagos para isso! A esta acusação respondeu o *Aurora Fluminense*:

Diga-nos o *Sete* = que interesse podem ter esses Governos estrangeiros a que allude, em que os nossos productos encareça, e que consequentemente o Brazil se arruine? A Inglaterra, a Nação que mais tem pugnado pela abolição do trafico Africano, não no Brazil sómente, mas em todo o mundo, he quem mais nos abastece dos productos e manufacturas que necessitamos. Nós somos freguezes da Inglaterra. Desde quando, o mercador, o manufatureiro teve interesse em emporcer o seu comprador e freguez? Ou receia a Gram-Bretanha que rivalizemos com as suas fabricas e industria? Se o Governo Inglez exige a extinção do trafico para arruinar o paiz, por que razão promoveo essa extinção e mesmo da escravatura, nas suas colonias? He elle tão pouco illustrado, tão imprudente, a sua politica! A resposta a estas respeitosas perguntas, vai dar ao *Sette d’Abril* á nossa custa, immortal renome... entre os contrabandistas. [...] Não; os Governos estrangeiros não pagão a quem no Brazil faça guerra ao trafico de carne humana; de outra sorte o *Sette d’Abril* não estaria escandalizando a civilização e a humanidade com suas apologias a esse vergonhoso commercio.<sup>768</sup>

Até a renúncia de Feijó e ascensão do Regresso Conservador em 1837, quando Bernardo Pereira de Vasconcelos assume a pasta da Justiça e do Império, o *Sete d’Abril* não poupou esforços de atacar e de fazer desacreditar Evaristo e o Regente, sempre procurando tocar no ponto mais sensível do Império que era o problema da escravatura. O *Aurora*, por sua vez não ficou atrás, até o encerramento do jornal, procurou defender-se das acusações e críticas que lhe eram imputadas e passou a atacar e pontar as opiniões incoerentes do *Sete d’Abril*. O público parecia acompanhar atentamente o debate entre os dois periódicos políticos, pois quando Evaristo deixou de responder às provocações do *Sete*, um corresponde sob pseudônimo “O Inimigo do Cativo”<sup>769</sup> desconfiou que Evaristo pudesse ter mudado de opinião em relação à escravatura e instou-lhe que respondesse cabalmente ao *Sete*. Ao invés de responder ao *Sete*, Evaristo preferiu dirigir-se ao correspondente:

As nossas opiniões acerca do tráfico dos africanos não são duvidosas, e por mais de huma vez as havemos enunciado clara, publicamente. Neste assumpto, assim como em outras questões delicadas, a *Aurora* não reusou dizer a verdade, embora lhe custasse inimigos e inimigos irreconciliáveis. = Pelo que toca à escravidão em si, parece-nos que tão cedo não poderá tratar-se com seriedade da sua gradual extinção no Brazil. O que tem havido acerca do contrabando, prova o, quanto a nós, exuberantemente. [...] Quem tolhe a voz dos outros escritores e jornalistas que

---

<sup>768</sup> *Aurora Fluminense*, 30 de novembro de 1835.

<sup>769</sup> *O Pão d’Açúcar*, 27 de novembro de 1835.



tão sabiamente dirigem a opinião pública no Rio de Janeiro? Não fallando no *Sette d'Abril* que já se declarou apologista do contrabando; o que fazem o *Pão d'Assucar*, a *Novidade*, o *Novo Caramuru* e o *Amigo do Brazil*? Dêmos nós palavra de sermos o exclusivo missionario da manumissão dos cativos, o flagelo dos traficantes de carne humana? Os nossos bons e honrados collegas, tão illustrados, tão philanthropos, em que se empregão nesse caso?<sup>770</sup>

Inferre-se pela análise de conteúdo, que Evaristo sentia-se só na “missão” de combater o tráfico e a escravidão. Suas palavras dão sinais de cansaço, frustração e descrença de que o tráfico pudesse ser realmente extinto. Esta sua “cruzada” contra o contrabando custou-lhe muitos inimigos e afetou a sua popularidade, refletindo nos resultados eleitorais. Portanto no fim do artigo, pediu que “O Inimigo do Cativo” ocupasse ele mesmo desta tarefa. Desanimado, disse ter dispendido todos os “esforços que não forão coadjuvados,” estava disposto a abandonar o jornalismo e deixar a outros a missão de “mostrarem com maior amplidão aos nossos lavradores todos os inconvenientes do serviço dos escravos e todas as vantagens da colonização livre”. Desejou aos “novos apóstolos melhor fructo do que ella pôde obter das suas fadigas, a esse respeito.” Esta foi a última manifestação de Evaristo sobre o problema da escravatura. No dia 30 de dezembro de 1835 saiu o último número do *Aurora Fluminense*.<sup>771</sup> Dois anos mais tarde, faleceu repentinamente vítima de uma “febre perniciosa”, aos 37 anos.

### 2.3.1. A Lei de 7 de Novembro de 1831 “é a origem dos males presentes e futuros”

Com o fim do *Aurora Fluminense*, *O Fluminense* e o *Pão d'Açucar* juntamente com outros jornais de curta duração que surgiram no Rio de Janeiro no início do ano de 1836: *O Paquete do Rio* (1836-1837), *O Atlante* (1836), *O Chronista* (1836-1838), o *Jornal dos Debates*

---

<sup>770</sup> *Aurora Fluminense*, 2 de dezembro de 1835.

<sup>771</sup> Evaristo Ferreira da Veiga (1799-1837), jornalista, livreiro e político carioca deixou jornalismo e encerrou a publicação do *Aurora Fluminense*, depois de 8 anos ininterruptos (de dezembro de 1827 a dezembro de 1835), sendo contabilizadas 804 edições e uma dezena de suplementos. Entre maio de 1838 e julho de 1839, outro jornalista utilizou o mesmo título, sem indicar o autor, para continuar a publicação de três vezes por semana (segundas, quartas e sextas feiras). Mudou apenas de tipografia, passando da Typ. de Ogier na Rua do Ouvidor, para a Typ. de Crêmière, também na rua do Ouvidor. No prospecto de lançamento, em 2 de maio de 1838, propõe continuar a obra de paciência e de patriotismo, com espírito de moderação de progresso regular, de justiça e verdade. O novo “*Aurora Fluminense*”, matém o mesmo formato do anterior, inclusive a mesma epigrafe (a frase de D. Pedro I) que Evaristo utilizou durante toda a existência do seu jornal: *Pelo Brasil dar a vida/Manter a Constituição/Sustentar a Independência /É a nossa obrigação*. O reaparecimento do *Aurora Fluminense*, com algumas modificações, devido a “novidade das circunstâncias”, foi divulgada pelo periódico *Despertador: Diário Comercial, Politico, Scientifico e Litterario*, publicado no Rio de Janeiro (1838-1841), na coluna “Publicações Literárias”, da edição de 29 de abril de 1839. Também nas edições de 2 e 4 de maio de 1838 do *Jornal do Commercio*. Mas nenhum dos dois periódicos informaram no nome do redator. Helio Viana (1968:18), atribui a Francisco de Sales Torres Homem, a redação do novo *Aurora Fluminense*.



(1837-1838), levaram adiante a campanha contra o contrabando de africanos, colocando no centro dos debates, a execução ou inexecução da lei de 7 de novembro de 1831.

*O Atlante* e *O Chronista*, ambos redigidos por Justiniano José da Rocha,<sup>772</sup> embora não fizessem parte do grupo de Vasconcelos, foram criados especialmente para fazer oposição ao governo de Diogo Feijó, e utilizaram o desrespeito à lei e a falta de repressão ao tráfico como armas contra o Regente. *O Atlante*, chegou a afirmar que a lei era impotente para conter o grande carregamento de africanos que desembarcava todos os dias no porto do Rio de Janeiro. Os traficantes, principais alvo das punições da lei de 1831, passeavam impunes e alardeavam suas riquezas oferecendo festas. Concluiu com indignação: nessas festas, “não lhes lembra que os manjares que mastigam, são carne humana, os vinhos que bebem sangue humano, não se recordam que cada um dos gozos, que saboreiam, é comprado a preço de um crime.” Para o *Chronista* a lei foi precipitada e apareceu sem nenhuma precaução, nem preocupação de trazer “colonos industriais” ou favorecer o “trabalho de braços livres”, por parte dos legisladores, forçando assim os agricultores a “receberem contrabando”, tornando os juizes de paz reféns dos traficantes. Justiniano entendia o contrabando como fruto da legislação, que era contrária aos interesses da população.<sup>773</sup>

Enquanto o *Paquete do Rio*, de redator desconhecido, reproduzia artigos de outros jornais favoráveis ao fim do tráfico, *O Fluminense* procurava reafirmar a necessidade de se fazer cumprir a lei de 1831. Chegou a culpar os agricultores por “cerrarem os ouvidos”, “desacreditarem as ideias da colonização branca” e seguirem cegamente a “cobiça dos contrabandistas”. Para o também desconhecido redator do periódico, “é indubitável que enquanto os Lavradores comprarem escravos, haverá quem se aventure a introduzi-los d’África, debaixo de todo risco.”

*O Pão d’Açúcar*, que também fazia oposição ao governo, indignado com a forma escandalosa que se tem descumprido a lei de 7 de novembro de 1831, pediu em nome da “honra da Nação”, que se não houvesse meio de mantê-la que fosse revogada:

Ultimamente lembramos o escandalo, com que se cala a Lei de 7 de Novembro de 1831. Já causa tedio ver, como às claras se faz o contrabando dos Africanos importados da costa d’África. Em

---

<sup>772</sup> O redator Justiniano José da Rocha, foi eleito deputado pela Província de Minas Gerais nas seguintes legislaturas: quinta (1842-1844), oitava (1849-1852) e nona (1853-1856).

<sup>773</sup> *O Chronista*, 13 de fevereiro de 1838.

uma palavra; ou exista a Lei, ou se derogue. Se a humanidade, e os nossos verdadeiros interesses pedem, ou antes querem que ella exista, exista *in re*, e não *in nomine*. Se porém a falta de braços para a lavoura, como dizem muitos, e os prejuizos inveterados, como dizemos nós. fazem que essa Lei não possa existir, então derogue-se; e vá-se preparando desde já o povo para logo receber desejoso aquillo que agora ignorante despreza. Com isso não queremos inculcar, que se deve abolir a Lei, se houver meios de ser mantida, mantenha-se por honra da Nação. <sup>774</sup>

Em seu penúltimo número, num discurso ambíguo e cauteloso, apesar de entender que no estado atual do Brasil o sistema de escravidão era uma “matéria assas importante e melindrosa”, num artigo intitulado “Communicado,” procurou explicar que a escravidão, por ser contrária ao direito natural, era a causa grandes prejuizos à sociedade e uma barreira invencível à verdadeira prosperidade pública. Pela quantidade de escravos que possui e pelas insurreições, como as ocorridas na Bahia e em outras partes do Império, *O Pão d’Açúcar* creditava que o Brasil era o país que mais corria perigo com a escravidão. Portanto, na opinião do redator, “estamos com os pés sobre o vulcão, porém a cegueira e a ambição he tal que não recuamos diante do perigo”. De acordo com suas previsões, se não por um fim à “traficância de ambiciosos contrabandistas”, em breve o Brasil será aniquilado ou permanecerá sempre no mesmo grau de atraso. Por outro lado, preocupado com a repercussão negativa que suas ideias poderiam provocar nos lavradores, explicou que era o primeiro a reconhecer a falta que os africanos fazem às lavouras e que jamais foi sua “opinião que elles desaparecessem de subito, como quis a Lei de 7 de novembro de 1831.” Que o prazo para a extinção do comércio da África, foi muito pequeno e creditava que o razoável seria de dez anos, por exemplo. Assim, os lavradores teriam tempo para atrair colonos brancos e não sentiriam a falta de braços, como se tem observado.

Como *O Atlante* culpou os traficantes por infringiam escandalosamente a lei, com a introdução grande quantidade de escravos contrabandeados. Além de gerar prejuízo ao Estado, por não receber os direitos da alfândega, os traficantes desmoralizam a nação e geravam prejuizos ao proprietários que pagavam muito caro pelos escravos. No seu último número, o *Pão d’Açúcar* procurou demonstrar os males da escravidão e as vantagens da colonização, cujo único inconveniente era o hábito dos brasileiros em servirem-se de escravos e acreditarem que na falta deles “já nos parece que se acaba nossa riqueza.” Além de olharem para a colonização

---

<sup>774</sup> *O Pão d’Açúcar*, 32 de março de 1836.

com indiferença. Concluiu: “Ah! se os lavradores conhecessem perfeitamente os fructos, que colherião de braços livres, não fomentarão de certo o inhumano commercio da escravidão!”<sup>775</sup>

Um mês depois da publicação do inesperado artigo do *Pão d'Açúcar* pedindo a revogação da lei de 1831, *O Sete d'Abril* comentou o novo projeto de Vasconcelos, apresentado à Câmara na sessão de 25 de junho de 1836,<sup>776</sup> propondo a revogação dos seis primeiros artigos da lei de 1831.<sup>777</sup> Na edição seguinte publicou a Indicação da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro e a Representação da Câmara Municipal da Vila de Valença (Província do Rio de Janeiro), redigida por importantes fazendeiros, também pedindo a derrogação da lei.<sup>778</sup>

Assim, concomitante aos pedidos de cumprimento da lei pelos abolicionistas os anti-abolicionistas, justamente por ser inexequível tentaram revogá-la. Para demonstrar adesão à causa dos fazendeiros - num contexto de crescimento da economia cafeeira - e fazer propaganda do projeto de Vasconcelos, *O Sete d'Abril* publicou uma série de artigos questionando a validade da lei de 1831, usando como epígrafe trechos do artigo do então Regente Diogo Feijó publicado em 1835, no já extinto periódico *O Justiciero*.<sup>779</sup> No primeiro deles, saído na edição de 27 de julho, com o título “Lei de 7 de Novembro de 1831,” procurou rebater as críticas do *Correio Official* e convencer a opinião pública da necessidade de se adotar o projeto de Vasconcelos, como meio conciliatório e prudente entre as “várias Representações” que chegaram à Assembléia Geral Legislativa, pedindo a total revogação da lei. Na sequência, afirmou que “a lei de novembro de 1831 era a origem de muitos males presentes e futuros”, pois fora elaborada sem antes estudar as circunstâncias e as necessidades do país. Explicou que a “lei passou na effervescência das paixões, no delirio da Revolução, na exaltação dos Partidos, na deslocação de todas as coisas e no devaneio de todas as idéas.” Agora ela pode produzir um “incendio em todo o Brasil”, além de animar a delação, roubar virtude e levar ao crime. Portanto, “cumpre pois levantar a voz contra esta lei, para demonstrar a necessidade que há de revogá-la,” pois foi incapaz de produzir algum bem e somente gerou “terror nas populações inteiras, cujas fortunas, cuja existencia se achão ameaçadas.”

---

<sup>775</sup> *O Pão d'Açúcar*, 04 de maio de 1836.

<sup>776</sup> Bernardo Pereira de Vasconcelos havia apresentado à Câmara dos Deputados em 1835, um projeto propondo a abolição total da lei de 1831. *O Sete d'Abril*, 1 de agosto de 1835.

<sup>777</sup> *O Sete d'Abril*, 28 de junho de 1836.

<sup>778</sup> *O Sete d'Abril*, 13 de julho de 1836.

<sup>779</sup> Como já foi dito, o artigo de Feijó, escrito antes da sua eleição com objetivo de angariar-lhe votos, tornou um poderoso argumento contra a sua própria administração e para os defensores da continuidade do tráfico de africanos.

O periódico, ao apropriar-se do discurso de Vasconcelos para revogação da lei, demonstra sua grande aproximação com o deputado, ao argumentar que a lei já não existia de fato. Mesmo se fosse executada, a sua execussão, conforme salientou Vasconcelos, além de gerar uma perturbação geral na polícia, provocaria a dilapidação de muitas fortunas, a decadência da lavoura e atraso na renda pública. Portanto, havia soicitado uma pronta medida legislativa que anistiasse o passado para que não no futuro fosse reclamada, perturbando assim a paz e tranquilidade interna do país. De fato, a lei além de impor penas tanto aos importadores como aos compradores, garantia a liberdade de todos os africanos entrados no Brasil depois desta data. Isto é, qualquer africano, a par da ilegalidade do seu cativeiro poderia requerer juridicamente a sua liberdade, representando assim uma perda futura de todo capital investido. Portanto, na impossibilidade do Estado “indemnizar promptamente os possuidores dos escravos de maneira que elles possam dar-se a novos meios de vida, e mesmo tentar a empresa de colonias estrangeiras para aproveitar suas desertas terras,” o redator pediu cautela em relação às mudanças repentinas capazes de provocar grandes prejuízos. Sem se importar de ser acusado de “inimigo da Humanidade,” acrescentou:

[...] se à Nação faltão meios para se a escravidão ha-de continuar porque nossas circunstancias, nossa falta de braços, nossos habitos, nossos prejuizos, a nullidade de nosso Commercio, o atrazo da nossa Agricultura, a escacez de nossas Finanças, nossa existencia enfim, pedem a conservação do estado actual de coisas e imperiosamente mandão tẽr cautela ácerca de mudanças repentinas; então oferecemos uma filantropia estrambotica. A cessação absoluta do trafico ha-de vir do tempo, ha-de vir do augmento da população branca, ha-de vir do interesse que é a origem de todos os actos humanos.<sup>780</sup>

Na edição de 28 de setembro, *O Sete d'Abril* informou na primeira página, que o seu artigo de 27 de julho, havia motivado o encaminhamento de diversas e veementes Representações à Assembléia Geral Legislativa, dentre elas as de vários municípios da Província do Rio, pedindo a revogação da “dita lei imprudente e absurda”. Ao analisar o resultado da lei, cinco anos depois da sua publicação, o redator concluiu que o único resultado tem sido o constante desprezo inexecução geral e individual: “tal é a sorte de todas as leis imprudentes que por intempestivas não casão com os habitos e necessidades dos Povos para quem são feitas!!” Portanto, enquanto houver necessidade de braços no Brasil e a escravidão não for abolida na África, a lei brasileira não será nunca obeservada. “Em verdade, afirmou,

---

<sup>780</sup> *O Sete d'Abril*, 27 de julho de 1836.

nem a razão nem a experiencia, que é a Mestra do Saber, podião aconselhar a promulgação d'essa lei imprudente que, em vez de um bem, nos traria tantos males!!” Sejam quais forem as teorias, filantropias, contemplações filosóficas ou leis repressivas, a necessidade será a primeira das leis. Lembrou que tanto a Espanha como a França, continuaram a importação de escravos negros para suas colônias apesar de todas as leis penais e repressivas ao contrabando e que também lá, as autoridades fiscais eram forçadas à mesma conivência como no Brasil. Dando a entender que o se passava no Brasil, era natural. A seguir passou em revista os artigos da lei, para convencer o público que ela foi “filha das ideias da época” e da “falsa filantropia que existia nos corações de seus autores” (falsa, porque nenhum dos autores da lei libertaram seus próprios escravos). Para demonstrar o apoio popular à revogação da lei de 7 de novembro, na forma do projeto oferecido por Vasconcelos, publicou um artigo do jornal mineiro *O Parahybuna*,<sup>781</sup> informando que “muitas Municipalidades do Imperio” têm “dirigido representações à Assembléia Geral no sentido da Proposta do Sr. Vasconcellos.”

Para o *Chronista*,<sup>782</sup> o projeto de Vasconcelos, por envolver uma questão tão delicada e multifacetada, resolveu analisá-lo melhor e escrever um artigo especial “em outro numero”. Entretanto em suas “reflexões,” adiantou que a lei, apesar de defeituosa e impopular, era irrevogável. Se passar a proposta de Vasconcelos, que pretende tornar o tráfico um acto lícito, “a civilização vae desandar”. Explicou que o Brasil não é o único país em que o tráfico ilegal é feito. As colônias inglesas e francesas (Boubon, Martinica e Guadalupe), por exemplo, a despeito das leis receberam mais escravos do que nunca. Mas nem por isso a França e a Inglaterra “voltaram atrás na obra da civilização”, revogando suas leis. Portanto, ficou de demonstrar no “artigo especial”, o quanto a proposta era “perigosa”, “barbara” e “anti-civilizadora”, “por ora a respeito della só diremos, que não podemos conceber como uma lei

---

<sup>781</sup> *O Parahybuna* (1836-1839), periódico editado na cidade de Barbacena (Minas Gerais), redigido pelo padre Justiniano da Cunha Pereira, possuía fortes ligações com Bernardo Pereira de Vasconcelos e fazia oposição à regência de Feijó. Trazia como epigrafe um trecho do discurso do deputado Vasconcelos: “Os homens paixão, paixão as circunstancias; mas os principios subsistem, Deos louvado, à despeito das intrigas, à despeito das paixões, em todas as lutas sahem triunfantes, e sabem vingar-se dos ultrajes que lhes irrogão a má fé, a ambição, ou a ignorancia.” Portanto não se pode considerar o artigo do *Parahybuna* como representativo da opinião pública de Minas Gerais e das “municipalidades do Império”, como favorável ao projeto de Vasconcelos. Contemporâneo e de políticas opostas, havia o *Astro de Minas* (1827-1839), redigido pelo padre José Antônio Marinho e publicado em São João Del Rei, que sempre se posicionou contra o tráfico e contrabando de escravos. Na edição de 2 de abril de 1836 depois de comentar a Indicação de Vasconcelos sobre a lei de 1831, escreveu: “O que dirão do Brasil as Nações civilizadas a verificarem-se patrióticos sonhos do Sr. Vasconcellos...” No número de 16 de julho de 1836, procurou alertar Vasconcelos sobre o perigo que expõe o Brasil caso infrinja o tratado com a Inglaterra. “Que sacrificio nos arrasta alguns Srs. Deputados a ambição de serem eleitos? (...) Veja bem o Sr. Vasconcellos a que recipicio quer arrastar o Governo Brasileiro!”

<sup>782</sup> Periódico fundado a partir de uma parceria entre Justiniano José da Rocha e Firmino Rodrigues Silva, colegas do curso de direito da faculdade de São Paulo.

retroactica,” e como os “votos dos Srs. deputados poderão, sem incorrer na cumplicidade de um crime abominável, privar os africanos livres que o crime submetteu ao jogo do captiveiro”.<sup>783</sup>

Contudo, em meados de 1837 o contrabando estava visivelmente fora do controle. Assim, enquanto na Câmara dos Deputados e na imprensa, se discutiam a revogação da lei de 1831, no Senado, Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena (autor da lei de 7 de novembro de 1831, que ficou conhecida por Lei Feijó-Barbacena), apresentava um outro projeto de lei “para ser observado com mais rigor”. De acordo com suas justificativas, a lei de 1831 “bem longe de por termo final ao tráfico da escravatura, como ardentemente desejava então, e ainda hoje deseja o Corpo Legislativo, parece que pelo contrário, foi poderoso estímulo para dar energia.” Portanto, percebendo o “funesto resultado desta infração da lei” e também preocupado com os fazendeiros, que por “singeleza e verdade”, se lançavam na compra ilegal de africanos, sentiu a urgentíssima necessidade de elaborar uma outra lei que daria providências mais eficazes em seus efeitos, sem prejudicar os fazendeiros. Ocorre que a lei de 1831, proibia aos subditos brasileiros o comércio de africanos novos dentro e fora do Brasil, enquanto o novo projeto proibia-o apenas fora e protegia todo aquele que o fizesse dentro em território brasileiro. Portanto, no seu parágrafo final pedia a revogação da lei de 7 de novembro de 1837.

Mesmo aprovado no Senado, o projeto de Barbacena apesar de anistiar os fazendeiros que haviam adquirido escravos de forma ilícita e retirar deles toda a responsabilidade pela compra dos africanos, por divergência entre os deputados, especialmente da oposição, não obteve apoio na Câmara. O deputado pela Bahia, Manoel Maria do Amaral por exemplo, em seu voto separado apresentado na comissão de diplomacia, publicado no *Jornal dos Debates* a pedido do próprio deputado, entendeu o projeto de Barbacena como uma violação da convenção realizada em 23 de novembro de 1826, entre o governo brasileiro e o da Gran-Bretanha. Para o deputado, a finalidade da convenção anglo-brasileira era acabar com o comércio de africanos na costa da África e não diminuí-lo. As leis que consentirem o comércio de africanos contrabandeados dentro do Imperio, nos mercados publicos e ás vistas das autoridades, além de darem toda segurança ao negociante que realiza a importação, violam a base da dita convenção, ferindo o princípio fundamental da concenção. Portanto, em sua opinião a lei não passava de um pretexto para iludir a dita convenção. O deputado também responsabilizou o governo por

---

<sup>783</sup> *O Chronista*, 2 de julho de 1836.

não fazer cumprir a lei, e afirmou que se “houvesse uma administração que quisesse executar a dita lei, o abaixo assinado está convencido que ella não seria conculcada, como tem sido.”<sup>784</sup> O governo por sua vez, rebateu as críticas e responsabilizou os juizes locais pelo incumprimento da lei. Como já foi dito, O Código de Processo Criminal de 1832 e o Ato Adicional de 1834, deu autonomia aos municípios e conferindo aos juizes da paz locais, plenos poderes penais e policiais.

Como era de esperar, o *Chronista* também discordou do Projeto de Lei do Marquês Barbacena (partidário de Feijó), não só por ser ofensivo aos princípios da justiça, mas também por violar “a dignidade e honra nacional” e o tratado com a Inglaterra, podendo inclusive, “comprometer-nos com essa nação”.<sup>785</sup> Na Bahia, *O Censor*, no seu primeiro número saído à luz em setembro de 1837, também criticou o projeto de “Lei do Marquez de Barbacena”. Depois de uma análise mais aprofundada da lei, (publicada na íntegra), concluiu que, assim como a lei de 7 de novembro de 1831, esta nova lei também seria inexecutável em sua prática. Em sua opinião, o poder legislativo deveria desistir de fazer leis, que não podem receber a sanção publica e “deve tratar quanto antes de reformar aquella de 7 de Novembro, em sentido adaptado à geral opinião do povo que representa, aos seus costumes, necessidades e circunstâncias reaes do paiz”.<sup>786</sup>

O projeto de Barbacena e as agressões cometidas pelos comandantes ingleses nos portos e litorais brasileiros, ocuparam a atenção da imprensa durante vários dias, enquanto o *Sete d'Abril* seguia firme na sua campanha contra o Regente Feijó e a favor do tráfico. A partir de 11 de março de 1837, deu indícios de colher os primeiros frutos da discórdia ao estampar nas primeiras páginas, por dias seguidos, pequenas notas intituladas “Profecia,” anunciando que o “Sr. Feijó deixará de ser Regente”. Na edição de 2 de setembro de 1837, já dava como certa a renúncia de Feijó e sua retirada para São Paulo, com o sarcástico comentário: “Feijó não conseguiu conquistar a opinião pública.” Assim, esperava que o seu sucessor fosse mais afeiçoado ao *Sete d'Abril* e que satisfizesse suas várias e importantes exigências, entre elas a “liberdade de imprensa” (de que fora várias vezes processado por abuso) e a “cessação dos tropeços que se lançam ao Commercio a pretexto de evitar a importação de africanos necessarios

---

<sup>784</sup> *Jornal dos Debates*, 21 de outubro de 1837.

<sup>785</sup> *O Chronista*, 6 de setembro de 1837.

<sup>786</sup> *O Censor*, 6 de setembro de 1837, nº 1, p. 33-43.

ao Brasil.”<sup>787</sup> Isto é: que fossem removidos todos os obstáculos que impediam o comércio transatlântico de africanos.

## 2.4. Os Conservadores na defesa do tráfico

Com a renúncia de Feijó, Pedro de Araújo Lima<sup>788</sup> assume a Regência Una (1837-1840) em 19 de setembro de 1837. O novo regente tratou logo de formar outro gabinete composto pelos mais influentes membros de oposição: Bernardo Pereira de Vasconcelos (Minas Gerais) na pasta da Justiça e do Império, Rodrigues Torres (Rio de Janeiro) na pasta da Marinha, Sebastião do Rego Barros (Pernambuco) na da Guerra, Miguel Calmon Du Pin Almeida (Bahia) na pasta da Fazenda, e Antônio Peregrino Maciel Monteiro (Pernambuco) na dos Negócios Estrangeiros. Juntamente com deputado mineiro (reeleito em 1834 e 1838) Honório Hermeto Carneiro Leão, formaram o chamado “Partido da Ordem”, partícipes da ala Saquarema,<sup>789</sup> mais voltados aos interesses dos Conservadores, denominados Regressitas.<sup>790</sup>

Uma das primeiras medidas do novo governo foi promulgar em maio de 1840, a Lei Interpretativa do Ato Adicional de 1834, reduzindo os poderes das Assembleias Legislativas Provinciais, a autonomia das províncias e colocar a polícia judiciária sob o controle direto do poder central, com objetivo de trazer de volta a centralização política favorecendo sim os interesses dos latifundiários escravocratas a nível nacional. Na verdade, formaram uma aliança estratégica entre as antigas oligarquias do açúcar nordestino, as novas do café no Vale do Paraíba, as firmas exportadoras, os traficantes negreiros e os parlamentares que lhes davam cobertura (Bosi, 1992:194). Segundo Ilmar Matos (2004), era a classe senhorial que ditava as diretrizes, imponto uma associação íntima entre o Império e a Escravidão. Daí a tentativa do governo de revogar a lei de novembro de 1831. Atentos, os comissários britânicos da Comissão Mista no Rio, imediatamente Araújo Lima assumir o governo, informaram a Palmerston sobre

---

<sup>787</sup> *O Sete d’Abril*, 2 de setembro de 1837.

<sup>788</sup> Rico proprietário rural de Pernambuco (1793-1870), Visconde de Olinda, pelo Decreto de 1841 e Marquês de Olinda, pelo Decreto de 1854. Senador pelo Partido Conservador, obedecendo a Constituição, substituiu Feijó interinamente por ser Secretário e Ministro dos Negócios do Império, mas depois foi eleito Regente Uno, em 22 de abril de 1838.

<sup>789</sup> Os Conservadores receberam a alcunha de “Saquaremas”, pelo fato de muitos dos seus membros residirem e reunirem no município fluminense de Saquarema.

<sup>790</sup> O grupo político que mais representava a força social mercantil-escravista era o Saquarema (devido o fato de muitos dos seus membros residirem no município fluminense de Saquarema, também local onde eram realizadas as reuniões do partido), núcleo histórico do Partido Conservador (Mattos, 2004).



a indisposição do novo governo em fazer valer o tratado e a lei anti-tráfico (Hamilton Hamilton para Palmerston, *apud* Verger 2002:406):

[...]o governo atual, na medida que é representado pelo Sr. Vasconcellos, ministro da Justiça e provisoriamente ministro do Império, declarou que o tráfico é indispensável ao país e manda libertar aqueles que são perseguidos, tendo assim levado a zero o comprometimento frente à Grã-Bretanha, neste capítulo. O Sr. Vasconcelos, por ter suprimido o impedimento oficial de praticar o tráfico, verá sua popularidade aumentar consideravelmente junto ao corpo inteiro dos proprietários de terras, e é possível que obtenha a maioria dos votos as próximas eleições para a regência, mesmo se está competindo com o atual regente interino. Os desembarques de escravos são cada vez mais numerosos e o grosso do tráfico se faz mais abertamente com o Rio de Janeiro.

De fato, um mês antes de tomar posse, Vasconcelos havia declarado: ‘os ingleses que ponham em prática esse tratado a que nos obrigaram pelo abuso do seu poder superior, mas esperar que cooperemos com eles nessas especulações enfeitadas com o nome de humanidade não é razoável’ (Vasconcelos, *apud* Bethell, 1976:90). Na pasta da Justiça, uma das primeiras medidas de Vasconcelos, foi revogar as determinações do seu antecessor e futuro inimigo, Francisco Gê Acaiaba Montezuma, que dispunha sobre as vistorias mais rigorosas, nas embarcações que retornavam da África.<sup>791</sup> Na imprensa, *O Sete d’Abril* encarregou-se de divulgar a notícia de que o governo havia relaxado nos exames realizados a bordo das embarcações vindas dos portos da África.<sup>792</sup> Segundo Conrad (1985:107), “em três meses aumentou o número de chegadas ao Rio, presumivelmente em função do comportamento mais indulgente do novo governo conservador.”

Não obstante, entre 1838 e 1839, ocorreu uma nova configuração na imprensa brasileira. Justiniano José da Rocha, depois da renúncia de Feijó e a convite dos Regressistas, deixou o *Cronista* para redigir o *Correio Oficial*. *O Sete d’Abril*, depois da assensão de Vasconcelos ao Ministério, não voltou a questionar a lei de 1831. Sentido-se um órgão semi-oficial, passou a divulgar atos do governo, inclusive da Repartição dos Negócios Estrangeiros, relatando apreensões de negreiros portugueses que continuavam traficando africanos para Montevidéu, sob o título de colonos. Limitou-se a publicar notícias internacionais sobre o tráfico da

---

<sup>791</sup> Alguns meses depois, o próprio Montezuma, reconheceu a completa nulidade da lei de 1831. Pois os especuladores contavam com a total impunidade das autoridades locais que protegiam o desembarque e sua transferência de um lugar para outro, em pleno dia e a qualquer hora. Os magistrados que tentavam intervir, eram alvos de ódio e colocam suas vidas em risco, pois alguns eram assassinados. Nem mesmo a recompensa tem sido paga captores no mar, concluiu Montezuma (Montezuma, *apud* Bethell, 1970:109).

<sup>792</sup> *O Sete d’Abril*, 9 de dezembro de 1837.

escravatura e alguns artigos tentando demonstrar indiretamente a necessidade de mantê-lo, através de vários exemplos de fracasso nas colônias francesa, espanhola e britânica. No seu último ano de edição a única publicação mais relevante sobre o tema, foi a reprodução seguida de comentário, sobre um artigo do *Jornal do Commercio* questionando a falsa “filantropia dos Bretões” em relação aos ex-escravos em suas colônias (depois da abolição da escravidão em 1833). Depois de tecer seus próprios comentários, o redator afirma ser possível “conciliar Humanidade com a Justiça, e os preceitos da Religião Cristã com a colonização de africanos”.<sup>793</sup> Ou seja, substitui o “contrabando” de africanos pela “colonização”. Antecipando assim o projeto para “colonização com africanos” que Vasconcelos irá apresentar à Câmara. Entretanto, mesmo sendo um dos jornais mais influentes de sua época, tendo melhorado o formato, aumentado a tiragem e incluído uma parte comercial, findou em março de 1839,<sup>794</sup> no mesmo ano em que surgia o *Instincto* (1839-1840), de redator desconhecido, que ligado aos Regressistas e afeto a Vasconcelos, adota um discurso ainda mais pró-tráfico e anglofóbico do que o *Sete*, quando fazia oposição a Feijó e a Evaristo da Veiga.

Do lado oposto (oposição), estavam os moderados: novo *Aurora Fluminense* (1838-1839)<sup>795</sup> e *O Despertador* (1838-1841). O *Jornal do Commercio* e o *Diário do Rio de Janeiro*, apesar de publicarem notícias vindas de Portugal e da Inglaterra, evitaram emitir opiniões próprias. Na Bahia, desapareceu o *Censor* (1837) e permaneceram o *Correio Mercantil* (1833-1856) e o *Diário da Bahia* (1839), que além de noticiarem e transcreverem artigos vindos de jornais da Corte, especialmente de *O Despertador* e de *O Instincto*, mas também de Portugal e da Inglaterra, emitiram algumas opiniões e comentários sobre o tema.

O *Aurora Fluminense* ao divulgar “O programa da oposição,” acusou o “Ministro do Gabinete de 19 de setembro” (Vasconcelos) de defender oficialmente “falsos interesses” e proteger “os sentimentos favoráveis à continuação do tráfico,” com objetivo de “beneficiar da sua própria popularidade.”<sup>796</sup> Mantendo o mesmo princípio liberal progressista de Evaristo da

---

<sup>793</sup> *O Sete d’Abril*, 5 de janeiro de 1839.

<sup>794</sup> O jornal findou logo depois de Vasconcelos ter se demitido do Ministério e tornar Senador por Minas Gerais. Depreende-se que o jornal perdeu a sua função, que era divulgar as ideias de Vasconcelos e torná-lo popular, atendendo a sua pretensão de disputar a próxima eleição para Regente Uno em 1842. Pretensão que terminou frustrada pelos liberais, que já discutiam a possibilidade de eleger D. Januária, irmã mais velha de D. Pedro II, que completaria 18 anos em março de 1840, num movimento denominado “Januaristas” ou de antecipar a maioridade do Imperador. Movimentos amplamente divulgados na imprensa de oposição, sobretudo no *Despertador*.

<sup>795</sup> Seu suposto redator, Francisco Sales Torres-Homem, deixou o jornal para criar *O Despertador* em sociedade com José Marcellino da Rocha Cabral.

<sup>796</sup> *Aurora Fluminense*, 01 de junho de 1838.

Veiga, o novo redator procurou deixar claro que o primeiro plano de oposição ao governo conservador, é “remover energicamente a importação da escravidão”. Até o fim de sua curta existência o novo *Aurora Fluminense*, sob a responsabilidade de Francisco Sales Torres-Homem manteve firme seu posicionamento contra o contrabando de africanos, procurando despertar a atenção da opinião pública para o “escandaloso desembarque” de africanos todos os dias nas praias brasileiras e todos os problemas advindos a ele, tais como os econômicos, morais e de saúde pública.

Entretanto a diferença mais marcante entre o novo *Aurora* e o antigo *Aurora* redigido por Evaristo da Veiga, estava na maneira dura, preconceituosa e racista com tratou os problemas. Viu a escravidão como impedimento para a melhoria da economia, do trabalho e da sociedade brasileira. Portanto atacou igualmente lavradores, políticos, traficantes, contrabandistas, juizes de paz, autoridades subalternas e os próprios africanos. Para o redator, os lavradores eram “cegos pelo espirito da rotina e por falso aspecto dos seus interesses,” enquanto os outros, “aliciados pelo lucro, são acusados de comercializar ou favorecerem os comércio de carne humana.” Já os traficantes e contrabandistas de “carne humana”, certos da impunidade, introduzem a “barbaria no meio da nossa civilização retardada.” São os “piores inimigos que pode haver o no Brasil. São homens que por um lucro vil, mettem barris de pólvora na mina, que a todos nos ameaça de fazer saltar pelos ares.” Continua:

Para evitar a pena de pirataria, ahí está o pavilhão Portuguez, que se presta a todos os infames artificios e o nosso paiz é inundado sem medida de gente grosseira, e estúpida, cujo numero existente devera seriamente assustar-nos. Não nos demoraremos demonstrar a odiosidade toda de semelhante trafico; já não entraremos aqui nos detalhes horrorosos, relativos aos soffrimentos desta miseravel gente no trajecto d’Africa para o Brasil, amontoados nas embarcações, como si fossem volumes de fazenda, preterimos a indagação das atrocidades de que muitos são victimas, até dentro do recinto de nossa culta capital: olhamos a maneira em geral e encaramos a escravidão, qual é impossivel, que ella deixe de ser ...<sup>797</sup>

Note que o redator procurou contornar o problema humanitário para dar lugar a preocupação muito maior, que é a degradação econômica, moral e dos costumes gerado pelo tráfico, que introduz a cada ano grande quantidade de africanos. Portanto tentou incutir na opinião pública a inferioridade racial, expressão utilizada nos discursos tanto por aqueles que eram favoráveis ao fim do tráfico como os contrários. Desta forma, pelo lado econômico,

---

<sup>797</sup> *Aurora Fluminense*, 14 de maio de 1839.

considerou os escravos uma “praga, que se lançou sobre a nossa terra, e que ha retardado a verdadeira prosperidade.” Não passavam de “Machinas caducas sujeitas á mil enfermidades, ceifadas a cada passo pela foice da morte”. Eram “imperfeitíssimos instrumentos para o adiantamento da nossa lavoura e são de todo inúteis para as artes e para o costeiro de qualquer manufactura”. Procurou alertar os lavradores sobre os “imensos capitais empregados nos negros são sepultados debaixo da terra ou anulados pelas doenças e pela velhice”. Acreditava que existência dos escravos era fatal à civilização, e que a continuada importação deles nos sertões da África, perpetuava a ignorância dos cultivadores brasileiros. Pelo que toca a moral, afirmou que a escravidão introduz na sociedade habitos defeituosos que são funestos desde a mais tenra infância. Além de levar ao centro das famílias, a corrupção, o vício, a imoralidade, a depravação, que infiltra na alma inocente de tantos meninos, confiados com desvelo de estúpidos escravos, verdadeiros “pedagogos da infamia e correios do crime”. Por fim concluiu que o tráfico era uma porta aberta para toda especie de doenças e desordens morais. Lamentou: “todavia, continua-se, sem consciencia, e feixando-se os olhos aos perigos de um futuro medonho, a encher o nosso paiz de novos recrutas da escravidão, cujo numero computa-se sem exageração á mais de 50 mil, cada ano.”

Ligado aos Progressistas moderados e de oposição ao governo estava *O Despertador*, jornal diário comercial e político, fundado e dirigido pelo português José Marcellino da Rocha Cabral<sup>798</sup> entre 1838 e 20 de julho de 1839<sup>799</sup> que, apesar de apoiar o fim do tráfico, preferiu tratar o tema de inserido nas notícias internacionais evitando emitir opiniões próprias a este respeito.<sup>800</sup> Procurou priorizar as notícias de Portugal, não escondendo o apoio dado ao governo português, deu enorme cobertura à negociações luso-britânicas para o fim do tráfico e aos

---

<sup>798</sup> José Marcellino da Rocha Cabral, bacharel em Direito, formado em Coimbra, imigrou para Brasil em 1831. No Rio Grande do Sul, foi um dos fundadores da Sociedade Promotora da Indústria Rio-Grandense e redator do jornal da associação, *O Propagador da Indústria Rio-Grandense* (1833-1834). No início da Revolução Farroupilha, deixou o Rio Grande do Sul e voltou ao Rio de Janeiro, onde exerceu a função Consul Geral de Portugal em 1838 e de redator do jornal *O Despertador*. Depois da falência do jornal em 1841, mudou-se para Diamantina (Minas Gerais), trabalhando apenas como advogado. Em 1849, retornou ao Rio de Janeiro, onde morreu em 1852 vítima da epidemia de febre amarela. Durante o período em que esteve à frente de *O Despertador*, contou com a colaboração do imigrado português José da Gama e Castro, também bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra ex-redator do periódico português absolutista *A Águia*. Acusado de “Revolucionário”, pelo *Jornal dos Debates e Sete d’Abril*, o primeiro pela suposta tendência absolutista “Miguelista” e o outro pela sua ligação com o ex-regente Diogo Antônio Feijó, para salvar a sua reputação e refutar estas e outras calúnias publicadas contra ele, resolveu publicar alguns de seus artigos, documentoe e depoimento de várias pessoas ilustres comprovando a sua irrepreensível conduta, em formato folheto (Cabral, 1839).

<sup>799</sup> Desta data até dezembro de 1840 passou a ser dirigido por Francisco Sales Torres-Homem. Depois de uma paralização de três meses, até findar em outubro de 1841, voltou à direção de Rocha Cabral.

<sup>800</sup> Nas colunas internacionais publicou pequenas notas sobre os tratados para abolição do tráfico da escravatura realizados na República Argentina e no Chile respectivamente em 19 de junho e 08 de agosto de 1839. Também as “novas medidas” e acordos comerciais realizados entre a Grã-Bretanha e os chefes africanos para combater efetivamente o comércio de escravos (copiado do *The Anti-Slavery Reporter*), na edição de 9 de maio de 1840.

problemas relacionados ao *bill* Palmerstom, publicando vários artigos de jornais portugueses, extratos dos debates parlamentares, notas e circulares do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, além de publicar na íntegra o “Opusculo” de Sá da Bandeira sobre o “Tráfico da Escravatura e o Bill Palmerston”. A partir da direção de Torres-Homem,<sup>801</sup> o jornal passou a dar mais atenção a este problema em âmbito nacional. Publicou as Representações das Assembléias Provinciais de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, pedindo a revogação da lei de 1831<sup>802</sup> e divulgou as discussões sobre o tráfico, no Senado brasileiro.<sup>803</sup> Um dos poucos comentários do periódico sobre o problema da escravidão no Brasil - e que provavelmente justifica o seu cuidado ou omissão - veio no último ano de publicação, na última página ao anunciar a venda, na loja de livros do Sr. Laemmert, da versão reimpressa da “Representação à Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, sobre a Escravatura”, de José Bonifácio de Andrada e Silva:

Esta peça he digna da maior atenção, tanto pela sabedoria com que foi concebida, como pela pureza e elegancia da locução. Na maneira de tratar este assumpto, sem duvida alguma a mais grave e mais difficil que se possa ventilar no Brasil, sejão quaes forem as idéas do leitor a repeito, distinguirá o talento superior e o espirito analytico do maior estadista brasileiro, do sabio abalisado, e por tal reputado em todo o mundo scientifico...<sup>804</sup>

Em sentido contrário, o *Instincto*,<sup>805</sup> pela gravidade e interesse público, procurou discutí-lo abertamente com objetivo de formar uma opinião favorável à continuação do tráfico. Assim, publicou vários artigos intitulados “O tráfico dos africanos”.<sup>806</sup> No primeiro deles informou que “o tráfico de africanos será objecto que muito ocupará a atenção dos seus leitores”. Entendia que o “actual Ministerio em vez de perseguir aos que se dam a este ramo de riqueza publica, devia negociar com a Grã-Bretanha a maior liberdade para este commercio.” E alertou: “Oh! si os Ministros nos escotassem!... torna-se-hiam muito populares e até o “Instincto” os cantaria em prosa e verso”. No número seguinte afirmou categoricamente que “por sua magnitude e influencia na riqueza e civilização do Brasil”, o tema que deve merecer “mui particular atenção

---

<sup>801</sup> Francisco Sales Torres-Homem (Visconde de Inhomirim), nasceu no Rio de Janeiro em 1812 e faleceu em Paris no ano de 1876. Advogado, jornalista, diplomata, escritor, médico e político, em julho de 1839 deixou a direção do novo *Aurora Fluminense* para dirigir *O Despertador* até 1840 e o *Maiorista* (1840-1842). Em 1849 redigiu *O Libelo do Povo* (1849). Mulato, condenou o sistema escravocrata brasileiro.

<sup>802</sup> *O Despertador*, de 21 e 22 de março de 1840

<sup>803</sup> *O Despertador*, 8 e 13 de julho de 1840.

<sup>804</sup> *O Despertador*, 29 de maio de 1841.

<sup>805</sup> Periódico semanário (terças-feiras), ligado aos conservadores/regressistas, de redator desconhecido, durou apenas nove meses e contou com 45 edições.

<sup>806</sup> *O Instincto*, 1/10, 15/10, 5/11, 12/05, 19/05, 26/11 de 1839. 7/04 de 1840.

do governo, é inquestionavelmente a continuação do tráfico ou resgate dos africanos”. Apelou ao patriotismo do governo, para que este venha convencionar com os ingleses a “permissão do tráfico e resgate de negros, cativos em Africa”, pelo menos por mais dez anos! Pediu aos Ministros que não se acorvassem diante dos discursos e projetos ‘desses Palmerstons e Broughams (Deos lhes dê juízo) dirigidos a fazer cessar o referido resgate”. Manifestou a esperança de voltar aos “belos dias em que viamos entrar n’este porto, salvos das garras de seus canibae senhores, grande numero de africanos, que vinham entrar no gremio da Igreja Catholica e receber uma educação propria da nossa era”.

Curiosamente, em seus discursos ideológicos o redator evitou empregar os termos “tráfico” e “contrabando”, substituindo-os por “resgate de negros” e “colonização de africanos”, numa tentativa de “humanizar” o tráfico e atribuir-lhe uma ação civilizadora, religiosa e utilitária, muito próximas das propostas do bispo de Pernambuco José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, em sua “Análise sobre a justiça do comercio do resgate dos escravos na costa da África”, escrita em 1808.

Grande crítico do governo inglês, *O Instincto*, de redator desconhecido, procurou de várias maneiras desacreditar a sua filantropia<sup>807</sup> e afirmou estar convicto de que os fabricantes e negociantes ingleses que fornecem os gêneros para o resgate e tráfico dos africanos não compartilhavam o mesmo sentimento do gabinete de S. James. Assim como *O Despertador*, apoiou Portugal em sua contenda com a Grã-Bretanha e divulgou o “Opusculo” de Sá da Bandeira. Por ocasião da aprovação do *bill* Palmerston, considerou-o ofensivo não só aos negociantes portugueses, mas também aos brasileiros que empregavam “no humano resgate dos negros, cativos em África.” Portanto sugeriu uma coligação entre os governos brasileiro e português, para obter indenização dos prejuízos, relacionados à “barbara pirataria do Governo Inglez” e esbravejou:

---

<sup>807</sup> Denunciou o contrabando de ópio pelos ingleses na China e concluiu com indignação: “Esse mesmo GOVERNO PIRATA julga consoante com a razão e com a justiça a importação do opio, de um veneno estragador, que ceifa tantas vidas na China, e vidas de seres mais perfeitos que os africanos, e vidas que elle devia respeitar, si culto sincero rendesse á hospitalidade, á Justiça e á Divindade. É crime, na opinião do Gabinete inglez salvar os africanos de uma morte certa e atroz, para os levar ao gremio da Igreja Catholica, e coadjuvarem a industria no Brasil, e crime que deve sêr punido, postergadas as leis das Nações! não é prorêr crime, é virutude, e philantropia faltar á palavra, violar a hospitalidade, indroduzindo opio, veneno mortal, para matar os hepedes generoros que colhem os subditos da Grã-Bretanha!!! Quem acredita em tal Governo?” *O Instincto*, 12 de novembro de 1839. Em outro número, acusou a Inglaterra de “matar” a industria brasileira “para excluir de todos os mercados do mundo nossos preciosos productos, esmera-se o GOVERNO PIRATA em vedar no Brasil a colonisação de africanos, reclamada pela Humanidade”. Afirmou ainda que os “philantopos” ingleses preferiam ver os negros africanos morrerem atrozmente por seus senhores em África, do que vê-los habitando o Brasil. *O Instincto*, 19 de novembro de 1839.

Sam os mares patrimonio da Inglaterra, e escravos d'ella os povos menos fortes? O Brasil tolerará a sangue frio que os avaros usurpadores da Gran-Bratânia o privem dos braços necessarios para sua cultura e existencia? deixar-se-ha assassinar sem soltar ao menos um grito de indignação contra tal atrocidade?!... Guerra a Grã-Bretanha!!! Tenhamos fé na justiça de nssa causa, e veremos baquear o tyranno, o usurpador universal.<sup>808</sup>

Foi com evidente satisfação que *O Instincto*, anunciou a chegada do Governador Geral de Moçambique ao Rio de Janeiro (provavelmente com objetivo de promover o comércio entre Moçambique e o Brasil) e o seu apoio ao “resgate dos pretos cativos em África” por entender a “sua útil e necessária colonisação no Brasil; merecendo por tanto as benções de todos os amigos da Humanidade”. Mas logo em seguida lamentou a falta de apoio do Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário de Portugal no Brasil (1839-1840), Joaquim Cesar Figanière e Mourão, a quem se referiu como “juguete dos diplomatas estrangeiros” e de ter sido “contagiado” e “atormentado” pelos ingleses, para pôr fim ao tráfico da escravatura.<sup>809</sup>

Acusado pelos opositores de ser “ambicioso,” defender a continuidade do tráfico com objetivo de angariar votos, *O Instincto* procurou defender-se das calunias, afirmando que o seu redactor não fazia parte dos circulos eleitorais como candidato, portanto não tinha motivos de adular o povo por defender o tráfico. Não revelava o nome do seu redator, justamente por não quer que suas ideias fossem apreciadas pela fonte de que emanam, mas por sua verdade e franqueza. Informou que a única razão que o movia a advogar o resgate dos pretos captivos em Africa, era a “convicção de estar a advogar a causa da Humanidade e da Justiça, os interesses da Nação Brasileira, que perderá industria, riqueza, independencia e força, logo que lhe faltar auxilio dos africanos.”<sup>810</sup>

Assim, além da justificativa “humanitária”, procurou de forma contundente apresentar razões de ordem prática, pelas quais o Brasil ainda não podia prescindir dos africanos, começando por depreciar as duas principais alternativas que desde a muito tempo vinham sendo apresentadas como substitutas dos escravos nas lavouras: as máquinas e a colonização de europeus. (i) Em relação às máquinas, apesar de reconhecer os progressos espantosos da mecânica, acreditava que no Brasil tão cedo ela poderá substituir o trabalho escravo e questionou: “é possível cortar a canna em nossos cannavaes e plantar-a por meio de machinas? Explicou que a Inglaterra, que tanto produz açúcar na Índia, apesar dos avanços, não pode ainda dispensar

---

<sup>808</sup> *O Instincto*, 15 de outubro de 1839.

<sup>809</sup> *O Instincto*, 5 de novembro de 1839.

<sup>810</sup> *O Instincto*, 17 de março de 1840.



os braços para este trabalho. Continuou: “poder-se-ha metter na terra a planta do café e colher os bagos por mio de machinas?” Pode-se até descascar, e limpar por esse meio, “mas a produção do café, um dos mais importantes ramos da nossa agricultura, não se reduz somente a isso”. Concluiu portanto, que as máquinas não podem substituir os africanos. (ii) No que diz respeito à colonização dos europeus, também questionou: onde e com que meios? “Iremos buscar colonos á Inglaterra, á Portugal, e á Suissa? N’esses Estados é devada a colonisação em massa: iremos á Allemanha, á Italia ou á Russia?” Se fosse possível “que número seria possível equiparar aos africanos que entram annualmente no Império?” Além dos europeus não se sujeitarem a trabalhar doze horas por dia sob um clima diferente do seu e por um salário módico, acostumados nas cidades, logo abandonariam quem o contratou para negociar por si mesmo um trabalho melhor, portanto eram pouco fiáveis. Por fim, conclui em uma outra edição, que a continuação do tráfico era um clamor público e apoiado pelas populações que, cientes da necessidade de refazerem “os braços que exige o progresso da nossa lavoura, e de todas as industrias”, auxiliam os desembarques de africanos, no imenso litoral brasileiro. Informou ainda, que as Assembléias Provinciaes estavam representado á Geral, propostas para acabar “com essa lei absurda, contraria aos interesses do Brasil, e de sua riqueza, e contra a qual se levantou a opinião publica”.

Enquanto na imprensa brasileira se discutiam o problema do tráfico, com larga vantagem aos favoráveis à sua continuação, o contrabando, garantido pelas companhias de seguro, só aumentava sob a bandeira portuguesa. Em Portugal, diante da pressão do *Foreign Office*, Sá da Bandeira deixa o governo em abril de 1839, sendo substituído por Ribeiro Sabrosa. No Brasil, em abril do mesmo ano, por divergências com Araújo Lima, Vasconcelos se demite e é desfeito o gabinete de 19 de setembro de 1837, com retirada de outros Ministros Regressistas. Prevendo que o próximo alvo dos ingleses seria o Brasil, como medida preventiva em 22 de junho de 1839, Cândido Baptista de Oliveira, em sua breve passagem pelo Ministro dos Estrangeiros e da Fazenda, tentou restabelecer uma boa relação entre os governos do Brasil e da Inglaterra, com a subscrição de um *memorandum* contendo as bases de um novo ajuste para repressão ao tráfico. Uma das propostas previa que o apresamento no litoral brasileiro ficasse exclusivamente a cargo dos cruzeiros ingleses. Entretanto, por representar a ingerência da



Inglaterra nos negócios do Império, o *memorandum* não chegou a ser entregue. Muito criticado, o ministro foi demitido.<sup>811</sup>

Assim, seguindo os preceitos da opinião pública, até ser afastado pelo golpe de 1840, o governo conservador, uma vez que a legislação brasileira na prática já não existia, violou o tratado com os ingleses e quase institucionalizou o tráfico. Em cartas dirigidas a Palmerston, os representantes britânicos no Brasil, informaram que o governo brasileiro, “longe de fazer tudo ao seu alcance para suprimir o comércio de escravos, o estava protegendo desavergonhadamente” (Bethell, 2002:109). De fato, de acordo com as informações do *Correio Oficial*, a “opinião pública é toda a favor do tráfico” e no governo havia um grande “conflito entre a execussão da lei e a opinião pública.”<sup>812</sup>

Conforme verificado, os governos e parlamentares que tentaram obstá-lo tornaram-se totalmente impopulares. Sobretudo diante da revolta popular e do ódio contra os britânicos, que a partir de 1839 havia intensificado os ataques de seus cruzadores no litoral brasileiro, e no estado de grande comoção nacional pela morte do brasileiro João Soares de Bulhões, por um oficial do brique de guerra inglês *Grecian*, durante perseguição na costa brasileira (entre Cabo Frio e a Ilha de Angra) do negreiro português *Ganges*, de Manoel José Ribeiro da Costa. O *Ganges* tinha acabado de desembarcar 419 africanos. Pressionado pela opinião pública, o governo brasileiro entendeu como ofensa intolerável, levando o Ministro dos Negócios Estrangeiros Candido Batista de Oliveira a encaminhar uma nota de reclamação a W. G. Ouseley, encarregado britânico no Brasil. Por ser de grande interesse público, o *Jornal do Commercio* publicou na primeira página, as correspondências trocadas entre o Ministro brasileiro e o Ministro britânico.<sup>813</sup> Enfim, este e outros eventos demonstram que qualquer ação do governo contra o tráfico, representava falta de patriotismo por defender a causa dos ingleses e não os interesses nacionais.

## Conclusão

No Brasil, devido a grande preocupação com falta mão-de-obra, uma vez que a escravidão estava presente em todos os setores da vida produtiva e doméstica, a continuação do tráfico da

---

<sup>811</sup> O *Jornal do Commercio* na edição de 09 de março de 1846, no contexto do *bill* Aberdeen, defendeu o ex-ministro Cândido Baptista de Oliveira, destas acusações.

<sup>812</sup> *Correio Oficial*, 1º de maio 1840.

<sup>813</sup> *Jornal do Commercio*, 24 de abril de 1839.

escravatura, sob a conviência das autoridades e apoio pelas populações locais, parecia ser uma opinião nacional. Assim, abolicionistas e anti-abolicionistas, procuraram demonstrar de várias maneiras a sua necessidade ou comprovar o contrário. Tanto de um lado como de outro, muito foi dito sobre o ponto de vista econômico, moral, político e religioso. Apesar do objeto parecer claro a ambos os partidos, não foram discutidos com prudência que convinha, mas com rigor e injúrias partidárias que utilizaram o problema da escravidão como armas do combate. Portanto avaliar a questão partidária é de suma importância para compreender a posição brasileira sobre o tema. Ou seja, nesta fase e também na seguinte, o problema da escravidão no Brasil esteve e estará estreitamente ligado às duas facções políticas opositoras (liberais e conservadores) e por sua vez, teve o seu desdobramento na imprensa.

Entretanto, mesmo que os membros do governo e parlamentares não fossem unânimes seja na defesa ou no combate ao tráfico, cumpre portanto observar que a opinião predominante parece ser a continuação do tráfico. De fato condenar o tráfico da escravidão significava assumir uma posição anti-política e desafiadora da ordem estabelecida. Portanto, sempre que o governo tentava obstar, tornava-se impopular e anti-patriota por não atender as necessidades internas do Império. Apesar das dificuldades relatadas, infere-se que embora não tenha ocorrido na imprensa brasileira um movimento efetivo de caráter filantrópico, caritativo ou religioso contra o tráfico e a escravidão, a campanha abolicionista aproximou-se mais dos pensamentos econômicos. Não obstante, mesmo diante da necessidade econômica, dos hábitos e do costume que sempre falaram mais alto, a ponto de levarem à descarada transgressão da lei, é possível afirmar que no Brasil não ocorreu um vácuo de ideias abolicionistas.

## QUARTA PARTE

### DIGNIDADE E HONRA NACIONAL: a Inglaterra radicaliza

*“...o tráfico da escravatura entre nós desgraçadamente continua, e tem innumeros defensores; a opinião pública he toda a seu favor; e nem poderia deixar isto de acontecer em uma nação que ha perto de 300 anos está acostumada a servir-se com escravos, e que quasi acredita que não pode haver riqueza e felicidade no Brasil sem a introdução de Africanos. Não he facil acabar com semelhante tráfico, e d’ahi resulta ver-se o governo em perfeito conflicto entre a execução da lei e a opinião pública; he esta a luta mais terrível que pode ter hum ministro dos estrangeiros: por todas as partes entrão Africanos, os Inglezes perseguem o tráfico já em virtude do bill de lord Palmerston ...”*  
**Lopes Gama (Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil). *Correio Official* (1840).**

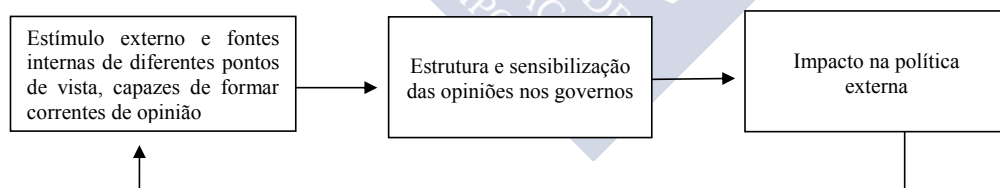


## Introdução

Com a maioria da opinião pública dos dois lados do Atlântico favorável à continuação do tráfico, a despeito das leis e tratados, ele aumentou enormemente com a bandeira de Portugal sendo usada indiscriminadamente também em negreiros espanhóis e brasileiros. Assim, depois de várias tentativas frustradas de obter de Portugal, através da diplomacia, um tratado para abolição total do tráfico, Lord Palmerston decidiu arrancá-lo à força, fazendo votar no Parlamento britânico em 1839, o *bill* Palmerston. Entretanto, assinatura do tratado para o fim do tráfico entre a Inglaterra e Portugal em 1842, apenas extinguiu legalmente o tráfico com bandeira portuguesa, mas não foi suficiente para acabar com o contrabando de africanos. Por conseguinte, em 1845, foi a vez de Aberdeen aplicar ao Brasil os mesmos métodos de pressão utilizados por Palmerston, com objetivo de estorquir um tratado semelhante ao de Portugal.

Assim, com objetivo de analisar os impactos da agressiva política externa da Inglaterra contra Portugal e o Brasil, bem como a reação da opinião pública nos dois países (ver figura 1), aqui entendida como imprensa e parlamento, dividimos esta quinta parte em dois capítulos. O primeiro trata das hostilidades praticadas contra Portugal, no âmbito de *bill* Palmerston (1839), enquanto o segundo, aborda o *bill* Aberdeen aplicado ao Brasil (1845).

**Fig. 1. Os componentes da opinião pública em relação à política externa.**





## CAPÍTULO I

### O *BILL* PALMERSTON E AS HOSTILIDADES CONTRA PORTUGAL

*“A opinião publica é o modo de pensar expresso e uniforme de mais da metade de um Povo sobre qualquer objeto: aqui vem a influencia, poder e direção que dá a todos os negócios; sua vitória é sempre certa: desgraçado daquele que lhe faz opposição”. Ezequiel Correia dos Santos, redactor do Nova Luz Brasileira.*

#### 1.1. O impasse entre Portugal e Inglaterra

Segundo Calógeras (1933:357), em 1837, dos 76 navios negreiros que saíram do Rio para a costa da África, 71 eram portugueses e 5 brasileiros. No mesmo ano, dos 92 navios que chegaram da África, 89 eram portugueses, 2 brasileiros e 1 norte-americano. No mesmo ano, dos 92 navios que chegaram na América vindos da África, 89 eram portugueses, 2 brasileiros e 1 norte-americano. Em 1838, os 84 navios importadores eram todos portugueses. Em 1839, ocorreu o mesmo fenômeno. Analisando o quadro dos navios saídos em 1839 de Havana para a África Ocidental, Luiz Henrique Tavares (1988:49), apontou: 42 navios portugueses, 19 norte-americanos, 8 espanhóis, 1 francês e 1 brasileiro. Os que ancoraram em Havana vindos da África em 1839: 64 navios eram portugueses, 28 norte-americanos, 10 espanhóis, 2 uruguaios. Ou seja, a maioria dos negreiros utilizavam a bandeira portuguesa.

Isto significa dizer, que apesar do tratado de 1815 e do decreto de 1836, o tráfico proibido sob a bandeira portuguesa persistia tanto a norte como a sul do equador. Sabendo que as ordens da metropole para cessar o tráfico não foram executadas pelos governadores dos domínios portugueses da África, os negreiros aproveitaram as circunstâncias e arvoraram a bandeira portuguesa em seus navios. O presente capítulo, dividido em várias secções, tem por objetivo medir e analisar os debates que se travaram na imprensa e parlamento português frente a diplomacia beligerante da Inglaterra, as correntes de opinião que se formaram em torno da “questão inglesa” e da “questão nacional” e suas influências na política interna e externa de Portugal. O decreto de 1836, não permitia à Inglaterra fiscalizar e visitar às embarcações portuguesas, ao sul do equador. Fato que levou a Inglaterra a exercer forte pressão sobre Portugal. Em agosto de 1838 Palmerston, com um *ultimatum*, enviou um novo projeto para a supressão definitiva do tráfico da escravidão, exigindo que o governo português, assinasse sem

demora. Alegava que se Portugal recusasse ou demorasse mais tempo para concluir este tratado, a Grã-Bretanha passaria sem mais delongas, a preencher pelos próprios meios, o fim para o qual não tem podido obter a cooperação de Portugal.

Ao invés de abreviar a conclusão do acordo com a Inglaterra, Sá da Bandeira, protelou e dificultou o mais que pode para evitar a assinatura do tratado. Entre outros motivos, usou como principais justificativas:

1º) Com estas obrigações Portugal corria o risco de perder os domínios em África, onde nos últimos anos a cobiça e a fraude dos especuladores estrangeiros e portugueses têm estabelecido um dos principais mercados do seu “infame” comercio. Com a tendência que têm a unir-se ao Brasil, o fariam por meio de uma revolução, fomentada com tal medida pelos negociadores. Portugal não tinha a garantia nem socorro necessário para defende-las no caso de sublevação, e de possível perda para o Brasil ou Espanha.

2º) O governo português não podia admitir a proposta de duração do Tratado da abolição da escravatura. Um tratado perpétuo resultaria em prejuízo para a Monarquia portuguesa. Era uma concessão muito arriscada, por achar-se o tráfico da escravatura tão inveterado nas possessões africanas. Por outro lado, também não deveria ser perpetuo o direito de visita. Pois quando acabar a necessidade de importação de escravos no Brasil e nas Antilhas espanholas, não haverá motivo algum para continuar este direito, que é opressivo e perturba a navegação.

3º) O direito de visita só poderia ser exercido a 100 milhas das costas das possessões portuguesas.

4º) Recusa declarar pirataria o tráfico da escravatura. Sobre essa questão, seria forçoso alterar quase toda a Legislação penal portuguesa.

As respostas vieram sem demora por parte do governo inglês, através do envidado extraordinário e plenipotenciário britânico, lorde Howard de Walden. Palmerston rebateu todos os pontos apresentados por Sá da Bandeira. Sobre a primeira justificativa, o governo inglês disponibilizou auxílio de uma força naval, a fim de reprimir qualquer tentativa de desordem nas possessões, e de impedir que as colônias se entregassem ao domínio do Brasil ou da Espanha. Sobre a duração do tratado, Palmerston estava mesmo decidido que o tráfico da escravatura, “está e para sempre continuará a estar, total e completamente abolido, em todas as partes dos seus respectivos Domínios e para todos os Súditos das suas respectivas Coroas.” Quanto ao tráfico ser considerado um crime de pirataria, era a condição *sine qua nom* para a conclusão do



dito tratado. Sobre a sentença de pena de morte, o governo inglês liberou esta exigência, porém na condição de Portugal aplicar o mais severo castigo.

Não obstante, a cada novo projeto do tratado, apresentado no decurso da negociação entre o governo português e o governo britânico, era sempre refutado por um ou pelo outro. Ou seja, Portugal apresentava um outro contra-projeto e a Grã-Bretanha também contestava. Situação que se arrastava desde maio de 1837. Esta omissão em chegar a um perfeito acordo entre as partes, e as respostas evasivas do governo português, levou a “boa fê” de Portugal, ser questionada. Segundo Lord Palmerston, logo que qualquer modificação dos pedidos era liberada pelo governo britânico, aparecia outro e as negociações apresentavam uma determinação pertinaz e arraigada para não entrar em tratado. Do lado britânico, Palmerston afirmava terem feitas todas as concessões em que podiam consentir sem prejudicar os fins, para a conclusão do tratado. As atitudes de Portugal, levavam a crer que realmente havia por parte da nação portuguesa, uma grande falta de vontade para acabar de uma vez por todas com o tráfico de escravos.

Sá da Bandeira por sua vez, ao mesmo tempo que respondia às acusações do governo britânico, defendendo Portugal por estar sempre pronto a negociar, acusava a Inglaterra de ser protetora do tráfico. Era a Inglaterra que procedia de modo violento e desonroso, enquanto se privava da franca cooperação de Portugal. Segundo Sá, as exigências britânicas eram opostas à liberdade da Nação Portuguesa e à independência da Coroa de Sua Majestade. O governo inglês não podia exigir que o governo português subscrevesse contra os interesses da Monarquia, um tratado que podia ter por consequência, a perda de alguns dos seus mais importantes domínios ultramarinos. O pior de tudo, é que a Inglaterra queria que subscrevesse não espontaneamente, mas por coação.

Na opinião de Sá da Bandeira, mesmo censurada, a circular publicada pelo “digno governador de Moçambique, Marques de Acaraty”, era uma prova irrefutável, do quanto era difícil e melindrosa a execução da pretendida abolição. De como era indispensável a garantia e o socorro dos domínios ultramarinos, no caso de uma sublevação geral, já ameaçada em Moçambique. Cada linha escrita pelo então governador Aracaty, que havia falecido segundo ele, em consequência das angustias que lhe causou por achar-se na absoluta necessidade não cumprir as positivas ordens do governo português, de executar o decreto de 10 de dezembro de 1836, deixava respirar o estado de coação em que o Marquês de Acaraty se via. Apesar de tudo, Sá afirmava que Portugal estava fazendo de tudo para promulgar e executar severas leis, mesmo

não estando ao seu alcance impedir o tráfico. Assim como o governo britânico também não estava conseguindo evitar a introdução de imenso contrabando na Grã-Bretanha, apesar do rigor das leis e de uma marinha especialmente destinada a embarcá-lo. É portanto injusta a acusação de que Portugal ao invés de impedir, tem animado o tráfico. O contrabando não é feito somente debaixo da bandeira portuguesa. A injustiça é maior ainda, quando consta nos papéis apresentados ao parlamento britânico e publicados nos jornais, que diversas nações, especialmente a norte-americana, empregam nele imensa quantidade de navios.

Sá da Bandeira no entanto, via-se entre um “fogo cruzado”: de um lado a pressão dos ingleses, do outro o risco de perder as possessões africanas, fundamentais para a salvação da economia portuguesa e que estavam sob o domínio de poderosos negreiros. Outro grande dilema era se deveria ficar silêncioso e aceitar sem discussão o projeto do tratado ditado por Lord Palmerston, e ficar por isso desacreditado para com a nação portuguesa, que exigia a liberdade e dignidade nacional, ou rejeitar o projeto e com isso ficar desacreditado perante a Grã-Bretanha e o mundo civilizado. Conforme apontou Putnam (2009), em *Diplomacy and Domestic Politics the logic of the Two-Level-Games*, o sucesso e o fracasso de uma negociação internacional estão atrelados não só à fase de negociação internacional, mas também à capacidade de satisfazer os grupos de pressão e de interesses no nível doméstico. O governante precisa ter habilidade para lidar com pressões políticas vindas das duas dimensões. Por ser um elo entre o ambiente interno e externo, frequentemente se encontra em situação de risco.

De fato era uma posição difícil, devido a grande pressão exercida pela imprensa portuguesa, especialmente do *Nacional*, principal jornal setembrista e órgão de defesa do comércio negreiro, que como vimos, encontrou eco e difusão em quase todos os periódicos na metrópole. *O Nacional* era contundente: “este acordo pertence exclusivamente aos Portugueses – os Ingleses não têm direito para governar em nossa casa, as suas propostas acerca do direito de visita tendo sido recusada pelo governo Americano podem igualmente ser rejeitada pelo nosso”.<sup>814</sup> Em *O Athleta* “o Governo Português deve continuar em a sustentação da dignidade nacional”.<sup>815</sup> *O Tempo* informava que “esta pretensão do Governo Inglês é altamente atentatória da independência das Nações”.<sup>816</sup> Na opinião da *Vedeta da Liberdade*: “só exigimos que o

---

<sup>814</sup> Copiado de *O Nacional*, pelo *O Athleta*, 27 de outubro de 1838.

<sup>815</sup> *O Athleta*, 5 de agosto de 1839.

<sup>816</sup> *O Tempo*, 29 de julho de 1839.

nosso governo seja independente nas suas disposições para as colônias, e não influenciado pelos interesses dos estrangeiros”.<sup>817</sup>

Philip Powlick (1995), entende que o governo não pode desprezar a opinião pública. Apesar de não afetar diretamente a política externa, a não ser que seja ativada, se a opinião pública não existir os governantes se “sentem livres para agir”. Entretanto para que ela possa ser entendida como legitimidade obtida pelo consenso popular numa sociedade democrática, é desejável que haja harmonia entre a opinião pública e as políticas governamentais. Como Sá da Bandeira não se sentia livre para agir, não havia outra alternativa a não ser resistir o quanto pudesse, para não assumir compromissos e obrigações, que no futuro pudessem prejudicar aos interesses de Portugal.

Este problema não passou despercebido por Lord Howard, que interpretou a demora de Sá da Bandeira, para concluir do tratado com a Grã-Bretanha, como uma forma de escapar às perseguições daqueles que se opunham à abolição do tráfico da escravidão. Também como forma de tentar conciliar, até certo ponto, negreiros politicamente importantes, concedendo-lhes espaço um pouco mais longo para as suas transações, antes de cortar-lhes a fonte de grandes vantagens, cuja perda poderia provocar hostilidades e vingança, inconvenientes para o governo nas próximas eleições. Segundo Howard, o Visconde de Sá, tem sido ganho por influências ilegítimas e dominado por uma força invencível.

Howard, não poupou Sá da Bandeira de suas críticas. Considerou-o um fraco e de política dúbia. Argumentou que no tempo da contestação entre o governo de Portugal e os clubs de Lisboa, sua política flutuante e indecisa quase custou à Rainha, a sua coroa. Como disse um jornalista português: “no campo de batalha pode o Visconde ser um herói – no conselho é um fraco”. Foi sem dúvida, as “boas” intenções do Visconde de Sá que privilegiaram as partes interessadas no tráfico de carne humana. Outra atitude criticada foi a maneira como agiu, diante dos desacatos das autoridades: se um governador de uma possessão desacata a lei, como fez o Marquez de Aracaty, em Moçambique, não seria pretexto para demitir o governador? Em vez de o demitir, Sá interrompe o tratado com a Inglaterra, que podia ajudar o seu governo a vingar a lei e levar a efeito a sua própria política professada.

Estas suposições foram veementemente desmentidas por Sá da Bandeira, argumentando que as acusações eram falsas e, que não conhecia em Portugal pessoa alguma que se ocupasse

---

<sup>817</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 18 de setembro de 1839.

no tráfico. Não tinha nenhum fundamento, a opinião de que os traficantes em escravos, tinham alguma influência no governo, quer direta ou indireta. Se Howard tinha provas, cumpria ele cita-las. Pelo contrário, nenhum outro ministro em Portugal havia com mais perseverança, perseguido o tráfico do que ele. Como servidor da pátria e defensor da sua independência contra o jugo estrangeiro, não podia subscrever um diploma prejudicial aos interesses do seu país, e que atacasse a dignidade da Coroa de Sua Majestade a Rainha. Para concluir justifica que a causa da demora era o tratado de navegação do Douro, cujas negociações com a Espanha lhe tomavam todo o tempo.<sup>818</sup>

Por outro lado, Sá tentava mostrar algum empenho tomando medidas que ele considerava serem realmente sérias para aplicação do decreto de 1836, enquanto tentava defender-se legalmente usando o artigo separado da Convenção Adicional de 28 de julho de 1817, segundo o qual, quando não fosse possível um “acordo comum” logo que se verificasse a total abolição do tráfico da escravatura nos domínios portugueses, ficava a Convenção Adicional válida por mais quinze anos. Ou seja, Portugal a partir do dia 10 de dezembro de 1836, ainda tinha até o dia 10 de dezembro de 1851, para acabar com o tráfico. Portanto não era obrigado a fazer nenhum tratado novo e os cruzadores britânicos não tinham o direito de deter ou capturar navios portugueses ao sul do Equador, a não ser nos casos prescritos nas instruções anexas à mesma Convenção. O governo inglês, por sua vez, não via sinceridade nas palavras e nos atos de Sá da Bandeira. Também não considerava nenhum mérito, demitir tardiamente os governadores das possessões africanas e enviar novos governadores em 1839, para fazer valer o decreto de 1836, cujos govenadores antecedentes tinham violado com impunidade, durante todo o tempo intermédio.

Em suma, muitos motivos podem servir de explicação para a política dúbia de Sá da Bandeira: a forte pressão exercida pela imprensa portuguesa, os temores fundados ou infundados da perda ou ruína das possessões africanas, o forte *lobby* negreiro na política portuguesa, as dificuldades financeiras e limitações militares; o rechaço à interferência britânica; a falta de sentimento e mobilização abolicionista na opinião pública portuguesa. Contudo, outras duas questões também exerceram grande influência, sobre os atos de Sá da Banderia. A primeira, foi a sua fidelidade aos princípios reformistas da Revolução de Setembro. A nova orientação da política portuguesa, com a afirmação do Regime Constitucional e

---

<sup>818</sup> *O Correio de Lisboa*, 23 de março de 1840.

Representativo, e não mais na Carta outorgada por D. Pedro IV em 1826, tinha como retórica substituir o mau governo por um bom governo. Ou seja, aceitar as negociações nos moldes já iniciados pelo ministério cartista, constantemente acusado pela imprensa portuguesa de ser governado pelo gabinete inglês, ainda mais sob a imposição da Inglaterra, seria considerado um retrocesso político. A política setembrista, apoiada na nova Constituição de 1838, pretendia por fim ao domínio inglês e impor a liberdade e independência da Nação. Portanto Sá da Bandeira procurou postergar as negociações, a pretexto de ganhar tempo e abolir o tráfico de escravos à maneira portuguesa (quando melhor conviesse para Portugal), sem a interferência da Inglaterra.

A segunda questão, é que Sá da Bandeira, não acreditava nos projetos de abolição do tráfico da escravatura, apresentados por lorde Palmerston. Considerava inteiramente errado, o sistema adotado pela Inglaterra para levar a cabo a supressão do tráfico. Os raciocínios que Sá da Bandeira expõe em seu opúsculo, para justificar a sua posição irresoluta, com base nos seus conhecimentos adquiridos na Marinha, são lógicos e objetivos:

1º) a abolição total do tráfico só seria possível e eficaz se todas as potências marítimas, sem exceção proibissem os seus navios de transportarem escravos e permitissem ao mesmo tempo aos navios de guerra de outras nações visitarem os seus navios mercantes; e todas aquelas nações em que existe a escravidão a abolissem. Enquanto houver povos que se comprem escravos, haverá quem os vá buscar em África para os vender. O tráfico expulso de uma bandeira, vai buscar outra para encobrir.

2º) Nem se reunissem todas as marinhas de guerra do mundo, não bastariam para bloquear milhares de léguas da costa africana e milhares de léguas da costa americana, onde embarcam e desembarcam escravos.

3º) Quanto mais arriscado o tráfico, mais alto os prémios de seguro, em consequência provoca a subida do preço dos escravos; fazendo com que os especuladores obtenham lucros enormes. Estes lucros excitam os traficantes e contrabandistas a arriscarem mais e mais.

Ou seja, o contrabando aumenta na razão direta dos lucros. O bloqueio da costa não poderá fazer cessar o tráfico, ainda que contra estas tivessem a maior vigilância. Sá da Bandeira acreditava que o único meio de acabar com o tráfico, consistia em acabar com a escravidão nos países onde ela existe e onde os escravos eram importados. Considerava ser difícil romper com o sistema de exportação, que envolvia inúmeros chefes africanos, independentes uns dos outros, para quem a venda de escravos era a única fonte que tinham, para obter os gêneros que os Europeus levam para a África. Para combater e vencer os interesses do exportador e do

importador de escravos e a cobiça audaciosa do contrabandista, com o qual são coniventes as populações do litoral da África e da América, seria preciso empregar meios de uma magnitude proporcional à vasta extensão do globo. Os meios que até hoje são empregados pela Grã-Bretanha têm sido sumamente ineficazes. O litoral da África ocidental e o da América meridional atlântica, o das Antilhas espanholas e do Texas, onde se faz o tráfico, oferece uma extensão que tem mais de trinta vezes o comprimento da costa meridional da Inglaterra. Os trinta navios ingleses destinados à supressão do tráfico no Atlântico, sem contar aqueles que eram subornados, representam uma quantidade ínfima diante do que seria realmente necessário para vigiar duas a três mil léguas de costa. Conclui Sá: como explicar que a maior atividade do tráfico se tem continuado a fazer na imediata vizinhança de Serra Leoa, onde de acha reunido todos os recursos contra ele?

Embora Sá da Bandeira acreditasse que a repressão ao tráfico fosse importante, para que os indivíduos habituados ao comércio de escravos tomassem a consciência de que a restrição ao tráfico, era o único modo de tornar as colônias úteis a Portugal, tinha plena consciência das limitações inglesas, sobretudo das portuguesas para este fim. Portanto não confiava nem um pouco, no sistema adotado por Palmerston, para a supressão do tráfico da escravatura. Considerava uma quimera, a esperança de que por tal sistema ele pudesse ser extinto. De fato as observações de Sá da Bandeira fazem hoje sentido: pois o tráfico transatlântico só terminou, com o fim da importação de escravos no Brasil em 1850, em Cuba em 1863 e com a cessão norte-americana do direito de visita em 1862.

No entanto Lord Palmerston estava mesmo disposto a suprimi-lo por esse meio e nem um pouco interessado nas observações e sugestões de Sá da Bandeira. Diante da dificuldade de se conseguir um acordo definitivo entre Portugal e a Inglaterra, no dia 10 de Julho de 1839, apresentou ao Parlamento britânico, o *bill para a supressão do tráfico português da escravatura*. O *bill*, decretava que todo o navio português, com ou sem bandeira, seria sujeito ao apresamento, embargo ou condenação, pelos vasos de guerra da Royal Navy. Qualquer embarcação portuguesa que fosse encontrada com escravos a bordo, ou equipada para o tráfico da escravatura,<sup>819</sup> seria julgada pelo tribunal supremo do almirantado da Inglaterra, ou por qualquer vice-almirantado dentro dos domínios britânicos.

---

<sup>819</sup> Qualquer destas equipagens passou a considerada prova de que o navio se empregava ao tráfico de escravos: 1.º Escotilhas com grades abertas, em vez das escotilhas fechadas que são comuns nos navios mercantes. 2.º Divisões no porão ou na cobertura mais numerosos do que é mister nos navios, que se empregam no tráfico lícito. 3.º Pranchas de sobressalentes aparelhadas para se assentarem, como uma segunda cobertura para escravos. 4.º Grilhões, cadeias e algemas. 5.º Uma quantidade de água em

O *bill* tinha como principais fundamentos: 1º) que Portugal estava por Tratados e Convenções realizados com a Grã-Bretanha, obrigado a abolir completamente nos domínios ultramarinos, o tráfico da escravatura; 2º) que para abolir o tráfico, Portugal recebeu avultadas somas da Inglaterra e não tem satisfeitos as condições;<sup>820</sup> 3º) que Portugal nada tem feito para desempenhar as obrigações contraídas; 4º) que Portugal se tem negado a fazer um tratado definitivo com a Inglaterra para a abolição da escravatura.

Em 1 de agosto de 1839, Jerningham, representante do governo britânico em Lisboa, enviou outra proposta, com ordens de que “qualquer ulterior *demora* na conclusão do Tratado ou qualquer proposta de alteração neste *novíssimo* projeto deverá ser considerada pela Grã-Bretanha como equivalente a uma recusa por parte de Portugal, de preencher os ajustes a que nesta matéria está ligado”. Ao que acresce: em consequência dessa demora, ou negativa, a Grã-Bretanha deverá proceder “por seus próprios meios a preencher os fins do Tratado”,<sup>821</sup> reforçando o que já havia sido declarado no *ultimatum* anterior.

A razão pela qual Lord Palmerston apresentou o “novíssimo” projeto, com um outro *ultimatum*, era claro: o tratado que estava sendo negociado entre Sá da Bandeira e Lorde Howard, deveria ter sido ratificado dentro de 6 meses, ou antes se fosse possível. Isto é: em 22 de maio de 1838. Depois de tudo concluído e prestes a ser assinado, contrariando o que havia sido acordado com Howard, Sá da Bandeira insistiu peremptoriamente, pela necessidade do tratado ser sancionado pelas Cortes, antes da ratificação. Para protelar mais uma vez a assinatura

---

cascos, ou em tinas, maior do que se carece para o consumo da tripulação de um navio mercante. 6.º Uma caldeira demasiado maior do que se precisa, para o uso da tripulação de um navio mercante. 7.º Maior quantidade de celhas, gamelas ou bandejas para rancho, do que necessárias para o uso da equipagem de um navio mercante. 8.º Uma quantidade extraordinária de arroz ou qualquer farinha do Brasil, mandioca, maíz, milho, ou de outro qualquer gênero de alimento além do que se precisa para o uso da tripulação. 9.º Uma quantidade de esteiras a mais do que é necessário para uso da tripulação de um navio mercante.

<sup>820</sup> Uma das situações utilizadas para legitimar a intolerância inglesa e fundamentar o *bill* do Lord Palmerston, foi o fato de Portugal de ter recebido em 1815, uma avultada soma como preço da sua cooperação para a abolição do tráfico da escravatura e não ter cumprido a parte que lhe tocava. Com estes argumentos Palmerston não perdia uma só oportunidade, de cobrar Portugal pelos “grandes sacrifícios pecuniários”, para o induzir a abolir o tráfico da escravatura. Esta asserção foi rebatida por Sá da Bandeira, através de uma nota a Lord Howard de Walden datada de 22 de Maio de 1838, publicada em *O Athleta*, 23 de Setembro de 1839, e nos discursos pronunciados nas duas Câmaras portuguesas. Nos quais declarava não existir o mínimo fundamento a gravíssima acusação de Palmerston. Justifica que, as 600 mil libras foram concedidas como empréstimo a Portugal, através da convenção de 21 de abril de 1809, para algumas despesas que ali havia feito e principalmente para ser empregado em compra de munições de guerra para as tropas portuguesas que combateram contra os franceses. Pelo tratado 22 de janeiro de 1815, a Grã-Bretanha não cedeu o pagamento de toda a soma de 600 mil libras, mas somente a parte que faltava para pagar, que era pouco mais de 450 mil libras, pois as 150 mil libras já haviam sido amortizadas até 1815. Ainda sim, essas 450 mil libras, que a Grã-Bretanha deixou de receber, não foram a título de exclusivo de indenizar pela perda dos direitos dos escravos, que deixaria de comerciar ao norte da linha, mas em compensação da Guiana cedia à França. A cessão foi realizada, no Tratado de Paz de Paris, em 1814 pelos plenipotenciários britânicos. Quanto às outras 300 mil libras, foram dadas como indenização das graves perdas sofridas pelo comércio português, por terem seus navios ilegalmente tomados pelos cruzeiros britânicos.

<sup>821</sup> Documento da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, 6 de outubro de 1838, publicado pela *Vedeta da Liberdade*, 3 de setembro de 1839.



do tratado, Sá da Bandeira estrategicamente, alegara que a sua maior dificuldade estava nas Cortes.

Entretanto, devido aos conflitos com a Grã-Bretanha, Sá da Bandeira deixou o governo em abril de 1839, e seu lugar foi ocupado pelo Barão da Ribeira de Sabrosa, chefe do governo e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Sobre a negociação com a Grã-Bretanha, Ribeira de Sabrosa procurou seguir os mesmos princípios e continuar a mesma política de Sá da Bandeira. A resposta de Ribeira de Sabrosa ao governo britânico, não poderia portanto ser diferente: “uma tal medida é a mais flagrante violação do Direito das Gentes, por quanto a falta do consentimento de um Soberano em qualquer Tratado não pode ser jamais suprida pela decisão do Corpo Legislativo de uma Nação Estrangeira”.<sup>822</sup> Exigir a assinatura de um tratado, em que se negava o direito de discutir ou fazer objeção, foi considerado uma ofensa à independência da nação portuguesa.

O novo ministério reclamou a necessidade de analisar as negociações desde o início, pois não iria assinar às cegas e às pressas, um tratado que lhe era estranho. Sobretudo quando o governo britânico havia modificado as condições do tratado já negociado entre Howard de Walden e Sá da Bandeira, propondo um “tratado leonino”, que suprimia tudo que antes se concedia de favorável a Portugal.

Enfim, durante os seis meses que o Sr. Jerningham esteve em Lisboa para tratar do assunto, o *ultimatum* inglês foi rejeitado e nada ficou resolvido. Isto explica a atitude drástica tomada pelo governo britânico, justificado pelas tentativas frustradas de induzir Portugal a assinar o tratado definitivo, para abolição do tráfico da escravidão.

## **1.2. A opinião pública em defesa das acusações injustas**

A população portuguesa manteve-se informada e acompanhou todo o processo de negociação entre os governos de Portugal e da Inglaterra, devido a grande cobertura da imprensa portuguesa. As chamadas “*Notas*”, mensagens particulares trocadas entre Sá da Bandeira, Ribeira de Sabrosa e os representantes britânicos Lord Howard de Walden e Sr. Jerningham, bem como as correspondências, documentos diplomáticos e discursos realizados nos parlamentos inglês e português, foram publicados nos principais jornais editados no Porto e em Lisboa:

---

<sup>822</sup> *Diário do Governo*, 11 de setembro de 1839.



Nossos leitores tem sido informados sobre a questão do *bill* da escravatura, no parlamento inglez e agora mais do que nunca ficam instruídos acerca d'este assumpto lendo e meditando a nota, publicada em nossos n.º 196 e 197, que tinha sido dirigida em 6 d'Outubro de 1838 pelo senhor visconde de Sá da Bandeira ao Sr. Jerningham.<sup>823</sup>

Deparamos no *Nacional* de 2º feira com um artigo que tem por título – *Commercio da Escravatura* –, cujo contexto veio pelas suas importantes revelações abrir-nos a porta de um mundo até aqui pouco conhecido. – Este *novo mundo*, é a situação critica em que se tem achado, e acha presentemente o Governo Portuguez para o Governo Inglez.<sup>824</sup>

A nota diplomática, que segue, seria por si só sufficiente para esclarecer, a já bem esclarecida questão da Escravatura entre Portugal e a Gram Bretanha. (...) Esta nota, com as já publicadas, poem cabalmente ao facto da questão, que alguém, pouco avisado, ainda pertende que não é nacionalidade.<sup>825</sup>

Em a nota que transcrevemos, dirigida pelo senhor B. da R. de Sabrosa ao ministério inglez em Lisboa verão nossos leitores a injustiça com que o governo inglez nos tem tratado, e se conduz ainda, pretendendo arrancar com violência do nosso governo um tratado com as condições mais ignominiosas, e humilhantes para a nação portuguesa.<sup>826</sup>

Há já bastante tempo que a imprensa Portugueza se está occupando quasi exclusivamente da questão do trafico da escravatura, reagindo com muita honra e dignidade as falsas acusações do governo inglez, combatendo com denodo as adjectas diatribes dos jornaes de Londres contra Portugal, e repelleindo e despresando a baixa e vil apologia do *bill* de Lord Palmerston feita pelos órgãos da imprensa cartista. – Há já bastantes dias que o publico Portuguez tem lido e elogiado as Notas do Snr. Visconde de Sá; e ultimamente a Nota do Snr. Barão da Ribeira de Sabrosa.<sup>827</sup>

Depois de tantas acusações que recaíram sobre Portugal e por se “tratar de um fato novo”, a discussão saiu dos gabinetes fechados dos dois governos, para ser discutida também nos espaços públicos. Com isso surgiu a necessidade premente de justificar perante a opinião pública, as medidas “hostis” propostas pelo governo inglês, e ilibar o envolvimento de Portugal no tráfico da escravatura. A imprensa portuguesa assumiu o papel de porta-voz do sentimento nacional, com o designo de esclarecer a opinião pública.

Os discursos jornalísticos procuravam defender a “boa fé” do governo português nas negociações com a Grã-Bretanha, e refutar as acusações feitas pela opinião pública internacional, de que Portugal havia inventado o “odioso tráfico da escravatura,” que os

---

<sup>823</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 3 de setembro de 1839.

<sup>824</sup> *O Ecco*, 22 de setembro de 1839.

<sup>825</sup> *O Athleta*, 23 de setembro de 1839.

<sup>826</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 25 de setembro de 1839.

<sup>827</sup> *O Athleta*, 12 de outubro de 1839.

portugueses foram os primeiros no comércio de escravos e os últimos a quererem a sua extinção. Ao cometer o maior dos crimes da humanidade, Portugal havia manchando a glória das descobertas. Assim, as respostas e justificativas ocuparam páginas e páginas dos periódicos, sendo igualmente traduzidas e publicadas em francês, inglês e alemão. Os setembristas aproveitaram-se dessas justificativas, para indiretamente amenizar a culpa e fazer propaganda nacionalista ao partido político, que havia colocado Portugal nesse emaranhado de intrigas.

Segundo a *Memoria Justificativa de Portugal na sua discussão com o governo inglez acerca do tráfico da escravatura*, publicada em quase todos os jornais setembristas, era importante apresentar os fatos na sua verdadeira luz e corrigir os erros voluntários do governo britânico:

[...] Portugal não tem receio da sentença da opinião publica, na certeza que há de ser fundada nos factos taes como realmente existem, e não como pintão as representações do interesse mercantil e os ânimos apaixonados. Portugal presa antes de tudo a sua independência, e na questão com a Inglaterra trata tão somente de defender essa independência dos ataques que lhe são dirigidos, pede a exacta observância das clausulas que os tratados contém a seu favor, e quer fugir da inaudita humilhação de se submeter a uma lei que despoticamente lhe quer impor um governo estrangeiro em opposição a todos os princípios de justiça e de direito publico, como se fora um país conquistado.<sup>828</sup>

As justificativas principiavam por declarar não ser a intenção do governo português, defender o comércio da escravatura e terminavam por apontar outros culpados, ou os verdadeiros culpados para o “odioso” comércio de humanos. Tentavam evidenciar que os desejos do governo iam de encontro ao sentimento geral das nações civilizadas e da opinião pública nacional, que ardentemente desejava a abolição deste comércio. Todos os argumentos tinham como pretexto, isentar os conquistadores portugueses, do estigma e da injúria de serem inventores de um “tráfico tão desumano” e de serem destituídos dos “princípios da verdadeira civilização”. Portanto era impressindível a limpeza do passado escravista português, nem que para isso tivessem que buscar provas, nos tempos mais remotos da história universal, de que a existencia da escravidão, do tráfico, ou compra e venda de homens para escravos, cativados na guerra ou vendidos por seus pais e credores, eram práticas antigas. Assim, nem a Inglaterra ou outra potência qualquer, poderiam duvidar dos sentimentos de filantropia e humanidade, de que Portugal foi o primeiro a dar provas. A prova incontestável, apresentada pelos periódicos, foi

---

<sup>828</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 20 de setembro de 1839.

a emancipação por D. José I, em 1773, de todos os escravos que pusessem os pés em Portugal. Portanto “o horror à escravidão é mais antigo em Portugal do que em qualquer outro país cristão.”

Depois de destacarem a atitude honrosa e generosa de Portugal, os periódicos sempre procuravam vexar a Inglaterra, com a recordação da sua participação no tráfico de escravos. Segundo os periódicos, até o concílio de 1102, este “odioso” tráfico estava tão arraigado na Grã-Bretanha, que faziam parte do principal artigo de exportação do dito Reino, chegando até os pais venderem seus próprios filhos. Relembra ainda, o famoso tratado de Assiento assinado a 26 de março de 1713 e confirmado pela convenção de 26 de março de 1726, que garantiam o monopólio exclusivo de suprir de escravos por 30 anos as colônias espanholas. Por fim, discorrem todo o processo de negociação para abolição da escravatura entre os dois países, desde 1810.<sup>829</sup>

Na edição de janeiro de 1839, a *Revista Literária* publicou uma “Dissertação” que ocupou várias páginas, *Sobre a origem da escravidão e tráfico dos Negros*, com objetivo refutar a obra de F. Schoell, *Histoire abrégée des Traités de paix entre puissances de l’Europe depuis la paix de Westphalie*, e defender os portugueses da acusação de ser um povo que “calcava aos pés os direitos sagrados da humanidade”. O autor começa por explicar a origem do tráfico e da escravidão, desde os tempos bíblicos, citando entre outros exemplos o de José, que foi vendido por seus irmãos aos mercadores ismaelitas e revendido no Egito, até chegar ao tráfico da escravatura moderna, iniciada pelos espanhóis e não pelos portugueses.

Ao longo do texto, o autor utilizou o processo histórico para demonstrar e evidenciar, a não reprovação e não condenação da escravidão. De acordo com seus argumentos as civilizações mais ilustradas da antiguidade, como os gregos e os romanos, não só praticaram a escravidão, como possuíram um prodigioso número de escravos. O próprio Cristianismo adotou esta prática, admitindo escravos nas igrejas e mosteiros. Os concílios de diferentes séculos e nações estavam cheios de cânones relativos a escravos. Segundo o autor, no séc. VIII os mercadores venezianos comercializavam escravos cristãos. Carlos Magno no ano de 785, lançou dos seus estados os gregos, que ali vinham comprar *escravos cristãos*, para irem vender aos Mossalemanos da Espanha e do Oriente. No século seguinte, pelo ano de 820, ainda os negociantes de Verdun se empregavam no tráfico, vendendo seus próprios concidadãos. No séc.

---

<sup>829</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 20 de setembro de 1839.

XIII, as nações cristãs europeias vendiam não só prisioneiros de guerra, mas até habitantes pacíficos. Vários papas, como Gregório XI, Júlio II e Pio V, fomentaram a escravidão de fiéis e infiéis. Este último, pela bula de 26 de fevereiro de 1569, mandou sair dos seus estados todos os judeus, no espaço de três meses. Os que não obedecessem, perderiam todos os bens e ficariam *em escravidão perpétua*.<sup>830</sup> Informou ainda, que o tráfico de negros não remontava ao séc. XVI, uma vez que a escravidão já era praticada pelos negros de África e até introduzidos na Europa Ocidental na época das cruzadas. Por fim, relatou alguns aspéctos da história africana, que confirmavam a prática de cativar, vender e comprar os seres humanos, até chegar aos fatos que ligavam os portugueses a esta história. Quando Antão Gonçalves, em 1442, toma alguns cativos na costa da África, e os mouros prometem *dar negros* em seu resgate, cumpriram então a promessa, e deram *dez escravos negros, de diferentes terras, que foram os primeiros que vieram de África a Portugal*. A Crónica de D. João II, foi utilizada como outra prova irrefutável apresentada de que já era pratica comum, vender e doar escravos, desde o descobrimento do reino de Beni, quando o rei daquela terra enviou a ao rei de Portugal “*cem escravos negros*”, como se fosse um rico e grandioso presente.<sup>831</sup>

Estes acontecimentos e muitos outros, narrados pela *Revista Literaria*, tinham por objetivo demonstrar que a escravidão e o comércio dos negros já eram praticados antes da chegada dos portugueses na África e que, por toda a parte em todos os tempos e lugares, esta prática era utilizada por todos os povos sejam eles europeus ou africanos. Portanto os portugueses não fizeram nada de novo, senão a “*direção do tráfico dos escravos negros da África para a América*”. Mesmo assim este mérito, segundo o autor da *Revista*, não coube aos portugueses, mas sim aos espanhóis. Explicou que em meados do séc. XV, quando em Lisboa encheu-se de escravos negros, começou a vendê-los para Sevilha, de onde provavelmente saíram os primeiros escravos para a América, destinados à exploração e trabalho das minas. No início eram enviados em pequenos numeros, mas com o crescimento cada vez mais de escravos vindos da África para Europa, seguindo-se as graves questões a favor dos índios, preconizadas por Bartolomeu de Las Cazas e talvez por outras circunstâncias, foi generalizado o transporte até que a autoridade pública se viu obrigada a legalizá-lo.<sup>832</sup>

---

<sup>830</sup> *Revista Literária*, janeiro de 1839. p. 230-237

<sup>831</sup> *Ibid.*, p. 237.

<sup>832</sup> *Ibid.*, p. 238.

Também *O Nacional* e *O Athleta*, foram buscar as origens da escravidão nos tempos mais remotos da antiguidade, utilizando a Bíblia e o Alcorão, para defender os portugueses da acusação injusta de “terem *inventado* este tráfico”.<sup>833</sup> Afirmam que por toda a parte se “encontrarão indícios de que a escravidão de negros é contemporânea da descoberta destas nações. Só no tempo das cruzadas é que este tráfico se propagou para a Europa.” Do exposto, tanto *O Nacional* como *O Athleta*, concluem que a escravidão de homens brancos “he tão antiga quasi como os homens” e tráfico “d’escravos pretos he tão antigo como o descobrimento das nações negras.” Portanto em vista de tudo, perguntam com indignação: “como he que se pertende lançar sobre os Portuguezes a nódoa de terem *inventado* este trafico?” Como pode os Ingleses, “clamarem contra os portugueses, se em Londres já em 1102 se proibiu num concilio, que se *vendessem homens* como se foram *animais brutos*, pois tanta era a perversidade dos traficantes Ingleses?”<sup>834</sup>

O próprio Sá da Bandeira, sentiu-se no dever de informar e esclarecer a opinião pública, a cerca do que se passou no seu ministério relativamente às negociações com a Grã-Bretanha, publicando em 1840, um opúsculo intitulado *O Trafico da Escravidão e o Bill de Lord Palmerston*. Neste opúsculo, que era praticamente uma reprodução ordenada das ditas “notas” diplomáticas, Sá expõe a síntese da história da abolição do tráfico da escravidão e os meandros do processo das negociações dos tratados anglo-português. O seu opusculo tinha dois objetivos: primeiro, defender o governo português das acusações “completamente destituídas de razão e de justiça” feitas por lorde Palmerston, em “linguagem acrimoniosa e insultante contra Portugal”. Segundo, evidenciar as contradições da política inglesa e justificar publicamente a política setembrista. O opúsculo foi distribuído na Câmara dos Deputados, publicado em vários periódicos, traduzido em diversos idiomas e enviado a várias nações, inclusive ao Brasil, como verdadeiro *manifesto* da Nação Portuguesa.

*O Athleta* divulgou outro opúsculo, de autoria de Visconde de Carreira, Ministro na Corte de Paris, “*Memória contra o Bill Palmerston*,” sobre as “negociações com a Inglaterra e suas

---

<sup>833</sup> Para *O Nacional* e *O Athleta*, em muitos dos livros sagrados, se acham passagens inequívocas de já haver escravidão entre os Hebreus. Os Romanos tinham um número pasmoso de escravos. O Alcorão permite escravos eunucos, e escravas virgens para a guarda dos serranhos. A florescente Republica de Cartago por exemplo, proibiu aos Cartagineses o comércio e a navegação para Africa, porque ia diminuindo o número daqueles cidadãos. Todos sabiam que os escravos faziam parte deste comércio. Já os povos selvagens eram tão conhecedores da escravidão, que quando faziam alguma imprecação a seus vizinhos, não lhes desejam senão que fossem condenados à escravidão. As froas de Salomão importavam, entre outras mercadorias *escravos negros*.

<sup>834</sup> *O Athleta*, 19 de junho de 1839.

pretensões injustas”.<sup>835</sup> Também o periódico cartista *Correio de Lisboa*, divulgou em sua coluna “Publicações Literárias”, um outro opúsculo sem indicação do autor, sobre o tráfico da escravatura com o título: *Breves reflexões acerca do estado actual do trafico da escravatura, em relação ao progresso da civilização europea*.<sup>836</sup>

*O Director*, também cartista, numa tentativa indireta de defender Portugal, denunciou a participação de um parlamentar inglês no comércio de escravos, com a publicação na seção “Variedades”, de uma pequena crônica retirada do *Despertador*, periódico do Rio de Janeiro. A crônica narra a história de um inglês pobre, que embarcou para a África e tornou-se negociante de escravos, vendendo uma inglesa e uma alemã. Quando este comércio ficou difícil, voltou para a Inglaterra, já bastante rico. “Hoje, sir Eduardo tem assento no parlamento inglês e é tido como homem que melhor entende e trata da questão do Oriente”.<sup>837</sup> Em outras palavras: o parlamento britânico não tinha moral, para fazer acusações injustas contra Portugal.

### 1.3. As verdadeiras intenções da Inglaterra

Depois de muito defender Portugal perante a opinião pública nacional e internacional, a imprensa portuguesa resolveu fazer desacreditar a filantropia inglesa. De fato, sem desmerecer o avanço humanitário levado a cabo pela condenação e repressão ao tráfico da escravatura seria muita credulidade ou falta de informação supor que o governo inglês moveu toda a campanha abolicionista, investindo milhões de libras em indenização e para sustentar seus cruzeiros na costa americana e africana, apenas por convicção religiosa e princípios morais (Tavares,1988:43). Depreende-se que detrás da filantropia inglesa, havia basicamente dois interesses em jogo: primeiro, travar o crescimento econômico aos principais rivais dos plantadores ingleses: Estados Unidos, Cuba, Brasil e Republicas espanholas. Este princípio era claro: a diminuição dos produtos coloniais da Grã-Bretanha, em comparação com a prosperidade dos seus rivais, atraiu as atenções dos políticos ingleses que desde então, se dedicaram à tarefa de beneficiar as suas possessões. Uma das formas de atingir este objetivo, foi precisamente cortar-lhes o acesso à mão-de-obra de que necessitavam. Segundo, seguir a política de expansão comercial, e a conquista de novos territórios com áreas de influência em

---

<sup>835</sup> *O Athleta*, 14, 16, 17 de setembro de 1839.

<sup>836</sup> *O Correio de Lisboa*, 3 de fevereiro de 1840.

<sup>837</sup> *O Director*, 21 de dezembro de 1840.

todo o mundo. Portanto a abolição do tráfico de escravos ajustava não só às circunstâncias econômicas e políticas, como também ajudava a construir uma imagem positiva da Inglaterra. Ou seja: de grandes traficantes de escravos, a grandes defensores da liberdade humana.

Como advertiu René de Chateaubriand (1861,39-40) no Congresso de Verona, a filantropia inglesa era “moeda falsa da caridade”. Afirmou que a Inglaterra queria fazer prosperar suas colônias arruinando por meios indiretos, as colônias das outras nações. Ela queria forçar a França, Espanha, Portugal e Holanda, a mudar subitamente o regime de suas colônias, sem procurar saber se elas haviam chegado ao estado moral, em que era possível dar liberdade aos “homens de cor”. Ao analisar o caráter político e econômico, das motivações da Grã-Bretanha, Chateaubriand concluiu que a principal finalidade era de fato, os interesses privados e o gênio mercantil. Alertou: “é isso que é preciso compreender, para não ser enganado por uma filantropia tão ardente quanto tardia”.

A *Vedeta da Liberdade*, apoiou-se nas acusações de Chateaubriand para denunciar as verdadeiras intenções da Inglaterra e os interesses materiais, que envolviam o abolicionismo inglês, ao afirmar que o espírito mercantil, o desejo de fazer prosperar suas colônias, e de arruinar as colônias das outras potências, “é quem tem movido e move o governo britânico a tanto empenhar pela emancipação dos negros”.<sup>838</sup> *O Nacional*, ligou o abolicionismo à política externa britânica, de espoliação da navegação do comércio e dos estabelecimentos ultramarinos, não só de Portugal, mas de outras nações. A abolição da escravatura era só um pretexto para os ingleses terem o monopólio do algodão e do açúcar e exercerem a pirataria, atacando e roubando todos os navios. E lamentou: se alguém se queixa, é mentiroso; se alguém pede uma satisfação, eles negam-a, e pedem duas. Vá lá alguém brigar com eles! Não importa; agora estão de cima, um dia estarão debaixo!”<sup>839</sup> Fazendo coro com o *Nacional*, afirmou o *Ecco*:

Loucos seríamos se acreditássemos que o governo inglês, que nunca cuidou senão dos seus interesses, que não tem senão sórdidos lucros mercantis, advogue por mera generosidade, e por amor do próximo a causa dos negros! Querem extinto o commercio da escravatura, porque nisso encontram o meio de impedir a prosperidade da América e da África, para as fornecerem de tudo, e darem saída às suas manufacturas, e prover-se a pouco custo das matérias primas.<sup>840</sup>

---

<sup>838</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 3 de abril de 1839.

<sup>839</sup> *O Nacional*, 17 de maio de 1842.

<sup>840</sup> Copiado de *O Nacional* pelo *O Ecco*, 22.09.1838.

Para além dos interesses mercantis, é certo que a política inglesa contra o tráfico negreiro acompanhou a pretensão de incorporar ao seu império, alguns territórios como por exemplo, a ilha de Cuba e algumas possessões portuguesas em África. No caso cubano, essa aspiração seguiu-se a exigência de que a Espanha cumprisse o tratado de 1835. Esta ameaça levou em 1843, o governo dos Estados Unidos da América intervir a favor da Espanha e defender o direito espanhol sobre a ilha de Cuba, com a seguinte declaração: “the United States never would permit the occupation of that island by British agents or forces, upon any pretext whatsoever” (Corwin, 1967:93).

No caso português, um exemplo bastante elucidativo foi a ocupação da ilha de Bolama. No dia 9 de dezembro de 1838, em repressão ao tráfico de escravos, o comandante do brigue de guerra britânico *Brisk*, invadiu e destruiu os barracões do negreiro Caetano Nozollini (já referido no capítulo 2), ao mesmo tempo, derrubou o mastro que continha a bandeira de Portugal como símbolo de posse. Por fim o oficial britânico Kallet mandou fixar um edital, em que declarava a ilha de Bolama, pertencente à Coroa britânica.<sup>841</sup> A Inglaterra não só sustentou os seus direitos pela ilha, como aprovou o procedimento daquele oficial. Uma nota de lorde Palmerston ao ministério português, em 22 de maio de 1840, diz que a Grã-Bretanha não podia consentir que a ilha, reclamada pela Coroa britânica, fosse transformada pelos “piráticos” negociantes da escravatura, num mercado para o seu abominável comercio (Arriaga, 1882:223-224). Só depois de muita negociação e com a mediação, também dos Estados Unidos, é que a ilha retornaria a Portugal em 21 de abril de 1860. Do mesmo modo, a Inglaterra tentou obter a cedência de Goa, Damão e Diu, territórios portugueses na Índia,<sup>842</sup> e o tratado de Lourenço Marques, em Moçambique. Também a questão que se desenvolveu entre Portugal e Inglaterra pela posse de Cabinda e Ambriz, puseram a descoberto os “pensamentos ocultos” que dominavam a Grã-Bretanha, a pretexto da abolição do tráfico da escravatura.

De fato, Palmerston chegou a admitir que em caso de guerra, a Inglaterra poderia apoderar-se das colônias portuguesas. Uma prova dessas intenções expansionistas britânica, foi a correspondência dos Comissários Britânicos em Serra Leoa a Lord Palmerston, relativa ao tráfico da escravatura, publicada no *Diário do Governo*. Através dessa correspondência, os comissários sugerem que o meio mais eficaz de frustrar o tráfico de escravos, era a ocupação

---

<sup>841</sup> Documentos relativos à questão de direitos de Portugal relativos à soberania da ilha de Bolama. Lisboa: Imprensa Nacional, 1870.

<sup>842</sup> *Ibid.*, p.229



imediate de todos os estabelecimentos portugueses a norte da linha do Equador: as ilhas de Cabo Verde, Bissau, Cacheu, Ilha do Príncipe, e S. Thomé. Por outro lado, ocupação desses estabelecimentos deveria ser um direito da Grã-Bretanha, devido o não cumprimento dos compromissos assumidos por Portugal. Ou seja, seria uma forma de Portugal reembolsar o governo britânico, pelo dinheiro recebido para abolir o tráfico e não cumpriu:

A ocupação Britannica poria necessariamente fim áquellas irregularidades, além de abrir novos mananciais de commercio licito. O direito de ocupa-las é tão claro como os effeitos benéficos da occupação, pelo que diz respeito ao trafico da Escravatura. A recusa absoluta, ou desleixo da parte de Portugal em cumprir os seus empenhos consignados no Tractado com a Grã-Bretanha, dá jus a esta para exigir o pagamento immediato da quantia enorme pela qual se comprara aquelles empenhos; e os Estabelecimentos Africanos Portuguezes poderiam servir de caução até completar-se os pagamentos.<sup>843</sup>

Este procedimento revela, segundo a *Vedeta da Liberdade*, as verdadeiras intenções da Inglaterra: “vai-se rasgando o veo misterioso, que até agora tinha encoberto, as vistas pouco perspicazes, as ambiciosas intenções da Inglaterra”.<sup>844</sup> O que antes era desconfiança e suspeita tornou-se manifesto. Na opinião deste periódico, a “*fiel Alliada*” tinha dois “ambiciosos” planos: primeiro, apossar das possessões africanas ao Norte do Equador, para assim se obstar ao tráfico da escravatura; segundo ocupar militarmente Portugal para tornar “pobríssimos” os negociantes portugueses para não envolverem “solapadamente” no tráfico da escravatura. Estes planos seguiam a uma lógica: “tirada da causa, cessa o efeito: não tendo nós dinheiro para comprar Escravos, está de nossa parte, acabado o comércio da Escravatura”.<sup>845</sup>

A cobiça inglesa, pela conquista de territórios foi também evidenciada na obra do francês M. Elias Regnaut (1842:459-463), traduzida e impressa em Lisboa no ano de 1842. Segundo esse autor, a Inglaterra usava a filantropia cristã, por meio de pregações dos seus missionários, para encobrir seus ambiciosos designos. “No começo d’este século a Inglaterra não possuía no Mediterrâneo a mais pequena ilha, nenhuma das suas esquadras sulcava as aguas, que hoje pertende dominar”. As condescendências das nações europeias, lhes facilitaram e sancionaram as espoliações. Muitas terras, como o cabo da Boa Esperança, foram usurpadas aos aliados. A Inglaterra tem servido das perturbações da guerra interna e do descanso da paz de seus aliados, para despojar e fundar sem ruído, novos estabelecimentos em remotas regiões:

---

<sup>843</sup> *Diário do Governo*, novembro, 1839.

<sup>844</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 20 de novembro de 1839.

<sup>845</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 20 de novembro de 1839.

A possessão d'Além mar dá-lhe o império do mar Roxo; senhora de Bushire domina o Golfo Pérsico e a foz do Tigre e do Eufrates; auxiliados pelos Maloianos impera no estreito de Magalhães; do alto de Gibraltar vela o estreito que une o Mediterrâneo ao Oceano; Heligoland entrega-lhe a foz do Elba; Jersey e Guernesey facilitão-lhe o acesso à nossa costa; nas Antilhas circunda com os seus numerosos estabelecimentos as ilhas de Martinica e Guadalupe... (Regnaut, 1842:462).

Por fim, concluiu Regnaut que em qualquer mar que se aventure um navio mercante, encontra indícios do domínio britânico, em qualquer praia, a que aborde, passa por debaixo da artilharia inglesa. Numa palavra: a Inglaterra está colocada em todas as grandes rotas marítimas, pronta a disputar passagem. Acha-se fortificada em todos os estreitos, canais e embocaduras, prestes a fechá-los com a infinidade dos seus navios. “Como viajante infatigável, explora todas as costas e rochedos e faz converter em seu proveito as descobertas da ciência e os progressos da geografia”.

Ainda segundo Regnaut, para atingir os seus objetivos, a Inglaterra recorda de cobrar dívidas passadas, pelos socorros prestados aos seus aliados. Para quitação dessas dívidas exige a cedência de territórios. Um exemplo entre outros foi o caso das ilhas de Fernando Pó e Annobom, que pertenciam a Espanha. Assim, com o mais “humano sentimento” de filantropia, mas já despertando suspeitas, a Inglaterra vai conquistando pontos estratégicos em todo o mundo:

Uma combinação pérfida entre missionários e homens d'estado. Assim quando algumas vozes generosas se tem levantado no parlamento contra o trafico dos negros, toda gente se há debaixo logo seduzir pelo nobre desinteresse, que chamava à liberdade uma multidão d'homens por tanto tempos deserdado; mas depois que se tem visto aproveitar-se o gabinete inglez d'esta demonstração christã, para destruir as nossas colônias, provocar ao assassinio os negros de S. Domingos, e impor a tyrania das suas visitas aos navios de todas as nações, havia direito de desconfiar d'uma filantropia, que se ostentava com tanto estrondo e admiráveis beneficios (Regnaut, 1842:465).

Portanto o temor que sempre permeou o governo português e a opinião pública, de que a Inglaterra pudesse apoderar-se ou desejar a ruína de suas colônias não eram infundados. Conforme demonstrado, as suspeitas de que as atitudes filantrópicas da Inglaterra apontavam para esse fim, eram também compartilhadas por outras nações como a França. No caso português, havia no entanto outro agravante: durante esse período, a consolidação do domínio da Coroa e a posse de algumas regiões em África, ainda estavam por ser legitimadas. Cabinda,

Molembo e Ambriz (importantes locais de embarques ilegais de escravos) por exemplo, foram áreas disputadas com ingleses, franceses e soberanos africanos, desde finais do século XVIII, até meados do século XIX. No território angolano, a soberania portuguesa limitava-se aos centros populacionais de Luanda, Benguela e Mossamedes, e algumas instalações no interior. Não possuía ocupação militar e civil que pudessem garantir a soberania.

Em Moçambique a situação era semelhante. Muitos territórios não reconheciam a soberania efetiva da Coroa portuguesa, como por exemplo Lourenço Marques, atual Maputo capital de Moçambique. Não foi sem razão, que Sá da Bandeira tratou desde logo, de instituir uma comissão, com objetivo de retificar a extensão e os limites das possessões africanas, para reconhecer o legítimo direito de Portugal. Durante quase todo o século XIX, a Grã-Bretanha recusou-se a reconhecer os direitos de Portugal, nos territórios africanos, baseados apenas na prioridade das descobertas e no princípio histórico. Até a Conferência de Berlim (1884-1885), quando foram atribuídas regras para a repartição do Continente Africano entre as potências colonizadoras, os limites geográficos de Angola e Moçambique ainda não estavam totalmente estipulados.

### 1.3.1. “Inveja e interesse”

A imprensa portuguesa chegou a ligar a política abolicionista britânica a outras questões, como as relações comerciais entre Portugal e Inglaterra sobre tarifas aduaneiras, de “nação mais favorecida” para os produtos ingleses nos portos portugueses e os privilégios forenses concedidos aos ingleses residentes em Portugal. Em algumas avaliações, tão aprofundadas quanto exageradas, acreditavam que a Inglaterra queria escravizar o povo português, que tinha inveja das possessões portuguesas em África, além do exclusivo interesse, em querer vingar a lei das pautas e a proteção das indústrias portuguesas. Afirmavam que a Inglaterra tinha a pretensão de influenciar a política portuguesa, para destruir a indústria, apossar-se do seu comércio, apoderar-se das possessões africanas e aniquilar Portugal.<sup>846</sup> Segundo a *Vedeta da Liberdade*, o “espírito” mercantil inglês foi o maior impedimento, para que Portugal abolisse totalmente o tráfico da escravatura, dentro do curto espaço de oito anos. Durante as negociações

---

<sup>846</sup> *O Athleta*, 28 de agosto e 10 de setembro de 1839; *Procurador dos Povos*, 30 de maio de 1840; *A Vedeta da Liberdade*, 23 de junho de 1840.

em Viena, o lucro falou mais alto que a filantropia e a proposta rescisão do Tratado de Comércio de 1810 foi rejeitada.<sup>847</sup>

Essa atitude da Grã-Bretanha de não aceitar as deliberações da comissão portuguesa, preferindo continuar a introduzir no país e nas colônias portuguesas (que ainda incluía o Brasil), as suas mercadorias a 15% de direitos, enquanto produtos portugueses pagavam 16%, foi vista pela maioria da imprensa portuguesa, como uma prova incontestável, de que mercantilismo britânico falava mais alto que a filantropia. De fato o privilégio e a consolidação da presença inglesa nas rotas mercantis, favorecidas pelo tratado, entrou em concorrência com os negociantes portugueses que haviam permanecido em Portugal. Para os plenipotenciários portugueses, a única possibilidade de conseguir a anulação do tratado, seria através da supressão total do tráfico português de escravos. Uma espécie de barganha, com os britânicos. Por outro lado, os portugueses fizeram esta proposição de abolir o tráfico, não por finalidade humanitária ou finatrópica, e sim porque a continuação do tráfico era contrário aos imediatos interesses comerciais dos portugueses em Portugal, uma vez que o tráfico só favorecia os negociantes portugueses residentes no Brasil.

*O Athleta* ligou estes postulados, à falta de independência e de igualdade de uma potência pequena, para com a grande. A prova disso era a diferença no tratamento entre Portugal e outras potências mais fortes:

Por mais que huma vez temos dito, que o cuidado que o Governo Inglez tem ostentado para com Portugal na extinção da escravatura, não he tão desinteressado em seus fins políticos, nem filho de philanthropia; porque com outras potencias mais fortes se não tem feito o mesmo, – porque os infelizes negros nada melhorão com o nome de *colonos*, que os Inglezes lhes dão para os mandarem para suas possessões; - e porque finalmente huma potencia pequena tem tanta independência como huma grande, por isso que as nações são naturalmente iguaes, e infelizmente acaba isso de realizar-se.<sup>848</sup>

Na opinião de *O Ecco*, o governo britânico pretendia mesmo, era a ruína das possessões ultramarinas. Desde que Portugal começou a mostrar a sua importância e a reconhece-las como a origem mais sólida de sua futura prosperidade, a Grã-Bretanha jurou a sua destruição. Argumentou ainda que as revoluções internas, a ignorância e o estado de anarquia em que se

---

<sup>847</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 3 de abril de 1839.

<sup>848</sup> *O Athleta*, 5 de agosto de 1839.

encontra Portugal, eram condições essenciais para o “repouso” e “ventura” da Grã-Bretanha.<sup>849</sup> Para *O Athleta*, além do particularismo do caso português, a Inglaterra tem dado ao mundo o espetáculo inaudito, de falta de moral e de falsa humanidade fazendo guerra ao povo chinês, com a intenção de forçar a China a comprar o ópio.<sup>850</sup>

A humanidade dos ingleses está provada no descaramento com que vão á China atirar tiros, matar gente, queimar navios e cidades, para obrigar o governo china a permitir-lhe a introdução d’um veneno terrível, cujo commercio lhes rende muito dinheiro [...]. Pensais vós falsos amigos, que tanto os Portuguezes, como todas as Nações, não conhecem a vossa arteira e solapada politica? Que não he a philantropia, que dirige vossos actos ostensivos contra Portugal, apoiados na cessação do trafico da escravatura?<sup>851</sup>

A *Vedeta da Liberdade* por sua vez, afirmou não ser necessário ir tão longe para desvendar a falsa filantropia britânica. Bem perto de si, o governo britânico deixa morrer à fome milhares de cidadãos. “Tantos esforços em favor dos negros e nenhuma consideração com os brancos”. Para com a “desgraçada Irlanda que não encontra sympathia pela sua miséria e opressão entretanto que tantas despesas se fazem com os negros”.<sup>852</sup> *O Ecco* e *O Nacional*, asseguravam que a exortação de humanidade, caridade e filantropia, apregoados pela Inglaterra, não passam de manobras para iludir o mundo para ganhar afeição, através de altos “palavrões de humanidade, de caridade, e de filantropia!”<sup>853</sup>

Segundo *O Athleta*, se o tráfico dos negros se tornou horroroso, é devido a atitude cruel, que os ingleses tomam contra os condutores dos escravos. Para não perderem a vida nessa colisão, os pilotos dos navios apesados, “deitão os infelizes escravos ao mar”, sendo que “todos têm direito á sua conservação”.<sup>854</sup> Para o periódico, outra prova irrefutável da “falsa filantropia britânica” é os cruzadores ingleses, obrigarem os negros capturados a trabalharem como

---

<sup>849</sup> *O Ecco*, 17 de dezembro de 1839.

<sup>850</sup> De fato, consumo do ópio (produto que os ingleses exportavam para a China através da Companhia das Índias Orientales, para usos medicinais), generalizou-se de tal forma ao longo de século XVIII, que no início do século XIX, a China proibiu sua introdução no país. O uso indiscriminado desse produto, afetava não só a economia da China, como representava perigo para a saúde dos chineses. No entanto, os ingleses continuaram a introduzi-lo, em forma de contrabando. Não só pelo lucro, mas com a intenção de deixar o povo chinês envenenar-se. Estima-se que em 1835, havia na China 35.000.000 de fumadores de ópio. Portando na chamada “Guerra do ópio”, triunfaram os ingleses. Assim, pelo tratado de Nankin de 1842, a Grã-Bretanha conseguiu importantes vantagens na China.

<sup>851</sup> *O Athleta*, 10 de setembro de 1839.

<sup>852</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 30 de setembro de 1839.

<sup>853</sup> Copiado de *O Nacional* pelo *O Ecco*, 22 de setembro de 1838.

<sup>854</sup> *O Athleta*, 19 de junho de 1839.

*colonos* nas possessões inglesas. Questionou: “se prezavam tanto a liberdade dos negros, porque quando são apreendidos, não são lançados à liberdade em suas terras de origem?”<sup>855</sup>

Enquanto a maioria dos periódicos procurava de todas as maneiras denunciar a falsa filantropia inglesa, a *Revista Literária*, mais afeta aos ingleses, procurou indiretamente demonstrar o contrário, com a publicação dos discursos que os eminentes oradores M. Odillon Barrot e M. de Lamartine, fizeram num banquete oferecido pela *Sociedade para a Abolição da Escravatura em Paris*, aos delegados da Sociedade Central de Londres. Com esta publicação a *Revista* tentou simultaneamente passar duas mensagens: primeira, a imagem de uma Inglaterra indignamente caluniada e materialmente sacrificada, cujos generosos esforços têm sido vistos como laço infame, acobertado por uma pérfida filantropia, armada para deitar a perder suas próprias colônias, e aniquilar as das outras nações que lhe faziam sombra. A segunda mensagem, refere-se às vantagens e os ganhos resultantes da abolição da escravatura, para o Estado, para os colonos e para os escravos. Em síntese, de acordo com os discursos, o Estado ganhava com a moralidade das leis e na igualdade dos homens perante Deus; os colonos ganham uma propriedade honesta e moral; os escravos lucram o título e o direito de criaturas de Deus, a liberdade, a propriedade e a família.<sup>856</sup> Todos enfim, só tinham a ganhar com a abolição da escravatura!

#### **1.4. Discussão sobre abolição do tráfico no Parlamento português**

As críticas e acusações da opinião pública internacional, provocaram grande indignação entre os parlamentares. Através de discursos e debates, a questão da abolição da escravatura foi minuciosamente discutida, na Câmara dos Deputados, a propósito da “Reposta ao Discurso do Trono” no início de 1839. Os representantes da nação, não queriam permanecer em silêncio sobre esta “matéria que não só é de importância, mas se tem tornado vergonhosa para a Nação Portuguesa”.

Assim como na imprensa, as opiniões na Câmara dos Deputados, se dividiram em torno de uma unidade: todos os deputados estavam de acordo que o tráfico da escravatura era “sem dúvida um escândalo à face do mundo civilizado” e, “toda a Câmara aprovará quaesquer negociações para a sua extinção, desde que nela se atenda a liberdade do comércio, a dignidade

---

<sup>855</sup> *O Athleta*, 9 de agosto de 1839.

<sup>856</sup> *Revista Literária*, Tomo Sexto, 4º anno, Porto, 1840.

da bandeira portuguesa e aos interesses das Províncias Ultramarinas.”<sup>857</sup> Enquanto uma parte dos parlamentares, sobretudo os cartistas (minoría na Câmara), defendia a abolição imediata do tráfico, a outra parte, principalmente sentembristas, tentava prolongar o seu fim, evidenciando o risco de perder as colônias.

Como não ignoravam a necessidade de firmar o acordo internacional, por questão de *dignidade e honra nacional*, os parlamentares opositores da abolição imediata do tráfico, procuraram compatibilizar os interesses. O deputado José Estevão, relator da Comissão encarregada de preparar a *resposta ao discurso do trono*, afirmava que todos estão de acordo com a “abolição do tráfico da escravatura”, “só temos a tratar dos meios”. Esse deputado, via no receio de perder as colônias, um dos grandes obstáculos para se levar a cabo a extinção do tráfico em Portugal. Considerava inquestionável, que as colônias iriam sofrer com a extinção do comércio da escravatura, por dois modos: (i) primeiro pela ineficiência de braços para cultivar; (ii) segundo, a extinção imediata do comércio da escravatura, iria chocar com muitos interesses, provocando uma revolução. Ao afetar pessoas influentes, poderia aumentar a disposição e ânimo dessas colônias se unirem ao Brasil. Se unir o Brasil, onde há necessidade desse “gênero”, com o país onde fornece, o comércio de escravos, vai ser feito com “menos escândalo”, haverá de ir navios carregados de pretos, e vão dizer: “isto não são escravos, são suditos brasileiros, que vão para países brasileiros”. Em consequência disso o tráfico certamente aumentará e será muito difícil a sua extinção. Portanto, mesmo sendo o nosso interesse a extinção, “devemos ir gradualmente” nesta matéria, para evitar esta união. Com uma leve benevolência ou retórica política, o deputado afirmou que a abolição imediata, era contra indicada até para o conforto e bem estar dos próprios africanos, porque transformaria o comércio lícito em ilícito. Todo comércio repressivo resulta em contrabando e tráfico produziria grandes horrores.<sup>858</sup>

Na opinião de José Estevão, em matéria de governo, os interesses materiais deveriam vir sempre à frente dos interesses sentimentais e filantrópicos. Justifica esta asserção, utilizando como exemplo a própria Inglaterra, cuja discussão em torno do problema abolição do tráfico da escravatura durou vinte anos. Quando em 1766, foi apresentada a primeira moção a este respeito na Inglaterra, ela foi recebida com desprezo e o seu autor foi tratado quase como um louco. Só depois de entulharem o país, com escritos contra o comércio e o tratamento dos escravos, e

---

<sup>857</sup> DCD, sessão de 9 de fevereiro de 1839, pág. 263.

<sup>858</sup> DCD, sessão de 9 de fevereiro de 1839, p. 238-249

como iam empilhados nos navios, é que se formou uma Comissão de inquérito para reunir provas. Depois de muitos anos é que, os interesses materiais, cederam aos filantrópicos e aos créditos nacionais. Questiona: “se a abolição deste comércio sofreu grande resistência em Inglaterra, porque não há de sofrer em Portugal?”<sup>859</sup> Embora não fosse o seu desejo, que este negócio levasse vinte anos para se concluir em Portugal, era conveniente que a Inglaterra tornasse o empenho combinado com prudência, e que levasse em conta as necessidades de Portugal.

Joaquim Antônio de Magalhães, ao ponderar sobre o fato dos portugueses não serem os únicos a usarem a bandeira de Portugal, para cobrir o tráfico da escravidão, reconheceu que enquanto houver necessidade de braços e a avarícia de dinheiro por súditos de diversas nações, o tráfico vai continuar. Desejava entretanto, a conclusão do tratado o quanto antes, mas que se levassem em consideração a independência e dignidade da nação, os interesses das possessões ultramarinas e a liberdade de comércio. Frederico Marecos por sua vez, mostrou-se admirado com o fato não se levar a efeito, e não conseguir uma coisa que a nação inteira desejava, as Cortes e o Governo achavam-se sinceramente empenhados. Não sabia as razões do Gabinete, mas no seu entender, os motivos que obstavam, eram a insuficiência de meios para levar a efeito tal medida, e o risco de perder as colônias, onde havia grandes interesses ligados ao comércio da escravidão. Estes interesses totalmente atacados, poderiam produzir uma reação de graves consequências.

Já os parlamentares cartistas, exigiam a conclusão rápida do tratado com a Inglaterra, não só por questão de honra nacional, mas para evitar consequências desagradáveis e Portugal deixar de ser acusado de ser conivente com os negreiros. O deputado Silva Carvalho por exemplo, fez advertência ao ministério português, para tomar medidas para concluir com urgência as negociações pendentes, pois há vinte e nove anos o governo português prometeu no Tratado de 1810, a abolição gradual do comércio de escravos. Portanto o ministério seria “altamente responsável” por qualquer consequência desagradável, que pudesse trazer para Portugal a demora na conclusão deste tratado. Considerava que esse comércio longe ser conveniente, trazia grandes prejuízos para Portugal, pois a maior parte dos que estão envolvidos nele, eram estrangeiros. Portugal não podia correr riscos, para proteger os interesses de estrangeiros. Conclui: o “interesse das províncias Ultramarinas, consiste em promover a

---

<sup>859</sup> *Ibid.* p. 238-239



indústria e o trabalho por homens livres, civilizando-as, povoando-as em lugar de despovoar e evitando o tráfico que em breve as tornarão mais habitação de feras do que de homens”.<sup>860</sup>

Lobo Moura, tem a mesma opinião: assim como na Inglaterra, a questão da escravatura em Portugal, já durava mais de vinte anos. Portanto era tempo de tomar medidas e lançar mão dos meios enérgicos que a humanidade reclama contra o “horível tráfico da escravatura”. Considerava infundada as suposições das colônias africanas se unirem ao Brasil.<sup>861</sup> O conde da Taipa, também queria que o acordo fosse concluído rapidamente, pois se tinha tornado “vergonhosa” a nação portuguesa. Afirmava que “depois da agiotagem em Portugal”, não havia coisa mais “importante do que essa”, pois maior parte dos interesses neste comércio não eram para Portugal. “O que vem para Portugal é a vergonha”. Portugal sacrifica a vergonha aos interesses dos estrangeiros. Se fosse o caso, era preferível perder as colônias do que a moralidade pública. Para este deputado, a nação inglesa estava de tal modo comprometida em acabar com o tráfico da escravatura, que se Portugal se recusasse a acabar com ele por meio de tratados, importaria isso com uma guerra. “Porque Portugal haverá de fazer guerra?” Acreditava que não havia nenhuma possibilidade de perder as colônias em decorrência da extinção do tráfico da escravatura, pelo contrário, a elas interessariam a abolição, pois aplicariam capitais para um comércio igualmente lucrativo e honesto, que não fosse com sangue humano.<sup>862</sup>

Os deputados Tavares Macedo e Rodrigo da Fonseca Magalhães, também manifestaram em seus discursos, o interesse na conclusão imediata do tratado com a Inglaterra e igualmente descrentes em relação à perda das colônias. Tavares Macedo chegou a admitir que as colônias muito pouco valiam enquanto durasse o tráfico. Não só pelos cabedais que se distraem para esta especulação, como pela dificuldade de civilizar os negros. Podera ainda que, apesar de tudo, a escravatura portuguesa tem sido a mais bem tratada tanto nas colônias como no seu transporte.<sup>863</sup>

A questão abolição do tráfico de escravos se impôs como problema, não somente para a superação da pressão inglesa, mas também como impecilho que representava para a sociedade portuguesa se conformar ao modelo de nação civilizada. Sá da Bandeira, como presidente do Conselho de Ministro, teve a oportunidade expor à Câmara, a sua política de governo em relação à questão da abolição do tráfico de escravos e defender-se das acusações feitas pela

---

<sup>860</sup> DCD, sessão de 9 de fevereiro de 1839, p. 234-235.

<sup>861</sup> *Ibid.* p. 243.

<sup>862</sup> *Ibid.* p. 242.

<sup>863</sup> *Ibid.* p. 234.

opinião pública internacional, de não querer acabar com o tráfico e por não assentir o contrato com a Inglaterra para este fim. Sobretudo pode defender-se das acusações de alguns parlamentares, que achavam que o governo poderia ser mais solícito em efetuar o tratado com a Inglaterra. No entanto, Sá não se opôs aos deputados cartistas, pelo contrário, alegou que o tratado esteve prestes a ser concluído, quando surgiram algumas dúvidas que ainda ficaram por resolver, todavia esperava que fossem resolvidos de maneira satisfatória para ambos os países, e ser desejo do governo, terminar a negociação o mais depressa possível.<sup>864</sup>

Sem polêmicas, Sá da Bandeira praticamente encerrou esta matéria que foi discutida nas sessões dos dias 9 e 13 de fevereiro. Não restando mais nada a ser discutido, foi aprovada sem alterações. A Câmara, foi unânime ao votar o desejo que se acabasse o quanto antes com o tráfico da escravatura, para salvar a honra da bandeira e os interesses nacionais.

Da mesma forma, Sá também falou à Câmara dos Senadores. Os debates em torno desta questão nos Senadores, aconteceram na única sessão do dia 26 de fevereiro. Assim como na Câmara dos Deputados, as duas posições se manifestaram.<sup>865</sup> José Maria Bergara e o barão Ribeira de Sabrosa (que viria a ser presidente do Conselho de Ministro) pronunciaram a favor da abolição gradual do tráfico de escravos, no sentido de preservar as colônias. Sabrosa, depois de um longo discurso em defesa da pátria e de manifestar seu sentimento pessoal a respeito da escravatura, diz estar convicto que Portugal tinha sim, a obrigação de abolir a escravatura, mas só quando fosse possível. O conde de Vila Real, por sua vez, defendeu a necessidade de concluir rapidamente o tratado com a Inglaterra.

No entanto, enquanto ainda persistia entre os parlamentares, o impasse entre concluir rapidamente ou prolongar por mais algum tempo o acordo definitivo com os ingleses, a tensão diplomática entre Portugal e Inglaterra, tendia a agravar-se com o *ultimatum* lorde Palmerston.

### 1.5. Guerra a Inglaterra

Embora não declarada oficialmente, o *ultimatum* de Palmerston, trazia intrínseco, uma verdadeira declaração de guerra a Portugal. Adepto do uso da força para reprimir o tráfico, essa situação não o desagradava, por considerar que Portugal merecia a adoção de medidas extremas, depois da sua conduta totalmente desacreditada durante as negociações. Estas palavras

---

<sup>864</sup> DCD, sessão de 13 de fevereiro de 1839. p. 245,246,247,248.

<sup>865</sup> Câmara dos Senadores, sessão de 26 de fevereiro da in: *Diário do Governo*, 4 de março de 1839.

repercutiram entre alguns parlamentares na Inglaterra e propagaram na imprensa inglesa. Entretanto o primeiro *bill*,<sup>866</sup> apresentado em julho, foi rejeitado na discussão de 1 de agosto de 1839. Palmerston, sem demora apresentou outro, com algumas modificações, na sessão do dia 15 de agosto do mesmo ano, da Câmara dos Lords. Duque de Wellington e Lorde Wynford, que haviam votado contra o primeiro *bill*, fizeram objeções à segunda proposta de Palmerston, justificando que os navios franceses e americanos sendo sujeitos a detenção e visita em virtude do *bill*, provocaria uma colisão com aquelas potências, e provavelmente se seguiria a guerra.<sup>867</sup> No caso dos portugueses, Duque de Wellington, apesar de ter votado contra o *bill*, não deixou de criticar a atitude de Portugal. Todavia foi bastante claro, ao alertar sobre as consequências, caso o *bill* fosse aprovado:

A Inglaterra deveria ficar firme ou decahir. Nós não podemos sahir da nossa lei, disse o orador, e os portugueses, por outro lado, não querem submeter á nossa lei, as consequências então erão uma guerra de morte com a nossa antiga aliada, porque os ministros querem proceder por este modo irregular, em vez de ser pelo antigo modo constitucional (...). Portugal deveria ter feito, e o que não fez, e convidando o parlamento a apoiar estas medidas de coacção que S. M. julgasse necessárias para obrigar á devida execução dos tratados. (...) Tendo passado este *bill*, Portugal [que] fosse obrigado ou a obedecer ou a entrar em uma guerra.<sup>868</sup>

Lord Minto, primeiro Lord do almirantado britânico, afirmou que o governo português e as Cortes tinham interesse vital no comércio da escravatura. Se por ventura a Inglaterra não empregasse a força, para fazer executar o tratado, não iria conseguir suprimir semelhante tráfico. Em sua opinião, “se for necessário recorrer a violência, os meios que a violência authorisa, devem empregar-se – a Inglaterra obrigou-se a expurgar os mares dos piratas que traficão em carne humana”. Do mesmo modo, o jornal inglês *O Morning Chronicle*, dizia expressar o sentimento da opinião pública inglesa, oferecendo total apoio à qualquer medida extrema, que a Inglaterra viesse a tomar contra Portugal:

É portanto para nós mui precioso, que o peso de tamanha authoridade fique na balança a favor da nação mais delinquente de todas, e a mais connivente neste ramo infame da pirataria, neste commercio em grosso de roubo de sangue. – ‘Os quichotes traficantes da escravatura das cortes de Lisboa’ [...]. Quaesquer medidas que a Inglaterra tomar para obrigar Portugal a manter a fé dos tratados, e a limpar o Oceano de taes piratas, hão de ter o decidido apoio do povo inglez.<sup>869</sup>

---

<sup>866</sup> Sobre as disposições do primeiro *bill* de lord Palmerston, ver: *Diário do Governo*, de 9 de agosto de 1839.

<sup>867</sup> *Diário do Governo*, 9 de agosto de 1839.

<sup>868</sup> Câmara dos Lords – Londres 1 de Agosto de 1839. Publicado pela *Vedeta da Liberdade*, 19 de agosto de 1839.

<sup>869</sup> *O Morning Chronicle*, 21 de agosto, 1839.

Em Portugal as notícias do *ultimatum* e da apresentação do *bill* no parlamento britânico, tiveram grande repercussão na imprensa. “É a primeira vez que uma potência estrangeira se arroga o direito de legislar para um povo livre e independente”, lamentou *O Nacional*.<sup>870</sup> Um tratado é um acordo bilateral, não pode ser válido sem garantir a conveniência das partes contratantes, afirmou *O Pacote do Ultramar*.

Apesar do *bill* ainda não ter sido aprovado, maioria dos jornais insurgiu-se contra o *ultimatum* e aos fundamentos do *bill*, ensaiando várias ofensivas contra a Inglaterra. Na opinião de *O Athleta*, os portugueses não podiam ser mudos espectadores, diante de semelhante afronta. Tinham que lançar numerosos meios, para “obrigar a nossa *antiga aliada* a respeitar-nos como Nação independente e não colônia sua”.<sup>871</sup> Os jornais setembristas: *O Tempo*, *O Nacional*, *O Athleta*, *O Pacote do Ultramar*, *O Democrata* e a *Vedeta da Liberdade*, dedicaram-se a enumerar detalhadamente estes meios. *O Tempo* propôs o corte nas relações políticas com a Inglaterra, aconselhou o ministério que se cercasse apenas de elementos de nacionalidade portuguesa, e sugeriu às Cortes uma lei que impusesse aos súditos britânicos, encontrados no comércio da escravidão por cruzeiros portugueses, o mesmo tratamento do *bill*. *O Nacional*, também sugeriu o rompimento entre as duas nações e a “carta de corso”. Assim os navios ingleses correriam o mesmo risco, que os navios portugueses. Se não pudesse fazer guerra com esquadras, podia fazer por outros meios, na certeza de que, se Portugal perdesse no seu comércio, a Inglaterra não podia deixar de perder também. *O Athleta* fez coro com *O Nacional*, sobre a opinião dar “corso” aos navios com bandeira inglesa:

O illustre collega do Nacional já apontou este meio – *carta de corso* – e mereceu por isso censuras dos inglesados: nós, sem pertender dar mais força ao pensamento do collega, repetimos, sem medo de que chamem *bravatas* ao que dissermo, – *carta de corso* – todo o Embaixador ou encarregado dos nossos negócios em paizes alheios, authorize todo o *chaveco*, toda embarcação que quizer dar corso a navios com bandeira Ingleza; franquem-se os nossos portos para esse fim, e veremos quem fica de melhor partido, se o Commercio Portuguez – se o Inglez. Quem não tem que perder, não perde nada – a unica salvação dos vencidos, he não ter salvação – as nossas embarcações occupem-se em hir dar *corso* a tudo o que for Inglez – e não temamos, que o furor ministra as armas.<sup>872</sup>

---

<sup>870</sup> *O Nacional*, 31 de julho de 1839.

<sup>871</sup> *O Athleta*, 16 de agosto de 1839.

<sup>872</sup> *O Athleta*, 16 de agosto de 1839.

Outra medida, ainda mais radical, proposta pelo *O Athleta*, foi a proibição absoluta dos produtos ingleses e a expulsão dos ingleses de Portugal. Acreditava que só assim, a “nossa antiga aliada” iria “respeitar o direito das gentes, e os meios de fazer valer a justiça são sempre justos”. *O Athleta*, viu no *ultimatum* uma afronta e no *bill*, uma tentativa “bárbara” de aniquilar o comércio português e arruinar as possessões africanas. Acreditava que, embora parecesse quase inevitável a perda das colônias africanas para os ingleses, que Portugal não corresse o risco de perder o decoro. Entretanto, em sua opinião Portugal não tinha nada a perder, os recursos que elas consomem, melhor seria abandoná-las:

Mas dirão que - perdemos nossas colonias, que os Inglezes as tomarão - he o mesmo. Quando isso acontecesse, que teríamos perdido? As nossas possessões são huma mina d'ouro, *que nós não podemos lavrar* - consomem-nos muitos recursos, sem tirarmos disso fructo algum, e algumas dellas melhor fôra abandona-las. Mas não era tão fácil, como parece, hirem os Inglezes toma-las; porque não teem marinha sufficiente para as proteger e aos seus portos, e ter o oceano coberto d'embarcações protectoras do seu commercio contra os nossos corsários. — Supponha-se porém que isso acontecia; restavão-nos outros meios ainda, se não quizessemos te-los empregado primeiro.<sup>873</sup>

Por outro lado, advertiu que se o aviso dado aos crusadores ingleses, de que se fala na mensagem proposta por Lord Brougham e se de fato o *bill* for aprovado, o governo português tem que tomar uma atitude decidida e lançar mão dos meios que tem a seu alcance para manter a “honra nacional.” Já a *Vedeta da Liberdade*, preveniu os leitores: se o *bill* for aprovado, vai acabar por destruir a simpatia, já abalada com a Grã-Bretanha: “Começão já a fallar de represálias, e talvez que a pura e simples prohibição de importação do bacalhau é bastasse, para fazer modificar as ideias da Inglaterra.”<sup>874</sup>

A imprensa setembrista, considerou o *bill* uma hostilidade em tempo de paz, e um menoscabo de todos os princípios de direito público e das gentes. Segundo *O Athleta*, a Inglaterra na atual questão da escravatura com Portugal, pôs em pratica todos os meios que se serviu Napoleão para dispor os que tentava guerrear. Lembrou que Portugal nunca se recusou a tratados com a Inglaterra, nunca se oppoz á abolição da Escravatura antes a decretou. “Tem somente zelado por sua dignidade, independência, e justos interesses.”<sup>875</sup> Para *O Nacional*, uma medida violenta, imposta por um tratado que uma das partes não concorda, justifica todas as

---

<sup>873</sup> *O Athleta*, Ibid. Ibidem.

<sup>874</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 20 de agosto de 1839.

<sup>875</sup> *O Athleta*, 21 de setembro de 1839.

represálias contra a Inglaterra: “A Inglaterra é sem dúvida poderosa, pôde empregar a força e Portugal ceder a ella, porém nunca cederemos antes de disputar a victoria aos nossos oppressores impudentes”.<sup>876</sup> *O Paquete do Ultramar* também incita a guerra, alertando e advertindo os portugueses, que era preferível sucumbir com honra, do que ceder à Inglaterra:

É preciso que os portuguezes se convenção de que no caso de cederem perdem a sua existência nacional, os seus bens e propriedade: tudo será pouco para indemnisar os judeus do Stock Exchange, e assim o que peor nos pode acontecer recorrendo às armas? Ao menos succumbiremos (se nos deixarem sós as outras nações, o que não é provável) com honra, e depois de ter-nos vingado de alguns d’entre aquelles que projetão a nossa ruína.<sup>877</sup>

As injuriosas provocações da parte do governo inglês, e seus temebrosos planos políticos, fizeram inflamar os ânimos de *O Nacional*. Numa tentativa de sensibilizar a opinião pública, e tocar profundamente a consciência nacional, declarou não haver meio-termo: ou retaliar e manter a independência e a liberdade nacional, ou ceder e perder o brio e a glória dos antepassados. Na opinião dos moderadores, como *O Periódico dos Pobres no Porto*, jornal cartista publicado no Porto, “sem entrar agora na justiça ou na injustiça do bill”, acreditava que este “negócio”, devia ser tratado por meios diplomáticos, e “não hostis”:

[...] põe isso que uma guerra agora nos seria fatal: os inglezes podem apoderar-se das nossas possessões ultramarinas; podem bloquear-nos os nossos portos; podem mesmo appresentar-nos D. Miguel: e nós que lhe podemos fazer? Po-los fora do paiz; e de que serve isso? de nada. Se tomarem as nossas possessões ultramarinas, com que as havemos de resgatar? onde esta a nossa marinha? se nos bloquearem os nossos portos, com que naus de guerra havemos de resistir? com o desazado Vapor Terceira, ou com os Corsários do Rio Tinto!! Se ca nos metterem D. Miguel, como será essa brincadeira?<sup>878</sup>

De forma sensata, *O Periódico dos Pobres* afirmou que antes de tomar qualquer atitude contra a Inglaterra, o governo português deveria examinar os recursos, e ver as atuais circunstâncias do país. Deve antes, agir com moderação e conciliação: “Temos recursos para defender a independência nacional? [...] Onde estão esses recursos, se é por falta d’elles que não podemos defender as nossas Possessões ultramarinas?” O redator concluiu suas observações com crítica e repreensão: “Se os grandes palavrões fossem recursos, de certo que

---

<sup>876</sup> Copiado do *Nacional*, pela *Vedeta da Liberdade*, 18 de Setembro de 1839.

<sup>877</sup> *Paquete do Ultramar*, 31 de setembro de 1839.

<sup>878</sup> *Periódico dos Pobres no Porto*, 2 de setembro de 1839.

poderíamos n'esse caso disputar com as Potencias de primeira ordem”.<sup>879</sup> A situação no interior está num estado lastimoso e as relações exteriores não têm o melhor aspecto.<sup>880</sup> Os “inimigos da pátria”, ao invés de concorrerem para que as desavenças com a Inglaterra terminem amigavelmente, antes pelo contrário, estão continuamente irritando e provocando guerra.<sup>881</sup> Em sua opinião, os que propõem medidas violentas e atacam guerra, são os “empregaditos da revolução de Setembro”.

O *Periódico dos Pobres*, via com grande indignação as ofensivas contra Inglaterra, sugeridas pelos jornais *O Tempo* e *O Nacional*. Sobre as atitudes de *O Tempo* argumenta: “esta gente não se contenta com tornar a nação desgraçada, que de mais a mais torná-la ridícula”.<sup>882</sup> Quanto a guerra e a carta de corso sugerida pelo *O Nacional*, responde com ironia mordaz: “ela deveria ser dada só a tripulação portuguesa”, assim os ingleses ajudariam a livrar Portugal dos corsários que infestam o país: “que as cartas de corso sejam dadas só a tripulações portuguezas; pois que n'esse caso teríamos a vantagem de que os Inglezes nos livrassem de muitos corsarios de terra que infestão o paiz, e dos quaes por outro modo nos não podemos ver livres”.<sup>883</sup> Por chegou a duas conclusões: (i) quem determinou por indispor a nação contra os ingleses, é o poder oculto que “subjuga” o governo. Esse poder “oculto”, é o dos comerciantes setembristas que negociam “carne humana;” (ii) o problema não era entre os ingleses e portugueses, mas entre os ministérios portugueses, que não simpatizavam com os ingleses. Ou seja, “é entre o Ministério inglez e os nossos homens de bonet rouge, nossos Carbonarios, que, não sabemos porque motivo, tem antipathia com os ingleses”.<sup>884</sup> O *Correio de Lisboa* também chegou à mesma conclusão. Através de um artigo publicado no jornal inglês *Mornig Chronicle*, afirmou serem os ministros portugueses, os únicos culpados dos sentimentos hostis entre as duas nações: “a culpa esta da parte daquelles ministros portuguezes que successivamente tem tratado de bagatela a paciência deste paiz, e os quaes, ou fraqueza, ou por malícia tem feito da boa fé portugueza um nome sem valor, e a negociação um termo sinonimo de procrastimação e engano”.<sup>885</sup>

---

<sup>879</sup> *Periódico dos Pobres no Porto*, 7 de agosto de 1839.

<sup>880</sup> Para o periódico podido acabar com o Remechido, e estamos provocando as nações com quem deveríamos viver em paz; se o que passa no interior desanima, o que vai por fora não é para nos consolar: eis os bens que trouxe a gloriosa revolução de Setembro, eis Portugal como o fizerão os Setembristas. *Periódico dos Pobres no Porto*, 26 de agosto de 1839.

<sup>881</sup> *Periódico dos Pobres no Porto*, 3 de setembro de 1839.

<sup>882</sup> *Periódico dos Pobres no Porto*, 2 de setembro de 1839.

<sup>883</sup> *Periódico dos Pobres no Porto*, 13 de setembro de 1839.

<sup>884</sup> *Periódico dos Pobres*, 24 de janeiro de 1840.

<sup>885</sup> Copiado do *Mornig Chronicle* pelo *Correio de Lisboa*, 9 de janeiro de 1840.



Entretanto, *O Nacional* considerava ser mais “airoso”, em ultimo caso ceder à força, do que à prepotência. Na edição do dia 18 de fevereiro, procurou instigar o governo português, sugerindo uma guerra aberta à Inglaterra:

Que fazem nossos Ministros que não declaram guerra ao Pirata Governo Inglez? Receiam que a causa da Justiça sucumba?! Não é patente a todo o Mundo a flagrante violação que elle acaba de fazer do Direito das Gentes a solemne consagração do horroroso dogma de que a força é a única Lei das Nações, e que o mais forte pode tratar de menor o fraco, até mesmo subordinal-o?! Não se vê como, por ser mais forte que Portugal; o Gabinete Pirata manda deter, visitar e capturar as embarcações portuguezas que transportam colonos africanos para o Brasil?! Uma tal Potencia que tanto abusa dos mais sagrados direitos pode manter-se?! Em nossos apuros, de duas uma ou morrer á mingoa dos braços que até ao presente nos ministrava a colonisação africana, ou guerra ao Gabinete Pirata, embora d’elle nos possam resultar duríssimos padecimentos.<sup>886</sup>

*O Periódico dos Pobres* apelou para prudência, argumentando ser fácil declarar guerra aos ingleses, isso não custa mais que meia folha de papel, mas e as consequências dessa guerra? E os males que sofrerá o povo português? Adverte mais uma vez: “Póde a Nação sustentar uma guerra com a Inglaterra? [...] Onde estão as nossas naus? Onde o dinheiro para pagar o Exército? Querem mais divida? Querem mais tributos? E quem há de emprestar mais dinheiro? (...) E quem há de pagar mais tributos? Se o povo já não pode com o que paga!”<sup>887</sup>

Na opinião do *Procurador dos Povos* e do *Ecco*, quando se trata de defender a sua independência, “todas as Nações são grandes” e “Portugal tem força de mais para repelir as atrevidas pertenças da Inglaterra”.<sup>888</sup> No entanto *O Periódico dos Pobres*, acreditava que o governo de uma nação ilustrada como a Inglaterra, não empregaria força nem humilharia Portugal medidas injustas: “convem-lhes viver em harmonia com nosco, assim como a nós com elles; é o que pedem os interesses das duas nações”<sup>889</sup>

E o governo? Ribeiro de Sabrosa, então ministro dos Negócios Estrangeiros, evitou as medidas extremas reclamadas pela imprensa, preferindo o confronto verbal e o apoio internacional. No dia de 4 de agosto de 1839, dirigiu a todas as potências signatárias dos tratados do Congresso de Viena, uma nota em forma de protesto, contra o “procedimento ofensivo e inaudito” do governo britânico, pelo seu ministro Lord Palmerston. Por outro lado, Sabrosa numa tentativa frustrada, de dar provas da “pureza das intenções” e “boa fé” do governo

---

<sup>886</sup> *O Nacional*, 18 de fevereiro de 1840.

<sup>887</sup> *Periódico dos Pobres*, 24 de fevereiro de 1840.

<sup>888</sup> Copiado de *O Procurador dos Povos*, pelo *O Ecco*, 6 de maio de 1840.

<sup>889</sup> *Periódico dos Pobres no Porto*, 19 de fevereiro de 1840.



português em relação à escravidão, aprovou “provisoriamente,” a polêmica convenção celebrada entre o Vice Almitante Noronha, ex-governador geral de Angola e o Tenente inglês Guilherme Tucker, realizada em maio de 1839. Entretanto Palmerston, numa nota enviada por Lord Howard, ao governo português, datada do dia 15 de novembro de 1839, participou a recusa da chamada “Convenção Tucker”. Esta nota, foi considerada pela imprensa a maior prova da “falsidade” e uma evidente contradição de tudo o que se disse no parlamento Inglês, “sobre os mui ardentes desejos da extinção da Escravidão”:

Saibão pois as Nações que essa apregoada philanthropia – esse decantado amor dos pretos de que tanto se alardeava o Governo Britânico, se reduz a hum illusão – a hum meio de disfarçar o roubo que nos pretendem fazer. Dizem querer muito aos pretos, porque declararão guerra aos brancos; mas pretendem faze-los escravos todos. A Nota de Lord Howard he a prova – quem se recusa a aprovar hum convénio, quem ainda podia accarretar prejuizos a Portugal, para a extinção por meios rasoaveis da Escravidão, tem provado que se interessa em que continue a Escravidão. Estas contradicções não nos admirão – são combinações á Ingleza.<sup>890</sup>

Na opinião do governo e da imprensa portuguesa, esta recusa demonstra que o Gabinete de S. James estava farto interessado nas possessões portuguesas em África. *O Athleta*, já havia antecipado e alertado os leitores, para a recusa da Grã-Bretanha, pois nessa convenção eram reconhecidos os limites daquelas possessões, “questão em que muito se cançou inutilmente o Snr. Visconde de Sá”. Já no artigo 1º, da Convenção Provisória, estava estabelecido que: a “costa desde Molembo até ao decimo oitavo grau de Latitude Sul, deverá ser respeitada como pertencendo ao Domínio de Sua Magestade Fidelíssima”.<sup>891</sup> Eram territórios que ainda não haviam sido reconhecidos oficialmente, como pertencentes à Coroa portuguesa. Portanto, caso a Grã-Bretanha aceitasse as estipulações da “Convenção Tucker”, significava reconhecer os limites das possessões, uma dificuldade que o governo inglês sempre teve em anuir, “para garantir-nos a posse dessas colónias.”<sup>892</sup>

Apesar das circunstâncias propiciarem um conflito armado, as represálias e o desejo de efetivamente declarar guerra contra a Inglaterra, vieram somente dos periódicos setembristas e de uma facção dos miguelistas.

---

<sup>890</sup> *O Athleta*, 27 de novembro de 1839.

<sup>891</sup> *O Noticiador Commercial Portuense*, 21 de outubro de 1839.

<sup>892</sup> *O Athleta*, 9 de outubro de 1839.

## 1.6. Guerra entre os jornais

A questão do tráfico da escravidão, que se tornou “*questão inglesa*”, terminou por provocar uma abundante guerrilha de palavras, de rumores e temores, na imprensa portuguesa. Essa “guerra” entre os periódicos, equivalia o mesmo que dizer guerra entre os partidos políticos. Os periódicos setembristas acusavam os periódicos cartistas de serem financiados pelos ingleses. Os cartistas acusavam os setembristas de receberem dinheiro dos negreiros. Não obstante a troca de palavras, acusações e insultos, todos os argumentos traziam implícitos ou explícitos, a disputa entre Setembro e a Carta. O Setembrismo (1836-1842), representava um projeto político da pequena e média burguesias, e contava com o apoio das camadas populares, contra o domínio da alta burguesia, que havia sido favorecida pelo Cartismo. O Cartismo (1834-1836), representou do período de vigência da Carta Constitucional de 1826, redigida por D. Pedro IV, antes de abdicar do trono português, em favor da sua filha D. Maria (Pedro I do Brasil, entre 1822 e 1831).

As duas tendências do Liberalismo: Setembrismo e Cartismo, serviam-se dos periódicos para fazer veicular os fatos, as ideias e as informações, com objetivo de formar ou manipular a opinião pública. O confronto turbulento entre setembristas e cartistas tinha o seu rebatimento, na ardência e na virulência da linguagem escrita. Era uma verdadeira artilharia de palavras. Os periódicos espelhavam o antagonismo dos projetos políticos, usando como arma a versão dos acontecimentos, para disputar o melhor terreno na consciência da população e criar um espírito coletivo. Era portanto no campo das ideias e dos sentidos, que os periódicos políticos procuraram exercer grande influência, sobre a opinião pública nacional.

Os interesses ideológicos e políticos que inspiravam os periódicos, não eram alheios aos interesses econômicos. O país passava por uma grave crise econômica, juntando-se a ela a crise no comércio causada pelas pautas alfandegárias, o que provocava grande descontentamento quanto a política do setembrismo. Nesta escaramuça jornalística, essa crise foi evidenciada pela hostilidade contra a opressão estrangeira, de que a Inglaterra era a maior culpada. A imprensa cartista, considerada órgão da “venalidade” e instrumento dos estrangeiros, foi violentamente atacada pelos setembristas:

*O Correio, o Director, e os Pobres do Porto, parece estarem conjurados para nos venderem á Inglaterra! Passou-se a apresentação do II.º bill de Palmerston, sem que da boca destes malvados saísse uma palavra nacional, e só se ouvirão imprecações contra a revolução de Setembro,*

porque ella libertou a industria portugueza [...]. Os cartistas e esses que estão á testa da imprensa cartista, ou são homens que perderão logares, ou ambiciosos que aspiram enriquecer-se á custa da nação [...]. Abra o povo os olhos, e saiba distinguir d'onde é que vem o mal, conheça o povo por uma vez quem são os traidores, e os fins dos traidores, e esteja em guarda.<sup>893</sup>

O *bill*, segundo o *Periódico dos Pobres*, não atacava os interesses da nação. Só atacava os interesses de meia dúzia de setembristas que negociavam com a “venda de carne humana”. Seja qual for o objetivo dos ingleses, eles advogam a causa da humanidade, enquanto os setembristas, se movem mais pelos interesses próprios, suscitando guerra em favor o “infame” e “antropófago” tráfico:

Todos sabem que o Bill não ataca os interesses da Nação portugueza, mas sim os interesses de meia dúzia de individuos que negoceião com a escravatura; e há de a Nação expor-se a uma guerra para defender a boca de meia dúzia d'homens, que teem os seus açougues na Costa d'Africa! Os Inglezes, sejam quaes forem as suas vistas, advogão a causa da humanidade, porque um preto é um homem, e um homem não é uma rez; e os nossos setembristas, que tanto nos maltratão os ouvidos com os direitos do homem, são os que suscitão uma guerra a favor desse trafico infame e anthropophago! Porém vale mais o interesse de que os princípios.<sup>894</sup>

Por sua vez, *O Athleta*, periódico setembrista publicado no Porto, acusa *O Periódico dos Pobres*, cartista e também publicado no Porto, de se ligarem aos ingleses:

O Periódico dos Pobres e os da sua cor fizeram liga com os *Inglezes* e esta *anglo-chamorra* tem por fim a ruína da Pátria. [...] Que conceito devemos nós os Portugueses fazer dos que fizeram liga com os Inglezes? – Tanto como nos merecem os mesmos Inglezes. A gente Cartista ligou-se com os Brutões; porque he comum a sua causa – seu único fim he o interesse, querem roubar a nação, huns vendendo e outros comprando – roubão os Inglezes comprando – roubão os Cartistas vendendo; porque vendem o que não é seu.<sup>895</sup>

Pelos insultos mútuos que principiaram a fazer uns aos outros, a essa disputa entre setembristas e cartistas, juntou-se os absolutistas, através do periódico *O Ecco*. Não obstante serem de partidos com fins opostos, por enquanto estavam unidos para “hostilizarem os cartistas”. Os Realistas, como se auto-intitulavam, pretendiam fazer coro e causa comum com os “ultras”, na questão do tráfico da escravatura, com a intenção de fazer “curvar os seus inimigos debaixo do peso da indignação popular”. Esta união, só se justificava, segundo *O*

---

<sup>893</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 28 de setembro de 1839.

<sup>894</sup> *O Periódico dos Pobres*, 2 de setembro de 1839.

<sup>895</sup> *O Athleta*, 22 de setembro de 1839.

*Ecco*, pelo episódio envolver a independência nacional. A principal acusação era pelo fato dos cartistas, terem aceito o código político de um país estrangeiro. Para *O Ecco* e *A Vedeta da Liberdade*, não havia dúvidas: a causa da atual da ascensão da Inglaterra sobre Portugal era devido aos empréstimos contraídos pelo ministério cartista. Foi preciso a Revolução de Setembro para “reprimir o orgulho inglês, que viesse mostrar á Inglaterra que nós não somos todos PALMELAS, nem Carvalhos, que nós somos portugueses e que somos uma nação.”<sup>896</sup>

O cartista *Periódico dos Pobres no Porto*, criticou a política interna e externa dos setembristas e lastimou o estado em que os setembristas deixaram o país.<sup>897</sup> A posição moderadora adotada pelo *Periódico dos Pobres*, na “questão inglesa”, foi interpretada pela maioria dos periódicos setembristas e realistas, como anti-nacionalista: “foi a questão do tráfico da escravatura o escamel em que se apurou, e poliu a nacionalidade de um partido, e a antinacionalidade da facção cartista”.<sup>898</sup> Acreditava que a “história do *bill*” era um pretexto, não só para afrontar os Cartistas mas para “indispor a Nação, aluciná-la e promover um levantamento!” Enfim toda esta situação fazia parte de um plano articulado para se livrar da Rainha. “Para este fim elles contão com as virtuosas massas, e com os interessados na chuchadeira da Revolução”.<sup>899</sup>

Na opinião de *O Nacional*, a finalidade dos periódicos cartistas *Correio de Lisboa* e *O Director*, era a muito conhecida: têm em vista a ruína das “consequências legítimas das revoluções de 1836 na península, querem dar em terra com as Constituições de 1837 e 1838”, substituindo pelo “gótico” estatuto da Carta.<sup>900</sup> Não obstante, as trocas de acusações entre a imprensa portuguesa, os periódicos ingleses, nomeadamente o *Morning Herald*, também envolveram-se numa série de acusações e insultos à nação e ao governo português. A guerra que não pode ser efetuada com armas, foi realizada com palavras. O que parecia não querer resolver nos ministérios, parecia tentar resolver através imprensa:

O tráfico da escravatura tem sido o cavallo de batalha das rixas, e tem servido d’anzol aos inglezes jornalistas e membros do parlamento para ganhar uma falsa popularidade – mas esta questão não

---

<sup>896</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 28 de agosto de 1839.

<sup>897</sup> Para o periódico, o governo setembrista não conseguiu acabar com o Remechido e ainda “provocando as nações com quem deveríamos viver em paz; se o que se passa no interior desanima, o que vai por fora não é para nos consolar: eis os bens que trouxe a gloriosa revolução de Setembro eis Portugal como fizeram os Setembristas”, afirmou. *Periódico dos Pobres no Porto*, 26 de agosto de 1839.

<sup>898</sup> *O Ecco*, 4 de outubro de 1839.

<sup>899</sup> *Periódico dos Pobres no Porto*, 26 de setembro de 1839.

<sup>900</sup> Copiado do *Nacional* pelo *O Ecco*, 11 de outubro de 1839.

póde ser decidida por uma imprensa assalariada, nem por caracteres de deteriorada reputação, sim pelo grande jury do mundo illustrado á vista dos documentos d’ambas as partes contendentes.<sup>901</sup>

A impugnação repetidamente injusta e iníqua de todos os direitos violados, cedeu lugar à contestação das acusações, contra as calúnias publicitadas pela imprensa inglesa, de que negreiros portugueses, estariam articulando um plano para envenenar a tripulação dos navios britânicos, quando abordassem os navios de escravatura. *O Nacional* e *O Athleta*, refutam veementemente as acusações injustas, e alertam o governo sobre os correspondentes ingleses em Portugal, “que deturpam os factos, inventam calumnias e nos aviltam de nossa própria casa?” Para eles estava claro que as folhas inglezas, possuíam “rancor pela prosperidade de Portugal, mas a liberdade há de triumphar e por uma vez nos livraremos da tutela Britannica.”<sup>902</sup>

### 1.7. Aprovação do *bill* e a repercussão na imprensa portuguesa

Depois de muitas discussões na Câmara dos Lords e dos Comuns, o segundo *bill* foi aprovado em 24 de agosto de 1839. Como era de se esperar, aprovação do *bill* teve grande repercussão em Portugal. Provocou um enorme levantamento de aclamação nacionalista. Ocupou as atenções de quase toda a imprensa portuguesa, durante vários meses seguidos. Nunca a questão da abolição do tráfico de escravos foi tão discutida no país, como neste período. A reação maior veio por parte dos jornais de tendência setembrista e de retórica anti-inglesa: *O Nacional*, *A Vedeta da Liberdade*, *O Athleta*, *O Tempo*, *O Democrata* e o *Paquete do Ultramar*.

Para o *Athleta*, o *bill* além de atentar contra a liberdade do comércio português, era contrário aos interesses e dignidade do país. “logo é questão nacional resistir com a penna a esse Bill, em quanto, for bastante esta resistência”.<sup>903</sup> O *Paquete do Ultramar*, viu no *bill* a consumação do ato de iniquidade, violência e injustiça contra uma nação livre. Aguardava a reação do governo português e de outros gabinetes europeus.<sup>904</sup> A *Vedeta da Liberdade*, entendia que a “hora fatal”, havia finalmente chegado. Começaram as hostilidades contra Portugal.<sup>905</sup>

---

<sup>901</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 18 de setembro de 1839.

<sup>902</sup> Copiado do *Nacional*, pelo *Athleta*, 6 de agosto de 1838.

<sup>903</sup> *O Athleta*, 21 de setembro de 1839.

<sup>904</sup> *O Pacote do Ultramar*, 20 de setembro de 1839.

<sup>905</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 26 de novembro de 1839.

*O Ecco*, órgão dos “realistas”, engrossou as vozes setembristas, afirmando o *bill* ser o “tratado de Fontainebleau”, porque levaria a “ruína da nossa navegação, a perda das nossas províncias africanas, e sobre tudo a ultima perda da nossa independência, e da nossa honra”. Ficou surpreso com a atitude da Inglaterra e lamentou: “nós nunca julgamos que Portugal fosse vitima de tão grande abjecção, e de tão grave affronta.”<sup>906</sup> Já o *Periódico dos Pobres no Porto*, não ficou nem um pouco surpreso. Afirmou não ser difícil prever que a Inglaterra chegaria ao extremo de aprovar o *bill*. Culpou o governo português, por não ter terminado decorosamente a negociação e ter deixado a Inglaterra chegar ao extremo de ofender a dignidade nacional.<sup>907</sup> Ligou o *bill*, à teimosia e incapacidade dos “homens de setembro” e considerou este problema, não de nação para nação, mas de um homem para com outro homem ao afirmar que:

O Ministério inglez não embirrou a Rainha, nem com a Nação portugueza, embirrou com Ministérios de Clubs, com Estadistas de bonnet rouge, e é por isso que os Setembristas mostrarão tamanha dose de patriotismo. Eu creio que a habilidade do Conde de Vila Real e a firmeza do Ministério nos há de dar paz e há de salvar a nossa honra e a nossa dignidade.<sup>908</sup>

Argumentos semelhantes vieram dos simpatizantes da política inglesa em Lisboa: *O Correio de Lisboa* defendeu o *bill*, e afirmou que ele era o resultado da inobservância dos tratados, por parte de Portugal. Que a indisposição do governo britânico, não era senão contra o poder oculto que governa o governo português.<sup>909</sup> Na opinião de *O Director*, o *bill* não prejudicava as colónias em África, o que lamentava era a atitude desonrosa dos setembristas e convivência do governo com o “interesse de alguns homens”.<sup>910</sup>

Partindo do enunciado, de que quanto maior a quantidade de informação, maior a capacidade de gerar correntes de opinião pública, a imprensa portuguesa revelou uma fortíssima oposição ao *bill*. Os exemplos acima citados, poderiam ser multiplicados. De acordo com *O Ecco*, “três objectos gigantescos, que estão actualmente absorvendo, e com muita razão, todos os cuidados da mesma imprensa [liberal], e do Governo. – Estes objectos são 1.º o Bill de Lord Palmerston.”<sup>911</sup> O problema tomou grande dimensão em Portugal. A imprensa portuguesa

---

<sup>906</sup> *O Ecco*, 3 de setembro de 1839.

<sup>907</sup> *Periódico dos Pobres no Porto*, 24 de fevereiro de 1840.

<sup>908</sup> *Periódico dos Pobres no Porto*, idem, ibidem.

<sup>909</sup> *O Correio de Lisboa*, 25 de agosto de 1839.

<sup>910</sup> *O Director*, 28 de Agosto de 1839 e 25 de setembro de 1839.

<sup>911</sup> *O Ecco*, 6 de agosto de 1839. Os outros objectos eram: 2.º a suspensão do Cônsul geral, e Encarregado de negócios de Portugal no Brasil, e 3.º o Decreto de 6 de maio provocado pelo Governo Brasileiro que aumentava 50 por 100 nos vinhos Portugueses.

ocupou quase exclusivamente da questão do tráfico da escravatura, redarguindo em nome da “honra e dignidade” as ofensas do governo inglês, e combatendo com denodo os escritos afrontosos e injuriosos dos jornaes de Londres contra Portugal. Na opinião do *Athleta*, esta questão está muito clara de tanto que foi comentada pelos periódicos. Exeto “hum ou outro jornalista mais ou menos inglesado, todos teem tomado a defeza da dignidade nacional offendida vilmente.”<sup>912</sup>

É pela importância quantitativa de difusão das notícias e opiniões, que podemos avaliar o estado da opinião pública, nessa discussão em torno da polémica do *bill* para abolição do tráfico da escravatura. Devido a importância paradigmática dos jornais da época, pela enorme quantidade de notícias e de artigos de opinião, bem como o fato dos jornais do interior transcreverem artigos e notícias dos jornais do Porto e de Lisboa, não se pode negar que esse tema tenha provocado grande efervescência em Portugal, e que poucas pessoas poderiam ter ficado indiferentes ao debate que mobilizou a opinião pública portuguesa. Embora a anglofobia e o nacionalismo exacerbados tenham sido os verdadeiros aglutinadores ideológicos, não se pode dizer que grande parte da população portuguesa (letrada ou analfabeta) tivesse permanecido alienada e desinformada.<sup>913</sup> As observações feitas por um leitor da cidade de Braga, numa correspondência ao redator de *A Vedeta da Liberdade*, dão provas de que : “Tão grande, que não disível, foi a impressão que aqui fez, a nova exigencia Inglesa.”<sup>914</sup> No Porto, cidade que contava com a maior comunidade inglesa de Portugal devido a secular relação comercial, a situação não era diferente. Segundo *O Athleta* por qualquer dos lugares públicos da Cidade “se fulminam anátemas contra os ingleses – ouve-se a cada passo o grito dos verdadeiros Portugueses esperançosos de vingança –, é geral o ressentimento, à excepção de alguns poucos Anglicaes.”<sup>915</sup>

Pelas declarações dos jornais, o tema chegou mesmo a ficar completamente esgotado em Portugal. O *bill* Palmerston chegou a tão alta sumidade de evidência, tanto pelo lado da injustiça, como pelo lado da afronta e da injúria, “que pode dizer-se com afouzeza que a matéria

---

<sup>912</sup> *O Athleta*, 9 de agosto de 1839.

<sup>913</sup> Vale lembrar que mesmo a maioria da população de Portugal fosse analfabeta, haviam os ouvintes da leitura. Além do mais o problema era discutido nos espaços públicos, sejam eles nos recintos fechados (cafés, barbearias clubs, salões, etc), como nas ruas. Devido as limitações desta pesquisa, como já foi dito, não foram analisados os jornais publicados em outras cidades importantes de Portugal e das ilhas. Contudo as notícias e opiniões divulgadas nos periódicos do Porto e de Lisboa, eram transcritos e publicados nos jornais destas cidades, inclusive no Brasil. Ampliando assim a capacidade de formar opinião pública.

<sup>914</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 20 de Maio de 1840.

<sup>915</sup> *O Athleta*, 9 de setembro de 1839.

está esgotada, e que nada mais resta a acrescentar, e somente tudo a repetir,” afirmou *O Ecco*.<sup>916</sup> *O Athleta* acreditava que os fatos, “quanto mais repetidos melhor”.<sup>917</sup> No entanto, duas semanas depois publicou: “Infelizmente temos de continuar a tractar semelhante assumpto; porque Lord Palmerston assentou, que devia ser o nosso dictador; como s’engana!”<sup>918</sup> *O Periodico dos Pobre no Porto*, chegou a seguinte conclusão: “já pouca graça ha no Bill de Lord Palmerston”.<sup>919</sup>

### 1.7.1. Independência, decoro e honra nacional

As atitudes do governo britânico, levaram que as discussões e as opiniões sobre a abolição do tráfico da escravidão, tomassem uma conotação extremamente nacionalista em Portugal. Tornou uma “*questão nacional*”, segundo a imprensa portuguesa. A ingerência da Inglaterra nos negócios nacionais suscitou uma enorme onda de revolta e ressentimentos na opinião pública. Essa questão se transformou num problema de independência, de decoro e de honra nacional (argumentos que já faziam parte da retórica de Sá da Bandeira). Os defensores do nacionalismo, ameaçado pelo imperialismo britânico, se levantaram num coro de contestações e protestos usando a imprensa como instrumento. O objetivo principal era salvaguardar a honra e a soberania nacional contra as exigências externas, e protestar contra a injustificável tentativa do governo britânico, de intervir nos negócios internos de uma nação independente. A contestação se expressou de diversas formas, ora impregnada de agressividade, ora de indignação:

Vários oradores ministeriais [do parlamento inglês] vomitarão nesta discussão os maiores impropérios e injurias contra a nação portugueza, e proferiram inauditas blasfêmias contra o direito das gentes. Portugal foi até tratado tão baixa e atrozmente, como o não devia ser uma collonia d’escravos da Inglaterra, que se tivesse rebelado contra o seu governo.<sup>920</sup>

Com efeito o Governo Inglez não legisla nem pode legislar mais despoticamente para a *Jamica*, a *Dominica*, e a *Barbada*! Nem é possível deixar de nos convencermos de que Portugal é hoje contado entre as mais ínfimas Colónias da Inglaterra, tanto no Gabinete e nos mais altos círculos, como nas mais sujas tabernas de Londres! [...] No relatório daquelle *bill* Portugal não é Nação [...]. E quais serão agora mais escravos, os Portuguezes ou os Africanos? São os Portuguezes, porque os Africanos ao menos nunca se persuadiram que erão nação livre e independente, como

---

<sup>916</sup> *O Ecco*, 4 de outubro de 1839. *A Vedeta da Liberdade*, 7 de outubro de 1839.

<sup>917</sup> *O Athleta*, 9 de agosto de 1839.

<sup>918</sup> *O Athleta*, 21 de agosto de 1839.

<sup>919</sup> *O Periódico dos Pobres no Porto*, 20 de fevereiro de 1840.

<sup>920</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 28.08.1839.



falsamente se há persuadido Portugal depois que foi entregue à política e à diplomacia agiota dos estrangeiros.<sup>921</sup>

Não obstante a aprovação do *bill* de Palmerston em finais de agosto, no início de setembro já foi colocado em prática, mesmo a revelia de Portugal. O *Equipment Act*, autorizou a apreensão de navios portugueses, mesmo que no momento não tivessem com escravos a bordo. Embarcações de guerra inglesa se posicionaram no Rio Tejo e nos principais portos exportadores e importadores de escravos, apresando ou metendo a pique indiscriminadamente, os navios portugueses com carga lícita ou ilícita. O primeiro caso foi o apresamento do brigue *Neptuno* e *Angerona*, ambos com bandeira portuguesa, caputradas no Zaire pelo brigue de guerra inglês *Colombine*. Estas apreensões e os atos de violência praticado pelo comandante inglês Elliot, embora tenha sido um atentado individual e de um ato isolado, foi visto pela imprensa portuguesa, como uma prova do brutal atrevimento e injúria praticados à bandeira do país. Muitas das opiniões emitidas pela imprensa, foram dirigidas especialmente ao governo português, exigindo dele o “desagravo do decoro nacional” e a plena satisfação da parte do governo Britânico.

A medida que os apresamentos iam sendo divulgados, crescia o sensacionalismo em quase toda a imprensa. A nosso ver a quantidade de navios apresados (em comparação com o número de navios empregados no tráfico ilícito neste período), foi muito pequena para tanto barulho e reclamação. O caso do *Colombine* por exemplo, foi comentado até a exaustão pelos jornais portugueses. À medida que os ânimos se exaltavam e a indignação só aumentava, os discursos iam ficando cada vez mais carregados de ódio, revolta e vingança. Na opinião d’*O Ecco*, este atentado provocou o “grito de guerra em toda imprensa, e o grito de indignação, de vingança no coração de todos os Portugueses.” A nação portuguesa foi “vil e cobardemente ultrajada”.<sup>922</sup> Para os periódicos *Paquete do Ultramar* e *O Athleta*:

Todos os cálculos melhor combinados de moderação, e a tolerância estão já sepultados no olvido, e em todos os corações se alimenta huma mortal indignação contra a vil e infame conducta dos inglezes, que acabão em nossos próprios mares, dentro dos surgidouros de nossas possessões, de commetter o attentado mais repugnante contra a nossa bandeira! Findarão os meios termos, acabão-se as negociações riscou-se o nome de Alliados, e todos os verdadeiros Portugueses mirão um Bretão como hum inimigo, como hum audaz que ousa insultar-nos em nossa própria casa, e

---

<sup>921</sup> *O Ecco*, 3 de setembro de 1839.

<sup>922</sup> *O Ecco*, 17 de dezembro de 1839.

offender o que temos de mais caro = A DIGNIDADE NACIONAL! = He impossivel disfarçar e resistir ao impulso de raiva, e ao pululo da vingança.<sup>923</sup>

Os argumentos eram sempre associados ao interesse, em divulgar os horrores do abolicionismo britânico. Os sensacionalismos criados pela imprensa, davam a impressão de que os receios da eventual perda das possessões africanas, da ruína do comércio e navegação portuguesa, e a perda da independência nacional, tornaram-se realidade. A situação assemelhava-se a uma catástrofe, e chegava a beira do desespero: a Inglaterra pretende tomar “posse de nossas colonias, ou o seu completo anniquillamento; está intendido que seus fins são annular nosso commercio, e assustar a nossa navegação para aquelles mares”, esbravejaram o *Paquete do Ultramar* e *O Athleta*.<sup>924</sup> “Até o commercio de cabotagem nos é prohibido! Está decidido a Inglaterra decretou a ruína das nossas possessões do Ultramar”, completou *O Nacional*.<sup>925</sup> Retargiu *O Athleta*:

A independência da nossa Pátria, o commercio Portuguez, o Domínio das nossas possessões Ultramarinas, acabaram! Já não somos uma Nação independente! Já não podem os nossos navios sulcar os mares que são de todos! As nossas colónias soffrem o mais rigorosos bloqueio, e os rendimentos de suas Alfândegas nem chegam para pagar os ordenados de seus empregados! A terra immortal dos Gamas e Figueiredos são impunemente escarnecidas, e vilipendiadas! Nos mares de Angola já nem escapa á pirataria Britannica a mesma tropa Potuguesa, e até as embarcações do Estado são reduzidas a cinzas, e a marinha e tripulação lançadas em ermas praias como escravos vis, ou animaes despresiveis!<sup>926</sup>

Nas possessões africanas a situação não era diferente. Com o recrudescimento da repressão britânica, começaram a ocorrer ações contra os portos escravistas na costa africana, mesmo contra os códigos do direito internacional. O forte bloqueio inglês não deixava escapar nem as embarcações costeiras e as embarcações pequenas, que iam ao interior buscar lenha ou apanhar urzela. As barcas inglesas metiam a pique e praticavam violência, até mesmo contra as canoas, em que alguns negros se transportavam de uma margem para a outra. Com este procedimento, os cruzadores britânicos prejudicavam o comércio lícito, pois até mesmo os navios mercantes tinham receio em atracar. A cada captura de um navio português ou brasileiro aflorava o estado de pânico e crescia o sentimento anti-britânico. O temor de que elas pudessem

---

<sup>923</sup> Copiado do *Paquete do Ultramar*, pelo *O Athleta*, 20 de dezembro de 1839.

<sup>924</sup> Copiado do *Paquete do Ultramar* pelo *O Athleta*, 20 de dezembro de 1839.

<sup>925</sup> *O Nacional*, 22 de abril de 1840.

<sup>926</sup> *O Athleta*, 14 de junho de 1840.

ser apoderadas pelos ingleses e os portugueses tomados como escravos, ou que pudesse haver rompimento de hostilidades com a Inglaterra assombrava constantemente.

Os apresamentos realizados em navios, com provas ou não de comércio ilícito e o procedimento dos ingleses provocaram enorme revolta na opinião pública. Mais que noticiar os periódicos produziam os acontecimentos. As atrocidades e os requintes de crueldade praticados pelos ingleses, era o que mais evendenciavam: “Eles apresavam, julgavam em seus tribunais estabelecidos no Cabo da Boa Esperança ou Serra Leoa, e distribuíam as presas entre eles, enquanto não vendiam ou queimavam”. Alguns escravos apreendidos iam para as colônias inglesas com o nome de “colonos”, ou eram lançados vivos ao mar. Para além dos insultos à bandeira portuguesa, cometiam ainda o grande atentado de quebrar os sinetes do governo e da rainha, que fechavam os ofícios remetidos aos governadores em África. Na ação dos ingleses, até mesmo a tripulação e os passageiros eram tratados com violência e crueldade. No porto Moçambique, o comandante do *Leveret*, abordou à força um navio português, ferindo e espancando todos os que estavam a bordo. Inclusive os oficiais da alfândega que estavam em serviço, foram violentamente agredidos.

Vindo do Brasil acham-lhe todos os indícios de tráfico ilícito de escravos. Taboado e viveres vindos no manifesto do carregamento a entrar com conhecimentos diversos, são indícios para os conduzirem a Serra Leoa e largarem na costa as tripulações, tendo-as feito despir para lhes tirarem algum dinheiro que em si guardassem, administrando-lhes murros e pontapés a par de palavras insultantes. Chegaram a querer deixar a gente da equipagem d’um Brigue na costa selvagem do Cabo Negro sem água, sem viveres, e expo-los ao furor do gentio anthropofago que por alli existe; e o que a livrou desta sorte foi o encontro d’um navio próximo daquelle sitio que a recebeu a seu bordo.<sup>927</sup>

Notícias como estas foram constantemente divulgadas pela generalidade da imprensa, a partir de finais de 1839 até meados de 1840. Exceto pelos periódicos cartistas, conforme reclamava *O Nacional*: nas folhas cartistas, “tal é o espírito de partido, nem palavra dizem deste novo attentado! Chegam a esquecer-se de que são portugueses! só para agradar ao astuto Governo Britannico, e quem o acreditaria?”.<sup>928</sup> O comentário do *Correio de Lisboa*, sobre o atentado cometido pelo *Colombine* em Angola, veio através do artigo transcrito do jornal inglês *Morning Chronicle*. Considerava prematuro fazer qualquer pronunciamento a este respeito,

---

<sup>927</sup> *O Nacional*, 22 de abril de 1840.

<sup>928</sup> *O Nacional*, 22 de Abril de 1840.

uma vez que as informações que dispunham eram apenas da versão portuguesa, chegada até eles pelos comentários dos jornais da capital. Havia que aguardar a participação do oficial inglês.

No entanto, o que mais chamou a atenção do correspondente do *Mornig Chronicle* em Lisboa, foi a linguagem dos jornais, movidas por fortes sentimentos de dignidade nacional ofendida. O correspondente apreciou e até achou natural esse sentimento vindo do *Diário do Governo*, mas dos outros jornais: “ou porque sejam órgãos dos traficantes de escravos, ou porque sejam anarchistas, ou miguelistas, aproveitam a ocasião para despejarem seus antigos armazéns de injurias, e as vomitam contra o governo deste paiz”.<sup>929</sup>

Depreende-se, que ao colocar no centro do debate a *dignidade e honra nacional*, a imprensa portuguesa tentou esquivar-se da discussão verdadeiramente abolicionista, sufocando-a com manifestações de nacionalismo, patriotismo e defesa dos princípios de liberdade nacional, expressões máximas do ideário romântico. Qualquer manifestação pró-abolição do tráfico de escravos, era logo abafada e identificada como conivente aos interesses ingleses, portanto eram considerados anti-nacionalistas e anti-patriotas. Não eram considerados “portugueses”. Essas acusações levaram *O Periódico dos Pobres* a reagir com revolta e indignação:

São tantos os gritos de dignidade nacional que anda a gente atolada. Também nós somos Portuguezes, posto que não dos cavalleiros nem dos empregados, apesar de termos feito por a Liberdade mais sacrificios do que muitos que o são; também nos palpita o coração por a dignidade da nossa pátria. É por isso que perguntamos, será da dignidade nacional que o Ministério seja instrumento dos clubs? [...] Será da dignidade nacional que o Ministério considere só como Portuguezes os membros dos clubs, os protegidos por estes, e, quanto muito, os que lhes não são antipathicos? Será só esta gente que tem talentos e virtudes?<sup>930</sup>

### 1.7.2. Todo Portugal e toda imprensa unidos

O procedimento do governo inglês foi unanimemente reputado piratice e inaudito “por todos os partidos e por todas as crenças que se divide a nação portuguesa”, afirma *O Nacional* em resposta a uma carta ao *Detector*.<sup>931</sup> Isto equivale dizer que, o problema gerado em torno da

---

<sup>929</sup> Copiado do *Mornig Chronicle* pelo *Correio de Lisboa*, 9 de Janeiro de 1840.

<sup>930</sup> *O Periódico dos Pobres*, 3 de setembro de 1839.

<sup>931</sup> Copiado do *Nacional* pelo *O Ecco*, 29 de novembro de 1839.

questão do tráfico da escravidão, terminou por se conformar num elemento de unificação supra partidária na imprensa política, devido a dimensão estritamente nacionalista. Nesta demanda em torno do tráfico da escravidão toda a nação portuguesa se entendeu, e reuniu num só voto, porque havia se tornado uma “*questão nacional*”.<sup>932</sup> Ou seja, a questão do *bill* Palmerston reuniu em um só grupo a nação inteira, e a imprensa Realista unindo a sua voz à dos patriotas demonstrou que a nacionalidade não é um nome vão para o partido cujos interesses advoga.<sup>933</sup>

Entretanto as denúncias sobre o envolvimento de portugueses no “odioso comércio” inundavam cada vez mais o ministério dos Negócios Estrangeiros. A austeridade britânica colocava em risco a soberania de Portugal e o desacreditava perante a Europa. A opinião pública europeia considerava-o nocivo à civilização, por consentir em suas possessões o tráfico da escravidão. Esse forte abalo na honra nacional, fez com que o país mesmo enfraquecido, tornasse forte contra as acusações. Para defender a nação ultrajada, todos os portugueses se levantaram como “um só homem”:

[...] homem gigante vestido de ferro, para esconjurar tão negra infâmia; logo o antigo espírito da Nação Portuguesa deu sinais de vida, e o corpo mirrado do velho Portugal se ergue d’entre as suas ruínas, e a face da Europa, que o desconhece! [...] Em roda deste meio cadáver apparecerão homens de sangue, cantando hymnos de morte, mas abafados pelos gritos de hum povo inteiro, que a porfia jurava desforçar-se do ultraje inaudito, que o governo inglez commetteu, e que julgou poder commetter hoje impunemente! – Os que cantavão hymnos de morte e sepultura da sua pátria erão os órgãos da imprensa cartista, e o povo inteiro que os fazia emmudecer erão todos os Portuguezes, naquella hora de razão, e de experiência, todos irmãos e amigos como são e terá sido sempre, nesta contenda com a Inglaterra, os Realistas e Setembristas!<sup>934</sup>

À imprensa setembrista, juntaram-se até mesmo as vozes dissonantes, como *O Director*, periódico cartista, e *O Democrata*, órgão da extrema-direita popular. Este, grande crítico do setembrismo, estava unido e disposto a “sustentar o Carácter e Independência Nacional a todo o custo”.<sup>935</sup> Inclui-se ainda *O Ecco*, periódico absolutista, argumentando que “qualquer que seja a forma de governo de Portugal sempre soarão desagradavelmente em ouvidos dos *Portuguezes* expressões que offendão o pondor nacional”. Conclui: a nação não pode ser “culpada pelo governo ter seguido uma política errada, que resultou nessa desinteligência”.<sup>936</sup> Até mesmo *O*

---

<sup>932</sup> *O Ecco*, 4 de outubro de 1839.

<sup>933</sup> *O Athleta*, 12 de outubro de 1839.

<sup>934</sup> Copiado de *O Ecco*, pelo *O Athleta*, 12 de outubro de 1839.

<sup>935</sup> *O Democrata*, 3 de outubro de 1839.

<sup>936</sup> *O Ecco*, 29 de novembro de 1839.

*Periódico dos Pobres no Porto*, cartista publicado no Porto, convoca todos à união: “unamo-nos todos contra os ingleses é o Santo do dia, mas eu não sei se este Santo está na folhinha da gente de juízo.”<sup>937</sup> Em outro artigo, três dias depois, chega a admitir que os benefícios recebidos dos ingleses, não lhes davam o “direito para nos insultar, nem para que lhes sacrifiquemos os nossos interesses”.<sup>938</sup> Enfim de todos os jornais políticos, publicados em Portugal, só *O Correio* ainda seguia as partes do governo inglês. Sobre isso escreveu *O Ecco*:

*O Athleta*, *A Vedeta da Liberdade*, o *Paquete do Ultramar*, *Procurador dos Povos*, *Democrata*, o *Tempo*, enquanto durou, o *Franco-Portuguais*, *Jornal escripto em Francez*, o *Ecco*, *Santelmo* – *O Nacional* e o próprio *Director* são concordes em repelir vigorosamente as violências e as usurpações desse Governo só insolente e orgulhoso com as nações pequenas deslembado de que quando um povo se acha unido em defender a sua independência é impossível sujeitá-lo.<sup>939</sup>

*O Ecco*, considerou essa imensa “moralidade política” e este “combate heróico e sublime”, como um fato histórico para Portugal. Pouco ou nenhum evento tem havido desde a seis anos, que pudesse derivar-se uma lição tão importante. Para *A Vedeta da Liberdade* apesar de seus redactores setembristas e absolutistas serem discordes na política, tinham o mesmo sentimento de respeito pela nação:

[...] no que porém não podemos deixar de prestar nosso débil apoio, e hir pelo caminho de quasi todos os jornaes é na questão do bill Palmerstom, que nos quer legislar, como se fossemos colonos seus, e por isso temos em artigos nossos, e outros, que havemos extrahido de alguns contemporâneos, stygmatisado a injustiça com que tracta a Inglaterra, cuja aliança se tornou em oppressão. Temos copiado sobre este objecto alguns artigos do Ecco, jornal miguelista, sem que disso nos peje, porque seus redactores, ainda que discordes de nossos principios políticos, sentiram a este respeito a injuria nacional, o que deveria acontecer a todos os Portuguezes, e effectivamente assim acontece, á excepção de meia dusia, que se tem vendido ao ouro estrangeiro. Já alguém chamou isto de alliança de setembristas com miguelistas, mas o fim que levão em vista é tão evidente, que nem caso faremos de tão mesquinha arguição.<sup>940</sup>

De fato a união da imprensa Realista com a Setembrista para repelir o *bill* do governo inglês que atentava contra a *independência*, a *honra* e a *dignidade* da nação portuguesa, demonstra o interesse da opinião pública sobre tal evento.

---

<sup>937</sup> *Periódico dos Pobres no Porto*, 31 de agosto de 1839.

<sup>938</sup> *Periódico dos Pobres no Porto*, 3 de setembro de 1839.

<sup>939</sup> *O Ecco*, 29 de outubro de 1839.

<sup>940</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 6 de novembro de 1839.

### 1.8. O *bill* e a reação dos parlamentares portugueses

A Rainha D. Maria II, no seu discurso do trono, por ocasião da abertura da Sessão das Cortes Ordinárias do dia 2 de janeiro de 1840, lamentou não poder anunciar, como muito se desejava, a conclusão do tratado com a Grã-Bretanha, para a repressão do “bárbaro tráfico de escravos”. Em seguida, manifestou o protesto do governo português contra o *bill* e o comportamento hostil do oficial da Marinha britânica, para com as embarcações portuguesas no mar de Angola. Sobre o qual, informou à Corte que havia exigido da Sua Magestade Britânica a devida reparação. Por fim, manifestou o seu interesse, de que as dificuldades que estavam retardando a conclusão do tratado, fossem logo resolvidas, de modo satisfatório para as duas coroas e mantidos os interesses de “*dignidade nacional*”.

Todavia, desde a sessão do dia 13 de fevereiro de 1839, em que os deputados votaram a favor da plena abolição do tráfico, ocorreram significativas mudanças políticas em Portugal. Sá da Bandeira havia deixado o governo e seu lugar foi ocupado por Ribeiro de Sabrosa, no dia 18 de Abril de 1839. Como vimos, sobre a questão da abolição do tráfico, Sabrosa manteve a mesma política de Sá da Bandeira, na negociação com a Inglaterra. Resistiu e protestou o quanto pode, à “atroz medida”, para não assinar o tratado, alegando que não podia seguir outra política, além da que adotou. Pois só haviam outras duas: uma era da humilhação, que prostaría a independência e dignidade nacional aos pés da Inglaterra. A outra, era o frontal e completo rompimento, que exporia o país às terríveis consequências de uma guerra. Diante da situação “tormentosa”, imputou o governo inglês, como sendo o único culpado pelo mau resultado das negociações, devido as suas “insólitas” e “extraordinárias” exigências.

Por não concluir o tratado com a Grã-Bretanha e em meio a grande efervescência nacional, provocada pelos atentados à bandeira portuguesa, pelo *bill* de Palmerston, pelas manifestações de guerra, e descontentamento quanto a política interna, o governo setembrista encontrava-se seriamente ameaçado e Sabrosa foi demitido. O general setembrista José Lúcio Travassos Valdez, o 1º conde de Bonfim foi encarregado pela Rainha, de organizar um novo ministério mais apaziguador, composto maioritariamente por cartistas. Em 26 de novembro do mesmo ano, tomou posse Rodrigo da Fonseca Magalhães, como Ministro do Reino, Vila Real, como Ministro dos Negócios Estrangeiros e António Bernardo da Costa Cabral, Ministro da Justiça e Negócios Eclesiásticos. Foi numa conjuntura conturbada, cheia de contestações, exaltações nacionalistas e dúvidas devido a reviravolta política, que o novo ministério assumiu as

negociações com a Inglaterra. Descartando a possibilidade de guerra, a política relativa à questão do tráfico de escravos do novo governo, consistia em firmar o tratado com a Inglaterra o quanto antes, para sair “ardilosamente” das circunstâncias em que se encontravam.<sup>941</sup>

Senadores e deputados consideravam o *bill* e a extinção do tráfico da escravatua, temas “melindrosos”. Portanto deveriam ser tratados com a maior “cautela”.<sup>942</sup> Na Câmara dos Deputados, os setembristas que passaram a ser minoria, temerosos da conclusão rápida do tratado, que iria suprimir definitivamente o tráfico, procuraram de todas as maneiras prolongar os debates, com a clara intenção de retardar o andamento do acordo. Sendo minoria, foram buscar o apoio da imprensa setembrista (que continuava a ser maioria nas ruas), com objetivo de sensibilizar e chamar a atenção da opinião pública nacional e internacional, para as injúrias praticadas contra Portugal, pelo governo inglês. Insistiram sobrejamente, que a resolução do tratado deveria passar pela Câmara, colocando na dependência do acordo diplomático, a independência da nação, a segurança das colônias africanas e o interesse comercial. Acrescentando ainda, que a administração atual não iria assinar tratado algum, sem antes receber a “satisfação” pelos insultos e pelo *bill* de Palmerston.

Por se tratar de uma “questão eminentemente nacional”, todos os deputados queriam expor seus pontos de vista e justificar seus votos. Como afirmou José Maria Grande, era preciso que a nação inteira e os seus Constituintes soubessem como opinaram “nesta questão verdadeiramente nacional”. Inclusive a maioria cartista, sempre acusada de anti-nacionalista e anti-patriota, não quis ficar atrás, como demonstrou Seabra: a maioria queria “que desaparecessem todas as considerações de individualismo e todas as ideias de parcialidade e que não aparecesse senão a magestade do sentimento nacional em toda a sua pureza”. Apesar de sentir o peso da responsabilidade e acreditar que em “política é necessário ter sangue frio”, a maioria não queria “ceder nem uma linha do seu sentimento de nacionalidade”. Era necessário que se soubessem: “que em nossos corações, não existe senão um sentimento que é manter a todo custo a liberdade e independência da nacional (*apoiado, apoiado*)”<sup>943</sup>

Além dos problemas levantados e discutidos na *resposta ao discurso do trono*, iniciado no passado ano de 1839, a minoria propôs a discussão de dois aditamentos. Um para colocar em julgamento, as causas que retardaram ou impediram conclusão do tratado para a abolição

---

<sup>941</sup> DCD. 15 de fevereiro de 1840, p. 167.

<sup>942</sup> *Diário do Governo*, 11 de fevereiro de 1839.

<sup>943</sup> DCD. Sessão de 10 de fevereiro de 1840, p. 124.



do tráfico. Ou seja, apontar quem eram os verdadeiros culpados pela não conclusão do tratado, em função das críticas do governo inglês e dos deputados cartistas, sobre a falta de vontade abolicionista dos setembristas. Outro, para discutir a espontaneidade do Decreto de Sá da Bandeira, no sentido de provar que a iniciativa própria do governo português, eram provas irrefutáveis do desejo de acabar com o tráfico.<sup>944</sup> Para melhor avaliar a política de cada governo e concluir quem era o culpado, revisaram detalhadamente todo o histórico dos tratados e das notas diplomáticas. Acreditavam que era preciso examinar o passado, para saber porque motivo o tratado não foi concluído. No sentido de defender Portugal e apontar o verdadeiro culpado, a minoria tentou de várias maneiras demonstrar que os fundamentos invocados para a admissão do bill eram falsos e infundados, uma alta violação, um atentado ao direito das gentes, que as exigências do gabinete inglês eram “insólitas” e obstavam a conclusão do tratado. Afirmaram que “se alguém era culpado pela omissão, esse alguém era o gabinete inglês e não o português”.

Esta questão, chegou a ficar esgotada e repetitiva, não restando mais nada a acrescentar. Depois de oito dias discutindo o mesmo tema, Seabra, na sessão do dia 18 de fevereiro, afirmou já ter dito tudo que se tinha que dizer, para desagrar a honra nacional. Confessou estar “sumariamente cansado dessa discussão” e “com grande repugnância entrará nela” novamente. A Câmara precisava decidir sobre esta matéria, pois ela já estava suficientemente discutida, conclui.<sup>945</sup> Leonel Tavares no entanto, alegava que havia necessidade do debate ser longo “para se conhecerem bem os sentimentos da Câmara e do governo”.<sup>946</sup> Na sessão do dia 22 de fevereiro, Alberto Carlos ainda insistia no tema, justificando que apesar de dizerem que “tudo é respirar e repetir”, a “matéria ainda labora em grande confusão”. Devido a diversidade entre os dois lados da Câmara, era necessário mais debates “para o esclarecimento da nação e da Europa”, para se fazer justiça na hora da decisão.<sup>947</sup> De acordo com os cometários do *Correio de Lisboa*, estavam discutindo cansativamente o que estava “dito por mil modos”.<sup>948</sup> Ao referir sobre os discursos na Câmara, o *Periódico dos Pobres no Porto*, concluiu que “em fim repetiu tudo o que a gente está farta de saber”.<sup>949</sup>

A minoria (setembristas), propunha discussões e debates em torno que questões que a maioria (cartistas), não via necessidade, para não embaraçar o seguimento das negociações. A

---

<sup>944</sup> DCD. Sessão de 11 de fevereiro de 1840, p. 131

<sup>945</sup> DCD. Sessão de 18 de fevereiro de 1840, p. 204.

<sup>946</sup> DCD. Sessão de 19 de fevereiro de 1840, p. 238.

<sup>947</sup> DCD. Sessão de 22 de fevereiro de 1840, p. 270.

<sup>948</sup> *O Correio de Lisboa*, 15 de fevereiro de 1840.

<sup>949</sup> *O Periódico dos Pobres no Porto*, 21 de fevereiro de 1840.

minoria insistentemente desejava que toda a Câmara, reconhecesse o bill como atentado à independência e do direito da nação. O Ministro dos Negócios Estrangeiros, foi questionado e chamado a dar explicações a cada ponto debatido, chegando mesmo a irritar-se com a situação: “eu já expliquei como entendia os tratados, nós não estamos em sabatina a todo o momento, para argumentar cada uma das palavras: portanto eu já dei explicação”.<sup>950</sup> Na opinião de Alberto Carlos, a sabatina e explicação, eram necessárias para se conhecer os direitos de Portugal. Para que a nova administração pudesse negociar com segurança e decoro. Por outro lado, colocava em dúvida a capacidade do Ministro, em concluir as negociações com a dignidade que era devida à nação, porque sobre os pontos mais “controvertidos e melindrosos” da negociação, ou se “declara duvidoso! Ou não apresenta juízo seguro! Ou está em erro do nosso direito; ou se mostra propenso a anuir a algumas exigências”, que as administrações anteriores haviam resistido com firmeza e dignidade.<sup>951</sup> Considerava que o governo britânico, tinha aversão aos homens da Revolução de Setembro, que atreveram resistir às suas exigências, por isso não quis contratar com eles de modo razoável.

Alberto Carlos afirmava ainda, que o estado atual era pior do que a guerra. Para sair dele só havia três hipóteses: “ou cedemos nós todas as exigências da Inglaterra; ou cedemos em parte, e a Inglaterra n’outra parte, ou ceder a Inglaterra de tudo que injustamente de nós exigia”.<sup>952</sup> Contudo o seu voto era para o governo português, não ceder as estipulações e condições, aprovadas e discutidas com Sá da Bandeira, que estavam para serem assinadas no dia 22 de maio de 1838. Pelo menos essas estipulações, davam algumas garantias a Portugal, contra as opressões e pretensões manifestas pelo governo inglês. Pretensões que colocavam Portugal na condição de “vassalo” da Inglaterra. Caso Portugal cedesse:

Ficarão perpetuamente algemado o nosso comércio, ficarão as auctoridades das nossas possessões, quasi à descreição dos cruzadores Inglezes; hão de repetir-se dentro dos nossos portos os insultos, que já n’elles se tem feito à nossa bandeira: ha de ir todo o producto dos presos para os Inglezes; hão de prosperar as suas colonias com os braços dos escravos forros, e as nossas definhar interiramente; em fim as possessões ultramarinas ficarão verdadeiramente governadas pelos cruzadores Inglezes!<sup>953</sup>

---

<sup>950</sup> DCD. Sessão de 22 de fevereiro de 1840, p. 274.

<sup>951</sup> *Ibid.*, p. 276.

<sup>952</sup> *Ibid.*, p. 277.

<sup>953</sup> *Ibid.*, p. 277.

Leonel Tavares por sua vez, rejeitou todos os apelos de prudência dos oradores e propôs como medida prática, o bloqueio de todo o processo de negociação com a Grã-Bretanha. Ou seja, para o deputado, a Câmara não deveria aprovar nenhum tratado para extinção do tráfico com os britânicos, existir o *bill*. Conclui afirmando; “aconteça o que acontecer, é necessário que se lave a nódoa, sem isso não podemos entrar em transacções”.<sup>954</sup> Seabra alertou que era esta insistência, de impor condições para a assinatura do tratado, que não deixava o país sair da situação em que se encontrava.<sup>955</sup>

Assim como na imprensa a questão do *bill*, foi exaustivamente debatida e discutida na Câmara dos Deputados, do dia 10 ao dia 25 de fevereiro de 1840. Só não prolongou mais, porque a rainha usando dos poderes Constitucionais e influenciada pelo Conselho de Ministros, dissolveu a Câmara dos Deputados e convocou novas eleições, para o dia 22 de março do mesmo ano.

### 1.9. Repercussão do *bill* Palmerston no Brasil

Por envolver direta ou indiretamente o Brasil, os problemas relacionados ao *bill* Palmerston e a “abolição da escravatura” tiveram grande repercussão na imprensa brasileira. *O Jornal do Comércio*<sup>956</sup> e *O Despertador*<sup>957</sup> por exemplo, acompanharam toda a negociação entre os governos britânico e português. Em vários números divulgaram notícias e as discussões nos parlamentos da Inglaterra e de Portugal, transcrevendo vários artigos sobre o tema, retirados de periódicos estrangeiros, especialmente dos jornais portugueses, *O Nacional*, *O Athleta* e *Diário do Governo*. *O Jornal do Comércio* chegou a transcrever o texto do *bill* na íntegra.<sup>958</sup> *O Despertador* (1838-1841)<sup>959</sup> dispendeu, páginas e mais páginas com transcrições dos discursos políticos, das “notas” e “extratos” dos ofícios trocados entre os governos de Portugal e da Inglaterra. Na edição de 01 de fevereiro de 1840, por acreditar que o tema era de interesse do

---

<sup>954</sup> DCD. Sessão de 19 de fevereiro de 1840. p. 223, 224.

<sup>955</sup> *Ibid.*, p. 227, 230.

<sup>956</sup> *O Jornal do Comércio*: 26 e 31 de janeiro; 16, 28, 29 e 30 de abril; 22 de maio; 29 e 30 de junho; 01 e 16 de julho de 1839.

<sup>957</sup> *O Despertador*: 05, 09, 16 e 29 de abril; 12 e 30 de julho; 27 de setembro e 7 de outubro de 1839.

<sup>958</sup> *O Jornal do Comércio*, 24 de setembro de 1839.

<sup>959</sup> *O Despertador*: 09/4, 12/07, 30/07, 08/08, 29/08, 09/09, 27/09, 07/10, 18/10 e 28/12 de 1839. 09/01, 19/01, 25/01, 29/01, 01/02, 28/02, 26/03, 15/04, 03/05 de 1840. Na edição de 4 de outubro de 1839, informou que o *bill* Palmerston havia sido objeto de “rejeição” mais vivamente debatido pelos jornalistas portugueses, que entendiam o *bill* como “um atentado contra a independência portuguesa, e uma provocação à guerra entre os dois estados”, pois o governo e a nação portuguesa não poderão consentir que uma potência estrangeira assumisse direitos sobre a marinha mercante, que só competem ao próprio governo e às sua marinha militar, conforme as leis do país.

Brasil, não só pelo grande número de portugueses que residiam no Império, mas por estar estreitamente ligado à marcha política daquele reino, “sobretudo na grande questão da abolição do tráfico, na persistência do monstruoso *bill* Palmerston, que ataca não só a independência de Portugal, mas também do Brasil,” se sentiu na obrigação de esclarecer os leitores brasileiros e defender Portugal. Num artigo, escrito sob pseudônimo “Hum Portuguez”, de maneira minuciosa procurou explicar como em diversas épocas a Inglaterra “tem abusado da maneira mais escandalosa da boa fé de Portugal”, sua mais “fiel e antiga aliada”.<sup>960</sup> No final do mesmo mês iniciou a publicação na íntegra, do opúsculo de Sá da Bandeira: “O tráfico da Escravatura e o Bill Palmerston”.<sup>961</sup>

Já o periódico semanário *O Instincto* (1839-1840), entendeu o bill como uma ofensa ao Brasil. Chegou a propor uma ação conjunta entre os dois governos para exigir reparação e indenização do governo inglês. Publicou vários artigos criticando o “vandal” e “pirata” Palmerston, por “estar á testa d’essa cruzada, continua em ludibriar o direito das gentes, zombar das Nações que ainda empregam seus navios no resgate dos pretos cativos em Africa”.<sup>962</sup> Por falta de espaço, publicou apenas alguns fragmentos do opúsculo de Sá da Bandeira.<sup>963</sup> Na Bahia, o *Correio Mercantil* (1836-1849), também dedicou grande espaço no jornal com a reprodução de vários artigos dos periódicos brasileiros *Jornal do Comércio*, *Instincto*, *Despertador* e dos portugueses *O Nacional*, *Procurador dos Povos* e *O Athleta*.<sup>964</sup>

Em Portugal, *O Nacional*, recebeu notas de vários jornais do Brasil, expressando a revolta e a indignação que esta medida havia causado na opinião pública brasileira. O teor dos artigos eram tão enérgicos e virulentos que o redator de *O Nacional*, disse não duvidar que, “em breve os Inglezes soffram grande revez do outro lado do Atlântico se persistirem no seu systema restrictivo e opposto ao Direito das Gentes”.<sup>965</sup> Este periódico também recebeu e publicou, muitas correnspondências de portugueses residentes em várias partes do Brasil, que queriam demonstrar solidariedade a Portugal. Como as autoridades portuguesas no Brasil, não fizeram nenhum manifesto público, sobre as ofensas recebidas pela Grã-Bretanha, alguns manifestaram eles próprios, através do artigo intitulado: “Ao Publico sobre a questão entre Portugal e Inglaterra acerca do tráfico da escravatura”:

---

<sup>960</sup> *O Despertador*, 01 de fevereiro de 1840.

<sup>961</sup> *O Despertador*, 31 de março e 02, 04, 06, 08, 10, 13, 18 e 19 de abril de 1840.

<sup>962</sup> *O Instincto*, 15/10 de 1839 e 06/03, 31/03, 03/04, 07/04 de 1840.

<sup>963</sup> *O Instincto*, 31 de março de 1840.

<sup>964</sup> *Correio Mercantil*, 01/03, 18/11, 27/11, 06/12, 16/12 de 1839 e 06/04, 15/04, 10/06, 29/06, 22/08 de 1840.

<sup>965</sup> *O Nacional*, 15 e 17 de fevereiro de 1840.

Distribuíram-se á dias nesta Cidade do Maranhão duas extensas notas diplomaticas de Lord Howarde de Walden, Enviado Extraordinário de sua Magestade Britannica, na Corte de Lisboa, dirigidas em 28 de Abril, e 5 de Maio de 1839 ao Governo Portuguez, sobre a decantada questão do trafico negros; e como somos Portuguezes (do que nos ufanamos) bem que distantes do solo em que nascemos, sentimos ainda assaz se amor de Pátria, para não deixarmos de guerrear pelos meios ao nosso alcance a quasi nenhuma impressão que no Publico fizesse aquella publicação. Bem advertimos, que este dever pesava antes sobre o Vice-Consul que a Nação Portuguesa aqui tem; como porem não devisamos nelle symptomas de vida, agora que em desempenho das suas funções devera combater pelo seu Paiz, cabe-nos a nós, quasi abandonados filhos do malfadado Portugal, sahir a campo em *pró* do pundonor nacional, aviltado em as ditas notas aqui publicadas...<sup>966</sup>

O problema do *bill*, também provocou indignação no Parlamento brasileiro. O deputado Carneiro Cunha, viu o *bill* com especial preocupação e entrou com requerimento pedindo que este problema fosse tratado numa sessão secreta, com a justificativa de que “embora estes negócios sejam públicos, todavia pode ser que algum haja que se não deva publicar”. Estranhou a maneira como Lord Palmerston tratou Portugal e Espanha ao afirmar que o tráfico era a escoria destas nações. Lembrou que a Inglaterra, que insultava estas nações por serem fracas, mas devia a Portugal grande parte da sua riqueza, que fora extraída das minas do Brasil por braços escravos. Lembrou ainda que a Inglaterra quando fazia o trafico também era “escoria, barbara e interesseira”. Disse não aprovar esse “trafico deshumano”, mas não podia deixar de reprovar os meios injustos e violentos que a Inglaterra pretende empregar. Entretanto o deputado tinha duas grandes preocupações: primeiro que a Inglaterra empregasse os mesmos meios violentos contra o Brasil, numa conjuntura de graves problemas internos; segundo, a Inglaterra tomando essas medidas contra o tráfico não daria tempo para o Brasil atrair colonos e encher o vazio que deixaria a falta escravos. Portanto, assim como os portugueses, procurou acusar da Inglaterra de falsa filantropia, acreditando que o verdadeiro interesse dos ingleses era afetar a agricultura brasileira. Pois vendo ela que o Brasil independente e com solo fertilissimo poderia, se o tráfico continuasse por mais alguns anos, produzir tanto açúcar e café, deitaria a perder os estabelecimentos agrícolas de suas colônias. Carneiro Cunha seguiu seu discurso criticando a “política egoista e tirânica” da Inglaterra, recordando a sua hostilidade com diversos povos. Por fim concluiu que “se os Brasileiros todos pensassem como eu penso nestes negócios, o triumpho do bill de lord Palmerston bem caro havia de custar a Inglaterra,

---

<sup>966</sup> *O Nacional*, 6 de julho de 1840.

porque eu preferia habitar os bosques e vestir algodão, do que ser mudo espectador de tanta má fé e tyrania”. Em sua opinião o Brasil deveria voltar-se para as nações americanas e instou o governo a tomar medidas precisas e enérgicas em semelhante conjuntura. “Deos queira que todas estas injustiças despertem nos corações brasileiros o sagrado fogo do verdadeiro patriotismo.”<sup>967</sup>

Já o governo brasileiro procurou manter-se neutro na contenda entre a Grã-Bretanha e Portugal e por conseguinte em relação ao *bill*. Por se tratar de uma matéria “espinhosa,” e que não deixará de o ser até a total extinção do tráfico, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros, Caetano Maria Lopes Gama, em resposta à circular enviada pelo governo português ao Império do Brasil e a outros governos, relativa às medidas adotadas pelo Parlamento Britânico no *bill* de Lord Palmerston, divulgou uma nota deplorando a controvérsia entre Portugal e a Grã-Bretanha e expressou os mais sinceros sentimentos de amizade entre o Brasil e as duas nações ligadas por “tão numerosos laços”. Manifestou seu voto pelo pronto restabelecimento da harmonia entre Portugal e a Inglaterra, numa questão em que o Brasil é particularmente interessado. Em resposta à carta do Barão Ribeira de Sabrosa, acrescentou a necessidade e conveniência de Portugal ascender às Convenções subsistentes entre Portugal e a Grã-Bretanha para a repressão do tráfico - “universalmente condenado” - e informou que a Legação Brasileira em Lisboa, estava preparada para ulteriores negociações. Entretanto, afirmou o Ministro: se a “*honra e a dignidade*” da nação brasileira aparecer, mesmo que minimamente envolvida, pugnará com energia e perseverança os direitos da Coroa Imperial.<sup>968</sup>

#### **1.10. A violação do “Direito das Gentes” e a repercussão na Europa**

De acordo com os princípios celebrados no Congresso de Viena, o uso do direito de busca e visita em tempo de paz, quando não consedido por tratado, era considerado uma infração do direito das gentes e um atentado contra a dignidade e independência das nações. Nas palavras do barão de Sabrosa, o *bill* era a mais flagrante “violação do direito das gentes e o ataque mais directo à Soberania e aos direitos imprescindíveis da Coroa de um Monarca independente”.<sup>969</sup> Sabrosa, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, dirigiu cópias do solene protesto contra a

---

<sup>967</sup> Copiado do *Jornal do Comércio*, pelo *Correio Mercantil* da Bahia, 18 de novembro de 1839, nº 247.

<sup>968</sup> Nota do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Caetano Maria Lopes Gama, expedida em 14 de maio de 1840. Publicada no *Correio Oficial*, em 16 de maio de 1840.

<sup>969</sup> *Diário do Governo*, 11 de setembro de 1839.

ofensa dos “sagrados direitos de soberania, e independência”, perpetrado por Palmerston, a todas as nações com as quais Portugal mantinha relações diplomáticas e a todos os governos da Europa. Simultaneamente solicitou a mediação da França.

A imprensa corroborou com veemência os sentimentos do governo, seguindo sempre o mesmo tom geral, de que a Inglaterra não tinha o direito de interferir nos assuntos internos de uma nação livre e soberana. Segundo *O Nacional*, “o Direito das Gentes foi calcado aos pés por um gabinete que diz liberal e ilustrado”.<sup>970</sup> Argumentos semelhantes vieram da *Vedeta da Liberdade*, “desta maneira é que se cortão as questões mais importantes do direito das gentes com o ferro do mais forte”.<sup>971</sup> “Esta pretensão do Governo Inglês é altamente atentatória da independência das Nações”, afirma *O Tempo*.<sup>972</sup> *O Ecco* via na perseguição à navegação portuguesa, a “mais escandalosa usurpação que se tem feito sobre a liberdade da navegação e sobre a independência das nações marítimas”.<sup>973</sup>

Enquanto os periódicos setembristas recomendavam aliança com a França, por considerarem o apoio dessa potência a “única tábua de salvação”,<sup>974</sup> os cartistas por sua vez, faziam questão de refrescar a memória dos portugueses contra os franceses, aquando da ocupação napoleônica de Portugal: “ainda por esta Cidade estão monumentos dos innumeros Portuguezes que se afogaram no Douro, e dos outros que morrerão defendendo a independência da sua pátria contra os Francezes.”<sup>975</sup>

Os clamores da imprensa portuguesa encontraram eco em alguns jornais da Europa. A questão portuguesa provocada pelo *bill* Palmerston, teve também repercussão na opinião pública europeia, especialmente na França e Alemanha. Pois tratava-se dos direitos dos povos, das doutrinas mais importantes de liberdade dos mares, da independência, e do poder dos estados. Os periódicos portugueses aproveitaram a oportunidade para reforçar seus argumentos, e oficiosamente expor os apoios internacionais. *A Vedeta da Liberdade* transcreveu o artigo do *Le Franco Portugais*, sobre a particular atenção da França nessa questão com a Grã-Bretanha. Para esse periódico a abolição do comércio da escravatura, era um pretexto que ocultava o rancor interesseiro da Grã-Bretanha, por ver uma nação pequena como Portugal, revoltar-se

---

<sup>970</sup> *O Nacional*, 31 de julho de 1839.

<sup>971</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 21 de setembro de 1839.

<sup>972</sup> *O Tempo*, 29 de julho de 1839.

<sup>973</sup> *O Ecco*, 01 de junho de 1840.

<sup>974</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 20 de novembro de 1839.

<sup>975</sup> *O Periódico dos Pobres no Porto*, 03 de setembro de 1839.



nobrementemente “debaixo do açoitamento do senhor e mostrar a sua independência e nacionalidade.” Acreditava que, tendo a França assinado na Quádrupla Aliança, deveria tomar o lugar de mediadora, como nas questões entre os Estados Unidos e o México.<sup>976</sup> *O Athleta*, através de um artigo extraído do *Gazeta Universal de Leipsing*, traduzido pelo *Le Franco Portugais*, informou que “o *Bill Palmerston* causou uma viva indignação em Alemanha.”<sup>977</sup> *O Nacional*, através de um artigo transcrito do periódico alemão *Boersenhalle*, extraído do *Despertador* (periódico do Rio de Janeiro), mostrou a especial atenção da Alemanha na controvérsia entre Portugal e a Grã-Bretanha, quanto a legitimidade ou ilegitimidade do *bill* de Palmerston, e dos cruzados britânicos contra a bandeira Portuguesa. Segundo o periódico alemão, “Portugal, neste conflito, sustenta tanto os direitos de todas as nações como a sua própria dignidade”. Portanto não podiam deixar de tomar partido do “estado mais fraco, na luta em que se empenhou com um gigante forte demais”:

Os mais respeitáveis homens de estado e os órgãos de imprensa de todos os países, à excepção da Inglaterra, declaram-se a favor de Portugal. O mesmo faremos sem demora, advertindo que neste importante negócio não nos despiremos da moderação que requer a dignidade dos dois países, cujas boas intenções não poremos em dúvida, não atribuindo o seu procedimento a motivos que não sejam honestos; e principiaremos pela publicação dos factos consignados nos importantes documentos que temos à vista, e que oficialmente conhecemos.<sup>978</sup>

Entretanto, oficialmente não consta que as nações com as quais Portugal mantinha relações diplomáticas, respondeu aos protestos enviados por Sabrosa. Nem sequer foi acusada alguma recepção. A Alemanha não ofereceu mediação. A França não atendeu ao pedido do governo português e se recusou a prestar qualquer tipo de apoio a Portugal, direta ou indiretamente. Ou seja, a França só poderia atender ao pedido se a Grã-Bretanha também solicitasse a mediação. Como a Grã-Bretanha recusou, seria moralmente impossível que o gabinete de Luís Felipe enunciasse alguma opinião, a favor ou contra Portugal. Entretanto na comunicação de recusa da França ao governo de Portugal, foi anexada uma cópia, da nota de recusa do ministro britânico. A recusa do governo britânico, foi concebida em termos que

---

<sup>976</sup> Segundo o *Le Franco Portugais*: “veremos se a França fica neutra nesta questão ou se oferecerá a sua mediação para estabelecer a harmonia entre o gabinete de St. James e o das Necessidades, o seu interesse commercial lhe dita imperiosamente uma officiosa intervenção, porque se Portugal ficar entregue às garras do leopardo, conservará contra o governo francez um sentimento de ódio que não deixará de dar origem a disposições hostis, e a uma prohibição de fazendas franceza. Então é que a Inglaterra dava palmas. Copiado do *Le Franco Portugais*, pela *Vedeta da Liberdade*, 30 de setembro de 1839.

<sup>977</sup> *O Athleta*, 20 de setembro de 1839.

<sup>978</sup> *O Nacional*, 25 de junho de 1840.



agravou ainda mais o insulto, que Portugal havia pedido reparação. Em consequência disso, Portugal ficou completamente isolado e abandonado nesta questão.

Segundo o *Correio de Lisboa*, a intercessão da França não passou de um “boato”, e que melhor seria não tê-lo provocado. Por outro lado, *O Correio* considerou que a escolha da França, como mediadora entre Portugal e a Inglaterra, não se daria com facilidade e sem sacrifício. Isso, devido o procedimento do governo português para com o gabinete francês, no que tocava a própria questão da escravatura: Sá da Bandeira e o Sr. Bois le Comte, trabalharam em um tratado para regular a extinção do tráfico e as negociações foram interrompidas no momento da assinatura do tratado pelo ministro português, com algum desgosto do gabinete da França.<sup>979</sup>

#### 1.10.1. Unidos ao Brasil

Percebendo falta de apoio das nações europeias, que não compartilhavam o mesmo sentimento de indignação, que tão cruelmente brindava os portugueses; e percebendo que Portugal sozinho não podia enfrentar a Inglaterra, a imprensa portuguesa sugeriu alianças com as nações da América, sobretudo com o Brasil. A dedução de *O Nacional* era bastante simples: como a animosidade contra o *bill* do lorde Palmerston feria os interesses da agricultura e navegação do Brasil, assim como prejudicava os de Portugal, porque não unir as forças e decretar guerra a Grã-Bretanha? Como o opressor era comum, apesar da interrupção das relações diplomáticas com o Brasil,<sup>980</sup> as duas nações unidas podiam fazer frente à Inglaterra. *O Nacional*, através de um artigo transcrito do *Instincto*, periódico do Rio de Janeiro, procurou demonstrar o interesse dos jornais brasileiros nessa coligação:

Não será conveniente que os Governos Brasileiro e Portuguez se coliguem, e consintam em que os armadores brasileiros empreguem corsários para indemniação dos prejuízos que lhe há de causar a barbara pirataria do Governo Inglês?! São os mares património da Inglaterra, e escravos d’ella os povos menos fortes? O Brasil tolera a sangue frio que os avaros usurpadores da Grã-Bretanha, o privem dos braços necessários para a sua cultura e existência? deixar-se-há assassinar sem soltar ao menos um grito de indignação contra tal atrocidade?!... Guerra a Grã-Bretanha!!! Tenhamos fê na justiça de nossa causa, e veremos bloquear o tyrano, o usurpador universal.<sup>981</sup>

---

<sup>979</sup> *O Correio de Lisboa*, 14 de novembro de 1839.

<sup>980</sup> As interrupções diplomáticas tiveram origem no célebre decreto Imperial sobre os vinhos, referendado pelo Ministro brasileiro Baptista de Oliveira.

<sup>981</sup> Copiado de *O Instincto*, pelo *O Nacional*, 15 de fevereiro de 1840.

O Reino de Portugal e o Império do Brasil unidos fraternalmente constituiriam, segundo *O Nacional*, a mais bela e a grandiosa de todas as alianças. Uma união por conveniência, que poderia não só estreitar as relações comerciais, como fazer frente a um inimigo comum. Assim “não temos a recear perfídia, violência ou traição – a utilidade é positiva para ambas as nações, e a identidade de interesses assegura a permanência da concórdia e da harmonia entre os dous povos”. Para o *Nacional*, “os brasileiros estendem-nos os braços fraternalmente e querem uma aliança offensiva e defensiva de ambas as nações para oppor barreiras á insolência Britannica.” Os brasileiros são simpáticos a Portugal e “seríamos ingratos se não retribuíssemos os obsequios que nos prodigalisam asseverando aos briosos habitantes de Sancta Cruz”. Como compatriotas se acham animados de igual benevolência e com felicidade reputariam “estreitar cada vez mais as relações entre os dous paizes irmãos, que usam da mesma língua, que tem os mesmos costumes, a mesma religião, e os mesmos antepassados,” e concluiu:

Unidos com o Brasil podemos muito, ficamos em estado de zombar com pleno sucesso da arrogância dos nossos inimigos do gabinete de S. James – e podemos dar um novo impulso á nossa industria augmentando as nossas exportações para um vasto continente semeado de florescente cidades onde habita um povo generoso, fiel, e cavalheiresco, muito capaz de nos ajudar, e de receber o nosso auxilio com gratidão e reconhecimento. [...] não se perca pois o ensejo de realizar a mais bella e a mais grandiosa de todas as alianças.<sup>982</sup>

Também *A Vedeta da Liberdade*, já conformada com os repetidos apresamentos e persuadida que isto era a consequência necessária do *bill* Palmerstom, via na união com o Brasil, a única possibilidade de provocar serias inquietações à Inglaterra. Para a *Vedeta*, a despeito dos “insultos à bandeira portuguesa, o Brasil era o mais afetado pela proibição por depender do tráfico. Assim como o Brasil desejava continuar com este comércio, que embora ilícito, sem o qual não podia prosperar, e como Portugal desejava o desagravo, as duas nações, “outr’ora irmãos, pode essa união causar mui serias inquietações” à Inglaterra. As embarcações de guerra, das duas nações portugueza e brasileira “cruzando nos mares de Angola, apoiando-se mutuamente, e ensinando aos inglezes a observar os tratados, e a respeitar as nações, não poderão deixar de produzir um maravilhoso effeito.”<sup>983</sup>

*O Athleta*, também apoiou a ideia. Em sua opinião, como Portugal já não podia pela sua posição resistir com a dignidade aos insultos repetidos de Inglaterra, deveria fazer-lhe todo o

---

<sup>982</sup> *O Nacional*, 17 de fevereiro de 1840.

<sup>983</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 28 de dezembro de 1839.

mal que fosse possível.<sup>984</sup> E este mal, seria o governo português “entabular” com o governo do Brasil, um tratado cujas bases fossem, a franca e livre entrada em todos os portos de Portugal aos gêneros do Brasil, e a abolição de direitos de todos os gêneros portugueses naquele Império. Sendo excetuados deste recíproco indulto os gêneros que forem levados para os respectivos países em vasos que não sejam ou portugueses ou brasileiros. Conclui: “Forão Reinos-irmãos o Brasil e Portugal, devem continuar a sê-lo. Dous irmãos sentados nos dous tronos, a mesma linhagem, idênticos costumes, e motivos de recíproco interesse nos devem ligar para sempre”.<sup>985</sup> Um tratado comercial e a união do Brasil e Portugal seriam, segundo *O Athleta*, uma útil e boa forma de vingança. Lisboa e o Porto tomariam como outrora, o entreposto dos gêneros do outro hemisfério, fazendo a “Inglaterra morder e espumar de raiva e arrependimento”. Era portanto uma excelente ocasião para fazer os brasileiros verem, que a conduta do Gabinete de S. James, lhes causava um mal maior que aos portugueses. A agricultura no Brasil, sua a única fonte de riqueza e prosperidade, e achava-se ferida mortalmente, pelo *bill* do Lord Palmerston:

Se faltarem os pretos como poderam os fazendeiros daquelle paiz colher vinte e trinta mil arrobas de café, duzentas e trezentas caixas de assucar, preparar centenas de arrobas de algodão? E isto em hum paiz onde o trabalho braçal he somente feito pelos pretos. A continuação pois da prosperidade do Brasil depende essencialmente da importação daquelles braços, a sua total suspensão importa em nada menos que o completo aniquillamento daquelle Império.<sup>986</sup>

Não obstante o fato da rainha de Portugal D. Maria II, e o imperador do Brasil, D. Pedro II, serem irmãos, a posição de neutralidade do Brasil e o corte das relações diplomáticas devido sobretudo aos problemas comerciais entre Brasil e Portugal, conforme verificado, embaraçaram qualquer acordo no sentido de uma aliança, para regular a extinção do tráfico ou para afetar a Inglaterra. Contudo, para tirar o governo português do estado de inércia e provocar alguma reação, *O Nacional* tentou demonstrar que os governos do Brasil e dos Estados Unidos da América, eram muito mais resolutos e mais patriotas que o português:

Não sabemos - estamos apenas certos de que é muito provável que o Brasil cansado de soffrer os inglezes se resolva a mostrar-lhes que é mais forte e mais resolutos do que a sua antiga metropole - que não precisa do commercio inglez, para cousa alguma, e que tem sufficiente patriotismo e

---

<sup>984</sup> *O Athleta*, 15 de Janeiro de 1840.

<sup>985</sup> *O Athleta*, 17 de dezembro de 1839.

<sup>986</sup> *O Athleta*, 15 de janeiro de 1840.

constância para acabar, as suas relações com essa potencia insolente e desleal das gentes para satisfazer os seus caprichos. [...] Enquanto Portugal dorme a somno solto, nos Estados Unidos chamão-se às armas vinte e quatro mil voluntarios para defeza da pátria no caso de se realizar a guerra. [...] Só nós outros descendentes dos Gamas, dos Castros e dos Albuquerque devemos supportar a affronta em silêncio, e apressar-nos em satisfazer tudo o que exigem os nossos algozes. Só nós devemos curvar a cabeça, e de mãos erguidas implorar mercê a esse soberbo ministério, que mais nada tem em vista do que opprimir-nos, unsultar-nos porque somos pequenos – Só nós não teremos portuguezes que prefirão morte gloriosa; à deshonra da pátria!<sup>987</sup>

Já sem expectativas de que o novo governo tomasse uma atitude contra a Grã-Bretanha, *O Nacional* acreditava que só a união das nações da Europa e da América podiam combater as “odiosas” pretensões da Grã-Bretanha, e livrar Portugal da tutela britânica, dos tratados “vergonhosos” e dos estrangeirados:

Não vem distante o momento em que a arrogância do Governo tão iníquo e desleal há de encontrar o mais exemplar e justo castigo. As nações da Europa, e da América, hã-de ligar-se para combater as pretensões odiosas de uma potencia, que não só tracta de promover os seus interesses por os meios mais repugnantes porém que ao mesmo tempo dominada pela inveja e pela cobiça, se esmera em obstar a que as outras tirem proveito dos seus recursos. Então acabará para sempre a funesta tutela da Grã-Bretanha, então ficaremos livres dos tractados vergonhosos e abjectos a que querem sujeitar-nos – então Portugal será isento de contribuição feudal que até aqui tem pago á Inglaterra que persiste em considera-nos como colomnia sua. Nesse dia desaparecerão os também os estrangeirados, e poderemos em fim respirar livres do jugo mais ferrenho que sobre nós há pesado.<sup>988</sup>

Mais adiante, *O Nacional*, esperançoso de que Portugal pudesse finalmente vingar a honra nacional, diante dos acontecimentos internacionais provocados pelo alargamento das desavenças britânica, propõe a união de todas as nações dissidentes: Nápoles, Portugal, Estados Unido, Brasil e China, contra o “jugo” da Inglaterra:

Na verdade parece que lord Palmerston e seus collegas presentem alguma catástrofe imminente pois que tratão de vexar todas as nações com as quaes pensão poder tirar partido afim de acudir com os recursos extrahidos à força desses paizes nos apuros domésticos que os flagellão. Com Nápoles, com Portugal, com os Estados Unidos, com o Brasil, e com a China estão em aberta dissidência; mas estas nações unidas e determinadas a sacudir o jugo odioso serão em nosso entender mais do que sufficientes para prostar para sempre o coloso d’Albion, que tem os pés de barro.<sup>989</sup>

---

<sup>987</sup> *O Nacional*, 7 de maio de 1840.

<sup>988</sup> *O Nacional*, 14 de abril de 1840.

<sup>989</sup> *O Nacional*, 7 de maio de 1840.

### 1.11. O ocaso do setembrismo: não resolve o problema, muda o governo

Sem apoio internacional e incapaz de resolver a situação “delicada” e “tormentosa”, como afirmava Sabrosa, o nacionalismo setembrista corria sérios riscos. Começava a perder até mesmo o apoio de alguns periódicos setembristas, como *A Vedeta da Liberdade*, para quem não restava outro remédio senão seguir de dois partidos, um, ou nomear um novo ministério que fosse mais simpático à Inglaterra e fizesse um tratado que pusesse termo a tantas inquietações por ela causadas. “É preciso, afirmou o periódico, que o governo tome uma resolução com que a nação fique desafiada”. Se o atual governo, “ou não pode ou não se atreve, então retire-se e dê lugar a outros capacitados.”<sup>990</sup> Mais radicais, os miguelistas cogitavam a necessidade de uma nova revolução, para encontrar homens ao “nível do espírito político e do interesse geral”:

Os portugueses começam a ser muito mal entendidos e muito mal governados pelo actual Governo nesta questão de honra e independencia com o Governo Inglez: é preciso um Ministério que lhe fale mais claro, com mais energia e efficacia; um Ministério firme, resolutivo, corajoso, e que não tenha medo de arriscar tudo para salvar a honra e o nome Portuguez, porque é só com esta condição que o actual Governo pode continuar a lisongear-se de ver toda a Nação reunida e prompta a apoiá-lo nesta contenda.<sup>991</sup>

Segundo o *Procurador dos Povos*, até os jornais ingleses divulgavam que o único meio de poupar Portugal a atos que o menosprezava, era nomear um outro ministério que satisfizesse as vontades do Gabinete de S. James. Não obstante, essa intenção dos ingleses, em querer interferir na política interna de Portugal para satisfazer as suas vontades, provou grande revolta em *O Athleta*:

A Inglaterra quer em Portugal hum Ministério á sua feição, que lhe offereça com os braços abertos tudo que fôr Portuguez e possa servir-lhe d'alguma cousa – querem hum Ministério Palmela, que lhes conceda quanto quizerem; mas nunca verão tal, que já entrou no catalogo dos rifões portuguezes o inglesismo dos Palmelas. Os contemporaneos, que teem feito coro com os Inglezes, não teem outro fim senão ver no poder a sua gente, embora seja o Decoro Nacional sacrificado no altar da ambição – Bem os conhecemos, e já teem a sua recompensa.<sup>992</sup>

Numa conjuntura de grande exaltação nacional e por pressão de Howard de Walden, não causou nenhuma admiraração, o barão da Ribeira de Sabrosa ter sido demitido pela Rainha. Segundo o redator de *A Lança*, Joaquim da Fonseca, o que matou o ministério de Sabrosa foi

---

<sup>990</sup> *A Vedeta da Liberdade*, 26 de novembro de 1839.

<sup>991</sup> *O Ecco*, 22 de outubro de 1839.

<sup>992</sup> *O Athleta*, 30 de agosto de 1839.

ter combatido as “pretenções da Inglaterra”, por ter ouvido a “verdadeira opinião Nacional,” e ter seguido o “brado universal de resistência e independência”, bem como ter “repelido as preposições indecorosas daquela Nação”:

O Ministério do Barão de Sabrosa morreu desta doença se não foi assassinado por outras causas [...]. O Ministério foi demittido: não direi o indecoroso modo, porque não faltou a atenção para com Sua Magestade... respeito-a muito. Este Ministério é demittido, e há razões tão ponderosas que é quasi evidente a sua demissão, e a nomeação de novo provierão de influencia estranha [...]. As minhas suapeitas de que o Ministério é Inglez.<sup>993</sup>

Na opinião dos jornais cartistas, a demissão de Sabrosa foi aconselhada, como medida necessária para evitar a perda das possessões africanas. Asserção que foi duramente criticada pelo *Nacional*: “agora é que havemos de conserva-los por largos annos! E o mais é que temos de dizer-lhes adeus sem ao menos nos indemnizar fazendo um só tiro contra os nossos mais abomináveis inimigos.”<sup>994</sup> De fato, coube ao conde de Bonfim a organização de um novo ministério de maioria cartista, portanto mais favorável à política inglesa. O conde de Vila Real, então Ministro dos Negócios Estrangeiros, encontrou pela frente a difícil empreitada de conciliar a política inglesa, com o apaziguamento dos ânimos nacionalistas, cada vez mais inflamados. Por um lado, não colocar entraves na resolução da questão do tráfico era uma necessidade urgente, para satisfazer a opinião pública de todo o mundo, que a “filosofia de toda a Europa altamente proscree”.<sup>995</sup> Por outro, a implementação de qualquer medida imediata, chocava com o clamor nacional, de não ceder às imposições do governo inglês.

Entretanto, a maioria dos jornais portugueses via com desconfiança o novo governo. Sobretudo por considerá-lo fraco de sentimentos de nacionalidade, de ter sido imposto por estrangeiros e nomeado por coação. Denunciavam constantemente, que o propósito do novo governo era organizar e fortalecer o país internamente, para depois entregá-lo à Inglaterra, enquanto o governo anterior havia cedido e resistido por patriotismo o jugo estrangeiro. Havia sem dúvida, uma grande expectativa por parte da opinião pública, sobre as atitudes do novo governo: “energia, patriotismo, e coragem recommenda os aos actuaes ministros, a Nação os espera, e ella está impaciente aguardando os seus actos”, adverte *O Paquete do Ultramar*.<sup>996</sup>

---

<sup>993</sup> *A Lança*, nº 12, 1840.

<sup>994</sup> *O Nacional*, 22 de abril de 1840.

<sup>995</sup> Discurso na Câmara dos Deputados, Sessão de 17 de fevereiro, Publicado pelo *Periódico dos Pobres no Porto*, 24 de fevereiro de 1840.

<sup>996</sup> *Paquete do Ultramar*, 19 de dezembro de 1839.

“O que fará o Sr. conde de Vila Real ministro portuguez a quem incube tomar o negócio mais a peito de hostilidades de que estamos sendo victimas?” Questiona *O Nacional*.<sup>997</sup> “Veremos como o Sr. Conde de Vila Real procede com mais este insulto a nossa bandeira,” escreveu o *Procurados dos Povos*.<sup>998</sup> “O que faz o Governo Portuguez e as cortes de 1840?” Questiona também *O Athleta*.<sup>999</sup>

No Brasil também era grande a expectativa em relação ao novo goveno de Portugal. Isso ficou bastante evidente num artigo “Comunicado” sobre “A mudança de Ministério em Portugal: administração Bonfim, o *bill* Palmerston e a imprensa de Lisboa”, publicado n’*O Despertador*, escrito sob pseudônimo “Hum Portuguez”. Nele o autor, esperava que a administração do conde de Bonfim, mesmo encarando as consequências de uma guerra entre Portugal e Inglaterra, pelas vias da negociação e da conciliação, mantivesse a mesma postura de Sá da Bandeira e de Ribeira de Sabrosa, e não sacrificasse a “independência e dignidade da coroa”. Acreditava que a “abolição do infame *bill*” era a condição necessária para a conciliação entre os dois países. Sem este suposto, Portugal não poderia considerar independente, mas sim um país sujeito à Inglaterra. Neste caso, apesar de acreditar que a Grã-Bretanha, não deixaria as coisas chegarem a este extremo, pois Portugal contaria com o o apoio de outras nações marítimas rivais da Inglaterra, mais valeria Portugal correr o risco de uma guerra e da perda de suas colônias e do seu comércio, do que deixar de existir como nação.<sup>1000</sup>

### 1.12.A imprensa setembrista e o governo cartista

Percebendo a forte influência dos ingleses na atual administração nomeada em 26 de novembro de 1839, a opinião pública exigia insistentemente que o novo governo chegasse a acordos que não afetassem a dignidade e o patriotismo, nem levasse a perda da independência nacional. Sobretudo que reconhecesse os sentimentos de nacionalidade, da administração que o precedeu. A imprensa setembrista (maioria na época), que havia apoiado o governo Sabrosa, passou a exercer forte pressão e a cobrar atitudes mais radicais do ministério cartista.

Desde dezembro de 1839, quando os cruzadores britânicos começaram a atuar contra os navios com bandeira portuguesa a sul do Equador, os anos de 1840 e 1841 foram os períodos

---

<sup>997</sup> *O Nacional*, 7 de maio de 1840.

<sup>998</sup> *Procurador dos Povos*, 9 de maio de 1840.

<sup>999</sup> *O Athleta*, 14 de junho de 1840.

<sup>1000</sup> *O Despertador*, 01 de fevereiro de 1840.

de maior pressão e agressividade britânica. Depois do atentado à bandeira portuguesa, praticado pelo *Colombine*, que apreendera e metera a pique o *Neptuno* e o *Angerona*, considerado um crime gravíssimo pela opinião pública portuguesa, renovaram-se outros ataques mais fortes e muito mais flagrantes. Segundo as afirmações do deputado Joaquim António de Magalhães, cerca de trinta embarcações portuguesas haviam sido apresadas, meditas a pique ou incendiadas indevidamente, tando nos mares da África como na costa do Brasil. Muitos destes atos foram praticados com violência e com gravíssimos prejuízos ao comércio português e opróbrio à bandeira do país.<sup>1001</sup> O deputado cobrou veementemente uma explicação do governo à nação, não só sobre os atos do *Colombine*, mas sobre todos os atos que estavam contristando o país. *O Nacional*, entretanto, viu nos constantes atentados à bandeira nacional, uma excelente ocasião para o Ministério dos Negócios Estrangeiros mostrar ao povo português o “amor que diz ter pela pátria”. Mostrar que sabe “imitar a firmeza e nacionalidade do Sr. Barão de Sabrosa.” Desafiou o atual Ministro, se “sente bater no peito coração Portuguez aproveite a circunstancia e procure ao menos tirar della o enormíssimo partido, que até o Sr. Conde de Villa Real pôde tirar, se souber e o quizer!”<sup>1002</sup>

Apesar de Vila Real mostrar-se realmente disposto às negociações com Lorde Palmerston, as exigências do governo britânico não diminuiriam, a opressão continuou, as reclamações redobram. Palmerston pressionou ainda mais Portugal, ameaçando com a ocupação de Goa e Macau, até mesmo da Ilha Madeira, invocando o cumprimento do tratado sobre a abolição do tráfico de escravos, e o pagamento de despesas com as forças militares britânicas. A sorte do atual ministério não foi mais favorável do que a do ministério Sabrosa. Palmerston não abriu mão das cláusulas do projeto, em que o tráfico ficaria equiparado ao crime de pirataria, com pena de morte e seria perpétuo o direito de visita. Negou-se a prestar qualquer satisfação ao governo português, sobre o atentado ao *Colombine*, e ainda exigiu uma resposta definitiva e sem discussão no prazo de 15 dias. Por sua vez, o ministro português aceitou algumas condições do tratado, mas recusou a sua perpetuidade e pediu a suspensão do bill, alegando serem prejudiciais ao comércio português. O governo inglês recusou obviamente, e mais uma vez as negociações não avançaram, permanecendo indefinidas.

---

<sup>1001</sup> DCD, Sessão de 2 de julho de 1840, p. 19.

<sup>1002</sup> *O Nacional*, 8 de abril de 1840.



Entretanto, com a reabertura da Câmara dos Deputados no dia 25 de maio de 1840, depois das eleições gerais de 22 de março do mesmo ano, em julho a questão do *bill*, da negociação e das reclamações da Grã-Bretanha voltaram a ser discutidas, mas sem as grandes agitações nacionalistas que encerraram as sessões de fevereiro. O deputado Leonel Tavares, um dos setembristas mais radicais, antibritânico e explicitamente contrário ao tratado com a Grã-Bretanha, não conseguiu se reeleger. Embora a situação tivesse esfriado e os parlamentares setembristas, agora minoria na Câmara, não tivessem tanta força para impor mais obstáculos e aceitassem a conclusão do tratado, continuavam a impor algumas condições: (i) insistiram em obter do novo ministério, explicações que justificassem os motivos pelos quais durante o espaço de tempo “assaz considerável” de negociações com o governo inglês, ocorreram novos insultos à bandeira nacional, causando perdas ao comércio lícito; (ii) exigiram explicações sobre o direito de indenização dos súditos portugueses de todas as perdas e prejuízos causados pelo *bill*;<sup>1003</sup> (iii) persistiram veementemente, que o tratado deveria passar pela aprovação das Cortes antes de ser ratificado; (iv) pediram ao governo que no tratado se salvasse a liberdade do comércio, especialmente do comércio costeiro, tanto na costa Oriental como na costa Ocidental da África; (v) que não sucedesse que embarcações portuguesas, apesar de não levarem senão o número de marinheiros indispensável, fossem capturadas como empregadas no tráfico de escravos, devido ao fato desses marinheiros serem negros; (vi) chamaram a atenção sobre a perpetuidade do tratado; (vii) por fim, que o governo não consentisse em que os acordos fossem além do que a França, a Suécia e outras potências do Norte, haviam consentido.<sup>1004</sup>

Numa conjuntura de limitação pela liberdade de imprensa, sendo o ano de 1840 de perseguições aos jornais e jornalistas (Tengarrinha, 1965:156), a resistência efetiva ao tratado com a Inglaterra e a contestação nacionalista, se fazia basicamente a partir dos jornais setembristas *O Nacional* e *O Athleta*. Os dois periódicos, mostraram-se indignados com a “apatia do governo”, que não dava “sinal de vida” e a indiferença que já estava tomando conta da nação.

*O Nacional* procurou chamar a atenção dos leitores, para os insultos, barbaridades e ultrages que diariamente aconteciam nos mares da África, “contra o comércio, contra a vida, e fazenda d’aquelles nossos compatriotas [...]. Se existirão portugueses, a menos que não sejam

---

<sup>1003</sup> DCD. Sessão de 3 de julho de 1840, p.75

<sup>1004</sup> DCD. Sessão de 22 de julho de 1840, p. 354

os *traidores*, que possam sofrer impassíveis, tamanhas atrocidades!”<sup>1005</sup> Na edição de 6 de julho, buscou esclarecer o público sobre a questão entre Portugal e Inglaterra, repreendendo o governo, pela “sua arrogância” e de querer “aniquilar, como tem feito, as mesquinhas relíquias do nosso commercio, que nenhuma gloria por isso lhe caberá; antes o seu detestável proceder, ficara indelével na memoria dos portuguezes enquanto um só delles existir.” *O Athleta*, assumidamente anti-britânico, ao comentar uma correspondência do Rio de Janeiro, dirigida ao redator, tentou bloquear a execução do tratado e exaltar o patriotismo nacional português, apelando para exemplo do Brasil:

[...] Fiquem desenganados os Portuguezes, que sua bandeira não pode navegar no Brasil para Africa; e haverá Governos estúpidos que façam tractados de commercio com uma nação de piratas? Tractados de reciprocidade eu lhe chamo tractados de ruína para qualquer Nação que o faça; e feliz aquella onde não piza um Inglez, e que não sabe que existe a Inglaterra, desgraçadamente Portugal que tem tantos Portuguezes inglezados, a quem eu chamo infames sem vergonha e sem patriotismo, e os ponho a par dos negros da Costa d’Africa, e estes superiores em patriotismo aos taes inglezados, que só nasceram para a vergonha da Nação, para serem servís e escravos, porque a estes nunca se faz a cara vermelha.

O Brasil não faz tractados com Nação nenhuma, o qual tem muito juízo, e mais patriotismo que os Portuguezes, e se o Brasil tivesse fábricas, por certo que não gastavam um fio de fazenda ingleza, Portugal se ainda quer ser feliz gaste a fazenda ao seu próprio paiz, e os que assim obram, olhem que são homens honrados, bons paes de familia, e bons cidadãos; e os que tão inglezados reparem que vivem a custa da Nação, petimentres, caloteiros e debochados.<sup>1006</sup>

O governo, para defender-se das críticas dos parlamentares e da imprensa setembrista, justificou que os culpados pelas ocorrências desagradáveis e pelo estado indefinido que se achava o país, era dos governos anteriores. O atual governo só podia responder, por não ter ainda empregado todos os meios para sair desse estado “lastimoso e desgraçado” que se achava o país. Acreditava que só existiam quatro recursos, que podiam empregar para resolver a situação: pecuniários, militares, federativos e diplomáticos. Todavia não podia empregar recursos pecuniários, pelo estado de desgraça que se encontrava o país; não podia nem devia empregar os recursos militares, porque era princípio do direito das gentes que o governo não deveria comprometer a sorte do país, nem sugerir-lo a uma guerra, sem primeiro esgotar todos os meios conciliatórios. Quanto aos recursos federativos também não se podia adotar, porque se a “Inglaterra, essa nossa antiga alliada, é a primeira que nos hostiliza, quem nos havia de

---

<sup>1005</sup> *O Nacional*, 12 de maio, 6 e 23 de junho e 28 de julho de 1840.

<sup>1006</sup> *O Athleta* 19 de junho de 1840.

proteger?”<sup>1007</sup> Os recursos diplomáticos eram portanto, os únicos que podia dispor. Portanto, o governo estava empregando todos os meios pela via diplomática, para resolver esta questão. Se não foi decidida com a brevidade que se faz necessária, deve-se ao procedimento de “uma nação soberba e injusta. Uma nação cuja política se decide unicamente pelo cálculo do interesse, não é fácil reduzir aos verdadeiros termos d’uma transacção”.<sup>1008</sup>

Entretanto já estava tornando público que alguma “desinteligência” entre o governo britânico e o governo português, estavam obstando a rápida conclusão do tratado. *O Nacional* respondeu às justificativas do governo, que encontraram apoio nas folhas cartistas, defendendo as administrações setembristas:

O que fizeram essas Administrações? Resistiram como lhes cumpria a assignar um tractado que authorisaria os Inglezes para nos roubar na qualidade de aliados o que agora nos tiram como piratas. As Administrações passadas eram compostas de homens que ao menos tinham pudor, que se lembram ás vezes do paiz que lhes deu o ser. Hoje temos na governança um Costa Cabral que depois de se sentar nos clubs democraticos de bonnet rouge e punhal á cinta se passou sem escrúpulo para o campo opposto trahindo os seus antigos sócios.<sup>1009</sup>

Num outro artigo sobre a “comissão dos negócios coloniais franceses”, que defendia os interesses dos colonos, tentou demonstrar que as medidas preconizadas pela Inglaterra, eram impopulares na França. Provavelmente devido às lembranças dolorosas das famílias que perderam seus parentes e fortunas no massacre aos colonos em São Domingos. Se a opinião pública francesa era fria e indiferente na questão da abolição da escravatura, era para defender a vida e fortuna contra os perigos de toda a transformação da sociedade.<sup>1010</sup> Numa tentativa mais radical, para chamar a atenção da opinião pública, *O Nacional* procurou alertar o governo e os leitores, informando sobre o mal resultado nas colônias inglesas, com o fim da escravidão. Afirmou, que o fato da Inglaterra obrigar as outras nações a libertar os escravos, para evitar a concorrência, era um remédio negativo que consistia em “arrastar os outros para o abismo”.<sup>1011</sup>

---

<sup>1007</sup> DCD. Sessão de 6 de julho de 1840. p. 57.

<sup>1008</sup> Idem.

<sup>1009</sup> *O Nacional*, 23 de junho de 1840.

<sup>1010</sup> Segundo *o Nacional*, “que pois atribuir esta obstinação, esta tenacidade daquelles homens em perseguir os coloniaes francezes em seu desejo de innovar? Porque, convem que se diga, á excepção do grupo que forma a sociedade para a abolição da escravatura, nunca questão alguma encontrou a opinião publica mais fria, e mais infifferente que esta questão de emancipação dos negros: há tantos brancos em França, que devem admirar-se que se não occupem em preferencia, da sua emancipação, dos quês nem se sonha de preferêcia, aliviar suas dores!” *O Nacional*, 15 de julho de 1840.

<sup>1011</sup> *O Nacional*, 18 de julho de 1840.

Não obstante desde o início de 1840, a imprensa começou a ser alvo de perseguições e restrições, sob a acusação de excessos e abuso de liberdade. José Estevão havia apresentado à Câmara dos Deputados, no dia 3 de fevereiro de 1840, um abaixo-assinado de alguns proprietários de tipografias, que se queixaram da arbitrariedade das autoridades, que entraram em suas oficinas, “sem condenação nem pena”, para destruir instrumentos pertencentes à imprensa.<sup>1012</sup> Mais que um incidente, este procedimento foi considerado “muito grave”, e merecedor de toda a atenção e explicação do governo, pois segundo José Estevão, apesar de todos os ministros terem recebido ofensas da imprensa, também receberam favores ou tiveram parte nos jornais. O deputado, como ele mesmo afirmava, não se levantava em favor de opinião ou de nenhuma imprensa em particular, levantava-se a favor do direito de propriedade, e em defesa do artigo constitucional que protegia tanto a imprensa do governo, como da oposição.

Contudo, a sublevação ocorrida nas ruas de Lisboa, na noite de 11 para 12 de agosto do mesmo ano, desencadeou no processo de anulação “temporária” da liberdade de imprensa. Os jornais foram acusados de incitar a população, através de inflamados artigos, em que se pediam as pastas dos Ministros e as prerrogativas da Coroa. O governo cartista, imputou a imprensa de imoral, corrompida, detestável e conspiradora. Coordenada por uma facção anárquica, inimiga da ordem pública e que procurava subverter as instituições. Portanto em nome da “tranquilidade pública”, foi votado na Câmara dos Deputados um projeto de lei, suspendendo as garantias e direitos de liberdade de imprensa em todo o Portugal, bem como a proibição da publicação de todos os periódicos por um mês, exetando os periódicos literários, o *Diário das Cortes* e o *Diário do Governo*.<sup>1013</sup> Os implicados na rebelião, seriam julgados em um Tribunal Especial, nomeado pelo governo.

A necessidade de prorrogar a lei de suspensão da liberdade de imprensa, garantida pela Constituição e protegida até então pela Lei de 1834, resultou em 19 de outubro de 1840, na Carta de Lei de Costa Cabral, Ministro da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos. A Lei de 1840, que provou violentos protestos em todo país, exigiu aos editores avultados depósitos, fianças ou hipotecas. O reconhecimento da idoneidade do editor, deveria ser submetido a pormenorizadas e complexas formalidades. Só podia fazer parte do juri, encarregado de julgar os delitos por abuso, cidadãos de certa camada social que pagassem determinada contribuição.

---

<sup>1012</sup> DCD. Sessão de 3 de fevereiro de 1840, p. 22.

<sup>1013</sup> DCD. Sessão de 12 de agosto de 1840, p. 204

Caso não atingissem o nível prescrito de contribuição, teriam de ser bacharéis, doutores ou sócios da Academia Real das Ciências de Lisboa. Também foram introduzidas medidas restritivas, que garantiam a defesa dos acusados.

Alexandre Herculano ao avaliar a suspensão da liberdade de imprensa, por ocasião da votação para a prorrogação da lei, concluiu que ela não teve realmente efeito, senão para aqueles escritores, jornais e partidos que dentro da órbita legal, combatiam os procedimentos do governo. Enquanto os que pertrubam a paz, se reproduziam debaixo de outras formas, iludindo assim a lei. “Onde está pois o proveito que tiramos d’aguilhotar a imprensa?”<sup>1014</sup> Questionou Herculano. Por mais que a lei de Costa Cabral, fosse imputada despótica e tirânica, pela opinião pública e pelos intelectuais que se rebelaram contra ela, a liberdade de imprensa só voltará a ser restabelecida em 3 de agosto de 1850, quando em Portugal se vencem duas batalhas: a abolição da “Lei das Rolhas” e a queda definitiva de Costa Cabral. Somente com a Lei de 17 de maio de 1886, é que será revogado qualquer tipo de “caução” e restrições ao jornalismo.

Entretanto, mesmo com restrições à liberdade, a chamada “contestação patriótica de oposição ao governo” por parte da imprensa setembrista, manteve-se acesa através dos jornais *O Nacional*, *O Athleta* e *A Revolução de Setembro*. Este último, periódico de responsabilidade de José Estevão, que contava com a colaboração de Almeida Garrett e do experiente jornalista António Rodrigues Sampaio,<sup>1015</sup> em breve iria se tornar o mais importante e influente órgão do Liberalismo. Prova do sucesso e da grande aceitação pela opinião pública, foram os 61 anos de edição regular (1840-1901), considerado caso único na história da imprensa portuguesa, pois a duração de vida dos jornais, era em regra geral, muito curta (Tengarrinha, 1965). *O Nacional*, entretanto, manteve o mesmo tom que vinha tendo antes das leis de repressão à liberdade de imprensa. O apresamento do navio português de nome *Saudade*, que se dirigia para as ilhas dos Açores no dia 12 de fevereiro de 1841, pelo brigue de guerra inglês *Gracian*, provocou profunda revolta em *O Nacional*. O casco e a tripulação do *Saudade*, foram conduzidos para o Cabo da Boa Esperança, onde teriam que aguardar a decisão das autoridades britânicas. Este acontecimento deplorável, não era mais do que a continuação de uma série de atos violentos e arbitrários a que se vinha entregado os cruzadores britânicos, desde que se promulgou o famoso *bill* do parlamento, afirmou *O Nacional*. Quando nos mares de Benguela se aprisionou uma

---

<sup>1014</sup> DCD. Sessão de 12 de setembro de 1840.

<sup>1015</sup> António Rodrigues Sampaio, havia lançado *A Vedeta da Liberdade* e foi responsável pelo *O Espectro*, mais importante jornal de oposição ao Cabralismo em Portugal.

embarcação do Estado que conduzia para o porto de Maçamedes um destacamento de artilharia portuguesa, “disse a folha official, e disse o governo que era indispensável exigir uma satisfação por estes enxovalho á coroa e nação Portuguesa, e que elle saberia pugnar pelo nosso decoro pela justiça que nos assitia”, lembrou *O Nacional*. Continuou:

E o que resultou de tanta bravatas, de tantas ostentações? Onde está o documento do governo exigindo satisfação pelos repetidos attentados dos cruzadores Inglezes – onde a resposta do Gabinete de S. James? Como é que lord Palmerston despresou as reclamações dos varões circumspectos e delicados, escolhidos em 26 de Novembro de 1839 para acabar com a desintelligencia entre a Grã-Bretanha e Portugal? Como é, para ser mais exactos, que os nossos governantes cumpriram as suas promessas de protestar contra os vexemens da nossa navegação se as indignidades continuam, pela carreira que vemos – se em lugar de capturar navios na costa de Africa os Inglezes passam a apoderar-se delles á sahida do Rio de Janeiro, ainda que se dirijam a portos onde não há Africanos em que traficar? Aqui tem o povo Portuguez o futuro que lhe affiança o Governo actual.<sup>1016</sup>

Contudo, a dissidência interna que dividiu o governo por não permitir um general setembrista, abriu precedentes para uma nova crise política em Portugal. A Rainha D. Maria II, depois de um longo processo de consultas, nomeou em 9 de junho de 1841 um novo gabinete ministerial, presidido por Joaquim António de Aguiar, que acumulou a pasta de Ministro do Reino. Vila Real assumiu como Ministro da Guerra e Costa Cabral manteve-se no Ministério da Justiça e dos Negócios Eclesiásticos. José Ferreira Pesana assumiu o Ministério da Marinha e Ultramar e Rodrigo da Fonseca Magalhães, o Ministério dos Negócios Estrangeiros, pasta que estava encarregado interinamente desde 23 de junho de 1840. Com a acensão do Joaquim António de Aguiar ao governo, a situação tornou-se praticamente cartista. As autoridades administrativas nomeadas durante o setembrismo, foram paulatinamente substituídas. Só faltava repor a Carta Constitucional.

Todavia, os cruzadores ingleses, não davam tréguas. Toda essa perseguição á navegação portuguesa, embora fosse com o pretexto de acabar com o trafico, foi considerado uma verdadeira pirataria e a mais escandalosa usurpação que se tinha feito sobre a liberdade da navegação e sobre a independência das nações marítimas. O caso do brique portuguez *Vénus* que vinha desse porto para o Rio de Janeiro com carga de vinho e sal, aprisionado por uma embarcação de guerra inglesa e conduzido para o Cabo da Boa Esperança, causou grande

---

<sup>1016</sup> *O Nacional*, 23 de abril de 1841.

indignação no periódico *A Revolução de Setembro*, por se tratar de um navio que mesmo sob o antigo nome de *Formosura*, só havia navegado dos Açores para o Rio de Janeiro conduzindo colonos portugueses e nunca para portos da África. Concluiu por fim, que todos os navios portugueses, venham de onde vierem são “impertinentemente visitados á entrada e sahida deste porto - o que por qualquer lado que se encare é ignóbil e aviltante para a nossa bandeira, e um signal de morte para a nossa navegação, e commercio”.<sup>1017</sup>

As violências praticadas pelos ingleses, em navios mercantes portugueses com carga lícita e até com colonos que se dirigiam para o Brasil, aumentavam de intensidade nas costas brasileiras, provocando descontentamento e indignação também no Brasil. Situação que levou o periódico brasileiro *O Despertador*, a cobrar alguma atitude do governo português, como fez questão de demonstrar *O Athleta*:

Rogamos por tanto ao snr. ministro de Portugal haja de endereçar alguma nota ao snr. ministro inglez principalmente achando-se neste porto, a bordo da presiganga ingleza, a tripulação do dito brigue violentamente detida, incommunicavel, e sem ao menos poder recorrer aos meios de defeza que em qualquer paiz de alguma civilização se não recusam aos verdadeiros criminosos. Se similhante procedimento passa sem reclamações, e sem reparação, o commercio portuguez para a America está extincto e satisfeitos estam os votos de destruição de um governo que se diz alliado do Portugal, contra esse paiz que tem se sacrificado e empobrecido. As arrogantes ameaças de Lord Palmerston estarão em breve cumpridas: o Tejo não deixará de correr para o Oceano, mas as suas aguas não conduzirão mais ao mar as quilhas que lhes ensinaram o caminho das Índias. De novo sollicitamos aos representante da Rainha Fidelíssima para que entre no exame desse facto e não deixe passar em silencio um precedente tão imperioso e tão fatal ao seu governo e á sua nação.<sup>1018</sup>

Em Londres, a imprensa e o ministério britânico não poupavam Portugal de críticas e acusações, de ser conivente com o tráfico de escravos. Segundo o governo inglês, influências estranhas levavam as administrações portuguesas desde os setembristas, a não assinar o acordo para a abolição definitiva do tráfico de escravos. Quando nas Câmaras se tratou da questão do *bill*, ficou demonstrado por “muitas maneiras” que os parlamentares portugueses, não só tinham conhecimento de que se fazia o tráfico ilegal, mas que por “interesse o protegiam.” As arguições feitas pela Inglaterra, levou Jervis d’Atouguia responder em nome de toda a Câmara, e de “todos os portugueses”, que Portugal não tinha interesse no comércio de escravos. Se fez resistência

---

<sup>1017</sup> *A Revolução de Setembro*, 10 de agosto de 1841.

<sup>1018</sup> Copiado do *Despertador* do Rio de Janeiro, pelo *Athleta*, 6 de setembro de 1841.

às exigências da Inglaterra, não era por causa da continuação do tráfico, mas por que ela insistia em condições que não estavam em nenhum dos tratados.<sup>1019</sup>

Entretanto partir de junho de 1841, todos os parlamentares já estavam convictos de que a assinatura do tratado era inevitável, não só pela obrigação que Portugal tinha de o fazer, mas para proteger o comércio de navegação. Toda a Câmara dos Deputados declarava explicitamente pronta, “para dar ao governo todo o auxílio e apoio a fim de acabar para sempre com o desumano tráfico (*apoiado*)”. Os inconvenientes obstavam a concretização do tratado para abolição definitiva do tráfico, como o risco da perda das colônias africanas e o prejuízo aos capitalistas portugueses, pareciam ter desaparecido. Chegaram mesmo a afirmar, que era a continuação do tráfico nas colônias que as colocava em risco e não mais a assinatura do tratado com a Inglaterra. Na sessão de 15 de novembro de 1841, Sá Nogueira pediu ao governo que empregasse medidas mais enérgicas, de repressão ao tráfico, para que não se perdessem vergonhosamente as possessões africanas. Conclui: “este não é um negócio de partido, é negócio nacional (*apoiado*)”.<sup>1020</sup>

### **1.13. As últimas resistências para abolir o contrabando de africanos**

Nas colônias africanas a situação de decadência, não se alterara com as mudanças políticas ocorridas na metrópole. Pelo contrário, durante o período crítico das negociações entre Portugal e Inglaterra, ficaram praticamente abandonadas e a mercê de poderosos traficantes. Os ministros cartistas ao assumirem o governo, haviam dado prioridade aos problemas da metrópole, relegando as possessões ultramarinas ao segundo plano. As Ilhas de São Tomé e Príncipe por exemplo, encontravam-se em grande estado de desorganização, sem administração nem justiça. O governador que havia sido mandado para as Ilhas foi tão mal recebido, que se viu obrigado a retornar imediatamente para Portugal. O enviado a seguir, estava doente na casa de um particular, com dois ou três empregados. Não havia Juiz de Direito, nem fiscalização na alfândega. Também Angola e Moçambique, careciam de administração de justiça. Estavam praticamente sem comunicação com a metrópole, pois uma das primeiras providências do governo, foi suprimir o correio marítimo para as possessões ultramarinas.

---

<sup>1019</sup> DCD. Sessão de 19 de junho de 1841. p. 271.

<sup>1020</sup> DCD. Sessão de 15 de novembro de 1841.p.



Portanto o tráfico ilegal continuava na maior atividade. Em meados de dezembro de 1839, no porto de Quiliame, 4 briques, tendo a bordo 800 africanos, estavam prontos para sair. Nos últimos quatro meses do mesmo ano, mais de 12.000 escravos saíram do porto Ancoradouro de Moçambique. Segundo notícias publicadas no periódico brasileiro *O Despertador*, o brique comandado por um espanhol que naufragou nas imediações de Moçambique trazia a bordo 900 escravos. Salvaram-se apenas a equipagem e 200 escravos.<sup>1021</sup>

Situações que foram duramente repreendida por Sá Nogueira na Câmara dos Deputados: “Benguela onde mais se fazia o tráfico, ainda está se fazendo e o governo em lugar de dar toda atenção a este negócio dorme, e não se incomoda senão com alguma intriga”. O ministro deveria tomar providências a este respeito, pois “sobre suas costas pesa uma grande responsabilidade de perdermos as nossas possessões ultramarinas,” afirmou o deputado. Ocorre a Câmara não era uníssona em relação à preservação das colônias africanas. Alguns deputados, até mesmo os “mais instruídos”, não queriam nem falar sobre as possessões ultramarinas, por entenderem que para Portugal elas nada dão. Portanto Sá Nogueira, mesmo sabendo que muitos deputados até se “enfadam”, quando se fala em possessões ultramarinas e que as “tractam de bagatela e mofam de se fallar nellas”, pediu ao Ministro do Ultramar que esclarecesse à Câmara, numa ocasião oportuna, os interesses que a metrópole podia tirar delas.<sup>1022</sup> Almeida Garrett, apoiou as asserções de Sá Nogueira, afirmando que o governo deveria imitar as outras nações que possuem colônias, que as fazem prosperar, “ao passo que nós temos visto senão perder as nossas.”<sup>1023</sup>

O Ministro da Marinha e Ultramar, entretanto justificou, assentindo que de fato as administrações de justiça nas colônias, ou eram faltosas ou não eram boas. Quanto ao tráfico da escravatura, embora o governo tivesse empregando todos os meios que dispunha para a supressão, admitia ser necessárias medidas legislativas a este respeito. Só não as apresentou ainda, porque medidas “urgentíssimas” haviam a tratar na metrópole. Todavia comprometia-se em apresentar, para o próximo ano, nomeadamente janeiro de 1842, algumas propostas e “pedir que ocupemo-nos delas”, pois “sem dúvida é preciso que façamos alguma coisa para o Ultramar, já que bem pouco se tem feito (*apoiado*); vendo que as Províncias Ultramarinas, bem

---

<sup>1021</sup> *O Despertador*, 05 de junho de 1840.

<sup>1022</sup> DCD. Sessão de 19 de junho de 1841.p. 269, 270.

<sup>1023</sup> *Ibid.* p. 270.

administradas podem ainda ser para nós, um manancial de riquezas (*apoiado*).” Entretanto, é “preciso tempo e madureza, nestas cousas,” concluiu o Ministro.<sup>1024</sup>

Portanto, favorecidos pela situação de poder local e corrompidos pelos grandes traficantes, os governadores continuavam coniventes e cúmplices no tráfico da escravidão, tendo em vista unicamente os ganhos pessoais. Segundo *A Revolução de Setembro*:

[...] Angola – a mais rica, mais vasta, e mais importante de todos os nossos domínios, onde o jugo do ferro do despotismo tem pesado a bastante annos, a despeito das infinitas queixas e reclamações de seus habitantes – a cuja vida, fazenda, e honra se acham á mercê de meia dúzia de aventureiros insaciáveis que se dedicam a captar as boas graças dos governadores pelos e expedientes ilícitos e indecentes para monopolizarem o commercio, e vingarem-se atrozmente daquelles que lhes fazem sombra.<sup>1025</sup>

Para o governo português, este problema com os governadores continuava extremamente difícil de resolver, pois os comandantes das Estações Navais enviados para as costas da África, com objetivo de apressarem os negreiros, eram subordinados às ordens dos governadores. Segundo as denúncias apuradas por José Estevão, apresentadas à Câmara dos Deputados, quando um governador daquelas províncias, queria fazer passar um carregamento de escravos, depois de tudo preparado, dava uma missão aos navios das Estações, e enquanto elas iam cumprir esta missão, os negreiros sabiam e conseguiam escapar dos cruzadores portugueses. Deduzindo-se assim que os cruzadores portugueses, eram enviados de propósito para dar passagem aos negreiros.<sup>1026</sup> A única alternativa imediatista do governo, para “remediar” a situação, era como sempre: retirar o governador conivente com o tráfico e substituí-lo por outro. Todavia enquanto não se promovesse uma boa administração para as possessões africanas, o governo português ia andar num círculo vicioso. José Estevão acreditava que demitir os governadores, era uma solução paliativa, pois um governador era depachado da metrópole com os melhores créditos, com a maior reputação e com a maior confiança. Um mês depois de se instalar nas possessões africanas, tornava-se conivente com o comércio da escravidão.

A medida mais eficaz de acabar com o tráfico, apresentada pelo deputado, seria dividir as Estações que iam para as costas da África, em duas partes: uma destinada para os serviços dos governadores, e outra com instruções próprias para fiscalizar os negreiros, debaixo de

---

<sup>1024</sup> DCD. Sessão de 15 de novembro de 1841, p. 183.

<sup>1025</sup> *A Revolução de Setembro*, 27 de junho de 1842

<sup>1026</sup> *Ibid.* p. 267.

ordens dos comandantes das Estações Navais. Bem como fazer nova legislação de presas, tornando maiores os lucros dos paresadores, “para lhes fazer maior apetite de aumentar a sua vigilância”<sup>1027</sup> José Estevão reconhecia que os governadores tinham a “faca e o queijo” nas mãos. Além de contrabandear, tinham à disposição a força que podia opôr. Pois, bastava dar aos navios uma ordem com outro destino, a fim de iludi-los e distraí-los, para fazer passar o contrabando. Ou seja: era preciso tirar-lhes a “faca”, pois o “queijo”, não era possível. O Conde da Taipa, por sua vez, acreditava que enquanto não se pagasse bem e oferecesse um ordenado, que convidasse gente de certa “categoria” para as possessões no Ultramar, não se poderia ter bons governadores. Concluiu que por mais que se faça, por mais que se ficalize, nada se consegue, porque é da pessoa que se depende tudo. Pois todo homem despachado para o Ultramar, que se sujeita a passar seis anos em Angola por exemplo, recebendo por este emprego somente alimentação, de fato não se podia confiar num bom governo. Se querem ter bons governadores, é necessário dar-lhes bons ordenados e levar em consideração quando retornam para a metrópole, voltam na maior parte doentes e precisam necessariamente de condições para velhice. Todavia segundo as palavras do Ministro da Marinha e Ultramar, as soluções são rápidas em palavras, mas nos atos são “dificultósísimas” é “custoso” encontrar “gente boa” para enviar para as possessões.

Entretanto tornava-se forçosamente necessário, o governo ocupar-se com maior desvelo das possessões africanas, pois soberania portuguesa em África, corria sérios riscos. Numa Convenção celebrada entre a Inglaterra, a França, a Rússia, a Áustria e a Prússia, sobre o tráfico da escravatura, realizada no dia 20 de dezembro de 1841, os respectivos governos se comprometeram em promulgar leis que qualificassem pirataria o tráfico de africanos. Nesta convenção, foi cogitada a imposição do corte das relações comerciais entre as possessões portuguesas em África com o Brasil. As pretensões britânicas, convencionadas e apoiadas entre as cinco maiores potências da época, tocavam no ponto franco de Portugal: o comércio! Alguns meses depois, o periódico *A Restauração*, procurou chamar a atenção dos leitores, para o interesse das grandes potências pela África, insinuando que o governo de Portugal deveria fazer o mesmo:

A Africa é agora América da Europa, para lá se acham voltadas todas as atenções dos europeus. A França tenta formar em Argel um grandioso império; e o conseguirá. A Inglaterra trata de

---

<sup>1027</sup> *Ibid.* p. 267-268.

combater a influencia do Pachá do Egypto, e estabelecer com as possessões da Índia meios regulares de comunicação, por intermédio daquelle estado. Portugal tem ali nas suas possessões um novo Brazil; Cabo-Verde, Angola, Benguela, Moçambique são minas inesgotáveis de riqueza, e podem absorver uma grande parte dos productos na nossa industria.<sup>1028</sup>

Estava dada a largada para a “corrida” ao continente africano, que culminaria na Conferência de Berlim (1884-1885), quando procurou estabelecer o controle formal repartindo a África entre as grandes potências. Nesta nova fase do capitalismo, que deu origem ao chamado neocolonialismo, os exércitos europeus não tiveram nenhuma dificuldade. A África não teve como resistir, não tinha homens, nem economia.

#### **1.14. A conclusão do Tratado anglo-português de 1842**

Em 27 de janeiro de 1842, com o restabelecimento da Carta Constitucional de 1826, por António Bernardo da Costa Cabral, o país enveredou para uma nova etapa política, mais conservadora, firme e autoritária. O princípio dessa administração quanto à política externa, era concluir o mais rápido possível o tratado para a repressão do tráfico com a Inglaterra. Do lado inglês, a substituição de lord Palmerston por lord Aberdeen, mais afeto à aliança com Portugal, facilitou sem dúvida as negociações. Contudo o duque de Palmela, plenipotenciário português, encarregado das negociações com a Inglaterra, continuou com a recusa da perpetuidade do tratado, preconizados pelos governos anteriores. Aberdeen concordou em abolir o *bill* de Palmerston e em fazer uma revisão no tratado, que finalmente foi assinado no dia 3 de julho de 1842. O tráfico no entanto, foi considerado um ato de pirataria, mas os cruzadores ingleses ficariam daí por diante, impedidos em atuar em águas territoriais portuguesas e os navios apreendidos, seriam julgados por uma comissão mista portuguesa e inglesa.

A assinatura do tratado não agradou a maioria dos periódicos setembristas, por considerarem-no uma fraca compensação, pelos grandes sacrificios dispendidos por Portugal, em prol da liberdade e da independência. Na opinião da *Revista Literária*, publicada no Porto, a conclusão do tratado era uma urgência, a muito protelada pela Revolução de Setembro:

Não se fazia menos urgente o final arrançamento a respeito da abolição do tráfico da escravatura, de cuja falta não poucos desares nos provieram; a não conclusão deste negócio se deve à fatal revolução de Setembro; é bem sabido que o tratado estava quasi a concluir-se naquella época; e

---

<sup>1028</sup> A *Restauração*, 25 de maio de 1842.

taes cousas se seguiram depois que as nossas relações com a Inglaterra estiveram a ponto de romper-se, e de que resultou o afrontoso *Bill* de 1839, com o qual entendemos que a Inglaterra ficou mais injuriada, que o próprio Portugal [...]. Com a conclusão deste Tratado ficou sem effeito aquella *Bill*, e já assim foi formalmente declarado.<sup>1029</sup>

Na sessão de abertura das Cortes Gerais Extraordinárias, de 10 de julho de 1842, a Rainha de Portugal pode finalmente, anunciar a assinatura e ratificação do tratado para a repressão do tráfico de escravos, com a Sua Magestade Rainha da Grã-Bretanha. Embora a ratificação do tratado não tivesse passado pela aprovação das Cortes, conforme as exigências de muitos parlamentares, de modo geral foi bem aceito. Na opinião do deputado Joaquim M. Grande, este tratado fez “honra a quem assinou”:

Era uma homenagem prestada à civilização, à filantropia e uma necessidade altamente reclamada pela política, pela conveniência e pela humanidade, era necessário fazer cessar esse escândalo que afligia a Christandade, e que desacreditava o genero humano, esse infame tráfico de carne humana. A repressão de tão criminoso commercio deve trazer grandes vantagens à prosperidade das nossas Colónias.<sup>1030</sup>

Entretanto na Câmara dos Pares, apesar de ter sido aceito, foi fortemente questionado. Nas palavras do conde de Lavradio, como o tratado ainda não havia sido apresentado, nenhum elogio ou censura se podia fazer. Como porém, a negociação já estava concluída e o tratado assinado e ratificado, só restava pedir ao duque de Palmela, explicações não só à Câmara, mas a toda a nação ofendida, sobre os termos da satisfação, que antes de assinar o tratado com o governo britânico, haveria de dar ao governo português, para a reparação do ofensivo *bill*. Lavradio também pediu informações se o tratado era perpétuo, ou se havia alguma época para a sua revisão. Esperando que não fosse perpétuo, pois péssimas seriam as consequências. Finalmente pedia explicações sobre como se achava regulado o direito de visita. Lembrando que a concessão desse direito era sempre muito arriscada, mesmo entre as nações igualmente poderosas, como reconheceu a França. Esse direito se não for bem regulado, pode ser fatal para uma nação menos poderosa, nocivo à independência e aniquilador do comércio português. Todavia antes de ouvir as explicações, Lavradio declarou, que embora reconhecesse que o governo não tinha autoridade para publicar o tratado, sem aprovação das Cortes, o aprovava.

---

<sup>1029</sup> *Revista Literária*, nº 1, 1842.

<sup>1030</sup> DCD, Sessão de 16 de agosto de 1842, p. 132

Aprovava também a doutrina do Decreto de 25 de julho,<sup>1031</sup> e ainda proporia penas mais severas para todos aqueles que se empregassem no “desumano e infamíssimo” tráfico de escravos. Desejava que os traficantes fossem declarados “infames”, privados dos direitos políticos e civis, e finalmente fossem tratados como os judeus tratavam os leprosos. Isto é: “affastados das povoações, incommunicáveis e concendendo-se-lhes apenas alimento necessário para conservarem a sua deshonrada vida”.<sup>1032</sup>

Palmela, ao justificar a assinatura do tratado, renovou e repetiu algumas das explicações que havia feito, em suas intervenções na Câmara dos Senadores, nos dias 14 e 16 de julho de 1840, na problemática do *bill* de Palmerston. Sobre a satisfação às ofensas do governo inglês, em primeiro lugar, atribuiu até certo ponto, a culpa aos governantes portugueses, pelos insultos e ofensas recebidos. Sem querer justificar o governo inglês e sem querer agredir qualquer das administrações anteriores, acreditava que eles poderiam ter evitado todos estes inconvenientes. Como já havia dito, Sá da Bandeira deixou agravar o conflito com o governo britânico, ao sustentar a necessidade de certas alterações nos artigos do tratado, umas com razão e outras talvez sem razão nenhuma. Todavia quando se promulgou o *bill*, o governo fez o que devia fazer naquela ocasião. Não tinha senão a alternativa de uma guerra declarada, ou de protestar sem recorrer às hostilidades. Ribeira de Sabrosa, fez bem em não declarar guerra, mas errara em pedir a mediação de um governo também poderoso e também aliado, signatário do Tratado da Quadrupla Aliança. A França recusou qualquer tipo de ajuda e a consequência disso, foi o completo isolamento de Portugal. Não restando outro recurso a não ser protestar sempre que houvesse novas capturas de navios, “afim de mostrar ao menos que nós não submettíamos tacitamente à violação da nossa independência”. Esta foi a conduta que seguiram todos os ministros do país: “renovando-se assim sucessivamente, as injurias e os protestos, sem haver desforra nem meio de resistir”. Passada a oportunidade de se declarar guerra, por ocasião do *bill*, o único modo de sair da situação humilhante, era assinar o tratado “que pusesse fim a uma desordem tão lamentável”. Todavia a concedência de dar uma satisfação pública a Portugal, antes da conclusão do tratado, “vai uma distância muito grande” e se “insistissemos em a exigir, o resultado infalível, seria uma prolongação indefinitiva do mesmo estado de cousas”.<sup>1033</sup> Entretanto na opinião de Palmela, duas situações podiam ser consideradas uma espécie de

---

<sup>1031</sup> O Decreto de 25 de Julho de 1842, é exatamente igual ao Decreto de 10 de dezembro de 1836, tanto na formula, como na substância, quanto às penas. O que contém de novo é a declaração de pirataria.

<sup>1032</sup> *Diário da Câmara*, 5 de agosto de 1842.

<sup>1033</sup> *Ibd.*, p. 118-119.

satisfação, dada pelo governo britânico. Na primeira, o tratado que foi proposto é quase idêntico, aos que o governo britânico assinou com algumas das grandes potências. Na segunda, é que se obteve no ato da assinatura do tratado, uma declaração oficial e por escrito, do ministro britânico, a promessa de que o tratado depois de ratificado, logo cessaria o efeito do ato do Parlamento, contra a bandeira portuguesa.

Sobre a questão da perpetuidade do tratado, Palmela concordou com o conde de Lavradio, de que ele não deveria ser perpétuo, mas o tratado que a Grã-Bretanha tem concluído com as principais nações da Europa, incluindo a França, são todos perpétuos. Na negociação com a Rússia por exemplo, suscitou-se esta questão. O governo russo, fez as maiores diligências, para que o governo inglês desistisse da cláusula da perpetuidade, mas ele não abriu mão. Depois deste exemplo, era muito difícil para Portugal, “lisongear-se” de “ser mais feliz” nesta pretensão. Só restava não assinar, deixando as coisas como estavam. Isto é: “os nossos navios expostos a serem apreçados e julgados pelos tribunais ingleses, o commercio licito das nossas Colonias, privado de protecção e o nosso Governo reduzido a repetir continuamente queixas e protestos inúteis!” Entretanto, para garantir e proteger o comércio de navegação lícito nos portos africanos, foi inserido ao tratado, um artigo adicional, no qual se declara prevenir o tráfico da escravidão, sem contudo prejudicar a navegação mercantil das duas nações. Neste artigo, a partes contratantes, concordam em que,

se para o futuro parecer necessário que a qualquer d’Ellas adoptar novas medidas ou alterar algum dos Requerimentos executivos para conseguir o dito beneficio fim, ou para obviar alguma imprevista inconveniência à sobredita navegação, ou commercio licito [...] as ditas Altas Partes Contrantes Se compromettem a consultar entre si.<sup>1034</sup>

A este respeito, Palmela afirma ter conseguido tudo que lhe foi possível, só não foi mais longe, para não correr o risco de romper com as negociações. Ou seja: o tratado podia ser perpétuo, mas o artigo adicional dava uma abertura para realizar alterações, caso alguma cláusula do tratado viesse a ser lesiva, para o comércio ou navegação. Se fosse necessário fazer algum acréscimo ou emenda ao mesmo tratado, os dois governos comprometiam a consultar-se mutuamente. Embora o artigo não fosse tão explícito e positivo como desejava, nenhuma outra potência havia conseguido inserir nos seus tratados, uma reserva semelhante, explicou Palmela.

---

<sup>1034</sup> *Ibd.*, p. 120.

Quanto ao direito de visita, ficou determinado e limitado, com todas as mesmas precauções estabelecidas entre as outras potências marítimas. Lembrando que as embarcações que navegam nos mares da África, não só já estavam sendo visitadas, mas detidas e condenadas à revelia, enquanto “de agora em diante”, é de se esperar que não haja estes inconvenientes e abusos, visto as restrições e precauções estabelecidas no tratado. Concluiu que direito de visita, era absolutamete indispensável para repressão ao tráfico, pois com os altos lucros que produz, haverá sempre especuladores e aventureiros.<sup>1035</sup> Na questão do tráfico ser considerado pirataria, o desejo dos ingleses, era “uniformar o Direito Público” a respeito do tráfico de escravos, em todos os países, com os quais tinham tratados. Uma espécie de direito internacional ou lei internacional. Esta pretensão segundo Palmela, encontrou muita oposição e recusa por parte do visconde de Sá da Bandeira, quando era Ministro dos Negócios Estrangeiros, “não se sabe bem porque”, e concorreu bastante para entorpecer a negociação do tratado com o governo inglês. Naquela época Sá, recusou-se a anuir neste ponto, à proposição do governo britânico, “mas prometeu (a sua promessa acha-se condignada em duas notas officiaes dirigidas a lord Howard), que Portugal faria a declaração pedida, logo que as principaes Potências Marítimas, fizessem pela sua parte, igual declaração”. Esta condição, hoje se acha verificada, pelos tratados concluídos entre a Grã-Bretanha e a Rússia, a Austria, a Prússia e a França. Portanto só cumprimos a promessa, concluiu Palmela. Todavia a declaração feita no tratado tem força de lei. Como o crime de pirataria, segundo a legislação portuguesa, importa pena última, e como não se queria aplicar esta pena aos réus condenados por causa do tráfico de escravos, determinou-se por um Decreto, que aos sobreditos réus, continuariam a ser aplicadas as leis vigentes em Portugal. De modo que se alterou pelo tratado, somente da denominação do crime, mas não o castigo. Segundo a Carta Constitucional, o estabelecimento dessa lei, não carecia a aprovação prévia do Corpo Legislativo. Além do mais, se assim fosse, haveria o grave inconveniente em demorar a ratificação do tratado, por esse motivo.<sup>1036</sup>

Os argumentos de Palmela, levaram Sá da Bandeira a pedir explicações sobre as afirmações, de que a culpa pela não conclusão do tratado para escravatura, era das administrações anteriores. Nas palavras de Sá da Bandeira, o duque sabia perfeitamente, pois esta questão foi muito discutida nas Câmaras, dos fundamentos que demonstraram, que a não conclusão do tratado, não era culpa do seu governo. Não pretendia entretanto, renovar questões

---

<sup>1035</sup> *Ibd.*, p. 121.

<sup>1036</sup> *Ibds.*, p. 124.



“desgradáveis”, agora que estava estabelecida a “concordia depois das desavêncas”, pois as negociações já estavam concluídas, se o quisesse fazer, “poderia fallar por muito tempo”.

Todavia Sá da Bandeira oportunamente, reafirmou aquilo vinha sempre dizendo: o tratado para a perseguição do tráfico de escravos, podia fazer diminuí-lo, mas não acabar com ele. Fiel a sua linha de pensamento, insistiu que a única forma de acabar com o tráfico, era abolir a escravidão nos países que a praticavam. Pois motivados pelos lucros, “enquanto houver mercado em que se comprem escravos, haverá quem os vá buscar à África para os vender”.<sup>1037</sup> Os números confirmavam isso: das colônias, tanto da África Ocidental como Oriental, saíram 40.000 negros, só no passado ano de 1841. Tudo isso, apesar do governo português enviar para lá navios de guerra, e dos oficiais cumprirem o seu dever. O fato é que navios continuam a transportar negros, enquanto os ingleses fazem presa, os navios portugueses que não os transportam.

Pela experiência que adquirira nesta questão e por ter aprendido com seus próprios erros, Sá da Bandeira aconselhou o governo a tomar três medidas efetivas e pragmáticas, para combater o tráfico. (i) a primeira, seria realizar um tratado para a repressão do tráfico da escravatura com o Brasil e com a Espanha. Pois os navios das Antilhas e do Brasil, são os que fazem este tráfico nas colônias portuguesas em África. Além do mais, os negreiros espanhóis e brasileiros que são julgados e condenados, dirigem-se a Lisboa, para exigir proteção e indenização. (ii) A segunda, era ter especial atenção à legislação existente. Admitiu que o Decreto de 10 de dezembro de 1836, que ele próprio elaborou, foi só um ensaio. Deveriam tirar às autoridades do Ultramar toda a ingerência nos processos do tráfico e trazê-los para a Relação. (iii) A terceira, e a mais importante na sua opinião, consistiria em tirar a autoridade que os governadores têm sobre as Estações Navais, porque é preciso que os oficiais da marinha sejam independentes deles. Sobre esta questão em particular, Sá admitiu ter culpa, mas segundo suas justificativas, foi por ignorância e falta de experiência. Quando mandou pôr as Estações Navais, sob as ordens dos governadores, viu depois que havia cometido um erro. Ou seja, o seu maior erro foi delegar a responsabilidade de fazer valer o decreto aos governadores. Por isso, pedia a todos os Ministros, para que fizessem o contrário. Porque enquanto esta condição não mudar, “as nossas colônias nunca haverão de ser outra coisa, senão mercados de escravos.” Alertou ainda o governo, de que em Inglaterra existia uma sociedade chamada de *anti-escravidão*, da

---

<sup>1037</sup> *Ibid.*, p. 122.

qual são membros os homens mais influentes da Grã-Bretanha, sem distinção de partido político, e dela é presidente o Príncipe Alberto. Esta sociedade exerce grande influência sobre o governo na questão do tráfico. Portanto se este, continuar nas colônias africanas, não será de admirar que o governo britânico seja levado a permitir, que ali se empregue os meios mais violentos para acabar com o tráfico.<sup>1038</sup>

O conde de Vila Real, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, que também protagonizou as negociações com a Inglaterra durante os períodos mais conturbados, deu por satisfeito todas as explicações de Palmela. Confessou que já dava por contente a anulação do *bill*, e que se hoje fosse Ministro também não hesitaria em assinar o tratado. Porque “antes queria exceder as minhas attribuições desse modo, do que incorrer na responsabilidade imensa da continuação da existência daquele bill, por um só dia (*apoiado*)”.<sup>1039</sup> As palavras Vila Real, praticamente encerraram a sessão da Câmara, do dia 5 de agosto de 1842. Julgaram discutida definitivamente a matéria.

*O Nacional*, principal periódico formador de opinião pública contra a abolição do tráfico de escravos, também resignou-se, sem contudo deixar de protestar contra o procedimento dos ingleses. Na edição de 12 de agosto, manifestou o sincero desejo de que o comércio de escravos, cesasse de uma vez por todas, nas províncias africanas e ainda recomendou ao governo português, maior vigilância:

Desejamos que o commercio da escravatura cesse por uma vez nas províncias africanas, porque, além dos motivos de humanidade, estamos firmemente persuadidos que aquella trafico não é se não um embaraço para que as mesmas províncias recebam os grandes melhoramentos de que são susceptíveis; e por isso recommendamos muito ao governo que exerça a esse respeito toda a vigilância que deve. Sobre tudo lamentamos que o novo estabelecimento de *Mussamedes*, sobre o qual tantas esperanças, e segundo parece, com tanta razão, se tem fundado, soffra já a infecção dos traficantes; com ella morrerá aquella povoação logo á nascença.<sup>1040</sup>

Para que não parecesse que as queixas contra os procedimentos do governo inglês fossem, nas palavras de *O Nacional*: “filhas d’algum desejo, que nós tenhamos de proteger de qualquer modo o commercio da escravatura”, publicou um extrato com notícias de Angola, em que governador geral via-se aflito com os contrabandistas e com os cruzadores ingleses. Antes

---

<sup>1038</sup> *Ibid.*, p. 123.

<sup>1039</sup> *Ibid.*, p. 123.

<sup>1040</sup> *O Nacional*, 12 de junho de 1842.

porém, procurou deixar claro que as motivações do ingleses contra o tráfico, eram pura hipocrisia: “a guerra que elles fazem, é ao assucar, ao algodão e ao café dos paizes que não são seus”. Afirmou ainda, que os ingleses continuavam a traficar escravos. Em Ambriz, barracas de traficantes ingleses e os cruzadores da Inglaterra, “deixão em santa paz os seus traficantes! Os crusadores levão de *terra* para bordo os negros carimbados”, que achavam nas barracas dos comerciantes, “soltando e pondo em liberdade todos os outros pretos não carimbados”. Concluiu com escárnio: será para os levam para restituírem á liberdade? “Será, da outra banda do mar, em alguma terra da América!!”

## Conclusão

A ingerência do governo britânico tomou uma conotação nacionalista em Portugal, unindo a opinião pública em torno da *dignidade e honra nacional* ofendida, gerando várias formas de contestações que iam desde a defesa de Portugal à declaração de guerra contra a Inglaterra. O problema do tráfico, que se tornou uma “questão nacional”, levou a queda de vários governos e tornou mais evidente a disputa política entre Setrembristas e Cartistas. Diante do clamor nacional qualquer medida contra o tráfico era considerada contrária aos interesses portugueses e colocava o governo numa situação de ceder ao estrangeiro. Enquanto Portugal e Inglaterra, mesmo sob forte pressão do *bill* Palmerston, não entravam num acordo para encerrar definitivamente o tráfico a partir das colônias portuguesas em África, apoiado pela opinião pública o tráfico ilícito continuou.

No entanto, quando finalmente foi assinado o tratado anglo-português em 1842, ele apenas extinguiu legalmente o tráfico em navios com bandeira portuguesa, mas não acabou com o comércio negreiro. Motivado pela oferta e procura, depois de um pequeno decréscimo entre os anos de 1842-1845, o que se viu foi a retomada em níveis cada vez mais altos, acobertados por bandeiras de outras nacionalidades, sobretudo a norte-americana. Segundo Cológeras (1933:357), em 1843, de 15 negreiros chegados ao Rio de Janeiro, 6 tinham bandeira americana, 3 bandeira portuguesa, 2 bandeira brasileira, 1 com bandeira espanhola e 1 com bandeira hamburguesa. A grande exportação dessa “mercadoria” contrabandeada, só foi possível graças à dispersão e descentralização geográfica dos locais de embarque de escravos na costa da África, estratégia utilizada para evitar a caputra dos negreiros pelos cruzadores britânicos. Tudo sob a conivência dos governadores e funcionários das colônias, com os traficantes e firmas

comerciais. Enfim, o combate ao tráfico a partir das colônias, continuava a ser um grande problema que o governo português, ainda não havia conseguido resolver.

Conforme verificado, diante de fatos tão notórios e difíceis de resolver do lado português, as autoridades britânicas estavam convictas de que somente uma intervenção mais direta no litoral brasileiro, poderia por fim ao tráfico. O Brasil, principal comprador de escravos africanos da América, passou então a ser alvo do ataque frontal da política inglesa contra o tráfico de escravos, assim como foi Portugal. No próximo capítulo, trataremos do *Aberden Act*, aprovado pelo parlamento britânico em 8 de Agosto de 1845, uma espécie de segunda edição do *bill* de Palmerston, desta vez aplicado ao Brasil.



## CAPÍTULO II

### O *BILL* ABERDEEN E AS HOSTILIDADES CONTRA O BRASIL

*“A tactica inglesa é essa que todos conhecem; seus fins são sabidos; e declaramos que não nos assutam suas náus de linha e seus grandes vapores. O governo imperial repellerá qualquer tratado com condições que nos sejam desfavoráveis, e que sejam impostas pela ameaça e força: o Brasil e seu patriótico governo saberão sustentar sua dignidade e a honra da flamula auri-verde.” O Liberal, 26 de junho de 1850.*

A assinatura do tratado entre a Inglaterra e Portugal em 3 de julho de 1842, apenas extinguiu legalmente o tráfico com bandeira portuguesa, mas não foi suficiente para acabar com o contrabando de africanos. Os negreiros se reorganizaram e o tráfico retomou com força total acobertado pela bandeira brasileira e de outras nações, especialmente dos Estados Unidos. O governo inglês, concluiu que enquanto houvesse compradores haveria quem quisesse vender.<sup>1041</sup> A solução seria forçar os maiores compradores: Estados Unidos (Nova Órleans), Espanha (Cuba e Porto Rico) e Brasil, a cumprirem seus compromissos, aceitarem o direito de busca e visita e admitirem o tráfico como um ato de pirataria, sem o quais seriam inúteis todos os esforços da diplomacia britânica para abolir o “infame comércio”.

Em relação aos Estados Unidos, Aberdeen seguiu a mesma política de Palmerston para tentar convencê-los a aceitarem que os navios norteamericanos se submetessem ao direito de visita. Numa negociação tumultuada, que segundo o *Times* esteve perto de uma guerra entre os dois países, os Estados Unidos recusou terminantemente tal acordo. Mr. Stevenson, enviado dos Estados Unidos a Londres para reclamar sobre as muitas visitas praticadas em navios americanos na costa da África, em nota enviada a Aberdeen, disse que o direito de abordar um navio em alto mar, de reter e decidir sua nacionalidade em tempo de paz, é o que há de “mais odioso, mais insultante, mais tyrannico que o que até aqui se tem chamado direito de visita, o qual só em tempo de guerra pode ser exercitado, e nunca em tempo de paz”.<sup>1042</sup> Mr. Stevenson

---

<sup>1041</sup> Desde 1839, que o governo inglês vinha negociando uma série de tratados com várias nações americanas para por fim ao tráfico negreiro: Chile (19/01), Vanezuela (01/03), Argentina (24/05), Uruguai (13/06) e Haiti (23/12). Em 1841, assinaram o México (24/02) e o Texas (16/11). Neste mesmo ano a França, Áutria, Prússia e Rússia, assinaram a chamada “convenção das cinco nações”, qualificando o tráfico como pirataria (Parron, 2009:147).

<sup>1042</sup> As partes mais importantes das correspondências trocadas entre Lord Aberdeen e Mr. Stevenson, foram publicadas nos jornais ingleses e reproduzidas pelo *Journal des Debats* (França) e pela *Sentinella da Monarchia* (Brasil). Este último, dedicou vários números sobre o tema.

considerou degradante e ofensiva a atitude da Grã-Bretanha e que semelhante doutrina seria inteiramente inaplicável e impossível a um nação soberana conceder a qualquer oficial da marinha estrangeira o direito de reter os seus navios e de pronunciar sobre sua nacionalidade. Afirmou ainda que o governo dos Estados Unidos desejava tanto quanto a Grã-Bretanha a abolição definitiva do tráfico da escravidão, mas por mais sincero que fossem os seus desejos não podia sacrificar os direitos de seus cidadãos e a honra da sua bandeira.

Quanto a Espanha, os ingleses procuraram lembrar o governo espanhol dos seus compromissos assumidos e não cumpridos. Ou seja, no tratado para supressão do tráfico de 1817, a Inglaterra havia pago 400 mil libras esterlinas a título de indenização às perdas relacionadas à abolição e o rei Fernando VII havia se comprometido a acabar com todo o tráfico em seus domínios até o dia 30 de maio de 1820. Pelas leis espanholas todos os escravos introduzidos clandestinamente depois desta data seriam declarados livres. Em 28 de junho de 1835, realizou-se em Madrid um outro Tratado para abolição do tráfico, entre a Rainha Regente da Espanha e o Rei da Grã-Bretanha.<sup>1043</sup> Entretanto, a despeito do tratado anglo-espanhol de 1835 e da pressão dos ingleses, até 1860 os sucessivos governos da Espanha, para preservar suas colônias, não demonstraram nenhum interesse sincero de acabar com o tráfico. Assim, os espanhóis continuavam abastecendo Cuba e Porto Rico, com escravos africanos utilizando outras bandeiras, nomeadamente a portuguesa, brasileira e norteamericana.

No caso brasileiro, não obstante o Tratado anglo-brasileiro de 1826 e da Lei de 1831 que declarou livre todos os escravos introduzidos clandestinamente depois desta data, o contrabando de africanos continuou abertamente com a conivência de autoridades, governo e opinião pública. Durante todo período Regencial e início o Segundo Império, o Brasil desobedeceu sistematicamente os tratados firmados com a Inglaterra. Para desespero dos ingleses, o prazo concedido para vigorar o tratado de 17 de agosto de 1827 estava para expirar em março de 1845. Apartir desta data, o Brasil ficaria desobrigado do direito de visita e da jurisdição das comissões mistas. O presente capítulo tem por objetivo analisar a reação do governo brasileiro e da imprensa diante do recrudescimento da pressão inglesa para suprimir o tráfico e a mudança de opinião em relação ao tráfico que levou ao fim definitivo do tráfico de africanos para o Brasil.

---

<sup>1043</sup> O novo Tratado realizado entre os governos espanhol e britânico, foi publicado na íntegra no *Jornal do Commercio*, 08 de janeiro de 1836.

## 2.1. Dignidade e honra nacional ofendidas

Assim como em Portugal, o início da década de 1840 foi marcado por importantes mudanças políticas no Brasil. O Regente Araújo Lima, sucessor de Feijó, enfraquecido pelas sucessivas mudanças de gabinete e incapaz reverter a situação do Rio Grande do Sul que em meio à Revolução Farroupilha (1836-1845) havia declarado uma república independente, e de conter a revolta social no Brasil aumentada ainda mais com a Sabinada (1837-1838) na Bahia e a Balaiada (1838-1841) no Maranhão, foi afastado do governo em junho de 1840, por um golpe parlamentar promovido pelos liberais Progressistas. Os Progressistas, liderados pelos Andradas (Antônio Carlos e Martim Francisco, irmãos do falecido José Bonifácio de Andrada), tentaram convencer a opinião pública de que só o Imperador e uma política centralizadora, poderiam impedir a anarquia e manter a unidade nacional. Assim, no chamado “Golpe de Maioridade”, a monarquia foi restituída.

D. Pedro II assume o trono aos catorze anos de idade, dando início ao período denominado Segundo Reinado (1840-1889), trazendo de volta o Poder Moderador (criado na Constituição de 1824).<sup>1044</sup> Um novo ministério foi formado com os liberais Progressistas,<sup>1045</sup> a unidade territorial foi mantida, mas as rebeliões sociais só seriam totalmente contidas em 1848.<sup>1046</sup> Apesar do novo Ministério liberal ser mais favorável ao fim do tráfico,<sup>1047</sup> uma vez no poder não foram muito diferentes dos conservadores, portanto não foi possível promover nenhuma reforma estrutural, garantindo assim os mesmos privilégios da elite oligarquica regional formada por grandes proprietários rurais escravistas (sobretudo aqueles enriquecidos com a produção de café nas Províncias do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo) e de outras classes sociais.<sup>1048</sup> Por outro lado, a convergência de interesses gerou uma relação de conveniência pois a monarquia centralizada garantia a manutenção da ordem escravocrata, que

---

<sup>1044</sup> Exercido pelo Imperador, aconselhado pelo Conselho de Estado.

<sup>1045</sup> No ministério formado em 24 de julho de 1840 estavam: Antônio Carlos na pasta do Império; Martim Francisco na Fazenda; Limpo de Abreu na Justiça; Holanda Cavalcanti na Marinha; Paula Cavalcanti na pasta da Guerra e Aureliano Coutinho na de Estrangeiros. Este Ministério não durou muito. Em março de 1841, foram quase todos demitidos, permanecendo apenas Aureliano Coutinho na pasta de Estrangeiros. Em 1843, Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná) assumiu a pasta de Estrangeiros. Ernesto Ferreira França, tomou o seu lugar em 1845.

<sup>1046</sup> A última foi a revolta Praieira, ocorrida em Pernambuco em 1848. A revolução liberal promovida pelas províncias de Minas Gerais e São Paulo (1842) foi pacificada em 1843. A rebelião no Rio Grande do Sul terminou em 1844. A 18 de dezembro de 1844, o Imperador concedeu anistia a todos os revolucionários.

<sup>1047</sup> Como a maioria dos Deputados era da facção conservadora, para resolver este problema a Câmara foi dissolvida e convocada novas eleições, para obter maior bancada liberal. Na chamada “Eleição do Cacete”, os liberais utilizaram-se de métodos violentos para atingir maioria na Câmara, com falsificação de votos, roubos de urnas e até assassinatos.

<sup>1048</sup> Sobre a formação das elites e suas relações com grupos e classes sociais, ver: Carvalho (2007), Graham (1999), Holanda (1985), Mattos (1987).

por sua vez era a condição necessária para a integridade territorial do Império. Portanto, como realizar mudanças estruturais se pessoas de diferentes classes eram interessadas no tráfico?

Assim que assumiu o Ministério da Maioridade, Antônio Carlos de Andrada, abolicionista e líder do partido Progressista, em conferência com o encarregado dos negócios britânicos Hamilton Hamilton, disse estar convicto de que o meio mais eficaz para suprimir o tráfico seria “cobrir as costas do Brasil com imensuráveis navios britânicos de pequeno porte, alguns dos quais deviam ser vapores; e que se perseverasse neste systema por um ou dois anos.” Desta forma, as capturas cresceriam em proporção do aumento da força empregada e a “bancarrota da parte dos negociantes de escravos seria o resultado infalível desta medida”.<sup>1049</sup> Antônio Carlos, no discurso realizado na sessão de 23 de julho de 1839 na Câmara dos Deputados, poucos meses antes do Golpe da Maioridade, havia sinalizado a possibilidade de um acordo com os ingleses neste sentido, ao afirmar que a continuação do tráfico devia-se à proteção de poderosos negreiros habituados a este comércio e à ineficiência dos navios de guerra brasileiros no combate ao tráfico, bem como a incapacidade de se encontrar oficiais da Marinha que quisessem de fato tomar embarcações negreiras, porque dois oficiais que o fizeram foram destituídos dos seus cargos.<sup>1050</sup>

Entretanto, o gabinete da Maioridade durou pouco. Sua queda teria sido atribuída à aproximação com o ingleses no combate ao tráfico.<sup>1051</sup> Em 23 de março de 1841, o gabinete liberal foi substituído pelo Conservador.<sup>1052</sup> O novo Ministério, alegando fraudes na eleição anterior, propôs dissolução da Câmara e convocou uma nova eleição, conseguindo maioria

---

<sup>1049</sup> Carta de Hamilton Hamilton a Palmerston, em 20 de outubro de 1841. Publicada em *O Brasil*, 8 de novembro de 1842, com objetivo dar a conhecer o caráter do Sr. Antônio Carlos e como “é amaldiçoado esse homem, a quem frenética ambição sempre arrojara à frente dos partidos violentos que tem dilacerado o país [...]”.

<sup>1050</sup> Em resposta a esta afirmação, o Ministro da Marinha, Jacinto Roque de Sena Pereira, que se achava presente na sessão, ao invés de negar as acusações, confirmou que empregava seus oficiais da Marinha nesses cruzeiros, não pelo receio de não cumprirem as suas missões, mas para evitar que fossem subornados. Ou seja, a Marinha Brasileira não estava empregando esforços extraordinários para evitar o contrabando, para evitar que a própria oficialidade fosse corrompida. Para que seus oficiais não se tornassem prevaricadores e subornados. *O Homem do Povo*, 22 de abril de 1840.

<sup>1051</sup> Na opinião de Justiniano José dos Reis, redator de *O Brasil*, principal jornal de oposição ao governo dos Andradas, a queda do ministério de Antônio Carlos teria sido provocada pelos seu desejo de querer “o fim do tráfico concluído em um ano e querer ver os mares do Brasil coalhados de cruzadores ingleses e querer ver a bancarrota dos negociantes do tráfico, dentro de um ano.” Para Justiniano parecia inacreditável que o Sr. Antônio Carlos pudesse ser capaz dessa “infernal perversidade que manifestou, e estamos que o próprio Sr. Hamilton havia de sentir inconcebível indignação ao ver um Brasileiro querer mais mal a sua pátria, mostrar-se mais inglês do que o inglês mais arrogante e egoísta.” afirmou ainda que ao querer provocar a miséria dos contrabandistas de africanos, Antônio Carlos queria com isso provocar a “diminuição da riqueza nacional, é a paralysação da nossa industria, e nada se agita dentro de vós com essa idéia? Que maior calamidade pode querer o maior dos inimigos do Brasil?” A bancarrota de um negociante de escravos, abalaria muitas fortunas que com a dele se acham implicadas. Isso geraria uma série de bancarrotas importantes e dentro de um ou dois anos, terminaria por abalar todo o comércio, e toda a propriedade. “É isso o que o Sr. Antônio Carlos deseja!” Concluiu Justiniano.

<sup>1052</sup> No novo gabinete, pela sua aproximação com D. Pedro II, foi mantido apenas Aureliano Coutinho no Ministério dos Negócios Estrangeiros.



conservadora.<sup>1053</sup> Até finais de 1843, restauraram o Conselho de Estado<sup>1054</sup> e reformularam o Código de Processo Criminal,<sup>1055</sup> dando continuidade à ação centralizadora interrompida pelo golpe de 1840. Depois da aniquilação da Revolução Liberal de 1842<sup>1056</sup> pelos Saquaremas (grupo ligado a elite conservadora rural voltadas à agricultura de exportação, aos traficantes e aos burocratas), saíram mais fortalecidos dando início ao aumento excepcional do tráfico de africanos, com apoio da imprensa conservadora. Para o periódico *O Brasil* (1840-1852), “a questão do tráfico é uma questão de vida ou de morte para a nossa indústria e portanto para o paiz”. Portanto, “essa questão não reduz a dizer, o tráfico é bom o tráfico é mau, o trafico é necessario”, concluiu o redator.<sup>1057</sup> Segundo Sodré (1999:181), “o tráfico negreiro recebeu considerável impulso: em nenhuma outra fase entraram tantos africanos no país. O latifúndio absorvia todos os recursos, estava presente por toda a parte, dominava a vida política”. Parafraseando Jorge Caldeira (1999:37): “era um parlamento a serviço do tráfico de escravos e dos fazendeiros donos de escravos”. Como afirmou Tamis Parron (2009:139), era a “*fase do contrabando sistêmico*”, quando o tráfico atingiu níveis altíssimos, com estadistas e parlamentares engajados na sua preservação.

Graças a crescente exportação do café, ocorreu melhora nas finanças brasileira permitindo a partir da década de 1840 a solidificação do poder central, com maior poder decisório. Nas relações internacionais, foi possível realizar uma política mais pragmática voltada para os interesses nacionais e pautada na resistência a todas as formas de ingerência externa. Portanto, de maior resistência à pressão inglesa para acabar com o contrabando de escravos africanos. Segundo Cervo e Bueno (2011:73), com a extinção do sistema dos tratados em 1844, foram criadas as condições para elaborar-se um novo projeto de política externa, inaugurando-se “um período, que se estenderia de 1844 a 1976 e seria caracterizado pela ruptura com relação à fase anterior e pelo robustecimento da vontade nacional.” Na Inglaterra, a crise gerada pelo

---

<sup>1053</sup> O “café e o açúcar” por serem a única indústria nacional, a questão do tráfico foi a que teve mais acolhida como propaganda eleitoral. Este era um problema, que mais preocupava e que mais exigia patriotismo e prudência. Portanto não foi muito difícil o Partido Conservador, conseguir maioria na Câmara.

<sup>1054</sup> Ao invés do Imperador nomear diretamente os ministros, ele escolhia um político de sua confiança, que por sua vez, era quem formava o ministério.

<sup>1055</sup> Pelo Art. 13. CAPÍTULO II: Dos Juizes Municipais: Os juízes Municipais serão nomeados pelo Imperador dentre os Bachareis formados em Direito, que tenham pelo menos um ano de pratica de fôro adquirida depois da sua formatura. No Art. 17. Compete aos Juizes Municipais: §1º julgar definitivamente o contrabando, excepto o apreendido em flagrante, cujo conhecimento, na forma das Leis, e Regulamentos de Fazenda, pertence às Autoridades Administrativas; e o de Africanos, que continuará a ser julgado na forma do Processo comum. CAPÍTULO IV: Dos Juizes de Direito. Art. 24. Os Juizes de Direito serão nomeados pelo Imperador dentre os Cidadãos habilitados na forma do art. 44 do Código do Processo.

<sup>1056</sup> Liberais de Minas e São Paulo, excluídos do poder rebelaram contra as medidas dos conservadores e quiseram tomar o governo a força. A rebelião que foi abafada pelo Luis Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias em 1842.

<sup>1057</sup> *O Brasil*, 30 de agosto de 1842.

problema do açúcar levou a substituição de Lord Palmerston (gabinete whig - partido liberal) por Lord Aberdeen (gabinete tory - partido conservador), na pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2 de setembro de 1841.<sup>1058</sup> Mas na questão da abolição do tráfico whigs e tories tinham a mesma opinião e Aberdeen seguiu a política de Palmerston.

Foi nesta conjuntura interna e externa, que em 1841 o enviado especial britânico Henry Ellis, tentou convencer o governo brasileiro a prorrogar o tratado comercial, que expiraria em 1842 e a renovar o Tratado anglo-brasileiro de 1826, que expiraria em 13 de março de 1845. Ou seja, no Art. 1º do Tratado anglo-brasileiro, três anos depois da troca de ratificações, o tráfico se tornaria ilícito, sendo considerado pirataria. Pelos demais artigos, o Brasil havia concordado em manter os dispositivos dos tratados anglo-portugueses de 1815 e 1817, que proibia o tráfico acima do Equador, aceitando o direito de visita e busca em tempo de paz. Sendo portanto instituídas duas comissões mistas, uma em Serra Leoa e outra no Rio de Janeiro, encarregadas de julgar os apresamentos. Um artigo adicional fixava um prazo de quinze anos, contados a partir dessa última data (13 de março de 1830), em que depois da proibição total do tráfico, as partes poderiam chegar a um novo entendimento. Assim, os quinze anos venceriam em 13 de março de 1845 e a partir desta data, o Brasil ficaria desobrigado do direito de visita e da jurisdição das comissões mistas. Este era um direito de fato. Tanto que o governo inglês não ousou contestá-lo.

Não obstante, os liberais (agora denominados *Luzias*)<sup>1059</sup> retornaram o governo em fevereiro de 1844, mas durante os seus quatro anos no poder (até 1848) continuaram seguindo os mesmos princípios dos conservadores regressistas (*Saquaremas*).<sup>1060</sup> Em relação ao comércio, a Inglaterra havia conseguido prorrogar o tratado por mais dois anos. Entretanto a imprensa e os deputados da 5ª legislatura, que retomaram os trabalhos na Câmara em 1843, condenaram veementemente as interferências inglesa, e em 1844 o Brasil recusou renovar o

---

<sup>1058</sup> Com a abolição do tráfico e emancipação dos escravos nas colônias de açúcar britânicas, tornou este produto caro e escasso na Grã-Bretanha, enquanto nas Antilhas espanholas (especialmente Cuba) e no Brasil, onde o açúcar ainda era produzido pelo trabalho escravo, continuava abundante e barato. Este problema gerou uma crise política, levando a queda do gabinete whig e a assensão do gabinete tory. Os whigs queriam favorecer os consumidores britânicos diminuindo os direitos dos açúcares estrangeiros, independente do lugar de produção, enquanto os tories fizeram cair o *bill* do açúcar, insistindo em dois argumentos: (i) um moral e benevolente, fundado na petição de Thomas Clarkson para que fosse proibido o consumo de produtos produzidos por escravos no país, cuja a introdução daria grande estímulo ao tráfico, situação que contrariava a opinião pública e os princípios seguidos até então pela Grã-Bretanha; (ii) econômico, em que as colônias britânicas seriam expostas à situação de desvantagem em relação aos concorrentes. Venceram estes argumentos, mas continuaram os problemas.

<sup>1059</sup> Depois de derrotados na cidade de Santa Luzia (Minas Gerais), os liberais revolucionários de Minas Gerais e São Paulo (Revolução Liberal de 1842), ficaram conhecidos por “Luzias” ou “Santa Luzias”.

<sup>1060</sup> Os jornais de oposição, nomeadamente *O Brasil*, não poupou o governo liberal de críticas por serem “tolerantes ao contrabando” e à distribuição dos africanos apreendidos.

Tratado de Comércio com a Inglaterra, elevando as taxas de importação que eram de 15%, desde a época de D. João VI, para de 30 a 60%.<sup>1061</sup> No que diz respeito à renovação do tratado para o fim do tráfico, não foi possível entrar num acordo. Desde 1840 que as negociações vinham sendo marcadas por divergências de interpretação. Por outro lado, o governo inglês havia intensificado a pressão praticamente obrigando o Brasil a aprovar os artigos adicionais ao Tratado de 1827, relacionados aos “equipamentos”, segundo o qual, qualquer equipamento encontrado no navio mesmo sem ter escravos a bordo, era uma prova da sua intenção de praticar o tráfico negroiro.<sup>1062</sup> Diante das exigências “exageradas” da Grã-Bretanha, que colocava a prova qualquer navio brasileiro como suspeito de empregar-se ao tráfico de escravos, o governo Imperial recusou o acordo sob justificativa de não prejudicar e não causar prejuízos ao comércio lícito dos suditos brasileiros. Pois a simples existência de duas caldeiras de tamanho ordinário a bordo de um navio, não poderiam, sem violação das regras do direito, reputar ou apresentar como indício de que o navio era destinado ao tráfico. Assim, enquanto os negociadores brasileiros insistiam na convergência de um certo número de sinais para que a embarcação fosse condenada como negreira, as autoridades britânicas insistiam em não abrir mão desta cláusula. O governo brasileiro por sua vez, apresentava contra-projetos propondo medidas mais favoráveis ao Brasil, capazes de conciliar a repressão do tráfico com os interesses do comércio lícito, mas a Grã-Bretanha recusava.

É importante ressaltar que, de acordo com a Constituição Brasileira de 1824 o Poder Executivo, mais precisamente o Imperador, podia deliberar sobre assuntos de política externa,

---

<sup>1061</sup> Na época da Independência, o Brasil renovou com a Inglaterra o Tratado de Paz e Amizade, Comércio e Navegação, válido por mais quinze anos a partir da sua ratificação em 1827. A “Tarifa para as Alfândegas do Império”, chamada de Tarifa Alves Branco, por ter sido elaborada pelo Conselheiro de Estado e Ministro da Fazenda Manoel Alves Branco, estipulou pelo Decreto nº376, de 12 de agosto de 1844, que cerca de três mil artigos importados, passariam a pagar taxas que variavam entre 20 a 60% (rapé, tabaco de pó; charutos ou cigarros; fumo em rolo ou em folha). Art. 3º. Pagarão 50%: sacos de canhamação; grosseira ou guises da Índia; canivetes em forma de punhal, almofadas para carruagem; pedras lavradas para lago; pedras de cantaria para portões, portas e janelas; pedras para encanamentos; cepas; cunhaes e cornijas; açúcar refinado, cristalizado ou de qualquer maneira confeitado; chá; aguardente; cerveja; cidra; genebra; marrasquino ou outros licores; e os vinhos de qualquer qualidade e procedência. Art. 4º. Pagarão 40%: as alcatifas ou tapetes; canhamação ordinário ou grossaria; as balanças de qualquer qualidade; roupa feita; cartas para jogar; escovas com cabo de marfim, fogo de artifício; papel pintado, prateado ou dourado; papel para forrar salas, em colleções, ou paizagens, pólvora; sabonetes; sabão; sebo em velas; velas de stearina; ameixas ou outras frutas em frascos ou latas, secas em calda ou em espírito; chocolate de cacau ordinário; vinagre; carrinhos; carruagens; caixas, jogos rodas, arreios, esteiras para forrar casas; carros para conduzir gente; lustres, calices para licor ou vinho; vidro liso ordinário; (...). Muitos outros artigos estrangeiros foram todos tributados em 30%. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1844, p. 171, vol. 1. Rio de Janeiro, 1844.

<sup>1062</sup> Vale lembrar que em 27 de julho de 1835, durante a Regência Una de Feijó, foi assinado o acordo entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Manuel Alves Branco (Marquês de Caravelas) e o representante britânico Stephen Fox, incluindo nos artigos adicionais ao Tratado de 1826, a cláusula do equipamento e a concessão do direito de visita pelos navios de guerra brasileiro e britânico. Entretanto a convenção não chegou a ser votada na Câmara dos Deputados e dos Senadores.

consultando o Legislativo apenas em problemas de segurança nacional.<sup>1063</sup> O jovem Imperador, responsável por dar a palavra final nas tomadas de decisões, mesmo cercado de grandes nomes que direcionavam a política externa, via-se em meio a um “fogo cruzado”: de um lado a pressão dos ingleses e do outro, a opinião pública formada por grande parte da imprensa, pela elite rural e comercial, burocratas, estadistas e parlamentares engajados na preservação do tráfico - considerado fundamental para expansão da economia agrícola de exportação - num contexto de crescimento da demanda internacional dos produtos de trabalho escravo (café, açúcar, algodão, etc). O governo tinha plena consciência e a história já havia ensinado, que os governos que tentaram ir contra a opinião pública tornaram-se extremamente impopulares. Podendo inclusive colocar em risco a unidade nacional e a própria coroa. Atenta, a imprensa cobrava do governo “a mais completa publicidade de toda essa negociação” e aguardava uma demonstração e energia e força para coibir os que insultavam a pátria”. Como alertou *O Brasil*: a população só descansará e sentirá confiança quando souber que “o governo cuida dos seus interesses, e vir o modo porque os zela e defende; [...] quando o governo tiver de curvar-se às emergências de suas negociações, fará um apelo ao seu patriotismo, e delle e de Deus confiará a causa nacional”.<sup>1064</sup>

Como já foi dito, a metáfora dos “Jogos de dois níveis” oferece uma resposta promissora para este desafio, por reconhecer a inevitabilidade do conflito interno sobre o que o “interesse nacional” requer. Segundo Robert Putnam (1988:434), as políticas externas e as relações internacionais são muitas vezes enredadas e as teorias existentes, nomeadamente as teorias centradas somente no Estado, não conseguem explicar adequadamente estes vínculos. Para o autor, numa negociação ou acordo internacional, seu comportamento negocial reflete os imperativos simultâneos de um jogo político nacional e internacional.<sup>1065</sup> O Estado tem um papel central na mediação das pressões domésticas<sup>1066</sup> e intenacionais, precisamente porque estão diretamente expostos a ambas as esferas. A nível doméstico é pressionado a tomar medidas favoráveis, enquanto a nível internacional procura maximizar sua própria capacidade

---

<sup>1063</sup> “Cabe ao poder Executivo (Imperador) fazer tratados de aliança ofensivos ou defensivos, de subsídio e comércio, levando-os, porém ao conhecimento da Assembléia Geral, logo que o interesse e segurança de Estado o permitirem...” Constituição Brasileira de 1824.

<sup>1064</sup> *O Brasil*, 23 de abril de 1842.

<sup>1065</sup> Apesar do autor usar como ilustração vários contextos diplomáticos (negociações do Canal do Panamá, Tratado de Versalhes, programas de estabilização do FMI, Comunidade Européia, etc.), aborda as coalizões domésticas, as pressões internacionais e os interesses do principal negociador, podendo, portanto, ser aplicada em outros fenômenos políticos.

<sup>1066</sup> Aqui entendidas como grupos de interesse (econômicos e não econômicos), partidos políticos, classes sociais, legisladores e opinião pública.

para satisfazer as pressões domésticas minimizando as consequências adversas. Portanto os decisores centrais se esforçam para conciliar os imperativos nacionais e internacionais ao mesmo tempo. No caso brasileiro e português, estadistas nesta situação: D. Pedro I, Diogo Antônio Feijó, Sá da Bandeira, Ribeira de Sabrosa, entre outros, enfrentaram os mesmos dilemas. Putman entende que nenhum dos dois jogos podem ser ignorados pela decisão central. Cada líder político aparece em ambos os tabuleiros de jogo cada um com objetivo de obter um acordo internacional de sucesso. Do outro lado do “tabuleiro” estava a Inglaterra, também pressionada pela opinião pública e pela necessidade de satisfazer os interesses coloniais que depois de libertar seus escravos, temiam a concorrência e se sentiam feridos pela proposta do livre mercado que permitia a entrada do açúcar estrangeiro, mesmo aqueles produzidos por escravos.

Sem esperança de entrar num acordo, depois de negociar com vários gabinetes, liberais e conservadores que revesavam no poder, Lord Aberdeen, em nota enviada em 1843, já havia informado ao governo (naquela altura conservador), que a Inglaterra tomaria as medidas necessárias para cumprir as obrigações impostas pelo tratado de 1826, seguindo a mesma política de Palmerston.<sup>1067</sup> Esta ameaça foi reforçada nos meses de junho e julho de 1845, em que o governo inglês, invocando o Artigo 1º da convenção de 1826 - que assemelhava o tráfico à pirataria - proporia no parlamento britânico um *bill* com finalidade de investir os tribunais do almirantado o direito de julgar como piratas os navios brasileiros tomados pelos cruzadores ingleses como suspeitos de empregarem-se no tráfico de africanos. Em resposta, o governo brasileiro apenas notificou o governo inglês sobre a expiração do prazo de quinze anos, cessando por conseguinte o direito de visita e busca, bem como todas as outras estipulações contidas na referida convenção, com seus artigos adicionais, instruções e regulamentações anexas. Comunicou também, que as comissões mistas estabelecidas no Rio de Janeiro e em Serra Leoa, funcionariam até o dia 13 de novembro do mesmo ano apenas para concluir alguns julgamentos pendentes. Até que se organizasse um novo regulamento, os processos dos navios capturados ficariam a cargo dos juízes brasileiros.

---

<sup>1067</sup> Em 1839, o governo inglês já havia ameaçado bloquear os portos brasileiros, inclusive a lista de portos que seriam ocupados foi publicada no *Despertador*. O *Correio Mercantil* da Bahia, criticou o *Despertador*, e disse estar persuadido de que a Inglaterra não levaria adiante esta ameaça por dois motivos: 1º) reconheceria que os governos do Brasil não tem podido coibir o tráfico devido os interesses de alguns traficantes e os preconceitos populares que favorecem a violação das leis; 2º) Porque a Inglaterra sabia que um bloqueio efetivo nos portos do Brasil, embora “funestíssimo para o império, se-lo-ia ainda mais para ela mesma”, pois ela “não ignora que a maior parte dos objetos consumidos no Brasil saem de suas manufaturas e quase todo comércio brasileiro está entregue aos ingleses”. Portanto na opinião do periódico, a Inglaterra “examinaria duas a três vezes antes de dar semelhante passo.” *Correio Mercantil*, 24 de novembro de 1838, vol. III.

Lord Aberdeen respondeu à notificação fazendo votar no Parlamento britânico o *bill* que concedia aos tribunais do almirantado o direito de julgar e condenar como piratas os navios brasileiros acusados pelos cruzadores ingleses de se empregarem no tráfico. Segundo as justificativas de Aberdeen, é notório que navios destinados ao tráfico de escravos são equipados diariamente nos portos do Brasil, que a maior parte dos navios negreiros encontrados nos mares da África “navegam com a bandeira imperial ou fazem o tráfico por conta de subditos brasileiros;” que na costa meridional do império “não há uma angra ou porto pequeno onde não seja praticado o desembarque e que não se tenha tornado conhecido como ponto de refugio de traficantes de escravos no Brasil”. Aberdeen afirmou ainda, que longe de ser descorçada como uma violação de lei e tratado, o tráfico é acobertado pelas autoridades locais, e as assembleias legislativas têm declarado não ser necessário ou mesmo conveniente que o governo guarde a fé dos seus tratados com a Grã-Bretanha. Em suma, embora obrigado pelo tratado de 1826 e pela lei de 1831, a abolição do tráfico não ocorreu de fato. Pelo contrário, o contrabando floresceu debaixo da conivência das autoridades e do governo brasileiro.<sup>1068</sup>

## 2.2. “Guerra às manufaturas inglesas!”

As negociações, as ameaças e os insultos da Grã-Bretanha que foram acompanhados de perto pela imprensa, gerou grande indignação na opinião pública brasileira. Assim como em Portugal, por ocasião do *ultimatum* e do *bill* Palmerston, no Brasil a imprensa também insurgiu-se contra os ingleses, antes mesmo da aprovação do *bill* Aberdeen. A *Sentinella da Monarquia* (1840-1847), periódico orientado por Bernardo Pereira de Vasconcelos, informou que a Assembléia Provincial do Rio de Janeiro já havia “soltado o brado de alarme contra as exigências absurdas do governo britânico”.<sup>1069</sup> Esperava que o exemplo fosse seguido em toda nação e que Ministério, “apoiado na opinião pública”, não se acorvadasse diante das ameaças da legação inglesa. Elogiou o patriotismo da imprensa fluminense “que tem sido unissona em

---

<sup>1068</sup> Os extratos das correspondências trocadas entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Ernesto Ferreira França e Hamilton C. J. Hamilton e de Hamilton e Aberdeen, foram publicados no *Jornal do Comércio*, de 15 de setembro de 1845.

<sup>1069</sup> As discussões da Assembléia Legislativa Provincial, para a criação de uma comissão especial encarregada de dirigir uma mensagem ao governo Imperial, protestando contra as pretensões do governo inglês em relação aos meios que tem usado para acabar com o tráfico da escravidão no Brasil, foi publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, 16, 18, 19, 20, 22, 25, 26 de abril de 1842. Os deputados da Assembléia Provincial do Rio, chegaram a discutir a possibilidade de apoiarem o governo uma guerra armada contra a Inglaterra. O deputado Matosso da Câmara, não duvidava que todos os brasileiros poriam de parte seus ressentimentos pessoais, esqueceriam as suas divisões intestinas e partidária e correriam ao primeiro aceno que o governo lhes fizesse para defender a honra e a dignidade do país. O deputado usou como exemplo a guerra da Cisplatina, “quando o governo chamou os brasileiros a ela. O Brasil estava tão dividido em partidos como é hoje e mesmo assim, os representantes na nação deram imediatamente todo apoio ao governo para que sustentasse a dignidade nacional”.

repelir as pretensões da Inglaterra”, mas acreditava que o governo mais do que repelir, deveria também agredir, pois “os ingleses guerreiam nossa agricultura, guerreemos nós suas manufaturas”. Conclamou os escritores públicos a aconselharem os cidadãos brasileiros e reunirem em associações cuja primeira lei fosse a “guerra às manufacturas inglezas”. Conhecedora de como os ingleses eram sensíveis à opinião pública, insitou os jornalistas a se coligarem para através da opinião pública, obrigarem o governo inglês a ser mais justo e levar em conta os interesses do povo brasileiro. A *Sentinella* acreditava também, que a demonstração de sentimentos por parte da opinião pública em relação às exigências da Inglaterra, pudesse influenciar o governo Imperial a não ceder nessa luta em que o estrangeiro pretendia “assassinar a independência, a soberania e a nacionalidade brasileira”. Por fim, num só brado, pediu a união de todos os brasileiros:

Sejamos fortes, unamos-nos todos n’esta questão de vida ou de morte para o paiz. Far-nos-á guerra o governo inglez por não querermos comprar as manufacturas que sahem de suas fabricas? quererá, do mesmo modo que na China, obrigar-nos a comprar seus produtos? Seja assim; succumbamos em presença da força, mas sustentemos até o ultimo momento da existencia nossa soberania e liberdade, defendamos nossos direitos até a ultima extremidade e expiremos com o brado: - Guerra às manufacturas inglezas!!!

Em vários números a *Sentinella da Monarquia* instou a nação a “repelir o jugo estrangeiro: *façamos de nossa parte, que Deus nos ajudará! ...*” Seu lema contra as iniquidades crimes, atrocidades, pretensões e perversidade do orgulho egoísta governo britânico, era: “Guerra Às manufaturas inglezas! odio ao governo pirata! .... Fogo n’nelle!... Alerta, Brasileiros!... Alerta contra os assassinos de China!...”<sup>1070</sup> Aos brados da *Sentinella* juntaram os jornais neutros e de oposição: *Jornal do Commercio*, *O Brasil* e o *Diário do Rio de Janeiro*. A *Sentinella* acreditava que “mui breve em todo imperio, de Norte a Sul, de Nascente ao Poente, o grito será unissono: Guerra aos trapos às manufacturas inglezas!”<sup>1071</sup>

De fato, *O Brasil* (1840-1852),<sup>1072</sup> periódico de oposição redigido por Justiniano José da Rocha,<sup>1073</sup> também entendeu que o “brado de guerra às manufacturas inglezas”, era o meio

---

<sup>1070</sup> *Sentinella da Monarchia*, 21 de abril de 1842.

<sup>1071</sup> *Sentinella da Monarquia*, 23 de abril de 1842

<sup>1072</sup> Principal jornal de oposição ao Ministério da Maioridade, fundado a pedido do então Ministro da Justiça Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai), representante do partido Conservador (Regressita), para divulgar e publicitar os atos do governo e defender o partido conservador das críticas oposicionistas. Sodré, op. cit. p.182.

<sup>1073</sup> Justiniano José da Rocha, “jornalista de aluguel”, ex-redator do *Atlante*, do *Cronista* e do *Correio Oficial*, foi “trazido pela mão protetora de Paulino José Soares.” Para estar a frente do jornal, além remuneração exigiu consideração e proteção do novo governo, devido ao fato de ter sido foi exonerado do cargo de redactor do *Correio Oficial*, antes do encerramento do jornal (Sodré, 1999:182). Na opinião de Sodré, Justiniano foi a figura de destaque da imprensa áulica do Segundo Reinado.



mais fácil “de respondermos aos insultos às injúrias que quotidianamente nos fazem os navios da Gram-Bretanha, calcando o direito e a justiça, ludibriando de nossa fraqueza”. Instou os comerciantes a tomarem partido do Brasil, vedando o vastíssimo comércio inglês no Império: “abandonemos os productos inglezes, demos o nosso dinheiro a que não nos opprima com injustiças”. Entretanto, para Justiniano, por ofender a dignidade nacional o problema era ainda mais grave:

Não a causa da agricultura brasileira que queremos advogar, não é a riqueza publica que queremos defender das agressões inglezas: ás questões do tráfico está ligada ao Brasil a verdadeira nacionalidade, e essa não a barataremos não deixaremos os Inglezes ou outro qualquer povo a offenda, sem que ao menos soltemos o grito de indignação, e procuremos, pelos meios que estão a nosso alcance, vingar injurias que nenhuma nação deve soffrer impunemente.<sup>1074</sup>

O *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1852),<sup>1075</sup> que fazia oposição moderada e escrevia pouco sobre política, *em nome da honra e dignidade nacional* também convocou todos os brasileiros, todos os partidos políticos, corporações e Assembléias Provinciais a se unirem “em um só corpo e em uma só alma, para debellar o inimigo commum,” pois o que a Inglaterra quer é “dar o ultimo golpe a nossa agricultura” e alertou:

[...] mal do Brasil se o governo imperial não tiver a necessária energia para oppor às pretensões do governo inglez e livrar a nação do aviltamento e miseria a que quer reduzir esse governo que marcha imperturbavel a conquista da dominação universal [...] Proclamariamos a independencia da antiga metropole para nos sujeitarmos à dureza e tyrannia da Inglaterra? Seremos acaso feitoria da Gram-Bretanha e nos devemos resignar a sue nos trate essa nação, que se diz nossa alliada, como a povos vencidos? [...] Nunca levantamos a nossa voz para defender ou justificar o tráfico de africanos [...]. Hoje porem que a Gram-Bretanha, em seu plano hyocrita de libertar os africanos, ameaça assassinar a honra e dignidade nacional, faltariamos ao dever de escriptor publico, si não erguessemos nossa voz fraca para protestar contra as pretenções inglezas, e mostrar a nossos consicadãos o perigo que corre a patria si o governo brasileiro não tomar a posição que a nacionalidade lhe indica, si todos os Brasileiros si não reunirem em um só corpo e em uma só alma para debellar o inimigo commum. Ante as pretenções iniguas e tyrannicas do estrangeiro, que ousa impor-nos suas vontades unicamente na força, devem cessar as lutas dos partidos: a defesa da patria é o primeiro dever do cidadão livre, obedeçamos aos governo que nos dirigir por essa estrada da honra, embora seja conposto de nossos inimigos pessoas ou politicos. Todas as

---

<sup>1074</sup> *O Brasil*, 3 de abril de 1841.

<sup>1075</sup> Jornal diário, desde 1821 trocou várias vezes de dono. Entre 1841 e 1846, de propriedade de Nicolau Lobo Vianna, tornou-se semi-oficial. Nicolau Lobo Vianna e Filhos, era também proprietário da Tipografia do Diário e editou vários jornais na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Molina (2015) até a década de 1840, foi considerado o maior jornal de anúncios do Rio de Janeiro, com 2.700 assinantes, enquanto o *Jornal do Commercio* possuía no mesmo período 2.200 (Molina, 2015).



corporações do estado, as assembléas provinciais principalmente não poderem em consciencia deixar de representar aos poderes supremos da nação, protestando sua adesão às medidas que tiverem por fims salvar a nacionalidade [...] Ao governo cumpre representar-se a testa d'esse movimento do patriotismo, fallar à Inglaterra em nome da nação, declarar-lhe que não cederá um ponto de sua dignidade, e se por desgraça o governo não comprehender sua missão em tão melindrosa questão... guerra de morte ao governo que trahe a corôa e a nação, caia elle esmagado sob os golpes da vendicta nacional!<sup>1076</sup>

O longo artigo do *Diário do Rio*, é representativo de todo sentimento da opinião pública brasileira, na tentativa de criar um movimento patriótico para defender a *honra e dignidade da nação*. O governo se viu portanto, pressionado pela opinião pública a não ceder às pretensões da Inglaterra.<sup>1077</sup> Caso contrário seria tido como “traidor” da coroa e da nação. Podendo inclusive incorrer no crime de responsabilidade (Art. 133 da Constituição de 1824). Outra grande preocupação do periódico era de que o governo inglês, de acordo com o boato que se espalhou pelo Império, estabelecesse uma comissão para julgar emancipados todos os africanos que entraram no Brasil depois de 1831. Pois, de acordo com as reclamações de Palmerston, os direitos dos africanos estavam sendo notoriamente violados pelo governo e autoridades brasileiras porquanto não gozavam da liberdade garantida pela lei. Sem direito à indenização, isso iria causar grande transtorno aos fazendeiros que haviam investido enormes capitais na compra de africanos.

Preocupados com os problemas econômicos e em desmoralizar a Inglaterra, os três jornais se mobilizaram para desvendar as verdadeiras intenções dos ingleses, por detrás da sua filantropia. De modo dramático e exagerado a *Sentinella da Monarquia*, informou que o objetivo da Inglaterra é:

[...] assassinar nossa indústria, roubar-nos os braços que lhe dao vida, rebaixar o império e aviltalo ao ultimo ponto de degradação moral e política. As nossas fortalezas serão arrasadas à vontade do ministério Wellington, ao aceno de lord Aberdeen; nossas casas serão visitadas, nossos escravos roubados a nossas fortunas, e tudo isto porque a Inglaterra quer para si o monopólio do assucar e do café, e não consente que outros povos produzam esses generos!...Quem haverá tão credulo que não sinta todo o horror das pretensões inglezas, toda hypocrisia com qua acoberta seus odiosos planos de engrandecimento?!...<sup>1078</sup>

---

<sup>1076</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 12 de abril de 1842.

<sup>1077</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de abril de 1842.

<sup>1078</sup> *Sentinella da Monarquia*, 12 de abril de 1842.

Para o *Diário do Rio*, a “opinião pública” não “deveria deixar passar sem protestar nenhum dos excessos cometidos pela marinha inglesa tem ousado commetter.” Estava disposto, até que fosse “aniquilado o direito de visita, colher todas as informações que pudessem esclarecer o público acerca das reais intenções da Inglaterra.”<sup>1079</sup> Procurou alertar o público e o governo sobre a falta de “sinceridade” e a falsa “filantropia” dos ingleses transcrevendo trechos de jornais franceses *Calcutta-Courier* e *Constitutionnel*. Do primeiro, denunciou a compra e venda em larga escala de crianças indianas e cristãs pelos ingleses na Índia, especialmente em Calcutá. Do segundo, informou que a filantropia dos ingleses não passava de um pretexto para dominar os mares, assenhorear-se do código marítimo impondo ao comércio internacional sua própria legislação através do direito de busca e visita. Elogiou o governo norte-americano por não ceder o direito de visita e informou que este direito recentemente concedido pelo governo francês, foi muito criticado pela opinião pública francesa. Segundo o *Constitutionnel*, desde os Congressos de Aix-la-Chapelle e de Verona, que a França vinha recusando esta proposição inglesa. Os duques de Richelieu e M. de Talleyrand formam mais ciosos da independência nacional francesa do que os actuais ministros, que colocaram a França numa situação humilhante. Conhecendo a influência da França, deu a entender que o governo brasileiro não deveria seguir o atual governo francês.

*O Brasil*, acusou os ingleses levarem os africanos capturados dos negreiros brasileiros para sua colônia de Demerara, a título de colonos, com objetivo de fazê-los ‘humanamente trabalhar ainda mais do que os escravos. Eis o que é philantropia!’<sup>1080</sup> Afirmou que “já não é coibir o tráfico de escravos o que elles têm em vista, é sim dar cabo de todo o nosso commercio até o costeiro,” mas isso “todos já sabem”, conclui!<sup>1081</sup> Portanto voltou-se contra o governo pediu que deixasse de “ser covarde” e encarasse esta situação e os perigos que correríamos caso rompa uma hostilidade aberta, por hora, reforçou o redator, vivemos com a Inglaterra uma hostilidade disfarçada, que sacrifica “a honra nacional, nossa soberania e nossos interesses.”<sup>1082</sup> Num outro número anterior, o redator já havia questionado o governo por se sujeitar aos insultos

---

<sup>1079</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 20 de dezembro de 1842.

<sup>1080</sup> *O Brasil*, 22 de junho de 1841.

<sup>1081</sup> O jornal refere à atuação dos navios de guerra britânicos nos municípios de Campos e Paraty (litoral do Rio de Janeiro) e em Ubatuba (litoral de São Paulo), que teve grande repercussão na imprensa. Em Campos a população que vive da pesca, estava sendo impedida de pescar em alto mar, pela escuna de guerra britânica *Lebre*, sob suspeita de irem facilitar operações de contrabando. Em Paraty, os ingleses estavam obstado até mesmo o comércio costeiro, chegando a impedir a navegação de barcos carregados de mantimentos. Em Ubatuba os cruzadores ingleses estavam causando grande transtorno à população. O segundo acontecimento foi relatado num ofício que a Câmara Municipal de Paraty, enviou ao Presidente da Província do Rio de Janeiro, publicada no periódico. *O Brasil*, 11 de março de 1841.

<sup>1082</sup> *O Brasil*, 8 de junho de 1841.

e vexames contra as classes pobres: “para evitar o contrabando? E pode o ministério evital-o?” Em sua opinião, o governo não pode evitá-lo e nesta tentativa frustrada, a única coisa que tem feito é fazer subir o preço dos africanos em função do risco que impõe o contrabando, e com isso, levar muitos (fazendeiros) à ruína e os traficantes à fortuna colossal.<sup>1083</sup>

Enfim, embora não tão exagerados como os portugueses, os jornais brasileiros também apresentaram vários argumentos, políticos, econômicos e morais para demonstrar a “falsa filantropia” dos ingleses, ao mesmo tempo que relatavam os diversos insultos praticados em embarcações lícitas no litoral brasileiro. Conforme informou o *Brasil*: “Não tem a imprensa cessado de manifestar os sentimentos de indignação que excita, em todos os que ainda sentem no peito um coração brasileiro”. Num artigo intitulado “Pretensões Inglezas”, publicado no dia 16 de abril, informou que as “pretensões dos Inglezes”, estão na “ordem do dia”, tanto no Brasil como na Europa: “o jugo dessa nação hypocríta e refalsada vae excitando, á par da indignação universal, as mais serias reflexões”. Por fim conclamou: “o ódio aos Inglezes hade vir a ser o primeiro característico do Brasileiro, pois será synomino de zelo pela nacionalidade”.<sup>1084</sup> No mesmo dia, o *Diário do Rio*, num longo artigo intitulado “Os antagonistas das pretensões inglezas”, também estampava em suas páginas que “o ódio aos Inglezes, a guerra às manufacturas inglezas, a resistencia a suas pretensões estão na ordem do dia, não é possível distrahia dellas a atenção publica, nem com as questões de maior interesse”.<sup>1085</sup> Neste mesmo ano, foi publicada a versão brasileira ampliada da obra do francês Elias Regnaut: “História criminal do governo inglez, desde as primeiras matanças da Irlanda até o envenenamento dos Chinas”.<sup>1086</sup>

As acusações dos jornais brasileiros foram tão contundentes que um inglês residente no Rio de Janeiro, sob pseudônimo “Philopolito”, mesmo sabendo a opinião contrária dos redatores, apelou para a “imparcialidade” do jornal e solicitou um “pequeno espaço no *Diario*”, para refutar os redatores brasileiros na sua obstinada tentativa de converter em ódio e mesmo em desprezo”, “a amizade, a boa inteligência e simpathia que até agora tem existido entre as

---

<sup>1083</sup> *O Brasil*, 9 de março de 1841.

<sup>1084</sup> *O Brasil*, 16 de abril de 1842.

<sup>1085</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 16 de abril de 1842.

<sup>1086</sup> Uma obra de 2 volumes e 600 paginas, publicada no Rio de Janeiro pela Tipografia Universal de Laemmert em 1842, Vendida RS. 4\$000. “foi acrescentada com a história de muitos factos modernos tanto no Brasil como nos domínios de Portugal, por um brasileiro”. Trazia na capa uma gravura representando um inglês impondo o ópio aos chineses.

nações brasileira e inglesa.”<sup>1087</sup> As alegações do “Philopolito”, foram rebatidas pelo *O Brasil*, que num artigo com título provocativo de “O Anglophilo e o Diário”, reforçou: “nas últimas discussões da imprensa tão alto soou essa voz [nada de tratados com a Inglaterra], que o ministerio havia de, por força ouvi-la”.<sup>1088</sup>

Já *O Novo Tempo* (1844-1845), periódico liberal redigido por José Maria da Silva Paranhos,<sup>1089</sup> surgido num momento em que os liberais retomavam o poder (1844), em tom sarcástico acusou *O Brasil*, que na situação de oposição, procurava alimentar “ódios” contra o governo que não defende o tráfico da escravatura. Para Silveira Paranhos, a tarefa da imprensa é despertar o “ódio contra o traficante” e não contra o governo. Criticou *O Brasil* por defender o tráfico da escravatura, incitar os que se dão a esse comércio ilícito a declararem guerra aos ingleses, além de “propalar entre os lavradores a ideia de que o governo [liberal] quer matar a nossa lavoura, roubando-lhe os braços africanos”.<sup>1090</sup> Mesmo não aprovando os métodos de pressão da Inglaterra, reconheceu que o governo deveria respeitar os tratados. Silva Paranhos, que tinha interesse em angariar votos para sua campanha, conhecia bem a importância do trabalho escravo e a impopularidade daqueles que pregavam o contrário. Portanto, propôs acabar com o tráfico mas não com a escravidão. Pelo contrário, pregou o bom tratamento dos cativos, para que pudessem reproduzir naturalmente, aumentando assim a escravatura. Assim, não seria necessário buscar escravos fora e correr os riscos inerentes ao tráfico ilegal.

Entretanto, apesar do governo brasileiro atender aos clamores da opinião pública, reclamando e recusando firmemente as proposições dos ingleses, o governo britânico ignorou-os completamente, seguindo em frente com suas ameaças e o *bill* Aberdeen foi aprovado e sancionado em 09 de agosto de 1845.

---

<sup>1087</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 30 de dezembro de 1842. Nesta mesma edição criticou o governo francês “pela cega política de seus ministros”, por fazerem concessões à Inglaterra firmando com eles um vergonhoso tratado, permitindo “a despotica dominadora dos mares, o direito de visita”. Informou que os periódicos da França “bradaram contra esta ignomina, contra esse desconhecimento dos proprios interesses”, dando a entender que o governo imperial não deveria fazer o mesmo e que os periódicos brasileiros deveriam seguir o exemplo dos seus congêneres franceses.

<sup>1088</sup> *O Brasil*, 7 de janeiro de 1843. Um semana depois, o “Philopolito” solicitou a publicação de outra correspondência para reponder ao redator d’*O Brasil* às acusações do “Roceiro” (outro correspondente do *Diário*). *Diário do Rio de Janeiro*, 14 de janeiro de 1843.

<sup>1089</sup> José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco (1819-1880), redigiu o jornal com objetivo de alavancar sua carreira política. Formado em Direito e em Ciências Matemáticas na Real Academia Militar, foi eleito Deputado Provincial no Rio de Janeiro em 1845 à Câmara dos Deputados pelo Rio de Janeiro, em 1847. Em 1850 redigiu o *Jornal do Commercio*, onde publicou anonimamente crônicas semanais em forma de cartas intituladas “Ao amigo ausente”.

<sup>1090</sup> *O Novo Tempo*, 15 de maio de 1844.

### 2.3. O *bill* Aberdeen

Mesmo com opiniões divididas,<sup>1091</sup> o Parlamento britânico autorizou o *Aberdeen Act*, pelo qual os navios brasileiros, independente de estarem ou não transportando escravos no momento da abordagem, poderiam ser capturados. As cargas dos navios seriam apreendidas, as tripulações e passageiros seriam considerados piratas e estariam sujeitas aos tribunais alto tribunal do almirantado e qualquer tribunal do vice-almirantado, sendo julgados pelas leis da Inglaterra. Isto significava um grande desrespeito à *dignidade e soberania brasileira*, uma vez que a visita e busca em alto mar em tempo de paz, assim como o julgamento de súditos de uma nação de acordo com as leis de outra, além ser proibidos pelo direito internacional, era considerado beligerante e um afronta ao “direito das gentes.” Pois nenhuma nação podia exercer ato algum de jurisdição sobre a propriedade e indivíduos no território da outra.

Antônio Paulino Limpo de Abreu, que havia acabado de assumir o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil em 22 de outubro de 1845, enviou uma nota ao governo inglês, em nome do Imperador D. Pedro II, protestando contra o ato unilateral considerando-o “abusivo, injusto e atentatório aos direitos de soberania e independência da nação brasileira.” Um abuso injustificável da força e violência “que ameaça os direitos e regalias de todas as nações livres e independentes.”<sup>1092</sup> Em 3 de maio de 1846, na “Fala do Trono” por ocasião da abertura da Assembléia Geral Legislativa, o próprio Imperador D. Pedro II informou a Câmara sobre o fim das medidas convencionadas entre o Brasil e a Grã-Bretanha e o protesto contra o *bill*, dando conhecimento dele a todas as potências.<sup>1093</sup> Na Câmara, os deputados consideraram o ato do parlamento britânico “inconciliável com os princípios de independência e soberania nacional”, e por isso aplaudiram e tomaram parte no “protesto” do governo contra este ato.

O “Protesto”, além de publicado em vários jornais,<sup>1094</sup> saiu em formato folheto escrito em português, inglês e francês, sendo distribuído em todo Brasil e enviado aos governos dos Estados Unidos, Portugal, França e Espanha. Nele, o Ministro lembrou os ingleses que o “direito das gentes” não reconhecia visita e busca em alto mar em tempo de paz, era

---

<sup>1091</sup> Na Câmara dos Comuns, Thomas Milner Gibson reprovou veementemente o projeto. Afirmou que a “Marinha britânica não tinha mais o direito de abordagem e busca em relação aos navios brasileiros,” e declarou que a única força que podia acabar com o comércio de escravos, era a opinião pública brasileira. Este problema “estava intimamente relacionado com os sentimentos, os preconceitos e os interesses financeiros dos abastados do país.” Além do mais, “os brasileiros patriotas não estavam dispostos a tolerar a interferência armada britânica”. Sobre o debate na Câmara dos Comuns, ver: Bethell, *op. cit.* p.p. 297-298.

<sup>1092</sup> Relatório do ano de 1845, apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 3ª sessão da 6ª legislatura. BRASIL (1846).

<sup>1093</sup> *Gazeta dos Tribunais*, 8 de maio de 1846.

<sup>1094</sup> O *Jornal do Commercio* de 29 de outubro de 1845, publicou o “Protesto” na íntegra e nos três idiomas: português, francês e inglês.

inconcebível que o tráfico pudesse ser considerado pirataria, “quando não ha muitos anos ainda a mesma Inglaterra não se reputava infamada a negociar em escravos africanos.” Informou que a Rússia, França, Espanha, Portugal, Estados Unidos, Brasil e outras potências ainda não haviam abolido a escravidão, e que os tratados realizados com outras nações da América: Argentina (1839), Chile (1839), Haiti (1839), Uruguai (1839), Venezuela (1839), Bolívia (1840), México (1841), Texas (1841) e Washington (1844), não traziam as mesmas disposições (Abreu, 1845).

A despeito dos protestos do governo brasileiro, imediatamente aprovado o *bill*, assim como em Portugal, o *Foreing Office* intensificou o patrulhamento sobre o tráfico invocando o Art. 1º do Tratado de 23 de novembro de 1826, que obrigava o Brasil a abolir inteiramente o comércio de escravos africanos e a tratar este comércio como pirataria, autorizando a apreensão de navios brasileiros, mesmo que no momento não tivessem com escravos a bordo. Embarcações de guerra inglesa se posicionaram no litoral brasileiro, apresando ou metendo a pique indiscriminadamente, os navios com carga lícita ou ilícita. Em alto mar os britânicos capturaram os negreiros brasileiros *Felicidade* e *Echo*, cujos marinheiros foram julgados e condenados a morte pelo tribunal inglês, sem a presença de advogados brasileiros. Entretanto, a execução foi suspensa, a defesa (advogados britânicos), alegou que os crimes em navios estrangeiros foram cometidos em alto mar e fora da jurisdição britânica. Mesmo assim, os ingleses continuaram os apresamentos de embarcações com bandeira brasileira, tanto aquelas envolvidas no tráfico de escravos como as que empregavam no comércio lícito, provocando grande revolta e indignação no Brasil. O *bill* Aberdeen foi interpretado pelos brasileiros como uma represália ao governo, por não ter renovado o tratado do comércio e um meio de coagir o governo a assinar uma convenção semelhante a realizada com Portugal em 1842.

Não obstante, além do constrangimento diplomático com a Inglaterra, as Convenções britânicas assinadas com Portugal (1842) e com a França (1845), conferiram a estas nações, plenos poderes de coadjuvarem forças para obstem o contrabando de africanos, tendo como mira os navios com bandeira brasileira.<sup>1095</sup> Portanto, cruzadores franceses e portugueses, nações

---

<sup>1095</sup> De acordo com a Convenção anglo-francesa, a França deveria: (i) dispor de uma força naval de 26 navios (todos providos de armas de guerra); (ii) e obter dos reis ou chefes africanos o abandono do tráfico de escravos e observar os seus empenhos. Os franceses foram orientados a observar as disposições da lei de 12 de abril sobre a pirataria. Ela considera como piratas não só as equipagens dos navios que se empregam em atos de depredação, mas ainda os que navegam sem papeis de bordo ou com papeis que não justificam a regularidade da expedição. Quase todos os navios negreiros trazem a bordo expedições em duplicata e papeis aparentemente emanados de governos diferentes, com matriculas de equipagem falsas que lhes permitem dar-se segundo as ocorrências, por pertencerem ora a uma ou a outra nação. Ordinariamente em São Tomé e na Ilha de Cuba se fabricam papeis falsos de bordo, com formulas impressas e as assinaturas de diversas autoridades de cada nação marítima.

com quem o Brasil nunca teve tratado que delegasse o direito de visita em alto mar, estavam visitando navios brasileiros, julgando e condenando-os em seus tribunais. Essa perda do apoio da França e de Portugal colocou o Brasil numa situação de isolamento diplomático.<sup>1096</sup>

Destarte, o governo brasileiro através do seu representante em Londres, apresentou a Lord Aberdeen um projeto de uma nova convenção sobre o tráfico em que se restabelecia o direito de busca, mas com duas garantias necessárias: 1º) de que não fosse exercido dentro das águas territoriais do Brasil para não causar prejuízos ao comércio de cabotagem; 2º) que não prejudicasse o comércio lícito nas navegações de longo curso e em alto mar, dentre eles as embarcações que transportavam colonos livres, as justificativas seriam validas apenas com apresentação dos seus papeis a bordo. Aberdeen, se comprometeu em nome do governo britânico, a revogar o *bill* “atentatorio da independência e soberania do Brasil”, logo que o novo tratado fosse assinado.

Entretanto, depois da queda do governo Peel e ascensão de John Russel, Palmerston substituiu Aberdeen no Ministério dos Negócios Estrangeiros e não aprovou o projeto brasileiro. Em 1847, enviou o Lord Howden ao Rio de Janeiro em missão especial com um contra-projeto. No Rio, Howden, não discutiu nem negociou projeto proposto por Palmerston, muito parecido com o de Portugal em 1842, e foi logo apresentando-o como um tratado pronto para ser assinado, com ordem expressas de não alterar nem uma vírgula. Em troca do tratado do comércio e do tráfico, a diplomacia inglesa estava disposta a proteger a Província do Rio Grande, caso Juan Manuel Rosas,<sup>1097</sup> líder da Confederação Argentina, em suas pretensões de reintegrar antigos territórios do vice-reinado do Rio Prata (Argentina, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Províncias do Sul do Brasil) fundado pela Espanha em 1776, resolvesse anexá-la. Ou seja, percebendo a inviabilidade de bloquear os mais de sete mil e trezentos quilômetros do litoral brasileiro e que na iminencia de um ataque por Rosa e Oribe à Província do Rio Grande

---

<sup>1096</sup> Depois que a Inglaterra reconheceu a soberania de Portugal em algumas de possessões em África, o governo português, para manifestar os “sinceros desejos de ajudar a Grã-Bretanha na aniquilação do “abominável tráfico”, colocou vários navios de guerra na costa Ocidental e Oriental da África, com objetivo de apresar navios portugueses e brasileiros. Assim, várias embarcações brasileiras foram apresadas pelos cruzadores portugueses, julgadas boas presas pelo tribunal de Luanda e reclamadas pela legação brasileira em Lisboa. Entretanto, o governo português reconheceu a falta de direito e a violência com que detinha e julgava embarcações brasileiras sem que houvesse um tratado entre as duas nações e em 29 de fevereiro de 1848, o Ministro da Marinha de Portugal, expediu ordens ao governador de Angola, de que não era permitido dar caça, visitar ou apreender embarcações estrangeiras (brasileiras) fora dos tratados. Em 1845, a França também enviou 26 cruzeiros à vela e a vapor para a costa da África (altura de Cabo Verde), onde apreendeu e levou embarcações brasileiras a julgamento em seus tribunais. Entretanto, assim como Portugal, em 1848 a França reconheceu o erro e declarou que de fato suas leis não podiam abranger os navios de súditos brasileiros.

<sup>1097</sup> Governador de Buenos Aires, líder da Confederação Argentina. Foi aliado e ajudou os farroupilhas na Província do Rio Grande do Sul, durante a guerra civil separatista.



do Sul, o Brasil precisaria da ajuda da Inglaterra. Palmerston tentou negociar o tratado, afirmando que enquanto as negociações não fossem concluídas de forma satisfatória [para Inglaterra], não podia apoiar publicamente o Brasil na questão do Prata. Alguns historiadores, interpretaram esta ameaça como bem sucedida (Bethell, 2004) argumentado que o tratado para o fim do tráfico firmado em 1850, teria sido motivado pelo perigo de uma iminente invasão Rosista.<sup>1098</sup>

Porém, em relação aos conflitos na região Platina o governo, embora vigilante e alerta, ainda mantinha uma política externa de neutralidade.<sup>1099</sup> Apesar de preocupante, o Brasil não tinha intenções nem condições financeiras para envolver-se em uma guerra com os países vizinhos. Portanto, esta questão não era prioridade para a política externa brasileira, pois haviam dois problemas mais urgentes: a ingerência britânica efetivada pelo *bill* e a necessidade de promover a colonização e imigração livre.<sup>1100</sup> Contudo, sem chegar a um acordo as ameaças vindas de Londres intensificaram. Palmerston, bem menos amistoso que Aberdeen, reforçou os ataques da marinha britânica contra as embarcações brasileiras, com provas ou não de comércio ilícito. O procedimento dos ingleses feria a soberania nacional e fazia aumentar cada vez mais o sentimento anti-britânico, na opinião pública. O governo brasileiro, diante da incapacidade de sustentar uma guerra armada com a Grã-Bretanha, procurou feri-la no seu ponto fraco: o comércio.<sup>1101</sup> Suspendeu qualquer tipo de negociação para renovação do tratado comercial, enquanto o *bill* não fosse revogado.

#### 2.4. Repercussão do *bill* Aberdeen na imprensa brasileira

A notícia da aprovação do *bill* chegou ao Brasil, pouco mais de um mês depois de sua aprovação em Londres. O *Aberdeen Act* foi traduzido e publicado na íntegra no dia 13 de

---

<sup>1098</sup> Entretanto a guerra foi de fato inevitável. Em novembro de 1851 foi estabelecido um tratado entre os aliados: brasileiros, uruguaios e argentinos, contra Rosas. A batalha foi vencida em fevereiro de 1852, confirmando assim os limites entre o Uruguai e o Brasil e as independências do Uruguai e do Paraguai.

<sup>1099</sup> Na guerra civil na República Oriental, entre os dois candidatos à presidência, Manuel Oribe e Frutuoso Rivera, Oribe foi expulso e se aliou a Juan Manuel Rosas contra os “Colorados”, partidários de Frutuoso Rivera. No conflito, França e Inglaterra chegaram a declarar guerra a Rosas.

<sup>1100</sup> Portugal foi o país que respondeu bem ao estímulo. De acordo com o *Diário do Rio de Janeiro*, a imigração portuguesa no ano de 1845, foi de 3.353 indivíduos: do Porto (1706), Açores (1284), Madeira (133), Lisboa (125), Setúbal (1), África (98), Ásia (6). Um aumento de 158 indivíduos em relação ao ano de 1844.

<sup>1101</sup> No Ranking de importadores para o Brasil, início da década de 1840, a Inglaterra ocupava o primeiríssimo lugar, seguido de longe pela França (2º), Estados Unidos (3º) Cidades Asiáticas (4º), Rio da Prata (5º), Portugal (6º), Espanha (7º), Itália (8º), entre outros menos expressivos. Portanto a proibição da entrada de mercadorias britânicas, poderia causar grande prejuízo ao comércio da Inglaterra. Durante o ano de 1845, dos 854 navios entrados no porto do Rio de Janeiro em 1843, 470 eram ingleses. *Jornal do Commercio*, 7 de dezembro de 1845.



setembro de 1845, pelo *Jornal do Commercio*,<sup>1102</sup> sem nenhum comentário. Entretanto, tentando manter neutralidade, o *Jornal do Commercio* criticou indiretamente o *bill*, com a publicação de uma carta escrita por um “Brasileiro” residente em Londres, transcrita do jornal inglês *The Times*,<sup>1103</sup> e a publicação do longo discurso de justificativa do voto contrário ao *bill*, proferido por Sir Thomas Milner Gibson no Parlamento britânico. O correspondente do *Times*, começa por criticar o próprio *Times* por apoiar e elogiar a Inglaterra pela medida, considerada pela folha inglesa como a mais justa e eficaz na repressão ao tráfico. Entretanto para o “Brasileiro”, o *bill* era injusto e violava de forma premeditada os direitos do Brasil, por uma potência superior. Disse não proteger o tráfico de escravos, mas a Inglaterra, por ser ainda muito recente a sua própria purificação dos “horrores do tráfico”, não tinha o direito de insultar e atacar os povos que ainda comercializavam escravos. Incitou o Brasil a não se submeter de “braços cruzados a uma tão atroz violação dos seus direitos”. Por não poder como a França, competir com a Inglaterra pelas armas, deveria “retaliar com hostilidades fiscais”, aniquilando assim, o comércio da Inglaterra com o Brasil. Para o correspondente do *Times*, o *bill* além de prejudicar o comércio lícito, expunha os subditos brasileiros ao corrupto e injusto tribunal de vice-almirantado inglês. Em virtude do *bill*, nenhum navio brasileiro poderia considerar seguro nos mares africanos. Afirmou ainda, que a Grã-Bretanha não tinha o direito de legislar para os subditos do Império do Brasil e ameaçá-los com as suas próprias leis.<sup>1104</sup>

Quanto ao discurso na Câmara dos Comuns realizado em julho de 1845,<sup>1105</sup> Gibson, assim como o Duque de Wellington, que havia protestado contra o *bill* Palmerston para Portugal, declarou o *bill* Aberdeen como uma verdadeira “declaração de guerra contra o Brasil” e de hostilidade contra os subditos brasileiros, podendo resultar em represálias e ressentimentos gravíssimos, além de gerar sérios embaraços ao comércio dos dois países. Demonstrou preocupação, com a possibilidade do *bill* levar a apresamentos indiscriminados e abusivos, instigado pelo desejo de receber o prêmio de 35 mil libras, oferecido a qualquer oficial que no comando dos cruzadores, tomarem navios brasileiros. Gibson, que era contrário ao uso da força nas Relações Internacionais, criticou o governo britânico por enviar para suas colônias os

---

<sup>1102</sup> Apesar do *Jornal do Commercio* contar com vários correspondentes internacionais, antes da utilização do telégrafo internacional no jornalismo (1874), as notícias chegavam por navio, com grande atraso.

<sup>1103</sup> O *Times*, desconfiou que o “Brasileiro”, era na verdade um correspondente do *Jornal do Commercio* em Londres, levando os próprios redatores do jornal a rebater o *Times*. De fato, as desconfianças do *Times* fazem sentido, pois o *Jornal do Commercio* sempre publicou várias correspondências assinadas sob o pseudônimo “Brasileiro”.

<sup>1104</sup> Copiado do *Times*, pelo *Jornal do Commercio*, 18 de setembro de 1845.

<sup>1105</sup> *Jornal do Commercio*, 3 de outubro de 1845.

africanos tomados dos negreiros brasileiros na costa do Brasil. Em sua opinião, este ato representava uma forma indireta de abastecê-las com mão-de-obra. Chamou atenção para a mortalidade entre os negros que eram reexportados para as colônias britânicas, cujo índice era tão grande como na viagem da África para o Brasil. Com isso, os ingleses estavam cometendo os mesmos horrores que acusavam os outros. Argumentou que a Inglaterra quando fazia o tráfico, teria repellido com indignação uma semelhante intervenção da parte de uma potência estrangeira. Portanto, a política inglesa era muito questionável e que muita gente entendia que a ação dos cruzadores ingleses na costa do Brasil só fazia aumentar o mal. Contudo, sobre o parlamentar britânico, cabe aqui uma observação. Eleito por Manchester, defensor do livre comércio e Vice-Presidente da Junta de Comércio, a maior preocupação de Gibson não era com a questão humanitária, e sim o abalo que tal media iria provocar nas relações comerciais entre a Inglaterra o Brasil, podendo inclusive colocar em perigo a propriedade e a vida dos súditos britânicos em território brasileiro.

No dia 12 do mesmo mês, o *Jornal do Commercio* rompeu com a neutralidade que sempre manteve na questão da escravidão, para opor-se energeticamente ao *bill* Aberdeen e defender o governo brasileiro das acusações do *Times*. Para o *Jornal do Commercio*, “enquanto durarem semelhantes atos de violência, não convém que o Brasil faça o menor esforço para obedecer.” Os redatores sabiam que qualquer esforço neste sentido, exporia o governo brasileiro à impopularidade podendo levar a resistências internas. “Como a Inglaterra substituiu a benevolência pela violência” e como só nela confia, acreditavam que o governo imperial deveria isolar a Inglaterra. Depois de protestar contra os atentados da Inglaterra, deveria “considerar roto o tratado de 1826, até que o desengano de que a violência é insuficiente para vedar o tráfico persuada ao governo inglês que não é a força que se deve recorrer”.<sup>1106</sup>

Ao protesto do *Jornal do Commercio*, mais estável e mais influente jornal publicado no Brasil, juntaram outros jornais políticos editados na Corte: *O Brasil* (1840-1852), *Sentinella da Monarquia* (1840-1847), *O Mercantil* (1844-1848), *O Social* (1845-1846), *A Gazeta Oficial do Império do Brasil* (1846-1848), *O Correio da Tarde* (1848-1849), que mesmo de lados opostos e sem deixar de fazer oposição, por ferir a *dignidade e a honra da nação*, foram uníssomos contra “o *bill* da pirataria”. Para *O Mercantil* periódico liberal (*Luzias*) redigido por

---

<sup>1106</sup> *Jornal do Commercio*, 12 de outubro de 1845.

Torres-Homem,<sup>1107</sup> tráfico não podia ser considerado pirataria, mas apenas um comércio ilícito que outrora fora lícito. Apesar de não defender o tráfico, ele competia a justiça brasileira “punir e não os estrangeiros”. Por fim, publicou um série de artigos com objetivo de denunciar a falsa filantropia os ingleses e as verdadeiras intenções que motivaram a aprovação do *bill*, da mesma forma que fizeram os periódicos conservadores.

Já os conservadores, na condição de oposição, apesar de apoiarem o governo cobravam uma política externa mais enérgica contra os ingleses e tentaram influenciá-lo a não realizar qualquer tratado com a Inglaterra enquanto o *bill* não fosse revogado. *O Social*, por exemplo, depois de publicar na primeira página de várias edições, “O protesto contra o bill de pirataria”, informou que a oposição esperava “mais do que protesto do governo imperial”.<sup>1108</sup> Do mesmo modo, entre outubro e dezembro *O Brasil* publicou uma série de artigos intitulado “O bill de lord Aberdeen”, assinado apenas com a inicial “F”.<sup>1109</sup> Pela importância e interesse, os artigos foram reunidos num folheto intitulado *Inglaterra e Brasil. Trafego de Escravos, por Um Deputado*<sup>1110</sup> e publicados em 18 dezembro de 1845. No prefácio do folheto, o editor informa que o seu objetivo é coadjuvar forças e servir de comentários ao protesto que o governo imperial acaba de intimidar à Inglaterra. Num estudo, composto de 300 páginas, o autor evocou toda história da Inglaterra no tráfico de escravos, para expor os objetivos dos ingleses em relação à supressão do tráfico de africanos e os meios “horrorosos de que tem lançado mão as indignidades e violências sob esse pretexto praticados contra o Brasil”.<sup>1111</sup>

*O Sentinella da Monarquia*, além de reproduzir artigos sobre o *bill* dos jornais: *Presse* (Paris), *Times* (Londres) e *Jornal do Commercio*. Sob o título “O Bill-enforca Brasileiros!”,

---

<sup>1107</sup> *O Mercantil*, 9 de março de 1846.

<sup>1108</sup> *O Social*, 17/10, 28/10, 31/10, 04/11, 07/11, 18/11 de 1845.

<sup>1109</sup> No Prefácio o editor (Justiniano José da Rocha) informa que o folheto reúne artigos publicados n’*O Brasil*, intitulados “O bill de lord Aberdeen”. Entretanto, devido ao fato da série do jornal estar incompleta, não nos foi possível encontrar no próprio jornal estes artigos. Faltam as edições de junho a dezembro de 1845 do vol. VI. Para o ano de 1846, existem apenas duas edições incompletas: n° 839 (mutilado) e n° 859 (vol. VIII). As edições do ano de 1847 (vol. IX) também estão incompletas, com edições de 24 de agosto a 30 de novembro. Entretanto a os artigos foram reproduzidos pela *Sentinella da Monarchia*, entre 27 de outubro e 29 de dezembro de 1845.

<sup>1110</sup> Tâmis Parron (2009:172-173), atribui a autoria do folheto a João Manuel Pereira da Silva (1817-1898). Vinculado ao Partido Conservado. Pereira da Silva foi deputado pela Assembleia Legislativa pela Província do Rio de Janeiro (1840/44, 1848, 1850/52, 1867/1868, 1869/1870, 1872/1875, 1882/1884, 1886-1887) e Senador (1888-1889). Advogado formado em Paris (1838), escritor, teve seus artigos publicados no *Jornal do Comércio* e n’*O Brasil*. Foi responsável pela tradução do francês da obra de M. Elias Regnaut, sobre a cobiça inglesa, na sua conquista de territórios, aumentada e anotada com a história de fatos do Brasil. Sobre João Manuel Pereira da Silva, sua carreira política e obras literárias ver: Silva (2003). Último livro publicado pelo político e escritor João Manuel Pereira da Silva e o primeiro a ser reeditado após o seu falecimento em 16 de junho de 1898. Introdução de Célio Ricardo Tasinafo.

<sup>1111</sup> A venda do folheto composto por com 300 páginas, foi anunciada na secção “Annuncios” d’*O Brasil* e o do *Diário do Rio de Janeiro*, a 2\$400 réis o exemplar. *Inglaterra e Brasil. Trafego de Escravos, por Um Deputado*. Rio de Janeiro: Typographia do Brasil, de J.J. da Rocha, 1845.

reproduziu todos os artigos “O bill de lord Aberdeen” publicados n’*O Brasil*, em quatorze edições.<sup>1112</sup> *O Correio da Tarde*, preocupado com a possibilidade do então Ministro dos Negócios Estrangeiros Saturnino de Souza e Oliveira (1847),<sup>1113</sup> ceder aos ingleses e assinar o tratado, alertou:

A previa revogação do *bill Aberdeen* he o primeiro, o unico negocio que hoje temos com a Inglaterra; em quanto estivermos por essa lei degradados, em quanto por ella estivermos excluidos do numero das nações, não ha que ouvir proposições suas à respeito de qualquer outro objecto! Assim exige o bom senso, o direito, a dignidade e soberania do Imperio. [...] Não saccionemos por modo algum o *bill da pirataria*.<sup>1114</sup>

Em suma, assim como em Portugal, por ocasião do *bill Palmerston*, o *bill Aberdeen* foi tão discutido e comentado na imprensa brasileira que parecia não ter muito mais o que acrescentar. Na edição de 6 de março de 1848, *O Brasil*, para terminar a série de observações que há bastante tempo vinha ocupando o jornal, num longo artigo intitulado “Inglaterra e Brasil”, sobre as declarações de Palmerston no parlamento inglês acerca do *bill Aberdeen*, afirmou: “Não discutiremos hoje o bill da pirataria, nem pela millionesima vez, e depois de tantos e tantos escritores mostraremos quaes os fins da inglaterra em toda essa sua philantropica campanha” e continuou:

Seria isso temeridade em nós quando penna habilissima já em nossas columnas discutiui profundamente essas questões. Além de que persuadimo-nos que ninguém haverá no Brasil, nem mesmo o inglês Saturnino. Ninguém haverá no mundo que considere fundado em justiça e direito o bill da pirataria. É um acto de guerra, é uma represalia; a força o dicta, a força o mantem. [...] Não, nunca a Inglaterra obterá, nem que compre por milhões a condescendencia de algum ministro brasileiro, fazer que seja convertido em tractado o seu bill Aberdeen.<sup>1115</sup>

Num ambiente de grande exaltação nacionalista, apesar de reconhecerem o opróbrio da escravidão, não era possível abolí-la sem substituí-la convenientemente. Além de atentar contra a economia e à propriedade privada, garantida pela Constituição, poderia lançar o país à miséria.

---

<sup>1112</sup> *Sentinella da Monarquia*, 27/10, 29/10, 03/11, 05/11, 7/11, 10/11, 12/11, 17/11, 19/11, 21/11, 26/11, 03/12, 17/12, 29/12 de 1845.

<sup>1113</sup> Em dezembro de 1847, o Ministro e Plenipotenciário britânico Lord Howden, propôs ao Senador Saturnino de Sousa e Oliveira, na sua breve passagem pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, um tratado de comércio e outro para repressão do comércio de escravos que viesse a substituir o *Aberdeen Act*, de 1845. Entretanto, em 28 de fevereiro de 1848, seu substituo no Ministério dos Negócios Estrangeiros, Pimenta Bueno, enviou uma nota ao governo inglês recusando a proposta.

<sup>1114</sup> *Correio da Tarde*, 25 de março de 1848.

<sup>1115</sup> *O Brasil*, 6 de março de 1848.

## 2.5. Reação contra o tráfico da escravidão: a imprensa dividida

Entre 1848 e 1850, seguindo as mudanças políticas e de nova ampliação do espaço público, no contexto da segunda geração do romantismo brasileiro, ocorreu um novo surto na produção de jornais, revistas e periódicos no Rio de Janeiro (ver gráfico 2), sendo a maioria de curta duração. A despeito do intenso apelo intelectual que refletiu na opinião pública,<sup>1116</sup> ainda era muito forte a ligação dos periódicos com as facções políticas. Consequentemente o problema do tráfico e do contrabando aparece neste imbroglho, dividindo opiniões. Assim, do lado dos conservadores estavam *O Brasil* e o *Correio da Tarde* (1848-1852),<sup>1117</sup> paladinos dos projetos saquaremas, mantinham fiéis em suas posições de favoráveis à continuação do tráfico. Entre os liberais, o *Mercantil* mudou o nome para *Correio Mercantil*,<sup>1118</sup> *O Americano* (1847-1851), *O Liberal* (1848-1855) e *O Diário do Rio* (1821-1858), mostravam-se moderadamente contra o contrabando, adotando uma linha tolerante muito em função de dois motivos: primeiro, pela dificuldade que os liberais, uma vez no poder, encontraram para fazer valer a lei de 1831 e por um fim definitivo no contrabando; segundo, diante dos atentados praticados pelos cruzadores ingleses, que feriam a dignidade e honra nacional, qualquer atitude contra o tráfico demonstrava favorecer os ingleses e isso os colocavam na condição de traidores da pátria.

Neste período surgiram os primeiros periódicos abolicionistas na capital do Império: *O Monarquista* (1848),<sup>1119</sup> *O Contemporâneo*, *O Grito Nacional* (1848-1858), *A Verdade* (1849)<sup>1120</sup> e o *Philantropo* (1849-1852) que, a despeito da tendência liberal, utilizaram a retórica a-partidária.<sup>1121</sup> Portanto em meio às disputas entre liberais e conservadores que se

---

<sup>1116</sup> As revistas: *Guanabara* (1849), fundadas e redigidas por Gonçalves Dias e Joaquim Manoel Macedo, e *Americana: Jornal dos Conhecimentos Uteis, Científico e Litterario* (1847-1849).

<sup>1117</sup> Periódico jornal diário, político, literário e comercial, de autor não identificado. Contou com a participação indireta de Bernardo Pereira de Vasconcelos, que teria escrito vários artigos sob pseudônimo “Brasilicus”, de acordo com as denúncias de seus adversários.

<sup>1118</sup> *O Mercantil* passou a novos proprietários e mudou o título para *Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal*, informou o *Correio da Tarde* de 3 de janeiro de 1848. *Correio Mercantil*, jornal diário também ligado ao partido liberal, de propriedade de Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, redigido por Francisco Salles Torres-Homem.

<sup>1119</sup> O jornal foi anunciado na coluna “Variedades”, na edição de 1 de julho de 1848 de *O Brasil*, como sendo um jornal, sem embargo do título, não político, mas exclusivamente destinado a combater o tráfico dos africanos e sustentar a causa abolicionista. Entretanto, James Hudson, numa correspondência particular enviada Palmerston em 5 de agosto de 1848, informou que *O Monarquista* havia sido comprado por comerciantes de escravo (Hudson, *apud* Verger, 2002:416).

<sup>1120</sup> Jornal semanário, de tendência monarquista, destinado a combater o tráfico mas também ocupou-se da política, cultura e educação. Embora o redator tenha “prometido” ocupar-se com mais profundidade “deste objecto bastante interessante para a moral pública”, publicou apenas a edição saída à luz no dia 4 de maio de 1849, impressa na Typografia Brasiliense. Seu surgimento também foi anunciado na seção “Variedades”, da edição de 3 de maio de 1849, do periódico *O Brasil*.

<sup>1121</sup> Adotaram a retórica a-partidária, seguindo o exemplo da bem sucedida campanha abolicionista britânica, que teve grande adesão pública por não estar ligada a nenhum partido político, por isso pode ser movida por pessoas influentes de diversas categorias, empresários, jornalistas, líderes religiosos, inclusive mulheres e ex-escravos. O fato de estar acima da política partidária, terminou por obter apoio de políticos conservadores e radicais. Portanto o principal redator d’*O Philantropo*, José Antônio do Vale Caldre e Fião, apesar da tendência liberal, só depois de encerrar as atividades do periódico em 1852, voltou

revesavam no poder, procuravam atrelar o anti-escravismo e as propostas de promoção da colonização e imigração livre, com o nacionalismo patriótico, sempre com a finalidade de influenciar o governo da situação. *O Jornal do Commercio* procurou manter-se entre a neutralidade e a ambiguidade de sempre, enquanto outros periódicos da Corte, de menor expressão, de curta periodicidade e sem fortes relações com facções políticas abordaram o tema sem aprofundamento crítico ou reflexivo, limitando apenas a reproduzir artigos e notícias, como *O Contemporâneo* (1848), *O Beija Flor* (1850), *O Fantasma* (1850), entre outros.

Na Bahia, que entre 1846-1850, vivia um intensa importação de africanos graças à aceitação do açúcar brasileiro na Europa (ver tabela 3), importantes jornais como *Correio Mercantil* (1833-1856), *O Guaycuru* (1844-1860), *O Crepusculo* (1845-1847), apesar de reconhecerem a importância do trabalho livre e os males da escravatura, mostraram-se preocupados com a destruição das fortunas dos senhores de engenhos e com a decadência da agricultura que a abolição total do tráfico poderia causar, optaram por defender abolição gradual. Outros, como o *Musaico* (1845-1848) e *A Marmota* (1845-1850), criticaram veementemente o tráfico e a escravidão. Não obstante, as manifestações impressas mais contundentes e acirradas aconteceram na capital do Império, conforme veremos a seguir.

## 2.6. Mudanças de opinião e de atitude

A partir de 1848, no contexto de recrudescimento da perseguição dos ingleses, de importação maciça de africanos e de disputas políticas que levaram à saída dos liberais do poder em 29 de setembro de 1848, ocorreu uma mudança de opinião em relação à continuação do tráfico e da própria escravidão. Grande parte desta mudança está relacionada ao amplo debate sobre a substituição da mão-de-obra escrava pela livre (colono/imigrante) que ocorreu nas Câmaras dos Deputados e dos Senadores,<sup>1122</sup> mesmo tendo reprovado veementemente o *bill*, foi praticamente unânime entre os parlamentares a necessidade de estabelecer uma política

---

para o Rio Grande do Sul, sendo eleito pelo partido liberal a Deputado Geral pela Província do Rio Grande do Sul em 1854. A notícia da sua pré-candidatura foi publicada no jornal liberal do Rio de Janeiro, *Correio Mercantil* de 26 de novembro de 1852.

<sup>1122</sup> A declaração do Deputado Pacheco, na sessão de 28 de julho de 1843 da Câmara dos Deputados, foi contundente: “Quem poderá contestar, Sr. Presidente, a conveniência de um sistema de colonização? Ninguém de certo. Pois quando os braços africanos definham, quando a nossa agricultura começa a ressentir-se da falta de braços que o inglês com muita previdência procurou tirar-nos, ha uma lei mesmo que proibe a introdução de braços africanos, será por ventura para desprezar o exame sobre um bom sistema de colonização? Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 28 de julho de 1843. Tomo II, p. 461. Na sessão de 8 de agosto de 1843, Rodrigues Torres também declarou: “Cumprer portanto que o corpo legislativo tome providências que protejam a agricultura, que lhe dêem braços com que possa sustentar e desenvolver-se. O único meio é a colonização”. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 8 de agosto de 1843. Tomo III, p. 663.

imigratória.<sup>1123</sup> Assim, o governo retoma a política de colonização, com a promulgação da Lei nº 514 de 28 de outubro de 1848, que no Art. 16º, estabelece a concessão de terras devolutas destinadas exclusivamente à colonização, para todas as Províncias do Império, na condição de que não fossem roteadas por braços escravos.<sup>1124</sup> Em 15 de maio de 1850, o Decreto Imperial nº 537, aprova um acordo celebrado com a Sociedade Colonizadora estabelecendo na cidade de Hamburgo (Província de Santa Catarina) a fundação de uma colônia agrícola, nas terras pertencentes ao dote da Princesa D. Francisca, irmã do Imperador D. Pedro II. Pelo §10º do artigo único: “é proibido absolutamente o emprego de braços escravos na Colônia”.<sup>1125</sup> Pela primeira vez, ocorre na legislação brasileira uma restrição ao trabalho escravo. *O Philantropo* viu nesta proibição expressa do emprego de escravos nas colônias, “aceitas sem dificuldades pelos corpos mais ilustrados do Brasil, pelos Poderes do Estado”, o “triumfo já demasiado grande que tem conseguido as idéas christãs sobre o barbaro e hediondo systema da escravatura”.<sup>1126</sup> Não obstante, estas medidas, no contexto de isolamento diplomático e de dificuldade de atrair imigrantes, além de atenuar a imagem negativa que o Brasil tinha no exterior de ser o único país escravista da América, o decreto privava o imigrante do constrangimento de ter que trabalhar lado-a-lado com escravos, além de o impedir de adquirir escravos depois de um certo tempo,<sup>1127</sup> pois conforme já foi referido, algumas colônias subsidiadas pelos governos de D. João VI e D. Pedro I, depois de um certo tempo adquiriram escravos, perpetuando assim o sistema escravista.

Apesar destas medidas motivarem as mudanças de opinião em relação ao tráfico e ao trabalho livre, é consenso na historiografia brasileira que estes mecanismos que delimitavam o acesso à terra aos imigrantes e os proibiam de adquirirem escravos, que culminaria na Lei de

---

<sup>1123</sup> Bernardo Pereira de Vasconcelos, era um dos poucos que ainda resistia. Na sessão de 21 de agosto de 1848, dois anos antes do seu falecimento pronunciou: “Eu não sei se já declarei a V. Excia. que sempre me inclinei muito pelos africanos; entendo que são os braços mais úteis que o Brasil deve ter”. Anais do Senado Federal, sessão de 21 de agosto de 1848. Vol. IV. p. 396.

<sup>1124</sup> “A cada huma das Províncias do Império ficão concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu territorio, seus leguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas à colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos. Estas terras não poderão ser transferidas pelos colonos em quanto não estiverem effectivamente roteadas e aproveitadas, e reverterão ao dominio Provincial se dentro de cinco annos os colonos respectivos não tiverem cumprido esta condição”. Collekção das Leis do Império do Brasil -1848, p. 35-36, Tomo X. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1849.

<sup>1125</sup> Collekção das Leis do Império do Brasil -1850. Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851.

<sup>1126</sup> *O Philantropo*, 31 de maio de 1850.

<sup>1127</sup> A petição apresentada à Assembleia Geral Legislativa, pelo redator d’*O Philantropo*, José Antônio do Valle Caldre e Fião, na qual solitava aos representantes da nação, a formulação de uma lei proibindo a posse de escravos a estrangeiros residentes no Imperio, sob pena de perderem a propriedade e que os escravos por eles adquiridos sejam considerados livres e recolhidos ás obras públicas do Estado, trazia como principal justificativa o fato dos imigrantes depois de um certo tempo adquirem escravos e se limitam a viver do “suor dos escravos”, arruinando assim os melhores planos de colonização e prosperidade agrícola.



Terras (1850) uma semana depois da aprovação da Lei anti-tráfico de Eusébio de Queirós (1850), na verdade tinha dois objetivos: 1º) era uma maneira privar os colonos estrangeiros de se tornarem latifundiários e por conseguinte competirem com os grandes senhores locais, uma vez que a mão-de-obra escrava numa sociedade escravocrata, era o único meio de trabalhar a terra e de gerar riquezas. 2º) ao limitar o acesso às terras, os imigrantes se veriam obrigados a trabalhar nas grandes fazendas, substituindo efetivamente o trabalho escravo. Por isso, estas medidas quase não encontraram oposição entre os parlamentares e tranquilizaram os fazendeiros.

Seja como for, esta mudança de opinião em relação ao tráfico e à escravidão não passou despercebida pelos contemporâneos da época. Para *O Americano* (1847-1851), “com prazer vemos agora que vai dirigindo a atenção publica sobre a necessidade de extirpar a escravatura, um mal de tanta gravidade”. Na opinião do redator desconhecido, “felizmente já se foi o tempo que funesto preconceito,” proclamava ser impossível a “nossa agricultura sem escravos e qualificava de visionario ou inimigo do engrandecimento do nosso paiz a todo aquelle que desejava ver-os substituidos por braços livres.” Henrique Velloso de Oliveira, numa “Correspondência” publicada a seu pedido n’*O Correio da Tarde*, também observou que na Câmara dos Deputados, “os proprietários e fazendeiros já reconhecem quão funesto he em todos os sentidos o systema da escravidão”. Lembrou que em 1845, quando procurou tratar desta questão num folheto intitulado “*A Substituição do Trabalho dos escravos pelo trabalho livre no Brasil, por um meio suave e sem dificuldade*”, prevaleciam sobre este objeto ideias inteiramente falsas e, por conta disso foi perseguido e caluniado. Portanto sentia-se seguro para indicar sua antiga proposta como “único projecto digno de fixar a atenção des pessoas verdadeiramente resolvidas a pôr termo a semelhante prevaricação”.<sup>1128</sup> *O Correio Mercantil* também comentou:

[...] a opinião que combate o trafico dos negros, condenado pelas leis do país, ganha força todos os dias. Houve tempo em que o temor de perseguição, com receio de desagradar os vendedores que importavam escravos ou, os compradores que os julgavam insidpensáveis, ninguém, ninguém ousava emitir opinião a ele contraria. A imprensa conservava-se silenciosa, ou, se entrava na questão só alegava necessidade de braços, como justificação do trafico que de fazia. [...] Hoje felizmente a imprensa e a tribuna do parlamento discutem esta importante questão [...].<sup>1129</sup>

---

<sup>1128</sup> *Correio da Tarde*, 19 de agosto de 1848.

<sup>1129</sup> *Correio Mercantil*, novembro de 1849.



Frederico Burlamaque<sup>1130</sup> valeu-se do momento favorável para republicar sua “Memória Analytica acerca do commercio d’escravos”, nas páginas d’*O Auxiliador da Indústria Nacional* em 1848.<sup>1131</sup> No mesmo ano e no mesmo jornal, Carlos Taunay se posicionou de forma mais consistente a favor da abolição do tráfico com a publicação de um artigo intitulado “Reflexões sobre a ecravatura e a colonização”.<sup>1132</sup> No ano seguinte, José Antônio do Valle Caldre e Fião,<sup>1133</sup> publicou uma importante reflexão sobre “A substituição dos braços escravos pelos livres”.<sup>1134</sup> *O Americano*, para unir forças à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no sentido de indicar os meios mais adequados para extinguir a escravidão, republicou a “Representação” de José Bonifácio<sup>1135</sup> e a Memória do Dr. Saturnino de Souza e Oliveira sobre “Abolição da escravatura, suas vantagens e o modo de a conseguir”, dividida em capítulos em várias edições.<sup>1136</sup>

Na Bahia, a *Revista Americana* (1847-1849), também aproveitou a circunstância para publicar um artigo refutando o “projeto de colonização de africanos”, apresentado à Câmara pelo deputado Antônio Pereira Rebouças há cinco anos atrás, no qual afirmava que os africanos eram os únicos que podiam suportar o clima brasileiro.<sup>1137</sup> O redator interpretou a proposta do deputado como uma forma de continuar “o infame trafico de carne humana” e considerou a “idea bisarra, imoral e ante politica”, bem como um grande erro aumentar ainda mais esta gente por meio da colonização, quando se discute um meio para terminar com o tráfico. Ou seja, como colonos, os africanos seriam distribuídos pelos senhores de engenho e lavradores, que os tratariam como verdadeiros escravos. Assim, seguindo a tendência ilustrada da Corte,<sup>1138</sup> preocupado com o aumento do tráfico na Bahia e em formar uma opinião pública favorável ao seu fim naquela Província, publicou alguns artigos apontando as vantagens da colonização com europeus e chineses.

---

<sup>1130</sup> Membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Sociedade contra o tráfico de africanos e promotora da colonização e civilização dos indígenas (1850-1852).

<sup>1131</sup> *O Auxiliador da Indústria Nacional*, jornal da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. O artigo de Burlamaque foi publicado também no *Correio Mercantil*, 18, 19, 20, de janeiro de 1848 e n’*O Philantropo*, 6 de abril de 1849.

<sup>1132</sup> Idem, p. 447-454, 1848.

<sup>1133</sup> Membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e da Sociedade contra o tráfico de africanos e promotora da colonização e civilização dos indígenas (1850-1852) e redator de *O Philantropo*.

<sup>1134</sup> Idem, p. 233- 252, 1849.

<sup>1135</sup> *O Americano*, 8 de janeiro de 1848.

<sup>1136</sup> *O Americano*, 5 de março; 02, 05, 09, 12 e 26 de abril de 1851.

<sup>1137</sup> *Revista Americana*, 1848, p. 16-17.

<sup>1138</sup> *Revista Americana: Jornal dos Conhecimentos Uteis, Scientifico e Litteraio*, saída a luz, em dezembro de 1847. O redator “convida a todos que se acharem habilitados para contribuirem intellectualmente para os melhoramentos materiais do Brasil, que hajão de comunicar as suas ideias para serem publicadas na *Revista Americana*, para conhecimento do público.”

Toda esta discussão pública mais aberta em relação ao fim do tráfico, no Parlamento e na imprensa, foi vista com otimismo e satisfação por James Hudson, encarregado dos negócios britânicos no Brasil, que também aproveitou-se da situação para fazer pressão oficiosa sobre a opinião pública brasileira. Utilizando os “fundos do Serviço Secreto”, patrocinou a formação de uma sociedade para contra a escravidão e adiantou 100 libras esterlinas para assegurar a publicação do *Correio Mercantil*, de Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, que havia perdido subscritores depois do resultado das eleições, em que os conservadores conquistaram a maioria dos assentos na Câmara. Para James Hudson, o investimento era vantajoso por se tratar do “mais importante jornal” do país, “sustentado pelo partido Santa Luzia (liberais), em oposição ao que governa atualmente, o partido Saquarema (conservadores), que é inteiramente devotado aos portugueses e aos interesses do comércio de escravos” (Hudson a Palmerston, *apud* Verger, 2002:417). Num nota datada de 27 de julho de 1850, publicada por ordem do Parlamento britânico no *Correio Mercantil*, Hudson escreveu a Palmerston, informando que “para assegurar o apoio de em gabinete brasileiro na supressão do tráfico era necessário uma ação direta sobre o tráfico e traficantes de escravos por intermédio da imprensa”.

## **2.7. A “Revolução pacífica nos costumes”: primeiros periódicos abolicionistas**

Apesar da dificuldade e dos riscos de se pregar o fim do tráfico e da escravidão numa sociedade escravocrata, a mudança de opinião em relação à substituição do trabalho escravo para o livre, motivou o surgimento dos primeiros periódicos com objetivos explícitos de formar opinião pública contra o tráfico e o próprio sistema escravista: *A Verdade*, *O Philantropo*<sup>1139</sup> e *O Grito Nacional*, os dois últimos editados na Tipografia Philanthropica no Rio de Janeiro. Entretanto, mesmo sendo acusados pela oposição de não terem surgidos espontaneamente, mas sim como instrumento da legação britânica, diferente dos jornais britânicos que procuraram sensibilizar o público com narrativas sobre os sofrimentos dos escravos e apelar para a benevolência e princípios humanitários, com intuito de conquistar apoio à causa,<sup>1140</sup> os

---

<sup>1139</sup> Periódico semanário, redigido pelo gaúcho José Antonio do Valle Caldre e Fião, publicado às sextas feiras na Typographia Philantropica. A partir de 1850 até findar em 1852, passou a ser órgão da Sociedade contra o Tráfico de Africanos e a Favor da Civilização dos Indígenas. Na sua primeira edição anunciou que a sua missão “é combater a escravidão domestica entre nós, demonstrar seus negros males, e apresentar os mais seguros meios de extinguir e prevenir seus funestos resultados” e que “não seguirá outra política que não tenda para este fim e não seguirá outra bandeira que não seja esta”.

<sup>1140</sup> A imprensa britânica, procurou sensibilizar o público expondo os horrores do comércio de seres humanos para excitar o sentimento de humanidade. A atrocidade que mais comoveu a opinião pública, foi o caso do navio negreiro *Zong*, cujo capitão havia atirado ao mar 132 escravos vivos durante a viagem da África para a Jamaica, com objetivo de reivindicar o seguro pelas

periódicos brasileiros, com discursos marcadamente nacionalistas, trouxeram para o centro do debate não só questões relacionadas à colonização estrangeira,<sup>1141</sup> a tônica do momento, mas as de identidade nacional e de xenofobia contra os portugueses e africanos, ambos considerados inimigos da nação. Portanto atacaram não somente o contrabando, mas também os africanos num desvelado preconceito racial e os contrabandistas portugueses, cujas imagens cingiam-se ao anti-lusitanismo,<sup>1142</sup> por acreditarem que eram eles a origem de todos os males. De fato, em relação a estes últimos, o 2º Barão de Cairu, em sua breve passagem pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros (1846-1847), num relato dramático a James Hudson explicou que os maiores obstes para o fim do tráfico eram os traficantes, devido a influência que estes homens tinham no governo, no Parlamento e na sociedade:

‘Não sei de ninguém que o pudesse ou tentasse, e quando 99 homens em cada 100 estão envolvidos nele, como se pode fazer?... O vício corroeu o proprio cerne de sociedade. Quem mais requestado, quem mais festejado nesta cidade do que Manuel Pinto [da Fonseca]? Você sabe que ele é, por excelência, o grande comerciante de escravos do Rio. Contudo, tanto ele quanto dezenas de outros traficantes menores vão à Corte - sentam-se à mesa dos cidadãos mais ricos e respeitáveis - ocupam cadeiras na Câmara como nossos representantes e até têm voz no Conselho de Estado [...]. Você reconhece o que pessoalmente tenho por este maldito tráfico, mas com homens desta espécie com que tratar, que vou fazer, que posso fazer? ... por onde começo? Com meus colegas, inútil. Não me escutariam. Na Câmara, chamar-me-iam de traidor. Nas ruas, seria apedrejado. Não posso consentir sem ser O Homem no Brasil de quem todos os seus compatriotas se afastariam com desprezo e aversão’.<sup>1143</sup>

Com efeito, os contrabandistas e negociantes de “carne humana”, homens de “grosso trato” que se lançaram neste comércio depois que se tornou ilícito em 1830,<sup>1144</sup> a despeito de

---

suas mortes. A publicidade em torno do caso do seguro *Zong* de 1783, foi fundamental para influenciar a opinião pública. Com base neste episódio, o abolicionista Thomas Clarkson, um jovem estudante da Universidade de Cambridge, passou compilar dados, para demonstrar o horrível tratamento que escravos recebiam dos marinheiros brancos e as condições da travessia no Atlântico.

<sup>1141</sup> Os periódicos defendiam a colonização e a imigração de estrangeiros. Por servir aos propósitos do periódico, *O Philantropo* reproduziu na íntegra a “Memória Analytica acerca do commercio d’escravos” de Frederico Burlamaque, em vários números.

<sup>1142</sup> É importante ressaltar que o anti-lusitanismo resurge no contexto da Revolução Praieira de Pernambuco, cujos revolucionários reivindicavam a revogação do Poder Moderador, o federalismo, o voto universal, a expulsão dos portugueses e a nacionalização do comércio varejista. Na cidade do Rio, as maiores casas mercantis (20 a 30) que comandavam o tráfico pertenciam as estrangeiros, maioria portugueses. Segundo o cônsul britânico no Rio de Janeiro Robert Hesketh (Hesketh para Palmerston, *apud* Bethel, 356), dos 38 proeminentes mercadores de escravos no Rio de Janeiro em 1850, “19 eram portugueses, 12 brasileiros, 2 franceses, 2 americanos, 1 espanhol, 1 italiano e 1 anglo-americano; de 16 comerciantes bem conhecidos em portos do Rio, 12 eram portugueses e 4 brasileiros”.

<sup>1143</sup> Hudson para Palmerston, 12 de janeiro de 1847, *apud* Bethel, op. cit. p. 330.

<sup>1144</sup> Imigrantes portugueses naturalizados brasileiros: Manuel Pinto da Fonseca, José Gonçalves da Silva, Bernardino de Sá, Joaquim Manuel Monteiro, entre outros, fizeram parte de uma nova geração de traficantes que na década de 1830 assumiram os riscos de continuar o tráfico de forma ilícita. Assim, de simples trabalhadores nas casas comerciais do Rio de Janeiro se tornaram importantes e ricos traficantes de escravos. Na Bahia, segundo Verger (2002), a nova geração de traficantes que tomaram parte no tráfico clandestino, era formada por comerciantes portugueses, mas também por brasileiros, ex-capitães de navios negreiros e até escravos libertos, que tornaram ricos traficantes.

infringirem as leis, ainda atraíam simpatias da população, pela convicção de que sem eles a “indústria” (agricultura) do Império já teria sucumbido, a produção teria cessado, o comércio desaparecido, a alfândega e o consulado da Corte estariam desertos. Embora vivessem ameaçados pelos cruzadores ingleses, neste “jogo de azar” a perturbação que a eles causam só os faziam prosperar, com lucros que chegavam a 500%. Por serem os únicos distribuidores dessa força indispensável à produção das lavouras, pelos riscos que escapavam, cobram elevado preço aos fazendeiros e proprietários que deles necessitavam. Desta forma, avultavam imensas fortunas sendo raro um fazendeiro ou proprietário que, empenhado em satisfazer as suas necessidade não necessitavam da “benevolência” destes seus credores. Contudo, a opulência e ostentação de riquezas dos traficantes, a maioria portugueses, em contraste com o endividamento de muitos proprietários - sendo muitos levados a hipotecar suas propriedades aos especuladores e traficantes - e as avultadas remessas de dinheiro para Portugal, começavam incomodar e despertar ressentimentos em uma parcela da população.

Assim, *A Verdade*, num artigo intitulado “Guerra aos contrabandistas”, resolveu deixar de ser condescendente para com os traficantes e sair do “profundo silêncio” que vinha guardando para sobre o “nefando e abominoso tráfico”, para cumprir a difícil tarefa de fazer “a desapiedada guerra aos traficantes de carne humana”. Portanto disse não poupar esforços para levar ao conhecimento do público e do governo “todo o escândalo que se pratica em no nosso paiz, sobre esse terrível assumpto que agora nos ocupa”. Ficou de apontar os lugares de desembarques, os navios que empregam no tráfico, o dia da partida e da chegada, os agentes que facilitam os desembarques, os depósitos de africanos e os comissários que realizam as transações. Por fim solicitou ao Ministro da Justiça que fizesse o “favor de lêr” os seus escritos, “para que S. Exc. veja quem são esses contrabandistas que rodam em bellos carros a custa da venda de carne humana!” Seguindo os mesmos princípios, *O Philantropo*, principal órgão abolicionista, tendo como “bandeira” a tríade: “Deos, humanidade e patria” e transitando entre os princípios cristãos e econômicos, instou os partidos políticos “para o bem da nossa terra” e “obra magnífica de civilização”, entrarem numa “incarnizada guerra de opiniões” aos “traficantes de carne humana”, e tentou reiteradamente denegrir a imagem dos traficantes negreiros:

Um contrabandista da liberdade dos africanos, é um reprobato, cujos actos se inscrevem com letras de chamas sulphureas nas cavernas do inferno. Despreso perpetuo á esses condenados na terra, e maldição ás suas almas na vida ulterior!... Quando passar por nós um desses, cusparamos-lhes

sobre as fronteiras, e que elles, cobertos do luxo e da riqueza que lhes proporciona um tal trafico, se achem de continuo immergidos no mar tumultuoso de seus remorsos!

Redigido por José Antônio do Valle Caldre e Fião, *O Philantropo* atacou diretamente importantes traficantes de “carne humana,” nomeadamente Manoel Pinto da Fonseca, o mais conhecido e poderoso deles que desfrutava de grande prestígio e influência política.<sup>1145</sup> Por acreditar que a melhor maneira de acabar com o tráfico era fazer cessar o lucro dos contrabandistas, por diversas vezes denunciou a entrada de negreiros no litoral do Rio de Janeiro, especialmente o vapor *Paranapitanga*, um dos que mais se dedicavam ao “hediondo tráfico,” e o envolvimento no comércio de africanos por pessoas conhecidas na capital do Império, onde estavam sediadas as maiores casas mercantis que dominavam o tráfico no Brasil. Denunciou importantes firmas, como a portuguesa Amaral & Bastos e a espanhola Rivarosa, de infringirem o direito internacional e a lei nacional, praticando o “hediondo comércio de escravos” por contrabando no Brasil, abusando assim a hospitalidade brasileira, colocando em risco “a nossa nacionalidade e os nossos brios nacionais”.<sup>1146</sup> Também acusou o governo e autoridades de fazerem “vistas grossas”, informando que muita gente tinha o conhecimento de tudo isso, “menos o Governo Imperial e as autoridades policiaes, porque não ha peor surdo que aquelle que não quer ouvir, nem peor cego que aquelle que não quer enxergar” e que os governos de todos os partidos, seja liberal ou conservador, “têm deixado em desleixo as mais sérias necessidades patrias,” e continuou:

[...] nós que nos envergonhamos de termos tido, sentados nas cadeiras ministeriaes e policiaes, homens que se não tem convencido de que a escravidão entre nós, é diametralmente opposta á moralização da nossa sociedade, ao bem-estar dos individuos e a independencia da patria, e que longe de castigar esses malvados criminosos de lesa-humanidade, os acobertam indignamente com o manto corrupto das leis que estão rasgadas em suas mãos.<sup>1147</sup>

Com ataques e denúncias nominais, Caldre e Fião teria atraído perigosas inimizades entre os traficantes, especialmente de Manoel Pinto da Fonseca,<sup>1148</sup> homem sem escrúpulos e

---

<sup>1145</sup> *O Philantropo* denunciou diretamente Manoel Pinto da Fonseca por introduzir na província do Rio Grande do Sul, mais de 20.000 africanos livres, reduzidos a escravidão contra a Lei de 7 de novembro de 1831.

<sup>1146</sup> *O Philantropo*, 22 de março de 1850.

<sup>1147</sup> *O Philantropo*, 1 de junho de 1849.

<sup>1148</sup> Manoel Pinto da Fonseca, imigrante português pobre, que iniciou seus trabalhos no Rio de Janeiro como caixeiro. Casou-se com Maria José Pacheco da Fonseca, filha do imigrante português e importante negociante na praça do comércio no Rio de Janeiro, José Nunes Pereira Pacheco, nascido na freguesia de Novogilde (Penafiel). Pinto da Fonseca, ascendeu econômica e socialmente, tornado riquíssimo proprietário de casas comerciais no Brasil e feitorias na África. Foi importante benemérito no Brasil e em Portugal. Recebeu várias honrarias no Brasil: Habito de Cristo (1841), Oficiado da Rosa (1845), Comenda da Ordem de Cristo (1845). Junto com outro importante traficante, José Bernardino de Sá, foram uns dos acionistas do Teatro de São Pedro no Rio de Janeiro.

audacioso que não aceitava provocações nem mesmo da poderosa armada britânica. Segundo Tarquínio de Souza (1957:147), numa conversa com Wylep, cônsul geral da Holanda no Brasil, Pinto da Fonseca, teria afirmado: ‘continuo a fazer o tráfico, não por necessidade de dinheiro, pois já possuo mais do que queria; mas por amor-próprio, para zombar das grandes potências, de suas convenções e seus cruzeiros’.

### 2.7.1. Os males do tráfico e da escravidão

Uma das formas mais contundentes de convencer o público para a necessidade de acabar com o contrabando de africanos, além de mostrar as vantagens do trabalho livre, foi apontar os males do tráfico e da escravidão. Assim os malefícios foram sistematicamente expostos nas páginas dos periódicos abolicionistas, especialmente d’*O Philantropo*. A publicação do relatório sobre a exportação de escravos da África, compilado do *Anais do Instituto de África* (ver tabela), serviu de forte argumento para *O Philantropo* sensibilizar os leitores e publicistas, da necessidade de acabar com o “tráfico inhumano”, seja pela “caridade ou interesse nacional e individual”. Pelo lado da caridade, o redator procurou descoisificar os africanos e criar uma imagem deles como seres humanos:

[...] qual será o homem, por mais immoral e empedernida que tenha a alma, que uma lagrima não verta sobre tantas desgraças e que por um instante não suspenda suas faculdades para só sentir a extinção vastíssima dos males que ella lhe sugere? [...] Foi a cobiça do reprobato, foi o crime do avaro de possuir escravos, que levaram os barcos dos condemnados ás praias das terras barbaras e miserandas da Africa, pára receberem á seu bordo os pais, os filhos, os esposos, os amantes, os amigos, e enfim os parentes que arrebatados dos seus ninhos, deixaram-nos entregues á orphandade, do desvalimento, á viuvez, á saudade, á desolação e em fim pungentes lagrimas e a ausencia eterna, vindo depois trazel-os á terra do branco, á terra do captiveiro, vendel-o, reduzil-os á condição de escravos... Como é horrivel isto!... [...] E para escarncarem ha humanidade dizem os traficantes que vão buscar os negros para dar-lhes uma religião e melhorar a sua sorte. Infames!...<sup>1149</sup>

Entretanto, pelo lado nacional e individual (compradores), ao analisar mais friamente a estatística do tráfico no Brasil concluiu que cada africano descarregado nas costas do Brasil representava um “barril de pólvora” pronto para “incendiar o Império”. Portanto, procurou alertar os compradores sobre os riscos da introdução destes “inimigos entre nós”, e através de

---

<sup>1149</sup> *O Philantropo*, 30 de novembro de 1849.

dados concretos, explicou que os proprietários seriam as primeiras vítimas, pois “como é sabido, os escravos existindo sob opressão do senhor, reputam-no sempre por inimigos”. Por fim, apontou os dois inimigos potencialmente perigosos, que ao invés de cuidar de diminuir a introdução dos africanos, cuidam pelo contrário de aumentar: os primeiros são as autoridades que não mandam reexportar os africanos<sup>1150</sup> e os segundos são os contrabandistas.

**Tabela 7. Exportação de escravos da África 1840 a 1847**

Anos	Escravos exportados	Mortos durante a viagem, na proporção de 25%	Importados nas colônias espanholas	Importados no Brasil	Tomados pelos cruzadores	Número de importados
1840	64,114	16.068	14.470	30.000	3.616	48.086
1841	45,037	11.274	11.857	16.000	5.966	33.823
1842	28,400	7.100	3.150	14.000	3.950	21.300
1843	55,062	13.765	8.000	30.500	2.797	41.297
1844	54,102	13.525	10.000	26.000	4.577	40.577
1845	36,758	9.189	1.350	22.700	3.519	27.569
1846	76,117	19.029	1.700	52.600	2.788	57.088
1847	84,856	21.089	1.500	57.800	3.967	63.267
<b>Total</b>	<b>444.446</b>	<b>111.039</b>	<b>52.027</b>	<b>249.800</b>	<b>31.180</b>	<b>333.007</b>

Fonte: Compilado do *Anais do Instituto de África*, pelo *O Philantropo*, 30 de novembro de 1849.

Os dados representados na tabela chamam atenção para três aspectos importantes: 1º) a grande importação de africanos no Brasil em comparação com as colônias espanholas; 2º) o índice de mortalidade na travessia do Atlântico; 3º) a queda brusca na importação de escravos nas colônias espanholas a partir de 1845. Esta queda, num contexto de forte aprovação do *Aberden Act* para o Brasil, não está relacionada à forte repressão dos ingleses, mas à aprovação da lei espanhola anti-tráfico de 1845, motivada pela repressão sangrenta para abortar o plano de insurreição geral denominado “Conspiração de La Escalera”, organizada por escravos e

<sup>1150</sup> Para *O Philantropo*, o governo brasileiro, a exemplo dos Estados Unidos, deveria fundar colônias em África, para repatriar os escravos libertos.



libertos em Cuba, em 1844.<sup>1151</sup> Isto explica por que a Inglaterra focou seus ataques apenas ao Brasil.

Não obstante, com intento de atrair adeptos à causa da extinção do tráfico, da reparação dos males que ele tem introduzido na sociedade brasileira e sua prevenção através de “meios salutare e prudentes”, *O Philantropo* apelou a todos os “redatores dos periodicos e jornais brasileiros” para entrarem na arena destas questões a fim de melhor dirigir o governo em seus actos, “acusando-o quando ele for negligente no cumprimento das necessidades pátrias”. Pelo fato de todos os partidos se acham representados nos periódicos e jornais, e dos redatores formarem a “parte ilustrada do paiz”, o redator acreditava que seriam eles os mais capacitados a declarar ao “mundo que a extinção da escravatura no Brasil será o meio mais directo para dar-lhe a independencia, liberdade e o progresso de que necessita”.<sup>1152</sup>

A este apelo, por julgarem esta “matéria a mais importante que deve ocupar o jornalismo,”<sup>1153</sup> imediatamente atenderam *O Grito Nacional* e *O Americano*. Embora com motivações, argumentos a abordagens diferentes uns dos outros, foram uníssonos com *O Philantropo*, na pressão para institucionalizar a colonização, como meio mais prudente de acabar com o contrabando de africanos, reproduzindo e comentando vários de seus artigos. Curiosamente o ponto comum entre estes periódicos, é que nenhum deles se posicionou contra a ingerência inglesa. Pelo contrário, de forma diametralmente oposta ao sentimento nacional, no contexto de ataque à honra e soberania brasileira, não fizeram nenhuma crítica aos atentados perpetrados pelos cruzadores britânicos no litoral do Brasil. *O Grito Nacional*, redigido por Joaquim Feliciano Gomes, apesar de extremamente nacionalista, chegou a apoiar os ingleses, por considerarem defensores nacionais e libertadores de dois males que afligiam o Império: os africanos e os contrabandistas portugueses.<sup>1154</sup> Num artigo intitulado “Manifestação Nacional”,

---

<sup>1151</sup> Segundo Parron (2009:194-195), em 1843, ocorreram uma série de pequenas revoltas escravas nas regiões de *plantation* de Cárdenas e Matanzas. A descoberta do plano de uma insurreição geral, denominada “Conspiração de La Escalera”, “resultou em um banho de sangue”, entre janeiro e março de 1844. “Cerca de três mil pessoas foram inquiridas, entre as quais quase sem brancos, perto de mil sofreram condenação de um a dez anos em cárcere e setenta e oito foram formalmente executadas”. Depois disso os próprios fazendeiros da Província de Matanzas pediram a supressão do tráfico, sendo aprovada a lei antitráfico em 1845. Esta queda na importação de africanos, levou às primeiras experiências de colonização chinesa na ilha. Sobre este tema, ver também: Klein (2012:95-121).

<sup>1152</sup> *O Philantropo*, 15 de junho de 1849.

<sup>1153</sup> *O Grito Nacional*, 21 de junho de 1849.

<sup>1154</sup> Nos primeiros números o *Grito Nacional* trouxe como epígrafe os as falas dos deputados “patriotas”:

“Joaquim Nunes Machado ao respectivo ministro, se exprimiu desta sorte: - ‘acabe sua ex<sup>a</sup> com a alta influencia politica que exerce no paiz essa raça de estrangeiros (os portugueses), acabe com o trafico da escravatura, e o Brasil repito, será salvo nesse dia’ (numerosos apoiados). O Ilustre deputado Moura Magalhães, em seguida disse: - ‘Senhores, sejamos francos: o commercio da escravatura faz-se entre nós de uma maneira patente, escandalosa, à face das autoridades, algumas das quaes talvez se não possam livrar da pécha de coniventes’ (estrodosos apoiados). Pela mesma forma, o illustrado deputado França Leite, com aquelle



relatou que um numero de cidadãos brasileiros reuniu para defender os oficiais ingleses dos “galegos”, que pretendiam insultá-los. Eram brasileiros, que como os ingleses não queriam “traficantes de carne humana” e os “galegos [portugueses] cabisbaixos tiveram que ver que no Brasil, ja mais poderão continuar roubando a liberdade dos Africanos e atacando a Honra Nacional”. Por fim gritaram: “Vivas a Independencia! A Nação Brasileira! Ao Partido Liberal! Aos defensores da humanidade!”. Portanto, especialmente preocupado com a nacionalidade brasileira ofendida, *O Grito Nacional*, periódico claramente anti-lusitano e declaradamente anti-escravista, também procurou atacar os traficantes portugueses em diversos artigos.

*O Americano*,<sup>1155</sup> com objetivo de provar o mal do tráfico e da escravidão nas esferas econômica, social e moral, e na esperança que seus escritos pudessem servir de base e objeto de discussões para uma nova lei sobre o fim do tráfico,<sup>1156</sup> publicou uma série de artigos intitulados “Escravatura”.<sup>1157</sup> Na edição de 17 de maio de 1848, divulgou uma “importante notícia da Venezuela”, em que os “pretos e raças de côr” haviam subjugado completamente as cidades de La Quayra e Caracas e toda população branca teve de fugir para os Estados Unidos, através da Ilha de Caracas,<sup>1158</sup> a finalidade era alertar os leitores, os legisladores e representantes do povo, sobre o “quadro fiel do futuro que nos aguarda” e tomar providências de evitar o mal enquanto é tempo. Por fim apelou às autoridades: “em vossas mãos está nossa salvação; salvai-nos, Srs. Procurai acabar o infame trafico de negros procurai extinguir gradualmente a escravidão entre nós”. A seguir informou que já não é unicamente a “voz da humanidade que brada contra a escravidão”, até mesmo o “sabio autor do Congresso do Panamá”, na questão da escravidão asseverou: “ha de resolver o problema a quem pertencerá a América, se a si propria, se à África”.

---

zêlo, dedicação e amor ao seo paiz, declarou-se assim: - ‘os fementidos peitos desses traficantes (os portugueses), estão abrilhantados com ornamentos da corôa!’ (numerosos apoiados).”

<sup>1155</sup> Periódico semanário, a partir de janeiro de 1848, ou seja depois de um ano de circulação, pela boa aceitação que teve, segundo anunciado, passou a bi-semanário (quartas e sábados).

<sup>1156</sup> O seu “projeto de lei”, composto de 32 artigos, conforme explicou o redator, era uma mistura das legislações dos dinamarqueses, dos espanhóis e principalmente as leis de Moisés por ter sido o único, entre os artigos, que condeou pala sorte dos miseráveis escravos, não só pela humanidade, mas pela sábia política de não ter inimigos domésticos. Esta última lei foi incluída no sentido de prevenir uma possível rebelião dos escravos como a que ocorreu em São Domingos (Haiti). No seu Art. 1º propõe um prazo de 4 ou 5 anos para cessar inteiramente o comércio da escravatura africana, e que durante este período, o escravo que for importado deverá pagar o dobro dos direitos existentes e as escravas deverão pagar somente a metade destes direiros, para favorecer os casamentos. Ou seja, a proposta visava dar um novo fôlego ao tráfico, e manter a escravidão com melhor tratamento aos escravos, conforme os artigos 16º, 17º, 18º e 19º. Ou seja, tentou conciliar o amor da Pátria com a piedade cristã. *O Americano*, 8 de janeiro de 1848.

<sup>1157</sup> *O Americano*, 8, 15 e 19, 22 e 26 de janeiro e 2 de fevereiro de 1848.

<sup>1158</sup> Copiado do *New-York Herald*, 13 de março de 1848, pelo periódico *O Americano*, 17 de maio de 1848.

Assim como *O Philantropo*, pediu a criação de uma colônia na África, como a Libéria (Estados Unidos), para exportar para lá “todo preto Africano liberto”. Pediu também às autoridades, a expulsão de “meia duzia de traficantes” que levados pelo “sordido interesse, são os que mantêm o trafico de negros” e esbravejou: “esmaguemol-os com a execração publica, encaremol-os como os devemos encarar, como a entes immoraes, sordidos, assassinos e promotores de immensas desgraças”. No empenho em acabar com o tráfico, *O Americano* procurou instruir os fazendeiros para os interesses da atualidade e demonstrou através de cálculos matemáticos e da análise custo benefício, que a única causa que poderia levá-los verdadeiramente à ruína eram os próprios escravos, pelos juros altíssimos e tempo de vida útil.<sup>1159</sup>

Mais adiante, para aterrorizar os brasileiros, afirmou “sem receio de contradição”, que as tropas da Argentina, caso viessem dominar o Rio Grande do Sul, iriam emancipar os escravos. Com isso, a ideia alastraria por todo o Império e o resultado seria fuga aos milhares. Para demonstrar que as forças brasileiras seriam impotentes para conter um levantamento em massa dos escravos, procurou lembrar que mesmo nações poderosas como Roma antiga que teve quatro exércitos consulares derrotados pelos escravos liderados por Spartaco. A ilha de São Domingos, mesmo estando sujeita a uma nação poderosa, foi dominada pelos escravos liderados Toussaint Louverture, além da Jamaica, que no embate entre as forças inglesas, mais de seis mil escravos foram libertos. Afirmou ainda que em outras colônias estavam ocorrendo levantamentos de africanos. Por fim, disse haver no Brasil milhares de descontentes com o regime monárquico e que poderiam facilmente aderir ao Partido Republicano, cujas simpatias têm crescido no Brasil. Portanto questionou: num ataque às fronteiras do Império pela Confederação Argentina, “a quem estes descontentes haviam de defender?” De fato o periódico soube bem aglutinar as duas situações que medravam no Brasil: os escravos africanos e os republicanos. Os primeiros eram considerados “barris de pólvora”, prontos para explodirem a qualquer momento, enquanto os segundos representavam uma séria ameaça à monarquia. Por outro lado, enquanto as Repúblicas da América do Sul, depois da emancipação política libertaram seus escravos, o Brasil não imitou esta política. Portanto era recorrente em todo

---

<sup>1159</sup> Ao comprar os africanos a prazo e a juros altíssimos, para rentabilizar e pagar a dívida, os fazendeiros obrigavam os escravos a trabalhos extremamante forçados, por isso muitas vezes adoeciam e morriam. Porém a dívida não extinguia e os juros iam correndo.

Império, a notícia de que muitos escravos brasileiros, na busca por liberdade, fugiam para Confederação Argentina e o Estado Oriental (Uruguai).

Não obstante, neste empenho em demonstrar os males e a necessidade de extinguir o tráfico *O Philantropo*, valeu-se da epidemia de febre amarela que flagelou a Corte e a Província do Rio, entre 1849 e 1850, para culpar o contrabando, os contrabandistas e o governo pela doença. Em vários artigos intitulados “Epidemia Reinante”, “Os contrabandistas de carne humana e a epidemia reinante”, “O exemplo do character infectante da febre da Costa d’Africa”, entre outros sempre vinculados à “Parte Humanitária”, procurou informar o público sobre a causa inconteste de que a febre amarela ou “febre africana” com “vômito negro”, era originária e endêmica da África. Os “miseráveis e estúpidos traficantes de escravos, que introduzindo entre nós os negros, com elles trazem a epidemia e todos os medonhos estragos, que tanto ceifam as populações do Brasil”.<sup>1160</sup> Quanto ao governo, seja do “passado ou do presente”, são todos culpados pelo menoscabo da moralidade pública e descarado desleixo, por consentir o tráfico e manter impunes os contrabandistas a despeito da lei de 7 de novembro de 1831, das inúmeras denúncias dos depósitos de africanos (focos de moléstias e de epidemia) e citações dos réus. De forma melancólica mas contundente lamentou:

Se o governo nos tivera ouvido, de ha muito tempo, certos estamos de que o traficante não continuára e com elle não nos teria vindo a febre africana a epidemia reinante que milhares de vidas uteis ao Estado tem roubado e lançado miséria centenas de familias hoje indigentes. Se o governo nos tivera ouvido, de ha muito tempo, certos estamos de que esses focos de molestias epidemicas, os depositos de africanos, já não existiriam, e não levariam ao seio da sociedade os estragos que sohe produzir. [...] Se o governo fizesse effetivo o imperio das leis, obrigando os bem conhecidos traficantes de escravos a reexportar á sua custa para a costa d’África os milhares de africanos que se acham nos depositos d’essa cidade e provincia, e pelas demais do imperio, teria de certo obrado mais efficiente contra a peste...

Num outro número, considerou a febre como um “castigo de Deus” e punição dos pecados praticados pelos brasileiros por causa do tráfico: “*nós traficamos; nós protegemos o tráfico; e nós continuamos a entreter o hediondo mal da escravatura. Choremos, oremos, e abençoemos a mão que nos castiga para que conheçamos o caminho do bem que devemos seguir.*”<sup>1161</sup> Por fim concluiu que o “caminho do bem” e a melhor maneira de acabar com a febre amarela é remover a sua “causa imediata”. Ou seja, a “completa cessação do trafico de africanos”. Por

---

<sup>1160</sup> *O Philantropo*, 15 de março de 1850.

<sup>1161</sup> Itálico do redator. *O Philantropo*, 22 de março de 1850.

outro lado, o fato dos editores serem médicos,<sup>1162</sup> do periódico contar com a colaboração de vários médicos e embasarem teoricamente nos estudos do médico francês Mathieu François Maxime Audouard realizados em 1821, que no contexto do surto de febre amarela em Barcelona responsabilizou os navios negreiros pela disseminação da doença,<sup>1163</sup> deu credibilidade a causa.

Apesar de alguns historiadores brasileiros e estrangeiros como Sidney Chalhoub (1996) e Dale Graden (2006) por exemplo, afirmarem que de fato as fortes epidemias trazidas e propagadas pelos escravos, que assolaram o Rio de Janeiro e Salvador, foram importantes para a extinção do tráfico, esta relação do tráfico com os problemas de saúde pública, não é nova. Conforme verificado, desde os tempos de D. João VI, quando o tráfico era lícito, que as condições de transportes, moradia e modo de vida dos escravos já causavam preocupações na saúde pública. Com o contrabando de africanos os problemas agravaram, pois navios que dedicavam ao tráfico ilícito não passavam por vistorias e período de quarentena. Os africanos logo que desembarcados misturavam com a massa de outros escravos ou eram conservados amontoados em diversos pontos da cidade em esconderijos obscuros e insalubres. Os que morriam eram enterrados em qualquer lugar ou atirados nos rios.

Assim, como forma de propor o fim do tráfico, alguns jornais, especialmente os de especialidades médicas, como a *Revista Médica* (1833-1841) e os *Anaes de Medicina Brasiliense* (1845-1851),<sup>1164</sup> procuraram denunciar a excessiva e continuada importação de africanos por contrabando, relacionando-os com inúmeros problemas de saúde pública: varíola, sarampo, oftalmias, desinterias, sarnas, febre tifoide, entre outras doenças. Segundo o *Jornal dos Debates*, “o contrabando dos Africanos mimosea-nos n’este momento com um flagelo de bexigas, que ha causado assombrosos estragos na população da capital”. Somente no mês de agosto de 1837, mais de 400 mortos de bexigas (varíola) foram enterrados no Rio de Janeiro. De acordo com o periódico, este problema está relacionado à falta de vacinação dos escravos introduzidos pelo contrabando, devido o receio que os senhores têm de se exporem a este

---

<sup>1162</sup> Entre 1849 e 1851 foi editado sob a responsabilidade de Antônio José do Vale Caldre e Fião. De 1851 a 1852, por Saturnino de Souza e Oliveira, ambos formados na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1851.

<sup>1163</sup> “O trafico de negros cosiderado a causa da febre amarella”, traduzido da Memória de Mathieu François Maxime Audouard. *O Philantropo*, 27 de setembro de 1850.

<sup>1164</sup> Para *Anaes de Medicina Brasiliense* a introdução clandestina de africanos em grande escala no Rio de Janeiro, além de inocularem física e moralmente toda sorte de malefícios “próprios desta raça desgraçada”, que aglomerados em pequenos depósitos sem higiene e tratamento conveniente, são fontes de moléstias e epidemias que alastram, com mais ou menos intensidade para o resto da população.

comércio ilícito.<sup>1165</sup> Mesmo *O Philantropo*, em seus primeiros números associou o tráfico aos problemas de saúde pública, atertando para inoculação de várias moléstias como a sífilis, elefantíase, tuberculose e todas as espécies de dertos, trazidas pelos africanos.<sup>1166</sup> No caso específico da epidemia de febre amarela (1849-1850), *O Grito Nacional*, assim como *O Philantropo*, culpou o governo que nada fez para prevenir a febre que iniciou na Bahia. A diferença é que na opinião do *Grito Nacional*, a doença deveria ser classificada de “febre da Bahia”, ao invés de “febre africana”.

Embora não se possa afirmar que a epidemia de febre amarela na capital do Império tenha sido determinante para o fim do tráfico, pois esta afirmação veio especialmente da parte dos periódicos que pregavam o fim do tráfico,<sup>1167</sup> pelo menos naquela conjuntura e no contexto de forte comoção pela morte de centenas de pessoas,<sup>1168</sup> inclusive de figuras públicas e conhecidas como Bernardo Pereira de Vasconcelos,<sup>1169</sup> entre outros, serviu não só para alarmar e alertar a população de modo geral, como de forte argumento para extinção definitiva do contrabando de africanos.

Enfim, todas estas formas de noticiar, argumentar e apontar os males do tráfico, para além do objetivo explícito de expôr os contrabandistas, pretendiam formar uma opinião pública contra o tráfico e influenciar o governo na sua tomada de decisão interna e externa. Partindo do enunciado, de que quanto maior a quantidade de informação, maior a capacidade de gerar correntes de opinião pública, infere-se que os periódicos abolicionistas foram bem sucedidos. *O Philantropo* observou que as “transcrições continuadas dos seus artigos, em grande número de periódicos demonstra o quanto vai progressa a opinião pública, em todo o Imperio a respeito da cessação do trafico e mesmo da extinção da escravatura”.<sup>1170</sup>

Por outro lado, a “Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas” inaugurada em 7 de setembro de 1850, numa cerimônia carregada

---

<sup>1165</sup> *Jornal dos Debates*, 2 de setembro de 1837.

<sup>1166</sup> *O Philantropo*, 14 de setembro de 1849.

<sup>1167</sup> Na “Memória” sobre a “A Febre Amarela do Rio de Janeiro”, escrita pelo médico José Maria de Noronha Feital, escrita em 23 de maio de 1850 e publicada no jornal *O Brasil*, não existe nenhuma relação da febre amarela com o tráfico de africanos. Nela o médico conclui que a febre foi importada da Bahia, em fins de dezembro de 1849, de causa suigeneris e de intoxicação miasmática. Afirmou não haver medicamento que pudesse prevenir a moléstia, sendo recomendado as observações das leis de higiene pública até que o mal se extinguir o mal. *O Brasil*, 6 de junho 1850.

<sup>1168</sup> Segundo Sidney Chalhoub (1996:61), mais de um terço dos 266 mil habitantes do Rio de Janeiro contraíram febre amarela. O número oficial de mortos chegou a 4160 pessoas, mas para o autor este número foi subestimado, pois houve quem falasse “10 mil, 12 mil, 15 mil, vítimas fatais”.

<sup>1169</sup> Bernardo Pereira de Vasconcelos, senador por Minas Gerais, faleceu no dia 1 de maio de 1850. Vários jornais noticiaram sua morte. Recebeu homenagens nas Câmaras dos Deputados e dos Senadores.

<sup>1170</sup> *O Philantropo*, 22 de fevereiro de 1850.

de simbolismo,<sup>1171</sup> fundada por vários políticos liberais, médicos, farmaceuticos, padres, militares, fazendeiros, entre outros,<sup>1172</sup> sendo alguns membros da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, comprova a forte e explícita adesão à causa. Poucos anos atrás, esta exposição pública favorável ao fim do tráfico de importantes membros da sociedade brasileira, era algo raríssimo conforme verificado. Frederico Burlamaque, 1º secretário da Sociedade, em seu discurso de posse asseverou: “a instalação de uma sociedade contra o tráfico de escravos marca uma nova era. Indica uma revolução na opinião, que muito deve influir em nossos futuros destinos”. Na opinião do outro sócio, Domingos José Monteiro, a verdadeira e completa emancipação do Brasil, só será possível o dia que acabar o “infame tráfico” iniciado e dominado pelos portugueses. *O Philantropo*, na edição de 11 de outubro de 1850, já como órgão da Sociedade, publicou correspondências dos redactores da *Revista Commercial*, do *Século* (Bahia), da *Razão*, d’*O Brasil* e do *Correio Mercantil*, congratulando a fundação da Sociedade e manifestando seus apoios à chamada “Revolução pacífica nos costumes”.

### 2.7.2. “O tráfico de africanos é um mal, porém um mal necessário”

Apesar de um início promissor, não foi fácil para a imprensa abolicionista expressar suas críticas à escravatura. Do outro lado, os periódicos conservadores sustentavam firmemente a causa a favor da continuação do tráfico, visando o bem da nação. Ou seja, enquanto o conjunto da opinião pública brasileira favorável ao fim do tráfico baseava seus argumentos nos aspectos econômicos, apontando as vantagens da mão-de-obra livre e os males do tráfico, os anti-

---

<sup>1171</sup> A Sociedade Contra o Tráfico de Africanos e Promotora da Colonização e Civilização dos Indígenas, A própria data escolhida (7 de setembro), fazia um trocadilho relacionando o dia da emancipação do Brasil, com o primeiro passo dado para emancipação dos escravos. Depois dos discursos dos sócios fundadores, leu-se um documento assinado pelo presidente da Sociedade, Nicolau Rodrigues dos Santos França e Leite e sua esposa Maria Rita de Sampaio França, com a declaração dando plena e absoluta liberdade a duas de suas escravas: Germana com idade de dois anos e Izidora de cinco meses de idade, filhas da sua escrava de nome Joaquina, ficando eles constituídos tutores das crianças até a maioridade legal. O farmacêutico Ezequiel Corrêa dos Santos, agradeceu e pediu que as libertas fossem denominadas “filhas da sociedade”. Pedro de Alcântara Lisboa, seguindo o mesmo gesto simbólico, deu liberdade ao seu escravo de nome Paulo. Em seguida, elegeram três comissões: uma contra o tráfico, outra de colonização e outra para civilização dos indígenas. A acta da Sociedade foi publicada em *O Philantropo*, 13 de setembro de 1850. A partir de 13 de setembro de 1850, *O Philantropo* passa a ser órgão Sociedade.

<sup>1172</sup> *O Philantropo* publicou a lista com os nomes dos mais de 150 sócios, nas edições de 4, 11, 15 de outubro de 1850. Dentre os sócios fundadores da Sociedade destacam: Nivalau Rodrigues dos Santos França e Leite (presidente da Sociedade), Frederico Cesar Burlamaque, Boaventura Delphin Pinto, Leopoldo Augusto da Camara Lima, Pedro de Alcantara Lisboa, José Antonio do Valle Caldre e Fião, José de Assis Alves Branco Muniz Barreto, João José de Andrada Pinto, Francisco de Paula Corrêa Manso Sayão, Francisco Raymundo Corrêa de Faria Sobrinho, Brás Joaquim da Silveira, coronel Miguel de Farias e Vasconcellos, Thomaz Cochrane, padre José Monteiro, padre José Speridião de Santa Rita, Ezequiel Corrêa dos Santos, João Malaquias dos Santos e Azevedo, Henrique Harper, Ernesto Harper, Innocencio da Rocha Galvão e Manoel Maria de Moraes e Valle.

abolicionistas ligados ao partido conservador, embora mais sensibilizados sobre os males da escravidão, defendiam a continuação do tráfico em nome da *honra e dignidade nacional* ofendida pelos ingleses.

O *Correio de Tarde*, num artigo intitulado “O Tráfico”, assinado pelo “Brasilicus”, chamou atenção dos “brasileiros sensatos”, afirmando que ninguém duvidava que a “escravidão he um grande mal”, mas o problema não é esse, “a questão he saber se podemos dispensar esse mesmo mal. [...] Querer prever o dia em que a escravidão se hade findar no Brasil he prophesia que ninguem pode fazer; he finamento que hade vir pos si.”<sup>1173</sup> O *Brasil* e o *Monarquista*, entenderam o problema do tráfico como uma “*questão nacional*” ligado à honra nacional e reprimi-lo seria o mesmo que ceder à insolência da marinha inglesa. Na opinião d’O *Brasil*, se o tráfico continua é por culpa da Inglaterra.<sup>1174</sup> Assim, conforme asseverou Justiniano da Rocha, em nome da nação indignada e do patriotismo ofendido, os ministros tinham o dever de não realizar qualquer negociação diplomática com o governo inglês, sem que o insulto fosse reparado e o *bill* revogado. Por se tratar de uma “*questão nacional*”, o governo representativo tinha obrigação de dar satisfações à opinião pública e mantê-la informada sobre as negociações com o governo britânico, pois num “governo representativo, do país pelo país, não admite sistema de mistérios e segredos em que envolvem os mais preciosos interesses nacionais”.

Enquanto os periódicos abolicionistas e liberais (Luzias) faziam de tudo para denegrir a imagem dos traficantes, Justiniano José da Rocha, que no tempo d’O *Atlante* e d’O *Chronista*, criticou e combateu veementemente os traficantes, agora elogiava suas ousadias e afirmava que na “opinião geral do país,” o tráfico era uma legítima insurreição dos traficantes “contra a hipócrita especulação da Inglaterra”. Graças a eles, “as nossas lavouras não estão arruinadas conforme decretou a cobiça inglesa”. Fazendo coro com o *Correio da Tarde*, O *Brasil* procurou rebater e criticar os periódicos pró-abolicionistas. Tentou desacreditar O *Americano*, acusando-o de ser “folha da legação Argentina”, para arrastar o Brasil a fazer o que era conveniente a Manuel Rosas, e criticou o *Correio Mercantil* por defender os cruzadores ingleses, quando num ato de injustiça incendiou a barca *Sancta Cruz* e apresou o vapor *Paquete de Santos*. Mesmo sendo opositores, mostrou-se profundamente decepcionado com a atitude do *Mercantil*,<sup>1175</sup> pois

---

<sup>1173</sup> *Correio da Tarde*, 13 de agosto de 1849.

<sup>1174</sup> O *Brasil*, 6 de maio de 1848.

<sup>1175</sup> O *Correio da Tarde*, também mostrou-se decepcionado com o *Correio Mercantil*, “onde diariamente falla-se em *espirito nacional*, tratar do ultimo attentado dos piratas inglezes em nossas praias, com uma frieza assombrosa!” O *Correio da Tarde*, 5 e 17 de janeiro de 1850.



acreditava que a única forma de repelir os ingleses, era a união de todos os brasileiros e lamentou: “hoje vamos infelizmente vendo que ha entre nós quem antes queira ser Inglez”. No entanto, ainda estava convicto “que se continuarem essas violentas aggreções, o trafico continuará protegido pela opinião publica, sem embargo de todos os esforços do governo”.<sup>1176</sup>

Assim, numa atitude oposta d’*O Philantropo*, instou a união de todos os “órgãos da opinião pública”, independente de partido político, para “exprimir o verdadeiro sentimento do povo contra o governo britânico”. Entretanto, numa conjuntura em que ocorria mudanças de opinião em relação ao tráfico, com os favoráveis ao seu fim ganhando terreno, o apoio mais sincero que conseguiu foi do *Correio da Tarde*.<sup>1177</sup> Por diversas vezes Justiniano criticou o partido liberal, que durante os seus cinco anos no poder não ousou reprimir o tráfico, pelo contrário além de optar pela inércia, os negreiros exerceram forte influência sobre alguns de seus ministros.

Não obstante, com a volta dos conservadores ao poder em finais de 1849, inverteram-se as posições, com *O Brasil* e o *Correio da Tarde* na defesa do governo. Com a forte pressão da marinha de guerra britânica sob o governo conservador (Saquaremas), os dois jornais deixaram de argumentar a favor do tráfico ilícito e proteger os negreiros, insistindo apenas na “Soberania e Independência Nacional indignamente menoscabada pela pirataria inglesa”.<sup>1178</sup> No contexto de ampla adesão da imprensa ao fim do tráfico e para não perder o compasso das nações civilizadas, pois de todas as nações do globo o tráfico continuava apenas no Brasil e em Cuba, *O Brasil* também manifestou mudança de opinião. Procurando adequar à nova realidade, publicou uma série de quatro artigos intitulados “O bom senso”, afim de demonstrar que “a cessação do tráfico é um grande interesse brasileiro”. Numa manobra política, tomando cuidado de não abalar as relações entre os proprietários escravistas e os Saquaremas - que por quase duas décadas defenderam a continuidade do tráfico -, depois de rebater a crítica dos opositores procurou convencer os fazendeiros que na atual conjuntura os maiores prejudicados eram eles

---

<sup>1176</sup> *O Brasil*, 22 de janeiro de 1850.

<sup>1177</sup> *O Correio da Tarde*, tratou deste tema numa série de artigos intitulados “Pirataria Inglesa” e outros títulos sugestivos; através da publicação de várias correspondências assinadas pelo “Brasilicus” e pelo general Narvaez; de notícias e publicações de notas oficiais trocadas entre o governo brasileiro e britânico. Reproduziu artigos de vários jornais do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco e de outros países. Num destes artigos publicou o depoimento de Roberto Heslth, Consul britânico no Rio de Janeiro, acerca do modo como é feito o contrabando no Brasil, chamando a atenção pública para dois pontos: 1º) que o tráfico no Brasil é alimentado em grande parte por fundos ingleses. Pois “se condenam o tráfico, por que fabricam e vendem manufactutas só para a Costa da África?” 2º) Havia uma grande influência dos negreiros nas mudanças ministeriais do Brasil. Concluiu com o seguinte comentário: “ahi damos o seu celebre depoimento que deve ficar registrado na memória dos brasileiros, não cessaremos de bradar que a Nação deve unanimamente consagrar ódio e resistir à PIRATARIA INGLEZA”. *Correio da Tarde*, 13 de abril de 1850.

<sup>1178</sup> *O Correio da Tarde*, 26 de janeiro de 1850.



mesmos. Ou seja, em decorrência ao alto risco provocado pela clandestinidade e cerco dos ingleses, estavam pagando caro pelos africanos novos e contraíndo dívidas com juros altíssimos, enquanto enquanto meia dúzia de especuladores faziam fortuna. Assim, de forma quase didática procurou separar as atividades do tráfico com as do trabalho escravo, para demonstrar detalhadamente que se podia prescindir do tráfico, sem acabar com o trabalho escravo. Portanto, o tráfico deveria que acabar: (i) primeiro por causa do tratado anglo-brasileiro, haja vista a forte pressão dos cruzadores britânicos; (ii) segundo, porque o Brasil era o único país que estava fora do “movimento impetuoso da civilização”. No entanto, a exemplo dos Estados Unidos, ainda podia manter a escravidão e até multiplicar a população escrava, pelo fato do africano ser a mais fecunda de todas as raças. Cumpria apenas que a população escrava tivesse a decência e seguir as leis da humanidade, facilitando os casamentos e dar atenção aos seus filhos. Com esta aplicação prática dos princípios de humanidade, todos os problemas estariam resolvidos.

Para comprovar suas afirmações, disse bastar apenas o fazendeiro “abrir seu livro de contas” e verificar por si mesmo que se continuar comprando escravos, os juros absorverão seus lucros e suas dívidas só amentarão. Concluiu: “Em quanto houver trafico, o lavrador hade ver-se na fatal e eterna alternativa: comprar escravos para plantar café, plantar café para pagar juros dos escravos comprados”. O dinheiro que é utilizado para corromper os protetores do tráfico, as diligências dos agentes e gerar lucro rápido e exagerado, “vem do trabalho escravo que se afadiga, que se consome, que se aniquila para satisfação de senhores tão exigentes”. Questionou: “e digam-nos não hade o bom senso unir-se ao patriotismo para bradar: a cessação do trafico é o primeiro interesse brasileiro?”<sup>1179</sup>

Assim, Justiniano procurou compatibilizar os interesses de forma a não desafiar frontalmente a fonte de riqueza e interesse nacional, dirigido seus ataques apenas contra a introdução dos africanos. Associar o fim do tráfico com a continuação da escravidão foi uma jogada muito bem articulada: o Império ficaria livre das ofensas dos ingleses e entraria para o rol dos países civilizados, enquanto os agricultores ficariam livres de suas dívidas e dos traficantes portugueses, e a escravidão preservada. De fato, suprimido o tráfico, a escravidão no Brasil ainda durou quase quarenta anos! Por fim, Justiniano elogiou os protestos do governo brasileiro, que em “nome da razão e do bom direito”, reconhecia a “iniquidade do procedimento

---

<sup>1179</sup> *O Brasil*, 11, 13, 16, 18, de julho de 1850.

da Inglaterra”. Mas alertou o governo sobre a necessidade de “sempre separar o que é do tráfico e o que é da dignidade nacional”, reconhecendo “a sua obrigação contractada de acabar com o tráfico”, impondo os “grande interesses da civilização e da moralidade”, procurando fazer hoje, o que deveria ter feito desde 1826, só assim teria todo o seu apoio.

O *Correio da Tarde* reproduziu todos os quatro artigos d’*O Brasil* <sup>1180</sup> e também não fez mais apologia à continuação do tráfico. Contudo, sem jamais deixar declinar a máxima conservadora da “Soberania Nacional”, mateve-se extremamante anglofóbico e envolvido numa série de críticas e acusações contra todos aqueles que advogavam a causa inglesa, especialmente o *Correio Mercantil*. Já *O Brasil*, além dos esforços de responder às várias acusações e críticas dos seus opositores, empenhou-se no combate ao tráfico e aos traficantes,<sup>1181</sup> por acreditar que eram eles os maiores culpados pela *dignidade e honra nacional* ofendidas e pela ruína de muitos lavradores.<sup>1182</sup>

## 2.8. Nova legislação: o fim do tráfico no Imperio Brasileiro

Inicialmente o *bill* provocou uma relativa diminuição do tráfico. De acordo com as informações d’*O Mercantil*, a maior parte das embarcações brasileiras que realizavam comércio na África, estava apodrecendo nos portos brasileiros, devido ao medo que os proprietários tinham de se exporem à “cobiça inglesa”.<sup>1183</sup> Entretanto, logo os traficantes venceram o medo e mesmo com as perseguições dos cruzadores ingleses nos litorais brasileiro, africano e em alto mar, o tráfico aumentou consideravelmente a índices inéditos na história.

Nas colônias portuguesas, o comércio proibido de escravos encontrou o comércio legal de produtos africanos, tanto que ficou impossível distinguir onde terminava o comércio ilegal e começava o legal, conforme observou Tavares (1988:50-51).<sup>1184</sup> Ou seja, privadas da sua principal fonte de rendimento, a alternativa foi introduzir novos produtos de exportação que pudessem garantir a permanência de Portugal no comércio internacional e preservar sua soberania em territórios africanos pertencentes ou reclamados pela Coroa, cujas fronteiras ainda

---

<sup>1180</sup> *Correio da Tarde*, 11, 16, 18 e 20 de julho de 1850.

<sup>1181</sup> *O Brasil*, 23 de julho de 1850.

<sup>1182</sup> *O Brasil*, 22, 30 de julho de 1850.

<sup>1183</sup> *O Mercantil*, 30 de setembro e 26 de outubro de 1845.

<sup>1184</sup> Segundo Tavares (1988), com o avanço da tecnologia de produção capitalista, cresceu a demanda de produtos africanos (azeite de palma, resinas de madeira de lei, ouro em pó, marfim, café, cacau, algodão, amendoim e outros produtos tropicais), e os produtos africanos tornaram mais lucrativos dos que os escravos. O azeite de Palma, por exemplo tornou indispensável para a indústria química da Inglaterra e da França.

não estavam definidas. Assim, os produtos naturais o como o marfim, cera, goma de copal e urzela, tornaram importantes produtos de exportação, fazendo com que as firmas comerciais de Luanda e Benguela estabelecidas por causa do tráfico, continuassem no comércio ilícito de escravos até 1850, justificado pela negociação dos produtos lícitos. Assim, os negreiros depois de embarcarem os produtos lícitos nos portos africanos e pagarem os devidos direitos alfandegários, iam abastecer-se de escravos em vários pontos da costa longe da vigilância dos ingleses e do controle da Coroa portuguesa. No Brasil, depois de desembarcarem os africanos de forma clandestina em vários pontos do litoral brasileiro, davam entrada e registravam os produtos lícitos, nos portos do Rio e da Bahia. O governo português, apesar de pressionar os governadores para obstem o tráfico, em função do tratado de 1842, fazia “vistas grossas”. Pois, além de depender dos direitos alfandegários proporcionados pelo comércio lícito, era uma maneira de suprir as necessidades dos sertanejos que habituados ao comércio escravos, encontravam dificuldade de entrar num outro ramo de comércio tradicionalmente pouco rentável (Santos, 1985:11-12). Em Angola, por exemplo, no final da década de 1850, os produtos agrícolas respondiam por apenas 10 por cento da pauta de exportação (Roquinaldo, 2005:170).

Por ser difícil a repressão no enorme litoral brasileiro, os negreiros, em pequenos briques, patachos e escunas, zombavam dos apesadores britânicos entrando em qualquer porto, escondendo nas ilhas, ancorando nos canais e enseadas, contando com o apoio e acolhida da população.<sup>1185</sup> As autoridades, quando não eram cúmplices ou subornadas, eram permissivas. O tráfico tinha a seu favor o costume e o patriotismo de ricos e pobres, de grandes fazendeiros e de pequenos agricultores. O fato é, que passados quase cinco anos depois do *Aberdeen Act* o tráfico continuava a todo vapor. Nem mesmo o governo liberal, conhecido por ser mais afeto aos ingleses e interessado no fim do tráfico, durante os seus cinco anos no poder (1844 e 1848) não conseguiu acabar com o comércio ilegal de africanos.

Em 1849 a nova mudança na política, trouxe os conservadores de volta ao governo.<sup>1186</sup> Um novo gabinete solidamente conservador (1848-1857) foi formado por Pedro de Araújo Lima

---

<sup>1185</sup> Rodrigues (2000:178), estuda com mais profundidade a participação e convívios das “populações marginais” (moradores de lugares mais isolados), no tráfico clandestino. Um dos exemplos citados pelo autor, ocorreu nas praias da Ilha de Santo Amaro, em maio de 1850, com o ‘conflito entre pessoas da terra’ e parte da tripulação de um vapor inglês *Riflemant*, que ao descer a terra para abrigar de um temporal foi atacada ‘por quarenta e tantas pessoas que os perseguiram com tiros de espingardas,’ resultando na morte de um marinheiro inglês.

<sup>1186</sup> Durante o Segundo Reinado, liberais e conservadores revezaram no poder: 1841, 1844, 1848, 1862, 1878, 1885 e 1889. Entre 1841 e 1889, 37 gabinetes passaram pelo governo, com uma média de permanência de pouco mais de um ano para cada

(Marquês de Olinda), como presidente do Conselho e Ministro dos Estrangeiros e da Fazenda,<sup>1187</sup> e pelos Saquaremas da província do Rio de Janeiro: Euzébio de Queiroz, na pasta da Justiça, Paulino José Soares de Sousa (Visconde do Uruguai), na dos Negócios Estrangeiros e Joaquim José Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí), na da Fazenda. A Câmara reaberta em 1 de janeiro de 1850, depois das eleições de 1849,<sup>1188</sup> era quase toda formada por conservadores, sendo a unanimidade quebra apenas pelo liberal Bernardo de Sousa Franco (Pará). Ou seja, dentre os 110 conservadores, apenas um era liberal a fazer oposição.<sup>1189</sup>

Entre 1848-1849, não houve da parte do governo brasileiro e do governo britânico nenhuma outra proposta, que viesse substituir ou revogar o *bill*. Do lado inglês, as Câmaras Alta e Baixa começavam a questionar a eficiência dos métodos adotados pela Inglaterra para por fim ao comércio de escravos, que a despeito dos esforços, a importação de escravos para a América no último ano (1847) havia aumentado consideravelmente. Afirmavam que Grã-Bretanha estava fazendo imensas despesas para evitá-lo, com aumento anual de 1.200:00 libras, sem contar a perda de muitas vidas. Além de não conseguirem interpôr barreira entre a procura e o fornecimento de escravos, agravavam-se os horrores no trânsito de forma que o obstáculo não levavam em consideração os sacrifícios dos bloqueadores e nem diminuía, antes se agravavam as misérias dos que tentam proteger, sem falar nos inúmeros vexames que com isso sofria o comércio lícito.

Do lado brasileiro, a condição de injúria que desmoralizava o Brasil ia ficando insustentável. Diante da situação de tensão diplomática, as autoridades brasileiras resolveram agir e tomar algumas medidas práticas na tentativa responder aos clamores da opinião pública nacional e convencer os ingleses a relaxar suas ações. Assim, enquanto enviava notas ao

---

ministério. Conforme constatou John Schulz (1994), dada a propensão dos liberais por revoltas, D. Pedro II sempre preferiu os conservadores durante a maior parte do seu reinado. Vários gabinetes foram derrubados pela Câmara dos Deputados, mas o Imperador, utilizou do Poder Moderador para indicar quem desejasse ver no governo.

<sup>1187</sup> Entretanto Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda (1848-1849), foi substituído por José da Costa Carvalho, Visconde de Monte Alegre (1849-1852). Euzébio de Queiroz Coutinho Matoso, na pasta da Justiça, Manuel Vieira Tosta na da Guerra.

<sup>1188</sup> Como a maioria da Câmara ainda era de liberais, acabou sendo dissolvida em 1849 e marcada novas eleições para o mesmo ano.

<sup>1189</sup> A Câmara e o Senado tiveram de ser paralizadas devido a epidemia da febre amarela que assolou a cidade do Rio de Janeiro. Entretanto, a epidemia que vitimou centenas de pessoas na cidade do Rio, modificou a composição da Câmara. Com a morte de muitos deputados, os suplentes foram chamados. Também por causa da epidemia, o Senado sofreu grandes perdas com o falecimento de Bernardo Pereira de Vasconcelos, Manuel Antônio Galvão, José Carlos de Almeida Torres, entre outros.

governo inglês protestando contra os atos atentatórios praticados por seus cruzadores,<sup>1190</sup> ensaia algumas diligências, apreendendo navios e libertando os africanos.<sup>1191</sup>

Entretanto, convencidos de que o partido conservador era anti-britânico e protetor do tráfico, portanto precisavam ser mais pressionados do que os liberais, depois do acerto de contas com Juan Manuel Rosas os ingleses deslocaram para o litoral do Brasil, grande parte da esquadra naval que estava estacionada nos portos da Argentina, intensificando ainda mais os bloqueios entre o Rio de Janeiro e Bahia (Bethel, 2002:351). Os cruzadores não respeitavam as águas territoriais do Brasil, entravam nos portos e enseadas, queimavam embarcações, adentravam terras, destruíam barracões e perseguiam os moradores por suspeita de acobertarem o contrabando. Emília Viotti da Costa (:82), explica que entre 1849 e 1851, 90 embarcações brasileiras suspeitas de tráfico foram tomadas, condenadas e destruídas pelos cruzadores britânicos. Indignado, escreveu *O Correio da Tarde*:

[...] quanto mais violencias praticarem os Ingleses, menos razão terão que queixar-se da Nação e Governo Brasileiro: e a cada nota sua o respectivo ministro deve responder com a exposição d'esses attentados, e declarar positivamente que he impossivel attender a qualquer queixa, em quanto o Governo Britannico não der satisfação dos agravos que nos tem feito. E cumprirá ainda dizer-lhe que por tal modo não he que se hade acabar com o trafico. A extinção do trafico inporta uma revolução no systema productivo do Brasil, importa a extinção de nossa lavoura em ponto grande, Tental-o repentinamente he querer reduzir a paiz á sua toral ruina; tirai os escravos do fazendeiro de assucar ou café, o que hade elle fazer os capitaes que em suas fazendas tem empregado? Para que a escravatura se possa extinguir no Brasil, he preciso caminhar tão lentamente, que essas fortunas se possam ir convertendo em outros ramos. Os Ingleses o sabem: mas que lhes importa issa a elles?!... Deixai que homens livres venham ao Imperio, civilize-se a África e o trafico acabará.”<sup>1192</sup>

Os vários incidentes envolvendo os cruzadores ingleses *Grecian*, *Cormorant* e *Rifleman* no litoral brasileiro, foram exaustivamente comentados nos jornais, causando indignação e ressentimento na opinião pública. Segundo Rodrigues Jaime (2000:176), não só elite, mas também a população livre e pobre se voltaram contra a ação dos ingleses no litoral e nas incursões por terra. Em março de 1850, James Hudson escreveu a Palmerston: ‘os atos dos

---

<sup>1190</sup> As notas trocadas entre o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Sousa e o representante inglês Mr. Hudson e entre Mr. Hudson e Palmerston, foram publicados nos jornais *O Mercantil* e *O Liberal*.

<sup>1191</sup> De acordo com o Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça, foram apreendidos: “96 africanos em Niteroy, 73 na provincia das Alagoas, e 100 no Rio de Janeiro” sendo todos declarados livres e seus serviços distribuidos não a particulares mas a estabelecimentos públicos garantindo assim suas libertades até que o governo consiga um meio de reexportá-los. *O Brasil*, 26 de janeiro de 1850.

<sup>1192</sup> *O Correio da Tarde*, 7 de agosto de 1849.

cruzadores de Sua Magestade excitam o espirito nacional em favor do tráfico de escravos e dão maior poder aos negociantes de escravos’ (Hudson a Palmerston, *apud* Verger, 2002, p. 414). A violência e repressão dos cruzeiros ingleses terminaram por fortalecer a corrente de opinião favorável à continuidade do tráfico, apelando para os sentimentos patrióticos do povo. Assim, enquanto a opinião pública clamava pela “*dignidade e honra nacional*”, os traficantes não vacilaram e incrementaram as importações. Com isso, até 1850, o tráfico para o Brasil foi enormemente impulsionado, mesmo sob forte repressão dos ingleses.

**Quadro 9. Estimativas de importação de escravos no Brasil (primeira metade do século XIX)**

1806-1810	123.500
1811-1815	139.400
1816-1820	188.300
1821-1825	181.200
1826-1830	250.200
1831-1835	93.700
1836-1840	240.600
1841-1845	120.900
1846-1850	257.500
1851-1855	6.100

Fonte: Klein (1987:58)

Na política externa e interna, os conservadores encontravam-se na mesma situação difícil dos liberais: de um lado, a pressão dos ingleses ameaçando a soberania do país para obter o tratado; do outro, a pressão da opinião pública nacionalista para não realizar nenhum tipo de acordo com a Inglaterra. *O Liberal*, na situação de oposição, em um dos vários artigos intitulados “oposição e o governo” escreveu:

Hoje não ha um só brasileiro, cujo patriotismo e amor da patria, não sinta profundamente as offensas que o estrangeiro, sem nenhuma justiça, irroga ao seu paiz, que se não ache predominado do ardente desejo de ver desaffrontada a nação e vingados os brios nacionaes [...]. Já na tribuna, já na imprensa se tem provado que nenhum ministerio mais do que o actual se ha empenhado na repressão do trafico da escravatura; e a opposição, a propria Inglaterra sabem, que não é possível no Brasil que elle seja extincto pelos meios empregados, e em quanto não hajam braços livres que possam suppril-a ...<sup>1193</sup>

<sup>1193</sup> *O Liberal*, 3 de julho de 1850.

Na reunião do Conselho de Estado, 11 de julho de 1850, convocada para encontrar meios de sair da situação de crise provocada pelo *bill*,<sup>1194</sup> o Conselheiro Paula Sousa disse reconhecer que esta matéria era talvez a de maior importância e gravidade, que o Conselho de Estado tinha tratado até então. Para Lopes Gama, aconselhar o Imperador a tomar medidas que buscasse salvar o quanto possível a honra, a dignidade, interesses nacionais e tirar o Brasil da crise, sem comprometer o comércio lícito, é tarefa tão difícil quanto adotar meios de lutar não só com as pretensões do Governo Britânico mas também com diversas opiniões, que no país existem sobre este tráfico. Mais otimista, Visconde de Olinda, afirmou que atualmente não há tanto que recear a cessação do tráfico como há anos. A opinião pública está mais esclarecida a este respeito, é capaz de reconhecer o quanto é danoso à moral pública a violação da lei e o quanto a introdução dos africanos é prejudicial à riqueza do país, cuja compra tem arruinado grande parte dos agricultores.<sup>1195</sup> Na Câmara, a maioria dos deputados já reconheciam que este problema não era mais de partidos políticos, mas um problema nacional acima de qualquer partido.

Poucos dias depois, pressionado pela opinião pública a prestar declarações sobre os atos praticados pelos cruzadores ingleses, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza foi intimado a ser interpelado pela Câmara dos Deputados. Depois de cancelar por duas vezes, compareceu à sessão de 15 de julho de 1850. *O Diário do Rio*, que na edição anterior havia informado que “a nação terá amanhã conhecimento de tudo quanto o interesse público não ordenar que se conserve por ora em silêncio [...] a respeito desta questão que que tanto tem impressionado a opinião pública”, testemunhou a expectativa do público que desde

---

<sup>1194</sup> A votação do Conselho de Estado insidiu sobre os seguintes quesitos previamente entregues aos Conselheiros: “Qual é o meio menos inconveniente para sair destas posição? [de conflitos e represálias provocados pelo bill]: 1º Deve resistir? 2º Deve-se negociar? 3º Deve-se negociar debaixo de pressão da força e pela previsão do futuro? 4º Os fatos ocorridos até hoje são bastantes para que o Brasil se deva considerar debaixo da pressão da força? 5º No caso afirmativo - dado que Mister Hudson tenha poderes para tratar, e autoridade para fazer cessar as violências, que sofreremos, convirá tratar, comprometendo-se a cessar essas violências? 6º Se Mister Hudson não tiver poderes para tratar, nem para fazer cessar as hostilidades, ou, se tendo-os para o primeiro caso não os tiver para o segundo, convirá, não obstante tratar com ele, ou mandar tratar em Londres? 7º No caso do artigo antecedente convirá recorrer à mediação de alguma Potência para tratar? 8º Há possibilidade de que a Inglaterra nos fará concessões mais vantajosas do que fez a Portugal pelo Tratado de 3 de julho de 1842? 9º O ajuste de uma convenção, qualquer que ela seja, preserva-nos para o futuro da reaparição das violências que ora sofreremos, se não houver uma eficaz repressão do tráfico no País? É possível reprimi-lo ou pelo menos, o escândalo, com que se faz? 10º Convirá antes protestar, fazer um manifesto, ordenar às Fortalezas e Autoridades, que deixem de opor uma resistência inútil, declarar que não se resiste, por que não pode resistir, opor apenas a resistência da inércia e esperar a cessação das hostilidades com a destruição de todas as embarcações, que os ingleses julgarem suspeitas de fazer tráfico? 11º Dever-se-á no caso do artigo antecedente cessar as relações com o Governo Britânico, mandar dar os passaportes ao Ministro Inglês nesta Corte, e retirar nossa legação de Londres? 12º Convirá antes protestar, fazer um manifesto, ordenar às Fortalezas e Autoridades que deixem de opor uma resistência inútil, declarar que não resiste porque se não pode resistir e procurar não obstante, por meio de negociação tirar o País da posição perigosa, em que está? 13º Há além destas soluções alguma outra, ou nova, ou proveniente da combinação das apontadas, que nos convenha? Qual é ela, quais as suas vantagens?”

<sup>1195</sup> Atas do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado, 1842-1850. Vol. 1º do códice 307. Ata de 11 de julho de 1850, pp. 247-267.

às 9 horas da manhã, já lotavam as galerias.<sup>1196</sup> Os jornais de oposição (*Correio Mercantil* e *O Liberal*) e os de situação (*O Brasil* e o *Correio da Tarde*), também aguardavam ansiosos o pronunciamento do Ministro. Ao meio dia, chegou o Ministro acompanhado pelo Presidente do Conselho.

Nas intepelações, Paulino José de Sousa começou por justificar que a política dúbia e pouco sincera em relação a este grave problema, devia-se a pouca duração dos ministérios e o envolvimento dos ministros nos problemas políticos internos. Entretanto, no estado em que esta questão se encontrava, era necessário uma solução “larga, sincera e franca”. Procurou não entrar na questão da conveniência ou não da continuação do tráfico, se a sua repressão pode ou não prejudicar a agricultura, por acreditar tráfico não ia continuar por muito tempo. De acordo com seus pressupostos, quando uma nação poderosa como a Grã-Bretanha, por 40 anos tem empenhado com incansável tenacidade para acabar com o tráfico, dispendendo 650 mil libras por ano somente para manter seus cruzeiros nessa repressão, quando obtém a adesão de todas as nações marítimas européias e americanas e quando o tráfico está reduzido apenas a Cuba e ao Brasil, “podemos nós resistir a essa torrente que nos impele uma vez que estamos colocados neste mundo?” Questionou o Ministro. Procurando não deixar dúvidas de que o Brasil estava completamente isolado nesta questão, afirmou ainda que a Inglaterra tem realizado tratados com muitos chefes de nações africanas e que alguns pontos da costa este comércio já cessou.

Depois de revisar todos os tratados realizados entre a Inglaterra e vários países desde Viena em 1815; todos os acordos e tentativas de acordos ocorridos no Brasil até a sua administração e relatar algumas violações à soberania brasileira praticada pelos cruzadores ingleses, explicou que o recrudescimento do cruzeiro inglês, devia ao deslocamento de alguns vasos de guerra britânicos para a costa do Brasil depois da resolução dos problemas entre a Argentina e a Inglaterra. Paulino José de Sousa utilizou os rigorosos dados do tráfico, levantados pela “Comissão do Tráfico da Escravidão”, nomeada pelo Parlamento britânico e presidida por Mr. Hutt especialmente criada para estes fim, para demonstrar de forma contundente a necessidade de acabar com o tráfico, devido à crescente quantidade de africanos que entraram todos os anos ilegalmente no Brasil: “no ano de 1840, foram importados para o Brasil, 30.000 escravos; no ano de 1841, 16.000; no ano de 1842, 14.200; no ano de 1843, 30.500; no ano de 1844, 26.000; no ano de 1845, 22.700; no ano de 1846, 52.600; no ano de

---

<sup>1196</sup> *Diário do Rio de Janeiro*, 14, 15 e 16 de julho de 1850.



1847, 57.000. Onde iremos parar com isto, senhores!” Argumentou o Ministro! Por fim, antes de concluir, pediu a confiança e cooperação da Câmara na resolução deste grave problema que o seu ministério tem a “coragem, a inteligencia e dedicação sufficiente para resolver como pedem a dignidade e os verdadeiros interesses do paiz ...(Muitos apoiados)”. No dia seguinte, as intepelações que duraram mais de três horas, foram publicadas em vários jornais da Corte.

O argumento da abolição do tráfico não podia ficar apenas no plano da retórica política. Conforme asseverou o Conselheiro Carneiro Leão, a repressão ao tráfico é necessária e ele é possível de ser totalmente aniquilado, se o governo munido de medidas legislativas se mostrar firme e inexorável na repressão, olhando sempre para o futuro e esquecendo o passado. Assim, a pedido do Ministro da Justiça, Eusébio de Queiroz, a Câmara retomou à discussão da lei do tráfico, interrompida em 1848. Na verdade, não tratava de um novo projeto e sim do antigo projeto de de Felisberto Caldeira Brant Pontes, Marquês de Barbacena, que havia tramitado no Senado em 1837.<sup>1197</sup>

No dia da discussão final do projeto, os tumultuos provocados pela agitação do público nas galerias, levou Eusébio de Queiroz, a solicitar sessões secretas às Câmaras dos Deputados e do Senado. O Ministro acreditava que longe das tribunas os deputados podiam se expressar, livres da pressão dos fazendeiros e negociantes, prepoderantes na opinião pública e interessados na continuação do tráfico, sem medo de tornarem impopulares e isso refletir nas eleições. A proposta, excluindo apenas o artigo que pedia a revogação da Lei de 1831, que foi portanto aprovada pelos deputados e senadores. No dia 4 de setembro a Lei nº 581, estabelecendo medidas para repressão do tráfico de africanos no Império brasileiro foi sancionada e sua execução foi regulada pelo Decreto nº 708.

No dia seguinte, a 5 de setembro de 1850, *O Brasil* foi o primeiro a noticiar: “Acaba de ser sancionada a lei de repressão ao tráfico. É ella uma da mais importantes que tem sido votadas este anno, e se fôr perseverantemente executada marcará o começo de uma nova era para a sociedade brasileira”. Por já ter ocupado muito desta matéria, a única observação nova que fez foi informar que o único jornalista que parecia querer impugná-la havia se retirado do debate. Portanto contetou-se em transcrevê-la, fazendo “votos para que em sua execução o espirito de perseverança e de justiça vença todos os embaraços que o interesse, às

---

<sup>1197</sup> Autor da Lei de 7 de novembro de 1831, que em 1837 apresentou um outro projeto de lei, em que no seu último artigo pedia a revogação desta lei. O objetivo era garantir a posse dos africanos adquiridos por contrabando depois de 1831, uma vez que o seu Art. 1º declarava livre os africanos.

preocupações e a corrupção lhe onde oppôr”. Com esta acerção da imprensa conservadora, estava finalmente derrubada a última barreira levantada pela opinião pública contra o fim do tráfico no Brasil. Ironicamente o golpe final coube ao governo Saquarema, maior apologista do tráfico, e coube à sua imprensa divulgá-la. O apoio da imprensa foi fundamental e deu sustentação a lei e ao governo, pois segundo *O Brasil*: “Ora é sabido, que nos sistema representativo, o governo é impotente se a opinião o não auxilia”.<sup>1198</sup>

Composta por apenas 10 artigos,<sup>1199</sup> a lei não ofendia os direitos adquiridos de propriedade, como havia proposto Barbacena, mas deveria ser cumprida com rigor. Proibia e castigava com severidade o contrabando. Em relação ao crime de pirataria, o Ministro dos Negócios Estrangeiros Paulino José Soares de Souza, propôs que se fizesse o princípio de ser considerado o crime no Império, sendo julgada no território brasileiro. A nova lei proibia terminantemente a entrega dos africanos apreendidos a particulares, mediante ao termo de responsabilidade conforme se vinha praticando. Os africanos apreendidos em função da Lei de 1831, chamados “africanos livres”, eram recolhidos na Casa de Correção e o seu reenvio para África deveria ficar a cargo dos traficantes. No caso de não serem reexportados seriam empregados nos serviços públicos da Corte e das Províncias, mediante um salário. Como a maioria dos traficantes eram portugueses, o governo resolveu condená-los e expulsá-los do Império. Nem a riqueza e influência impediu Manuel Pinto da Fonseca e seu irmão Antonio Pinto da Fonseca da expulsão.<sup>1200</sup>

A lei, que ficou conhecida por Lei Euzébio de Queiroz, suprimiu definitivamente o tráfico de africanos para o Brasil, mas por desconfiança, o governo inglês não aboliu o *Aberdeen Act*, sendo revogado apenas em 1869.<sup>1201</sup> Entretanto, com a ação conjunta do cruzeiro inglês no mar,

---

<sup>1198</sup> *O Brasil*, 16 de julho de 1850.

<sup>1199</sup> A nova lei não revogou a Lei de 7 de novembro de 1831 e ainda incluía a clausula do equipamento. trazia no seu Art.1: “As embarcações brasileiras encontradas em qualquer parte, e as estrangeiras encontradas nos portos, enseadas, ancoradouros, ou mares territoriaes do Brasil, tendo a seu bordo escravos, cuja importação he prohibida pela Lei de sete de Novembro de mil oitocentos trinta e hum, ou havendo-os desembarcado, serão apprehendidas pelas Autoridades, ou pelos Navios de guerra brasileiros, e considerados importadoras de escravos”.

<sup>1200</sup> Antonio Pinto da Fonseca, ainda tentou recorrer, mas perdeu a ação. A fortuna material de Manuel Pinto da Fonseca, foi leiloadado na cidade do Rio, conforme os anúncios no Jornal do Comércio. Entretanto, retornados a Portugal os traficantes José Bernardino de Sá e Manoel Pinto da Fonseca, por exemplo foram recebidos com honrarias. Bernardino de Sá se tornou barão em Vila Nova do Minho em 1851 e Manoel Pinto da Fonseca foi condecorado por suas mercês e se tornou um dos mais importantes beméritos do Reino.

<sup>1201</sup> Apesar de reconhecer os resultados satisfatórios, da nova lei, depois não execussão do Convenção de 23 de Novembro de 1826 para extinção do tráfico e a Lei de 7 de novembro de 1831, para o governo britânico não significava que a existência da uma nova leis seria o bastante para o governos britânico desistir do *bill*.

e das autoridades brasileiras em terra o tráfico foi definitivamente extinto. Paulatinamente a opinião pública foi se transformando, vigiando e denunciando.

Tanto a oposição (liberais) como o *Foreign Office*, atribuíram a atitude do gabinete conservador, à pressão do cruzeiro inglês. Entretanto para o Ministro da Justiça, Euzébio de Queiroz, a pressão apenas tornou mais difícil a tomada de atitude do governo. No seu discurso de 16 de julho de 1852, afirmou que o tráfico no Brasil só acabou por força da opinião pública:

[...] o tráfico, no Brasil, prendia-se a interesses, ou para melhor dizer, a presumidos interesses dos nossos agricultores; e num país em que a agricultura tem tamanha força, era natural que a opinião pública se manifestasse em favor do tráfico; a opinião pública que tamanha influência tem, não só nos governos representativos, como até nas próprias monarquias absolutas. O que há pois para admirar em que nossos homens públicos se curvassem a essa lei da necessidade? O que há para admirar em que nós todos, amigos ou inimigos do tráfico nos curvássemos a essa necessidade? Senhores, se isso fosse crime, seria crime geral no Brasil... (Nabuco, 2000:65-66).<sup>1202</sup>

Ainda em 1852, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza, Visconde do Uruguai, ao responder a crítica dos liberais argumentou que a culpa do tráfico era de todos os governos desde 1830: “é a respeito destes 20 anos que encheram esse cálice de armadura que fomos obrigados a beber gota a gota [...] Que chamo cada um a justificar-se”. E acrescentou: “Qual dentre nós não teve relações com um ou outro envolvido no tráfico em épocas em que era estigmatizado pela opinião? ” Alegou que as considerações de moral e civilização, além da própria segurança e dos interesses bem entendidos do país, exigiam que o Brasil acabasse com o tráfico, mesmo na ausência de pressão inglesa (Uruguai, 2002:24).

*O Brasil*, ainda antes da votação final da lei, havia afirmado que não eram as exigências inglesas, que a fizeram proclamar, “há muito que vinha escrevendo que na supressão do tráfico era de máximo interesse brasileiro, pela sua moralização e grandesa”. Pelo contrário, “a violenta interferência inglesa, em vez de facilitar, dificultava o reconhecimento desta verdade”. De fato, durante o recrudescimento da pressão dos ingleses, o tráfico foi mais intenso que nunca. O periódico acrescentou que a opinião pública estava mais preparada para coadjuvar o governo imperial nesta vereda. Por fim, esclareceu:

Convém que todos de uma cousa nos convençamos: era absolutamente impossível, quanto todas as nações, todas, sem excepção de uma unica, condemnem o trafico, d'elle se abstem, e o proclamam a maior das atrocidades; quando essa opinião já entre nós é tão geral que ninguém,

---

<sup>1202</sup> Joaquim Nabuco, na Câmara os Deputados, sessão de 16 de julho de 1852. Anais da Consitituinte, p. 244-256.

ninguem, nem o mais afferrado partidarista do trafico, se atreve a falar dele, sem primeiro condemnal-o como atroz, embora ao depois o acceite como necessario; era absolutamente impossivel, dizemos, que elle perpetuasse entre nós, que continuasse com o mesmo desenvolvimento que até aqui tem tido. Ainda quando por tractado solemne nos não houvessemos obrigado a cessal-o, com a nossa vontade ou contra ella, de acordo com os nossos interesses ou sacrificando-os elle havia de cessar: não havia poder que se oppuzesse a esse resultado. Quem disso se não convence não quer reflectir na força imperiosa das idéas na marcha incessante da civilização. O que restava pois ao governo no meio dessa luta dos velhos interesses do Brasil, dos seus velhos habitos contra uma obrigação solemnementemente contrahida, e imposta pelo progresso da razão humana? Reluctar? [...] A repressão efficaz do trafico causará algum abalo na nossa produção agricola; queremos crer que sim; esse abalo porém pouco durará, e muito menos se o governo e a opinião fôrem capacitando os nossos lavradores ...<sup>1203</sup>

Com esta citação encerramos o último capítulo desta tese. Isso não significa, entretanto, que ela encerra os debates sobre o tema que se continuaram a travar na imprensa brasileira. No momento em que todos órgãos de opinião pública do Império estavam unidos para sustentar o “grande interesse nacional” que era a extinção do tráfico, o outro periódico saquarema *Correio da Tarde*, publicava artigos do “Solitário” tendentes a sustentar velhas preocupações dos lavradores quanto à necessidade do tráfico. Foi por isso, veementemente repreendido pelo seu colega de partido *O Brasil*: “Alto lá, collega!...”<sup>1204</sup>

Não obstante, com o fim tráfico para o Brasil, a alternativa foi direcionar o tráfico para Cuba, onde as autoridades espanholas ainda resistiam às pressões britânicas. Assim, a demanda foi revigorada e o forte atrativo dos lucros, levaram os comerciantes portugueses e espanhóis, com navios equipados e embandeirados nos Estados Unidos, a continuarem no tráfico atlântico, por mais doze anos. O golpe de morte ao tráfico, só foi possível em 1862, com a cessão norte-americana do direito de visita. A última bandeira a cobrir o tráfico.

---

<sup>1203</sup> *O Brasil*, 20 de agosto de 1850.

<sup>1204</sup> *O Brasil*, 31 de outubro de 1850.

## CONCLUSÕES

Gomes Eanes de Zurara ao testemunhar a primeira venda pública de escravos em 1453, não tinha noção da dimensão que ela tomaria, muito menos que os interesses que nela envolvia se tornaria tão enraizados no espaço luso-brasileiro, a ponto de acreditarem que o seu fim imposto pela Inglaterra levaria à ruína dos impérios brasileiro e português.

Compreender os meandros e as razões que levaram Portugal e o Brasil a resistirem tenazmente ao *Abolition of the Slave Trade Act* britânico, foi a principal motivação desta investigação. Apesar do tema sobre o tráfico transatlântico de escravos ser amplamente estudado e de grande importância para a historiografia, nesse processo, o peso da opinião pública aqui definida, como *um conjunto das ideias que respondem a problemas circunstanciais, colocados por pessoas do mesmo país e na mesma época, visando influenciar a população e a administração pública*, ainda é pouco explorado.

Assim, a imprensa periódica e os discursos parlamentares produzidos na primeira metade do século XIX, por serem representativos da opinião pública, constituíram importantes fontes documentais para elaboração deste trabalho. A imprensa, por expressar diversas correntes de opinião no que concerne aos problemas emergentes debatidos e problematizados na esfera pública, permitiu-nos avaliar não só os pensamentos acerca do fim do tráfico em Portugal e no Brasil, como também a intensidade das disputas políticas e sociais envolvendo o tema.

No contexto da pressão da Inglaterra para acabar com o comércio internacional de africanos, a imprensa mesmo dividida e sob censura, tornou um movimento homogêneo expressando uma opinião pública consistente, participativa e capaz de exercer uma significativa influência nas decisões de política interna e externa, pois a cada investida da Inglaterra havia uma reação contrária da opinião pública. Isso justifica o longo, demorado e conturbado período de negociação dos tratados e acordos impostos pela diplomacia britânica, conforme demonstrado à luz dos paradigmas de Renouvin & Durosele, Philip Powlick e Robert Putnam. A partir desse ponto de vista foi possível ao longo da tese confirmar as nossas hipóteses e responder a pergunta norteadora da investigação, de que a opinião pública foi a principal razão que levou Portugal e o Brasil a resistirem o *Abolition of the Slave Trade Act* britânico, em todos os períodos analisados.

Durante o período Joanino no Brasil, as primeiras ações da Inglaterra para o fim do tráfico forçaram a opinião pública a manifestar o seu sentimento em relação à escravidão até então

inquestionável no espaço público luso-brasileiro, provocando manifestação e divisão de opiniões entre os favoráveis (maioria) e os contrários (minoria) à continuação do tráfico. Entretanto, D. João VI soube equilibrar sua política, adotando medidas que visavam satisfazer os interesses internos procurando minimizar os impactos externos prejudiciais. Neste primeiro momento, as revoltas geradas na imprensa voltaram-se contra os ingleses, lançando assim as sementes da anglofobia e do rechaço a ingerência deles nos negócios internos do Reino Unido de Portugal. Com isso, o rei manteve imaculada a sua imagem perante a opinião pública, mesmo com o fim da censura em 1821. Todavia, com o retorno de D. João VI a Portugal, tanto a imprensa luso-brasileira, tomou rumos diferentes e arrefeceram as relações entre o Brasil e Portugal.

No Brasil, depois da independência política de Portugal, durante a implantação do liberalismo excludente e da formação da nacionalidade brasileira, a imprensa tornou eminentemente política-partidária e insurgiu como uma força impossível de ser neguenciada. A questão do tráfico foi amplamente discutida na imprensa brasileira deste período. No entanto, a diversidade de propostas, argumentos e sugestões, expostas com objetivo de formar opinião pública e influenciar o governo sobre o tema, demonstrou a falta de consenso em relação ao fim do tráfico no Brasil, durante e depois da assinatura do tratado anglo-brasileiro. Assim, assinatura do tratado sem autorização da Câmara, a falta de alternativas que viessem suprir a falta de africanos e a incapacidade do Imperador de equilibrar os interesses internos e externos, levaram a imprensa a mobilizar a opinião pública contra D. Pedro e os portugueses, gerando uma forte lusofobia e consequentemente na sua abdicação em 1831.

As mudanças ocorridas no Brasil e Portugal na década de 1830, no contexto de afirmação do liberalismo, nacionalismos e da continuação do tráfico na forma de contrabando, levaram à elaboração legislações nacionais (Lei Feijó-Barbacena de 1831 e Decreto de Sá da Bandeira de 1835) para regulamentar o fim do tráfico, evitando assim a investida da Inglaterra. Pela primeira vez, tanto de um lado quanto do outro do Atlântico, a opinião pública mostrava-se mais favorável ao fim do tráfico. Enquanto em Portugal, a maioria dos jornais apoiava o Decreto e os projetos de Sá da Bandeira, que pretendiam construir um novo Brasil na África, no Brasil a maioria dos jornais políticos publicava diversos artigos criticando a escravidão e denunciando o contrabando com seu sistema de fraude envolvendo os portugueses, deixando evidente a forte relação entre o antilusitanismo e o movimento a favor do fim do tráfico neste período.

Entretanto, não demorou muito para que a opinião pública brasileira e portuguesa percebesse: (i) que o tráfico e a escravidão eram as bases de sustentação da economia do Brasil e de Portugal; (ii) que a manutenção do território nacional brasileiro e das colônias portuguesas em África dependiam da continuação do tráfico. Assim, enquanto os dois países eram inundados por debates e discursos urdidos a partir de vínculos partidários de seus articulistas, o tráfico em forma de contrabando tomava um grande impulso apoiado pela opinião pública. As disputas políticas antagônicas, com seus interesses econômicos, influenciaram as atitudes e fizeram surgir correntes de opiniões, sem influenciarem o público sobre o problema humanitário. Em Portugal predominou a disputa entre Setembristas e Cartistas, enquanto no Brasil a disputa se deu entre Conservadores e Liberais. No contexto do recrudescimento da pressão inglesa que levou a aprovação do *bill* Palmerston para Portugal (1842) e do *bill* Aberdeen para o Brasil (1845), a imprensa de tendência partidária baralhou a discussão verdadeiramente abolicionista, com manifestações de nacionalismos e defesa da *dignidade e honra nacional* ofensivas, repercutindo nos parlamentos e na opinião pública dos dois países. Não obstante, a grande predominância da corrente contrária à abolição do tráfico, não significou propriamente um vazio de sentimento abolicionista. O que se observou foi a falta de maturidade das ideias abolicionistas dificultadas pelo tradicionalismo e necessidades econômicas. O fim definitivo do tráfico de africanos nos dois países só foi possível depois de um certo consenso entre as propostas discutidas na esfera pública.

No que tange a vinculação entre o importador e o exportador, apesar do Brasil e Portugal terem seus próprios objetivos e justificativas internas para manter ou rechaçar o comércio de africanos, ao analisar as fontes constatamos temas subjacentes às discussões presentes na opinião pública dos dois países, conforme verificados neste trabalho: nunca houve, em nenhum momento ou período uma unanimidade em relação ao fim do tráfico, daí o aparecimento da doutrina da abolição gradual da escravatura; (ii) a imigração européia como alternativa ao fim do tráfico transatlântico de escravos, é uma questão inseparável e necessária tanto para as colônias portuguesa em África como no Brasil; (iii) no contexto do Romantismo, as medidas adotadas pela Inglaterra para repressão ao tráfico levaram aos nacionalistas exacerbados a proporem a defesa de uma “decisão nacional” e da *dignidade e a honra nacional*, tornando a opinião pública brasileira e portuguesa majoritariamente favorável ao tráfico. As poucas vozes que ousaram levantar contra foram sufocadas e interpretadas como antipatriotas ou anglófilas; (iv) em todos os períodos analisados a opinião pública dos dois países procurou atacar e

desvalorizar a filantropia inglesa, apresentando várias propostas de represálias contra a Inglaterra, barrando qualquer proposta que viesse prejudicar economicamente os países.

A despeito do Rei D. Pedro II e D. Maria II serem irmãos e da forte relação comercial e migratória entre os dois países, as relações bilaterais entre Brasil e Portugal sempre foram tensas e bem pouco amigáveis devido aos fortes sentimentos nacionalistas, ressentimentos políticos e receio dos portugueses de que as colônias africanas pudessem se unir ao Brasil, ou seguir o mesmo caminho da independência política. Apesar de ter ocorrido algumas aproximações neste sentido durante o Primeiro Império e no período Regencial brasileiro, o governo português sempre foi hesitante em realizar qualquer acordo bilateral de cooperação para coibir o tráfico a partir das possessões africanas, uma vez que a bandeira portuguesa era a que mais cobria o tráfico ilegal. Portanto, na política externa, diante das atitudes radicais da “antiga aliada”, Brasil e Portugal optaram por caminhos opostos: o Brasil preferiu uma aproximação com os Estados Unidos, não só por ser seu principal parceiro econômico na América, como era o único que ainda resistia ao direito de visita na América, enquanto Portugal voltou-se para a Europa, especialmente na esteira da França.

Em relação aos objetivos e justificativas internas, do lado português: a iminência do fim da escravatura, tradicionalmente tolerada e aceita na sociedade, que a tese do “gradualismo” emergiu quase como uma unanimidade nacional. A defesa desta tese foi sustentada com argumentos ideológicos, econômicos e políticos surgidos da necessidade de manter o sistema por tempo indeterminado para não provocar perda das colônias e garantir-lhe a mão-de-obra escrava, fundamental para a construção de um novo Brasil em África. Pela análise de conteúdo, percebemos na imprensa portuguesa que a problemática econômica suscitada pelos debates produziu uma grande confusão semântica sobre o termo *escravatura* muito utilizado na imprensa. No século XVIII e XIX, “escravatura” era um sistema onde se incluía tudo o que dizia respeito ao comércio, transporte e trabalho escravo. A partir da terceira década do século XIX, os periódicos portugueses passaram a designar “escravatura” à emigração dos portugueses para o Brasil. A única diferença que faziam entre a “escravatura branca” e a “escravatura preta” era o fato da branca ser mais “abominável” por traficar “entes civilizados”. A imprecisão desta terminologia dificultou a clarificação conceitual dada a sua amplitude, tornando as opiniões na imprensa e nos debates parlamentares ambíguos, misturando abolição a escravatura dentro das possessões africanas com o transporte da escravatura para fora, não diferenciando o conteúdo das diferenças formais de uma e outra questão. A má definição e equivocidade, contribuiu para



a grande resistência a supressão do tráfico na opinião pública portuguesa. Percebendo este problema, Sebastião Xavier Botelho (1840:1), em sua obra póstuma publicada em 1840, no auge do debate sobre o fim do tráfico em Portugal, tentou esclarecer e explicar, que o fim do tráfico não implicava o fim da escravidão:

Não admira que o comércio da escravatura ainda hoje tenha apologistas porque a avareza ha a última paixão que morre no coração do homem; mas admira que os argumentos que se valem para sustentar sua opinião, confundindo o comércio dos negros com o acabamento total e repentino da escravidão: cousas entre si mui distintas e separadas, se bem que pareçam estreitamente unidas pelo muito que se lidado em as baralhar.

No contexto mundial em que já despontava o trabalho livre nas nações “civilizadas”, e na conjuntura nacional de grande dependência das colônias agro-extrativistas, cuja mão-de-obra escrava era imprescindível para a reconstrução econômica do país, é natural que a opinião pública baralhasse e manifestasse a favor da “escravatura”. Embora as possessões africanas e a Metrópole tivessem sido profundamente afetadas economicamente pela falta de rendimentos decorrentes do tráfico, em que as taxas aduaneiras, tributos, dízimos, entre outros, tão importantes para as despesas e manutenção das colônias, o tráfico atlântico não interessava mais a Portugal. Desde a independência do Brasil, que Portugal já não participava diretamente neste comércio. O tráfico a partir das colônias interessava basicamente aos traficantes portugueses, espanhóis e brasileiros, entre outros, que até 1842 foram acobertados pela bandeira portuguesa; da elite de comerciantes portugueses com suas firmas instaladas segundo as suas conveniências nos portos de Angola e Moçambique, Brasil, Cuba e Estados Unidos; e de outros que participavam direta ou indiretamente: funcionários, autoridades, agentes, agências de seguros, indústrias e comerciantes britânicos, especuladores, fazendeiros brasileiros, etc.

Portanto, do ponto de vista do governo em Lisboa, para além da forte pressão da opinião pública, do rechaço à ingerência inglesa, nos problemas internos (soberania nacional, legitimação e manutenção das colônias africanas, relações comerciais, tarifas aduaneiras, etc.) outro obstáculo para assinatura do tratado definitivo visando suprimir o tráfico residia nos termos impostos pela Inglaterra que prejudicavam o comércio lícito e não na defesa do tráfico, como deu sempre a entender. No contexto da política econômica interna os termos do tratado, tais como: perpetuidade, direito de visita e pirataria, eram prejudiciais ao comércio lícito mercante, principal fonte de recursos imediatos e tradicionais da Metrópole. As colônias africanas eram importantes, mas não foram os principais motivos para Portugal postergar a assinatura do

tratado. O projeto de Sá da Bandeira havia fracassado e Portugal não tinha gente nem dinheiro para investir nas colônias. Os jornais trataram amplamente deste assunto, esclarecendo e alertando o governo e os leitores. Diante disso, mesmo criticados, os governantes foram mais sensíveis aos interesses materiais do país, propalados pela opinião pública, do que pela política abolicionista levada a cabo pela Inglaterra. Por outro lado, no contexto internacional, a firme recusa da França em admitir estas exigências deram respaldo às decisões de Portugal. Ou seja, a França exercia grande proponderância nas Cortes da Europa e sua resistência serviu de referência para muitos governos. Embora Portugal, potência de “segunda ordem”, tivesse isolado e sem alianças no conflito com os ingleses, seus administradores, por questão de *dignidade e honra nacional*, esperavam pela deliberação das principais potências para anuir ao tratado. Sá da Bandeira já havia feito tal declaração a Howard. Tanto que somente depois que a França, Rússia, Áustria e Prússia acederam às proposições britânicas em 1841, é que Portugal, graças à habilidade diplomática de Palmela e algumas concessões de Aberdeen assinou o tratado definitivo para o fim do tráfico. Portugal, também por questão de *dignidade e honra nacional*, não podia ficar atrás dos seus parceiros europeus na nova ordem mundial. Este argumento do governo encontrou apoio da opinião pública.

Do lado brasileiro, mesmo com a forte demanda pela mão-de-obra africana, o posicionamento favorável e contrário ao tráfico nunca foi unânime na opinião pública, em todos os períodos analisados. No país, ainda num processo de ilustração, sem idealismo democrático, sem apoio da igreja católica e totalmente desprovido da benevolência religiosa, esta falta de consenso em relação ao fim do tráfico terminou por favorecer os argumentos de ordem prática e nacionalistas, voltados sempre para os interesses internos do país, seja na campanha contra ou favorável ao fim do tráfico. Ou seja, defender a continuação ou o fim do tráfico esteve profundamente relacionado sentimento de patriotismo e de defesa da *dignidade e a honra nacional*. A opinião da revista romântica *O Guanabara* é representativa da opinião pública brasileira:

[...] o tráfico no Brasil deve acabar não pelo sentimentalismo, mas pelo patriotismo; não porque achamos infame o tráfico, mas porque tememos pelo futuro do Brasil se continuarmos a importar africanos. Foram considerações de estado, mais que de caridade e de economia política, que pesaram em nossas opiniões.<sup>1205</sup>

---

<sup>1205</sup> Revista *O Guanabara*, Tomo I, ano 1850, p. 392.

Assim, no que diz respeito ao fim do tráfico brasileiro, a ideologia nacionalista de forte xenofobia contra os portugueses, africanos e ingleses, fomentada pela imprensa, levou a opinião pública a apoiar o fim do tráfico em vários momentos históricos. Foi assim em 1826, quando D. Pedro I preferiu sacrificar a continuação do tráfico e abalar as estruturas sócio-econômicas vigentes para ouvir o clamor nacional e separar politicamente o Brasil de Portugal. Foi assim em 7 de novembro de 1831, quando o governo antecipou os ingleses e aprovou a primeira lei antitráfico brasileira facilitada pelo clima reformista que se instalou depois abdicação do Imperador. Foi assim em 4 de setembro de 1850, quando o governo brasileiro mesmo sob pressão do *Aberdeen Act*, recusou o acordo com os ingleses e instituiu uma nova lei nacional anti-tráfico. Em todos estes momentos históricos, governo contou com o apoio da imprensa, levando a opinião pública a canalizar a sua revolta contra os traficantes e contrabandistas portugueses, apontados na década de 1840, como os principais responsáveis pelos vexames sofridos pelo Império.

Quanto aos africanos, desde a Revolução no Haiti, no plano ideológico eram considerados “inimigos naturais”. As observações de José Bonifácio em sua “Representação” de 1826, são claras neste sentido: “se o mal está feito, não o aumentemos, senhores, multiplicando cada vez mais o número de nossos inimigos domésticos, desses vis escravos, que nada têm a perder”. Sempre vistos como “mal necessário”, apesar de causar danos à moral pública, sua existência era necessária para prevenir danos e prejuízos ainda maiores. Todavia, em 1850, ano da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, escrevia o *Correio Mercantil*: “a continuada importação de selvagens africanos acabará por barbarizar nosso país”.<sup>1206</sup> Neste momento, a necessidade de acabar com o tráfico ganhava cada vez mais força na opinião pública. Em relação aos ingleses, a opinião pública (jornais, parlamentares e população em geral) entendia, assim como os portugueses, que o empenho no combate ao tráfico de africanos era uma ameaça à *dignidade e honra nacional*, motivado por interesses econômicos e políticos, disfarçados de filantropia.

Enfim, com um processo lento e conturbado, Portugal e Brasil foram os últimos países ocidentais a abolir o tráfico de africanos. Todavia a escravatura não terminou no Reino de Portugal e nem no Império brasileiro. Nas colônias portuguesas em África o tráfico continuou por terra e somente no dia 23 de fevereiro de 1869, quase 30 anos depois da abolição do tráfico, é que foi decretada a extinção da escravatura em todo o domínio português. No entanto, em

---

<sup>1206</sup> *Correio Mercantil*, 20 de janeiro de 1850.

nada alterou a situação das massas trabalhadoras que continuaram exploradas pelo poder colonial, que substituiu o trabalho escravo pelo trabalho forçado. No Brasil, o último carregamento de africanos data de 1852. Depois disso, até a abolição da escravidão em 1888, ocorreu um intenso tráfico interno.

O estudo sobre o tema na imprensa brasileira e portuguesa não foi aqui esgotado. Pelo contrário, as fontes permitem por exemplo, avaliar o pensamento português e brasileiro durante década de 1850, no rescaldo do fim do tráfico, bem como as consequências do fim dele em Portugal e no Brasil.



## **FONTES**

### **1. IMPRESSAS:**

#### **Londres e Paris:**

*Correio Braziliense*, Londres (1808-1823)

*O Investigador Portuguez em Inglaterra*, Londres (1811-1818)

*O Espelho Político e Moral*, Londres (1813-1814)

*O Portuguez, ou Mercúrio Político, Commercial e Literário*, Londres (1814-1826)

*Microscópio de Verdades ou Oculo Singular*, Londres (1814-1815)

*Observador Lusitano em Pariz*, Paris (1815)

*Anais das Ciências, das Artes e das Letras*, Paris (1818-1822)

*Padre Amaro ou Sovela Política, Histórica e Literária*, Londres (1820-1826)

#### **Portugal:**

*Gazeta de Lisboa*, Lisboa (1715-1820)

*Correio de Lisboa*, Lisboa (1812)

*Diário do Governo*, Lisboa (1821-1823)

*Borboleta Constitucional*, Lisboa, (1821-1822)

*O Compilador ou Micelânea Universal*, Lisboa (1821-1822)

*O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*, Lisboa (1822-1823)

*Procurador dos Povos*, Lisboa (1833-1847)

*O Ecco*, Lisboa, 1835-1840)

*O Artilheiro*, Porto (1835-1837)

*Diário do Governo*, Lisboa (1836- 1842)

*Diário da Câmara dos Deputados* (1836-1842)

*The Lisbon Mail*, Lisboa (1836)

*O Português Constitucional*, Lisboa (1836)

*Miscellanea Politica*, Lisboa (1836-1838)

*O Movimento*, Lisboa (1836)

*A Vedeta da Liberdade*, Porto (1836-1840)

*O Nacional*, Lisboa (1836-1842)

*Noticiador Commercial Portuense*, Porto (1836-1842)

*O Periódico dos Pobres no Porto*, Porto (1836-1842)

*O Panorama*, Lisboa (1837-1842)

*Periódico do Pobre*, Lisboa (1834-1837)

*O Popular*, Lisboa (1837)

*Correio de Lisboa*, Lisboa (1837-1842)

*O Athleta*, Porto (1838-1842)

*O Recreio*, Lisboa (1838)

*O Tempo*, Lisboa (1838-1839)

*Revista Literária*, Porto (1838-1842)

*Procurador dos Povos*, Lisboa (1838-1848)

*O Tempo*, Lisboa (1838-1839)

*O Democrata*, Lisboa (1839-1840)

*O Director*, Lisboa (1839-1840)

*The Lisbon Chronicle*, Lisboa (1839)

*Paquete do Ultramar*, Lisboa (1839-1840)

*O Procurador dos Povos*, Lisboa (1839-1840)

*Portugal Velho*, Lisboa (1839-1843)

*O Democrata*, Lisboa (1839-1840)

*A Lança*, Lisboa (1840)

*A Revolução de Setembro*, Lisboa (1840-1842)

*A Restauração*, Lisboa (1842)

*O Espectro*, Lisboa (1846-1847)

*A Nação*, Lisboa (1847-1928)

### **Brasil:**

*Gazeta do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (1808-1822)

*Idade D'Ouro do Brazil*, Bahia (1811-1823)

*O Patriota*, Rio de Janeiro (1813-1814)

*Diário Constitucional da Bahia*, Bahia (1821)

*Semanário Cívico*, Bahia (1821-1823)

*A Malagueta*, Rio de Janeiro (1821-1822)

*Reverbero Constitucional Fluminense*, Rio de Janeiro (1821-1822)

*O Espelho*, Rio de Janeiro (1821-1823)  
*Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (1821-1878)  
*Correio do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (1822-1823)  
*O Constitucional*, Bahia (1822)  
*Independente Constitucional*, Bahia (1823-1827)  
*O Tamoyo*, Rio de Janeiro (1823)  
*O Compilador ou Missellanea Universal*, Rio de Janeiro (1823)  
*Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil*, (1823)  
*O Independente Constitucional*, Bahia (1823-1827)  
*Spectador Brasileiro*, Rio de Janeiro (1824-1826)  
*Diário Mercantil*, Rio de Janeiro (1824-1827)  
*Diário Fluminense*, Rio de Janeiro (1824-1831)  
*Gazeta do Brasil*, Rio de Janeiro (1827-1828)  
*O Triumpho da Legalidade*, Rio de Janeiro (1825-1826)  
*Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro (1827-?)  
*O Analista*, Rio de Janeiro (1828-1829)  
*Diário da Câmara dos Senadores do Brasil*, Rio de Janeiro 1827  
*Despertador Constitucional*, Rio de Janeiro (1825 e 1828)  
*O Grito da Razão na Corte do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (1825).  
*O Atalaia da Liberdade*, Rio de Janeiro (1826)  
*O Verdadeiro Liberal*, Rio de Janeiro (1826)  
*Gazeta do Brasil*, Rio de Janeiro (1827-1828)  
*Revista Semanária*, Rio de Janeiro (1828)  
*O Brasileiro Imparcial*, Rio e Janeiro (1830)  
*Campeão Brasileiro*, Rio de Janeiro (1830)  
*O Moderador*. Rio de Janeiro (1830-1831)  
*A Astréa*, Rio de Janeiro (1826-1832)  
*A Aurora Fluminense*, Rio de Janeiro (1827-1839)  
*Malagueta*, Rio de Janeiro (1828-1829)  
*O Censor Brasileiro*, Rio de Janeiro (1829)  
*O Independente*, Rio de Janeiro (1831-1833)  
*A Verdade*, Rio de Janeiro (1832-1834)

*Luz Brasileira*, Rio de Janeiro (1829-1830)  
*Nova Luz Brasileira*, Rio de Janeiro (1829-1831)  
*O Universal*, Minas Gerais (1825-1842)  
*O Farol Paulistano*, São Paulo (1827-1831)  
*Astrea*, Rio de Janeiro (1826-1832)  
*Astro de Minas*, Minas Gerais (1827-1839)  
*O Bahiano*, Bahia (1827-1831)  
*O Farol*, Bahia (1827-1832)  
*O Correio Mercantil*, Bahia (1827-1832)  
*Gazeta da Bahia*, Bahia (1828-1836)  
*O Imparcial Brasileiro*, Bahia (1829-1830)  
*Voz Fluminense*, Rio de Janeiro (1829-1831)  
*Escudo da Constituição Brasileira*, Bahia (1830-1831)  
*O Espelho da Justiça*, Rio de Janeiro (1830-1831)  
*Tribuna do Povo*, Rio de Janeiro (1830-1832)  
*O Perilampo Popular*, Rio de Janeiro (1830)  
*O Repúblico*, Rio de Janeiro (1830-1837)  
*Nova Sentinella da Liberdade Na Guarita do Forte de S. Pedro na Bahia de Todos os Santos*, Bahia (1831)  
*O Homem e a América*, Rio de Janeiro (1831-1833)  
*Jornal da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia*, Bahia  
*O Exaltado*, Rio de Janeiro (1831-1835)  
*O Orgão da Lei*, Bahia (1831-1832)  
*Voz da Verdade*, Rio de Janeiro (1831)  
*Diário do Governo*, Rio de Janeiro (1831- 1833)  
*Correio Oficial*, Rio de Janeiro (1833 -1841)  
*A Voz da Razão*, Rio de Janeiro (1831)  
*Jurujuba dos Farropilhas*, Rio de Janeiro (1831)  
*O Tempo*, Rio de Janeiro (1832-1846)  
*O Martello*, Rio de Janeiro (1832)  
*O Valenciano*, Rio de Janeiro (1832-1833)  
*A Verdade*, Rio de Janeiro (1832-1834)



*O Caramuru*, Rio de Janeiro (1832-1833)  
*Clarim da Liberdade*, Rio de Janeiro (1833)  
*O Rusguentinho*, Rio de Janeiro (1833-1834)  
*O Auxiliador da Industria Nacional* (1833-1896)  
*O Verdadeiro Caramuru*, Rio de Janeiro (1833)  
*O Grito dos Oprimidos*, Rio de Janeiro (1833)  
*O Esbarra*, Rio de Janeiro (1833)  
*O Lafuente*, Rio de Janeiro (1833)  
*A Mineira no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (1833)  
*O Militar no Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro (1833)  
*O Brasileiro Pardo*, Rio de Janeiro (1833)  
*O Indígena do Brasil*, Rio de Janeiro (1833)  
*O Sete d'Abril*, Rio de Janeiro (1833-1839)  
*Diário da Bahia*, Bahia (1833-1838)  
*Correio Oficial*, Rio de Janeiro (1833-1841 / 1846-1848)  
*Revista Médica Fluminense*, Rio de Janeiro (1833-1841)  
*O Democrata*, Bahia (1833-1842)  
*Revista Médica*, Rio de Janeiro (1833-1841)  
*Correio Mercantil*, Bahia (1833-1856)  
*Opinião Campanhese*, Minas Gerais (1833-1836)  
*Jornal da Câmara dos Deputados*, Rio de Janeiro (1834)  
*Mutuca Picante*, Rio de Janeiro (1834-1835)  
*O Campista*, Rio de Janeiro (1834-1891)  
*Mutuca Picante*, Rio de Janeiro (1834-1835)  
*O Justiceiro*, São Paulo (1835)  
*O Defensor da Legalidade*, Rio de Janeiro (1835)  
*A Novidade*, Rio de Janeiro (1835)  
*O Fluminense*, Rio de Janeiro (1835-1836 e 1840)  
*O Pão d'Açúcar*, Rio de Janeiro (1835-1836)  
*O Pacote do Rio*, Rio de Janeiro (1836-1837)  
*O Atlante*, Rio de Janeiro (1836)  
*O Cronista*, Rio de Janeiro (1836-1838)

*Correio Mercantil*, Bahia (1836-1849)  
*Selecta Católica*, Rio de Janeiro (1836-1837)  
*O Parahybuna*, Minas Gerais (1836-1839)  
*Revista Nitheroy*, Rio de Janeiro (1836)  
*Pharol do Império*, Rio de Janeiro (1837)  
*O Censor*, Bahia (1837)  
*O Sete de Novembro*, Bahia (1837)  
*O Echo da Religião e do Imperio*, Pernambuco (1837-1838)  
*Jornal dos Debates*, Rio de Janeiro (1837-1838)  
*O Guanabara*, Rio de Janeiro (1838-1855)  
*O Instincto*, Rio de Janeiro (1839-1840)  
*Maiorista*, Rio de Janeiro (1840-1842)  
*A Sentinella da Monarquia*, Rio de Janeiro (1840-1847)  
*O Brasil*, Rio de Janeiro (1840-1852)  
*O Papeleta*, Rio de Janeiro (1843)  
*Gazeta dos Tribunaes*, Rio de Janeiro (1843-1846)  
*O Novo Tempo*, Rio de Janeiro (1844-1845)  
*O Guaycuru*, Bahia (1844-1860)  
*O Mercantil*, Rio de Janeiro (1844-1848)  
*O Social*, Rio de Janeiro (1845-1846)  
*O Crepusculo*, Bahia (1845-1847)  
*Musaico*, Bahia (1845-1848)  
*A Marmota*, Bahia (1845-1850)  
*Anaes de Medicina Brasiliense*, Rio de Janeiro (1845-1851)  
*O Americano*, Rio de Janeiro (1847-1851)  
*Revista Americana*, Bahia (1847-1849)  
*O Liberal*, Rio de Janeiro (1848-1855)  
*O Monarquista*, Rio de Janeiro (1848)  
*O Contemporâneo*, Rio de Janeiro (1848)  
*O Correio da Tarde*, Rio de Janeiro (1848-1849)  
*O Grito Nacional*, Rio de Janeiro (1848-1858)  
*O Noticiador Catholico*, Bahia (1848-1855)

*A Religião*, Rio de Janeiro (1848-1850)  
*A Verdade*, Rio de Janeiro (1849)  
*O Libelo do Povo*, Rio de Janeiro (1849)  
*O Philantropo*, Rio de Janeiro (1849-1852)  
*O Beija Flor*, Rio de Janeiro (1850)  
O Fantasma, Rio de Janeiro (1850)

ANNAES do Parlamento Brasileiro. Assembléia Constituinte 1823. Tomo primeiro. Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico, 1874.

ATAS do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado, 1842-1850. Vol.1º do código 307. Ata de 11 de julho de 1850.  
[http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS3-Terceiro\\_Conseho\\_de\\_Estado\\_1842-1850.pdf](http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS3-Terceiro_Conseho_de_Estado_1842-1850.pdf)

BRASIL - Estados Unidos, 1824-1829. Rio de Janeiro: Centro de História e Documentação Diplomática; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Centro de História e Documentação Diplomática, Fundação Alexandre Gusmão, ano 7, nº12, pp. 19-24, Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, Primeiro Semestre de 2008.

\_\_\_\_\_. Collecção das Leis do Império do Brasil, (1808-1810), (1811-1815), (1816-1819), (1818). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890.

\_\_\_\_\_. Collecção das Leis do Império do Brasil: Cartas de Lei, Alvarás, Decretos e Cartas Régias: 1808-1825. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>

\_\_\_\_\_. Leis das Corte Gerais Extraordinárias e Contituinte da Nação Portuguesa: 1821-1822, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1864. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>

\_\_\_\_\_. Leis da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa: 1823. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>

\_\_\_\_\_. Collecção Decisões do Império do Brasil: 1808-1820. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.htm>

\_\_\_\_\_. Atos do Poder Executivo: 1826-1851. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>

\_\_\_\_\_. Atos do Poder Legislativo: 1826-1851. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>

\_\_\_\_\_. Decisões do Império do Brasil: 1821-1851. <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/publicacoes/doimperio/colecao2.html>

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores: Relatórios do Ministério dos Negócios Estrangeiros Apresentado à Assembléia Geral Legislativa: 1830-1850. Disponível em: [http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes\\_exteriores](http://www-apps.crl.edu/brazil/ministerial/rela%C3%A7oes_exteriores)

CORRESPONDÊNCIA de Felisberto Caldeira Brant dirigida de Londres a José Bonifácio a propósito do reconhecimento da independência do Brasil, no período de 1822-1823. Publicações do Archivo Público Nacional – Tomo VII – Rio de Janeiro.

DESPACHO - 3 de janeiro de 1824 - AHI 417/03/28. Cadernos do CHDD, Fundação Alexandre de Gusmão - Centro de História e Documentação Diplomática, Ministério das Relações Exteriores, ano 7, nº 12, primeiro semestre, pp. 45-47, 2008.

DOCUMENTOS relativos à questão de direitos de Portugal relativos à soberania da ilha de Bolama. Lisboa, Imprensa Nacional, 1870.

PORTUGAL. Collecção de Legislação Portuguesa desde a ultima compilação das ordenações. Redigida pelo Desembargador António Delgado da Silva. Legislação de 1838 em diante. Lisboa, Typ. de Luiz Correia da Cunha, 1838.

TRATADO entre Su Magestad el Rey de España y de las Indias y Su Majestad el Rey del Reino Unido de la Gran Bretaña e Irlanda, para la abolición del tráfico de negros (1817). Edición facsimilar. México, Rolston – Bain, 1983.

THE TRANS-ATLANTIC Slave Trade Database, disponível em [www.slavevoyages.org](http://www.slavevoyages.org). Último acesso em 23 de novembro de 2016.

## **RELATOS DOS VIAJANTES**

ARMITAGE, John. *História do Brazil, desde a chegada da Real Família de Bragança, em 1808, até a abdicação de Imperador D. Pedro I, em 1831*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1837.

GRAHAM, Maria. *Journal of a Voyage to Brazil and Residence There During Part of the Years 1821, 1822, 1823*. Londres, Longman, Hurst, Ress, Orme, Brown & Green, 1824.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas Provincias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. [1830]. Trad. V. Moreira. Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

## MEMÓRIAS

- ABREU, Antônio Paulino Limpo de. *O Acto do Parlamento Britannico, sancionado em 8 de Agosto do corrente anno, que sujeita os navios Brazileiros, que fizerem o trafico de escravos ao Alto Tribunal do Almirantado e a qualquer tribunal de Vice-Almirantado dentro dos dominios de Sua Magestade Britannica*. Rio de Janeiro, Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp. 1845.
- ANDRADA E SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Representação à Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, sobre a escravatura*. Paris, Typographia de Firmin Didot, 1825.
- BANDEIRA, Visconde de Sá da. *O trafico da escravatura e o bill de Lord Palmerston*. Lisboa, Typ. José Baptista Morando, 1840.
- BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz. *Memória sobre a abolição do comércio da escravatura*. Rio de Janeiro, Paula Brito, 1837.
- BOTELHO, Sebastião Xavier. *Escravatura, benefícios que podem provir às nossas possessões d' África da proibição daquele tráfico*. Lisboa, Typographia de José Baptista Morando, 1840.
- BURLAMAQUE, Frederico Leopoldo César de. *Memória analítica acerca do comércio de escravos e acerca dos males da escravidão doméstica*. Rio de Janeiro, Typographia Commercial Fluminense, 1837.
- CABRAL, Marcellino da Rocha. *Collecção de alguns artigos escriptos e publicados no Brasil, pelo portuguez José Marcellino da Rocha Cabral*. Rio de Janeiro, Typographia da Ass. do Despertador, 1839.
- COSTA, João Severiano Maciel da. *Memória sobre a Necessidade de Abolir a Introdução dos Escravos Africanos no Brasil; sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer; e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1821.
- REGNAUT, M. Elias. *Historia dos Crimes do Governo Inglez, desde os primeiros assassinios da Irlanda, até o envenenamento dos Chins*. Lisboa, Typ. De M. J. Coelho, 1842.
- SILVA, José Eloy Pessoa da. *Memória sobre a escravatura e projecto de colonização dos europeos, e pretos da África no Império do Brazil*. Rio de Janeiro, na Imperial Typographia de Plancher, Impressor-Livreiro de Sua Magestade Imperial, 1826.

## 2. BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, W. Theodor. *Introdução à Sociologia*. São Paulo, UNESP, 2008.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *Abolição e Constituição*. Folha de São Paulo, 19-11-1988.
- \_\_\_\_\_. *O trato de viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil Novas Áfricas, Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto, Edições Afrontamento, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Porto, Edições Afrontamento, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Origens do Colonialismo Português Moderno (1822-1891)*. Lisboa, Sá da Costa, 1979.
- ALVES, Jorge Fernandes. *Percursos de um brasileiro no Porto – O Conde de Ferreira*. Revista da Faculdade de Letras-História, II série, vol. IX. Porto, 1992.
- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebelião escrava na comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais: o caso de Carrancas*. Salvador, Afro-Ásia, nº21-22, pp. 45-82, 1998-1999.
- ANDREONI, João Antônio. *Cultura e Opulência do Brasil (1711)*. 3ª ed. Belo Horizonte, Itatiaia/Edusp, 1982
- ARNO, Kern Alvarez, et al. *Sociedades Ibero-Americanas: reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.
- ARRIAGA, José de. *A Inglaterra Portugal e suas colónias*. Lisboa, Typ. Do Commercio, 1882.
- AUGRAS, Monique. À procura do conceito de opinião pública. In: *Opinião pública: teoria e processo*. Petrópolis, Vozes, 1970.
- AZEVEDO, Moreira de. *História Pátria - O Brasil de 1831 a 1840*. Rio de Janeiro, B. L. Garnier Editor, 1884.
- BAHIA, Juarez Benedito. *História, jornal e técnica: história da imprensa brasileira*. Vol I. Rio de Janeiro, Mauad Editora, 2009.
- BANDEIRA, Visconde de Sá da. *O Trabalho rural africano e a administração colonial*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.
- \_\_\_\_\_. *Factos e considerações relativas aos direitos de Portugal sobre os territórios de Molembo, Cabinda e Ambriz e mais logares da costa ocidental da*

- Africa situados entre o 5º grau 12 minutos e o 8º grau de latitude austral*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1855.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 1977.
- BARBOSA, Marialva. “Escravos, Oralidade e Letramento”. In: SACRAMENTO, Igor e MATHEUS, Cantarella Leticia (orgs). *História da comunicação: experiências e perspectivas*. Rio de Janeiro, Mauad, 2014.
- \_\_\_\_\_. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 2013.
- BARBOSA Lima Sobrinho. *Hipólito da Costa, Pioneiro da Independência do Brasil*. Brasília, Fundação Assis Chateaubriand, 1996.
- BAVARESCO, Agemir. *A Fenomenologia da opinião pública a teoria hegeliana*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- BETHELL, Leslie. *The Abolition of the Brazilian Slave Trade, Britain, Brazil and the slave trade question 1807-1869*. Cambridge, Cambridge University Press, 1970.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *História da América Latina. Vol. III: da Independência até 1870*. São Paulo/Brasília, EDUSP/ Fundação Alexandre de Gusmão, 2004.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *O Brasil da Independência a meados do século XIX*. In: *História da América Latina: da Independência até 1870*. Volume III. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BOBBIO, Norberto (et. ali.). *Dicionário de Política*. Tradução de Carmen C. Varriale (et. ali.). 11ª Ed. Brasília, UnB, 1998.
- BOND, Fraser. *Introdução ao Jornalismo*. São Paulo, Agir Editora, 1962.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BONIFÁCIO, Maria de Fátima. *Memórias do Marquês de Fronteira e d'Alorna*. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.
- \_\_\_\_\_. *A Revolução de 9 de Setembro de 1936: a lógica dos acontecimentos*. In: *Análise Social*, vol. XVIII (71), 331-370, 1982.
- BASILE, Marcello Otávio. *Ezequiel Corrêa dos Santos: um Jacobino na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

- BOULLE, Pierre H. *Marchandises de traite et développement industriel dans la France et l'Angleterre du XVIII siècle*. In Société Française d'Histoire d'Outre-Mer, "La traite des noirs par l'Atlantique. Nouvelles approches", Vol 62, pp.309-330. 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- BOXER, Charles R. *O império marítimo português 1415-1825*. São Paulo: Companhia das Letras. 2002.
- BUENO, Clodoaldo. *O Brasil e suas relações hemisféricas: Rio Branco e os dias atuais*. In: Relações Internacionais: olhares cruzados. Organizadores: Corival Alves do Carmo [et al]. Brasília, FUNAG, 2013.
- CAIRU, Visconde. *Coleção Formadores do Brasil*. Organização e introdução de Antônio Penalves Rocha. São Paulo, Ed. 34, 2001.
- CALDEIRA, Jorge. *A Nação Mercantilista*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Diogo Antônio Feijó, 1784-1843*. São Paulo, Editora 34, 1999.
- CAPELA, José. *Escravidão, a empresa de saque, o abolicionismo (1810-1875)*. Porto, Edições Afrontamento, 1974.
- \_\_\_\_\_. *A Burguesia Mercantil do Porto e a Abolição do Tráfico da Escravidão*. Porto, Afrontamento, 1979.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *A crise do colonialismo luso na América Portuguesa, 1750-1822*. In: *História geral do Brasil*. Org. Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
- CARDOSO, Lino de Almeida. *O Som social: música, poder e sociedade no Brasil (Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX)*. São Paulo, Edição do autor, 2011.
- CARVALHO, Alfredo de. *O Primeiro Jornal Baiano*. RIGHB, vol. XV, nº 34, 1908.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1998.
- \_\_\_\_\_. *A Construção da ordem: A elite política imperial; Teatro das sombras: A política imperial*. Rio de Janeiro: 3ª ed., Civilização Brasileira, 2007.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. Coleção Formadores do Brasil. São Paulo, Ed. 34, 1999.
- \_\_\_\_\_. *História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura*. In: Revista Topoi, Rio de Janeiro, nº 1, pp. 123-152, 2000.



- \_\_\_\_\_. *A contrução da ordem e O teatro de sombras*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Zacarias de Góes. *Silvestre Rebello em Washington*. In: Brasil. Ministério das Relações Exteriores. Brasília, Arquivo Diplomático da Independência, Vol. V. p. XIV, 1972.
- CASTRO, Thales. *Teoria das relações internacionais*. Brasília, FUNAG, 2012.
- CERVO, Amado Luiz. *O Parlamento brasileiro e as relações exteriores (1826-1889)*. Brasília, EdUnb, 1981.
- \_\_\_\_\_.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4.ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2011.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX)*. In: História Social. Campinas: IFCH/UNICAMP, nº 19, pp. 33-62, 2010.
- CHATEAUBRIAND, François-René de. *Le Congrès de Vérone*. In: Oeuvres Complètes, Vol. 12. Paris, Garnier, 1861.
- CHIDS, Matt D. *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the struggle against Atlantic slavery*. Chapel Hill, The University of North Carolina Press, 2006.
- COHN, Gabriel (org). *Comunicação e Indústria Cultural*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.
- CONRAD, Robert Edgar. *Tumbeiros: o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil: 1850-1888*. Tradução de Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.
- \_\_\_\_\_. *O Tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*. Porto, Edições Afrontamento, 2002.

- CARREIRA, António. *O Tráfico de Escravos nos Rios de Guiné e Ilhas de Cabo Verde, 1810-1850. Subsídios para o Seu Estudo*. Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1981.
- \_\_\_\_\_. *CABO VERDE – Formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878)*. Porto, Imprensa Portuguesa, 1972.
- COLÓGERAS, Pandiá João. *A política exterior do Império. Vol. III. Da Regência à queda de Rosas*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.
- \_\_\_\_\_. *O Marquês de Barbacena*. 2ª Ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936.
- COHEN, B. Willian. *Français et African, les noir dans le regard des blancs (1530-1880)*. Paris, Gallinard, 1981.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, Editora da Unesp, 1998.
- \_\_\_\_\_. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CORVO, J. de Andrade. *Estudos sobre as Províncias Ultramarinas*. Lisboa, Typ. Da Academia Real das Ciências, 1883.
- CURTIN, Philip D. Curtin. *The Atlantic Slave Trade*. Madison, University of Wisconsin Press, 1972.
- DAGET, Serge. *L'abolition de la traite des noirs en France de 1814 à 1831*. in: Cahiers d'Etudes Africaines, XLI, nº 11, p. 14-58. Paris, 1971.
- DAVIS, David Brion. *The Problem of Slavery in Western Culture*. Oxford, Oxford University Press, 1966.
- DIAS, Augusto da Costa. *Discursos sobre a liberdade de imprensa no primeiro parlamento português (1821)*. Lisboa: Estampa, 1978.
- ELTIS, David Eltis. *Economic Growth and the Ending of the Transatlantic Slave Trade*. New York, Oxford University Press, 1987.
- EISENBERG, Peter L. *Homens Esquecidos: Escravos Trabalhadores Livres no Brasil século XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- FAY, Bernard. *Naissance d'un monstre. L'opinion publique*. Paris, Lib. Academique Perrin, 1965.

- FEIJÓ, Diogo Antônio, 1784-1843. Organização, apresentação e notas de Jorge Caldeira. São Paulo, Ed 34, 1999. Coleção Formadores do Brasil.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Abolicionismo e fim do tráfico de escravos em Angola, séc. XIX*. pp 159-176. In: Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano IV, Número Especial. Brasília, DF, A Fundação, 2005.
- FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 - c. 1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Em Costas Negras - Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo, Cia das Letras, 1997.
- FONSECA, Anselmo L. da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Bahia, Imprensa Econimica, 1887.
- FORJAZ, Djalma. *O Senador Vergueiro: sua vida e sua época (1778-1859)*. São Paulo, Oficinas do Diário Oficial, 1924.
- FRAGOSO, João, FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c.1790-1840*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANÇA, José Augusto. *O Romantismo em Portugal*. Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- FREITAS, Caio de. *George Canning e o Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 32ª ed. São Paulo, Comanhia Editora Nacional, 2005.
- GIRON, Loraine S; BERGAMASCHI, Heloisa. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul, EDUCS, 1999.
- GORENDER, Jacob. *O Escravidismo Colonial*. São Paulo: Ática, 1980.
- GOULART, Maurício. *Escravidão africana no Brasil: das origens à extinção do tráfico*. São Paulo: Alfa-ômega, 1975.
- GRADEN, Dale Torston. “Uma lei... até de segurança pública”: resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico internacional de escravos para o Brasil (1835-1856). Estudos afro-asiáticos (30), 1996, pp. 113-149; From slavery to freedom in Brazil. Bahia 1835-1900. Albuquerque, University of New Jersey Press, 2006.
- GRANDEN, Dale Torston. *O envolvimento dos Estados Unidos no comércio transatlântico de escravos para o Brasil, 1840-1858*. Afro-Ásia, nº 35, pp. 09-1, 2007.
- \_\_\_\_\_. *From slavery to freedom in Brazil: Bahia, 1835-1900*. United Stetes of America, University of New Mexio Press, October 1, 2006.

- \_\_\_\_\_. *Slave resistance and the abolition of the trans-Atlantic slave trade to Brazil, in 1850*. História Unisinos, 14(3):282-293, Setembro/Dezembro, 2010.
- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1999.
- GRINBERG, Keila. *O fiador dos brasileiros, cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Escravidão, alforria e direito no Brasil oitocentista: reflexões sobre a lei de 1831 e o “princípio da liberdade” na fronteira sul do império brasileiro*. In: CARVALHO, José Murilo de (org) *Nação e Cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 267-285, 2007.
- \_\_\_\_\_; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial*. Vol. II: 1831-1870. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2009.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Madrid, Mafre, 1993.
- \_\_\_\_\_; LEMPÉRIÈRE, Annick et. al. *Los espacios públicos em Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. Cidade do México, Fondo de Cultura económica, 1998.
- GUIMARÃES, Maria Paschoal e PRADO, Maria Emília (Org.). *O Liberalismo no Brasil Imperial - origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro, Revan, 2001.
- HEFLINGER JUNIOR, José Eduardo; LEVY, Paulo Mazutti. *O Senador Vergueiro e a Imigração Europeia*. Limeira, Unigráfica, 1998.
- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. *Do Império à República*. In: História geral da civilização brasileira. Império. Vol. 5. Tomo II. São Paulo, Difel, 1985.
- HOMEM DE MELLO, Francisco Inácio Marcondes. *A Constituinte Perante à História*. Rio de Janeiro: Typographia da Actualidade, 1863.
- HORNE, Gerald. *O Sul mais distante: o Brasil, os Estados Unidos e o tráfico de escravos africanos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2010.
- KARASCH, Mary C. A. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KLEIN, Herbert S. *A demografia do Tráfico Atlântico de Escravos para o Brasil*. São Paulo, Estudos Econômicos, 17 (2): 129-149, maio/agosto, 1987

- \_\_\_\_\_. *Tráfico de escravos*. In: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas Históricas do Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1987.
- \_\_\_\_\_. Novas Interpretações do tráfico de escravos do Atlântico. Revista História, São Paulo, p. 3-25, jan/jul. de 1989.
- HABERMAS, Jürgen. *L'Espace Public, Archéologie de la Publicite comme dimension constitutive de la société bourgeoise*. Paris: Payot, 1986.
- \_\_\_\_\_. Historia y critica de la opinión pública: la transformación estructural de la vida pública. Barcelona, Gustavo Gili, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2003.
- HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil: Sua História*. 2ª ed., São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- HESPANHA, M. Antônio, SANTOS, C. Maria. *Os poderes num Império Oceânico*. In: MATOSO, José (dir) História de Portugal, vol. 4 – O Antigo Regime (1620-1807). Lisboa, Editorial Estampa, 1998.
- JESUS, Diego S. V. de. *A essência de uma subária: os 60 anos da Análise de Política Externa*. Estudos Internacionais, v. 2 n. 1 jan-jun, pp. 81-99, 2014.
- KRIPPENDORFF, K. *Metodologia de análisis de contenido: teoria e práctica*. Barcelona, Ediciones Paidós, 1990.
- LEITE, Aureliano. *Vida e obra do brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar*. São Paulo, Força Pública do Estado de São Paulo, 1965.
- LIPPMANN, Walter. *Opinião Pública*. Petrópolis, Vozes, 2008.
- LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência: o Império Brasileiro (1821-1889)*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1962.
- LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert, S. *Evolução da Sociedade e Economia Escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O nascimento da imprensa brasileira*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.
- \_\_\_\_\_. *D. Pedro I - Um Herói sem nenhum caráter*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

- MALHEIRO, Perdigão. *A Escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico social*. Petrópolis: Vozes, 3ª Edição. Vol. II, 1976.
- MANCHESTER, Alan K. *Proeminência Inglesa no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1973.
- MARBELA, Jurandir (org.). *A Independência Brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.
- MARQUES, João Pedro. *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999.
- MARQUES DE MELO, José. *Estudos de Jornalismo Comparado*. São Paulo, Pioneira Editora, 1972.
- MARTÍNEZ, Elda Gonzáles. *La Inmigración esperada: la política migratoria brasileña desde João VI hasta Getúlio Vargas*. Biblioteca de Historia de América, Madrid, 2003.
- GORENSTEIN, Riva. In: MARTINHO, Lenira Menezes. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência*. Coleção Biblioteca Carioca, vol. 24, Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1993.
- MARTINS, Oliveira. *O Brasil e as Colônias Portuguesas*. Lisboa, Guimarães Editora, 1955.
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- MATTOS, Ilmar R. de. *O Tempo saquarema*. São Paulo, Hucitec, 1987.
- MATOSO, Kátia M. de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- MEDINA, João. HENRIQUES, Isabel Castro. *A Rota dos Escravos Angola e a Rede do Comércio Negro*. Lisboa, Cegia, 1996.
- MILLER, Joseph Calder. *Way of Death: Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- MOLINA, Matías Martínez. *História dos Jornais no Brasil. Da era colonial à Regência (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- MOREL, Marco. *Os Primeiros Passos da Palavra Impressa*. In: MARTINS, Ana Luíza e DE LUCA, Tânia Regina. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo, Contexto, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. São Paulo, DP&A Editora, 2003.

- \_\_\_\_\_. *O Período das Regências (1831-1840)*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2003.
- \_\_\_\_\_. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidade na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo, Hucitec, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A imprensa periódica no século XIX*. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/redememoria/periodiccoxix.html>. Acesso em Março de 2015.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. *Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX*. Revista Estudos Feministas. CHF/CCE/UFSC. Vol. 11, nº1, p. 225-233, 2003.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. São Paulo, Publifolha, 2000.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Absolutismo ou Ilustração: D. Pedro Enquanto Político. in: Kern, Alvarez Arno et al., *Sociedades Ibero-Americanas: reflexões e pesquisas recentes*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.
- \_\_\_\_\_. Opinião Pública. In: JÚNIOR, João Feres (org). *Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- \_\_\_\_\_.; FERREIRA, Tânia M.T.B. da. O medo dos abomináveis princípios franceses, a censura dos livros no Brasil nos inícios do século XIX. In: *O Arquivo Nacional e a história Luso-Brasileira*. Rio de Janeiro: Revista do Arquivo Nacional, v. 4, nº 1., pp.113-119, 1989.
- \_\_\_\_\_.; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.
- \_\_\_\_\_. *A “guerra das penas”: os impressos políticos e a independência do Brasil*. Tempo, Rio de Janeiro, v. 8, nº 4, p. 41-65, dez. 1999.
- OLABUENAGA, J. I. R.; ISPIZUA, M. A. *La descodificación de la vida cotidiana: metodos de investigacion cualitativa*. Bilbao, Universidad de Deusto, 1989.
- OLIVEIRA, Henrique Velloso. *A Substituição do Trabalho dos escravos pelo trabalho livre no Brasil, por um meio suave e sem dificuldade*. Rio de Janeiro, Typ. Americana de I.P. da Costa, 1845.
- PARRON, Tâmis Peixoto. *A Política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FELCH-USP, 2009.
- PILÓN, Marta. *El Hermano Pedro un hombre de Dios*. Guatemala, Artemis-Edinter, 1996.
- PIMENTEL, Maria do Rosário. *Viagem ao Fundo das Consciências, A Escravatura na Época Moderna*. Lisboa, Colibri, 1995.
- POWLICK, Philip J. The sources of public opinion for American foreign policy officials. In: *International Studies Quarterly*, n. 39, pp. 427-51, 1995.



- PUTNAM, Robert D. *Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games*. In: International Organization. Boston, vol. 42, nº 3, p. 427-460, Summer, 1988.
- QUINTERO PIZARROSO, Alejandro (Coord.). *Historia de la Prensa*. Madrid, Editorial Centro de Estudios Ramón Areces, 1994.
- RAFAEL, Gina Guedes, SANTOS, Manuela. *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. Vol. 2. Biblioteca Nacional Portugal, 1998.
- REBELO, Manuel dos Anjos da Silva. *Relações entre Angola e Brasil, 1808-1830*. Lisboa, Agencia Geral do Ultramar, 1970.
- REIS, João José. “*Nós achamos em campo a tratar da liberdade*”: *Resistência negra no Brasil oitocentista*. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.) *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000) formação: históricas*. São Paulo, Ed. SENAC, , vol. I, pp. 243-263, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Quilombos e revoltas escravas no Brasil*. Revista USP, v. 28, 1995/96. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. São Paulo, Comanhia das Letras, 2003.
- REYNOLDS, P. A. *Introduccion al Estudio de las Relaciones Internacionales*. Madrid: Tecnos, 1977.
- RENÉ, Rémond (dir.) *Por uma história política*. Tradução Dora Rocha. 2º Ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo, Difel, 1967.
- REZZUTTI, Paulo Marcelo. *D. Pedro IV - A História não Contada: O Homem Revelado por Cartas e Documentos Inéditos*. LeYa Editora, São Paulo, 2015.
- RIBEIRO, Lavinia Madeira. *Imprensa e Espaço Público: a institucionalização do jornalismo no Brasil - 1808-1964*. Rio de Janeiro, E-papers, 2004.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822*. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957.
- RODRIGUES, Jaime. *De costa a costa - escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo, Cia da Letras, 2005.



- RODRIGUES, José Honório. *Assembléia Constituinte de 1823*. Petrópolis, Editora Vozes, 1974.
- RODRIGUES, Graça Almeida. *Breve história da censura literária em Portugal*. Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1980.
- RODRIGUES, Raimundo Nina. *Os africanos no Brasil*. Publicado originalmente em 1932. São Paulo, Projeto “Livro Livre” 2016.
- ROSENAU, James. “*The Premises and Promises of Decision-Making Analysis*”. In: *Domestic Sources of Foreign Policy*. New York, Free Press, 1967.
- SANTOS, Eugénio dos. *D. Pedro Imperador do Brasil e rei de Portugal*. São Paulo, Alameda, 2012.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos. *Intelectuais Portugueses na primeira metade de oitocentos*. Lisboa, Editorial Presença, 1985.
- SARAIVA, José Flávio Sombra (org). *Relações Internacionais dois séculos de História. Entre a preponderância européia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Vol. 1. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002.
- SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da Intervenção Militar, 1850-1894*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- SCHUWARTZ, Stuart B. *A Manumissão dos Escravos no Brasil Colonial - Bahia, 1684-1745*. In: *Anais de História*, 6, pp. 71-114, 1974.
- SETÚBAL, Paulo. *As Maluquices do Imperador: 1808-1834*. São Paulo: Geração Editorial, 2012.
- SILVA, Felipe Carreira. *Espaço Público em Habermas*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2002.
- SILVA, João Manuel Pereira da. *Memórias do meu tempo*. Galeria dos Brasileiros Ilustres. Brasília: Edições do Senado Federal, vol. 3, 2003.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico: Bahia, 1821-1823*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- SOARES, Luiz Carlos. *O “Povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj-7 Letras, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

- STAPLETON, Augustus Granville. *The Political Life of George Canning, from 1822 to 1827*. London, Oxford University. Vol. II. Canning, XI, 1831.
- STHALBERG, Altino. *Imigrantes Alemães e Suíços em Limeira*. Limeira, Unigráfica, 1999.
- SOUSA, Jorge Pedro (Coord.) et al. *A Gazeta "da Restauração", primeiro periódico português: Uma análise do discurso*. Vol. I. Covilhã, livros LabCom, 2011.
- \_\_\_\_\_. *António Rodrigues Sampaio: jornalista (e) político no Portugal oitocentista*. Covilhã, LacCom, 2011.
- SOUZA, Otávio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil*. Tomo I, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Diogo António Feijó*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1942.
- \_\_\_\_\_. *A Vida de D. Pedro*. Vol. 3. Rio Janeiro, José Olympio, 1952.
- TAVARES, Luís Henrique Dias. *Comércio Proibido de Escravos*. São Paulo, Ática, 1988.
- THOMAS, Hugh. *The slave: the story of the Atlantic slave trade, 1440-1870*. New York, Touchstone, 1999.
- TAUNAY, Affonso de E. *O senado do império*. Brasília, Senado Federal, 1978.
- TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa, Portugália Editora, 1965.
- TENGARRINHA, José. *Da Liberdade mitificada à liberdade subvertida: uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828*. Lisboa, Edições Colibri, 1993.
- VASCONCELOS, António Augusto Teixeira de. *O Sampaio da Revolução de Setembro*. Paris, Chaussée D'Antin, 1859.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de todos os santos dos séculos XVII a XIX*. São Paulo, Corrupio, 1987.
- VIANNA, Helio. *Vultos do Império*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1968,
- WILLIAMS, Eric. *Capitalism and Slavery*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1944.
- WITTER, José Sebastião. *Ibicaba: uma Experiência Pioneira*. São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1982.

ZICMAN, René Barata. *História a través da imprensa – algumas considerações metodológicas*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUCSP. São Paulo: PUCSP, n. 4, 1985.





## ANEXO

### RESUMEN ESPAÑOL

Esta tesis tiene como objetivo recuperar los debates librados tanto en la prensa (revistas, periódicos y revistas) como en los Parlamentos de Portugal y Brasil durante la etapa final de la trata esclavista. A partir de ahí, se ha tratado de identificar las diferentes corrientes de opinión pública que se formaron en torno al tema para analizar como evolucionaron y se relacionaron con el curso de la política interna y externa portuguesa y brasileña en el período que discurre entre 1810 y 1850. Más específicamente, la atención se centra en el papel de la opinión pública y su configuración como un actor emergente de las Relaciones Internacionales. Este intento de relacionar la política interna con la exterior engloba tres ejes diferentes de relaciones bilaterales (Portugal-Inglaterra, Brasil-Inglaterra, Brasil-Portugal), atendiendo a los presupuestos de los niveles elaborados por Renouvin & Duroselle (1967): gobierno, grupos de presión y opinión pública.

La historia del tráfico de esclavos luso-brasileño es inseparable de la historia de la presión británica para suprimirlo. Sin embargo, Brasil y Portugal resistieron tenazmente a la misma, empeñados en una disputa diplomática con los ingleses por no ejecutar los acuerdos, los tratados y las leyes dictadas contra el tráfico. La pregunta que guía la investigación se concreta en el siguientes interrogante: ¿qué razones habrían llevado Brasil y Portugal a resistir durante casi cuarenta años la abolición de la esclavitud? Se infiere que la cuestión de la abolición del tráfico está condicionada a causas mucho más complejas que la trama puramente diplomática. Por lo tanto, enfocamos nuestros estudios no en las determinaciones externas, sino en la dinámica interna de Portugal y Brasil, con las maniobras, conflictos y soluciones existentes en cada caso, como resultado de un largo y conturbado proceso que duró cuatro décadas.

Todo este proceso fue acompañado *pari pasu* por la prensa y la acción de los Parlamentos brasileño y portugués, donde tuvieron lugar significativos debates relacionados con el fin del tráfico de esclavos africanos. Este fue un período privilegiado en el que se produjeron profundos cambios en las mentalidades, las relaciones de poder y en la convivencia social que acabaron forzando a los personajes políticos y sociales a revisar sus actitudes, romper el largo silencio sobre el tema de la esclavitud y manifestar sus verdaderos sentimientos, debatiendo abiertamente la cuestión abolicionista, incluso en los momentos de fuerte censura.

A partir de este presupuesto proponemos tres hipótesis de investigación: por la semejanza, proximidad y dependencia, el proceso abolicionista brasileño y portugués sólo puede ser comprendido a partir del análisis conjunto de los dos países y de su vinculación como importador y el exportador del elemento humano. Durante la primera mitad del siglo XIX la prensa desempeñó una importante función, no sólo por la divulgación e información de los hechos, sino también por su posibilidad de formar una opinión pública capaz de ejercer una fuerte influencia en la política exterior en los dos países, tanto en el ámbito bilateral como en el multilateral. Los intensos debates ocurridos en las prensas periódicas de Portugal y Brasil durante el período analizado, dividieron las opiniones entre favorables y contrarios al tráfico negrero, demostrando así que no fue ajena al sentimiento abolicionista. Los relativos “silencios” sobre el tema estuvieron relacionados con la censura, las limitaciones de las propias prensas periódicas y las divergencias políticas sin que significasen necesariamente ausencia de opiniones. Los *Diarios* parlamentarios, la prensa diaria y periódica, tanto la de índole política como la especializada en noticias, y aún la de carácter más específico (literario, comercial y recreativo) publicada en Portugal (Oporto y Lisboa) y en Brasil (Bahía y Río de Janeiro), nos revelaron un corpus documental de gran valor. No sólo como documento en sí, por las informaciones y textos publicados, sino también por las opiniones expresadas.

Para responder a las preguntas planteadas en esta tesis, confirmar nuestras hipótesis y alcanzar los objetivos, su eje metodológico está estructurado en investigación en fuentes bibliográficas, documentales y sus pertinentes análisis de contenidos. En el contexto de las relaciones internacionales luso-brasileñas, indagar en torno a la formación de la opinión pública y su capacidad influir o no en la política interna y exterior de los gobiernos a partir de la prensa periódica, constituye un área de investigación en la que es necesario utilizar métodos y técnicas interdisciplinarias. Toda vez que intentamos desvelar los aspectos del tráfico clandestino de esclavos, además de relacionarlo con la Historia de las Mentalidades, optamos por un enfoque teórico e historiográfico que utiliza categorías de análisis propios de la teoría de las relaciones internacionales y más particularmente con los de Política Exterior, en tres dimensiones: dinámica interna de la opinión pública, una de las “fuerzas profundas” y de los principios de la “multicausalidad” (Renouvin y Duroselle, 1967); habilidades de los gobernantes para lidiar con las presiones políticas venidas en los “dos niveles” (Putnam, 2010); y armonía que debe existir en los asuntos de política exterior, de acuerdo con los cinco “camino de conexión” (Powlick, 1995).

La opinión pública brasileña y portuguesa es analizada como importante una variable de análisis de las decisiones de política interna y externa, en la medida en que discute y busca influenciar a los gobiernos en el contexto de la presión de Inglaterra de acabar con el tráfico de esclavos africanos. En este sentido han sido tenidos en cuenta otros dos aspectos interrelacionados: las características individuales de los tomadores de decisión y la coyuntura y el ambiente social, político y económico, en los que se toman las decisiones.

Por ser la prensa y los discursos parlamentarios nuestras principales fuentes documentales, recurrimos a la técnica de Análisis de Contenido de los textos tanto en la dimensión cualitativa (para intentar identificar el tema, los actores y las acciones) como cuantitativa (para verificar la frecuencia con que se abordó el tema). Y como los periódicos son simultáneamente *fuentes* y *objetos* de nuestra investigación, tomamos en cuenta su especificidad de análisis, observando algunos factores propios del periodismo tales como las características discursivas, la comprensión de sus mecanismos ideológicos, la identificación de sus sistemas operativos y su influencia sobre la opinión pública. Hemos centrado los análisis sobre los textos de opinión, los informativos y los de noticias, con o sin comentarios. Entendemos que al divulgar una noticia, el periódico comparte la visión ideológica de que el hecho y la opinión muchas veces aparecen de forma indirecta. Asimismo, la carencia de opinión o noticia también han sido analizadas fue porque, al dejar de divulgar o comentar ciertos hechos importantes y de interés de la opinión pública, el periódico también demuestra su posición ante el tema. En la investigación se clasificaron textos de 190 ediciones (diarios, semanales y mensuales, también las palabras de los políticos, publicadas en los diarios parlamentarios de Portugal y Brasil, producidos en el intervalo entre 1810 y 1850.

Sin embargo, para que la opinión pública, definida en el ámbito de este trabajo como “un conjunto de ideas que respondan a problemas circunstanciales, planteados por personas del mismo país y en la misma época, con el fin de influir en la población y la administración pública”, pueda ejercer la influencia política, tiene que ser formada no sólo por personas que están insertadas en los grupos de intereses y por especialistas en los asuntos debatidos, sino también por otras que participan de la esfera pública (Habermas, 2003). Así, además del espacio público integrado por la burguesía que participa en el mundo elegante en la sociedad aristocrática de la corte, o en los salones literarios exclusivos, tal y como señala Habermas, se deben tener en cuenta otros espacios de sociabilidad pública y popular así como a quienes se reunían en las residencias, en las parroquias, en los círculos masónicos y en diferentes

asociaciones En el caso brasileño, estos espacios, aunque rígidamente estratificados, estaban formados por una gama social muy variada: esclavos y libres, negros y mestizos libres, inmigrantes europeos (principalmente portugueses) y brasileños pobres; también por los propietarios rurales, profesionales liberales, funcionarios públicos, comerciantes, cajeros, militares, soldados rasos y sacerdotes, e, incluso mujeres. Es decir, eran frecuentados tanto por el público lector como no lector, pero oyente de las lecturas colectivas y que también participaban en las discusiones y tenía opinión. Por lo tanto, recuperar la trayectoria, las noticias y el contenido de los debates, permite conocer mejor cómo se produjo la discusión del problema abolicionista, tanto en los gobiernos y Parlamentos, como en las sociedades, portuguesa y brasileña. Los argumentos utilizados para construir y difundir las ideas, capaces de formar corrientes de opinión pública y de grupos de presión, revelan y explican el demorado y conflictivo proceso abolicionista en los dos países, sobre todo en lo referente al impacto en sus relaciones internacionales y su política exterior.

La problemática que involucró el fin del comercio atlántico de africanos alcanzó proporciones extraordinarias no sólo en el plano de las relaciones internacionales, sino que se convirtió en un punto particularmente sensible tanto en el Imperio portugués como en el Imperio brasileño. En Portugal condujo a una grave crisis política entre 1839 y 1842 que condujo a varios cambios de ministerios y caída de gobiernos además de llegar al borde de un conflicto armado con Inglaterra. Las negociaciones bilaterales anglo-portuguesa provocaron en Portugal tal ola de nacionalismo que llegó a unir a la práctica totalidad de la prensa política -incluso las adversaria- en una sola voz que aglutinaba a la opinión pública nacional para defender lo que se entendía como una cuestión de “dignidad y honor nacional”. En Brasil, una vez independiente de Portugal, la situación no fue diferente. La fuerte presión británica para abolir el tráfico, una exigencia totalmente contraria al sentimiento nacional en una sociedad en la que la esclavitud estaba profundamente arraigada, provocó una verdadera oposición en contra la injerencia de Inglaterra en la administración del Imperio, contribuyó a la caída de varios ministerios, a la pérdida de popularidad del Emperador D. Pedro I y consecuentemente en su abdicación en 1831; llevó a la renuncia del Regente Diogo Antônio Feijó e intensificó las disputas políticas durante el Segundo Reinado. Brasil también llegó al borde de un conflicto armado con Inglaterra y el problema, ampliamente divulgado en la prensa, fue considerado por la opinión pública y el gobierno brasileño, al igual que en Portugal, un ataque a la “dignidad y honor nacional”.



Es innegable que la presión de Inglaterra fue fundamental en el proceso que llevó al fin el tráfico de africanos en el Atlántico. Sin embargo, algunos autores como Pierre Verger (1968), Robert Edgar Conrad (1978), José Capela (1979), Luis Henrique Dias Tavares (1988), Riva Gorenstein (1993), João Medina e Isabel Castro Henriques (1996), Dale Graden (1998), João Pedro Marques (1999), Luiz Felipe, (2000), Valentim Alexadre (2000), Leslie Bethell (2002), Amado Luiz Cervo y Clodoaldo Bueno (2011), han llamado la atención sobre la importancia de otros factores ligados a los acontecimientos internos/domésticos que crearon las condiciones favorables para el fin definitivo de la trata. A pesar de que los autores reseñados tienen el mérito de haber subrayado aspectos importantes (políticos, económicos y sociales, sobre todo el papel de los esclavos en el proceso), que tienden a relativizar el peso de las presiones inglesas sobre el tráfico transatlántico de africanos, todavía son escasos y fragmentarios los estudios que relacionan concomitantemente el papel desempeñado por la prensa y el Parlamento (portugués y brasileño) y especialmente la influencia de la opinión pública en la toma de decisiones y en el campo de la política interna y externa a ambos lados del Atlántico,

Con el objetivo de averiguar si las hipótesis se confirman, responder a las preguntas del tema propuest y al mismo tiempo preservar la coherencia, esta tesis, además de la introducción y la conclusión, está estructurada en cuatro partes, integradas por capítulos organizados en función de la evolución secuencial y cronológica de los hechos, la teoría de las relaciones internacionales y las técnicas de análisis de contenido. A través de este abordaje, hemos pretendido establecer las relaciones existentes entre tiempo y espacio, coyuntura y contexto, tanto de de Portugal como de Brasil.

La primera parte -“Tratados bajo presión: el despertar de la opinión pública”- tiene por objetivos: analizar la reacción de la opinión pública brasileña expresada a través de la prensa y el Parlamento ante los acuerdos diplomáticos con Inglaterra para la supresión del tráfico de africanos durante los gobiernos de D. João VI y D. Pedro I; evaluar la influencia de la opinión pública y cómo gobiernos se ocupan de contrarrestar las presiones internas y externas. Esta parte está dividida en tres capítulos: el primero aborda cuestiones relacionadas con los acuerdos realizados con Inglaterra durante el período de D. João en Brasil (1810-1821). En el segundo, y en una coyuntura de implantación del liberalismo en Brasil, evalúa la ascensión y caída de D. Pedro. El tercero aborda el ascenso de la Regencia en un contexto y reafirmación de la independencia y la solución nacional para poner fin al tráfico de africanos.

En la segunda parte -“Decisiones Nacionales para el fin del tráfico”- se rompen definitivamente los últimos eslabones de conexión entre las dos Coronas lusitana y brasileña. Esta dividido en dos capítulos: el primero aborda las primeras legislaciones nacionales brasileña y portuguesa para reglamentar el fin del tráfico, así como el contexto en el que se producen y su impacto en la prensa periódica de los dos países. El segundo analiza las situaciones y coyunturas que llevaron al incumplimiento total de los tratados bilaterales realizados entre Inglaterra-Brasil e Inglaterra-Portugal, así como sus propias legislaciones nacionales. En este capítulo se revelan las dificultades, los obstáculos y las resistencias para llevar a cabo supresión del tráfico atlántico, tanto en las colonias africanas como en Lisboa y en Río de Janeiro.

En la tercera parte *“Contrabando de africanos en Brasil y Portugal: la opinión pública dividida”* se plantea como el tráfico ilícito es retomado en forma de contrabando. Esta parte, está dividida en dos capítulos. En el primero, partiendo de la reestructuración económica e internacionalización del tráfico en forma de contrabando, se pretende analizar el impacto negativo provocado por el decreto del 10 de diciembre de 1836 en el Imperio portugués y sus efectos en la prensa. El segundo, analiza la reapertura y el recrudecimiento del contrabando de africanos en Brasil, prácticamente oficializado y reconocido por el gobierno, y cómo este problema fue tratado en la prensa brasileña. El punto culminante de los análisis apunta a la falta de consenso en relación al tráfico en la prensa portuguesa y brasileña, capaz de generar corrientes de opinión pública en ambos lugares. Es decir, en los dos países las opiniones no fueron unívocas. Aunque con enfoques diferentes, tanto en los Parlamentos como en la prensa, se dividieron entre favorables y contrarios a la continuación del tráfico.

La cuarta y última parte -“Dignidad y Honor Nacional: Inglaterra radicaliza”- se caracteriza por el análisis de la repercusión y problematización en torno a las medidas perpetradas por Inglaterra en función del incumplimiento de los acuerdos internacionales y de las propias leyes nacionales. Los debates suscitados por los periódicos y los Parlamentos evidencian las complejas relaciones diplomática bilaterales Portugal-Inglaterra y Brasil-Inglaterra. La política exterior agresiva de Inglaterra, que amenaza los intereses económicos y políticos, produce un fuerte impacto en la opinión pública portuguesa y brasileña, convirtiéndose para ambos el problema relacionado con el fin del tráfico en una “cuestión de dignidad y honor nacional”.

Los resultados cuantitativos y cualitativos, así como las discusiones, son presentados y desarrollados a lo largo del texto de la tesis de acuerdo con cada período histórico. Así, fue

posible confirmar sus hipótesis y afirmar que la prensa, a pesar de estar dividida y bajo censura, hizo un movimiento homogéneo expresando una opinión pública consistente, participativa y capaz de ejercer una significativa influencia en las decisiones de política interna y externa. Ante cada embestida de Inglaterra hubo una reacción contraria de la opinión pública. Esto justifica el largo, demorado y complejo período de negociación de los tratados y acuerdos impuestos por la diplomacia británica, según lo demostrado a la luz de los paradigmas de Renouvin & Duroselle, Philip Powlick y Robert Putnam. Desde este punto de vista también es posible responder a la pregunta orientadora de la investigación centrada en el hecho de que la opinión pública fue la principal razón que llevó a Portugal y Brasil a resistirse a la abolición de la esclavitud en todos los períodos analizados.

En lo que se refiere a la vinculación entre el importador y el exportador, a pesar de que Brasil y Portugal tuvieron sus propios objetivos y justificaciones internas para mantener o rechazar el comercio de africanos, se constataron varios temas subyacentes a las discusiones presentes en la opinión pública de los dos países. Nunca hubo, en ningún momento o período, una unanimidad en relación al fin del tráfico; las disputas políticas antagónicas, con sus intereses económicos, influenciaron actitudes e hicieron surgir corrientes de opiniones que no llegaron a sensibilizar al público acerca del problema humanitario; la prensa de tendencia partidista entró a la discusión verdaderamente abolicionista con manifestaciones nacionalistas y defensa de la *“dignidad y honor nacional”* ofendidas repercutiendo en los Parlamentos y en la opinión pública de los dos países; la inmigración europea aparece en todos los períodos como alternativa al fin del tráfico y convirtiéndose en una cuestión inseparable y necesaria tanto para las colonias portuguesas en África y en Brasil; en el contexto del Romanticismo, las medidas adoptadas por Inglaterra para la represión del tráfico provocaron una reacción extremadamente nacionalista en defensa de una *“decisión nacional”* que volcó a la opinión pública brasileña y portuguesa hacia una postura mayoritariamente favorable al tráfico; las pocas voces que se atrevieron a levantarse en contra fueron sofocadas e interpretadas como antipatriotas o anglófilas; la opinión pública de los dos países intentó atacar y devaluar la filantropía inglesa, presentando varias propuestas de represalias contra Inglaterra y eliminando cualquier propuesta que viniera a perjudicar económicamente a los países; se observó una falta de madurez de las ideas abolicionistas dificultadas por el tradicionalismo y las necesidades económicas; el fin definitivo del tráfico sólo fue posible después de un cierto consenso entre las propuestas discutidas en la esfera pública.

Cabe resaltar que tratamos de conservar la grafía de la época en la transcripción de las fuentes, condición que justifica el hecho de que esta tesis no haya sido escrita en gallego o español. También hay que señalar que las muchas citas que podrían ser sustituidas por frases más resumidas son intencionadas y tienen dos objetivos: uno cualitativo -preservar la autenticidad y expresividad de las fuentes- y otro cuantitativo: medir el estado de la opinión pública.

**PALABRAS CLAVES:**

La opinión pública, prensa, trata de esclavos, inmigración, Brasil, Portugal, Inglaterra.



